

**DOCUMENTO DE REFERÊNCIA
E RELATÓRIO FINANCEIRO ANUAL
2011**

BNP PARIBAS

1 APRESENTAÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS 3

| | |
|---|----|
| 1.1 Apresentação do Grupo | 4 |
| 1.2 Números chave | 4 |
| 1.3 Histórico | 5 |
| 1.4 Apresentação dos polos e das atividades | 6 |
| 1.5 BNP Paribas e os seus acionistas | 15 |

2 GOVERNO DA SOCIEDADE 27

| | |
|--|----|
| 2.1 O Conselho de administração | 28 |
| 2.2 Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade | 42 |
| 2.3 Relatório dos Revisores Oficiais de contas estabelecido por aplicação do artigo L. 225-235 do Código Comercial, sobre o relatório do Presidente do Conselho de administração | 68 |
| 2.4 A Comissão Executiva | 70 |

3 ATIVIDADE E ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS EM 2011 71

| | |
|--|----|
| 3.1 Resultados consolidados do BNP Paribas | 72 |
| 3.2 Resultados por polo / atividade | 73 |
| 3.3 Exposições sensíveis de acordo com as recomendações do Conselho de Estabilidade Financeira | 83 |
| 3.4 Balanço | 88 |
| 3.5 Demonstração de resultados | 91 |
| 3.6 Eventos recentes | 96 |
| 3.7 Perspetivas | 97 |

4 SITUAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 DE ACORDO AS NORMAS CONTABILÍSTICAS IFRS ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA 99

| | |
|---|-----|
| 4.1 Demonstração de resultados do exercício 2011 | 102 |
| 4.2 Situação do resultado líquido e das variações de ativos e de passivos contabilizadas diretamente em capitais próprios | 103 |
| 4.3 Balanço em 31 de Dezembro de 2011 | 104 |
| 4.4 Quadro dos fluxos de tesouraria relativos ao exercício 2011 | 105 |
| 4.5 Quadro de passagem dos capitais próprios de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2011 | 106 |
| 4.6 Notas anexas às Situações Financeiras estabelecidas de acordo com as Normas contabilísticas IFRS adotadas pela União europeia | 108 |
| 4.7 Relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre as contas consolidadas | 206 |

5 PILAR 3 209

| | |
|---|-----|
| 5.1 Campo de aplicação | 211 |
| 5.2 Gestão dos riscos | 213 |
| 5.3 Riscos soberanos | 221 |
| 5.4 Gestão do capital e adequação dos fundos próprios 223 | |
| 5.5 Risco de crédito | 229 |
| 5.6 Titularização em carteira bancária | 251 |
| 5.7 Risco de contrapartida | 261 |

| | |
|--|-----|
| 5.8 Risco de mercado | 264 |
| 5.9 Risco de liquidez e de refinanciamento | 277 |
| 5.10 Risco operacional | 280 |
| 5.11 Risco de não conformidade e de reputação | 285 |
| 5.12 Riscos de seguro | 286 |
| Anexo: informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais «significativas» | 288 |

6 INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS 295

| | |
|---|-----|
| 6.1 Situações Financeiras BNP Paribas SA Notas anexas às Situações financeiras das contas sociais | 296 |
| 6.2 A afetação do resultado do exercício fechado em 31 de Dezembro de 2011 e a distribuição do dividendo | 298 |
| 6.3 Quadro dos 5 últimos exercícios do BNP Paribas SA | 327 |
| 6.4 Principais filiais e participações do BNP Paribas SA | 328 |
| 6.5 Informações relativas às tomadas de participações do BNP Paribas SA em 2011 incidindo sobre pelo menos 5 % do capital de empresas francesas | 331 |
| 6.6 Relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre as contas anuais | 332 |

7 AÇÃO SOCIAL, SOCIETAL E AMBIENTAL 335

| | |
|--|-----|
| 7.1 O desenvolvimento dos recursos humanos | 336 |
| 7.2 Anexo NRE – área social | 357 |
| 7.3 Anexo NRE – área societal | 362 |
| 7.4 Anexo NRE – área ambiental | 367 |

8 INFORMAÇÕES GERAIS 373

| | |
|---|-----|
| 8.1 Documentos acessíveis ao público | 374 |
| 8.2 Contratos importantes | 374 |
| 8.3 Situação de dependência | 374 |
| 8.4 Mudança significativa | 375 |
| 8.5 Investimentos | 375 |
| 8.6 Atos constitutivos e estatutos | 376 |
| 8.7 Plano de Restabelecimento e de Reorganização | 380 |
| 8.8 Relatório especial dos Revisores Oficiais de Contas sobre as convenções e compromissos regulamentados | 381 |

9 RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS 383

| | |
|----------------------------------|-----|
| 9.1 Revisores Oficiais de Contas | 384 |
|----------------------------------|-----|

10 RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA 385

| | |
|---|-----|
| 10.1 Pessoa responsável pelo Documento de referência e o relatório financeiro anual | 386 |
| 10.2 Declaração do responsável | 386 |

11 TABELA DE CONCORDÂNCIA 387



BNP PARIBAS

Documento de referência e relatório anual **2011**

Autoridade dos Mercados Financeiros



O presente Documento de referência foi depositado junto da Autoridade dos Mercados Financeiros a 9 de março de 2012 em conformidade com o artigo 212-13 do Regulamento Geral da Autoridade dos Mercados Financeiros. Este poderá ser utilizado para apoio de uma operação financeira se for completado por uma nota de operação visada pela AMF. Este documento foi estabelecido pelo emissor e compromete a responsabilidade dos seus signatários.

O presente Documento de referência integra todos os elementos do relatório financeiro anual mencionado no ponto I do artigo L451-1-2 do Código monetário e financeiro assim como no artigo 222-3 do Regulamento Geral da AMF. Uma tabela de concordância entre os documentos mencionados no artigo 222-3 do Regulamento Geral da AMF e as rubricas correspondentes do presente Documento de referência é apresentada na página 387.

Esta página ficou propositadamente em branco

1

APRESENTAÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1.1 | Apresentação do Grupo | 4 |
| 1.2 | Números chave | 4 |
| | Resultados | 4 |
| | Capitalização bolsista | 4 |
| | Notações a longo prazo | 5 |
| 1.3 | Histórico | 5 |
| 1.4 | Apresentação dos polos e das atividades | 6 |
| | Retail Banking | 6 |
| | Investment Solutions | 9 |
| | Corporate and Investment Banking | 12 |
| | BNP Paribas « Principal Investments » | 14 |
| | Klépierre | 15 |
| 1.5 | BNP Paribas e os seus acionistas | 15 |
| | O capital social | 15 |
| | Evolução do acionariado | 16 |
| | O mercado da ação | 17 |
| | O <i>tableau de bord</i> do acionista | 19 |
| | A criação de valor bolsista | 20 |
| | Comunicação com os acionistas | 21 |
| | O Comité de Ligação dos Acionistas | 22 |
| | O dividendo | 23 |
| | Evolução do dividendo (em euros por ação) | 23 |
| | O nominativo no BNP Paribas | 24 |
| | A Assembleia-geral dos acionistas | 24 |
| | Declarações das transposições de limite estatutário | 26 |

1.1 Apresentação do Grupo

O BNP Paribas, líder europeu dos serviços bancários e financeiros, possui quatro mercados domésticos em banca de retalho na Europa: a Bélgica, a França, a Itália e o Luxemburgo.

Está presente em mais de 79 países e conta mais de 200 000 colaboradores, 155 000 dos quais na Europa; o BNP Paribas detém posições chave nas suas três áreas de atividade:

■ a banca de retalho, que reúne os seguintes conjuntos operacionais:

- Banca De Retalho em França (BDDF),
- BNL banca commerciale (BNL bc), banca de retalho na Itália,

- BeLux Retail Banking,
- Europa Mediterrâneo,
- BancWest,
- Personal Finance,
- Equipment Solutions;
- o polo Investment Solutions;
- o polo Corporate and Investment Banking (CIB);

O BNP Paribas SA é a casa mãe do grupo BNP Paribas.

1.2 Números chave

RESULTADOS

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|
| Resultado líquido bancário (M€) | 31 037 | 27 376 | 40 191 | 43 880 | 42 384 |
| Resultado bruto de exploração (M€) | 12 273 | 8 976 | 16 851 | 17 363 | 16 268 |
| Resultado líquido, parte do Grupo (M€) | 7 822 | 3 021 | 5 832 | 7 843 | 6 050 |
| Lucro líquido por ação (€) (*) | 8,25 | 2,99 | 5,20 | 6,33 | 4,82 |
| Rentabilidade dos capitais próprios (**) | 19,6 % | 6,6 % | 10,8 % | 12,3 % | 8,8 % |

(*) Tratado de novo segundo os efeitos do aumento de capital com manutenção do direito preferencial de subscrição de 2009.

(**) A rentabilidade dos capitais próprios é calculada levando o resultado líquido parte do Grupo (ajustado da remuneração dos títulos super subordinados com duração indeterminada assimilados a ações de preferência emitidas pelo BNP Paribas SA, tratada contabilisticamente como um dividendo) à média dos capitais próprios parte do Grupo no início e no fim do período considerado (após distribuição e fora títulos super subordinados com duração indeterminada assimilados a ações de preferência emitidos pelo BNP Paribas SA).

CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA

| | 31/12/2006 | 31/12/2007 | 31/12/2008 | 31/12/2009 | 31/12/2010 | 31/12/2011 |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Capitalização bolsista (Bilhões€) | 76,9 | 67,2 | 27,6 | 66,2 | 57,1 | 36,7 |

Fonte: Bloomberg.

NOTAÇÕES A LONGO PRAZO

Standard & Poor's: AA-, perspectiva negativa – perspectiva revista a 23 de janeiro de 2012

Moody's: Aa3, sob análise com vista a uma possível degradação – 15 de fevereiro de 2012

Fitch: A+, perspectiva estável – notação revista a 15 de dezembro de 2011

1.3 Histórico

1966: Criação do BNP

A fusão do BNCI e do CNEP é a maior operação de reestruturação bancária em França desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

1968: Criação da Compagnie Financière de Paris e des Pays-Bas

1982: Nacionalização do BNP e da Compagnie Financière de Paris e des Pays-Bas por ocasião da nacionalização do conjunto dos bancos franceses

O «big-bang» financeiro, a desregulamentação do sector bancário e a desintermediação do crédito modificam ao longo dos anos 1980 a profissão bancária e as suas condições de atividade, em França e no mundo.

1987: Privatização da Compagnie Financière de Paribas

Com 3,8 milhões de acionistas individuais, a Compagnie Financière de Paribas é nessa época a empresa com mais acionistas no mundo. A Compagnie Financière de Paribas é acionista a 48 % da Compagnie Bancaire.

1993: Privatização do BNP

O BNP, privatizado, toma um novo rumo. Os anos 1990 são marcados por uma mudança do nível da rentabilidade da banca, que apresenta o retorno sobre fundos próprios mais elevado dos grandes estabelecimentos franceses em 1998. Este período é marcado pelo lançamento de novos produtos e serviços bancários, o desenvolvimento das atividades nos mercados financeiros, a expansão em França e a nível internacional e a preparação da ascensão do euro.

1998: Criação do Paribas

A 12 de Maio é ratificada a fusão da Compagnie Financière de Paribas, da Banque Paribas e da Compagnie Bancaire.

1999: Ano histórico para o Grupo

No seguimento de uma dupla oferta pública de troca sem precedente e de uma batalha bolsista de seis meses, o BNP e o Paribas realizam uma fusão de iguais. Para cada um dos dois grupos, este evento é o mais importante desde a sua privatização. Esta cria um novo Grupo beneficiando de largas perspectivas. Na era da globalização da economia, esta permite a constituição de um líder europeu da indústria bancária, armado para a competição à escala mundial.

2000: Criação do BNP Paribas

A fusão do BNP e do Paribas é realizada a 23 de Maio de 2000.

O novo Grupo tira a sua força das duas grandes linhagens bancárias e financeiras das quais procede. Este estabelece uma dupla ambição: desenvolver-se ao serviço dos seus acionistas, dos seus clientes e dos seus colaboradores e construir o banco de amanhã tornando-se um ator de referência à escala mundial.

2006: Aquisição do BNL na Itália

O BNP Paribas adquire o BNL, o 6º banco italiano. Esta aquisição transforma o BNP Paribas dando-lhe um segundo mercado doméstico na Europa: tanto na Itália como em França, todas as atividades do Grupo podem apoiar-se numa rede bancária nacional para desenvolver as suas atividades.

2009: Fusão com o grupo Fortis

O BNP Paribas toma o controlo do Fortis Banque e do BGL (Banque Générale du Luxembourg), para criar um grupo europeu líder na banca de retalho, com quatro mercados domésticos.

1.4 Apresentação dos polos e das atividades

RETAIL BANKING

7 200 agências em 43 países, 23 milhões de clientes particulares, profissionais e empresários, 280 000 empresas: em 2011, mais de metade dos rendimentos do BNP Paribas foram realizados nas atividades de banca de retalho, mas também de crédito ao consumo – com cerca de 13 milhões de clientes ativos – e de leasing. 144 000 pessoas, ou seja mais de 70 % dos efetivos do Grupo, trabalham nas atividades de Retail Banking. O Retail Banking articula-se em torno de 7 entidades operacionais autónomas:

- Banca De Retalho em França;
- BNL bc, o banco de retalho na Itália;
- BeLux Retail Banking, o banco de retalho na Bélgica e no Luxemburgo;
- Europa Mediterrâneo, o banco de retalho na Europa central e oriental, Turquia, Mediterrâneo, África Ocidental e Ásia;
- BancWest, o banco de retalho nos Estados

Unidos;

- Personal Finance, as atividades especializadas de financiamento dos particulares, de crédito ao consumo e de crédito imobiliário;
- Equipment Solutions, o financiamento de equipamentos para as empresas.

5 missões transversais às atividades de Retail Banking contribuem com as suas especialidades para o conjunto e desenvolvem projetos comuns: Distribuição, Mercados e Soluções (DMS), IT, Operações, Recursos Humanos e Comunicação.

2 atividades cruzadas completam a oferta: Cash Management e Factoring. Em 2012, a organização das atividades de Retail Banking evoluirá segundo o modelo seguinte:

- um conjunto Domestic Markets, que reunirá os bancos de retalho do BNP Paribas em França (BDDF), Itália (BNL bc), Bélgica (BNP Paribas Fortis) e Luxemburgo (BGL BNP Paribas), a atividade de leasing (BNP Paribas Leasing Solutions), a do aluguer de frotas automóveis com serviços (Arval) e o BNP Paribas Personal Investors, especialista da poupança e da corretagem em linha. Enfim, o Wealth Management manter-se-á funcionalmente ligado a este conjunto;
- uma entidade Internacional Retail Banking, que reunirá os países da anterior entidade operacional Europa Mediterrâneo (Europa central e oriental, Turquia, Mediterrâneo, África Ocidental e Ásia), aos quais virão acrescer os Estados Unidos com o BancWest;
- uma entidade Personal Finance, líder do crédito ao consumo, presente numa trintena de países.

BANCA DERETALHO EM FRANÇA

A Banca de Retalho em França (BDDF) acompanha todos os clientes nos seus projetos. Esta oferece aos 6,8 milhões de clientes particulares e banca privada, aos 615 000 clientes profissionais e empresariais e aos 25 000 clientes empresas e instituições uma ampla gama de produtos e serviços, desde a gestão da conta corrente às montagens mais

complexas em matéria de financiamento das empresas ou de gestão patrimonial.

Em 2011, a BDDF conquistou cerca de 460 000 novos clientes. Para melhorar a proximidade com os seus clientes, a BDDF continua a investir na sua rede. No final de 2011, esta inclui 2 250 agências, 1 460 das quais equipadas com o conceito «Acolhimento & Serviços» e 5 892 autómatos bancários. Este dispositivo integra-se doravante mais extensamente numa organização multicanal.

Os seus 31 900 colaboradores, ao serviço de todos os seus clientes, estão repartidos principalmente pela rede de agências sob a insígnia BNP Paribas, mas também no seio da empresa de factoring BNP Paribas Factor, da empresa de acompanhamento de capital BNP Paribas Développement e de uma empresa de televigilância, Protection 24. Desde outubro de 2011, a fusão jurídica entre o BNP Paribas e a Banque de Bretagne é efetiva.

A rede é segmentada por tipo de clientela com:

- agências dedicadas aos particulares, aos profissionais e empresários;
- 223 centros de banca privada, fazendo do BNP Paribas a primeira banca privada em França (em termos de ativos sob gestão)⁽¹⁾;
- um dispositivo único de 28 Centros de Negócios dedicados à clientela das empresas, repartidos sobre todo o território, assim como um Serviço de Assistência à Empresa (SAE) e um *Cash Customer Services* (CCS);
- 46 *Maisons des Entrepreneurs* (Casas dos Empresários) que acompanham os empresários e as PME na gestão dos seus projetos patrimoniais ou ligados ao ciclo de vida da sua empresa.

A partir de três plataformas situadas em Paris, Orléans e Lille, o Centro de Relações Clientes centraliza as chamadas destinadas às agências e assegura o tratamento do correio eletrónico enviado pelos clientes. Um centro de contacto «Net Crédit Immo» trata em menos de 48 horas os pedidos de crédito imobiliário. Em complemento, um espaço dedicado à poupança em bnpparibas.net (NetÉpargne), permite informar-se e subscrever produtos de poupança de balanço e de seguros de vida.

A BDDF prossegue o desenvolvimento do seu dispositivo multicanal com multibancos nas agências, uma gestão das contas e das aplicações por telemóvel, novos serviços e empréstimos em linha assim como um banco em linha: a *NET Agence*.

Graças às suas 59 agências de produção e de apoio comercial, os back-offices da BDDF gerem o conjunto do tratamento das operações.

BNLBANCA COMMERCIALE

O BNL banca commerciale (BNL bc), 6º banco italiano pelo total do seu balanço⁽¹⁾ e os seus empréstimos à clientela⁽²⁾ é um dos principais atores do sistema bancário e financeiro italiano.

(1) Fonte: *Décideurs Stratégie Finances Droit 2011*.

(2) Fonte: informações financeiras publicadas nos sites web das empresas.

O BNL bc propõe uma gama completa de produtos e serviços bancários e financeiros e de seguros a fim de responder às necessidades da sua base de clientes diversificada:

- aproximadamente 2,5 milhões de clientes particulares e 20 900 clientes da banca privada (pelo número de famílias);
- 169 000 artesãos e comerciantes ;
- mais de 29 000 médias e grandes empresas, incluindo as Grandes Relações ou seja aproximadamente 460 grupos e 1 800 empresas de exploração;
- 16 000 coletividades locais e organizações sem fins lucrativos.

Na banca de retalho e na banca privada, o BNL bc está muito bem posicionado na atividade de empréstimos à clientela, nomeadamente nos empréstimos imobiliários residenciais (parte de mercado de cerca de 7 %) e possui uma boa base de depósitos (parte de mercado de aproximadamente 4% para os depósitos à ordem) amplamente superior à sua taxa de penetração do mercado em termos de número de agências (2,7 %) ⁽¹⁾.

O BNL bc está também, há muito tempo, bem implantado nos segmentos das grandes empresas e das coletividades locais (partes de mercado de cerca de 4 % e 5 % respetivamente para os créditos⁽¹⁾) com um *know-how* reconhecido nos pagamentos transfronteiriços, no financiamento de projetos, nos financiamentos estruturados e no factoring via a sua filial especializada Ititalia (que ocupa a 2ª posição do mercado em termos de volume de negócios anual⁽²⁾).

O BNL bc desenvolveu um dispositivo de distribuição multicanal, organizado em cinco regiões («*direzioni territoriali*») com uma estrutura diferenciada para a banca de retalho e a banca privada «Retail & Private Banking» por um lado, e a banca das empresas «Corporate Banking» por outro lado:

- cerca de 890 agências;
- 29 centros de banca

privada;

- 33 *maisons des entrepreneurs*;
- 53 agências gerindo carteiras de PME, grandes empresas, coletividades locais e sector público.

Além disso, a Itália conta 5 Trade Centers que oferecem às empresas uma plataforma de soluções para as suas atividades transfronteiriças, em complemento da rede internacional do BNP Paribas. Por outro lado, uma rede de 10 « Italian desks », essencialmente situada na Bacia mediterrânica, permite acompanhar as empresas italianas nas suas operações no estrangeiro e os grupos multinacionais nos seus investimentos diretos em Itália.

A oferta multicanal é completada por mais de 1 970 balcões automáticos e 25 600 terminais pontos de venda, assim como por serviços bancários por telefone e Internet, tanto para os particulares como para as empresas.

O banco apoia-se por outro lado em serviços administrativos especializados e de gestão do riscos a nível regional que, por um lado, vigiam de perto a exposição ao risco e, por outro lado, ajudam a rede de distribuição a melhorar a satisfação dos clientes internos e externos fornecendo serviços eficazes e de qualidade.

⁽¹⁾ Fonte: dados internos e estatísticos do Banco de Itália em 30 de setembro de 2011.

⁽²⁾ Fonte: Assifact em 31 de dezembro de 2011.

⁽³⁾ Fonte: estudo Strategic Monitor Individuals 2010.

⁽⁴⁾ Para o mês de dezembro de 2011, a Fintro contava 1 018 colaboradores, 335 427 clientes e mais de 11,25 biliões de euros de depósitos.

⁽⁵⁾ Fonte: sondagem realizada por TNS.

⁽⁶⁾ Fonte: estudo ILRES realizado em outubro de 2011.

⁽⁷⁾ Fonte: estudo ILRES realizado em novembro de 2010 (estudo realizado todos os dois anos).

BELUX RETAIL BANKING

Retail & Private Banking (RPB)

O BNP Paribas Fortis é o n° 1 do segmento da clientela dos particulares na Bélgica, com 3,7 milhões de clientes e posições de primeiro plano em todos os produtos bancários ⁽³⁾. Os clientes retail são angariados e servidos por uma estratégia de distribuição multicanal. A rede comercial é constituída por 983 agências, completadas por 681 pontos de venda ligada à parceria com a Banque de la Poste e 308 franchises da insígnia Fintro⁽⁴⁾.

A plataforma Client Relationship Management (CRM) do RPB gere uma rede de 3 259 distribuidores automáticos assim como os serviços de banco via Internet (1,2 milhão de utilizadores), *mobile banking* e *phone banking*.

Com 38 centros Private Banking, o BNP Paribas Fortis é um importante ator no mercado belga da banca privada. Os seus serviços são propostos aos particulares cujos ativos são superiores a 250 000 euros. A gestão de fortuna serve os clientes cujos ativos são superiores a 4 milhões de euros.

Corporate & Public Bank Belgium (CPBB)

O CPBB oferece uma gama completa de serviços financeiros a empresas situadas na Bélgica, empresas do sector público e coletividades territoriais. Com uma clientela de mais de 650 grandes empresas e de 14 200 *midcaps*, o CPBB é o líder ⁽⁵⁾ do mercado nestes dois segmentos e um ator de primeiro plano no mercado do public banking (850 clientes). Graças a uma equipa composta por mais de 70 corporate bankers e 217 relationship managers operando em 22 Business Centres por especialistas dotados de competências específicas, o CPBB assegura uma oferta de proximidade à sua clientela.

Banca de Retalho e das Empresas no Luxemburgo (BDEL)

A atividade BDEL do BGL BNP Paribas propõe uma larga gama de produtos e serviços financeiros aos seus clientes particulares, profissionais e empresas através da sua rede de 38 agências e dos seus serviços ou departamentos dedicados às empresas. O BGL BNP Paribas é o segundo banco do Grande Ducado do Luxemburgo para os particulares residentes com 213 000 clientes (16 % ⁽⁶⁾ de parte de mercado). É o primeiro banco junto das empresas com 37 500 clientes (38 % ⁽⁷⁾ de parte de mercado).

EUROPA MEDITERRÂNEO

O Europa Mediterrâneo (EM) opera numa dezena de territórios através de uma rede de 2 087 agências. Assim esta atividade está presente na Turquia, na Europa Central e de Leste (Polónia, Ucrânia), no sul da Bacia mediterrânica (Marrocos, Argélia, Tunísia, Egito) assim como na África subsariana e na Ásia através de parcerias.

O EM desenvolve ai progressivamente o modelo integrado de Retail Banking do Grupo BNP Paribas que faz o sucesso dos bancos de retalho dos seus mercados domésticos fazendo beneficiar as clientelas locais das especializações que fazem a força do Grupo (segmentação dinâmica da clientela, cash management, trade finance, distribuição multicanal, financiamentos especializados, banca privada, etc.).

BANCWEST

A atividade da banca de retalho nos Estados Unidos é exercida através do Bank of the West e do First Hawaiian Bank, reunidos desde 1998 sob a holding BancWest Corporation da qual o BNP Paribas detém a totalidade do capital desde finais de junho de 2001. Até 2006, o BancWest prosseguiu uma política de aquisições que lhe permitiu desenvolver a sua franquia no Oeste americano.

O Bank of the West propõe uma larguíssima gama de produtos e serviços de banca de retalho a uma clientela de particulares, de profissionais e de empresas em 19 Estados das zonas Oeste e MidWest americanas. Este detém igualmente posições fortes em certas atividades de financiamentos especializados (financiamentos de barcos, de veículos de lazer, das comunidades religiosas, financiamentos bonificados às PME, empréstimos à agricultura), que ele exerce no conjunto do território dos Estados Unidos.

Com uma parte de mercado de mais de 40 % em termos de depósitos ⁽¹⁾, o First Hawaiian Bank é o mais importante banco do Estado do Havai onde exerce a sua atividade de banco de proximidade junto de uma clientela de particulares e de empresas. No total, com 11 600 colaboradores, graças a uma rede de cerca de 800 agências e escritórios comerciais, e um total de balanço de mais de 78 biliões de dólares em 31 de Dezembro de 2011, o BancWest serve hoje 2,3 milhões de clientes. Este coloca-se doravante, pelos depósitos, no 7º lugar do ranking ⁽¹⁾ dos bancos comerciais da zona oeste dos Estados Unidos.

PERSONAL FINANCE

BNP Paribas Personal Finance, nº 1 europeu do crédito aos particulares⁽²⁾

No seio do grupo BNP Paribas, o BNP Paribas Personal Finance (PF) é o especialista dos financiamentos aos particulares através das suas atividades de crédito ao consumo e de crédito imobiliário. Com 30 000 colaboradores numa trintena de países e em 4 continentes, o BNP Paribas Personal Finance é nº 1 em França e na Europa⁽²⁾.

O BNP Paribas Personal Finance oferece uma gama completa de créditos aos particulares acessíveis quer no local de venda (lojas, concessões automóveis) quer diretamente via os seus centros de relação cliente e Internet. Em França, há um ano que a empresa

propõe igualmente aos seus clientes uma oferta de poupança e de seguro.

Além disso, o BNP Paribas Personal Finance fez da parceria uma atividade em si fundada no seu know-how para propor todo o tipo de ofertas de créditos e de serviços integrados e adaptados à atividade e à estratégia comercial dos seus parceiros. Assim o BNP Paribas Personal Finance é um parceiro de referência das insígnias do mundo do comércio, dos serviços, assim como dos bancos e das seguradoras.

O crédito responsável® no centro da sua estratégia

O BNP Paribas Personal Finance, através nomeadamente das suas marcas comerciais Cetelem, e Findomestic na Itália, faz da sua política de crédito responsável® o fundamento da sua estratégia comercial para um crescimento sustentável. Assim, a cada etapa da relação com o cliente, assim como durante o processo de implementação de um crédito, os critérios do crédito responsável® são aplicados. Estes são construídos em função das necessidades dos clientes, no centro deste dispositivo, e da sua satisfação, medida regularmente.

Esta abordagem, transversal ao conjunto do PF, é adaptada em função das especificidades de cada país. Paralelamente, dispositivos estruturantes tais como a conceção e a distribuição de ofertas acessíveis e responsáveis ou ainda «A Carta de cobrança», são desenvolvidos e implementados em todos os países.

Em França, o Personal Finance apresenta o dispositivo mais completo incluindo, nomeadamente, o recurso a uma mediação de empresa independente e, desde 2004, o acompanhamento de três indicadores de crédito responsável® tornados públicos: as taxas de recusa, de reembolso dos dossiers e de risco.

Desde 2007, o BNP Paribas Personal Finance apoia o desenvolvimento do microcrédito pessoal garantido pelo Fundo de coesão social. No final de 2011, a empresa financiou mais de 253 microcréditos no valor de 507 127 euros.

EQUIPMENT SOLUTIONS

O Equipment Solutions propõe às empresas e aos profissionais, mediante vários canais – vendas diretas, prescrições, parcerias e redes bancárias – uma gama de soluções locativas, desde o financiamento de equipamentos à externalização de parques.

O Equipment Solutions é composto por quatro linhas de atividade internacionais que desenvolvem soluções locativas especificamente adaptadas em função dos ativos:

- Aval para os veículos particulares e os veículos utilitários ligeiros;
- «Equipment & Logistics Solutions» para os materiais profissionais rolantes: máquinas agrícolas, máquinas para a construção e a manutenção, veículos utilitários e industriais;
- « Technology Solutions » para os ativos tecnológicos: ativos buróticos, informáticos (hardware, software) e telecomunicações;
- « Bank Leasing Services » para o leasing aos clientes das redes bancárias do BNP Paribas.

(1) Fonte: SNL Financial, 30 de junho de 2011.

(2) Fonte: relatórios anuais dos atores do crédito aos particulares.

O Equipment Solutions soube aproveitar a retoma económica do início do ano para lançar várias iniciativas comerciais. A atividade continua, pelo segundo ano consecutivo, a ser líder europeu do financiamento dos bens de equipamento em matéria de nova produção, e confirma a sua implicação no financiamento da economia, com mais de 495 000 contratos assinados⁽¹⁾.

No final de dezembro de 2011, a Arval apresentava uma progressão da sua frota de veículos alugados de + 3 % em relação a 2010, acompanhada de uma subida do

número de veículos colocados na estrada (210 648 veículos, ou seja + 17 % em relação a 2010). Nessa mesma data, a Arval detinha um parque total alugado de 686 946 veículos. Ator importante na Europa do setor do aluguer de longa duração, a Arval é n° 1 em Espanha⁽²⁾, em França⁽³⁾, em Itália⁽⁴⁾ e na Polónia⁽⁵⁾ em termos de parque alugado.

Por seu lado, o BNP Paribas Leasing Solutions implementou mais de 288 000 operações em 2011. O montante dos seus ativos sob gestão ascende a mais de 20,9 biliões de euros⁽⁶⁾.

INVESTMENT SOLUTIONS

Reunindo as atividades do BNP Paribas ligadas à coleta, à gestão, à valorização, à proteção e à administração da poupança e do património dos seus clientes, o Investment Solutions propõe, em todo o mundo, uma larga gama de produtos e serviços com forte valor acrescentado que responde ao conjunto das necessidades dos investidores particulares, empresas e institucionais.

O Investment Solutions reúne 6 atividades, com especialidades muito complementares:

- a Gestão de ativos – BNP Paribas Investment Partners (3 423 colaboradores, 42 países);
- os seguros – BNP Paribas Cardif (7 076 colaboradores, 39 países);
- a banca privada – BNP Paribas Wealth Management (6 103 colaboradores, 30 países);
- a poupança e a corretagem em linha – BNP Paribas Personal Investors (3 992 colaboradores, 7 países);
- a atividade títulos – BNP Paribas Securities Services (7 617 colaboradores, 30 países);
- o imobiliário – BNP Paribas Real Estate (3 289 colaboradores, 29 países). No total o Investment Solutions está presente em 68 países e emprega cerca de 31 000 colaboradores.

As atividades do Investment Solutions ocupam posições de primeiro plano na Europa onde operam, entre outros, nos principais mercados domésticos do BNP Paribas que são a França, a Itália, a Bélgica, o Luxemburgo, assim como, na Suíça, no Reino Unido, em Espanha e na Alemanha. O desenvolvimento internacional do Investment Solutions também prossegue ativamente nas zonas com forte crescimento tais como a Ásia-Pacífico, a América Latina e o Médio Oriente onde os setores reforçam as suas atividades – sob a forma de novas implantações, de aquisições, de joint-ventures ou de acordos de parceria.

Em 2012, o BNP Paribas Personal Investors integrará o conjunto Domestic Markets do Retail Banking.

BNP PARIBAS INVESTMENT PARTNERS

O BNP Paribas Investment Partners (BNPP IP) é o ramo Gestão de ativos do grupo BNP Paribas, plataforma mundial única composta por 24 empresas especializadas.

Fornecedor de soluções de investimento completas, o BNPP IP possui três áreas de competência distintas:

- *os investimentos multi-especialidades*: BNP Paribas Asset Management, o parceiro mais importante, gere as principais classes de ativos no seio de equipas de investimento ativas sobre todos os principais mercados;
- *os investimentos especializados*: com especialistas numa classe de ativos ou numa área específica (principalmente a gestão alternativa e a multi-gestão), no seio de estruturas especializadas comparáveis a boutiques;
- *os fornecedores de soluções à escala local ou regional*: gestores de ativos locais encarregues de uma clientela e/ou de uma zona geográfica específica, principalmente nos mercados emergentes.

Com 403 biliões de euros de ativos geridos e aconselhados e mais de 3 400 profissionais operando em 42 países, o BNPP IP oferece uma gama completa de serviços de gestão de ativos destinados a clientes institucionais e de distribuidores em todo o mundo.

O BNPP IP está presente nos principais centros financeiros, entre os quais Bruxelas, Hong Kong, Londres, Milão, Nova Iorque, Paris e Tóquio. Está igualmente muito bem implantado num grande número de mercados emergentes com equipas presentes no terreno (Brasil, China, Índia, Indonésia, Rússia e Turquia) que lhe permite adaptar a sua oferta às necessidades de cada mercado. O BNPP IP é assim simultaneamente um investidor mundial e um parceiro local.

Com base nos ativos sob gestão, o BNPP IP é classificado n° 4 entre os gerentes de ativos europeus⁽⁷⁾.

O BNP Paribas Investment Partners alia a solidez financeira, a rede de distribuição e a gestão rigorosa do BNP Paribas à reatividade, à especialização e ao espírito de empresa das pequenas sociedades de gestão.

(1) Fonte: classificação Leaseurope 2010 publicada em agosto de 2011.

(2) Fonte: Asociación Española De Renting De Vehículos (AER), Espanha, outubro de 2011.

(3) Fonte: Syndicat National des Loueurs de Voitures Longue Durée, 1º trimestre de 2011.

(4) Fonte: FISE ANIASA (Federazione Imprese di Servizi – Associazione Nazionale Industria dell'Autoleggio e Servizi Automobilistici), Itália, setembro de 2011.

(5) Fonte: PZWLP fevereiro de 2012.

(6) Montantes após transferência servicing, fora ativos a curto prazo.

(7) Fonte: classificação IPE de junho de 2011, segundo os ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2010.

BNP PARIBAS CARDIF

O BNP Paribas Cardif tem por missão assegurar as pessoas, as suas famílias e os seus bens.

Este comercializa os seus produtos e serviços em matéria de poupança e de proteção por intermédio de parceiros diversos.

Próximo dos seus clientes, o BNP Paribas Cardif desenvolveu uma experiência única em parceria de seguros e uma capacidade para se adaptar à especificidade de cada parceiro nos mercados da Europa, da Ásia e da América latina, onde ocupa posições fortes.

O BNP Paribas Cardif procura responder às expectativas dos seus clientes, acompanhando cada parceiro nos seus projetos e cada assegurado em todas as etapas da sua vida.

Ator mundial em seguros de pessoas, o BNP Paribas Cardif posiciona-se como 10º seguradora europeia⁽¹⁾ e ambiciona tornar-se a referência mundial em parceria de seguros.

Três principais canais de distribuição

- a banca de retalho do BNP Paribas em França, em Itália, no Luxemburgo, na Bélgica, na Turquia e na Ucrânia;
- os bancos, instituições financeiras e empresas de grande distribuição;
- os corretores, redes de conselheiros em gestão de património independentes e Internet.

WEALTH MANAGEMENT

O BNP Paribas Wealth Management reúne as atividades de banca privada no seio do BNP Paribas. Visando uma abordagem global da relação com os clientes, a atividade combina, para estes, segurança e capacidade de inovação em matéria de produtos e serviços.

O BNP Paribas Wealth Management propõe produtos e serviços com forte valor acrescentado, concebidos para responder às expectativas de uma clientela exigente. A oferta inclui nomeadamente:

- serviços de engenharia patrimonial tais como a organização do património, a otimização do modo de detenção dos ativos;
- serviços financeiros tais como o aconselhamento em atribuição de ativos, a seleção de produtos de investimento ou de títulos, a gestão sob mandato;
- conselhos de peritos em áreas específicas tais como a arte, o imobiliário ou a filantropia.

Num contexto fortemente afetado pelas novas regulamentações, a atividade está organizada a fim de responder aos objetivos seguintes:

- acompanhar o desenvolvimento da atividade de banca privada nos países onde o Grupo dispõe de redes de banca de retalho;
- desenvolver as atividades do BNP Paribas Wealth Management nos mercados com forte crescimento;
- tomar ou reforçar as posições via uma cooperação estreita com o Corporate & Investment Banking e através de outras parcerias;
- aumentar a transversalidade entre as zonas e as funções suportes.

Os clientes beneficiam da especialização das equipas transversais da atividade, tanto para a oferta financeira e patrimonial como em matéria de diversificação. Para propor estes serviços, o BNP Paribas Wealth Management apoia-se nas outras atividades do Grupo (Investment Partners, Securities Services, Cardif, Corporate Finance, Fixed Income, Equity Derivatives) assim como em fornecedores de produtos e serviços externos selecionados. A fim de reforçar a sua capacidade em conquistar e aconselhar as maiores fortunas mundiais (« Key Clients »), a atividade apoia-se igualmente numa equipa dedicada responsável pela cobertura mundial deste segmento.

Com 244 biliões de euros de ativos geridos em 2011 e cerca de 6 100 profissionais implantados em cerca de 30 países, o BNP Paribas Wealth Management está classificado no top 3 dos bancos privados mundiais e nº 2 dos bancos privados europeus pelo Private Banker International e nº 7 mundial e nº 3 na Europa Ocidental segundo o estudo Euromoney⁽²⁾. Em França com 69 biliões de euros de ativos geridos, é nº 1⁽³⁾.

BNP PARIBAS PERSONAL INVESTORS

O BNP Paribas Personal Investors propõe a particulares uma consultoria financeira independente e um amplo leque de serviços de investimento. Este conjuga as forças de três grandes atores:

- Cortal Consors, especialista e número 1 na Europa⁽⁴⁾ da poupança e da corretagem em linha para os particulares, que oferece a mais de um milhão de clientes serviços de corretagem em linha e conselhos personalizados em investimento através diferentes canais de distribuição (Internet, telefone e frente a frente) na Alemanha, em França e em Espanha. A sua larga gama de produtos e serviços independentes inclui soluções de investimento a curto prazo, OPCVMs e produtos de seguros de vida;
- B*capital, empresa de investimento, que oferece aos seus clientes um acesso direto a uma gama completa de mercados (ações, obrigações, derivados), assim como serviços de análise financeira, de aconselhamento personalizado em Bolsa e de gestão ativa de carteira. B*capital é o acionista maioritário da empresa de Bolsa Portzamparc, especializada em pequenas e médias capitalizações;
- Geojit BNP Paribas é um dos principais corretores para os particulares na Índia. Este propõe serviços de corretagem sobre ações e derivados e produtos de poupança financeira por telefone, Internet e via uma rede de aproximadamente 530 agências no conjunto do território indiano. Geojit BNP Paribas está igualmente presente nos Emirados Árabes Unidos, na Arábia Saudita, em Omã, no Bahrein e no Kuwait, onde visa principalmente a clientela indiana não residente.

No Luxemburgo e em Singapura, o BNP Paribas Personal Investors oferece serviços e investimentos a uma clientela internacional e de expatriados.

Desde junho de 2011, o BNP Paribas Personal Investors gere as atividades do TEB Investment na Turquia, constituído por serviços de corretagem para os clientes institucionais e os particulares via Internet e uma rede de 29 agências.

(1) Fonte: estudo fundado nas informações publicadas pelos concorrentes.

(2) Fonte: Euromoney 2012.

(3) Fonte: Décideurs Stratégie Finances Droit 2011 e Euromoney 2012.

(4) Fonte: BCG, dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, o BNP Paribas Personal Investors(1) contava 1,4 milhão de clientes para um ativo gerido de 32 bilhões de euros, repartido entre 39% de ativos bolsistas e 35% de produtos de poupança ou de OPCVM e 26% de liquidez. O BNP Paribas Personal Investors emprega cerca de 4000 pessoas.

A ambição do BNP Paribas Personal Investors é reforçar a sua posição de líder na Europa e nos mercados emergentes que apresentam uma forte capacidade de poupança assim como desenvolver sinergias no seio do grupo BNP Paribas.

BNP PARIBAS SECURITIES SERVICES

O BNP Paribas Securities Services é um dos principais atores mundiais da atividade de títulos(2). Em 2011, os ativos em conservação baixaram - 2,7 % em relação a 2010, com 4 517 bilhões de euros. Os ativos sob administração progrediram + 7,4 % com 828 bilhões de euros. O número de fundo também aumentou + 11,3 % com 7 044. O número de transações tratadas cresceu + 4,4 % com 49 milhões, num contexto de forte atividade nos mercados financeiros.

O Paribas Securities Services propõe soluções integradas a todos os atores do ciclo de investimento, *sell-side*, *buy-side* e emissores.

- os bancos de investimento, *broker-dealers*, bancos e infraestruturas de mercado beneficiam de soluções personalizadas em matéria de execução, de compensação de instrumentos derivados, de compensação local e global, de pagamento-entrega e de conservação para todas as classes de ativos onshore e offshore em todo o mundo. São igualmente propostas soluções de subcontratação para as atividades de middle e de back-office;
- os investidores institucionais (gestores de ativos, de fundos alternativos, de fundos soberanos, companhias de seguros, fundos de pensão, distribuidores e promotores de fundos) dispõem de uma extensa gama de serviços: conservação global, banco de depósito e *trustee*, agente de transferência e apoio à distribuição de fundos, administração de fundos e subcontratação de *middle-office*, reporting de investimento, medição do risco e do desempenho;
- os emissores (originadores, organizadores e empresas) têm acesso a uma extensa oferta de serviços fiduciários: titularização e financiamento estruturado, serviços de agente da dívida, aconselhamento aos emissores, gestão dos planos de stock-options e de acionariado assalariado, serviços aos acionistas e gestão das Assembleias Gerais;
- serviços de mercado e de financiamento são propostos a todos os tipos de clientes: empréstimo concedido e empréstimo contraído de títulos, gestão de câmbio, gestão de crédito e de colateral, e financiamentos.

(1) Incluindo Geojit à razão de 34 %.

(2) Fonte: resultados do BNP Paribas Securities Services em 31 de dezembro de 2011 para os ativos em conservação; comunicação financeira dos 10 principais concorrentes.

(3) Fonte: Property Week, junho de 2011.

(4) Fonte: classificação dos promotores da Innovapresse, setembro de 2011.

(5) Fonte: Euromoney, setembro de 2011.

(6) Fonte: Imobiliário Manager, setembro de 2011.

(7) Fonte: Lettre M2.

(8) Fonte: Expertise, novembro de 2011.

(9) Fonte: IEIF, março de 2011.

BNP PARIBAS REAL ESTATE

Com 3 400 colaboradores, o BNP Paribas Real Estate é nº 1 dos serviços imobiliários às empresas na Europa continental(1) e é um dos principais atores do imobiliário residual em França(4).

O cliente está no centro da estratégia da empresa e da sua organização comercial. Pode ser uma empresa, um investidor institucional, um particular, um promotor ou uma entidade pública.

O BNP Paribas Real Estate responde às necessidades dos seus clientes em todas as etapas do ciclo de vida de um bem imobiliário. A atividade pode mobilizar para isso a sua gama completa de serviços:

- Promoção – nº 1 em Imobiliário de Empresa e nº 6 em habitações em França(4);
- Advisory (Transação, Consultoria, Peritagem) – nº 1 em França(5) e na Alemanha(6);
- Property Management (Administração de Bens) – nº 2 em França(7) e nº 1 na Bélgica(8);
- Investment & Asset Management – nº 1 da coleta dos SCPI(9).

Esta oferta global está estruturada em linhas de atividades internacionais.

Esta cobre todos os produtos imobiliários tais como os escritórios, armazéns, plataformas logísticas, comércios, hotéis, habitações, residências estudantes «*les Studélites*» e residências de turismo de negócios da marca «Hipark».

Em imobiliário residencial, o BNP Paribas Real Estate está sobretudo presente em França.

Em imobiliário de empresa, o BNP Paribas Real Estate acompanha os seus clientes em 30 países:

- através das implantações diretas (15 países):
 - na Europa: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Hungria, Irlanda, Itália, Jersey, Luxemburgo, Polónia, República checa, Reino Unido, Roménia,
 - na Índia e no Golfo;
- via «Alianças» com parceiros locais (15 países).

Empresa cidadã e responsável, o BNP Paribas Real Estate está em além disso envolvida em várias ações a favor do respeito do ambiente, da arquitetura e da formação dos jovens.

CORPORATE AND INVESTMENT BANKING

O BNP Paribas Corporate & Investment Banking (CIB) conta cerca de 20 000 pessoas, repartidas em mais de 50 países. O BNP Paribas CIB opera nas atividades de financiamento assim como no aconselhamento e nas atividades de mercado de capitais. Em 2011, o BNP Paribas CIB trouxe uma contribuição ao grupo BNP Paribas de 23 % do resultado líquido bancário e de 37 % do resultado antes de imposto.

Os clientes do BNP Paribas CIB, compostos por empresas, instituições financeiras, e fundos de investimentos estão no centro da estratégia e do «business model» do BNP Paribas CIB. As equipas têm por principal objetivo desenvolver e manter relações a longo prazo com os seus clientes, acompanhá-los na sua estratégia de desenvolvimento ou de investimento e responder com soluções globais às suas necessidades de financiamento, de aconselhamento financeiro e de gestão dos seus riscos. Em 2011, o BNP Paribas CIB continuou a reforçar a sua liderança europeia e a desenvolver as suas atividades no plano internacional, afirmando o seu papel de parceiro europeu de referência junto de várias empresas e instituições financeiras em todo o mundo.

Num contexto de mercado muito difícil caracterizado por uma regulamentação mais condicionante, o reforço das inquietudes sobre as dívidas soberanas de alguns países europeus e um abrandamento económico nos países desenvolvidos, o BNP Paribas CIB foi levado a implementar em 2011 medidas de adaptação das suas atividades. Para fazer face a este novo ambiente, o BNP Paribas CIB implementou um plano de redução dos seus ativos assim como das suas necessidades de financiamento em dólares que será realizado até finais de 2012.

STRUCTURED FINANCE (SF)

Na confluência das atividades de crédito e de mercados de capitais, o Structured Finance (SF) concebe soluções de financiamento personalizadas a curto e médio prazo para uma clientela mundial. Presente em cerca de 40 países, com mais de 2 100 especialistas, o SF cobre toda a gama de financiamento, desde a originação à estruturação, da execução à sindicância, e gere igualmente as atividades de cash management de CIB fora da Europa.

O SF deu ao BNP Paribas um papel importante nas atividades de financiamento de energia e matérias-primas, de financiamento de ativos (aeronáutica, marítima, imobiliário), de financiamento de exportações, de financiamento por efeito de alavanca, de financiamento de projetos, de financiamento de aquisições corporate, de trade finance, de cash management e por fim de sindicância de empréstimos concedidos.

Em 2011, o SF concluiu várias operações que contribuíram para o financiamento da economia. A atividade financiou os projetos de investimento e de desenvolvimento dos seus clientes fornecendo-lhes as melhores soluções, integradas e adaptadas às suas necessidades. Estes beneficiam assim de uma oferta global associando uma especialização em produtos e equipas comerciais dedicadas. No âmbito da adaptação do Grupo ao novo ambiente, o SF contribuiu sensivelmente para as medidas de adaptação tomadas pelo CIB para reduzir as suas necessidades de financiamento em dólares e os seus ativos médios ponderados pelos riscos.

O SF recebeu, de novo este ano, múltiplas distinções que constituem elementos de reconhecimento das suas equipas e da qualidade das suas realizações:

- N° 5 Globally in Cash Management (*Euromoney* 2011);
- Best Project Finance House in Western Europe (*Euromoney* 2011);
- Best Energy Finance Bank (*Trade Finance Magazine* 2011);
- Emerging EMEA Loan House (*IFR* 2011);

- N° 1 Mandated Lead Arranger (MLA) for Global Trade Finance Loans (excl. sole bank loans) for 2011 (*Dealogic*);
- N° 1 MLA (by number of deals) and n° 3 (by volume) in ECA-backed Trade Finance Loans for 2011 (*Dealogic*);
- N° 2 Global Financial Adviser (*Infrastructure Journal* 2011);
- N° 2 Global Renewables Financial Adviser (*Infrastructure Journal* 2011);
- N° 1 Bookrunner (*Dealogic*) and n° 1 Bookrunner and Mandated Lead Arranger (*Thomson Reuters*) in EMEA syndicated loans for 2011 by volume and number of deals;
- N° 1 Bookrunner in the EMEA Leveraged Loan market for 2011 by number of deals (*Dealogic*);
- N° 1 Best Arranger of Western European Loans, n° 2 Most Impressive Arranger of EMEA Loans et N° 2 Best Arranger of Corporate Loans (*EuroWeek Syndicated Loans Awards* 2011).

CORPORATE AND TRANSACTION BANKING EUROPA

A atividade Corporate and Transaction Banking Europa (CTBE), criada em fevereiro de 2010, está no centro da ambição do BNP Paribas de tornar-se «O banco das empresas na Europa». O CTBE oferece aos seus clientes empresas todos os serviços diários em matéria de «corporate banking», em coordenação com os centros de competência «Global Cash Management», «Global Trade Solutions» e «Global Factoring» e, ao lado das outras linhas de atividade do CIB, todos os serviços de banco de investimento.

O CTBE concentra-se numa clientela local de grandes e médias empresas e nas suas filiais locais dos clientes do BNP Paribas oriundas de todas as regiões, quer estejam sob a tutela do CIB, dos mercados domésticos ou das outras entidades da banca de retalho.

Ao colocar o acento na oferta da banca comercial para todos os seus clientes, o CTBE propõe soluções de financiamento, de cash management e de negócio. O CTBE trabalha em coordenação com o BNP Paribas Factor, o BNP Paribas Leasing Solutions e o Arval para distribuir uma gama de soluções locativas e de factoring. Enfim, o CTBE coopera com as diferentes atividades do CIB para propor aos seus clientes os seus produtos e serviços, nomeadamente com a atividade Fixed Income em matéria de soluções simples de cobertura dos riscos de taxa e de câmbio.

O CTBE está presente em 16 países (Alemanha, Áustria, Bulgária, Dinamarca, Espanha, Hungria, Irlanda, Noruega, Países Baixos, Portugal, República checa, Roménia, Reino Unido, Rússia, Suécia, Suíça) com 30 centros de negócios. 8 000 clientes são servidos por 200 responsáveis de clientela, 40 encarregados de negócios Cash Management e 25 encarregados de negócios Trade Solutions.

CORPORATE FINANCE

A atividade Corporate Finance é responsável pelas operações de consultoria em fusões e aquisições (mandatos de consultoria para compra ou venda, consultoria financeira estratégica, consultoria em privatização, etc.), operações

de consultoria em reestruturação e atividades de mercado primário de ações (introdução em Bolsa, aumento de capital, investimento secundário, emissão de obrigações convertíveis, trocáveis). Cerca de 400 profissionais repartidos através de uma rede mundial organizada em torno de duas plataformas principais, na Europa e na Ásia, e de uma presença crescente no Médio Oriente, em África e no continente Americano.

Em fusões-aquisições, o BNP Paribas confirma o seu posicionamento no top 10 na Europa: n.º 9 na Europa (*Thomson Reuters*, operações realizadas), n.º 1 em França (*Thomson Reuters, Dealogic* – operações anunciadas e realizadas), n.º 3 na Itália (*Dealogic* – operações anunciadas) e n.º 4 em Espanha (*Thomson Reuters* – operações anunciadas) em 31 de dezembro de 2011.

O BNP Paribas obteve por outro lado as distinções seguintes:

- «M&A Deal of the Year in Europe» atribuída por *The Banker* pela fusão das atividades da GDF Suez Energy International e da International Power;
- «Best M&A House in France» atribuída por *Euromoney*;
- «Financial Advisor for France» atribuída por *FT Mergermarket*.

Na região África do Norte/Médio Oriente o Banco coloca-se no 1.º lugar do ranking (*Thomson Reuters, operações anunciadas*) e obtém a distinção «M&A Deal of the Year in Africa» atribuída pelo *The Banker* à transação relativa à cessão das atividades africanas de Zain à Bharti Airtel.

No mercado primário de ações, o BNP Paribas afirmou a sua liderança na região Europa/Médio-Oriente/África classificando-se em 2.º enquanto bookrunner de operações «EMEA equity-linked» de acordo com o *Dealogic* em 31 de dezembro de 2011. O BNP Paribas consta além disso no 5.º lugar do ranking enquanto bookrunner de introduções em Bolsa (IPOs) (*Thomson Reuters*). O BNP Paribas obteve por outro lado, pelo segundo ano consecutivo, a prestigiosa distinção «EMEA Structured Equity House of the Year» atribuída por *IFR* em dezembro de 2011.

Na Ásia, a introdução na Bolsa de Hong Kong do Sun Art Retail Group, no valor de 1,2 bilhão de dólares americanos, para a qual o BNP Paribas agiu enquanto bookrunner, obteve as duas distinções seguintes:

- «Best Equity Deal», «Best IPO» atribuída por *FinanceAsia*;
- «Best IPO» atribuída por *Asiamoney*.

GLOBAL EQUITIES & COMMODITY DERIVATIVES

A divisão Global Equities & Commodity Derivatives (GECD) do BNP Paribas CIB oferece produtos derivados sobre ações e matérias-primas, índices e fundos assim como soluções de financiamento e uma plataforma de corretagem sobre ações integrada. Esta apoia-se para isso em 1 400 profissionais do front office presentes em 3 grandes regiões (Europa, América, Ásia - Pacífico).

O GECD organiza-se em torno de 3 atividades:

A atividade Structured Equity oferece soluções estruturadas a uma larga paleta de clientes quer sejam particulares, empresas, redes bancárias, seguros ou caixas de previdência. As equipas do Structured Equity colocam à disposição dos seus clientes produtos estruturados por medida, ou cotados em Bolsa para responder às suas necessidades em termos de proteção de capital, de rendimento e de diversificação.

A atividade de Flow and Financing responde às necessidades dos investidores institucionais e dos hedge funds. Esta propõe estratégias de investimento ou de cobertura apropriadas e inovadoras, nos mercados de ações do mundo inteiro, e o acesso a soluções de financiamento por intermédio do Prime Brokerage, do empréstimo concedido-contraído de títulos ou de financiamentos sintéticos. A atividade coloca igualmente à disposição dos seus clientes uma plataforma de corretagem sobre ações integrada em pleno desenvolvimento, que combina numerosos serviços de pesquisa, de venda, de trading e de execução.

A atividade Commodity Derivatives propõe às empresas cuja atividade está fortemente ligada à cotação das matérias-primas (produtores, refinarias, companhias de transporte) uma gama de soluções de cobertura do risco sobre estes produtos. Oferece igualmente aos investidores um acesso às matérias-primas através de estratégias de investimento variadas e soluções estruturadas.

Prémios 2011

As distinções atribuídas pela sua atividade em 2011 demonstram o *know-how* e o profissionalismo do GECD:

- Structured Products House of the Year (*Risk Magazine* 2011);
- House of the Year (*Structured Products Europe Awards* 2011);
- House of the Year (*Structured Products Americas Awards* 2011);
- Derivatives House of the Year (*The Asset Triple A Investment Awards* 2011);
- Derivatives House of the Year (*Energy Risk Magazine* 2011);
- Precious Metals House of the Year (*Energy Risk Magazine* 2011);
- Energy Brokerage House of the Year, Asia (*Energy Risk Magazine* 2011);
- Commodities House of the Year (*Commodity Business Awards* 2011);
- Excellence in Commodity Risk Exposure Mitigation (*Commodity Business Awards* 2011);
- Excellence in Commodity Finance & Structured Products (*Commodity Business Awards* 2011);
- Best Equity Derivatives Provider, Asia (*Global Finance Magazine* 2011).

FIXED INCOME

Fixed Income, a atividade que opera sobre os produtos de taxas, câmbio e crédito do BNP Paribas CIB, é um ator chave em matéria de soluções globais de crédito, de câmbio e de taxas de juro. Com a sua sede em Londres, sete outros escritórios principais em Bruxelas, Nova Iorque, São Paulo, Hong Kong, Singapura e Tóquio, assim como escritórios regionais em toda a Europa, as Américas, o Médio-Oriente e a região Ásia Pacífico, a atividade conta cerca de 2 400 pessoas em todo o mundo.

A atividade cobre uma larga gama de produtos e serviços que vão desde a originação à venda, ao trading, passando pela estruturação, a sindicância, a pesquisa e as plataformas eletrónicas. Uma rede global de especialistas permitiu à atividade criar uma clientela larga e diversificada junto dos fundos de investimento, das companhias de seguros, dos bancos, das empresas, dos governos e dos organismos supranacionais.

Equipas de especialistas dedicadas em cada região contribuem para o financiamento da economia ao responder às necessidades dos clientes graças a soluções de financiamento tais como emissões obrigacionistas. A atividade Fixed Income oferece também à sua clientela institucional

APRESENTAÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS

Apresentação dos polos e das atividades

novas oportunidades de investimento e soluções para a gestão de risco nas áreas das taxas, da inflação, do câmbio e do crédito. Em 2011, a atividade trouxe um real valor acrescentado à sua clientela, como testemunham as classificações oficiais e os prémios:

Classificações 2011

- N° 1 bookrunner para as emissões obrigacionistas em euro, n° 4 bookrunner de emissões obrigacionistas internacionais em todas as divisas (*Thomson Reuters Bookrunner Rankings* 2011);
- N° 4 em produtos de taxas em euro e n° 4 em produtos de inflação em todas as divisas (*Total Derivatives/Euromoney Interest Rate Derivatives Survey* 2011);
- N° 2 em derivados de crédito – índices e tranches, Europa (*Risk Institutional Investor Survey* 2011);
- N° 2 em serviços de câmbio às instituições financeiras (*Asiamoney FX Poll* 2011);
- N° 1 em pesquisa de crédito no setor « bancos »; n° 2 nos sectores « produtos de consumo », e n° 5 em ideias de trading (*Euromoney Fixed Income Research Poll* 2011);
- N° 2 em derivados de crédito no conjunto (*AsiaRisk Interdealer Rankings*, 2011).

Prémios 2011

- Structured Products House of the Year (*Risk Magazine* 2012);
- Structured Products House of the Year (*Structured Products Europe* 2011);
- Structured Products House of the Year (*Structured Products Americas* 2011);
- Interest Rates House of the Year (*Structured Products Europe* 2012);
- Best Issuer for Covered Bonds, Best Bank for Structuring (*The Cover/EuroWeek Covered Bond Awards* 2011);
- Best Corporate Bond House, Best Bank for Corporate Secondary Markets, Best Bank for Corporate Liability Management (*EuroWeek Awards* 2011);
- Most Innovative for Interest Rate Derivatives (*The Banker* 2011);
- Derivatives House of the Year in Asia-Pacific, Best Credit Derivatives House, Best Derivatives House Korea (*The Asset Triple A Investment Awards* 2011);
- Credit Derivatives House of the Year (*Asia Risk Magazine* 2011);
- Covered Bond House (*IFR* 2011).

BNP PARIBAS « PRINCIPAL INVESTMENTS »

O BNP Paribas «Principal Investments» é responsável pela gestão da carteira de participações cotadas, não cotadas e de créditos soberanos dos países emergentes do grupo BNP Paribas.

ATIVIDADE PARTICIPAÇÕES COTADAS

A equipa Gestão das Participações Cotadas tem por missão a tomada de participações minoritárias em empresas cotadas e a gestão das mesmas, por conta do Grupo. Os investimentos são geralmente realizados em grandes empresas com larga capitalização e a carteira é composta em maioria por empresas francesas. O seu objetivo consiste em valorizar os ativos numa ótica a médio prazo.

ATIVIDADE PARTICIPAÇÕES NÃO COTADAS

A equipa da Gestão das Participações Não Cotadas tem por responsabilidade a gestão da carteira de participações não cotadas do Grupo (investimentos diretos e indiretos através dos fundos). A este título, a

atividade identifica e analisa oportunidades de investimentos, estrutura operações, assegura a gestão das participações numa perspectiva de valorização a médio prazo e organiza as cessões das linhas históricas.

CRÉDITOS SOBERANOS SOBRE PAÍSES EMERGENTES

A equipa tem por missão:

- o acompanhamento, por conta do Grupo, das reestruturações dos créditos soberanos sobre os países emergentes em dívida ou em dificuldade e a participação nos Comitês de credores (Clube de Londres), ver a sua presidência, quando esses Comitês são criados;
- a gestão da carteira de créditos soberanos sobre os países emergentes alojada no Principal Investments, numa ótica de valorização a médio prazo.

KLÉPIERRE

Presente em 13 países, entre os quais a França, a Bélgica, a Noruega, a Suécia, a Dinamarca, a Itália e Espanha, a Klépierre é um dos mais importantes proprietários e gestores de centros comerciais na Europa continental com 335 centros sob gestão (representando uma massa de mais de 16 000 contratos de arrendamento), 271 dos quais detidos por si mesma. O Grupo, através das suas filiais Ségécé e Steen & Strøm, é detentor de uma especialização e de uma experiência de mais de 50 anos na gestão e no desenvolvimento de centros comerciais.

A Klépierre está assim em medida de propor uma plataforma única ao serviço da estratégia de expansão das grandes insígnias internacionais à escala pan-europeia.

A Klépierre oferece igualmente soluções de externalização imobiliária (sale and lease back) no comércio de periferia e de centro de cidade em França, graças à sua filial Klémurs.

A Klépierre detém e gere por outro lado uma carteira de imóveis de escritórios concentrada nos principais bairros de negócios de Paris e a sua primeira cintura (3,4 % do património em 31 de Dezembro de 2011).

Em 31 de Dezembro de 2011, o património da Klépierre está valorizado em 16 176 milhões de euros (exceto direitos) e o seu efetivo ascende a 1500 assalariados.

Klépierre e Klémurs são Sociedades de investimentos imobiliários cotadas (SIIC), presentes respetivamente no compartimento A e no compartimento C da Euronext Paris™.

O grupo Klépierre na Europa ⁽¹⁾:

- 13 países de implantação;
- 1 500 colaboradores;
- 16,2 biliões de euros de património (exceto direitos);
- 271 centros comerciais detidos;
- 335 centros comerciais geridos.

1.5 BNP Paribas e os seus acionistas

O CAPITAL SOCIAL

O capital do BNP Paribas SA ascendia em 31 de Dezembro de 2010 a 2 396 307 068 euros composto por 1 198 153 534 ações (as mudanças ocorridas durante os exercícios anteriores são lembradas na parte «Evolução do capital e resultado por ação»).

Em 2011, o número de ações ordinárias compondo o capital social foi afetado pelas duas séries de operações seguintes:

- criação de 3 270 711 ações no seguimento de subscrições no âmbito dos planos de opções ;
- subscrição de 6 315 653 títulos no âmbito do aumento de capital reservado aos assalariados.

Assim, em 31 de Dezembro de 2011, o capital do BNP Paribas ascendia a 2 415 479 796 euros composto por 1 207 739 898 ações com valor nominal de dois euros cada uma ⁽²⁾.

Estas ações, inteiramente libertas, são de forma nominativa ou ao portador, à escolha do titular, sob reserva das disposições legais em vigor. **Não existe qualquer direito de voto duplo nem qualquer limitação ao exercício dos direitos de voto, nem qualquer direito a dividendo aumentado, ligado a estes valores mobiliários.**

(1) Dados em 31 de dezembro de 2011.

(2) Desde o fim do exercício social, foi registada a criação de 6 088 ações no seguimento de subscrições no âmbito dos planos de opções. Assim, a 17 de Janeiro de 2012, o capital do BNP Paribas ascendia a 2 415 491 972 euros composto de 1 207 745 986 ações com valor nominal de dois euros cada uma.

EVOLUÇÃO DO ACIONARIADO

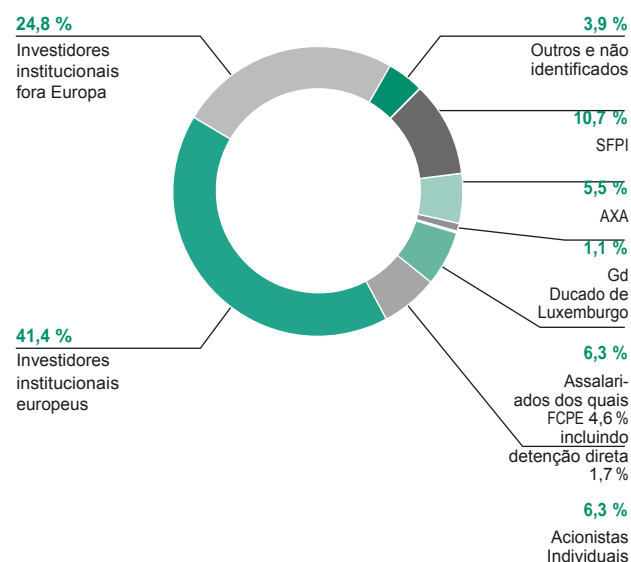
➤ EVOLUÇÃO DA DETENÇÃO DO CAPITAL DO BANCO DURANTE OS 3 ÚLTIMOS ANOS

| Datas | 31/12/2009 | | | 31/12/2010 | | | 31/12/2011 | | |
|---|------------------------------|--------------|--------------|------------------------------|--------------|--------------|------------------------------|--------------|--------------|
| | Número de ações (em milhões) | % do capital | % dos DDV | Número de ações (em milhões) | % do capital | % dos DDV | Número de ações (em milhões) | % do capital | % dos DDV |
| SFPI(*) | 127,75 | 10,8 % | 10,8 % | 127,75 | 10,7 % | 10,7 % | 127,75 | 10,6 % | 10,7 % |
| AXA | 61,63 | 5,2 % | 5,2 % | 61,65 | 5,1 % | 5,2 % | 65,67 | 5,4 % | 5,5 % |
| Gd Ducado do Luxemburgo | 12,87 | 1,1 % | 1,1 % | 12,87 | 1,1 % | 1,1 % | 12,87 | 1,1 % | 1,1 % |
| Assalariados | 67,69 | 5,7 % | 5,8 % | 69,63 | 5,8 % | 5,8 % | 74,60 | 6,2 % | 6,3 % |
| - dos quais FCPE Grupo | 49,43 | 4,2 % | 4,2 % | 50,84 | 4,2 % | 4,2 % | 54,80 | 4,5 % | 4,6 % |
| - dos quais detenção direta | 18,26 | 1,5 % | 1,6 % | 18,79 | 1,6 % | 1,6 % | 19,80 | 1,7 % | 1,7 % |
| Mandatários sociais | 0,48 | NC | NC | 0,47 | NC | NC | 0,58 | NC | NC |
| Títulos detidos pelo Grupo(**) | 3,66 | 0,3 % | - | 2,99 | 0,3 % | - | 16,48 | 1,4 % | - |
| Acionistas Individuais | 63,63 | 5,4 % | 5,4 % | 66,00 | 5,5 % | 5,5 % | 75,00 | 6,2 % | 6,3 % |
| Inv. Institucionais | 780,17 | 65,9 % | 66,1 % | 849,37 | 70,9 % | 71,1 % | 788,71 | 65,3 % | 66,2 % |
| (dos quais «Investidores Socialmente Responsáveis») | (6,00) | (0,5 %) | (0,5 %) | (4,36) | (0,4 %) | (0,4 %) | (5,91) | (0,5 %) | (0,5 %) |
| - Europeus | 486,61 | 41,1 % | 41,2 % | 523,08 | 43,7 % | 43,8 % | 493,63 | 40,9 % | 41,4 % |
| - Não Europ. | 293,56 | 24,8 % | 24,9 % | 326,29 | 27,2 % | 27,3 % | 295,08 | 24,4 % | 24,8 % |
| Outros e não identificados | 66,27 | 5,6 % | 5,6 % | 7,42 | 0,6 % | 0,6 % | 46,08 | 3,8 % | 3,9 % |
| TOTAL | 1 184,15 | 100 % | 100 % | 1 198,15 | 100 % | 100 % | 1 207,74 | 100 % | 100 % |

(*) *Société Fédérale de Participations et d'Investissement: sociedade anónima de interesse público agindo por conta do Estado belga.*

(**) *Fora posições de trabalho das tabelas de trading.*

➤ COMPOSIÇÃO DO ACIONARIADO DO BNP PARIBAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (EM DIREITOS DE VOTO)



Que a empresa tenha conhecimento, não existe qualquer acionista, a não ser a SFPI e a AXA, que detenha mais de 5 % do capital ou dos direitos de voto.

A *Société Fédérale de Participations et d'Investissement* (SFPI) tornou-se acionista do BNP Paribas aquando da fusão, concretizada durante o ano de 2009, com o grupo Fortis; esta procedeu durante este exercício, a duas declarações de transposição de limite junto da Autoridade dos Mercados Financeiros (AMF):

■ a 19 de maio de 2009 (informação AMF n° 209C0702), a SFPI declarava ter transposto em alta os limites legais de 5 % e 10 % do capital ou dos direitos de voto do BNP Paribas, no seguimento da contribuição de 74,94 % do Fortis Banque SA/NV, remunerada pela emissão de 121 218 054 ações BNP Paribas representando então 9,83 % do capital e 11,59 % dos direitos de voto. Estava nomeadamente indicado que nem o Estado belga nem a SFPI tencionavam adquirir o controlo do Banco.

O BNP Paribas informou paralelamente a AMF nesse mesmo dia 19 de Maio (informação AMF n° 209C0724), da conclusão de um contrato de opção entre o Estado belga, a SFPI e o Fortis SA/NV (agora Ageas SA/NV desde 29 de Abril de 2010), nos termos do qual o Fortis SA/NV beneficia de uma opção de compra incidindo sobre as 121 218 054 ações BNP Paribas emitidas em remuneração das contribuições efetuadas pela SFPI, de participações detidas no Fortis Banque com faculdade para o BNP Paribas de aplicar um direito de substituição sobre as ações visadas;

■ a 4 de Dezembro de 2009 (informação AMF n.º 2 09C1459), a SFPI declarava deter 10,8 % do capital e dos direitos de voto do BNP Paribas; esta evolução é consecutiva, para o essencial:

- ao aumento de capital realizado em ações ordinárias pelo BNP Paribas em 2009;
- à redução de capital operada pelo Banco no seguimento da anulação, a 26 de Novembro, das ações de preferência emitidas a 31 de Março de 2009 a favor da *Société de Prise de Participation de l'État*.

Não foi recebida qualquer declaração de transposição de limite pelo BNP Paribas em 2010 nem em 2011 por parte da SFPI.

Esclarece-se igualmente que o grupo Axa e o grupo BNP Paribas tinham informado a AMF a 16 de Dezembro de 2005 (informação AMF n.º 205C2221) da conclusão de uma convenção prevendo a manutenção de participações recíprocas estáveis entre os dois grupos e das opções de compra recíprocas em caso de mudança de controlo do capital de um dos dois. As duas empresas informaram a seguir a AMF a 5 de agosto de 2010 (informação AMF n.º 210C0773) ter concluído um protocolo de acordo destinado a substituir a convenção estabelecida em dezembro de 2005; tendo em conta as novas regras decretadas pelos reguladores destinadas às instituições financeiras, as cláusulas deste novo protocolo já não mencionam a manutenção de participações recíprocas estáveis.

O MERCADO DA AÇÃO

Desde a Assembleia-geral Mista de 23 de Maio de 2000 durante a qual os acionistas decidiram a fusão entre o BNP e o Paribas, o título BNP tornou-se BNP Paribas; o código Euroclear-France permaneceu então invariável (13110). A contar de 30 de Junho de 2003, a ação BNP Paribas é designada pelo seu código ISIN (FR0000131104).

As ações BNP foram admitidas à cotação oficial da Bolsa de Paris no âmbito do Regulamento Imediato, a 18 de Outubro de 1993, primeira data de cotação após a privatização, depois a 25 de Outubro no âmbito do Regulamento Mensal. Desde a generalização do mercado à vista a 25 de Setembro de 2000, a ação BNP Paribas é elegível ao SRD (*Service de Règlement Différé*). O título é negociado em Londres no âmbito do SEAQ Internacional, na Bolsa de Frankfurt, assim como em Milão no MTA Internacional desde 24 de Julho de 2006. Além disso, um programa ADR (American Depositary Receipt) 144A «Level 1» está ativo nos Estados Unidos desde a privatização, o JP Morgan Chase agindo enquanto banco de depósito (1 ação BNP Paribas é representada por 2 ADR). Para aumentar a sua liquidez e torná-lo

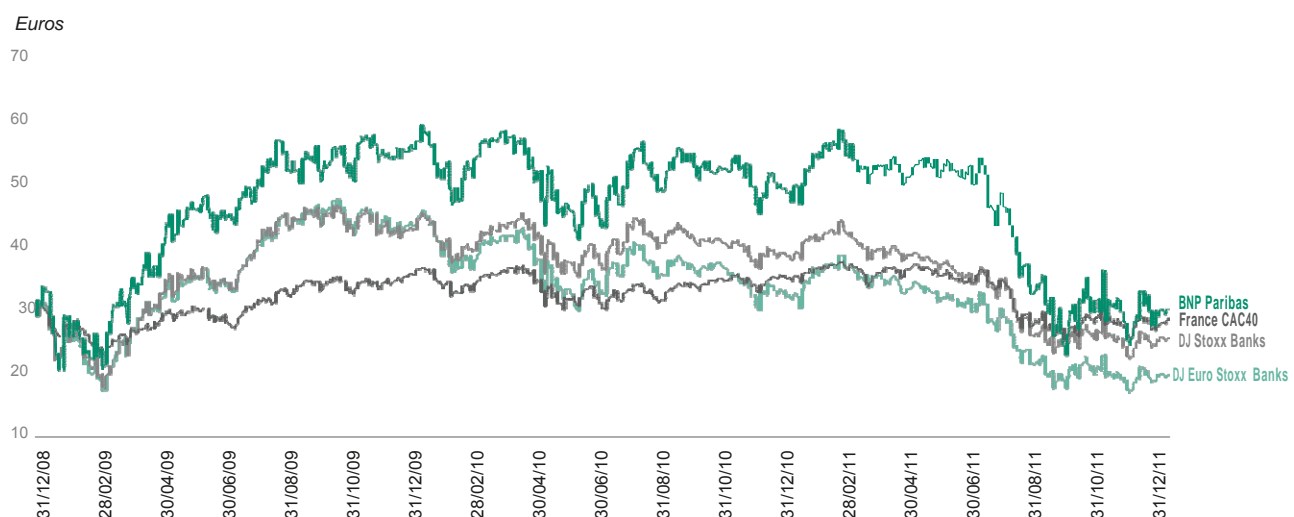
mais visível para os investidores americanos, o ADR negociado no OTCQX International Premier desde 14 de Julho de 2010.

Para manter uma grande acessibilidade aos acionistas individuais, o valor nominal da ação do Banco foi dividido por dois a 20 de Fevereiro de 2002, e fixado em dois euros.

O BNP fez parte das empresas que constituem o índice CAC 40 desde 17 de Novembro de 1993; integrou além disso o EURO STOXX 50 a 1 de Novembro de 1999, e o título do Banco entra na composição do Dow Jones Stoxx50 desde 18 de Setembro de 2000; em 2007, o BNP Paribas integrou o índice «Global Titans 50», que reúne as 50 maiores empresas mundiais. Finalmente, a ação BNP Paribas consta dos principais índices de referência do Desenvolvimento Duradouro: Aspi Eurozone, FTSE4Good (Global e Europa 50), DJSI World, Ethibel. Estes diferentes fatores são favoráveis à liquidez e à apreciação do título visto que este é então uma das necessárias componentes de todas as carteiras e fundos indexados a estes índices.

► COTAÇÃO DA AÇÃO BNP PARIBAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008 A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Comparação com os índices DJ EURO STOXX Banks, DJ STOXX Banks e CAC 40 (índices rebaseados na cotação da ação)

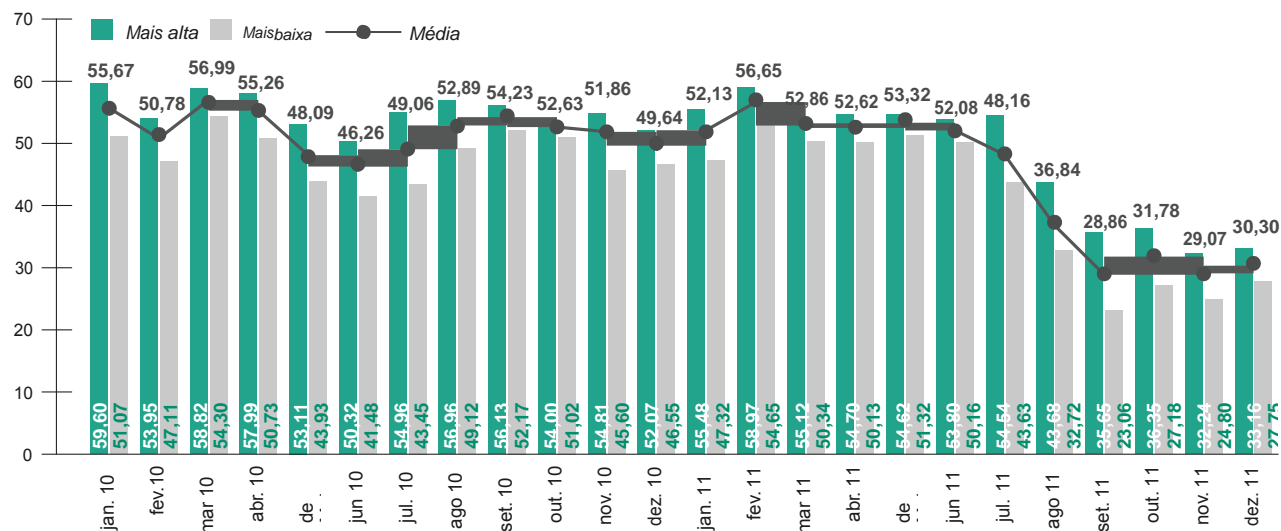


Fonte: Datastream.

APRESENTAÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS

BNP Paribas e os seus acionistas

➤ MÉDIAS MENSAIS E COTAÇÕES DE FECHO MENSAIS EXTREMAS DA AÇÃO BNP PARIBAS DESDE JANEIRO DE 2010



■ De 31 de Dezembro de 2008 a 31 de Dezembro de 2011, a cotação da ação aumentou 3,23 %, a comparar com uma descida de 1,81 % para o CAC 40, mas de 32,06 % para o DJ EURO STOXX Banks (índice dos valores bancários da zona euro) e de 12,29 % para o DJ STOXX Banks (valores bancários europeus).

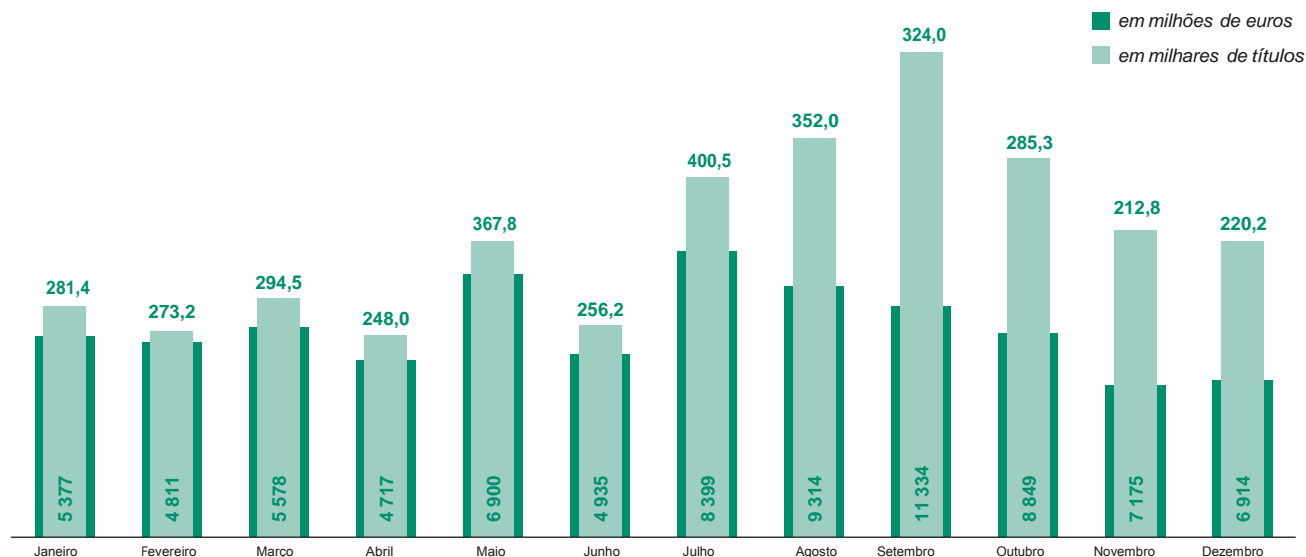
Durante o ano de 2011, o título BNP Paribas (30,35 euros em 30 de dezembro de 2011, último dia de cotação) desceu - 36,25 %, ou seja uma evolução menos favorável do que a do CAC 40 (- 16,95 %) mais próxima da do DJ STOXX Banks (- 32,48 %) e do DJ Euro STOXX Banks (- 37,63 %). Os bancos foram de facto afetados a partir do início do verão pela acentuação de receitas ligados às dívidas de alguns Estados da zona euro e às perspectivas de abrandamento económico.

■ A capitalização bolsista do BNP Paribas ascendia a 36,7 biliões de euros em 31 de Dezembro de 2011, colocando a empresa no 6º lugar do índice CAC 40 (5º finais de 2010); em termos de fluante, o BNP Paribas é o 3º valor de mercado do índice parisiense (idem finais de 2010). No mesmo período, o BNP Paribas ocupava a 15ª posição do DJ Euro STOXX 50 em termos de fluante (8º um ano antes).

■ Os volumes de transações diários em 2011 estabeleceram-se numa média de 7 066 999 títulos trocados diariamente na Euronext Paris, em alta de 37,48 % relativamente ao ano anterior (5 140 273 títulos por sessão em 2010).

■ Ao reintegrar os volumes tratados pelos sistemas multilaterais de negociação (*Multilateral Trading Facilities* ou MTF), a média diária em 2011 ascende a 10 403 586 títulos negociados (Fonte: TAG Audit), ou seja uma progressão de + 43,32 % (7 258 788 em 2010).

➤ VOLUMES TROCADOS EM 2011 NA EURONEXT PARIS (MÉDIA DIÁRIA)



Fonte: NYSE-Euronext Paris.

➤ VOLUMES TROCADOS EM 2011 (MÉDIA DIÁRIA)



Fonte: TAG Audit

O TABLEAU DE BORD DO ACIONISTA

| Em euros | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|--|----------|----------|----------|----------|---------------------|
| Resultado líquido parte do Grupo por ação ^{(1) (*)} | 8,25 | 2,99 | 5,20 | 6,33 | 4,82 |
| Ativo líquido por ação ^{(2) (*)} | 47,40 | 47,31 | 50,93 | 55,48 | 58,25 |
| Dividendo líquido por ação ^(*) | 3,26 | 0,97 | 1,50 | 2,10 | 1,20 ⁽³⁾ |
| Taxa de distribuição (em %) ⁽⁴⁾ | 39,8 | 33,0 | 32,3 | 33,4 | 25,1 ⁽³⁾ |
| Cotação | | | | | |
| mais alta ^{(5) (*)} | 92,40 | 73,29 | 58,58 | 60,38 | 59,93 |
| mais baixa ^{(5) (*)} | 65,64 | 27,70 | 20,08 | 40,81 | 22,72 |
| fim de período ^(*) | 72,13 | 29,40 | 55,90 | 47,61 | 30,35 |
| Índice CAC 40 em 31 de dezembro | 5 614,08 | 3 217,97 | 3 936,33 | 3 804,78 | 3 159,81 |

(1) Com base no número médio de ações em circulação do exercício.

(2) Antes da distribuição. Ativo líquido contabilístico reavaliado sobre número de ações em circulação em fim de período.

(3) Sob reserva da aprovação pela Assembleia-geral de 23 maio de 2012.

(4) Distribuição proposta à Assembleia-geral levada a resultado líquido parte do Grupo.

(5) Registados em sessão.

(*) Os elementos do quadro acima foram ajustados para ter em conta o aumento de capital com manutenção do direito preferencial de subscrição realizado de 30 de setembro a 13 de outubro de 2009 (coeficiente de ajustamento = 0,971895).

A CRIAÇÃO DE VALOR BOLSISTA

RENTABILIDADE TOTAL PARA O ACIONISTA (TOTAL SHAREHOLDER RETURN – TSR -):

Convenções de cálculo

- o dividendo é reinvestido em ações BNP depois BNP Paribas; o ativo fiscal à taxa de 50 % está incluído, até à supressão deste dispositivo no início do exercício 2005;

- exercício dos direitos preferenciais de subscrição aquando dos aumentos de capital de Março de 2006 e de Outubro de 2009;
- os rendimentos são brutos, antes de qualquer imposição e comissão de corretagem.

Resultados do cálculo

O quadro abaixo indica, para os diferentes períodos mencionados acabando em 31 de Dezembro de 2011, a rentabilidade total da detenção de uma ação BNP, depois BNP Paribas, assim como a taxa de rendimento atuarial anual.

| Período de detenção | Data investimento | Cotação histórica de abertura na data do investimento (euros) | Nº de ações em fim de período de cálculo (31/12/2011) | Investimento inicial multiplicado por | Taxa de rendimento anual atuarial |
|--------------------------------|-------------------|---|---|---------------------------------------|-----------------------------------|
| Desde a privatização | 18/10/1993 | 36,59 | 4,02 | x 3,33 | + 6,83 % |
| 18 anos | 03/01/1994 | 43,31 | 3,66 | x 2,57 | + 5,37 % |
| 17 anos | 03/01/1995 | 37,20 | 3,59 | x 2,93 | + 6,53 % |
| 16 anos | 02/01/1996 | 33,57 | 3,52 | x 3,18 | + 7,50 % |
| 15 anos | 02/01/1997 | 30,40 | 3,42 | x 3,41 | + 8,52 % |
| 14 anos | 02/01/1998 | 48,86 | 3,31 | x 2,06 | + 5,28 % |
| 13 anos | 04/01/1999 | 73,05 | 3,24 | x 1,35 | + 2,32 % |
| Desde a criação do BNP Paribas | 01/09/1999 | 72,70 | 3,15 | x 1,32 | + 2,25 % |
| 12 anos | 03/01/2000 | 92,00 | 3,15 | x 1,04 | + 0,33 % |
| 11 anos | 02/01/2001 | 94,50 | 3,07 | x 0,99 | - 0,14 % |
| 10 anos | 02/01/2002 | 100,40 | 2,97 | x 0,90 | - 1,08 % |
| 9 anos | 02/01/2003 | 39,41 | 1,44 | x 1,11 | + 1,13 % |
| 8 anos | 02/01/2004 | 49,70 | 1,38 | x 0,84 | - 2,10 % |
| 7 anos | 03/01/2005 | 53,40 | 1,32 | x 0,75 | - 3,98 % |
| 6 anos | 02/01/2006 | 68,45 | 1,28 | x 0,57 | - 9,04 % |
| 5 anos | 02/01/2007 | 83,50 | 1,22 | x 0,45 | - 14,96 % |
| 4 anos | 02/01/2008 | 74,06 | 1,18 | x 0,49 | - 16,57 % |
| 3 anos | 02/01/2009 | 30,50 | 1,13 | x 1,12 | + 3,86 % |
| 2 anos | 02/01/2010 | 56,11 | 1,07 | x 0,58 | - 23,94 % |
| 1 ano | 03/01/2011 | 48,30 | 1,04 | x 0,65 | - 34,89 % |

O BNP Paribas propõe a seguir duas medidas comparativas da criação de valor acionarial, durante um período correspondente a um horizonte de investimento a longo/médio prazo que é o da maior parte dos seus acionistas individuais.

RENTABILIDADE COMPARATIVA A 5 ANOS DE UM INVESTIMENTO EM AÇÕES BNP PARIBAS PELA COTAÇÃO DE ABERTURA DE 02/01/2007 OU SEJA 83,50 EUROS, COM O LIVRETA E AS OBRIGAÇÕES A MÉDIO PRAZO DO TESOUREIRO.

A criação de valor para o acionista é aqui apreciada comparando o investimento em ações BNP Paribas durante o período, com dois investimentos «sem risco», o *livret A* e as obrigações a médio prazo do Tesouro (OAT).

Rentabilidade total para o acionista de um investimento em ações BNP Paribas

Investimento inicial = 1 ação à cotação de abertura de 02/01/2007, ou seja 83,50 euros

Reinvestimento dos dividendos

Exercício dos direitos preferenciais de subscrição aquando do aumento de capital de Outubro de 2009

Valorização em 31 de Dezembro de 2011: 1,2240 ações a 30,35 euros, ou seja 37,15 euros

Taxa de rendimento atuarial: -14,96 % por ano

Investimento a 1 de janeiro de 2007 de uma quantia de 83,50 euros num livret A:

A taxa servida na data do investimento é de 2,75 %. A partir de 1 de Agosto de 2007, é fixada em 3%. O exercício 2008 conheceu duas modificações da taxa do *livret A*, a 1 de Fevereiro (3,50 %) e a 1 de Agosto (4 %), enquanto em 2009 ocorreram três mudanças, a taxa do *livret A* tendo diminuído progressivamente para 2,50 % a 1 de fevereiro, para 1,75 % a 1 de maio e finalmente para 1,25 % a 1 de agosto. Esta aumenta para 1,75% a 1 de agosto de 2010, para 2 % a 1 de fevereiro de 2011 e para 2,25 % a 1 de agosto desse mesmo ano. Em 31/12/2011, esta quantia representa 93,96 euros, tendo portanto registado uma progressão de 10,46 euros (+ 12,5 %).

Investimento de 83,50 euros a 1 de janeiro de 2007 em empréstimo de Estado a 5 ano:

A taxa obtida é então de 3,92066 % para 5 anos (BTAN - Obrigações do Tesouro com juro anual-); no fim de cada ano, os juros recebidos são reinvestidos noutra empréstimo de natureza idêntica e isto nas condições seguintes:

- 4,2239 % (BTAN) em janeiro de 2008 por 4 anos;
- 2,0675 % (BTAN) em janeiro de 2009 por 3 anos;
- 1,198 % (BTAN) em janeiro de 2010 por 2 anos;
- 1,507 % em janeiro de 2011 por 1 ano (Euribor).

Ao fim de 5 anos, este investimento valorizou **100,77** euros, e registou portanto uma progressão de 17,27 euros (+ 20,7 %).

COMUNICAÇÃO COM OS ACIONISTAS

O BNP Paribas tem o cuidado de fornecer a todos os seus acionistas uma informação rigorosa, regular, homogênea e de qualidade, em conformidade com as melhores práticas dos mercados e as recomendações das autoridades bolsistas.

Uma equipa «Relações Investidores» informa os investidores institucionais e os analistas financeiros sobre a estratégia do Grupo, os desenvolvimentos significativos e como é óbvio os resultados, publicados trimestralmente; em 2012 por exemplo, calendário estabelece-se da seguinte forma ⁽¹⁾:

- 15 de fevereiro de 2012: publicação dos resultados anuais de 2011;
- 4 de maio de 2012: resultados do 1º trimestre de 2012;
- 2 de agosto de 2012: publicação dos resultados do 1º semestre de 2012;
- 7 de novembro de 2012: publicação do 3º trimestre e dos 9 primeiros meses de 2012.

São organizadas várias vezes por ano reuniões de informação destinadas ao conjunto dos atores do mercado, mais especificamente no momento do anúncio dos resultados anuais e semestrais, mas também por ocasião de reuniões temáticas durante as quais a Direção Geral apresenta o grupo BNP Paribas e a sua estratégia. Mais especificamente, um colaborador é dedicado às relações com os gestores de fundos éticos e socialmente responsáveis.

Uma equipa «Relações Acionistas» está à disposição e à escuta dos cerca de 640 000 acionistas individuais do Banco (fonte: estudo TPI em 31 de Dezembro de 2011), em crescimento de cerca de 10 % num ano (585 000 em finais de 2010). Tanto os acionistas, como os membros do «Círculo BNP Paribas», recebem semestralmente uma newsletter financeira retomando os principais desenvolvimentos relativos ao Grupo, e uma ata da Assembleia-geral é distribuída em Julho. Durante o ano, os acionistas são convidados em diferentes cidades francesas, para encontros onde as realizações e a estratégia da empresa são expostas pela Direção Geral (por exemplo em 2011, em Nantes a 7 de junho, Lille a 23 de junho e em Estrasburgo a 28 de setembro). Por fim, os representantes do BNP Paribas puderam dialogar diretamente com mais de 1 000 pessoas durante o Salão ACTIONARIA que teve lugar em Paris nos dias 18 e 19 de novembro de 2011.

O Guia do Acionista BNP Paribas

Destinado a perfazer a informação dos investidores individuais sobre as realizações do Banco e a evolução da cotação da ação, foi confeccionado tendo por principal objetivo contribuir para que os acionistas particulares do Grupo tenham um melhor conhecimento e uma compreensão mais aprofundada do contexto económico e dos mercados nos quais opera o BNP Paribas. Este Guia está disponível por simples pedido junto da equipa «Relações Acionistas», e também pode ser consultado e descarregado no site Internet (cf. : infra).

Os membros do «*Cercle BNP Paribas*», criado em 1995, são os 76 500 acionistas individuais que possuem pelo menos 200 títulos da empresa. São os destinatários três vezes por ano, em alternância com a newsletter financeira (3 igualmente), de outra correspondência «*La Vie du Cercle*» convidando-os para manifestações de natureza artística, desportiva ou cultural às quais o Banco está associado, assim como a sessões de formação: estas dizem respeito às operações em Bolsa (análises técnica e financeira, a transmissão de ordens,...), à gestão patrimonial, aos *warrants* mas também à atualidade económica, em parceria com as equipas competentes da empresa. São frequentemente organizadas conferências científicas ou visitas a sítios industriais. Estas sessões têm lugar tanto na província como na região parisiense, e isto tanto durante a semana ou como em fins de semana, no intuito de permitir a sua frequência por todos os públicos. No total, foram feitas 353 propostas em 2011 a cerca de 15 000 participantes, ilustrando a variedade crescente da oferta. Para facilitar o acesso a estes serviços, foi implementado um *Nº Verde (chamada gratuita)*, o 0800 666 777, que compreende igualmente um jornal telefonado «*BNP Paribas em ações*» rico em numerosas funcionalidades (cotação de Bolsa, boletim do acionista, atualidades e entrevistas...). Enfim, o site Internet específico ao *Cercle des Actionnaires* e às suas ofertas (cercle-actionnaires.bnpparibas.com) retoma o conjunto das prestações acessíveis aos membros, entre outras graças à «*Carte de membre du Cercle*».

(1) Sob reserva de modificação ulterior.

O site **Internet BNP Paribas** (<http://invest.bnpparibas.com>), em francês, em inglês e agora também largamente em italiano e em holandês, permite obter informações sobre o grupo BNP Paribas tais como os comunicados de imprensa, os números chave, a apresentação dos principais eventos, etc.; também é possível consultar e descarregar todos os documentos financeiros, como os relatórios anuais e os documentos de referência. A agenda financeira permite encontrar as próximas datas importantes (Assembleia Geral, comunicação dos resultados, encontros acionistas...). Todas as publicações do Departamento de «Estudos Económicos» do BNP Paribas são também consultáveis no site. A cotação da ação e a comparação da sua evolução com as de alguns grandes índices encontram-se naturalmente disponíveis em permanência; um software de cálculo do rendimento foi acrescentado a todas as ferramentas já colocadas à disposição dos cibernautas.

Sob o único intitulado «Acionistas & Investidores» estão também disponíveis todos os estudos e apresentações relativos à atividade e à estratégia do BNP Paribas, destinados ao conjunto dos intervenientes

de mercado, quer sejam acionistas individuais, investidores institucionais, gerentes de ativos ou analistas financeiros. Obviamente, um espaço «Ser acionista», foi especialmente realizado para apresentar os desenvolvimentos mais especificamente concebidos para investidores individuais, em particular em matéria de acessibilidade da informação como de propostas de manifestações. Enfim, uma rubrica e específica é dedicado à Assembleia-geral do Banco (condições de acesso, modalidades de exercício do direito de voto, aspetos práticos mas também apresentação das resoluções e das intervenções dos mandatários sociais): uma retransmissão vídeo desta manifestação é acessível a partir do site de informação financeira do Banco. Em resposta às expectativas dos acionistas individuais e dos investidores, e para satisfazer as exigências crescentes de transparência e de informação regulamentada, o BNP Paribas coloca regularmente em linha novas rubricas ou melhorias das já existentes, com um conteúdo enriquecido (nomeadamente a nível do léxico) e apresentando novas funcionalidades.

O COMITÉ DE LIGAÇÃO DOS ACIONISTAS

O BNP Paribas desejou, logo a partir da sua criação no ano 2000, dotar-se de um Comité de Ligação dos Acionistas, cuja missão é acompanhar o Banco na sua comunicação destinada ao acionariado individual; foi aliás aquando da Assembleia-geral de fusão que o Presidente do BNP Paribas iniciou o processo de apelo a candidaturas que deu lugar à constituição desta instância no fim do ano 2000.

Presidido por Michel Pébereau, este compreende 10 acionistas escolhidos em função da sua representatividade tanto geográfica como socioprofissional, assim como dois assalariados ou antigos assalariados; cada membro é nomeado por 3 anos. Por ocasião dos períodos de renovação que são comunicados através da imprensa e/ou nos documentos financeiros publicados pelo banco, qualquer acionista pode apresentar a sua candidatura.

Em 31 de dezembro de 2011, o Comité de Ligação era composto por:

- Sr. Baudouin Prot, Presidente;
- Sr. Franck Deleau, residente no departamento do Lot ;
- Sr. Nicolas Derely, residente na região parisiense;
- Sr. Jean-Louis Dervin, residente em Caen;
- Sr. Jacques de Juvigny, residente na Alsácia;
- Sr. André Laplanche, residente em Cavailon;
- Sr. Jean-Marie Laurent, residente no departamento do Oise;
- Sra. Dyna Peter-Ott, residente em Estrasburgo;
- Sr. Jean-Luc Robaux, residente em Nancy;
- Sra. Chantal Thiebaut, residente em Meurthe-e-Moselle;

- Sr. Thierry de Vignet, residente no departamento da Dordogne;
- Sra. Odile Uzan-Fernandes, membro do pessoal do BNP Paribas;
- Sr. Bernard Coupez, Presidente de honra da Associação dos acionistas assalariados, reformados, antigos assalariados do grupo BNP Paribas.

Em conformidade com as disposições da Carta, à qual aderiram todos os participantes e que tem valor de regulamento interno, os membros do Comité reuniram-se duas vezes em 2011, a 18 de março e a 30 de setembro, além da sua participação na Assembleia-geral e da sua presença no salão ACTIONARIA. Os principais temas abordados diziam respeito, entre outros:

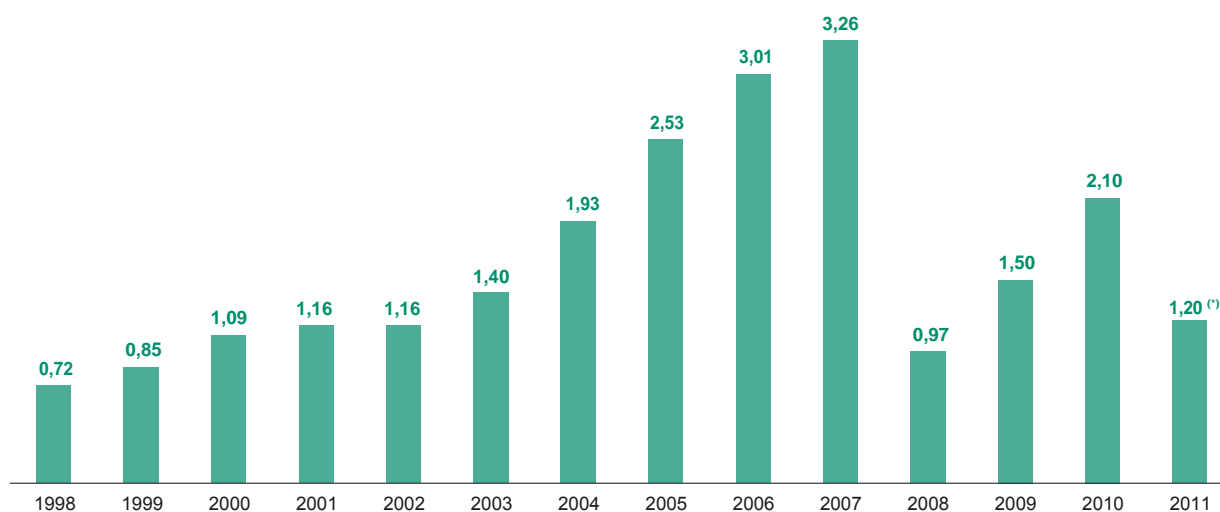
- à estrutura do capital do BNP Paribas e à sua evolução, mais especificamente na sua componente «investidores particulares»;
- aos suportes periódicos de informação sobre as realizações e a estratégia da Empresa;
- às propostas feitas aos membros do «Cercle des Actionnaires»;
- aos projetos de Documento de referência e de Relatório Anual 2010;
- às apresentações dos resultados trimestrais;
- às iniciativas tomadas no âmbito da preparação da Assembleia-geral;
- à participação do Banco no Salão ACTIONARIA, manifestação por ocasião da qual alguns membros, pela sua presença no stand do Grupo, quiseram dar a conhecer melhor aos visitantes o papel do Comité.

O DIVIDENDO

O Conselho de administração proporá à Assembleia-geral de 23 maio de 2012 um dividendo de 1,20 euro por ação (em queda de 43 % em relação a 2011). O destacamento e a colocação a pagamento do cupão teriam então lugar a respetivamente a 30 de maio e a 26 de junho de 2012 em caso de voto positivo da Assembleia.

O montante total da distribuição proposta ascende a 1 449 milhões de euros, contra 2 517 milhões de euros em 2011 (ou seja uma descida de 42,4 %). A taxa de distribuição é de 25,1 %⁽¹⁾.

EVOLUÇÃO DO DIVIDENDO (EM EUROS POR AÇÃO)



() Sob reserva da aprovação da Assembleia-geral de 23 de maio de 2012.*

Os dividendos dos exercícios 1998 a 2008 foram ajustados para ter em conta:

- a divisão por 2 do valor nominal da ação ocorrida a 20 de Fevereiro de 2002;
- aumentos de capital com manutenção do direito preferencial de subscrição, realizados em Março de 2006 e de 30 de Setembro a 13 de Outubro de 2009.

O objetivo do Grupo é fazer evoluir o dividendo em função da variação dos resultados e da otimização da gestão do capital disponível.

Prazo de prescrição dos dividendos: qualquer dividendo não reclamado nos cinco anos posteriores à sua exigibilidade é considerado como prescrito nas condições previstas pela lei. Os dividendos cujo pagamento não foi pedido são pagos ao Tesouro Público.

(1) Distribuição proposta à Assembleia-geral de 23 de Maio de 2012 levada a resultado líquido parte do Grupo.

O NOMINATIVO NO BNP PARIBAS

O número de acionistas do BNP Paribas inscritos sob a forma nominativa em 31 de Dezembro de 2011 é de 40 956.

O NOMINATIVO PURO

Os acionistas inscritos sob a forma nominativa pura beneficiam:

- do envio sistemático de todos os documentos de informação da Empresa destinada aos seus acionistas;
- de um N° Verde (chamada gratuita): 0800 600 700 para os registos de ordens ⁽¹⁾ e para qualquer informação;
- de tarifas de corretagem preferenciais;
- de um servidor Internet específico «PlanetShares» (<https://planetshares.bnpparibas.com>), inteiramente seguro, para consultar os seus ativos em ações BNP Paribas no nominativo puro e o histórico dos movimentos da sua conta, assim como para transmitir e acompanhar as suas ordens de Bolsa ⁽¹⁾ ;
- do convite automático às Assembleias-gerais, sem necessidade de estabelecimento de uma declaração de participação;
- da possibilidade de ser convocado pela Internet para as Assembleias Gerais;
- e como sempre da gratuitidade dos direitos de guarda.

A detenção de ações ao nominativo puro é pouco compatível com o seu alojamento num PPA (Plano Poupança em Ações), tendo em conta a regulamentação e os procedimentos aplicáveis a este veículo; OS detentores de poupanças cujas ações são detidas num PPA e que querem alojá-los «no nominativo» poderão portanto optar pelo modo do nominativo administrado (cf.: infra).

O NOMINATIVO ADMINISTRADO

O BNP Paribas desenvolve igualmente a sua oferta de detenção das ações no nominativo administrado destinado aos seus acionistas institucionais. Para esta categoria de investidores de facto, o nominativo administrado acumula as principais vantagens do portador e do nominativo puro:

- manutenção de uma total liberdade das transações e conservação dos corretores habituais;
- possibilidade de deter uma conta em títulos única, acoplada à conta em numerário;
- convite direto sistemático para exercer o direito de voto e para participar nas Assembleias, sem interposição de intermediários;
- possibilidade de ser convocado e de transmitir os votos às Assembleias Gerais pela Internet.

A ASSEMBLEIA GERAL DOS ACIONISTAS

A última Assembleia-geral teve lugar a 11 de maio de 2011 à primeira convocação. O texto das resoluções e o vídeo da manifestação estão disponíveis no site Internet do BNP Paribas, no qual esta reunião foi integralmente retransmitida em direto. A composição do quórum e o resultado

do voto foram colocados em linha no dia seguinte à manifestação. Esta reunião foi além disso objeto de publicações na imprensa especializada assim como de uma carta específica, que apresentava a sua ata aos acionistas.

O quórum estava constituído da seguinte forma:

➤ CONSTITUIÇÃO DO QUÓRUM

| | Número de acionistas | (%) | Número de ações | (%) |
|--|----------------------|--------------|--------------------|--------------|
| Presentes | 1 863 | 14,41 % | 272 227 309 | 35,62 % |
| Representados | 14 | 0,11 % | 4 155 | 0,00 % |
| Poderes ao Presidente | 7 125 | 55,12 % | 32 161 526 | 4,21 % |
| Votos por correspondência | 3 925 | 30,36 % | 459 855 112 | 60,17 % |
| TOTAL | 12 927 | 100 % | 764 248 102 | 100 % |
| <i>nomeadamente pela Internet</i> | 481 | 3,72 % | 672 644 | 0,09 % |
| Número de ações ordinárias (fora autocontrolo) | | | 1 198 926 926 | 63,74 % |

(1) Sob reserva de ter previamente subscrito (gratuitamente) um «contrato de prestações bolsistas».

Todas as resoluções propostas aos acionistas foram adoptadas.

| RESULTADOS | TAXA DE APROVAÇÃO (%) |
|--|-----------------------|
| ASSEMBLEIA ORDINÁRIA | |
| Resolução 1: <i>Aprovação do balanço e da demonstração de resultados sociais do exercício fechado em 31 de dezembro de 2010</i> | 99,73 % |
| Resolução 2: <i>Aprovação do balanço e da demonstração de resultados consolidados do exercício fechado em 31 de dezembro de 2010</i> | 99,73 % |
| Resolução 3: <i>Afetação do resultado e colocação em distribuição do dividendo</i> | 99,73 % |
| Resolução 4: <i>Convenções e compromissos visados pelos artigos L. 225-38 e seguintes do Código comercial</i> | 89,93 % |
| Resolução 5: <i>Compra de ações da sociedade</i> | 99,05 % |
| Resolução 6: <i>Renovação do mandato do Sr. Jean-François Lepetit na qualidade de Administrador</i> | 97,43 % |
| Resolução 7: <i>Renovação do mandato da Sra. D. Hélène Ploix na qualidade de Administradora</i> | 99,25 % |
| Resolução 8: <i>Renovação do mandato do Sr. Baudouin Prot na qualidade de Administrador</i> | 98,13 % |
| Resolução 9: <i>Renovação do mandato da Sra. D. Daniela Weber-Rey na qualidade de Administradora</i> | 99,45 % |
| Resolução 10: <i>Nomeação da Sra. D. Fields Wicker-Miurin na qualidade de Administradora</i> | 99,25 % |
| ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA | |
| Resolução 11: <i>Aprovação da fusão-absorção do Banque de Bretagne pelo BNP Paribas</i> | 99,84 % |
| Resolução 12: <i>Aprovação da fusão simplificada transfronteiriça do BNP Paribas International BV pelo BNP Paribas</i> | 99,84 % |
| Resolução 13: <i>Aprovação da fusão-absorção da sociedade Cerenicim pelo BNP Paribas</i> | 99,83 % |
| Resolução 14: <i>Aprovação da fusão-absorção da sociedade SAS Noria pelo BNP Paribas</i> | 99,84 % |
| Resolução 15: <i>Atribuição de ações de performance a assalariados e mandatários sociais do Grupo</i> | 91,25 % |
| Resolução 16: <i>Opções de subscrição ou de compra de ações</i> | 91,58 % |
| Resolução 17: <i>Redução de capital por anulação de ações</i> | 98,61 % |
| Resolução 18: <i>Poderes para formalidades</i> | 99,87 % |

A Assembleia-geral de 2011 foi para o BNP Paribas uma ocasião suplementar de reafirmar a sua implicação no processo do Desenvolvimento Duradouro, e o seu desejo de assumir plenamente a sua Responsabilidade Social e Ambiental. O Banco está de facto desejoso de assegurar uma criação de valor que seja sólida e recorrente, a saber marcada pela qualidade e respeitosa não só dos seus parceiros «tradicionais» como dos seus acionistas, clientes e colaboradores, mas que tenha também em consideração o ambiente e a sociedade civil no seu conjunto. Pareceu portanto pertinente que a realização das nossas Assembleias-gerais, também, fosse representativa destes princípios e valores. Razão pela qual foi decidido, em concertação com o Comité de Ligação dos Acionistas, que para qualquer investidor presente, um valor de 12 euros seria afetado ao programa «*Coups de pouce aux projets du personnel*» especificamente desenvolvido pela Fundação BNP Paribas para encorajar as iniciativas de solidariedade de interesse geral, nas quais os colaboradores do Banco estão implicados benevolmente a título pessoal. Os valores assim recolhidos em 2011, ou seja 22 356 euros, constituem um complemento para a dotação já afetada a este programa pela Empresa via a Fundação BNP Paribas, ela própria colocada sob a égide da *Fondation de France*. O total destas contribuições de 2011 foi finalmente repartido entre 57 projetos, todos iniciados por membros do pessoal do Banco, enquanto 77 dossiers tinham sido apresentados. Os beneficiários estão localizados essencialmente na Europa (36, dos quais 34 em França), depois em África para 15 deles, e enfim 5 na Ásia e 1 na América do Sul. Os valores concedidos (de 1 000 a 4 000 euros por dossier retido) variam consoante a importância e a qualidade dos dossiers, e obviamente o grau de compromisso dos colaboradores; estas subvenções vão assim permitir a projetos ligados essencialmente à educação,

(1) Sob reserva de modificação ulterior.

ao humanitário, à saúde e à deficiência ou à luta contra a pobreza e à exclusão de ver o dia.

A utilização dos fundos é além disso sistematicamente alvo de uma ata na convocatória para a Assembleia-geral seguinte.

As modalidades de realização da Assembleia-geral do BNP Paribas são definidas no artigo 18 dos estatutos da sociedade.

A Assembleia-geral Ordinária (AGO) reúne todos os acionistas pelo menos uma vez por ano a pedido do Conselho de administração para votar uma ordem de trabalhos fixada por este.

A Assembleia-geral Extraordinária (AGE) é convocada sempre que decisões que têm por objeto uma modificação dos estatutos e nomeadamente um aumento de capital, devem ser tomadas. As decisões devem ser aprovadas por maioria de dois terços dos acionistas presentes ou representados.

A Assembleia-geral Mista (AGM) reúne as duas anteriores (AGO e AGE) na mesma data e na mesma convocatória. O BNP Paribas realizará a sua próxima AGM no dia 23 de maio de 2012⁽¹⁾.

DE QUE FORMA SÃO AVISADOS OS ACIONISTAS?

Para as Assembleias-gerais Mistas do Banco:

- os acionistas que têm os seus títulos sob a forma nominativa recebem de forma automática, independentemente do seu número de ações, um dossier de convite completo (incluindo nomeadamente a ordem de trabalhos e os projetos de resoluções) e um formulário de voto; o envio pela Internet

APRESENTAÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS

BNP Paribas e os seus acionistas

de uma convocatória pôde intervir pela segunda vez em 2011, após o que, em conformidade com a lei, o Grupo recolheu o acordo de alguns dos seus acionistas: cerca de 9 % destes beneficiaram portanto desta nova possibilidade;

- os acionistas que têm os seus títulos sob a forma «ao portador» são avisados por inserções na imprensa, nomeadamente a imprensa patrimonial e financeira; além disso, para além das disposições legais e com o objetivo de favorecer uma larga participação, o BNP Paribas envia convocatórias e o formulário de voto a partir da detenção de um certo número de ações (fixado em 250 títulos em 2011); estes mesmos documentos estão obviamente também acessíveis a todos no site Internet.

No total, são portanto mais de 80 000 acionistas do Banco que receberam assim pessoalmente este ano a informação necessária à sua participação efetiva;

- em todos os pontos de venda da rede BNP Paribas, os colaboradores estão especificamente formados relativamente ao comportamento a ter e às formalidades a cumprir.

DE QUE FORMA PODEM ASSISTIR ÀS ASSEMBLEIAS-GERAIS?

Qualquer acionista que tenha os seus títulos inscritos em conta 3 dias de Bolsa antes da Assembleia pode assistir a esta com a condição expressa, para os acionistas que têm os seus títulos «ao portador», de apresentarem um cartão de admissão ou uma declaração de participação.

DE QUE FORMA PODEM VOTAR?

Se não assistem à Assembleia, os acionistas devolvem ao BNP Paribas o formulário junto à convocatória. Este documento permite-lhes:

- ou votar por correspondência;
- ou fazerem-se representar pelo seu cônjuge ou qualquer outra pessoa singular ou coletiva;
- ou dar poder ao Presidente de sessão ou não indicar qualquer nome de mandatário.

Se assistem à Assembleia, os acionistas ou os seus representantes são dotados do material de voto necessário. O BNP Paribas tem de facto recurso ao voto eletrónico desde a Assembleia-geral de 13 de Maio de 1998.

Desde a reunião de 28 de Maio de 2004, é igualmente oferecida a possibilidade aos acionistas de transmitir, previamente à realização da Assembleia-geral, todos os documentos necessários à sua participação graças a um servidor Internet específico e seguro «<https://gisproxy.bnpparibas.com/bnpparibas.pg>».

DECLARAÇÕES DAS TRANSPOSIÇÕES DE LIMITE ESTATUTÁRIO

Em complemento dos limites previstos pela lei, e em virtude do artigo 5 dos estatutos, qualquer acionista agindo sozinho ou em concertação, que venha a deter direta ou indiretamente 0,5 % pelo menos do capital ou dos direitos de voto da sociedade ou um múltiplo desta percentagem inferior a 5 %, deve informar a sociedade, por carta registada com aviso de receção.

Além dos 5 %, a obrigação de declaração prevista na alínea anterior incide sobre frações de 1 % do capital ou dos direitos de voto.

As declarações mencionadas nas duas alíneas anteriores são igualmente feitas quando a participação no capital se torna inferior aos limites acima mencionados.

O não respeito de declaração de transposição dos limites, tanto legais como estatutários, dá lugar à privação dos direitos de voto a pedido de um ou vários acionistas que detenham em conjunto pelo menos 2 % do capital ou dos direitos de voto da sociedade.

2

GOVERNO DA SOCIEDADE

| | | |
|------------|--|-----------|
| 2.1 | O Conselho de administração | 28 |
| | Composição do Conselho de administração | 28 |
| | Outros mandatários sociais | 39 |
| | Remunerações | 40 |
| | Situação recapitulativa das operações declaradas sobre o título BNP Paribas | 41 |
| 2.2 | Relatório do Presidente sobre a condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela empresa | 42 |
| | O governo da sociedade do BNP Paribas | 42 |
| | Controlo interno | 59 |
| | Procedimentos de controlo interno relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira | 64 |
| 2.3 | Relatório dos Revisores Oficiais de Contas estabelecido por aplicação do artigo L. 225-235 do Código Comercial sobre o relatório do Presidente do Conselho de administração | 68 |
| 2.4 | A Comissão Executiva | 70 |

2.1 O Conselho de administração

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| Baudouin PROT | | | |
|---|---|---|--|
| Função principal ⁽¹⁾ : Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas (a contar de 1 de dezembro de 2011) | | | |
| <p>Nascido a 24 de maio de 1951 <i>Datas de início e de fim de mandato:</i> 11 maio 2011 – AG 2014 <i>Data do 1º mandato</i> : 7 de março de 2000</p> <p><i>Número de ações BNP Paribas detidas</i>⁽²⁾: 146 129 <i>Morada profissional:</i> 3, rue d'Antin 75002 PARIS, FRANÇA</p> | | <p><i>Mandatos em 31 de dezembro de 2011</i>⁽¹⁾ Administrador: Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça) Membro: <i>Vice-presidente do IMC (The International Monetary Conference), Institute of International Finance (IIF), International Advisory Panel da MAS (Monetary Authority of Singapour)</i></p> | |
| Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas) | | | |
| <p>2010: Administrador Diretor Geral do BNP Paribas Administrador: Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça) Membro : Comissão Executiva da Fédération Bancaire Française</p> | <p>2009: Administrador Diretor Geral do BNP Paribas Administrador: Accor, Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça) Presidente: Fédération Bancaire Française de Setembro 2009 a Agosto 2010 Membro: Comissão Executiva da Fédération Bancaire Française</p> | <p>2008: Administrador Diretor Geral de BNP Paribas Administrador: Accor, Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça) Membro: Comissão Executiva da Fédération Bancaire Française</p> | <p>2007: Administrador Diretor Geral do BNP Paribas Administrador: Accor, Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Banca Nazionale del Lavoro (Itália), Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça) Membro: Comissão Executiva da Fédération Bancaire Française</p> |

(1) Os mandatos em itálico não entram nas disposições da lei nº 2001-401 de 15 de Maio de 2001 relativas à acumulação de mandatos.

(2) Em 31 de dezembro de 2011.

Michel PÉBEREAUFunção principal⁽¹⁾: Presidente de Honra do BNP Paribas (a contar de 1 de dezembro de 2011)

Nascido a 23 de janeiro de 1942

Datas de início e de fim de mandato :

13 de maio de 2009 – AG 2012

Data do 1º mandato : 14 de maio de 1993

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 231 772

Morada profissional : 3, rue d'Antin

75002 PARIS,

FRANÇA

Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾

Administrador: AXA, Compagnie de Saint Gobain, Lafarge, Total, BNP Paribas (Suíça) SA, Eads N.V. (Países Baixos), Pargesa Holding SA (Suíça)

Membro do Conselho fiscal: Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Marrocos)

Censor : Société Anonyme des Galeries Lafayette

Presidente: Conselho de direção do Institut d'Études Politiques de Paris

Membro: Académie des sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, International Business Leaders' Advisory Council for the Mayor of Shanghai (IBLAC)

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas)

2010:

Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas
Administrador: AXA, Compagnie de Saint-Gobain, Lafarge, Total, BNP Paribas (Suíça) SA, Eads N.V. (Países Baixos), Pargesa Holding SA (Suíça)Membro do Conselho fiscal: Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Marrocos)
Censor : Société Anonyme des Galeries Lafayette
Presidente : European Financial Round Table, Commission Banque d'Investissement et de Marchés de la Fédération Bancaire Française, Conselho de direção do Institut d'Études Politiques de Paris, Institut de l'entreprise

Membro: Académie des Sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, Haut Conseil de l'Éducation, Institut International d'Études Bancaires, International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore, International Capital Markets Advisory Committee of the Federal Reserve Bank of New York, International Business Leaders' Advisory Council for the Mayor of Shanghai (IBLAC)

2009:

Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas
Administrador: Lafarge, Compagnie de Saint-Gobain, Total, BNP Paribas (Suíça) SA, Eads N.V. (Países Baixos), Pargesa Holding SA (Suíça)Membro do Conselho fiscal: AXA, Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Marrocos)
Censor: Société Anonyme des Galeries Lafayette
Presidente: Commission Banque d'Investissement et de Marchés de la Fédération Bancaire Française, Conselho de direção do Institut d'Études Politiques de Paris, Conselho fiscal do Institut Aspen France, European Financial Round Table, Institut de l'entreprise

Membro: Académie des Sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, Haut Conseil de l'Éducation, Institut International d'Études Bancaires, International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore, International Capital Markets Advisory Committee de Federal Reserve Bank of New York, International Business Leaders' Advisory Council for the Mayor of Shanghai (IBLAC)

2008:

Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas
Administrador: Lafarge, Compagnie de Saint-Gobain, Total, BNP Paribas (Suíça) SA, Eads N.V. (Países Baixos), Pargesa Holding SA (Suíça)Membro do Conselho fiscal: AXA, Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Marrocos)
Censor: Société Anonyme des Galeries Lafayette
Presidente: Commission Banque d'Investissement et de Marchés de la Fédération Bancaire Française, Conselho de direção do Institut d'Études Politiques de Paris, Conselho de fiscal do Institut Aspen France, Institut de l'entreprise

Membro: Académie des Sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, Haut Conseil de l'Éducation, European Financial Round Table, Institut International d'Études Bancaires, International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore, International Capital Markets Advisory Committee de Federal Reserve Bank of New York, International Business Leaders' Advisory Council for the Mayor of Shanghai (IBLAC)

2007:

Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas
Administrador: Lafarge, Compagnie de Saint-Gobain, Total, Eads N.V. (Países Baixos), Pargesa Holding SA (Suíça)Membro do Conselho fiscal: AXA, Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Marrocos)
Censor: Société Anonyme des Galeries Lafayette
Presidente : Fédération Bancaire Européenne, Commission Banque d'Investissement et de Marchés de la Fédération Bancaire Française, Conselho de direção do Institut d'Études Politiques de Paris, Conselho fiscal do Institut Aspen France, Institut de l'entreprise

Membro: Académie des Sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, Haut Conseil de l'Éducation, European Financial Round Table, Institut International d'Études Bancaires, International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore, International Capital Markets Advisory Committee de Federal Reserve Bank of New York, International Business Leaders' Advisory Council for the Mayor of Shanghai (IBLAC)

(1) Os mandatos em itálico não entram nas disposições da lei nº 2001-401 de 15 de Maio de 2001 relativas à acumulação de mandatos.

(2) Em 31 de dezembro de 2011.

GOVERNO DA SOCIEDADE

O Conselho de administração

| | | | |
|---|-------------|--|-------------|
| Patrick AUGUSTE Função principal⁽¹⁾: Responsável Serviço Técnico | | | |
| Nascido a 18 de junho de 1951 <i>Datas de início e de fim de mandato:</i> eleito titular pelos assalariados quadros do BNP Paribas por 3 anos, 16 de Fevereiro de 2009 - 30 de junho de 2011 (data na qual o Sr. Patrick Auguste fez valer os seus direitos à reforma) <i>Data do 1º mandato :</i> 14 de Dezembro de 1993 | | <u>Mandatos em 30 de junho de 2011⁽¹⁾</u> NC | |
| Número de ações BNP Paribas detidas ⁽³⁾ : 36 Morada profissional : 20, avenue Georges-Pompidou 92300 LEVALLOIS-PERRET, FRANÇA | | | |
| Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas) | | | |
| 2010: NC | 2009: NC | 2008: NC | 2007: NC |

| | | | |
|---|---|--|---|
| Claude BÉBÉAR Função principal⁽¹⁾: Presidente de Honra da AXA | | | |
| Nascido a 29 de julho de 1935 <i>Datas de início e de fim de mandato:</i> 13 de maio de 2009 – AG 2012 <i>Data do 1º mandato :</i> 23 de maio de 2000 | | <u>Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾</u> Administrador: AXA Assurances Iard Mutuelle, AXA Assurances Vie Mutuelle Membro do Conselho fiscal: Vivendi Censor: Schneider Electric Presidente: IMS-Entreprendre pour la Cité, Institut Montaigne Membro: International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore | |
| Número de ações BNP Paribas detidas ⁽²⁾ : 3 074 Morada profissional: 25, avenue Matignon, 75008 PARIS, FRANÇA | | | |
| Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas) | | | |
| 2010: Presidente de Honra da AXA Administrador: AXA Assurances Iard Mutuelle, AXA Assurances Vie Mutuelle Membro do Conselho fiscal: Vivendi Censor: Schneider Electric Presidente: IMS-Entreprendre pour la Cité, Institut Montaigne Membro: International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore | 2009: Presidente de Honra da AXA Administrador: AXA Assurances Iard Mutuelle, AXA Assurances Vie Mutuelle Membro do Conselho fiscal: Vivendi Censor: Schneider Electric Presidente: IMS-Entreprendre pour la Cité, Institut Montaigne Membro: International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore | 2008: Presidente de Honra da AXA Administrador: AXA Assurances Iard Mutuelle, AXA Assurances Vie Mutuelle Membro do Conselho fiscal: Vivendi Censor: Schneider Electric Presidente: IMS-Entreprendre pour la Cité, Institut Montaigne Membro: International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore | 2007: Presidente do Conselho fiscal Da AXA Administrador: AXA Assurances Iard Mutuelle, AXA Assurances Vie Mutuelle Membro do Conselho fiscal: Vivendi Censor: Schneider Electric Presidente: IMS-Entreprendre pour la Cité, Institut Montaigne Membro: International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore, International Advisory Board de Tsinghua's School of Economics and Management (Pequim) |

(1) Os mandatos em itálico não entram nas disposições da lei nº 2001-401 de 15 de Maio de 2001 relativas à acumulação de mandatos.

(2) Em 31 de dezembro de 2011.

(3) Em 30 de junho de 2011.

Suzanne BERGER

Função principal⁽¹⁾: Professora de ciências políticas no Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Massachusetts (USA);

Diretora do MIT International Science and Technology Initiative (MISTI) – France Program;

Diretora MIT Production in the Innovation Economy Commission

Nascida a 11 de março de 1939

Datas de início e de fim de mandato :

21 de Maio de 2008 – 11 de maio de 2011

Data do 1º mandato : 8 de março de 2007

Número de ações BNP Paribas detidas⁽³⁾ : 850

Morada profissional: 30, Wadsworth Street, E53-451, CAMBRIDGE, MA 02139-4307 ESTADOS UNIDOS

Mandatos em 11 de maio de 2011⁽¹⁾

Membro da Académie américaine des arts et des sciences
Investigadora associada e membro da Comissão Executiva do Center for European Studies da Universidade de Harvard

Mandatos exercidos em 31 de Dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas)

| 2010: | 2009: | 2008: | 2007: |
|--|--|--|--|
| Membro da Académie américaine des arts et des sciences Investigadora associada e membro da Comissão Executiva do Center for European Studies da Universidade de Harvard | Membro da Académie américaine des arts et des sciences Investigadora associada e membro da Comissão Executiva do Center for European Studies da Universidade de Harvard | Membro da Académie américaine des arts et des sciences Investigadora associada e membro da Comissão Executiva do Center for European Studies da Universidade de Harvard | Membro da Académie américaine des arts et des sciences Investigadora associada e membro da Comissão Executiva do Center for European Studies da Universidade de Harvard |

Jean-Laurent BONNAFÉ

Função principal⁽¹⁾: Administrador Diretor Geral do BNP Paribas (a contar de 1 de dezembro de 2011)

Nascido a 14 de julho de 1961

Datas de início e de fim de mandato : 12 de maio de 2010 – AG 2013

Data do 1º mandato : 12 de maio de 2010

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾ : 59 675(*)

Morada profissional : 3, rue d'Antin
75002 PARIS,
FRANÇA

Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾

Administrador: Carrefour, BNP Paribas Personal Finance, Banca Nazionale del Lavoro (Itália), BNP Paribas Fortis (Bélgica)

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas)

| 2010: | 2009: | 2008: |
|---|--|--|
| Diretor Geral delegado e Administrador: BNP Paribas Administrador: Carrefour, BNP Paribas Personal Finance, Banca Nazionale del Lavoro (Itália) Presidente: Comité de direção e Comissão Executiva do BNP Paribas Fortis (Bélgica) Chief Executive Officer: BNP Paribas Fortis (Bélgica) | Diretor Geral delegado: BNP Paribas Administrador: Carrefour, BNP Paribas Personal Finance, Banca Nazionale del Lavoro (Itália), BancWest Corporation, Bank of the West | Diretor Geral delegado: BNP Paribas Administrador: Carrefour, BNP Paribas Personal Finance, Banca Nazionale del Lavoro (Itália) |

(1) Os mandatos em itálico não entram nas disposições da lei nº 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação de mandatos.

(2) Em 31 de dezembro de 2011.

(3) Em 11 de maio de 2011.

(*) Por outro lado, a título do Plano Poupança Empresa, o Sr. Jean-Laurent Bonnafé detém o equivalente a 15 530 ações BNP Paribas.

GOVERNO DA SOCIEDADE

O Conselho de administração

| Jean-Marie GIANNO Função principal ⁽¹⁾ : Assistente comercial | | | |
|---|---|---|---|
| Nascido a 7 de setembro de 1952 <i>Datas de início e de fim de mandato</i> : eleito titular pelos assalariados do BNP Paribas por 3 anos, 16 de Fevereiro de 2009 – 15 de fevereiro de 2012 <i>Data do 1º mandato</i> : 15 de março de 2004 (O Sr. Jean-Marie Gianni exerceu um mandato de administrador assalariado na Banque Nationale de Paris, de 1993 a 1999) | | <u>Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾</u> Membro: « Think tank » europeu « Confrontations » | |
| Número de ações BNP Paribas detidas ⁽²⁾ : 10 Morada profissional : 21, avenue Jean-Médecin 06000 NICE, FRANÇA | | | |
| Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas) | | | |
| 2010: Membro: Comité des établissements de crédit et des entreprises d'investissement (CECEI), « Think tank » europeu « Confrontations » | 2009: Membro: Comité des établissements de crédit et des entreprises d'investissement (CECEI), « Think tank » europeu « Confrontations » | 2008: Membro: Comité des établissements de crédit et des entreprises d'investissement (CECEI), « Think tank » europeu « Confrontations » | 2007: Membro: Comité des établissements de crédit et des entreprises d'investissement (CECEI), « Think tank » europeu « Confrontations » |

| François GRAPPOTTE Função principal ⁽¹⁾ : Presidente de Honra da Legrand, Administrador de empresas | | | |
|--|--|---|---|
| Nascido a 21 de abril de 1936 <i>Datas de início e de fim de mandato</i> : 21 de maio de 2008 – 11 de maio de 2011 <i>Data do 1º mandato</i> : 4 de maio de 1999 | | <u>Mandatos em 11 de maio de 2011⁽¹⁾</u> Administrador: Legrand, Legrand France Membro do Conselho fiscal: <i>Compagnie générale des Établissements Michelin (SCA)</i> | |
| Número de ações BNP Paribas detidas ⁽³⁾ : 2 963 Morada profissional: 128, avenue de-Lattre-de-Tassigny 87045 LIMOGES, FRANÇA | | | |
| Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas) | | | |
| 2010: Presidente de Honra da Legrand Administrador: Legrand, Legrand France Membro do Conselho fiscal: Michelin | 2009: Presidente de Honra da Legrand Administrador: Legrand, Legrand France Membro do Conselho fiscal: Michelin | 2008: Presidente de Honra da Legrand Administrador: Legrand, Legrand France Membro do Conselho fiscal: Michelin | 2007: Presidente de Honra da Legrand Administrador: Legrand, Legrand France Membro do Conselho fiscal: Michelin Membro: Conselho consultivo da Banque de France |

(1) Os mandatos em itálico não entram nas disposições da lei nº 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação de mandatos.

(2) Em 31 de dezembro de 2011.

(3) Em 30 de junho de 2011.

Denis KESSLERFunção principal⁽¹⁾: Presidente Diretor Geral da SCOR SE

Nascido a 25 de março de 1952

Datas de início e de fim de mandato: 13 de maio de 2009 – AG 2012

Data do 1º mandato: 23 de maio de 2000

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 2 684Morada profissional : 1, avenue du General-de-Gaulle
92074 PARIS LA DÉFENSE CEDEX,
FRANÇA**Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾**

Administrador: Bolloré, Dassault Aviation, Fonds Stratégique d'Investissement, Invesco Ltd (Estados Unidos)

Membro do Conselho fiscal: Yam Invest N.V. (Países Baixos)

Membro: Commission Économique de la Nation, Conselho de administração do Siècle, Conselho de administração da Association de Genève, Conseil de la Fondation pour la Recherche Médicale, Conselho Estratégico do Comité Européen des Assurances, Global Reinsurance Forum, Reinsurance Advisory Board

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores*(as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas)*

2010:

Presidente Diretor Geral da SCOR SE

Administrador: Bolloré, Dassault Aviation, Fonds Stratégique d'Investissement, Invesco Ltd (Estados Unidos)

Membro do Conselho fiscal: Yam Invest N.V. (Países Baixos)

Membro: Commission Économique de la Nation, Conselho de administração do Siècle, Conselho de administração da Association de Genève, Conseil de la Fondation pour la Recherche Médicale, Conselho Estratégico do Comité Européen des Assurances
Presidente: Reinsurance Advisory Board, Global Reinsurance Forum

2009:

Presidente Diretor Geral da SCOR SE

Administrador: Bolloré, Dassault Aviation, Fonds Stratégique d'Investissement, Invesco Ltd (Estados Unidos)

Membro do Conselho fiscal: Yam Invest N.V. (Países Baixos)

Censor: Financière Acofi SA, Gimar Finance & Cie SCA
Membro: Commission Économique de la Nation, Conselho económico, social e ambiental, Conselho de administração da Association de Genève, Conseil de la Fondation pour la Recherche Médicale, Comité des entreprises d'assurance, Conselho Estratégico do Comité Européen des Assurances
Presidente: Reinsurance Advisory Board, Global Reinsurance Forum, Conselho de administração do Siècle

2008:

Presidente Diretor Geral da SCOR SE

Presidente: SCOR Global P&C SE, SCOR Global Life U.S. Re Insurance Company (Estados Unidos), SCOR Global Life Re Insurance Company of Texas (Estados Unidos), SCOR Reinsurance Company (Estados Unidos), SCOR U.S. Corporation (Estados Unidos), SCOR Holding (Switzerland) AG (Suíça)

Presidente do Conselho fiscal: SCOR Global Investments SE

Administrador: SCOR Global Life SE, SCOR Canada Reinsurance Company (Canada), Bolloré, Dassault Aviation, Dexia SA (Bélgica), Fonds Stratégique d'Investissement, Invesco Ltd (Estados Unidos)
Membro do Conselho fiscal: Yam Invest N.V. (Países Baixos)
Censor: Financière Acofi SA, Gimar Finance & Cie SCA
Membro: Commission Économique de la Nation, Conselho económico, social e ambiental, Conselho de administração da Association de Genève, Conseil de la Fondation pour la Recherche Médicale, Comité des entreprises d'assurance
Presidente: Conselho de administração do Siècle, Cercle de l'Orchestre de Paris Vice-presidente: Reinsurance Advisory Board
Conselheiro geral do Conference Board

2007:

Presidente Diretor Geral da SCOR

Presidente: SCOR Global Life SE, SCOR Global P&C SE, SCOR GlobalLife US Re Insurance Company (Estados Unidos), SCOR Holding (Switzerland) AG (Suíça), SCOR Reinsurance Company (Estados Unidos), SCOR US Corporation (Estados Unidos)

Administrador: Bolloré, Cogedim SAS, Dassault Aviation, Dexia SA (Bélgica), Invesco PLC (Grã-Bretanha), SCOR Canada Reinsurance Company (Canadá)
Membro do Conselho fiscal: Fondation du Risque Responsable permanent da Fergascor na SA Communication & Participation
Censor: Financière Acofi (ex FDC SA), Gimar Finance & Cie SCAMembro: Commission Économique de la Nation, Conselho económico, social e ambiental, Conselho de administração do Siècle, Association de Genève, Comité des entreprises d'assurance, Conseil de la Fondation pour la Recherche Médicale
Conselheiro geral do Conference Board

(1) Os mandatos em itálico não entram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de Maio de 2001 relativas à acumulação de mandatos.

(2) Em 31 de Dezembro de 2011.

GOVERNO DA SOCIEDADE

O Conselho de administração

| Meglana KUNEVA Função principal ⁽¹⁾ : Presidente do Conselho do European Policy Centre (Bruxelas) | | | |
|--|--|---|--|
| Nascida a 22 de junho de 1957 <i>Datas de início e de fim de mandato</i> : 12 de maio de 2010 – AG 2013 <i>Data do 1º mandato</i> : 12 de maio de 2010 | | <u>Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾</u> Membro: <i>Conselho da American University (Bulgária)</i> | |
| Número de ações BNP Paribas detidas ⁽²⁾ : 10 <i>Morada profissional</i> : Ul. « Plachkovica » - 1 Vhod A SOFIA 1164 BULGÁRIA | | | |
| Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores <i>(as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas)</i> | | | |
| 2010: Membro: Conselho da American University (Bulgária) | | | |
| Jean-François LEPETIT Função principal ⁽¹⁾ : Administrador de empresas | | | |
| Nascido a 21 de junho de 1942 <i>Datas de início e de fim de mandato</i> : 11 de maio de 2011 – AG 2014 <i>Data do 1º mandato</i> : 5 de maio de 2004 | | <u>Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾</u> Administrador: Smart Trade Technologies SA, Shan SA Membro: <i>Board da QFCRA – Qatar Financial Centre Regulatory Authority – (Doha)</i> | |
| Número de ações BNP Paribas detidas ⁽²⁾ : 8 739 <i>Morada profissional</i> : 30, boulevard Diderot 75572 PARIS CEDEX 12, FRANÇA | | | |
| Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores <i>(as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas)</i> | | | |
| 2010: Administrador: Smart Trade Technologies SA, Shan SA Membro: Board de la QFCRA – Qatar Financial Centre Regulatory Authority – (Doha) | 2009: Administrador: Smart Trade Technologies SA, Shan SA Membro: Board de la QFCRA – Qatar Financial Centre Regulatory Authority – (Doha), Collège de l'Autorité des Marchés Financiers, Conseil de normalisation des comptes publics | 2008: Administrador: Smart Trade Technologies SA, Shan SA Membro: Board de la QFCRA – Qatar Financial Centre Regulatory Authority – (Doha), Collège de l'Autorité des Marchés Financiers | 2007: Administrador: Smart Trade Technologies SA, Shan SA Membro: Board de la QFCRA – Qatar Financial Centre Regulatory Authority – (Doha), Collège de l'Autorité des Marchés Financiers |
| Nicole MISSON Função principal ⁽¹⁾ : Conselheira de clientela | | | |
| Nascida a 21 de maio de 1950 <i>Datas de início e de fim de mandato</i> : eleita suplente pelos assalariados quadros do BNP Paribas, tornada titular com a saída do Sr. Patrick AUGUSTE pelo período restante do mandato deste último, 1 de julho de 2011 – 15 de fevereiro de 2012 <i>Data do 1º mandato</i> : 1 de julho de 2011 | | <u>Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾</u> <i>Conselheira prud'homme secção Enquadramento CPH PARIS</i> <i>Membro da Commission paritaire de la Banque (AFB – formation recours)</i> | |
| Número de ações BNP Paribas detidas ⁽²⁾ : 174 <i>Morada profissional</i> : 22, rue de Clignancourt 75018 PARIS, FRANÇA | | | |

(1) Os mandatos em itálico não entram nas disposições da lei nº 2001-401 de 15 de Maio de 2001 relativas à acumulação de mandatos.

(2) Em 31 de Dezembro de 2011.

Laurence PARISOT
Função principal⁽¹⁾: Vice-presidente da Direção da IFOPSA

| | |
|---|---|
| <p>Nascida a 31 de agosto de 1959 <i>Datas de início e de fim de mandato</i> : 13 de maio de 2009 – AG 2012 <i>Data do 1º mandato</i> : 23 de maio de 2006</p> | <p><u>Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾</u> Presidente: <i>Mouvement des Entreprises de France (MEDEF)</i> Administradora: Coface SA Membro do Conselho fiscal: <i>Compagnie Générale des Établissements Michelin (SCA)</i></p> |
| <p>Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 755 <i>Morada profissional</i> : 6-8, rue Eugène-Oudiné 75013 PARIS, FRANÇA</p> | |

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores
(as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas)

| | | | |
|--|--|--|---|
| <p>2010: Vice-presidente da Direção da IFOP SA Presidente: Mouvement des Entreprises de France (MEDEF) Administradora: Coface SA Membro do Conselho fiscal: Michelin</p> | <p>2009: Vice-presidente da Direção da IFOP SA Presidente: Mouvement des Entreprises de France (MEDEF) Administradora: Coface SA Membro do Conselho fiscal: Michelin</p> | <p>2008: Vice-presidente da Direção da IFOP SA Presidente: Mouvement des Entreprises de France (MEDEF) Administradora: Coface SA Membro do Conselho fiscal: Michelin</p> | <p>2007: Presidente do Conselho de administração da IFOP SA Presidente: Mouvement des Entreprises de France (MEDEF) Administradora: Coface SA Membro do Conselho fiscal: Michelin</p> |
|--|--|--|---|

(1) Os mandatos em itálico não entram nas disposições da lei nº 2001-401 de 15 de Maio de 2001 relativas à acumulação de mandatos.

(2) Em 31 de Dezembro de 2011.

| | | | |
|---|---|---|---|
| <p>Hélène PLOIX Função principal⁽¹⁾: Presidente da Pechel Industries(SAS), da Pechel Industries Partenaires(SAS) e da FSH (SAS)</p> | | | |
| <p>Nascida a 25 de setembro de 1944 Datas de início e de fim de mandato : 11 de maio de 2011 – AG 2014 Data do 1º mandato: 21 de março de 2003</p> | | <p><u>Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾</u> Administradora: Lafarge, Ferring SA (Suíça), Sofina (Bélgica) Representante permanente: Pechel Industries Partenaires (SAS) na Ypso Holding (Luxemburgo), Goëmar Développement (França), Laboratoires Goëmar (França), Goëmar Holding (Luxemburgo), Store Electronic Systems (França) Membro do Conselho fiscal: Publicis Groupe Gerente: Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile, Goëmar Holding (Luxemburgo) Membro: Comité de investimento do Fundo de Pensões dos pessoais das Nações Unidas (até finais 2011), Independent Expert Oversight Advisory Committee (IEOAC) da Organização Mundial de Saúde (OMS), Institut Français des Administrateurs</p> | |
| <p>Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 1 609 Morada profissional : 162, rue du Faubourg Saint-Honoré 75008 PARIS, FRANÇA</p> | | | |
| <p>Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas)</p> | | | |
| <p>2010: Presidente da Pechel Industries (SAS), da Pechel Industries Partenaires (SAS) e da FSH (SAS) Administradora: Lafarge, Ferring SA (Suíça), Completel NV (Países Baixos), Institut Français des Administrateurs Representante permanente: Pechel Industries Partenaires (SAS) na Ypso Holding (Luxemburgo) Membro do Conselho fiscal: Publicis Groupe Gerente: Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile Membro do Comité de investimento do Fundo de Pensões dos pessoais das Nações Unidas, Independent Expert Oversight Advisory Committee (IEOAC) da Organização Mundial de la Saúde (OMS)</p> | <p>2009: Presidente da Pechel Industries SAS e da Pechel Industries Partenaires SAS Administradora: Lafarge, Ferring SA (Suíça), Completel NV (Países Baixos), Institut Français des Administrateurs Representante permanente: Pechel Industries Partenaires na Ypso Holding (Luxemburgo) Membro do Conselho de fiscal: Publicis Groupe Gerente: Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile Membro do Comité de investimento do Fundo de Pensões dos pessoais das Nações Unidas</p> | <p>2008: Presidente da Pechel Industries SAS e da Pechel Industries Partenaires SAS Administradora: Lafarge, Ferring SA (Suíça), Completel NV (Países Baixos) Representante permanente: Pechel Industries Partenaires na Ypso Holding (Luxemburgo) Membro do Conselho fiscal: Publicis Groupe Gerente: Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile Membro do Comité de investimento do Fundo de Pensões dos pessoais das Nações Unidas</p> | <p>2007: Presidente da Pechel Industries SAS, da Pechel Industries Partenaires SAS e da Pechel Administradora: Lafarge, Ferring SA (Suíça), Completel NV (Países Baixos) Membro do Conselho de fiscal: Publicis Gerente: Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile Membro do Comité de investimento do Fundo de Pensões dos pessoais da Nações Unidas</p> |

(1) Os mandatos em itálico não entram nas disposições da lei nº 2001-401 de 15 de Maio de 2001 relativas à acumulação de mandatos.

(2) Em 31 de Dezembro de 2011.

Louis SCHWEITZER
Função principal⁽¹⁾: Presidente da France Initiative – Presidente de Honra da Renault

| | |
|--|---|
| Nascido a 8 de julho de 1942 <i>Datas de início e de fim de mandato</i> : 12 de maio de 2010 – AG 2013 <i>Data do 1º mandato</i> : 14 de dezembro de 1993 | <u>Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾</u> Presidente do Conselho de administração: <i>AstraZeneca Plc (Grã-Bretanha), AB Volvo (Suécia)</i> Administrador: <i>L'Oréal, Veolia Environnement</i> Membro do Conselho consultivo: <i>Allianz (Alemanha), Bosch (Alemanha)</i> Membro do Conselho: <i>Fondation Nationale des Sciences Politiques, Musée du quai Branly</i> Presidente: <i>Festival d'Avignon, MC 93</i> |
| <i>Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾</i> : 24 501 <i>Morada profissional</i> : 8-10, avenue Émile-Zola 92109 BOULOGNE-BILLANCOURT CEDEX, FRANÇA | |

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores
(as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas)

| | | | |
|--|--|---|---|
| 2010: Presidente de Honra da Renault Presidente do Conselho de administração: <i>AstraZeneca Plc (Grã-Bretanha), AB Volvo (Suécia)</i> Administrador: <i>L'Oréal, Veolia Environnement</i> Membro do Conselho consultivo: <i>Banque de France, Allianz (Alemanha)</i> Membro do Conselho: <i>Fondation Nationale des Sciences Politiques, Institut Français des Relations Internationales, Musée du quai Branly</i> | 2009: Presidente de Honra da Renault Presidente do Conselho de administração: <i>AstraZeneca Plc (Grã-Bretanha)</i> Presidente do Conselho fiscal: <i>Le Monde & Partenaires Associés (SAS), Le Monde SA, Société Éditrice du Monde</i> Administrador: <i>L'Oréal, Veolia Environnement, AB Volvo (Suécia)</i> Presidente: <i>Haute Autorité de lutte contre les discriminations et pour l'égalité (HALDE)</i> Membro do Conselho consultivo: <i>Banque de France, Allianz (Alemanha)</i> Membro do Conselho: <i>Fondation Nationale des Sciences Politiques, Institut Français des Relations Internationales, Musée du quai Branly</i> | 2008: Presidente do Conselho de administração da Renault Presidente do Conselho de administração: <i>AstraZeneca Plc (Grã-Bretanha)</i> Presidente do Conselho fiscal: <i>Le Monde & Partenaires Associés (SAS), Le Monde SA, Société Éditrice du Monde</i> Administrador: <i>L'Oréal, Veolia Environnement, AB Volvo (Suécia)</i> Presidente: <i>Haute Autorité de lutte contre les discriminations et pour l'égalité (HALDE)</i> Membro do Conselho consultivo: <i>Banque de France, Allianz (Alemanha)</i> Membro do Conselho: <i>Fondation Nationale des Sciences Politiques, Institut Français des Relations Internationales, Musée du Louvre, Musée du quai Branly</i> | 2007: Presidente do Conselho de administração da Renault Presidente do Conselho de administração: <i>AstraZeneca Plc (Grã-Bretanha)</i> Vice-presidente do Conselho fiscal: <i>Philips (Países Baixos)</i> Administrador: <i>Électricité de France, L'Oréal, Veolia Environnement, AB Volvo (Suécia)</i> Presidente: <i>Haute Autorité de lutte contre les discriminations et pour l'égalité (HALDE)</i> Membro do Conselho consultivo: <i>Banque de France, Allianz (Alemanha)</i> Membro do Conselho: <i>Fondation Nationale des Sciences Politiques, Institut Français des Relations Internationales, Musée du Louvre, Musée du quai Branly</i> |
|--|--|---|---|

Michel TILMANT
Função principal⁽¹⁾: Gerente da Strafin sprl (Bélgica)

| | |
|--|--|
| Nascido a 21 de julho de 1952 <i>Datas de início e de fim de mandato</i> : 12 de maio de 2010 – AG 2013 <i>Data do 1º mandato</i> : 12 de maio de 2010 (O Sr. Michel Tilmant exerceu as funções de censor do BNP Paribas de 4 de novembro de 2009 a 11 de maio de 2010) | <u>Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾</u> Presidente: <i>Green Day Holdings Limited (Jersey), Green Day Acquisitions Limited (U.K.)</i> , Administrador: <i>Sofina SA (Bélgica), Groupe Lhoist SA (Bélgica), Foyer Assurances SA (Luxemburgo), CapitalatWork Foyer Group SA (Luxemburgo), Université Catholique de Louvain (Bélgica), Royal Automobile Club of Belgium</i> Senior Advisor: <i>Cinven Ltd (U.K.)</i> |
| <i>Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾</i> : 500 <i>Morada profissional</i> : Rue du Moulin 10 B – 1310 LA HULPE BÉLGICA | |

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores
(as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas)

| |
|---|
| 2010: Senior Advisor: <i>Cinven Ltd (U.K.)</i> Administrador: <i>Sofina SA (Bélgica), Groupe Lhoist SA (Bélgica), Foyer Assurances SA (Luxemburgo), CapitalatWork Foyer Group SA (Luxemburgo), Université Catholique de Louvain (Bélgica), Royal Automobile Club of Belgium (Bélgica)</i> |
|---|

(1) Os mandatos em itálico não entram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de Maio de 2001 relativas à acumulação de mandatos.

(2) Em 31 de Dezembro de 2011.

GOVERNO DA SOCIEDADE

O Conselho de administração

| Emiel VAN BROEKHOVEN Função principal ⁽¹⁾ : Economista, Professor Honorário da Universidade de Antuérpia (Bélgica) | | |
|---|---|---|
| Nascido a 30 de abril de 1941 <i>Datas de início e de fim de mandato</i> : 12 de maio de 2010 – AG 2013 <i>Data do 1º mandato</i> : 12 de maio de 2010 (O Sr. Emiel Van Broekhoven exerceu as funções de censor do BNP Paribas de 4 de Novembro de 2009 a 11 de Maio 2010) | | <u>Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾</u> NC |
| <i>Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾</i> : 550 <i>Morada profissional</i> : Zand 7-9 B – 2000 ANTWERP BÉLGICA | | |
| Mandatos exercidos em 31 de Dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas) | | |
| 2010: NC | | |
| Daniela WEBER-REY Função principal ⁽¹⁾ : Associada na Clifford Chance, Francfort (Alemanha) | | |
| Nascida a 18 de novembro de 1957 <i>Datas de início e de fim de mandato</i> : 11 de maio de 2011 – AG 2014 <i>Data do 1º mandato</i> : 21 de maio de 2008 | | <u>Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾</u> Membro: Comissão governamental do Código alemão do governo da sociedade, <i>Stakeholder Group</i> da « <i>European Insurance and Occupational Pensions Authority</i> » (EIOPA), <i>Partnership Council</i> da <i>Clifford Chance</i> |
| <i>Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾</i> : 2 148 <i>Morada profissional</i> : Mainzer Landstrasse 46 D 60325 – FRANKFURT AM MAIN ALEMANHA | | |
| Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas) | | |
| 2010: Membro: Grupo de peritos « Ad Hoc Group of Corporate Governance Experts for the Financial Services Area » da Comissão europeia, Comissão governamental do Código alemão do governo da sociedade, <i>Partnership Council</i> da <i>Clifford Chance</i> | 2009: Membro: Grupo consultivo sobre o governo da sociedade e o direito das empresas da Comissão europeia, Grupo de peritos «Removing obstacles to cross-border investments» da Comissão europeia, Grupo de peritos «Ad Hoc Group of Corporate Governance Experts for the Financial Services Area» da Comissão europeia, Comissão governamental do Código alemão de governo da sociedade | 2008: Membro: Grupo consultivo sobre o governo da sociedade e o direito das empresas da Comissão europeia, Grupo de peritos «Removing obstacles to cross-border investments» da Comissão europeia, Comissão governamental do Código alemão de governo da sociedade |
| Fields WICKER-MIURIN Função principal ⁽¹⁾ : Cofundadora e Associada na Leaders' Quest (Grã-Bretanha) | | |
| Nascida a 30 de julho de 1958 <i>Datas de início e de fim de mandato</i> : 11 de maio de 2011 – AG 2014 <i>Data do 1º mandato</i> : 11 de maio de 2011 | | <u>Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾</u> Administradora: <i>CDC Group Plc, Ballarpur International Graphic Paper Holdings</i> Membro: <i>Conselho da Battex School of Leadership – University of Virginia</i> |
| <i>Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾</i> : 139 <i>Morada profissional</i> : 3-5 Richmond Hill RICHMOND, SURREY TW10 6RE GRÃ-BRETANHA | | |

(1) Os mandatos em itálico não entram nas disposições da lei nº 2001-401 de 15 de Maio de 2001 relativas à acumulação de mandatos.

(2) Em 31 de Dezembro de 2011.

OUTROS MANDATÁRIOS SOCIAIS

Philippe BORDENAVE

Função principal⁽¹⁾: Diretor Geral delegado do BNP Paribas (a contar de 1 de dezembro de 2011)

| | |
|--|---|
| Nascido a 2 de agosto de 1954 | Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾ |
| Número de ações BNP Paribas detidas ⁽²⁾ : 37 232 | Administrador: BNP Paribas UK Holdings Ltd (Grã-Bretanha), BNP Paribas Personal Finance |
| Morada profissional : 3, rue d'Antin 75002 PARIS, FRANÇA | Representante Permanente: Antin Participation 5 (SAS) no BNP Paribas Securities Services (SCA) |

Georges CHODRON DE COURCEL

Função principal⁽¹⁾: Diretor Geral delegado do BNP Paribas

| | |
|--|--|
| Nascido a 20 de maio de 1950 | Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾ |
| Número de ações BNP Paribas detidas ⁽²⁾ : 71 943 | Presidente: Compagnie d'Investissement de Paris SAS, Financière BNP Paribas SAS, BNP Paribas (Suíça) SA |
| Morada profissional : 3, rue d'Antin 75002 PARIS, FRANÇA | Vice-presidente: Fortis Bank SA/NV (Bélgica) Administrador: Alstom, Bouygues, Société Foncière, Financière et de Participations SA, Nexans, CNP – Compagnie Nationale à Portefeuille (Bélgica), Erbé SA (Bélgica), GBL – Groupe Bruxelles Lambert (Bélgica), SCOR Holding (Switzerland) AG (Suíça), SCOR Global Life Rückversicherung Schweiz AG (Suíça), SCOR Switzerland AG (Suíça), Verner Investissements SAS Membro do Conselho fiscal: Lagardère SCA Censor: Exane, SCOR SE |

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores
(as empresas mencionadas são as cabeças dos grupos nos quais as funções são exercidas)

| 2010: | 2009: | 2008: | 2007: |
|--|--|--|--|
| Diretor Geral delegado do BNP Paribas | Diretor Geral delegado do BNP Paribas | Diretor Geral delegado do BNP Paribas | Diretor Geral delegado do BNP Paribas |
| Presidente: Compagnie d'Investissement de Paris SAS, Financière BNP Paribas SAS, BNP Paribas (Suíça) SA | Presidente: Compagnie d'Investissement de Paris SAS, Financière BNP Paribas SAS, BNP Paribas (Suíça) SA | Presidente : Compagnie d'Investissement de Paris SAS, Financière BNP Paribas SAS, BNP Paribas (Suíça) SA | Presidente: Compagnie d'Investissement de Paris SAS, Financière BNP Paribas SAS, BNP Paribas (Suíça) SA |
| Vice-presidente: Fortis Bank SA/NV (Bélgica) | Vice-presidente: Fortis Bank SA/NV (Bélgica) | Administrador: Alstom, Bouygues, Société Foncière, Financière et de Participations SA, Nexans, Erbé SA (Bélgica), Groupe Bruxelles Lambert – GBL (Bélgica), SCOR Holding (Switzerland) AG (Suíça), SCOR Global Life Rückversicherung Schweiz AG (Suíça), SCOR Switzerland AG (Suíça), Verner Investissements SAS | Administrador: Alstom, Bouygues, Société Foncière, Financière et de Participations SA, Nexans, Banca Nazionale del Lavoro (Itália), BNP Paribas ZAO (Rússia), Erbé SA (Bélgica), SCOR Holding (Switzerland) AG (Suíça), Verner Investissements SAS |
| Administrador: Alstom, Bouygues, Société Foncière, Financière et de Participations SA, Nexans, Erbé SA (Bélgica), Groupe Bruxelles Lambert – GBL (Bélgica), SCOR Holding (Switzerland) AG (Suíça), SCOR Global Life Rückversicherung Schweiz AG (Suíça), SCOR Switzerland AG (Suíça), Verner Investissements SAS | Administrador: Alstom, Bouygues, Société Foncière, Financière et de Participations SA, Nexans, Erbé SA (Bélgica), Groupe Bruxelles Lambert – GBL (Bélgica), SCOR Holding (Switzerland) AG (Suíça), SCOR Global Life Rückversicherung Schweiz AG (Suíça), SCOR Switzerland AG (Suíça), Verner Investissements SAS | Membro do Conselho fiscal: Lagardère SCA | Membro do Conselho fiscal: Lagardère SCA |
| Membro do Conselho fiscal: Lagardère SCA | Membro do Conselho fiscal: Lagardère SCA | Censor: Exane, Safran, SCOR SA | Censor: Exane, Safran, SCOR SA |
| Censor: Exane, Safran, SCOR SE | Censor: Exane, Safran, SCOR SA | | |

François VILLEROY de GALHAU

Função principal⁽¹⁾: Diretor Geral delegado do BNP Paribas (a contar de 1 de dezembro de 2011)

| | |
|---|--|
| Nascido a 24 de fevereiro de 1959 | Mandatos em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾ |
| Número de ações BNP Paribas detidas ⁽²⁾ : 1 411 ^(*) | Administrador: BNP Paribas Cardif, BNP Paribas Développement, BGL BNP Paribas (Luxemburgo) |
| Morada profissional : 3, rue d'Antin 75002 PARIS, FRANÇA | Membro do Conselho fiscal: Bayard Presse, Villeroy-Boch AG |

(1) Os mandatos em itálico não entram nas disposições da lei nº 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação de mandatos.

(2) Em 31 de dezembro de 2011.

(*) Por outro lado, a título do Plano Poupança Empresa, o Sr. François Villeroy de Galhau detém o equivalente a 876 ações BNP Paribas.

REMUNERAÇÕES

REMUNERAÇÕES E VANTAGENS SOCIAIS PAGAS AOS MANDATÁRIOS SOCIAIS DURANTE O EXERCÍCIO 2011

Ver parte 4.6 Situações financeiras consolidadas - nota 8.e. -
Remunerações e vantagens sociais beneficiando os mandatários
sociais.

AS FICHAS DE PRESENÇA

Ver Relatório do Presidente.

INFORMAÇÕES SOBRE AS OPÇÕES DE SUBSCRIÇÃO OU DE COMPRA DE AÇÕES

Opções de subscrição de ações concedidas aos assalariados não mandatários sociais beneficiando do número de opções mais elevado/opções levantadas pelos assalariados não mandatários sociais que procederam aos levantamentos mais importantes:

| | Número de opções atribuídas/ de ações subscritas ou compradas | Preço médio ponderado (em euros) | Datas de atribuição | |
|--|--|-------------------------------------|---------------------|---------|
| Opções concedidas em 2011 (Soma das 10 mais importantes atribuições) | 154 780 | 56,45 | 04/03/11 | |
| Opções levantadas em 2011 (10 assalariados) | 436 714 | 46,66 | 15/05/01 | 408 875 |
| | | | 21/03/03 | 27 839 |

SITUAÇÃO RECAPITULATIVA DAS OPERAÇÕES DECLARADAS SOBRE O TÍTULO BNP PARIBAS

Operações dos dirigentes e das pessoas mencionadas no artigo L.621-8-2 do Código monetário e financeiro sobre os títulos da sociedade, visadas nos artigos 223-22 a 223-26 do Regulamento geral da AMF, realizadas durante o exercício 2011 e declaráveis no sentido da regulamentação da AMF.

| Apelido e Nome Qualidade | Operações realizadas | Descrição do instrumento financeiro | Natureza da operação | Número de operações | Montante das operações (em euros) |
|---|-------------------------|---|------------------------------|---------------------------|---|
| BONNAFÉ Jean-Laurent Diretor Geral delegado do BNP Paribas | A título pessoal | Ações BNP Paribas | Aquisição de 45 328 ações | 12 | 1 481 049,23 |
| CHODRON DE COURCEL Georges Diretor Geral delegado do BNP Paribas | A título pessoal | Ações BNP Paribas | Aquisição de 4 000 ações | 4 | 146 100,00 |
| | | | Cessão de 4 675 ações | 2 | 252 450,00 |
| KESSLER Denis Administrador do BNP Paribas | A título pessoal | Ações BNP Paribas | Aquisição de 3 684 ações | 3 | 101 648,52 |
| | | | Cessão de 3 344 ações | 2 | 89 788,32 |
| PARISOT Laurence Administradora do BNP Paribas | A título pessoal | Ações BNP Paribas | Aquisição de 395 ações | 1 | 14 694,00 |
| PÉBEREAU Michel(*) Administrador do BNP Paribas | A título pessoal | Ações BNP Paribas | Cessão de 130 059 ações | 4 | 7 093 103,47 |
| PROT Baudouin(*) Administrador Diretor Geral do BNP Paribas | A título pessoal | Ações BNP Paribas | Aquisição de 5 000 ações | 1 | 170 546,50 |
| | | | Cessão de 30 900 ações | 1 | 1 676 921,37 |
| | | | Por uma pessoa ligada | Cessão de 55 958 ações | 2 |
| SCHWEITZER Louis Administrador do BNP Paribas | A título pessoal | Ações BNP Paribas | Aquisição de 10 000 ações | 2 | 400 056,00 |
| VAN BROEKHOVEN Emiel Administrador do BNP Paribas | A título pessoal | Ações BNP Paribas | Aquisição de 400 ações | 4 | 12 841,19 |
| WEBER-REY Daniela Administradora do BNP Paribas | A título pessoal | Ações BNP Paribas | Aquisição de 1 012 ações | 1 | 32 285,81 |
| WICKER-MIURIN Fields Administradora do BNP Paribas | A título pessoal | Ações BNP Paribas | Aquisição de 139 ações | 1 | 4 528,62 |

(*) *Fora exercícios de stock-options, detalhados nos anexos 8.e. das Situações Financeiras.*

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

2.2 Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

O presente relatório é estabelecido por aplicação do artigo L.225-37 do Código comercial.

As informações incluídas neste tomam nomeadamente em consideração o anexo I do Regulamento europeu (CE) n.º 809/2004 de 29 de Abril de 2004, as recomendações do relatório 2011 da Autoridade dos Mercados Financeiros (AMF) sobre o governo da sociedade e a remuneração dos dirigentes.

Em conformidade com as disposições do artigo L.225-37 do Código comercial, esclarece-se que o Código de governo da sociedade ao qual o BNP Paribas faz voluntariamente referência é o Código de governo da sociedade das empresas cotadas publicado pela Association Française des Entreprises Privées (AFEP) e o Mouvement des Entreprises de France (MEDEF). O BNP Paribas aplica, na sua totalidade, as recomendações deste código.

O GOVERNO DA SOCIEDADE DO BNP PARIBAS

Após ter informado o Conselho de administração, o Sr. Michel Pébereau deu a conhecer aos acionistas do BNP Paribas, reunidos em Assembleia Geral a 11 de maio de 2011, a sua intenção de colocar o seu mandato de Presidente entre as mãos do Conselho antes do fim do período de um ano pelo qual acabara de renovar, propondo-lhe que lhe sucedesse o Sr. Baudouin Prot que renunciaria então às suas funções de Diretor Geral. Em acordo com o Sr. Baudouin Prot, informou a Assembleia Geral de que o Sr. Jean-Laurent Bonnafé, Diretor Geral delegado, poderia ser nomeado Diretor Geral do BNP Paribas de maneira concomitante. O Sr. Michel Pébereau indicou que este movimento poderia ter lugar a 1 de dezembro de 2011, se o Conselho quisesse, então, decidi-lo.

No dia 1 de dezembro de 2011, o Conselho de administração decidiu aceitar as propostas que lhe foram apresentadas pelo Comité de governo da sociedade e das nomeações. Este nomeou, simultaneamente, o Sr. Michel Pébereau Presidente de Honra, o Sr. Baudouin Prot Presidente do Conselho de administração e o Sr. Jean-Laurent Bonnafé Diretor Geral. Reconduziu igualmente o Sr. Georges Chodron de Courcel nas suas funções de Diretor Geral delegado e nomeou dois novos Diretores Gerais delegados, os Srs. Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau.

A pedido da Direção Geral, o Sr. Michel Pébereau na qualidade de Presidente de Honra, dará o seu contributo ao Banco, nomeadamente por ocasião de operações de corporate finance ou no âmbito de intervenções realizadas no interesse do grupo BNP Paribas.

1. PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA

O presente relatório reproduz, por citações ou sob forma de extratos específicos, o conjunto das disposições do regulamento interno dedicadas à composição ou ao funcionamento do Conselho, à repartição das responsabilidades entre a Direção Geral e o órgão deliberante,

às missões e ao funcionamento dos Comités especializados, assim como ao comportamento do administrador e do censor⁽¹⁾.

1.a As missões do Conselho de administração

■ O regulamento interno adotado em 1997 pelo Conselho de administração define as missões do Conselho e dos seus Comités especializados; este é atualizado periodicamente por forma a estar em conformidade com as leis, os regulamentos e as recomendações vigentes, e a ser adaptado em função das melhores práticas em matéria de governo da sociedade. Este integra igualmente uma Carta deontológica do administrador.

■ Os Comités especializados do Conselho de administração são a Comissão revisora de contas, o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade, o Comité de governo da sociedade e das nomeações e o Comité das remunerações.

Ao criar um Comité de controlo interno e dos riscos distinto da Comissão revisora de contas, o Conselho de administração decidiu, a partir de 1994, separar as atribuições habitualmente atribuídas ao Comité de auditoria. Em 2007, o Conselho alargou a missão do Comité de controlo interno e dos riscos a todas as questões relativas à política de conformidade dependendo, nomeadamente dos riscos de reputação ou da ética profissional. O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade cumpre as suas missões de maneira independente e complementar da Comissão revisora de contas que assegura o acompanhamento das questões relativas à elaboração e ao controlo das informações contabilísticas e financeiras. Estes dois Comités reúnem-se em sessão comum para tratar dos assuntos comuns relativos à política dos riscos e de provisionamento do BNP Paribas, tomar conhecimento dos planos de auditoria, e preparar os trabalhos do Conselho sobre a avaliação das políticas e dos dispositivos de gestão dos riscos. Os dois Comités deliberam com base numa documentação elaborada conjuntamente pelo responsável financeiro e o responsável dos riscos do Grupo. Estes dois responsáveis assistem às reuniões.

(1) Por proposta do Presidente, o Conselho de administração pode designar um ou dois censores. Os censores são convocados e participam com voz consultiva às reuniões do Conselho de administração.

A composição destes dois Comités e os trabalhos que estes realizam nas suas áreas respetivas visam responder às exigências das disciplinas bancárias e prudenciais, que estas procedam da lei, das disposições definidas pelo regulador ou de regras que se impõe o BNP Paribas para a qualidade do seu controlo interno e a sua política de risco.

- O extrato do regulamento interno relativo às missões do Conselho de administração e dos Comités é anexo ao presente relatório.

1.b A dissociação das funções de Presidente e de Diretor Geral

A separação das funções de Presidente e de Diretor Geral exprime a vontade do BNP Paribas de se conformar às melhores práticas de governo da sociedade e de assegurar com transparência, a continuidade da Direção Geral. Aquando da sua sessão de 1 de dezembro de 2011, o Conselho de administração confirmou as modalidades da dissociação das funções de Presidente e de Diretor Geral tais como a havia definido a 11 de junho de 2003.

As missões do Presidente

Aquando da sessão de 1 de dezembro de 2011, o Conselho de administração confirmou as missões que o Presidente cumpre em virtude de certas disposições do regulamento interno que não dizem respeito exclusivamente à organização e ao funcionamento do Conselho ou às responsabilidades que o Presidente exerce por aplicação das disposições legais. Estas missões são de natureza contributiva e não conferem qualquer poder executivo ao Presidente. Estas não limitam em nada os poderes do Diretor Geral que assegura sozinho a responsabilidade operacional do Grupo.

O Presidente zela pela manutenção da qualidade da relação com os acionistas em estreita coordenação com as ações conduzidas nesta área pela Direção Geral. Este preside, a este título, o Comité de ligação dos acionistas cuja missão é acompanhar o banco na sua comunicação com destino ao acionariado individual; várias vezes por ano, convida os acionistas para encontros durante os quais a estratégia da empresa é exposta.

O Presidente dá o seu apoio e os seus conselhos ao Diretor Geral respeitando em simultâneo as responsabilidades executivas deste último. O Presidente organiza a sua atividade para garantir a sua disponibilidade e colocar a sua experiência ao serviço do Grupo. A pedido do Diretor Geral, pode participar em qualquer reunião interna incidindo sobre assuntos que dizem respeito à estratégia, à organização, aos projetos de investimento ou de desinvestimento, aos riscos e à informação financeira. Este exprime a sua opinião sem prejuízo das competências do Conselho de administração.

Em estreita coordenação com a Direção Geral, o Presidente pode representar o Grupo nas suas relações de alto nível, nomeadamente os grandes clientes e os poderes públicos, nos planos nacional e internacional. O Presidente dá o seu apoio às equipas responsáveis pela cobertura das grandes empresas e instituições financeiras internacionais; contribui igualmente para o desenvolvimento das atividades de consultoria do BNP Paribas, nomeadamente ao fornecer a sua assistência à realização de importantes operações de Corporate Finance. Colabora com a Direção Geral ou, a pedido desta, representa o Banco nas suas relações com as autoridades financeiras e monetárias nacionais e internacionais. Participa ativamente no debate sobre a evolução da regulação e das políticas públicas que dizem respeito ao BNP Paribas e, mais geralmente, ao sector bancário.

O Presidente contribui para a promoção dos valores e da imagem do BNP Paribas tanto no seio do Grupo como fora deste. Exprime-se sobre os princípios de ação do BNP Paribas, em particular na área da ética profissional. Contribui para a reputação do Grupo através das responsabilidades que este exerce a título pessoal no seio de instâncias públicas nacionais ou internacionais.

Estas missões mobilizam o tempo do Presidente ao serviço do Grupo. As iniciativas que toma e as ações que realiza para as levar a cabo são consideradas pelo Conselho de administração para proceder à sua avaliação e determinar a sua remuneração.

O extrato do regulamento interno relativo às missões do Presidente é anexo ao presente relatório.

Os poderes do Diretor Geral

O Diretor Geral é investido dos poderes mais extensos para agir em quaisquer circunstâncias em nome do BNP Paribas e para representar o Banco nas suas relações com os terceiros. Tem autoridade sobre o conjunto do Grupo. É responsável pela organização e os procedimentos de controlo interno e o conjunto das informações exigidas a este título pela regulamentação.

Este exerce os seus poderes dentro do limite do objeto social, sob reserva daqueles que a lei atribui expressamente às Assembleias de acionistas e ao Conselho de administração.

A título interno, o Regulamento do Conselho de administração dispõe que o Diretor Geral lhe apresente para acordo prévio todas as decisões de investimento ou de desinvestimento (fora operações de carteira) de um montante superior a 250 milhões de euros, assim como qualquer projeto de tomada ou de cedência de participações (fora operações de carteira) superiores a este limite. O Diretor Geral deve apresentar para acordo prévio à Comissão revisora de contas do Conselho qualquer missão não coberta pelo mandato dos Revisores oficiais de contas cujo montante de honorários (sem IVA) exceda um milhão de euros.

1.c A composição do Conselho – A independência dos administradores

A composição do Conselho

■ Por proposta do Conselho de administração, a Assembleia-geral Mista dos acionistas de 11 de Maio de 2011⁽¹⁾ renovou o mandato da Senhora D. Hélène Ploix, assim como os dos Srs. Jean-François Lepetit e Baudouin Prot e nomeou a Sra. D. Fields Wicker-Miurin. Dezasseis administradores estavam presentes durante esta Assembleia dos acionistas.

■ No fim da Assembleia-geral dos acionistas de 11 de Maio de 2011, o Conselho de administração era composto por dezasseis administradores catorze dos quais nomeados pelos acionistas. A 1 de julho de 2011, a Sra. Nicole Misson, administradora eleita pelos assalariados, sucedeu ao Sr. Patrick Auguste, que se reformou, pelo período restante do seu mandato. A representação das mulheres entre os administradores nomeados pelos acionistas era em 31 de dezembro de 2011 de 35,7 % (5/14). Cinco nacionalidades estão representadas no seio do Conselho.

A independência dos administradores

Respondem aos critérios de independência definidos pelo Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF: o Sr. Claude Bébéar, o Sr. Denis Kessler, a Sra. Meglena Kuneva, o Sr. Jean-François Lepetit, a Sras. Laurence

(1) A participação dos acionistas na Assembleia Geral é definida no artigo 18 dos estatutos. Um resumo destas regras assim como a ata da organização e do decorrer da Assembleia Geral de 11 de Maio de 2011 constam na parte «BNP Paribas e os seus acionistas» do Documento de referência e relatório financeiro anual.

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

Parisot e Hélène Ploix, os Srs. Michel Tilmant⁽¹⁾ e Emiel Van Broekhoven⁽¹⁾, as Sras. Daniela Weber-Rey e Fields Wicker-Miurin. Após ter procedido à avaliação do Sr. Louis Schweitzer antes de propor a renovação do seu mandato à Assembleia Geral dos acionistas de 12 de Maio de 2010, o Conselho considerou que o critério de perda de independência ligada ao exercício de um mandato de administrador há mais de doze anos não se aplicava à sua pessoa. O Conselho tinha explicitamente sublinhado que esta consideração era fundada na sua apreciação da personalidade do Sr. Louis Schweitzer e da liberdade de espírito com a qual ele exerce o seu mandato de administrador e de Presidente da Comissão revisora de contas. Esta apreciação foi formulada em conformidade com as disposições do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF. Mais de metade dos administradores do BNP Paribas são independentes em conformidade com as disposições deste Código.

O quadro seguinte apresenta a situação de cada administrador em relação aos critérios de independência propostos pelo Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF:

➤ SITUAÇÃO DOS ADMINISTRADORES EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA DO CÓDIGO AFEP-MEDEF

| | Critério 1 | Critério 2 | Critério 3 | Critério 4 | Critério 5 | Critério 6 | Critério 7 |
|-------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------------|------------|
| M. PÉBEREAU | x | o | o | o | o | x | o |
| C. BÉBÉAR | o | o | o | o | o | o | o |
| J.L. BONNAFÉ | x | o | o | o | o | o | o |
| J.M. GIANNO | x | o | o | o | o | o | o |
| D. KESSLER | o | o | o | o | o | o | o |
| M. KUNOVA | o | o | o | o | o | o | o |
| J.F. LEPETIT | o | o | o | o | o | o | o |
| N. MISSON | x | o | o | o | o | o | o |
| L. PARISOT | o | o | o | o | o | o | o |
| H. PLOIX | o | o | o | o | o | o | o |
| B. PROT | x | o | o | o | o | o | o |
| L. SCHWEITZER | o | o | o | o | o | X ^(*) | o |
| M. TILMANT | o | o | o | o | o | o | o |
| E. VAN BROEKHOVEN | o | o | o | o | o | o | o |
| D. WEBER-REY | o | o | o | o | o | o | o |
| F. WICKER-MIURIN | o | o | o | o | o | o | o |

Legenda:

«o» representa um critério respeitado de independência segundo os critérios AFEP-MEDEF

«x» representa um critério não satisfeito de independência segundo os critérios AFEP-MEDEF

Critério 1 Estatuto de assalariado ou de mandatário social durante os cinco anos anteriores.

Critério 2 Existência ou não de mandatos cruzados.

Critério 3 Existência ou não de relações de negócios significativas.

Critério 4 Existência de ligação familiar próxima com um mandatário social.

Critério 5 Não ter sido auditor da empresa durante os cinco anos anteriores.

Critério 6 Não ser administrador da empresa há mais de doze anos.

Critério 7 Estatuto do acionista importante.

(*) Cf. comentário acima parágrafo «A independência dos administradores».

■ Os dois administradores eleitos pelos assalariados, o Sr. Jean-Marie Gianno e a Sra. D. Nicole Misson, não são reconhecidos como independentes pelo Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF apesar do seu estatuto e do seu modo de eleição que constituem no entanto uma garantia de independência.

■ Três administradores nomeados pelos acionistas, os Srs. Michel Pébereau, Presidente Conselho de Administração até 1 de Dezembro de 2011, depois Presidente de Honra, Baudouin Prot, Diretor Geral até 1 de dezembro de 2011, depois Presidente do Conselho de administração e Jean-Laurent Bonnafé, Diretor Geral delegado até 1 de dezembro de 2011, depois Diretor Geral não respondem aos critérios do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF definindo o administrador independente.

(1) Em conformidade com as disposições do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF (ponto 8.5), o Conselho de administração considerou que a composição do capital do BNP Paribas e a ausência de conflito de interesses potencial garantiam a independência dos Srs. Michel Tilmant e Emiel Van Broekhoven.

O Conselho de administração considera que as principais qualidades pessoais próprias para assegurar, além do respeito dos critérios definidos pelo Código de governo da sociedade AFEPMEDEF, a independência dos administradores eram as seguintes:

- a competência, fundada sobre a experiência e a capacidade de compreensão dos assuntos em jogo e dos riscos;
- a coragem, nomeadamente a de exprimir o seu pensamento e de formular o seu julgamento;
- a disponibilidade, que permite ter o recuo necessário e favorece a implicação do administrador no exercício do seu mandato;
- o *affectio societatis*, que alimenta o compromisso do administrador para com a empresa, no seio do Conselho que representa coletivamente os acionistas; o *affectio societatis* favorece nomeadamente a boa compreensão pelo administrador da cultura da empresa e da sua ética.

■ O processo de recrutamento dos administradores associa as informações e as apreciações dos membros do Comité de governo da sociedade e das nomeações às do Presidente do Conselho de administração com vista a selecionar, em conformidade com os critérios definidos pelo Conselho, as candidaturas suscetíveis de reunir as qualidades pessoais e profissionais procuradas.

1.d A deontologia do administrador

■ O BNP Paribas conforma-se ao Regulamento europeu n°809/2004 de 29 de abril de 2004.

Que o Conselho tenha conhecimento, os administradores não estão numa situação de conflitos de interesse. O regulamento interno do Conselho exige-lhes, em todo o caso, que deem a conhecer «qualquer situação de conflito de interesses, mesmo potencial» e de se absterem de «participar no voto da deliberação correspondente». O regulamento interno prevê que um administrador que já não se estimaria em medida de preencher a sua função no seio do Conselho do qual é membro deve demissionar.

Que o Conselho tenha conhecimento, não existe nenhuma ligação familiar entre os membros do Conselho e nenhum dos seus membros foi condenado por fraude «durante os últimos cinco anos pelo menos» nem esteve associado enquanto membro de um órgão de administração, de direção ou de fiscalização ou enquanto Diretor Geral a qualquer falência, confiscação ou liquidação «durante os últimos cinco anos pelo menos».

Que o Conselho tenha conhecimento, nenhuma «incriminação e/ou sanção pública oficial» foi pronunciada contra um membro do Conselho de administração. Nenhum administrador foi objeto de uma interdição de exercer a sua qualidade «durante os últimos cinco anos pelo menos».

Independentemente das convenções e compromissos regulamentados, não existe disposição ou acordo com os principais acionistas, clientes, fornecedores ou outros, em virtude dos quais um membro do Conselho de administração foi selecionado.

■ Os administradores devem exercer o seu mandato de forma responsável, nomeadamente no que diz respeito à regulamentação relativa às operações de iniciados. Têm, particularmente, o dever de respeitar as disposições legais relativas às informações privilegiadas. É-lhes igualmente pedido para se absterem de efetuar sobre o título BNP Paribas operações que poderiam ser consideradas como especulativas.

■ Os administradores declararam, a título das diligências de aplicação das normas contabilísticas, não ter beneficiado de nenhum apoio financeiro do BNP Paribas ou de uma sociedade do Grupo que não tenha sido concedido de acordo com as condições do mercado.

1.e A formação e a informação dos administradores

■ Por aplicação do regulamento interno, cada administrador pode pedir que lhe seja comunicado pelo Presidente ou o Diretor Geral todos os documentos e informações necessários ao cumprimento da sua missão, a fim de participar utilmente nas reuniões do Conselho de administração e de tomar uma decisão esclarecida, desde que se trate de documentos úteis à tomada de decisão e ligados aos poderes do Conselho.

■ Os administradores têm livremente acesso às atas das reuniões dos Comités do Conselho.

■ As sessões dos Comités são aproveitadas para atualizar, sobre dossiers temáticos correspondentes na ordem do dia, a informação dos administradores. Além disso, o Conselho é mantido informado da evolução da regulamentação bancária e dos textos de referência em matéria de governança. Os administradores são informados dos períodos durante os quais poderão, salvo circunstâncias particulares, efetuar eventuais transações sobre o título BNP Paribas BNP Paribas.

■ Quando da sua entrada em funções, o novo administrador recebe uma documentação escrita sobre o Grupo, as suas características, a sua organização, as suas Situações financeiras recentes e um conjunto de referências sobre as informações disponíveis nos sites Internet do Grupo. O Secretário do Conselho comunica-lhe as principais disposições legais relativas à definição, à comunicação e à exploração das informações privilegiadas. Entrega-lhe o regulamento interno do Conselho de administração e organiza à sua intenção um programa de encontros de trabalho com os responsáveis operacionais e funcionais do Grupo, correspondendo às necessidades do seu mandato e às suas prioridades pessoais.

■ Em 2011, uma jornada de informação foi organizada para os administradores mais recentes. A ordem do dia desta jornada incidiu sobre as atividades de Corporate and Investment Banking e de Investment Solutions assim como sobre os riscos, a liquidez, a conformidade e a gestão financeira. Os administradores presentes encontraram-se por esta ocasião com os respetivos responsáveis.

2. AS REUNIÕES DO CONSELHO E DOS COMITÉS EM 2011

■ O Conselho de administração reuniu-se dez vezes em 2011 três das quais por convocação excecional. A participação média dos administradores nas sessões do Conselho foi de 90 %. O Conselho reuniu-se além disso uma vez para um seminário estratégico.

■ A Comissão revisora de contas reuniu-se quatro vezes com uma taxa de assiduidade dos seus membros de 100 %.

■ O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade reuniu-se quatro vezes com taxa de assiduidade de 100 %.

■ A Comissão revisora de contas e o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade reuniram-se duas vezes com uma taxa de assiduidade de 100 %. Estes dois Comités reuniram-se assim, em conjunto ou separadamente, nove vezes durante o ano de 2011.

■ O Comité de governo da sociedade e das nomeações reuniu-se quatro vezes com uma participação média de 92 %.

■ O Comité das remunerações reuniu-se cinco vezes com uma taxa de assiduidade de 100 %.

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

➤ ASSIDUIDADE NAS SESSÕES DO CONSELHO E DOS COMITÉS EM 2011

| | Sessões do Conselho | | Sessões dos Comités | | Conjunto das sessões | | |
|--|---------------------|------|---------------------|------|----------------------|----|-------|
| | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 3 |
| Administradores | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 3 |
| M. PÉBEREAU | 10 | 10 | | | 10 | 10 | 100 % |
| P. AUGUSTE (até 30/06/2011) | 6 | 6 | 2 | 2 | 8 | 8 | 100 % |
| C. BÉBÉAR | 7 | 10 | 3 | 4 | 10 | 14 | 71 % |
| S. BERGER (até 11/05/2011) | 5 | 6 | | | 5 | 6 | 83 % |
| J.L. BONNAFÉ | 9 | 10 | | | 9 | 10 | 90 % |
| J.M. GIANNO | 9 | 10 | 5 | 5 | 14 | 15 | 93 % |
| F. GRAPPOTTE (até 11/05/2011) | 6 | 6 | 6 | 6 | 12 | 12 | 100 % |
| D. KESSLER | 9 | 10 | 9 | 9 | 18 | 19 | 95 % |
| M. KUNOVA | 6 | 10 | | | 6 | 10 | 60 % |
| J.F. LEPETIT | 10 | 10 | 6 | 6 | 16 | 16 | 100 % |
| N. MISSON (a contar de 01/07/2011) | 4 | 4 | | | 4 | 4 | 100 % |
| L. PARISOT | 7 | 10 | 4 | 4 | 11 | 14 | 79 % |
| H. PLOIX | 9 | 10 | 4 | 4 | 13 | 14 | 93 % |
| B. PROT | 10 | 10 | | | 10 | 10 | 100 % |
| L. SCHWEITZER | 8 | 10 | 4 | 4 | 12 | 14 | 86 % |
| M. TILMANT | 10 | 10 | 5 | 5 | 15 | 15 | 100 % |
| E. VAN BROEKHOVEN | 10 | 10 | 4 | 4 | 14 | 14 | 100 % |
| D. WEBER-REY | 10 | 10 | 4 | 4 | 14 | 14 | 100 % |
| F. WICKER-MIURIN (a contar de 11/05/2011) | 4 | 4 | | | 4 | 4 | 100 % |
| Média | | 90 % | | 98 % | | | |

A coluna 1 recenseia as presenças nas sessões.

A coluna 2 recenseia o número de sessões.

A coluna 3 indica a taxa de assiduidade individual

3. OS TRABALHOS DO CONSELHO EM 2011

3.a Estratégia

O Conselho de administração determina a estratégia e as orientações da atividade do BNP Paribas sobre proposta da Direção Geral, que apresenta os seus elementos essenciais no término de um processo interno formalizado.

Examina e decide as operações de importância estratégica em conformidade com as disposições do seu regulamento interno. Acompanha a realização dos objetivos que aprovou, nomeadamente durante as deliberações sobre as contas e sobre o orçamento.

O Conselho é regularmente informado da situação de liquidez e dos compromissos do Grupo.

■ O Conselho de administração deliberou várias vezes sobre a situação da economia e dos mercados. Dedicou uma sessão excepcional à análise dos eventos que se produziram durante o verão de 2011 e aos receios que foram manifestados em relação aos bancos europeus devido, nomeadamente, à sua exposição à dívida soberana de alguns Estados e do seu recurso ao mercado do dólar para o financiamento das suas operações. O Conselho de administração examinou e aprovou as medidas de adaptação

incidindo em particular sobre a dimensão do balanço e a liquidez que lhe foram propostas pela Direção Geral.

- O Conselho foi informado dos resultados dos stress tests efetuados a pedido da Autoridade Bancária Europeia assim como da comparação destes resultados com os dos grandes bancos europeus.
- Tomou conhecimento do andamento dos trabalhos realizados pela Direção Geral no âmbito do Recovery and Resolution Plan (Plano de Restabelecimento e de Reorganização) pedido pelo Financial Stability Board e pela Autoridade de Controlo Prudencial.
- O Conselho deliberou sobre a evolução comparada das valorizações bolsistas dos principais bancos mundiais assim como sobre a situação relativa do BNP Paribas tal como esta resulta das notações efetuadas pelas agências de notação.
- Foi informado do plano de ação destinado a desenvolver o modelo integrado de Retail Banking ao serviço dos clientes nas redes domésticas e a favorecer o desenvolvimento e a melhoria da rentabilidade nas outras redes.
- O Conselho de administração aprovou o projeto de fusão-absorção do BNP Paribas e da Banque de Bretagne, o projeto de fusão transfronteiriça simplificada com o BNP Paribas International BV e o projeto de fusão de duas imobiliárias de exploração do Grupo. Foi informado da realização da fusão do Türk Ekonomi Bankasi A.S. (TEB) e do Fortis Bank A.S.

- Ao Conselho de administração não foi confiado nenhum projeto estratégico que estivesse situado fora das orientações definidas e devesse por esse facto, ser objeto de uma aprovação prévia, em conformidade com o seu regulamento interno. Fez o ponto da evolução de vários projetos que havia anteriormente evocado.
- O Conselho de administração reuniu-se, como nos anos anteriores, para um seminário estratégico dedicado às perspetivas de Retail Banking, de Investment Solutions e de Corporate and Investment Banking assim como à adaptação financeira do Grupo num ambiente em profunda e rápida mutação.

3.b Riscos, liquidez, conformidade e controlo interno

No relatório do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade agindo com base nas informações entregues pela Direção Geral, o Conselho de administração debateu regularmente o ambiente económico, financeiro e regulamentar, nomeadamente prudencial. Foi informado da evolução dos riscos assim como da situação de liquidez.

Riscos e liquidez

- O Conselho de administração debateu ao longo de todo o ano a política de liquidez tendo em consideração a situação dos mercados e as disposições tomadas ou previstas pelas autoridades de regulação internacionais ou nacionais. Num contexto caracterizado por uma grande instabilidade, foi informado das medidas tomadas pela Direção Geral para fazer face às mudanças e às suas consequências sobre a quantidade, a qualidade e o custo da liquidez. Tomou nota das disposições implementadas pela Direção Geral para acompanhar as necessidades de financiamento das atividades assim como dos resultados obtidos em 2011 neste domínio.
- Tomou conhecimento das condições de preço e de maturidade das emissões realizadas em 2010 e 2011.
- Tomou conhecimento das conclusões dos trabalhos do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade sobre os riscos do Grupo. Deliberou sobre os principais desafios identificados, em particular no que diz respeito à exposição às dívidas soberanas. Foi regularmente informado da evolução do custo do risco por atividade assim como dos efeitos da política de redução dos ativos.
- Ouviu as conclusões dos trabalhos efetuados conjuntamente pela Comissão revisora de contas e o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade com base no relatório estabelecido a título do ano de 2010 sobre a medição e a vigilância dos riscos, em conformidade com as disposições do regulamento CRBF 97-02. Procedeu à avaliação da eficácia das políticas e dos dispositivos implementados.

Conformidade e controlo interno

- O Conselho de administração recebeu comunicação do relatório 2010 sobre a conformidade e do relatório 2010 sobre o controlo permanente, o risco operacional e a continuidade de atividades. Ouviu os comentários do Presidente do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade sobre estes relatórios. Foi informado da evolução dos meios afetados ao controlo interno. Aprovou a parte do projeto de relatório do Presidente dedicada aos procedimentos de controlo interno.
- Foi informado dos principais resultados do controlo periódico em 2010 e no 1º semestre de 2011 assim como da síntese das observações transmitidas pela Inspeção-geral.

- O Conselho notou que os planos de auditoria apresentados pelos Revisores oficiais de contas permitiam-lhes cumprir as suas diligências de maneira satisfatória.
- Foi informado sobre os ensinamentos do programa implementado pela Direção Geral para assegurar o controlo e a segurança das operações de mercado. Tomou conhecimento do montante das perdas e ganhos ligados aos incidentes operacionais assim como dos principais contenciosos.
- Adotou as deliberações que permitem completar a centralização do controlo periódico das filiais dentro do respeito da responsabilidade dos órgãos deliberantes das filiais visadas.
- O Conselho ouviu o relatório das audições do Inspetor-geral, responsável pelo controlo periódico, do responsável do controlo permanente e da conformidade, do responsável da ALM Tesouraria e do responsável do Group Risk Management cuja competência cobre o conjunto da política de risco do Grupo, realizadas pelo Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade, sem a presença do Presidente e do Diretor Geral.
- O Conselho tomou conhecimento das trocas de correspondência com a Autoridade de Controlo Prudencial e dos comentários do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade. Foi informado sobre as relações com os reguladores no estrangeiro, tais como foram transmitidas pela Direção Geral.

3.c Orçamento, contas e resultados, gestão e informação financeira

Orçamento

Em conformidade com a sua prática usual, o Conselho examinou e aprovou durante a última sessão do ano, o orçamento para 2012 apresentado pela Direção Geral para o conjunto do Grupo, dos seus polos e das principais atividades.

Contas e resultados

- O Conselho examinou e aprovou os resultados do 4º trimestre de 2010 e do ano de 2010, assim como os dos três primeiros trimestres do ano de 2011.
- Tomou conhecimento, a cada trimestre, da evolução dos rendimentos e do coeficiente de exploração por atividade.
- Para cada período considerado, o Conselho ouviu a síntese dos trabalhos da Comissão revisora de contas e as conclusões dos Revisores oficiais de contas que assistem de pleno direito às sessões que tratam dos resultados e das contas.
- O Conselho deliberou sobre a evolução do rácio de solvabilidade à luz das decisões tomadas pelo regulador neste domínio. Foi informado das consequências sobre os rendimentos e os resultados das medidas tomadas para reduzir a necessidade de financiamento do Grupo, nomeadamente em dólar. Examinou a rentabilidade dos fundos próprios investidos nas atividades.
- Tomou conhecimento do andamento do plano de redução do balanço. Examinou a composição do balanço cash em dólar e a sua evolução durante o ano de 2011.
- Foi informado das escolhas significativas ligadas à aplicação dos princípios contabilísticos que foram examinados pela Comissão revisora de contas sobre o relatório conjunto dos Revisores oficiais de contas e do responsável financeiro do Grupo.
- Ouviu os comentários da Comissão revisora de contas sobre a síntese do controlo interno contabilístico examinada, trimestralmente, por este último.

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

- O Conselho ouviu o relatório das audições dos Revisores oficiais de contas e do responsável financeiro do Grupo, realizadas pela Comissão revisora de contas sem a presença do Presidente e do Diretor Geral.
- Sobre a proposta da Comissão revisora de contas, aprovou, no termo do processo de designação implementado para o período 2012-2017, o princípio de renovação dos Revisores oficiais de contas que será submetido à aprovação da próxima Assembleia Geral.

Gestão financeira

- O Conselho recebeu comunicação do relatório sobre o financiamento a médio e longo prazo em 2010 e no 1º semestre de 2011; ouviu os comentários da Direção Geral sobre as condições de execução dos programas. Foi igualmente informado de maneira regular da rentabilidade da produção nova dos créditos.
- Foi informado das recompras de ações efetuadas no âmbito da autorização dada pela Assembleia Geral.

Informação financeira

- O Conselho examinou, aquando de cada sessão dedicada aos resultados, durante cada sessão dedicada aos resultados, os projetos de comunicado. Aprovou o projeto de relatório do Conselho de administração para o ano 2010 assim como o projeto de relatório do Presidente sobre os procedimentos de controlo interno relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira.
- As notações a longo prazo da empresa são apresentadas na introdução do Documento de referência e relatório financeiro anual.

3.d Governo da sociedade

Evolução da governança do BNP Paribas

- O Conselho de administração decidiu a 1 de dezembro de 2011 nomear o Sr. Michel Pébureau Presidente de Honra, o Sr. Baudouin Prot Presidente do Conselho de administração, o Sr. Jean-Laurent Bonnafé Diretor Geral e os Srs. Philippe Bordenave, Georges Chodron de Courcel e François Villeroy de Galhau Diretores Gerais delegados. Confirmou os poderes específicos concedidos pelo Conselho de administração ao Diretor Geral e aos Diretores Gerais delegados anteriormente a 1 de dezembro de 2011. Aprovou os termos de uma convenção que define as missões que o Sr. Michel Pébureau poderá realizar no interesse do Grupo na qualidade de Presidente de Honra. Autorizou a convenção pela qual o BNP Paribas e o Sr. Baudouin Prot puseram fim de comum acordo ao contrato de trabalho do Sr. Baudouin Prot. Aprovou o princípio da ruptura do contrato de trabalho do Sr. Jean-Laurent Bonnafé em condições que serão ulteriormente definidas sobre a proposta do Comité de governo da sociedade e das nomeações.
- O Conselho foi informado da nomeação de dois Diretores Gerais adjuntos não mandatários sociais assim como da composição da Comissão Executiva a contar de 1 de dezembro de 2011.

Avaliação do Conselho de administração

Continuação da avaliação do Conselho de administração a título de 2010

O principal desejo de melhoria formulado incidira sobre o aprofundamento dos trabalhos do Conselho sobre o risco operacional assim como sobre a análise comparada dos desempenhos do Grupo.

O risco operacional foi evocado várias vezes pelo responsável da conformidade e do controlo permanente frente ao Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade. O Comité reportou ao Conselho as informações que recebeu, nomeadamente sobre a prevenção e a proteção contra a fraude, sobre a segurança informática e sobre os principais contenciosos em curso.

Tendo em conta a evolução de ambiente, o Conselho de administração centrou as suas análises comparativas sobre os resultados dos testes de resistência e sobre as evoluções das valorizações bolsistas.

Avaliação do Conselho de administração a título de 2011

- A organização e o funcionamento do Conselho de administração e dos seus Comités especializados foram objeto de uma avaliação pelo décimo ano consecutivo.
- Esta avaliação foi realizada com base num questionário anónimo incidindo sobre a organização do Conselho (independência, condições de funcionamento), e as suas principais áreas de atividades tais como indicadas no presente relatório (estratégia, controlo interno e riscos, gestão financeira, remunerações) assim como sobre as competências dos membros dos Comités, a pertinência dos assuntos tratados e a qualidade dos relatórios dos seus trabalhos. O suporte da avaliação incluía trinta e cinco questões acompanhadas de uma escala das notações, reagrupadas em dez temas. Os administradores foram convidados a formular as suas propostas de melhoria sobre cada um desses temas.
- Pelas notas que atribuíram e as observações que formularam, os administradores exprimiram uma apreciação favorável sobre a organização dos trabalhos e o funcionamento do Conselho de administração. Os temas sobre os quais os administradores marcaram particularmente a sua satisfação dizem respeito à qualidade da informação apresentada, nomeadamente no domínio estratégico, e aos debates sobre os desafios da crise. As deliberações do Conselho sobre os resultados, o risco de liquidez, os constrangimentos prudenciais e os dispositivos de identificação e de controlo dos riscos foram igualmente positivamente avaliados.

Os principais desejos de melhoria incidiram sobre o aprofundamento dos trabalhos do Conselho sobre certas categorias de risco assim como sobre o prosseguimento da sua reflexão estratégica à luz dos ensinamentos que se destacam das mudanças de ambiente económico, financeiro e regulamentar.

Avaliação dos administradores – Evolução da composição do Conselho de administração e dos Comités especializados

- No âmbito do processo descrito acima, o Conselho avaliou a independência dos administradores tendo em consideração as qualidades que havia definido em 2010 (competência, coragem, disponibilidade e affectio societatis) assim como a competência dos membros de cada um dos seus Comités. Deliberou sobre as propostas relativas à sua composição suscetíveis de serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral dos acionistas.
- O Conselho de administração decidiu não renovar os mandatos da Sra. Suzanne Berger e do Sr. François Grappotte que caducam no termo da Assembleia Geral de 11 de maio de 2011. Propôs à Assembleia Geral nomear a Sra. Fields Wicker-Miurin por um período de três anos e renovar os mandatos das Sras. Hélène Ploix e Daniela Weber-Rey assim como os dos Srs. Jean-François Lepetit e Baudouin Prot.

O Comité nomeou o Sr. Jean-François Lepetit Presidente do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade em substituição do Sr. François Grappotte.

Relatório do Presidente

■ O Conselho de administração aprovou o presente relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho, assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pelo BNP Paribas.

3.e Remuneração

Remuneração dos administradores

■ Os administradores exteriores ao Grupo⁽¹⁾ não recebem por parte do BNP Paribas qualquer outra remuneração além das fichas de presença.

- Tratando-se dos Conselhos de administração, as fichas de presença atribuídas aos administradores incluem uma parte fixa e uma parte variável ligada à presença efetiva nas reuniões do Conselho.
- Sobre proposta do Comité das remunerações, o Conselho de administração definiu a parte fixa das fichas de presença a 29 864 euros. Todavia decidiu não escolher este montante para 2011 e calcular a parte fixa das fichas de presença sobre a base de 14 864 euros. Os membros do Conselho residentes no estrangeiro beneficiam de meia-ficha suplementar para ter em conta as suas sujeições particulares.
- A parte variável das fichas de presença é calculada sobre a base de 2 123,43 euros por sessão programada (7 sessões por ano). Em caso de sessão excepcional do Conselho de administração, cada administrador presente recebe uma ficha calculada sobre esta base majorada de 75 %.
- Os administradores não recebem nenhuma remuneração a título da sua participação no seminário estratégico.
- Tratando-se dos Comités especializados, as partes fixas das fichas de presença atribuídas aos membros dos Comités foram fixadas em 20 000 euros para os Presidentes da Comissão revisora de contas e do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade e do Comité das remunerações, e em 10 000 euros para o Presidente do Comité de governo da sociedade e das nomeações.
As partes variáveis ligadas à presença efetiva nas reuniões dos Comités são iguais a:
 - 80 % da parte variável por sessão programada do Conselho, ou seja 1 698,74 euros por sessão para o Presidente dos Comités;
 - 50 % da parte variável por sessão programada do Conselho, ou seja 1 061,71 euros por sessão para os membros dos Comités.
- Em virtude das disposições anteriores, o Conselho decidiu atribuir aos membros do Conselho de administração uma quantia de 841 507 euros em 2011. O montante é superior em 11,7 % ao montante pago em 2010 (753 527 euros) devido ao número mais elevado de sessões do Conselho.
- O quadro das fichas de presença pagas aos membros do Conselho de administração consta da nota anexa 8.e às Situações financeiras, incluída no presente Documento de referência e relatório financeiro anual.

Remuneração dos dirigentes mandatários sociais

■ Sobre proposta do Comité das remunerações, o Conselho administração determinou as remunerações variáveis dos dirigentes mandatários sociais segundo as modalidades que tinha

definido em 2010. Estas modalidades tinham sido descritas na nota anexa 8.d às Situações financeiras incluída no Documento de referência e relatório financeiro anual 2010 (páginas 240 e 241). O Conselho constatou os resultados dos cálculos ligados aos critérios avaliados incidindo sobre a performance do Grupo. Apreciou como os objetivos pessoais tinham sido atingidos em consideração da sua avaliação dos desempenhos individuais dos mandatários sociais, nomeadamente das capacidades de antecipação, de decisão e de animação desenvolvidas por cada um deles. Decidiu só utilizar em parte a possibilidade de atribuir ao Diretor Geral e aos Diretores Gerais delegados uma remuneração variável ligada à política de risco e de liquidez. O Conselho de administração certificou-se da coerência da evolução da remuneração variável com a do resultado líquido parte do Grupo do BNP Paribas.

- O Conselho decidiu que as remunerações variáveis concedidas aos mandatários sociais seriam diferidas sobre três anos em proporção de 60 % e que metade da parte paga em 2011 (40 %) seria diferida de seis meses e indexada à evolução da cotação da ação. A parte diferida além de 2011 (60 %) seria submetida, para cada ano considerado, a uma condição de rentabilidade dos fundos próprios e indexada, por metade, à evolução da cotação da ação desde a data do primeiro pagamento.
- O Conselho de administração definiu os princípios de remuneração dos mandatários sociais para 2011. Estas disposições são descritas na nota anexa 8.e às Situações financeiras incluída no presente Documento de referência e relatório financeiro anual.
- Sobre proposta do Comité das remunerações, o Conselho aprovou as características de um plano de remuneração a longo prazo destinado a assegurar o interesse dos mandatários sociais na criação de valor sobre um longo período. Certificou-se junto do Comité de Sábios AFEP-MEDEF que este plano respeitava as disposições do Código de governo da sociedade. Implementou este plano em benefício do Diretor Geral e dos Diretores Gerais delegados.
- O Conselho determinou a 1 de dezembro de 2011 as remunerações fixas do Sr. Baudouin Prot, Presidente, do Sr. Jean-Laurent Bonnafé, Diretor Geral, e dos Srs. Philippe Bordenave, Georges Chodron de Courcel e François Villeroy de Galhau, Diretores Gerais delegados.
- Nem o Presidente, nem o Diretor Geral, nem os Diretores Gerais delegados participaram na preparação das decisões relacionadas com a sua remuneração e nem tomaram parte nas deliberações correspondentes do Conselho.
- As decisões do Conselho de administração foram tornadas públicas em conformidade com o Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF.

Uma nota anexa às Situações Financeiras incluída no Documento de referência e no relatório financeiro anual é especificamente dedicada às remunerações e vantagens sociais que beneficiam os mandatários sociais. Esta nota inclui igualmente informações sobre os regimes de reforma dos quais beneficiam os mandatários sociais assim como os compromissos provisionados correspondentes. Esta apresenta de maneira estandardizada o conjunto das remunerações e vantagens atribuídas aos mandatários sociais. Esta nota foi estabelecida em conformidade com as disposições do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF e as recomendações da AMF.

⁽¹⁾ Administradores membros do Grupo: Srs. Patrick Auguste (até junho de 2011), Jean-Laurent Bonnafé, Jean-Marie Gianni, Sra. Nicole Misson (a contar de 1 de julho de 2011), Srs. Michel Pébereau e Baudouin Prot.

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

Remuneração das categorias de assalariados submetidas a uma regulamentação específica

- O Conselho foi informado pelo Comité das remunerações, sobre a abordagem escolhida pelo BNP Paribas para identificar a população dos colaboradores cujas atividades profissionais têm uma incidência significativa sobre o perfil de risco da empresa (atividades reguladas).
- Aprovou várias alterações à política de remuneração desta população e tomou conhecimento das orientações gerais previstas pela Direção Geral para determinar as verbas de remuneração para as atividades reguladas a título de 2011.

Igualdade profissional e salarial

O Conselho de administração deliberou sobre a política do BNP Paribas em matéria de igualdade profissional e salarial com base no relatório previsto pela regulamentação. Foi informado da política conduzida pela Direção Geral para promover a diversidade e zelar pelo respeito do princípio de igualdade de tratamento das mulheres e dos homens nos processos de gestão de carreira e de remuneração.

Plano Global de Participação em Ações – Aumento de capital

- Por proposta do Comité das remunerações, o Conselho adotou o programa 2011 do Plano Global de Participação em Ações do Grupo. Este programa incidiu sobre 2 296 820 opções de subscrição e sobre 1 040 450 ações de desempenho em benefício de 5 317 beneficiários cujo nível de responsabilidade, contribuição para os resultados ou potencial profissional constituem elementos chave da estratégia do Grupo, do seu desenvolvimento e da sua rentabilidade. O Conselho aprovou os regulamentos e as características deste programa.
- O Conselho de administração definiu os termos e condições de um novo aumento de capital reservado aos assalariados.

4. OS TRABALHOS DOS COMITÉS EM 2011

4.a Comissão revisora de contas

A Comissão revisora de contas foi composta em 2011 pelos Srs. Louis Schweitzer, Presidente, Denis Kessler, a Sra. D. Hélène Ploix, assim como o Sr. Emiel Van Broekhoven a partir de 2 maio de 2011. O Sr. Patrick Auguste foi membro do Comité até 30 junho de 2011 data na qual o seu mandato de administrador eleito pelos assalariados caducou. Esta Comissão compreende uma maioria de membros dispoendo de uma experiência e de uma competência na área da gestão financeira de empresas, das disciplinas contabilísticas e da informação financeira.

A Comissão revisora de contas não inclui nenhum membro da Direção Geral. A atualização da informação e dos conhecimentos dos membros da Comissão é facilitada pela apresentação, pelo responsável financeiro do Grupo presente no momento das reuniões, de assuntos de importância significativa que são comentados e discutidos na presença dos Revisores oficiais de contas.

Os documentos relativos à ordem dos trabalhos, nomeadamente os dossiers relativos aos resultados e ao controlo interno contabilístico são estabelecidos segundo formatos estandardizados de apresentação.

O extrato do regulamento interno relativo às missões da Comissão revisora de contas é anexo ao presente relatório.

A Comissão revisora de contas reuniu-se quatro vezes em 2011 com uma taxa de assiduidade dos seus membros igual a 100 %. Além disso, reuniu-se uma vez em sessão comum com o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade.

Exame das contas e informação financeira

- A Comissão revisora de contas procedeu a cada trimestre ao exame das contas com base nos documentos e informações comunicados pela Direção Geral e nas diligências efetuadas pelos Revisores oficiais de contas.
- Ouviu a apresentação conjunta do Finanças - Desenvolvimento Grupo e dos Revisores oficiais de contas sobre as escolhas significativas ligadas à aplicação dos princípios contabilísticos Tomou nomeadamente conhecimento por essa ocasião das modalidades escolhidas para o tratamento contabilístico dos títulos de dívida soberana dos países que são alvo de um plano de ajuda europeia; foi, em particular informado das modalidades da depreciação dos títulos gregos efetuada nas contas do 2º trimestre e do 3º trimestre de 2011. O Comité examinou igualmente, sobre a apresentação conjunta do Finanças-Desenvolvimento Grupo e dos Revisores oficiais de contas, o tratamento contabilístico da reestruturação do Grupo na Turquia e as consequências do levantamento dos limites de consolidação.
- A Comissão revisora de contas analisou trimestralmente os quadros de síntese dos resultados consolidados, a rentabilidade anualizada dos capitais próprios assim como os resultados e a rentabilidade por polo de atividade. Examinou igualmente a evolução do rácio de solvabilidade Basileia 2 estimado assim como a dos ativos ponderados.
- Examinou o balanço consolidado do Grupo em 31 de dezembro de 2010 e a sua evolução entre esta data e 30 junho de 2011; foi, por esta ocasião, informado dos compromissos extra patrimoniais.
- A Comissão examinou as exposições sensíveis apresentadas de acordo com as recomendações do Financial Stability Board. Tomou conhecimento da redução das exposições do Grupo às dívidas soberanas e examinou as consequências das cessões realizadas sobre o resultado do Grupo.
- Por ocasião do exame dos resultados, a Comissão revisora de contas ouviu o responsável financeiro do Grupo e o seu adjunto encarregue do reporting contabilístico e financeiro. Procedeu, trimestralmente, à audição do responsável financeiro, sem a presença do Presidente e do Diretor Geral. Evocou nomeadamente por essa ocasião as condições de integração das contas do Fortis que permaneceram um ponto de atenção em 2011. Ouviu os comentários e as conclusões dos Revisores oficiais de contas, sobre os resultados de cada trimestre. Sem a presença do Presidente, do Diretor Geral e do responsável financeiro, a Comissão procedeu à audição dos Revisores oficiais de contas e colocou-lhes as perguntas que julgou úteis, nomeadamente sobre a exposição do Grupo ao risco soberano e sobre o carácter racional e prudente das escolhas contabilísticas efetuadas.

Controlo interno contabilístico

- A Comissão revisora de contas examinou a cada trimestre a síntese dos pontos de controlo assinalados pelas entidades do Grupo no âmbito da certificação das suas Situações financeiras. Analisou por esta ocasião a evolução do nível de risco constatado para cada um dos trinta principais controlos contabilísticos.
- A Comissão revisora de contas examinou a parte do projeto de relatório do Presidente relativa aos procedimentos de controlo interno relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira; recomendou a sua aprovação pelo Conselho de administração.

Relações com os Revisores oficiais de contas

- A Comissão revisora de contas recebeu de cada um dos Revisores oficiais de contas a declaração escrita da sua independência.
- Sem a presença dos Revisores oficiais de contas, foi informado dos honorários que lhes foram pagos e tomou conhecimento do quadro de síntese das missões não diretamente ligadas à auditoria. Autorizou uma missão desta natureza que foi submetida à sua aprovação em conformidade com o regulamento interno.
- Após ter aprovado os seus princípios, a Comissão revisora de contas tomou conhecimento dos resultados do processo de designação dos Revisores oficiais de contas para o período 2012-2017. Decidiu propor ao Conselho a aprovação do projeto de renovação dos gabinetes membros do colégio atual.

Reunião comum com o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade

- Os Comitês deliberaram com base no relatório estabelecido a título do Regulamento CRBF 97-02 e de uma nota estabelecida à sua intenção sobre as principais evoluções ocorridas nos domínios da governança e da organização dos riscos. Evocaram nomeadamente as disposições tomadas pelo Banco para dar uma nova orientação às atividades de mercado, reduzir algumas exposições e reforçar o controlo dos riscos operacionais. Ouviram os comentários do responsável dos riscos sobre os principais resultados dos stress tests dos riscos de mercado.
- Os Comitês procederam ao exame da atividade, das Situações financeiras e dos riscos do BancWest à luz das características do ambiente económico e regulamentar americano.
- Tomaram conhecimento das principais orientações escolhidas pelos Revisores oficiais de contas para a elaboração do seu plano de auditoria 2011 assim como os pontos de atenção mais significativos.

4.b Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade

O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade foi composto em 2011 pelos Srs. François Grappotte do qual foi Presidente até 11 de maio de 2011, dos Srs. Jean-Marie Gianno e Jean-François Lepetit, assim como do Sr. Michel Tilmant a partir de 27 de abril de 2011. O Sr. Jean-François Lepetit preside o Comité desde 11 de maio de 2011.

O Comité compreende uma maioria de dois terços de administradores independentes, segundo os critérios do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF. É constituído por uma maioria de membros que apresentam competências particulares em matéria financeira e no domínio dos riscos graças à sua formação ou experiência. O Comité não inclui nenhum membro da Direção Geral. O seu Presidente exerceu responsabilidades executivas no sector bancário, foi Presidente da Comissão das operações de Bolsa, membro do Colégio da Autoridade dos Mercados Financeiros e Presidente do Conselho nacional da contabilidade. Outro dos seus membros possui uma experiência internacional do management bancário. O Comité não inclui nenhum membro da Direção Geral.

O extrato do regulamento interno relativo às missões do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade é ao presente relatório.

O Comité reuniu-se quatro vezes em 2011 com uma taxa de assiduidade dos seus membros igual a 100 %. Reuniu-se, além disso com a Comissão revisora de contas (cf. acima). O dossier dedicado aos riscos de mercado, de contrapartida e de crédito é sistematicamente acompanhado de uma nota de síntese.

Riscos de mercado, riscos de contrapartida, riscos de crédito

- O Comité passou em revista, aquando de cada uma das suas sessões, a evolução dos riscos de mercado, dos riscos de contrapartida e dos riscos de crédito. Deliberou com base nas informações apresentadas pelo Group Risk Management (GRM). O responsável do GRM e os seus adjuntos especializados nas diferentes categorias de riscos responderam em sessão às perguntas do Comité relativas à sua área de responsabilidade.

O Comité tomou conhecimento das conclusões dos Risk Policy Committees e dos Comitês Países organizados pela Direção Geral.

- Analisou as evoluções da economia e dos mercados assim como as consequências que daí resultavam para as exposições do Grupo. Tomou conhecimento dos indicadores de concentração setorial e geográfico. Examinou a exposição do Grupo às dívidas soberanas assim como as principais exposições às instituições financeiras e aos «corporates».
- O Comité foi informado da evolução do Valor em Risco (VaR) assim como dos resultados das operações de stress tests realizados para os riscos de mercado. Tomou conhecimento dos resultados dos stress tests realizados a pedido da Autoridade Bancária Europeia assim como da comparação destes resultados com os dos principais bancos europeus.
- O Comité procedeu, sem a presença do Presidente e do Diretor Geral, à audição do responsável do Group Risk Management.

Liquidez

- O Comité foi regularmente informado das consequências da crise dos mercados e das evoluções regulamentares sobre a política de liquidez do Grupo e sobre a organização da sua gestão. Em cada uma das suas sessões, procedeu a largas trocas de pontos de vista com o Presidente, o Diretor Geral e o responsável do Asset and Liabilities Management. Tomou conhecimento das ações implementadas pela Direção Geral para fazer face a um ambiente profundamente modificado.
- Examinou as condições de realização do programa de financiamento a médio e longo prazo.
- O Comité procedeu, sem a presença do Presidente e do Diretor Geral, à audição do responsável do Asset and Liabilities Management.

Controlo permanente, conformidade, controlo periódico

- O Comité recebeu comunicação dos projetos de relatório 2010 sobre a Conformidade, o controlo operacional permanente e a continuidade da atividade. Foi informado da adaptação da organização central da conformidade, e tomou conhecimento do estado de síntese dos resultados do controlo permanente. Passou em revista os principais incidentes assim como os principais litígios e contestações. Examinou o plano de ação de controlo permanente para 2011 assim como os pontos de atenção relativos à continuidade de atividade. Foi informado das ações implementadas e previstas em matéria de prevenção e de proteção contra a fraude. O Comité procedeu, sem a presença do Presidente e do Diretor Geral, à audição do responsável da conformidade e do controlo permanente.
- O Comité recebeu comunicação do projeto de relatório 2010 sobre o controlo periódico e examinou os resultados do «Risk assessment» realizado pela Inspeção-geral assim como a evolução do número e da natureza das recomendações formuladas por esta última. Tomou conhecimento do relatório de atividade semestral do controlo periódico assim como do plano de missões da Inspeção-geral.

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

O Comité procedeu, sem a presença do Presidente e do Diretor Geral, à audição do Inspetor-geral, responsável pelo controlo periódico.

- O Comité examinou o projeto do relatório anual 2011 sobre o controlo interno e recomendou a sua aprovação pelo Conselho de administração.

Relações com os reguladores

- O Comité foi informado do andamento dos trabalhos realizados no âmbito do Recovery and Resolution Plan pedido pelos reguladores.
- Foi informado das relações com os reguladores, em França e no estrangeiro, tais como foram transmitidas pela Direção Geral.
- Examinou as trocas de correspondências entre a Autoridade de Controlo Prudencial e a Direção Geral; reportou-o ao Conselho de administração.

4.c Comité de governo da sociedade e das nomeações

O Comité de governo de sociedade e das nomeações é composto pelo Sr. Claude Bébéar, Presidente, e pelas Sras. Laurence Parisot e Daniela Weber-Rey. É constituído por administradores independentes que possuem uma grande experiência das problemáticas de governo da sociedade e de configuração das equipas dirigentes nas empresas internacionais.

O Comité não inclui nenhum membro da Direção Geral. Associa o Presidente aos seus trabalhos para a seleção de novos administradores ou censores e a sucessão dos dirigentes mandatários sociais.

O extrato do regulamento interno relativo às missões do Comité de governo da sociedade e das nomeações é anexo ao presente relatório.

O Comité de governo de sociedade e das nomeações reuniu-se quatro vezes com uma participação média de 92 %.

- O Comité deliberou várias vezes sobre a evolução da governança do Grupo.

Após ter tomado conhecimento das intenções do Sr. Michel Pébereau relativamente à Presidência do BNP Paribas e, em acordo com o Sr. Baudouin Prot, à Direção Geral do Grupo, o Comité propôs ao Conselho de administração prolongar as funções de Presidente do Sr. Michel Pébereau em conformidade com o artigo 14 dos estatutos.

O Sr. Michel Pébereau tendo ulteriormente confirmado as suas intenções, o Comité decidiu propor ao Conselho de administração de nomear Presidente de Honra e de nomear simultaneamente o Sr. Baudouin Prot Presidente do Conselho de administração e o Sr. Jean-Laurent Bonnafé Diretor Geral. Decidiu igualmente propor ao Conselho reconduzir o Sr. Georges Chodron de Courcel nas suas funções de Diretor Geral delegado e de nomear os Srs. Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau Diretores Gerais delegados.

O Comité foi informado da nomeação dos Srs. Jacques d'Estais e Alain Papiasse na qualidade de Diretores Gerais adjuntos não mandatários sociais assim como da composição da Comissão Executiva do Grupo a contar de 1 de dezembro de 2011.

- O Comité propôs ao Conselho a aprovação das missões que o Presidente de Honra poderia realizar no interesse do Grupo assim como os meios colocados à sua disposição no âmbito de uma convenção decorrente das disposições do artigo L225-40 do Código comercial.

Submeteu à autorização prévia do Conselho a convenção pela qual foi posto fim ao contrato de trabalho do Sr. Baudouin Prot.

Examinou a situação do Sr. Jean-Laurent Bonnafé em relação às disposições do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF. Propôs ao Conselho de administração a aprovação do princípio da rutura do contrato de trabalho do novo Diretor Geral.

- O Comité preparou a avaliação pelo Conselho de administração do seu funcionamento e daquele dos seus Comités especializados. Examinou a composição do Conselho de administração e passou em revista a situação de cada administrador. Deliberou sobre a contribuição de cada um para os trabalhos do Conselho e, se tal for o caso, dos Comités, tendo em conta as suas competências e a sua implicação nas deliberações.
- O Comité de governo da sociedade e das nomeações propôs ao Conselho a implementação de um processo de seleção a fim de preparar a proposta que poderia apresentar à Assembleia Geral para proceder à substituição de um dos dois administradores cujos mandatos estavam a caducar.
- No termo deste processo, o Comité propôs ao Conselho apresentar a candidatura da Sra. Fields Wicker-Miurin.
- O Comité examinou a parte do projeto de relatório do Presidente dedicado ao governo da sociedade e recomendou a sua aprovação pelo Conselho de administração.

4.d Comité das remunerações

O Comité das remunerações foi composto pelo Sr. Denis Kessler, Presidente, o Sr. François Grappotte (até 11 de maio de 2011) e o Sr. Jean-François Lepetit. A sua composição é conforme às recomendações do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF; os seus membros dispõem de uma experiência dos sistemas de remuneração e das práticas de mercado nesta área. Cada membro do Comité das remunerações é igualmente membro, ou da Comissão revisora de contas (Sr. Denis Kessler), ou do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade (Sr. Jean-François Lepetit). Esta composição é de natureza a favorecer os trabalhos do Conselho de administração sobre a adequação dos princípios de remuneração e da política de risco do BNP Paribas.

O Comité não inclui nenhum membro da Direção Geral. O Presidente não faz parte deste, mas é convidado a participar nas deliberações, exceto as que lhe dizem respeito pessoalmente.

O extrato do regulamento interno relativo às missões do Comité das remunerações é anexo ao presente relatório.

O Comité das remunerações reuniu-se cinco vezes com uma taxa de assiduidade dos seus membros igual a 100 %.

- O Comité examinou várias vezes os assuntos relacionados com a remuneração das categorias de assalariados submetidas a uma regulamentação específica. Recebeu uma informação detalhada sobre a população dos colaboradores cujas atividades profissionais têm uma incidência significativa sobre o perfil de risco da empresa. Tomou conhecimento dos parâmetros escolhidos para determinar as verbas de remuneração variável das atividades reguladas e foi informado do decorrer do processo de remuneração dos assalariados visados; examinou a síntese do relatório da Inspeção-geral sobre este processo. Examinou várias alterações aos princípios de remuneração das atividades reguladas e submeteu-as à aprovação do Conselho de administração. Tomou conhecimento da lista nominativa das remunerações mais elevadas a título de 2010. Ouvuiu o responsável dos Recursos Humanos Grupo e tomou nota da conformidade da política implementada com a regulamentação em vigor e as normas profissionais. Foi informado das correspondências da Autoridade de Controlo Prudencial relacionadas com estes assuntos.

- O Comité determinou e propôs ao Conselho de administração a remuneração variável dos mandatários sociais a título de 2010 assim como as disposições destinadas a diferir sobre vários anos e indexar sobre a evolução da cotação da ação uma parte destas remunerações.
- Deliberou sobre os dispositivos suscetíveis de interessar os mandatários sociais à criação de valor sobre um longo período. Propôs ao Conselho a aprovação de um plano de remuneração a longo prazo integralmente condicional e indexado à evolução da cotação da ação BNP Paribas. Propôs ao Conselho de administração implementar este plano em benefício do Diretor Geral e dos Diretores Gerais delegados.
- Submeteu à aprovação do Conselho os princípios de remunerações variáveis dos mandatários sociais a título de 2011.
- Determinou e propôs ao Conselho as remunerações fixas atribuídas a contar de 1 de dezembro de 2011 aos Srs. Baudouin Prot, Presidente, e Jean-Laurent Bonnafé, Diretor Geral assim como aos Srs. Philippe Bordenave, Georges Chodron de Courcel e François Villeroi de Galhau, Diretores Gerais delegados.
- O Comité foi informado das remunerações determinadas a título de 2010 pelo Diretor Geral para os membros da Comissão Executiva não mandatários sociais assim como das atribuições de opções de subscrição de ação e de ações de performance previstas para cada um deles.
- Examinou e submeteu ao Conselho de administração as características do programa de interesse em ações para 2011 assim como os projetos de regulamentos e a lista dos beneficiários. Apresentou para aprovação do Conselho as condições de desempenho às quais seriam submetidas as atribuições de ações a partir de 2011 assim como as orientações previstas para o programa 2012.
- O Comité terminou as suas análises comparativas sobre as fichas de presença. Propôs ao Conselho de administração a revisão do montante correspondente à parte fixa das fichas de presença a fim de terminar o realinhamento que havia iniciado em 2010.

ANEXOS

Relatório do Presidente – Ponto 1.a

Missões do Conselho de administração e dos Comitês especializados

O Conselho de administração

«O Conselho de administração é uma instância colegial que representa coletivamente o conjunto dos acionistas e que age em todas as circunstâncias no interesse social da empresa.

Zela pelo equilíbrio da sua composição e pela pertinência do seu funcionamento procurando agir no seu interesse e exercer as suas missões.

Nesse sentido:

Determina, por proposta do Diretor Geral, a estratégia e as orientações da atividade do BNP Paribas e garante a sua aplicação.

Trata de todas as questões que interessem o bom funcionamento da empresa e regula pelas suas deliberações os negócios que lhe dizem respeito.

Decide da acumulação ou da dissociação das funções de Presidente e de Diretor Geral.

Designa os mandatários sociais, para mandatos com uma duração de três anos.

Fixa as eventuais limitações aos poderes do Diretor Geral.

Aprova o projeto de relatório do Presidente anexado ao relatório de gestão.

Procede, ou manda proceder por um ou vários administradores, ou por um Comité especializado existente ou constituído ad hoc:

- às avaliações e aos controlos que julga necessários por aplicação da regulamentação em vigor;
- ao controlo da gestão da empresa e da sinceridade das suas contas;
- ao exame e ao fecho das contas;
- à comunicação aos acionistas e aos mercados de uma informação financeira de qualidade.

O Presidente, ou o Diretor Geral em caso de dissociação das funções, submete-lhe, pelo menos uma vez por ano, os projetos de orçamento, de relatório de gestão, assim como os projetos dos diversos relatórios legais e regulamentares.

Apresenta-lhe para acordo prévio todas as decisões de investimento ou de desinvestimento (exceto operações de carteira) de um montante superior a 250 milhões de euros, assim como qualquer projeto de tomada ou de cedência de participação (exceto operações de carteira) superior a esse limite. Reporta-lhe periodicamente as operações significativas cujo montante é inferior a esse limite.

Qualquer operação estratégica significativa situando-se fora das orientações aprovadas é alvo de uma aprovação prévia pelo Conselho.

Na medida em que o Conselho de administração lhe delegou os poderes necessários para proceder à emissão de obrigações assim como à emissão de títulos dando acesso imediatamente ou a prazo ao capital do BNP Paribas, o Presidente, ou o Diretor Geral em caso de dissociação das funções, reporta, de acordo com a mesma periodicidade, a emissão dos ditos empréstimos ou títulos.»

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

Relatório do Presidente – Ponto 1.a

Os Comitês especializados do Conselho de administração

«Para facilitar o exercício das suas funções pelos administradores, são constituídos Comitês especializados no seio do Conselho de administração. As suas atribuições não reduzem nem limitam os poderes do Conselho.

O Presidente do Conselho de administração certifica-se de que o número, as missões, a composição, o funcionamento dos Comitês sejam em permanência adaptados às necessidades do Conselho e às melhores práticas de governo da sociedade.

Quando o estima necessário, participa nas sessões dos Comitês, com voz consultiva.

Estes Comitês reúnem-se à sua conveniência, com ou sem a participação do management do banco. Podem recorrer a peritos externos tanto quanto necessário. O Presidente do Comité pode pedir a audição de qualquer pessoa responsável, no seio do Grupo, em questões relacionadas com a competência deste Comité, tal como definida pelo presente regulamento.

Emitem pareceres destinados ao Conselho de administração. Os Presidentes dos Comitês, ou em caso de impedimento, outro membro do mesmo Comité, apresentam oralmente uma síntese dos seus trabalhos à mais próxima sessão do Conselho.

Uma ata escrita das sessões dos Comitês é estabelecida e comunicada, após aprovação, aos administradores que o desejam.»

Relatório do Presidente – Ponto 1.b

O Presidente do Conselho de administração

«Nas relações com os outros órgãos da sociedade e com o exterior, o Presidente é o único a poder agir em nome do Conselho e a exprimir-se em seu nome, salvo circunstâncias excecionais, e exceto missão particular ou mandato específico confiado a outro administrador.

Em estreita coordenação com a Direção Geral, pode representar o Grupo nas suas relações de alto nível, nomeadamente os grandes clientes e os poderes públicos, nos planos nacional e internacional.

Zela pela manutenção da qualidade das relações com os acionistas em estreita coordenação com as ações conduzidas nesta área pela Direção Geral.

Garante o estabelecimento e a aplicação, aos melhores níveis, dos princípios de governo da sociedade.

Zela pelo bom funcionamento dos órgãos do BNP Paribas.

Com a participação do Comité de governo da sociedade e das nomeações, e sob benefício da aprovação do Conselho e da Assembleia-geral dos acionistas, esforça-se por construir um Conselho eficaz e equilibrado, e por gerir os processos de substituição e de sucessão relativos ao Conselho e às nomeações que este vier a conhecer.

Organiza os trabalhos do Conselho de administração. Fixa o calendário e a ordem de trabalhos das reuniões do Conselho e convoca-o.

Zela pela boa organização dos trabalhos do Conselho de modo a promover o seu carácter decisório e construtivo. Anima os trabalhos do Conselho e coordena os seus trabalhos com os dos Comitês especializados.

Certifica-se de que o Conselho dedica o tempo necessário às questões que interessam o futuro da Sociedade e nomeadamente a sua estratégia.

Certifica-se de que os administradores exteriores à Sociedade tenham um bom conhecimento da equipa de Direção.

Trata de manter uma relação estreita e confiante com o Diretor Geral. Contribui com a sua ajuda e os seus conselhos embora respeitando as suas responsabilidades executivas.

O Presidente dirige os trabalhos do Conselho por forma a permitir-lhe cumprir todas as missões que lhe cabem.

Certifica-se que as informações necessárias ao exercício das suas missões sejam fornecidas ao Conselho atempadamente e sob uma forma clara e apropriada.

O Presidente é mantido regularmente informado pelo Diretor Geral e os outros membros da Direção Geral quanto aos eventos e situações significativos relativos à vida do Grupo, nomeadamente: estratégia, organização, projetos de investimento e de desinvestimento, operações financeiras, riscos, Situações financeiras.

Recebe do Diretor Geral todas as informações exigidas pela lei a título do relatório sobre o controlo interno.

Pode pedir ao Diretor Geral qualquer informação destinada a esclarecer o Conselho e os seus Comitês no cumprimento da sua missão.

Pode ouvir os Revisores oficiais de contas com vista à preparação dos trabalhos do Conselho e da Comissão revisora de contas.

Certifica-se de que os administradores estão em medida de cumprir a sua missão e, nomeadamente, de que dispõem da informação requerida para a sua participação nos trabalhos do Conselho, e de que dispõem da colaboração adequada dos responsáveis da Sociedade ao funcionamento dos Comitês especializados. Certifica-se além disso de que os administradores participam efetivamente nos trabalhos do Conselho, com assiduidade, competência e lealdade.

Reporta num relatório anexado ao relatório de gestão as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho, os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade e as eventuais limitações que o Conselho traz aos poderes do Diretor Geral.»

Relatório do Presidente – Ponto 1.d

Comportamento do administrador – Deontologia

«O administrador aceita as disciplinas do trabalho em comum dentro do respeito mútuo das opiniões e expressa livremente as suas posições, eventualmente minoritárias, sobre os assuntos debatidos em sessão.

Exerce o seu sentido de responsabilidade para com os acionistas e as outras partes interessadas do Grupo.

Tem a preocupação de fazer prevalecer o princípio da integridade pessoal no exercício do seu mandato e de respeitar as suas regras. Compromete-se em colocar o seu mandato à disposição do Conselho de administração em caso de mudança significativa nas suas próprias funções e mandatos.

Respeito das leis e regulamentos

O administrador respeita as obrigações legais, as recomendações e os regulamentos em vigor relativos às informações que dizem pessoalmente respeito aos administradores.

Administrador de nacionalidade americana

O administrador de nacionalidade americana deve, por sua iniciativa, não tomar parte em certas deliberações do Conselho tendo em conta as obrigações regulamentares que lhe são impostas devido à sua nacionalidade.

Ética e Deontologia

O administrador está particularmente visado pela legislação relativa às operações de iniciados tanto a título pessoal como a título de funções exercidas no seio de empresas acionistas do BNP Paribas. Tem em particular o dever de respeitar as prescrições legais relativas à definição, à comunicação e à exploração das informações privilegiadas, cujas principais disposições lhe são comunicadas aquando da sua entrada em funções.

Só pode efetuar operações sobre o título BNP Paribas a título pessoal nas seis semanas que iniciam no dia seguinte à publicação das contas trimestrais e anuais, ou à publicação de um comunicado sobre a situação da empresa, exceto se ele dispuser durante esse período de informações colocando-o em situação de iniciado do ponto de vista da regulamentação bolsista.

É-lhe recomendado que se abstenha de efetuar operações que poderiam ser consideradas como especulativas, nomeadamente operações de compra ou de venda a descoberto ou idas e voltas durante curtos prazos.

É-lhe proibido comunicar informações que não sejam públicas seja a quem for, inclusive aos gestores dos títulos da sua empresa.

Para qualquer questão de ordem deontológica, um administrador pode consultar o responsável da função Conformidade Grupo e Controlo Permanente Grupo.

Situação de conflito de interesses

O administrador reporta ao Conselho de administração qualquer situação de conflito de interesses, mesmo potencial, e abstém-se de participar no voto da deliberação correspondente.

Um administrador que já não se estimaria capaz de desempenhar a sua função no seio do Conselho, ou dos Comitês dos quais é membro, deve demissionar.

Discrição

Qualquer administrador, assim como qualquer pessoa chamada a assistir a todas ou parte das reuniões do Conselho de administração e dos seus Comitês especializados, tem uma obrigação de discrição sobre o decorrer e o conteúdo das deliberações do Conselho.

Deve em particular manter segredo em relação às informações respondendo à definição das informações financeiras e bolsistas privilegiadas ou suscetíveis de interessar concorrentes ou terceiros a título da “inteligência económica” ou apresentando um carácter confidencial e dadas como tal pelo Presidente.

A inobservância desta obrigação pode dar lugar a uma ação de indemnização por perdas e danos contra o ou os administradores que violarem esta regra.

Assiduidade

Os administradores esforçam-se por participar ativamente e com assiduidade nas reuniões do Conselho de administração e dos Comitês, e por assistirem às Assembleias-gerais de acionistas.»

Relatório do Presidente – Ponto 4.a

A Comissão revisora de contas

«A Comissão reúne-se pelo menos quatro vezes por ano.

Composição

Pelo menos dois terços dos membros da Comissão revisora de contas respondem à qualificação de independência tal como escolhida pelo Conselho em conformidade com as recomendações vigentes.

Não inclui nenhum membro da Direção Geral do banco.

Missões

As missões do Comité consistem em analisar as Situações financeiras trimestrais, semestrais e anuais difundidas pela Sociedade aquando do fecho das contas e em aprofundar alguns dos seus elementos antes da sua apresentação ao Conselho de administração.

A Comissão examina todas as questões relativas a estas contas e documentos financeiros: escolha dos referenciais contabilísticos, provisões, resultados analíticos, normas prudenciais, cálculo de rentabilidade e qualquer questão contabilística apresentando um interesse metodológico ou suscetível de gerar riscos potenciais.

A Comissão analisa pelo menos duas vezes por ano a síntese da atividade e os resultados do controlo interno contabilístico e financeiro com base nas informações que lhe são transmitidas pela Direção Geral. Toma conhecimento dos incidentes revelados pelo controlo interno contabilístico e financeiro, declarados em consideração aos limites e critérios definidos pelo Conselho de administração e reporta-os ao Conselho de administração.

É informada pelo Presidente do Conselho de administração da ausência eventual de execução de medidas corretivas decididas no âmbito do dispositivo de controlo interno contabilístico e financeiro, que teria sido levada diretamente ao seu conhecimento pelo responsável do controlo periódico e reporta-o ao Conselho de administração.

Relações com os Revisores oficiais de contas

A Comissão pilota o processo de seleção dos Revisores oficiais de contas, formula um parecer sobre o montante dos honorários para a execução das missões de controlo legal e submete ao Conselho o resultado desta seleção.

Examina o programa de intervenção dos Revisores oficiais de contas, as suas recomendações e o seu acompanhamento.

São-lhe comunicados anualmente o montante e a repartição dos honorários pagos pelo grupo BNP Paribas aos Revisores oficiais de contas e às redes às quais pertencem, recenseados segundo um modelo aprovado pela Comissão. Certifica-se de que o montante ou a parte que o BNP Paribas representa no volume de negócios do Revisor oficial de contas ou da rede não são de natureza a prejudicar a independência dos Revisores oficiais de contas.

Dá o seu acordo prévio para qualquer missão cujo montante de honorários (sem IVA) excede um milhão de euros. A Comissão ratifica a posteriori as outras missões sob apresentação do Finanças-Desenvolvimento Grupo. A Comissão ratifica o processo de aprovação e de controlo rápido do Finanças-Desenvolvimento Grupo sobre qualquer missão «que não de auditoria» cujo montante seria superior a 50 000 euros. A Comissão recebe todos os anos uma ata do Finanças-Desenvolvimento Grupo sobre o conjunto das missões «que não de auditoria» realizadas pelas redes dos Revisores oficiais de contas do Grupo.

Cada Revisor oficial de contas apresenta anualmente à Comissão o funcionamento do seu dispositivo de controlo interno de garantia de independência e certifica anualmente por escrito a sua independência no decorrer da sua missão de auditor.

Pelo menos duas vezes por ano, a Comissão dedica uma parte da sessão a um encontro com o colégio dos Revisores oficiais de contas, sem a presença da Direção Geral do banco.

A Comissão reúne-se na presença do colégio dos Revisores oficiais de contas, para o exame das contas trimestrais, semestrais e anuais.

Contudo, os Revisores oficiais de contas não assistem a toda ou a parte da sessão tratando dos seus honorários e da renovação do seu mandato.

Os Revisores oficiais não assistem a todo ou a parte da sessão quando a Comissão trata de casos particulares interessando um dos seus.

Salvo circunstâncias excecionais, os dossiers de resultados e contas trimestrais, semestrais e anuais são enviados aos membros da Comissão o mais tardar na Sexta-feira ou no Sábado de manhã anterior às sessões da Comissão programadas para as Segunda ou Terças-feiras seguintes.

Sobre as questões de interpretação contabilística apelando a uma escolha por ocasião dos resultados trimestrais, semestrais e anuais, e com um impacto significativo, os Revisores oficiais de contas e o Finanças-Desenvolvimento Grupo apresentam trimestralmente à Comissão uma nota analisando a natureza e a importância da questão, expondo os argumentos advogando a favor ou contra as diferentes soluções possíveis e justificando a escolha efetuada.

A Comissão examine o projeto de relatório do Presidente sobre os procedimentos de controlo interno relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira.

Audições

Sobre todos os assuntos da sua competência, a Comissão pode decidir ouvir, e sem a presença dos outros membros da Direção Geral se estimar oportuno, os Responsáveis financeiros e contabilístico do Grupo, assim como o Responsável da Gestão ativo-passivo.

A Comissão pode pedir para ouvir o responsável Finanças-Desenvolvimento Grupo sobre qualquer questão da sua competência suscetível de envolver a sua responsabilidade e a do management do banco ou de por em causa a qualidade da informação financeira e contabilística fornecida pelo banco. »

Relatório do Presidente – Ponto 4.a

Disposições comuns à Comissão revisora de contas e ao Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade

«A Comissão revisora de contas e o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade reúnem-se duas vezes por ano.

Tomam conhecimento nesta formação do plano de missão da Inspeção-geral e do plano de auditoria dos Revisores oficiais de contas e preparam os trabalhos do Conselho sobre a avaliação das políticas de risco e dos dispositivos de gestão.

Tratam os assuntos comuns inerentes à política dos riscos e de provisionamento do BNP Paribas. A presidência desta sessão é assegurada pelo Presidente da Comissão revisora de contas.»

2

Relatório do Presidente – Ponto 4.b

O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade

«O Comité reúne-se pelo menos quatro vezes por ano.

Composição

O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade inclui uma maioria de membros que respondem à qualificação de independência tal como escolhida pelo Conselho de acordo com as recomendações vigentes.

Não compreende nenhum membro da Direção Geral do Banco.

Missões

O Comité examina as grandes orientações da política de riscos do Grupo apoiando-se nas medições de riscos e de rentabilidade das operações que lhe são comunicadas por aplicação da regulamentação em vigor, assim como de eventuais questões específicas ligadas a estes assuntos e a estes métodos.

O Comité examina igualmente todas as questões relativas à política de conformidade inerentes, nomeadamente, ao risco de reputação ou à ética profissional.

O Comité analisa o relatório sobre a medição e a vigilância dos riscos. Procede duas vezes por ano ao exame da atividade e dos resultados do controlo interno (fora controlo interno contabilístico e financeiro, que depende da Comissão revisora de contas) com base nas informações que lhe são transmitidas pela Direção Geral e nos relatórios que lhe são apresentados pelos responsáveis do controlo

permanente, da conformidade e do controlo periódico. Analisa as correspondências com o Secretariado-geral da Autoridade de Controlo Prudencial.

O Comité toma conhecimento dos incidentes revelados pelo controle interno declarados em consideração dos limites e critérios definidos pelo Conselho de administração e reporta-os ao Conselho de administração.

Analisa o estado das preconizações da Inspeção-geral não implementadas. É informado pelo Presidente do Conselho de administração da ausência eventual de execução das medidas de correção decididas no âmbito do dispositivo de controlo interno, que teria sido levada diretamente ao seu conhecimento pelo responsável do controlo periódico e reporta-o ao Conselho de administração.

Audições

Procede à audição, sem a presença de outros membros da Direção Geral, do responsável da Inspeção-geral e do Controlo Periódico, do responsável da função Conformidade Grupo e Controlo Permanente Grupo e do responsável do «Group Risk Management».

Apresenta ao Conselho de administração a sua apreciação sobre os métodos e procedimentos utilizados.

Dá a sua opinião sobre a organização destas funções no seio do Grupo e é mantido informado do seu programa de trabalho.»

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

Relatório do Presidente – Ponto 4.c

O Comité de governo da sociedade e das nomeações

«O Comité reúne-se tantas vezes quanto necessário.

Composição

O Comité inclui uma maioria de membros que respondem à qualificação de independência tal como escolhida pelo Conselho de administração de acordo com as recomendações vigentes.

Não compreende nenhum membro da Direção Geral do Banco.

Missões

Incumbe ao Comité acompanhar as questões relativas ao governo da sociedade. Tem por missão de assistir o Conselho de administração na adaptação do governo da sociedade do BNP Paribas e na avaliação do seu funcionamento.

Procede ao acompanhamento regular da evolução das disciplinas de governança a nível mundial e nacional. Apresenta uma síntese da mesma, pelo menos uma vez por ano, ao Conselho d'administração. Seleciona as medidas adaptadas ao Grupo e suscetíveis de alinhar sobre as melhores práticas os procedimentos, organizações e comportamentos deste último.

Procede regularmente à avaliação do funcionamento do Conselho por ele próprio ou por qualquer outro procedimento, interno ou externo, apropriado.

Examina o projeto de relatório do Presidente sobre o governo da sociedade e qualquer outro documento exigido pela lei e os regulamentos.

Prepara, com o Presidente, as deliberações relativas à proposta de nomeação do administrador pela Assembleia Geral dos acionistas.

Propõe ao Conselho de administração a nomeação de censor.

Incumbe ao Comité propor ao Conselho de administração a escolha do Presidente. Em concertação com o Presidente, cabe-lhe propor ao Conselho a escolha do Diretor Geral, e por proposta do Diretor Geral a escolha dos Diretores Gerais delegados.

O Comité procede, na ausência do interessado, à avaliação dos desempenhos do Presidente. Procede, na ausência dos interessados, à avaliação dos desempenhos do Diretor Geral e dos Diretores Gerais delegados.

Cabe-lhe além disso estudar as disposições permitindo preparar a sucessão dos mandatários sociais.

Propõe ao Conselho de administração a nomeação dos membros e dos Presidentes de Comité no momento da sua renovação.

Incumbe-lhe avaliar a independência dos administradores e reportá-lo ao Conselho de administração. O Comité examina, se tal for o caso, as situações resultantes de ausências repetidas de administradores. »

Relatório do Presidente – Ponto 4.d

O Comité das remunerações

«O Comité reúne-se tantas vezes quanto necessário.

Composição

O Comité das remunerações inclui uma maioria de membros que respondem à qualificação de independência tal como escolhida pelo Conselho de administração de acordo com as recomendações vigentes.

Não compreende nenhum membro da Direção Geral do Banco.

Missões

O Comité prepara os trabalhos do Conselho sobre os princípios de política de remuneração, nomeadamente no que diz respeito aos profissionais dos mercados financeiros, em conformidade com a regulamentação em vigor.

Incumbe-lhe estudar todas as questões relativas ao estatuto pessoal dos mandatários sociais, nomeadamente as remunerações, as reformas e as atribuições de opções de subscrição ou de compra de ações da sociedade, assim como as disposições de saída dos membros dos órgãos de direção ou de representação da sociedade.

Examina as condições, o montante e a repartição dos programas de opções de subscrição ou de compra de ações. Também examina as condições de atribuição de ações gratuitas.

É igualmente competente, com o Presidente, para assistir o Diretor Geral para qualquer assunto relativo às remunerações do enquadramento superior que este lhe submeteria.»

CONTROLO INTERNO

As informações a seguir apresentadas relativas ao controlo interno foram fornecidas pela Direção Geral do Grupo. De facto, o Diretor Geral é responsável pela organização e os procedimentos de controlo interno e pelo conjunto das informações exigidas pela lei a título do relatório sobre o controlo interno. Este documento assenta nas informações fornecidas pelas funções Conformidade, Riscos, Finanças e Desenvolvimento, Assuntos jurídicos e Inspeção-geral. É validado pelo órgão deliberante.

REFERÊNCIAS DO CONTROLO INTERNO DO BNP PARIBAS

Os princípios e as modalidades do controlo das atividades bancárias em França e no estrangeiro estão no centro das regulamentações bancárias e financeiras e são alvo de numerosas disposições legislativas e regulamentares.

O principal texto aplicável ao BNP Paribas nesta matéria é o regulamento n.º 97-02⁽¹⁾ modificado, do Comité Consultivo da Legislação e da Regulamentação Financeiras (CCLRF) que define as condições de implementação e de acompanhamento do controlo interno nos estabelecimentos de crédito e nas empresas de investimento. Este indica nomeadamente os princípios relativos aos sistemas de controlo das operações e dos procedimentos internos, à organização contabilística e ao tratamento da informação, aos sistemas de medição dos riscos e dos resultados, aos sistemas de vigilância e de controlo dos riscos, ao sistema de documentação e de informação sobre o controlo interno. O artigo 42 deste regulamento prevê a redação ao cuidado do Conselho de administração de um relatório regulamentar anual sobre as condições nas quais o controlo interno é assegurado.

Este regulamento relativo ao controlo interno dos estabelecimentos de crédito e das empresas de investimento impõe que o BNP Paribas esteja dotado de um dispositivo de controlo interno (doravante o controlo interno) incluindo organizações e responsáveis específicos para o controlo permanente (incluindo a Conformidade e os Riscos) e o controlo periódico. Este dispositivo deve também ter em conta, consoante os casos, o regulamento geral da Autoridade dos Mercados Financeiros, as regulamentações aplicáveis às sucursais e filiais no estrangeiro localmente e às atividades especializadas como a gestão de carteira e os seguros, as normas profissionais mais reconhecidas na matéria e as recomendações de organismos internacionais tratando dos problemas de regulação prudencial dos bancos internacionais, encontrando-se entre os primeiros o Comité de Basileia e o «Financial Stability Board».

DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E NORMAS DO CONTROLO INTERNO

A Direção Geral do grupo BNP Paribas implementou um dispositivo de controlo interno cujo objetivo principal é assegurar o controlo global dos riscos e dar uma segurança razoável de que os objetivos que a empresa estabeleceu sejam bem atingidos. A Carta de controlo interno do BNP Paribas fixa o âmbito deste dispositivo e constitui o referencial interno de base do controlo interno do BNP Paribas. Amplamente difundida no seio do Grupo e acessível a todos os seus colaboradores, esta

Carta lembra em primeiro lugar os objetivos do controlo interno, que visa assegurar:

- o desenvolvimento de uma cultura do risco de alto nível dos colaboradores;
- a eficácia e a qualidade do funcionamento interno da empresa;
- a fiabilidade da informação interna e externa (nomeadamente contabilística e financeira);
- a segurança das operações;
- a conformidade com as leis, os regulamentos e as políticas internas.

A Carta fixa a seguir as regras em matéria de organização, de responsabilidade e de perímetro de intervenção dos diferentes atores do controlo interno e decreta o princípio segundo o qual as funções de Controlo (Conformidade, Inspeção Geral e Riscos) operam controlos de forma independente.

PERÍMETRO DO CONTROLO INTERNO

Um dos princípios fundamentais do controlo interno incide sobre a exaustividade do seu perímetro: este aplica-se aos riscos de qualquer natureza e a todas as entidades do grupo BNP Paribas, quer se trate de entidades operacionais (polos, sectores de atividade, funções e territórios) ou de entidades jurídicas (sucursais e filiais consolidadas por integração), sem exceção e com o mesmo grau de exigência. Estende-se às prestações de serviços ou tarefas operacionais essenciais ou importantes que foram externalizadas, nas condições previstas pela regulamentação, assim como às empresas das quais o BNP Paribas assegura a gestão operacional mesmo se estas não entram no perímetro de consolidação contabilística por integração.

A implementação deste princípio necessita de uma visibilidade precisa sobre o perímetro de responsabilidade e deve ter em conta o crescimento regular das atividades do Grupo.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CONTROLO INTERNO

O controlo interno do BNP Paribas está fundado sobre as seguintes regras:

- a **responsabilidade dos operacionais**: o dispositivo de controlo permanente deve ser integrado na organização operacional das entidades. De facto, cada operacional tem o dever de exercer um controlo eficaz sobre as atividades colocadas sob a sua responsabilidade mas igualmente cada colaborador tem um dever de alerta sobre qualquer disfunção ou carência da qual tem conhecimento;
- a **exaustividade** do controlo interno (cf. acima o seu perímetro);
- a **separação das tarefas**: exerce-se particularmente entre a originação e a execução das operações, a sua contabilização, o seu regulamento e o seu controlo; traduz-se também pela implementação de funções especializadas operando controlos independentes assim como por uma separação clara entre o controlo permanente e o controlo periódico;

(1) Este texto é objeto de modificações frequentes a fim de, nomeadamente, melhorar a eficácia dos dispositivos de controlo interno.

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

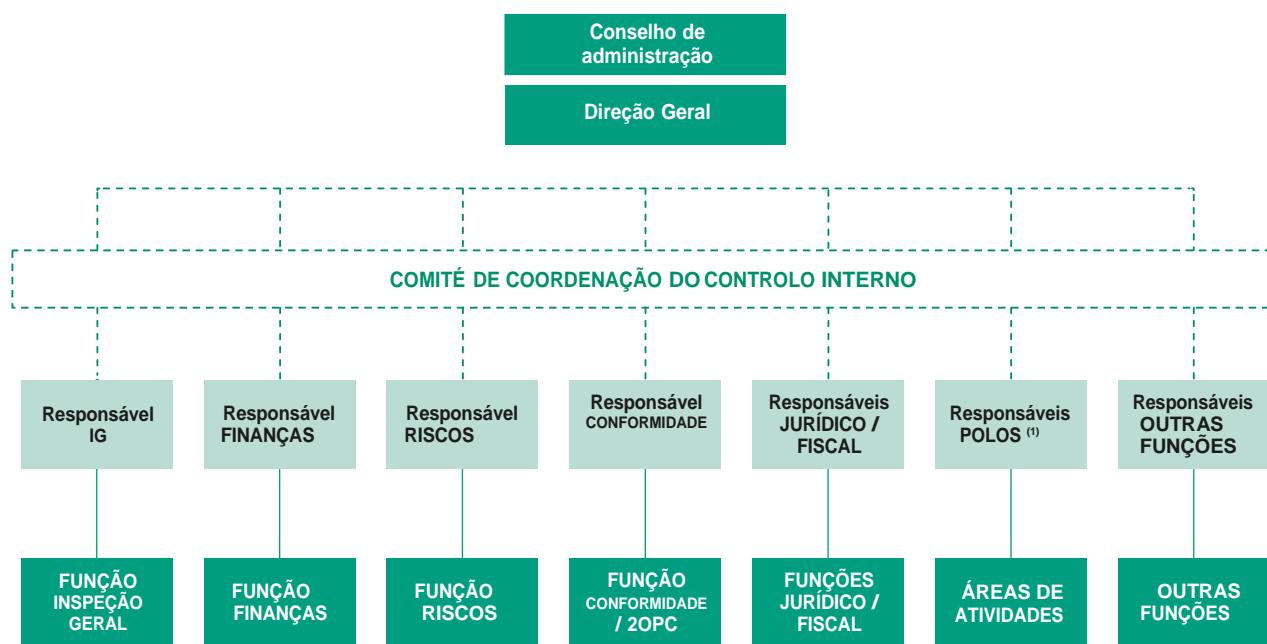
- a **proporcionalidade dos riscos**: a amplitude e o número de controlos devem ser proporcionais à intensidade dos riscos a cobrir. Estes controlos, se tal for o caso, compreendem um ou vários controlos exercidos pelos operacionais e se necessário, por uma ou várias funções de controlo permanente. Um controlo exercido por uma função independente pode tomar a forma de um « segundo olhar », consistindo numa avaliação contraditória. As divergências que poderiam intervir são resolvidos no âmbito de um processo de escalada hierárquica;
- uma **governança** apropriada: o dispositivo é alvo de uma governança associando os seus diferentes atores e cobrindo os diferentes aspetos do controlo interno, tanto organizacionais como de vigilância e de controlo; os Comitês de controlo interno são aqui um instrumento privilegiado;
- a **rastreabilidade** do controlo interno: esta apoia-se nos procedimentos escritos e nas pistas de auditoria. Assim, os controlos, os seus resultados, a sua exploração e as subidas de informações das entidades para os níveis superiores da governança do Grupo são rastreáveis.

O respeito destes princípios é regularmente verificado, nomeadamente através das investigações conduzidas pelas equipas do controlo periódico (Inspeção-geral).

ORGANIZAÇÃO DO CONTROLO INTERNO

O controlo interno do BNP Paribas é constituído pelo controlo permanente e pelo controlo periódico, distintos e independentes um do outro, mas todavia complementares:

- o **controlo permanente** é o dispositivo de conjunto que implementa em contínuo as ações de controlo dos riscos e de acompanhamento da realização das ações estratégicas. Este é assegurado em primeiro lugar pelos operacionais, incluindo a hierarquia, e em segundo lugar por funções independentes de controlo permanente integradas nas entidades operacionais ou independentes destas;
- o **controlo periódico** é o dispositivo de conjunto pelo qual é assegurada a verificação « ex post » do bom funcionamento da empresa, por meio de inquéritos, conduzidos pela Inspeção-geral que exerce as suas funções de maneira independente.



(1) As linhas de atividade « Retail » são assimiladas a polos.

PRINCIPAIS ATORES DO CONTROLO INTERNO

- A **Direção Geral**, sob a direção do Conselho de administração, é responsável pelo dispositivo de conjunto de controlo interno do Grupo.
- Os **operacionais**, qualquer que seja a sua situação (front/middle/back-office, função suporte...), e em particular os que têm responsabilidades hierárquicas, são os primeiros responsáveis pelo controlo dos seus riscos e os primeiros atores do controlo permanente. Estes exercem controlos ditos de primeiro nível: controlos sobre as operações que tratam e das quais são responsáveis, controlos sobre operações ou transações tratadas por outros operacionais ou ainda os controlos hierárquicos.

- As **funções independentes de controlo permanente**. Estas funções exercem controlos ditos de segundo nível:

- a **Conformidade** contribui para o controlo permanente do risco de não conformidade, ou seja para o respeito das disposições legislativas e regulamentares, das normas profissionais e deontológicas, assim como das orientações do Conselho de administração e das instruções da Direção Geral. Integrada nas entidades operacionais, esta dispõe de uma independência de ação que é assegurada nomeadamente através de uma tutela partilhada com os responsáveis operacionais sobre os responsáveis das equipas responsáveis pela Conformidade nos polos de atividades e nas funções de apoio. O seu responsável, membro da Comissão Executiva do Grupo, reporta ao Diretor Geral e representa o Banco junto da Autoridade de Controlo Prudencial a título do controlo permanente.

Esta assegura também, no âmbito de equipas dedicadas, a supervisão dos dispositivos, por um lado de controlo permanente, por outro lado, por delegação do responsável da função Riscos, de medição e de vigilância do risco operacional, das áreas de atividades (polos de atividades e atividades) assim como das funções tanto de suporte como de controlo.

Enfim, o seu responsável assegura um papel de coordenação do conjunto do dispositivo de controlo interno do Grupo, animando o Comité de coordenação do controlo interno e coordenando grandes projetos transversais, em particular aqueles destinados a reforçar o dispositivo de controlo interno;

■ a **função Riscos** contribui, em particular para ter um «segundo olhar» sobre as transações e atividades novas, para que os riscos de crédito e de mercado tomados pelo BNP Paribas sejam conformes e compatíveis com as suas políticas e os seus objetivos de rentabilidade. As missões da função na sua dimensão «Group Risk Management» são exercidas de maneira independente dos polos e funções suportes, o que contribui para a objetividade do seu controlo permanente. O seu responsável, membro da Comissão Executiva, reporta diretamente ao Diretor Geral;

■ a **função Finanças** assegura a produção de situações contabilísticas e de gestão de qualidade, a fiscalização dos sistemas de informação contabilística do Grupo e a conformidade da estrutura financeira do Grupo. O seu responsável reporta diretamente ao Diretor Geral;

■ **outras funções** são atores importantes do controlo permanente nas suas áreas de responsabilidades específicas: **Assuntos Jurídicos, Assuntos Fiscais, Tecnologias e Processos, Recursos Humanos**.

■ O **Controlo periódico** (dito de 3º nível) é exercido de forma independente pela Inspeção-geral para o conjunto das entidades do Grupo. Esta reúne:

- os inspetores baseados a nível central e que têm por vocação intervir em todo o Grupo;
- os auditores repartidos em plataformas geográficas ou atividades (chamadas « hubs »).

O Inspetor-geral, responsável pelo controlo periódico, está hierarquicamente ligado ao Diretor Geral.

■ O **Conselho de administração** exerce missões em matéria de controlo interno. Em particular, foi constituído um Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade (CCIRC) que:

- analisa os relatórios sobre o controlo interno e sobre a medição e a vigilância dos riscos, os relatórios de atividade da Inspeção-geral, as correspondências com os principais reguladores;
- examina as grandes orientações da política de riscos.

Os responsáveis das funções Conformidade, Riscos e Inspeção-geral reportam o exercício das suas missões ao Diretor Geral e quando este ou o Conselho de administração o estimam necessário, a este último. Reportam também regularmente ao Comité competente do Conselho de administração (em regra geral o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade). Podem ser ouvidos por estes a seu pedido.

COORDENAÇÃO DO CONTROLO INTERNO

Um Comité de coordenação do controlo interno (CCCI) reúne periodicamente os principais atores do controlo permanente (cf. acima), os responsáveis dos cinco polos de atividades, ou os seus mandatários, e o responsável do controlo periódico.

Este Comité:

- é presidido pelo responsável da Conformidade, membro da Comissão Executiva, que pilota a coordenação do controlo interno do Grupo;
- não se substitui aos diferentes Comités de gestão do risco do Grupo, mas garante a sua boa articulação com o conjunto do dispositivo;
- garante a coerência do dispositivo de controlo interno e a sua conformidade com as regulamentações;
- assegura a promoção das ferramentas do controlo interno para uso comum;
- contribui para a coerência dos relatórios anuais sobre o controlo interno e sobre o controlo dos serviços de investimento, estabelecidos pelas funções responsáveis pelo controlo permanente e o controle periódico, nos termos das suas «Cartas de responsabilidades», e do relatório do Presidente do Conselho de administração sobre os procedimentos de controlo interno.

Durante o ano de 2011, o CCCI tratou nomeadamente os assuntos seguintes:

- atualização da Carta do controlo interno, por precisões sobre o segundo olhar, o processo de escalada, o dever de alerta, assim como a independência das funções de controlo;
- a política Grupo em matéria de sanção dos comportamentos faltosos dos colaboradores;
- a política do Grupo face à corrupção;
- a política do Grupo para o tratamento das reclamações dos clientes.

PROCEDIMENTOS

Os procedimentos são um dos elementos chave do dispositivo de controlo permanente ao lado da identificação e da avaliação dos riscos, dos controlos, do reporting e da pilotagem do dispositivo de controlo.

O referencial de instruções formaliza e dá a conhecer ao conjunto do Grupo as organizações e os procedimentos a aplicar assim como os controlos a exercer. Estes procedimentos constituem o referencial interno de base do controlo interno. A função Conformidade, a nível central e no âmbito da supervisão do dispositivo de controlo permanente, assegura um acompanhamento regular da exaustividade dos referenciais de procedimentos. O esforço de racionalização da arquitetura do dispositivo dos procedimentos prossegue, nomeadamente nas áreas das normas aplicáveis, da sua planificação e da sua difusão, da sua acessibilidade e das ferramentas de pesquisa e de armazenagem, tanto a nível dos procedimentos transversais como dos procedimentos das entidades operacionais (procedimentos de nível 3).

O referencial de procedimentos transversais do Grupo (níveis 1 e 2) é objeto de atualizações regulares para as quais todos os polos e funções contribuem ativamente. Em termos de organização do controlo, os inquéritos sobre o estado do dispositivo são integrados no relatório semestral do controlo permanente.

Entre os procedimentos transversais do Grupo, aplicáveis a todas as entidades, revestem uma importância relevante em matéria de controlo dos riscos:

- os procedimentos que enquadram o processo de validação das transações excecionais, dos produtos novos e das atividades novas;
- o procedimento de aprovação das operações de crédito e de mercado correntes.

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

Estes processos assentam essencialmente nos Comitês (Comitês de transações excecionais e atividades novas e produtos novos, Comitês de crédito, etc.) reunindo principalmente, por um lado, os operacionais, por outro lado, as funções de controlo permanente (Riscos e Conformidade, mas também Finanças, Jurídico e outras funções visadas) que exercem um «duplo olhar» sobre as operações. Em caso de conflito, este está submetido a um nível superior da organização. No topo deste processo encontram-se Comitês (Comitês de crédito, de riscos de mercados, de política de riscos) nos quais participam os membros da Direção Geral. Além disso, desde finais de 2008, um Comité dos riscos mensal, composto por todos os membros da Direção Geral e nomeadamente, pelos responsáveis das funções Riscos (GRM) e Finanças, foi criado a fim de assegurar um acompanhamento mais frequente sobre a evolução dos riscos do Grupo.

FEITOS MARCANTES DO ANO 2011

Conformidade Grupo

A organização da Conformidade manteve-se inalterada em 2011. As suas missões exercem-se por delegação da sua unidade central, a Conformidade Grupo, aos responsáveis da função nos polos, linhas de atividade «Retail» e funções Grupo.

Foram apresentados esclarecimentos importantes para reforçar o dispositivo Conformidade no Grupo nomeadamente através da:

- atualização da Carta do controlo interno completada por precisões sobre o segundo olhar, os processos de escalada;
- atualização das cartas de missão dos responsáveis da Conformidade nos polos, nas linhas de atividade «Retail» e funções Grupo.

A atividade da função Conformidade em 2011 traduziu-se nomeadamente pelas ações seguintes:

- o dispositivo normativo foi enriquecido com vários textos importantes fixando as regras e padrões do Grupo nomeadamente em matéria de sanção dos comportamentos faltosos dos colaboradores e a implementação de Comitês dedicados, de organização das relações com a *Commission Nationale Informatique et Libertés*, de proteção dos dados pessoais, de corrupção e de arquivo;
- o perímetro do Comité «proteção dos interesses dos clientes» criado em 2010 alargou-se tanto a nível dos assuntos tratados como dos seus participantes com o objetivo de reforçar as sinergias com os diferentes polos e linhas de atividade «Retail», de difundir eficazmente as evoluções regulamentares e de partilhar as boas práticas. Uma parceria com a função Marca, Comunicação & Qualidade visa associar as abordagens qualidade (satisfação do cliente) e conformidade (exigências regulamentares). Em particular, o dispositivo de tratamento das reclamações clientes é revisto com a definição de padrões para o conjunto do Grupo;
- no âmbito do programa de conformidade ao direito da concorrência, uma rede de correspondentes em dez países europeus foi implementada. Nessas entidades, os binómios de correspondentes da função Conformidade e dos Assuntos Jurídicos certificam-se da difusão local do referencial, da identificação das pessoas mais expostas e da sua participação nos programas de formação dedicados ao direito da concorrência;
- a implementação da 3ª diretiva europeia de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo prosseguiu em 2011 com a consideração, no momento da sua publicação, das linhas diretrizes das autoridades, em particular da Autoridade do Controlo Prudencial;

- a atividade em matéria de respeito das sanções financeiras registou um forte desenvolvimento com a multiplicação e complexificação dos programas de sanções geradas num ambiente geopolítico internacional particular em 2011.

Controlo operacional permanente

O dispositivo de controlo permanente e de gestão dos riscos operacionais do grupo BNP Paribas está organizado em torno de dois eixos: uma forte responsabilização dos operacionais na gestão dos riscos e um controlo de segundo nível sobre esta gestão por funções independentes. O seu desenvolvimento progrediu fortemente em 2011 sobre as entidades oriundas da aquisição do Fortis que, agora, se aproxima dos padrões do Grupo. Várias ações significativas merecem ser assinaladas:

- a nova organização do controlo permanente e do risco operacional definida em 2010 foi implementada. O papel das funções Grupo neste dispositivo foi indicado, clarificando as suas responsabilidades a título, por um lado, dos processos em relação aos quais assume um encargo hierárquico direto e, por outro lado, dos processos e riscos que supervisionam funcionalmente;
- uma política global em relação à corrupção foi definida assim como as consequências da sua implementação sobre o dispositivo de controlo interno. Em particular, as responsabilidades definidas no âmbito do dispositivo de prevenção e de proteção contra a fraude foram alargadas à corrupção interna, a área Segurança Financeira no seio da função Conformidade assegurando a prevenção e a proteção contra a corrupção externa;
- a política geral de continuidade de atividade, incluindo a continuidade da informática, foi inteiramente revista e alinhada sobre aquela relativa ao risco operacional. O papel dos atores foi esclarecido e uma responsabilidade de controlo independente foi claramente identificada e ligada à área risco operacional;
- a política de implementação de planos de controlos standards por grandes processos atividade continuou a desenvolver-se nas diversas entidades do Grupo;
- o reforço do dispositivo de acompanhamento da implementação das recomendações, em particular da Inspeção Geral, foi uma das grandes prioridades do ano, com uma pilotagem reforçada implicando todos os níveis de management, até à Comissão Executiva do Grupo. Foram obtidos resultados significativos, o número de recomendações vencidas não aplicadas dentro dos prazos atingindo limites historicamente baixos. O esforço deve continuar em 2012 sobre todas as categorias de recomendações;
- o desenvolvimento do método BNP Paribas de avaliação das exigências em fundos próprios a título do risco operacional foi realizado sobre as principais entidades em «abordagem avançada» («Advanced Measurement Approach» ou «AMA») oriundas do grupo Fortis. A autorização de utilizar este método nestas entidades é esperada em 2012.

Os objetivos fixados para o ano de 2012 incidem em particular sobre novos progressos na aplicação diligente das recomendações, na finalização do desenvolvimento dos controlos standards e no desenvolvimento da supervisão do bom funcionamento do dispositivo de controlo permanente por funções de controlo independentes.

Controlo periódico

A fim de diversificar e internacionalizar o seu recrutamento, a Inspeção Geral gere agora três antenas deslocalizadas, em Bruxelas, na Ásia e em São Francisco. No final de 2011, estas antenas incluem uma vintena

de inspetores geridos profissionalmente, como os outros inspetores, a partir de Paris e afetados às missões da Inspeção Central que cobre o perímetro da totalidade do Grupo.

Procurando melhorar o seu desempenho, a Inspeção-Geral iniciou no final de 2010 um projeto de remodelação do seu sistema de informação. Um estudo de urbanismo conduzido com a função Grupo Tecnologias e Processos (ITP) permitiu estabelecer formalmente os processos operacionais e avaliar paralelamente a adequação funcional, a perenidade e a segurança das ferramentas existentes, nomeadamente face ao crescimento do perímetro de atividade e à implementação da função integrada mundial do controlo periódico.

Em meados de 2011, o controlo realizado conduziu à decisão de substituir as ferramentas atuais por um software «GRC» (Governança, Riscos, Compliance). O segundo semestre do ano foi dedicado à consulta de editores escolhidos no âmbito de uma «RFI» (Request For Information), depois à avaliação das soluções com a ITP.

Paralelamente, a Inspeção-Geral reanalisou o seu modelo de «risk assessment». O «risk assessment» representa a avaliação anual, pela Inspeção-Geral, da fiabilidade do dispositivo do controlo interno no domínio auditável do BNP Paribas. Este constrói-se em duas etapas distintas. Em primeiro lugar, o estabelecimento de atas in situ pelas missões de auditoria ou de inspeção do exercício, a seguir uma exploração dessas atas pela Inspeção-Geral a nível de uma entidade, de uma atividade, de um polo ou do conjunto do Grupo, tomando em consideração, se tal for o caso, dados externos (tais como os comentários dos

Revisores oficiais de contas, dos reguladores, dos «Estudos Económicos» etc., assim como de outras funções do controlo interno do Banco). O «risk assessment» é uma síntese dos trabalhos realizados pela função Inspeção-Geral durante as suas missões e resumidos através das atas estabelecidas.

O início do ano de 2012 conduzirá à escolha do software mais adaptado às necessidades da função, e respeitando ao mesmo tempo as normas técnicas da ITP, os constrangimentos orçamentais e a conformidade com as regras éticas do

Grupo. Prevê-se desenvolver a ferramenta no início de 2013 para toda a função para estabelecer o balanço anual do controlo periódico e o «risk assessment» da totalidade do Grupo a partir deste exercício.

Sempre no intuito de melhorar constantemente a qualidade dos seus trabalhos, o programa «Quality Assurance Review» (QAR), que permitiu, desde o seu lançamento em novembro de 2006, rever as práticas da totalidade dos «hubs» em relação às normas profissionais e do âmbito de referência definido pela função, prosseguiu com cinco novas missões realizadas em 2011.

O esforço de profissionalização prossegue também de forma significativa. Assim, mais de 80 000 horas de formação terão sido realizadas em 2011 para o conjunto da função Inspeção-geral.

O número de auditores e inspetores certificados para a auditoria («Certified International Auditor» ou «CIA», «Certified Information System Auditor» ou «CISA», etc.) está em aumento de 5 % (195 certificados). O rácio certificados/auditores é de 17 %.

EFETIVOS DO CONTROLO INTERNO

No final do ano 2011, as diferentes componentes do controlo interno apoiam-se nos efetivos seguintes (em ETI = Equivalentes Tempo Inteiro):

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 (sem Fortis) | 2009 (com Fortis) | 2010 | 2011 | Varição 2011-2010 |
|---|--------------|--------------|--------------|----------------------|----------------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| Conformidade (fora controlo permanente) | 614 | 740 | 864 | 904 | 1 125 | 1 369 | 1 544 ⁽¹⁾ | 13 % |
| Supervisão do controlo permanente/ risco operacional | 70 | 439 | 562 | 637 | 760 | 315 ⁽²⁾ | 394 ⁽¹⁾ | 25 % |
| Group Risk Management | 869 | 881 | 954 | 950 | 2 940 ⁽³⁾ | 1 801 | 1 971 | 9 % |
| Controlo periódico | 902 | 854 | 828 | 824 | 1 016 | 1 014 | 1 107 | 9 % |
| TOTAL | 2 455 | 2 914 | 3 208 | 3 315 | 5 841 | 4 499 | 5 016 | 11 % |

(1) Efetivos estimados.

(2) Após reclassificação dos efetivos (ver explicações abaixo).

(3) Antes da reclassificação dos efetivos Fortis (ver explicações abaixo).

Controlo permanente de segundo nível

■ Com 1 544 ETI estimados no fim do exercício 2011, o crescimento dos efetivos da Conformidade situa-se à volta dos 13 % contra mais de 21 % no ano anterior. Esta progressão deveria limitar-se a 2 % em 2012.

Entre os feitos marcantes, de salientar particularmente o reforço das equipas na Ásia, em Itália (BNL), nos Estados- Unidos (Bank of the West) e no Reino Unido que acompanham, para estas duas últimas, a reorganização dos dispositivos.

Ao invés, a reorganização dos dispositivos conduziu a racionalizar e a reduzir as equipas no local de maneira significativa na Turquia e na Ucrânia e a suprimi-las na Líbia.

À exceção do Bank of the West, de algumas entidades do Europa Mediterrâneo e do BNP Paribas Fortis, as entidades operacionais «Retail» apresentam efetivos praticamente estáveis do mesmo modo que as funções Grupo – fora Conformidade Grupo cujas equipas 20PC,

Segurança Financeira e Serviços foram reforçadas, respetivamente em mais de 35 %, 19 % e 15 %.

O rácio «efetivos área Conformidade (fora 20PC)/efetivos Grupo» é de 0,78 % contra 0,67 % em 2010, o que demonstra a vontade do Grupo de manter padrões muito elevados em matéria de controlo interno.

■ O reposicionamento da função de supervisão do controlo permanente e do risco operacional decidido em 2010 conduziu a reatribuir às entidades operacionais uma parte dos efetivos (400 ETI) anteriormente descontados sob o termo de Controlo Operacional Permanente. Apenas são recuperados a partir de 2010 efetivos que podem claramente ser afetados a funções de controlo de segundo nível/segunda linha de defesa. Os dados de 2010 e dos anos anteriores não são comparáveis. A evolução em 2011 explica-se pelo aumento do dispositivo de supervisão, nomeadamente no seio do Bank of the West, a consideração da área de controlo do risco contabilístico a nível Grupo, o reforço das equipas prevenção e proteção contra a fraude e diversos ajustamentos nas linhas de atividade «Retail».

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

■ No final de 2011, o efetivo do Group Risk Management, incluindo as Direções dos Riscos do BNP Paribas Fortis, BGL BNP Paribas, BNL e Personal Finance, ascende a 1 971 ETI.

O perímetro alargou-se com a integração de equipas regionais do BNL e do Golfo. O dispositivo foi igualmente reforçado nomeadamente para fazer face ao acréscimo das exigências regulamentares.

Controlo periódico

O efetivo da Inspeção-geral ascende a 1 107 ETI em 31 de Dezembro de 2011, dos quais 1 043 ETI dedicados à cobertura da auditoria (fora equipas de apoio da função) contra 1 014 ETI (957 ETI fora equipas de apoio da função) em 31 de Dezembro de 2010.

O rácio global «auditores/auditados» é de 0,56 %.

PROCEDIMENTOS DE CONTROLO INTERNO RELATIVOS À ELABORAÇÃO E AO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FINANCEIRA

PAPEIS E RESPONSABILIDADES NA ELABORAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FINANCEIRA

Sob a autoridade do Diretor Geral, a responsabilidade da elaboração e do tratamento da informação contabilística e financeira é assegurada pela função Finanças–Desenvolvimento Grupo cujas missões são definidas por uma Carta específica. Estas consistem em particular em:

- assegurar a produção e a difusão de situações contabilísticas de qualidade;
- assegurar a produção e a qualidade das situações de gestão e fornecer os elementos previsionais calculados e as análises necessárias à pilotagem do Grupo;
- assegurar a fiscalização dos sistemas de informação Finanças do Grupo;
- assegurar a pilotagem da otimização financeira do Grupo;
- assegurar a qualidade da perceção financeira do Grupo pelo mercado;
- animar o desenvolvimento estratégico do Grupo e pilotar o seu crescimento externo;
- desempenhar um papel de alerta em relação à Direção Geral.

A responsabilidade da função Finanças exerce-se a diferentes níveis do grupo BNP Paribas: no seio de cada entidade contabilística⁽¹⁾ pela função Finanças local, a nível de cada polo pela função Finanças do polo e a nível do Grupo pela função Finanças–Desenvolvimento Grupo.

A produção das informações contabilísticas e financeiras e os controlos visando assegurar a sua fiabilidade são assegurados em primeiro lugar pela Direção financeira da entidade contabilística que transmite as informações assim produzidas ao polo depois ao Grupo e atesta a sua fiabilidade, de acordo com o procedimento de certificação interna (descrita a seguir).

Os polos/atividades/territórios exercem por sua vez um controlo sobre os dados produzidos e contribuem para a qualidade das contas estabelecidas pelas entidades contabilísticas procedendo nomeadamente, ao seu nível, às reconciliações adequadas entre os dados contabilísticos e os dados de gestão.

A função Finanças–Desenvolvimento Grupo recolhe o conjunto das informações contabilísticas e de gestão produzidas pelas entidades contabilísticas mediante restituições formalizadas e validadas pelos polos/atividades/territórios. Esta assegura a consolidação destes dados para permitir a sua utilização tanto pela Direção Geral como no âmbito da comunicação em relação a terceiros.

PRODUÇÃO DOS DADOS CONTABILÍSTICOS E FINANCEIROS

Dispositivo normativo

As contas locais de cada entidade são estabelecidas de acordo com as normas contabilísticas que prevalecem no país onde a entidade exerce as suas atividades enquanto que, as contas consolidadas são estabelecidas segundo as normas contabilísticas internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS) tais como adotadas pela União Europeia.

O departamento central «Normas contabilísticas» no seio da Contabilidade geral do Grupo define, segundo o referencial IFRS, as normas contabilísticas aplicáveis ao conjunto do Grupo. Este assegura a vigilância regulamentar e decreta em consequência as novas normas com o nível de interpretação necessário para adapta-las às operações realizadas pelo Grupo. Um manual das normas contabilísticas IFRS está à disposição dos polos/atividades e entidades contabilísticas nas ferramentas internas de comunicação em rede («intranet») do BNP Paribas. Este é regularmente atualizado em função das evoluções normativas. Além disso, este departamento central responde aos pedidos de estudos contabilísticos específicos expressos pelas entidades contabilísticas ou as atividades aquando da conceção ou o registo contabilístico de um produto financeiro.

Enfim, o departamento central « Strategic Management Control » (SMC) estabelece as regras de controlo de gestão aplicáveis pelo conjunto das atividades do Grupo. Estas normas são igualmente acessíveis nas ferramentas internas de comunicação.

Sistemas utilizados

No seio do Finanças–Desenvolvimento Grupo, equipas dedicadas têm nomeadamente por papel definir a arquitetura alvo dos sistemas de informação da função Finanças (sistemas contabilísticos, sistemas de contabilidade analítica, sistemas de reporting consolidado contabilísticos e regulamentares e sistemas de reporting de gestão consolidado). Estas favorecem a partilha de informações e facilitam a realização de projetos transversais num contexto de convergência crescente das diferentes plataformas contabilísticas existentes, tanto a nível do Grupo como das atividades.

As informações que servem para a elaboração das contas consolidadas do grupo BNP Paribas são oriundas dos diferentes sistemas que tratam operações do Banco, desde a sua iniciação pelo front-office à sua contabilização. Equipas dedicadas são incumbidas de definir nos sistemas back-offices e contabilísticos os esquemas contabilísticos permitindo transpor a nível operacional os princípios estabelecidos

(1) A «entidade contabilística» designa a casa mãe assim como cada uma das filiais e sucursais entrando no perímetro de consolidação.

pelas Normas Contabilísticas. São assegurados controlos de encaminhamento a cada nível da cadeia de transmissão da informação de modo a garantir a alimentação adequada destes sistemas. Além disso, o Grupo procede a uma manutenção evolutiva regular destes sistemas de modo a adaptá-los ao desenvolvimento da atividade e às necessidades sempre crescentes das restituições regulamentares.

Processos de recolha e dispositivo de elaboração dos dados contabilísticos e financeiros consolidados

O dispositivo de recolha das informações contabilísticas e financeiras está organizado em duas áreas distintas, uma relativa à contabilidade, a outra ao controlo de gestão que utiliza o mesmo software de recolha e de consolidação chamado MATISSE («Management & Accounting Information System»), alimentado localmente pelas equipas das Finanças com dados financeiros e contabilísticos controlados de acordo com os princípios decretados pelo Grupo.

O recenseamento das informações financeiras é definido no âmbito de um processo que cobre tanto a área contabilística como a área de gestão:

- **área contabilística:** a elaboração das Situações financeiras do Grupo é alvo de um processo documentado por instruções difundidas ao conjunto dos polos/atividades e das entidades contabilísticas consolidadas, o que favorece a homogeneização dos dados contabilísticos e financeiros e a sua conformidade com as normas contabilísticas do Grupo. Cada entidade do Grupo efetua um fecho contabilístico numa base mensal ou trimestral e produz um documento de consolidação acompanhado de uma revisão analítica nos prazos fixados pelo Grupo. Os procedimentos de validação, que se aplicam a cada etapa do processo de recolha e de tratamento das informações, têm por objetivo verificar nomeadamente:
 - a boa aplicação das normas do Grupo;
 - o correto ajustamento e a eliminação das operações recíprocas;
 - os novos tratamentos de consolidação.

A função Finanças de cada polo controla os documentos de consolidação provenientes das entidades contabilísticas que dependem do seu perímetro, realizando em particular controlos de coerência, controlos de exaustividade específicos e trabalhos de revisão analítica. No termo desta revisão, os documentos de consolidação são transmitidos ao departamento «Reporting Grupo» encarregue do estabelecimento das contas consolidadas no seio do Finanças-Desenvolvimento Grupo.

- **área de gestão:** a função Finanças de cada polo recenseia e valida mensalmente as informações de gestão de cada entidade e de cada atividade, depois transmite os dados de gestão consolidados ao seu nível à função Finanças – Desenvolvimento Grupo – SMC.

No seio de cada entidade e de cada polo/atividade, os principais agregados do resultado de gestão são reconciliados com os saldos intermediários de gestão do resultado contabilístico antes da transmissão a nível superior. Além disso, uma reconciliação global é efetuada a nível da função Finanças – Desenvolvimento Grupo a fim de assegurar a coerência do resultado contabilístico com o resultado de gestão consolidado. Estas duas etapas de reconciliação contribuem para a fiabilização tanto das informações contabilísticas como das informações de gestão.

DISPOSITIVO DE CONTROLO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FINANCEIRA

Controlo interno contabilístico no seio da função Finanças-Desenvolvimento Grupo

Para poder assegurar o acompanhamento do controlo do risco contabilístico de forma centralizada, a função Finanças-Desenvolvimento Grupo dispõe de um departamento «Controlo & Certificação» composto nomeadamente por uma equipa «Controlo & Certificação Grupo» que assegura as principais missões seguintes:

- definir a política do Grupo em matéria de dispositivo de controlo interno contabilístico. Este dispositivo prevê a aplicação pelas entidades contabilísticas de um certo número de princípios organizando o ambiente de controlo interno contabilístico e de controlos chave destinados a garantir a fiabilidade das informações que constam do documento de consolidação. A este propósito, o Grupo emitiu normas de controlo interno contabilístico destinadas às entidades consolidadas e difundiu um plano de controlos contabilísticos padrão recenseando os principais controlos destinados a cobrir o risco contabilístico;
- certificar-se do correto funcionamento da envolvente de controlo interno contabilístico no seio do Grupo, nomeadamente pelo procedimento de certificação interna descrita seguidamente;
- reportar trimestralmente à Direção Geral e à Comissão revisora de contas do Conselho de administração a qualidade das situações contabilísticas do Grupo;
- certificar-se da implementação das recomendações dos Revisores oficiais de contas pelas entidades, com o apoio dos polos/atividades. Este acompanhamento é facilitado pela utilização de uma ferramenta dedicada FACT («Finance Accounting Control Tool») que permite a cada entidade contabilística acompanhar as recomendações que lhe são dirigidas e indicar regularmente o estado de adiantamento dos diferentes planos de ação. O acompanhamento centralizado destas recomendações permite ao Finanças – Desenvolvimento Grupo conhecer os pontos de melhoria do dispositivo de controlo interno contabilístico no seio das entidades consolidadas, identificar, se tal for o caso, as problemáticas transversais e fazer evoluir, se necessário, os procedimentos e instruções de nível Grupo.

Estas missões têm continuação no seio das Finanças dos polos e das atividades por equipas de controlo contabilístico centrais, que realizam uma supervisão próxima das entidades e implementando, se necessário, procedimentos de controlo contabilístico adaptados às especificidades do seu perímetro. No seio dos departamentos Finanças das entidades do Grupo, a adaptação dos princípios de controlo interno contabilístico do Grupo conduz à implementação de equipas de controlos contabilísticos dedicadas.

Além disso, a política de mutualização dos trabalhos de síntese contabilística no seio de plataformas regionais envolvidas no seio do Grupo permite assegurar uma melhor harmonização dos processos de reporting e de controlo e aumentar a sua eficácia sobre o perímetro das entidades visadas. Esta permite igualmente dispor de equipas de controlo contabilístico com uma dimensão e uma especialização adaptadas.

A título de exemplo, a equipa «Controlo & Certificação França», ligada ao departamento «Controlo e Certificação» é responsável pelo controlo da qualidade da informação contabilística do BNP Paribas SA (Metrópole) e de certas entidades francesas cuja contabilidade é realizada pelo departamento «Reporting France» do Finanças – Desenvolvimento Grupo. As suas principais missões são as seguintes:

- assegurar a ligação entre os back-offices que alimentam a contabilidade e a Direção da Contabilidade, e assegurar a formação sobre as ferramentas contabilísticas colocadas à sua disposição;

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

- animar o processo da «certificação elementar» (tal como descrito seguidamente) pelo qual os diferentes departamentos de uma entidade reportam a realização dos seus controlos;
- implementar os controlos contabilísticos de segundo nível no conjunto das entidades ligadas ao seu perímetro. No âmbito de uma contabilidade descentralizada, estes controlos completam aqueles realizados pelos back-offices, e apoiam-se nomeadamente nas ferramentas de controlo contabilístico que permitem em particular identificar para cada conta, o serviço responsável pela sua justificação e o seu controlo, comparar os saldos registados no sistema contabilístico com os saldos indicados nos sistemas de operações de cada atividade e identificar, justificar e acompanhar o apuramento dos pendentes nas contas de fluxo.

Processo de Certificação Interna

A nível do Grupo

A função Finanças–Desenvolvimento Grupo anima, mediante uma ferramenta Intranet/Internet FACT, um processo de certificação interna dos dados produzidos trimestralmente por cada entidade contabilística assim como controlos realizados no seio dos departamentos de Finanças dos polos/atividades e pelo departamento de Consolidação no seio da função Finanças–Desenvolvimento Grupo.

O responsável Finanças de cada entidade visada certifica ao Finanças–Desenvolvimento Grupo:

- a fiabilidade e a conformidade com as normas do Grupo dos dados contabilísticos transmitidos ao Finanças–Desenvolvimento Grupo;
- o bom funcionamento do sistema de controlo interno contabilístico permitindo garantir a qualidade dos dados contabilísticos.

O principal certificado fornecido por todas as entidades consolidadas por integração global ou proporcional apresenta o conjunto dos principais controlos definidos no plano dos controlos contabilísticos padrão difundido pelo Finanças–Desenvolvimento Grupo.

Este processo de certificação interna participa no dispositivo de vigilância global do controlo interno contabilístico no seio do Grupo e permite ao Finanças–Desenvolvimento Grupo, enquanto responsável pelo estabelecimento e pela qualidade das contas consolidadas do Grupo, ter conhecimento das incidências de eventuais disfunções nas contas e acompanhar a implementação, pelas entidades contabilísticas, das medidas corretivas apropriadas e, se tal for necessário, a constituição de provisões adequadas. Um balanço deste processo é apresentado à Direção Geral e à Comissão revisora de contas do Conselho de administração a cada fecho trimestral das contas consolidadas do Grupo.

A nível das entidades

O procedimento de certificação em relação ao Grupo requer a implementação de um sistema de controlo interno contabilístico adaptado a cada entidade contabilística, conferindo à função Finanças local uma visibilidade sobre o processo contabilístico no seu conjunto. A formalização dos trabalhos de fecho por meio de ferramentas de cartografia dos processos e dos riscos associados permite a documentação dos controlos e participa neste objetivo. Além disso, o «Controlo & Certificação Grupo» preconiza a implementação de um procedimento de «certificação elementar» (ou «sub-certificação») dos dados contabilísticos desde que uma organização descentralizada do tratamento das operações e da elaboração dos dados contabilísticos e financeiros o torne necessário.

Trata-se de um processo pelo qual os fornecedores de informação implicados na execução dos controlos contabilísticos e a confeção dos dados

contabilísticos e financeiros (por exemplo: Middle-Office, Back-Office, Recursos Humanos, Contabilidade Fornecedores...) certificam formalmente o bom funcionamento dos controlos fundamentais visando assegurar a fiabilidade dos dados contabilísticos e financeiros sob a sua responsabilidade. Os certificados elementares são transmitidos ao departamento Finanças local que os explora, estabelece uma síntese dos mesmos com o objetivo de contribuir para a certificação principal e assegura um acompanhamento em ligação com os outros intervenientes.

A ferramenta FACT permite igualmente automatizar a sub-certificação pela disponibilização de um ambiente específico às entidades, permitindo-lhes gerir diretamente o processo implementado ao seu nível.

Supervisão do controlo das valorizações dos instrumentos financeiros e da determinação dos resultados das atividades de mercado

A função Finanças–Desenvolvimento Grupo, responsável pela produção e pela qualidade das situações contabilísticas e de gestão do Grupo, delega a produção e o controlo do valor de mercado ou de modelo dos instrumentos financeiros aos diferentes atores da cadeia que contribuem para a valorização dos instrumentos financeiros no âmbito do acompanhamento dos riscos de mercado e do resultado de gestão.

A área de controlo destas operações, que implica o conjunto dos atores, está colocada sob a supervisão da função Finanças.

Os objetivos desta área são garantir:

- a fiel representação das operações e dos instrumentos financeiros utilizados nas contas do Grupo, em conformidade com os princípios contabilísticos e de gestão do Grupo;
- a qualidade das avaliações dos instrumentos financeiros utilizados tanto para o estabelecimento dos resultados contabilísticos e de gestão, como para a gestão e o controlo dos riscos de mercado e de liquidez;
- a correta determinação, compreensão e análise dos resultados das operações de mercado;
- o controlo dos riscos operacionais associados.

Este dispositivo de controlo permanente apoia-se em controlos de primeiro e de segundo níveis em conformidade com os princípios de organização definidos na Carta de controlo interno do Grupo e declina-se a todos os níveis da organização, ou seja, a nível do Grupo, a nível do polo CIB e dos principais territórios que contabilizam operações de mercado.

A função Finanças, graças a equipas dedicadas («CIB Financial Control»), dispõe de uma visão do conjunto do dispositivo sobre o qual exerce um controlo de segundo nível. Para tal, esta define os reportings a produzir pelos diferentes atores que incluem em simultâneo os elementos quantitativos e qualitativos permitindo dar conta da evolução das atividades assim como dos resultados e da qualidade dos controlos realizados a montante.

Comités mensais reunindo o conjunto dos atores são implementados a fim de examinar o conjunto das problemáticas ligadas ao processo de valorização e de representação das operações nos sistemas contabilísticos. Enfim, no âmbito dos fechados das contas trimestrais, o CIB Finança reporta a um Comité de arbitragem e de decisões (« PFC – Product and Financial Control Committee ») presidido pelo Diretor Financeiro do Grupo a ação do CIB Financial Control sobre a eficácia dos controlos e da fiabilidade do processo de valorização e de determinação dos resultados. Este Comité reúne os Diretores do FDG-Contabilidade, do CIB e do GRM.

CONTROLO PERIÓDICO – EQUIPA CENTRAL DE INSPEÇÃO CONTABILÍSTICA («ÉCIC»)

A Inspeção-geral dispõe de uma equipa de inspetores (Equipa Central de Inspeção Contabilística – ECIC) especializados na auditoria contabilística e financeira, respondendo assim à vontade da Inspeção-geral de reforçar o dispositivo de auditoria em matéria contabilística, tanto do ponto de vista da tecnicidade das suas intervenções como do perímetro de cobertura do risco contabilístico.

O seu plano de ação é determinado nomeadamente graças às ferramentas de controlo contabilístico à distância de que dispõe o Finanças – Desenvolvimento Grupo assim como ao observatório dos riscos implementado pela Inspeção-geral.

Os principais objetivos perseguidos por esta equipa são os seguintes:

- constituir no seio da Inspeção-geral um polo de especialidade contabilística e financeira para reforçar as competências da Inspeção-geral durante as missões realizadas sobre estes temas;
- difundir no seio do Grupo as melhores práticas em matéria de auditoria interna contabilística e harmonizar a qualidade dos trabalhos de auditoria contabilística no Grupo;
- identificar e inspecionar as zonas de risco contabilístico à escala do Grupo.

EVOLUÇÕES DO DISPOSITIVO DE CONTROLO INTERNO CONTABILÍSTICO

O dispositivo de controlo interno contabilístico é alvo de uma adaptação permanente, os procedimentos descritos inserindo-se num âmbito evolutivo visando garantir um nível de controlo adequado no seio do Grupo.

As ações de inserção dos princípios de controlo interno contabilístico do Grupo no seio das entidades do subgrupo Fortis adquiridas em 2009 pelo BNP Paribas, que contribuem desde setembro de 2010 para o processo de certificação trimestral dos dados produzidos com destino ao Grupo prosseguiram em 2011.

Além disso, em ligação com os polos e atividades, foram implementadas ações sistemáticas de análise da qualidade do processo de certificação, nomeadamente com o desenvolvimento de indicadores para certos controlos. Estas ações são completadas por visitas dos locais e a difusão de instruções detalhadas para a certificação, a fim de assegurar modalidades de respostas homogêneas e uma documentação adequada do processo.

RELAÇÕES COM OS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Todos os anos, no âmbito da sua missão legal, os Revisores oficiais de contas são chamados a emitir um relatório no qual fornecem uma opinião sobre a regularidade e a sinceridade das contas consolidadas do grupo BNP Paribas e das contas anuais das empresas do Grupo.

Além disso, os Revisores oficiais de contas realizam trabalhos de exame limitado no âmbito dos fechos trimestrais. Assim, no âmbito da sua missão legal:

- examinam qualquer evolução significativa das normas contabilísticas e apresentam à Comissão revisora de contas os seus pareceres sobre as escolhas contabilísticas significativas;
- apresentam à função Finanças das entidades/atividades/polos e do Grupo as suas conclusões e nomeadamente as suas observações e recomendações eventuais visando a melhoria de certos aspetos do dispositivo de controlo interno que contribui para a elaboração da informação financeira e contabilística e que estes examinaram no âmbito da sua auditoria.

As escolhas contabilísticas significativas são alvo, tal como indicado acima no capítulo 2.2.1 « Governo da sociedade», de uma exposição à Comissão revisora de contas do Conselho de administração.

COMUNICAÇÃO FINANCEIRA (COMUNICADOS DE IMPRENSA, APRESENTAÇÕES TEMÁTICAS, ETC.)

Os suportes de comunicação financeira publicados são elaborados pelo departamento «Relações Investidores e Informação Financeira» no seio do Finanças – Desenvolvimento Grupo. Têm por objetivo apresentar aos acionistas individuais, investidores institucionais, analistas financeiros agências de notação as diferentes atividades do Grupo, explicar os seus resultados e detalhar a sua estratégia de desenvolvimento.

A equipa propõe e define, sob o controlo da Direção Geral e do Diretor financeiro, o formato de comunicação das informações financeiras publicadas pelo grupo BNP Paribas. Com o apoio dos polos e das funções, esta concebe as apresentações dos resultados, dos projetos estratégicos e das apresentações temáticas. Esta assegura a sua difusão junto da comunidade financeira.

As exigências crescentes dos investidores e a vontade de estarem ao melhor nível europeu conduziram o Grupo a adotar um formato de comunicação detalhado destinado a apresentar nas praças financeiras os seus resultados numa base trimestral. Os Revisores oficiais de contas estão associados à fase de validação e de revisão dos comunicados relativos aos fechos das contas trimestrais, semestrais ou anuais, antes da sua apresentação à Comissão revisora de contas e ao Conselho de administração.

2.3 Relatório dos Revisores oficiais de contas estabelecido por aplicação do artigo L225-235 do Código comercial sobre o relatório do Presidente do Conselho de administração

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

Exercício fechado em 31 de dezembro de 2011

Aos Acionistas
BNP Paribas
16, boulevard des Italiens
75009 Paris

Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores,

Na nossa qualidade de Revisores oficiais de contas do BNP Paribas e por aplicação das disposições do artigo L225-235 do Código comercial, apresentamos o nosso relatório sobre o relatório estabelecido pelo Presidente da vossa sociedade em conformidade com as disposições do artigo L225-37 do Código comercial relativo ao exercício fechado em 31 de Dezembro de 2011.

Cabe ao Presidente estabelecer e submeter à aprovação do Conselho de administração um relatório expondo os procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos implementados no seio da sociedade e fornecendo as outras informações exigidas pelo artigo L225-37 do Código comercial relativas nomeadamente ao dispositivo em matéria de governo da sociedade.

Cabe-nos:

- comunicar-vos as observações que tirámos das informações contidas no relatório do Presidente, no que diz respeito aos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira, e
- certificar que o relatório compreende as outras informações exigidas pelo artigo L225-37 do Código comercial, ficando desde já esclarecido que não nos pertence verificar a sinceridade dessas mesmas informações.

Efetuámos os nossos trabalhos em conformidade com as normas de exercício profissional aplicáveis em França

Informações que dizem respeito aos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira

As normas de exercício profissional requerem a implementação de diligências destinadas a apreciar a sinceridade das informações que dizem respeito aos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira contidas no relatório do Presidente. Estas diligências consistem nomeadamente em:

- tomar conhecimento dos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira que subentendem as informações apresentadas no relatório do Presidente assim como na documentação existente;
- tomar conhecimento dos trabalhos que permitiram elaborar estas informações e da documentação existente;
- determinar se as principais deficiências do controlo interno relativo à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira que teríamos levantado no âmbito da nossa missão são alvo de uma informação apropriada no relatório do Presidente.

Com base nestes trabalhos, não temos qualquer observação a formular sobre as informações que dizem respeito aos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos da sociedade relativas à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira contidas no relatório do Presidente do Conselho de administração, estabelecido por aplicação das disposições do artigo L225-37 do Código comercial.

Outras informações

Certificamos que o relatório do Presidente do Conselho compreende as outras informações exigidas pelo artigo L225-37 do Código comercial.

Neuilly-sur-Seine e Courbevoie, 7 de março 2012

Os Revisores oficiais de contas

Deloitte & Associés
Pascal Colin

PricewaterhouseCoopers Audit
Patrice Morot

Mazars
Guillaume Potel

2.4 A Comissão Executiva

A Comissão Executiva do BNP Paribas era composta em 31 de Dezembro de 2011 pelos seguintes membros:

- Jean-Laurent Bonnafé, Administrador Diretor Geral;
- Philippe Bordenave, Diretor Geral delegado;
- Georges Chodron de Courcel, Diretor Geral delegado;
- François Villeroy de Galhau, Diretor Geral delegado;
- Jacques d'Estais, Diretor Geral adjunto, responsável pelo polo Investment Solutions e pelos conjuntos BNP Paribas Personal Finance e International Retail Banking;
- Alain Papiasse, Diretor Geral adjunto, responsável pelo Corporate and Investment Banking;
- Jean Clamon, Delegado geral, responsável pela função Conformidade e a coordenação do controlo interno;
- Marie-Claire Capobianco(*), responsável pela Banca de Retalho em França;
- Stefaan Decraene(*), responsável pelo International Retail Banking;
- Fabio Gallia, responsável pelo BNL bc;
- Yann Gérardin(*), responsável pelo Global Equities & Commodity Derivatives;
- Maxime Jadot, responsável pelo BNP Paribas Fortis;
- Frédéric Janbon(*), responsável pelo Fixed Income;
- Michel Konczaty, responsável pelo Group Risk Management;
- Thierry Laborde(*), responsável pelo BNP Paribas Personal Finance;
- Frédéric Lavenir, responsável pela função Recursos Humanos Grupo;
- Éric Lombard(*), responsável pelo BNP Paribas Cardif;
- Éric Raynaud(*), responsável pela região Ásia-Pacífico.

Desde Novembro de 2007, a Comissão Executiva do BNP Paribas dotou-se de um Secretariado permanente.

(*) Membro da Comissão Executiva do BNP Paribas desde 1 de dezembro de 2011.

3

ATIVIDADE E ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS EM 2011

| | | |
|------------|---|-----------|
| 3.1 | Resultados consolidados do BNP Paribas | 72 |
| | Um resultado líquido parte do Grupo de 6 bilhões de euros, apesar da depreciação dos títulos gregos de 75 %, confirmando a solidez do modelo do BNP Paribas | 72 |
| 3.2 | Resultados por polo / atividade | 73 |
| | Retail Banking | 73 |
| | Investment Solutions | 79 |
| | Corporate and Investment Banking (CIB) | 80 |
| | Outras atividades | 82 |
| 3.3 | Exposições sensíveis segundo as recomendações do Conselho de estabilidade financeira | 83 |
| | Financiamento por titularização por conta própria | 83 |
| | Carteira de créditos sensíveis | 83 |
| | Exposição aos ABS e CDOs imobiliários | 85 |
| | Exposição às seguradoras monolines | 86 |
| | Carteira «IN» BNP Paribas Fortis | 87 |
| 3.4 | Balanco | 88 |
| | Ativo | 88 |
| | Passivo (fora capitais próprios) | 89 |
| | Capitais próprios consolidados parte do Grupo | 91 |
| | Compromissos extra patrimoniais | 91 |
| 3.5 | Demonstração de resultados | 91 |
| | Resultado líquido bancário | 91 |
| | Encargos gerais de exploração e dotações às amortizações e às provisões | 94 |
| | Resultado bruto de exploração | 94 |
| | Custo do risco | 94 |
| | Resultado líquido, parte do Grupo | 95 |
| 3.6 | Eventos recentes | 96 |
| | Produtos e serviços | 96 |
| | Crescimento externo e parcerias | 96 |
| | Resultados da oferta de compra da Convertible And Subordinated Hybrid Equity-linked Securities (os «cashes») | 96 |
| 3.7 | Perspetivas | 96 |
| | Perspetivas dos polos operacionais | 96 |
| | Liquidez e financiamento | 97 |
| | Solvabilidade | 98 |

3.1 Resultados consolidados do BNP Paribas

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|---|----------|----------|-----------|
| Resultado líquido bancário | 42 384 | 43 880 | - 3,4 % |
| Encargos de gestão | (26 116) | (26 517) | - 1,5 % |
| Resultado bruto de exploração | 16 268 | 17 363 | - 6,3 % |
| Custo do risco | (6 797) | (4 802) | + 41,5 % |
| Resultado de exploração | 9 741 | 12 561 | - 24,6 % |
| Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas | 80 | 268 | - 70,1 % |
| Outros elementos fora exploração | 100 | 191 | - 47,6 % |
| Elementos fora exploração | 180 | 459 | - 60,8 % |
| Resultado antes de imposto | 9 651 | 13 020 | - 25,9 % |
| Imposto sobre os lucros | (2 757) | (3 856) | - 28,5 % |
| Interesses minoritários | (844) | (1 321) | - 36,1 % |
| Resultado líquido parte do Grupo | 6 050 | 7 843 | - 22,9 % |
| Coeficiente de exploração | 61,6 % | 60,4 % | + 1,2 pt |

UM RESULTADO LÍQUIDO PARTE DO GRUPO DE 6 BILHÕES DE EUROS, APESAR DA DEPRECIÇÃO DOS TÍTULOS GREGOS DE 75%, CONFIRMANDO A SOLIDEZ DO MODELO DO BNP PARIBAS

O ano de 2011 foi marcado no segundo semestre pela decisão das autoridades europeias de não cobrir a dívida da Grécia na sua totalidade, a crise sobre as dívidas soberanas de certos países da zona euro, a queda dos mercados de ações e as tensões sobre a liquidez e o refinanciamento assim como o reforço das exigências de solvabilidade pela Autoridade Bancária Europeia (EBA). Neste contexto, o Grupo provisionou a sua exposição sobre os títulos soberanos gregos em 75 % e reduziu fortemente o seu capital de dívidas soberanas (- 29 %) realizando uma perda de - 872 milhões de euros. Contratou igualmente as suas necessidades de financiamento a médio e longo prazo em dólares (- 53 bilhões de dólares) e aumentou as suas emissões de dívida a médio e longo prazo (43 bilhões de euros contra 35 bilhões programados). Enfim, o Grupo implementou um plano de adaptação da dimensão do seu balanço e das suas atividades com vista a libertar + 100 pb de rácio common equity Tier 1 complementares até ao final de 2012. Um terço já se encontra realizado.

Neste contexto excepcional, o Grupo realizou um resultado líquido bancário de 42 384 milhões de euros⁽¹⁾, em queda de 3,4 % relativamente a 2010. Os encargos de gestão ascendem a 26 116 milhões de euros (- 1,5 %) e o resultado bruto de exploração está em queda de 6,3 % com 16 268 milhões de euros. Devido ao provisionamento dos títulos soberanos gregos (- 3 241 milhões

de euros), o custo do risco está em alta de 41,5 % com 6 797 milhões de euros. Fora este efeito, está em queda de 25,9 % com 3 556 milhões de euros. Após impacto da depreciação dos títulos soberanos gregos nas parcerias de seguros (- 213 milhões de euros), o resultado antes de imposto conhece uma descida de 25,9 % com 9 651 milhões de euros. Após o encargo de impostos sobre os lucros (- 2 757 milhões de euros) e os interesses minoritários (- 844 milhões de euros), o resultado líquido parte do Grupo ascende a 6 050 milhões de euros, em queda de 22,9 % relativamente a 2010.

Apesar deste ambiente excepcionalmente difícil, o Grupo confirma o seu *savoir-faire* em matéria de integração. O sucesso da fusão das entidades do BNP Paribas Fortis e BGL BNP Paribas com as do Grupo graças à mobilização das equipas no conjunto dos territórios e atividades conduz a realizar 1 127 milhões de euros de sinergias a partir de 2011, nível próximo do objetivo de 1 200 milhões de euros fixado para 2012. Uma parte adicional de 300 milhões de euros por ano a partir de 2012 aumentará o montante total das sinergias para 1 500 milhões de euros contra 900 milhões previstos inicialmente. Os custos de reestruturação residuais correspondentes ascenderão a 300 milhões de euros em 2012.

A rentabilidade dos capitais próprios ascende a 8,8 % contra 12,3 % em 2010.

(1) Os elementos excecionais do PNB são compensados por cerca de 35 milhões de euros: perdas sobre cessões de títulos soberanos (- 872 milhões de euros), perdas sobre cessão de créditos (- 152 milhões de euros), depreciação da participação na AXA (- 299 milhões de euros), reavaliação da dívida própria (+ 1 190 milhões de euros), recuperações excecionais de PPA do Fortis (+ 168 milhões de euros).

(2) Os elementos excecionais de encargos de gestão são compensados a cerca de 14 milhões de euros: custo do plano de adaptação (- 239 milhões de euros), recuperação de uma provisão por litígio (+ 253 milhões de euros).

O lucro líquido por ação ascende a 4,82 euros contra 6,33 euros em 2010. O ativo líquido por ação, de 58,2 euros está em alta de 5,0 % em relação a 2010. Progrediu de 35,7 % desde 2006, último ano antes da crise. Assim, o modelo do BNP Paribas assegura um crescimento robusto do valor do ativo líquido por ação através do ciclo.

O Conselho de administração proporá à Assembleia-geral dos acionistas o pagamento de um dividendo de 1,20 euro por ação, ou seja uma taxa de distribuição de 25,1 %, pagável, à escolha, em numerário ou em ações⁽¹⁾. Esta repartição do resultado permite reinvestir pelo menos os três quartos dos lucros na empresa para prosseguir o aumento dos fundos próprios e preservar a capacidade do Grupo em financiar os seus clientes.

Atribuição de capital

Os polos beneficiam do rendimento dos capitais que lhes são concedidos. A atribuição de capital responde em primeiro lugar às exigências e métodos de cálculo do rácio europeu de solvabilidade segundo a regulamentação dita «Basileia 2» e efetua-se na base de 7 % dos ativos ponderados. Os ativos ponderados são a soma:

- do montante das exposições ponderadas a título de risco de crédito e de contrapartida calculado utilizando a abordagem standard ou a abordagem avançada de notações internas consoante a entidade ou a atividade do Grupo visada;
- das exigências de fundos próprios a título de supervisão prudencial dos riscos de mercado e do risco operacional, multiplicadas por um fator de 12,5. A exigência de fundos próprios a nível do risco operacional é calculada em conformidade com a abordagem de base, a abordagem standard ou as abordagens de medição avançada (AMA), consoante a entidade do Grupo visada.

Por outro lado é concedido a cada polo a quota-parte deduzida prudencialmente dos fundos próprios de base, nomeadamente 100 % do valor líquido contabilístico dos títulos detidos em estabelecimentos financeiros ou de crédito.

Enfim, o capital concedido a título das filiais de seguros é igual à necessidade em margem de solvabilidade calculada em conformidade com a regulamentação dos seguros.

3.2 Resultados por polo/atividade

RETAIL BANKING

Todas as atividades de banca de retalho realizam muito bons desempenhos comerciais ilustrados nomeadamente pelo crescimento dos volumes de depósitos e de créditos. A descida do custo do risco em todas as atividades permite ao Retail Banking realizar um resultado antes de

imposto⁽²⁾ em crescimento de 22,8 % relativamente a 2010 após atribuição ao polo Investment Solutions de um terço do resultado da Banca Privada em França, em Itália e na Bélgica, ou seja uma rentabilidade antes de imposto dos fundos próprios concedidos de 23 %, em progressão de 4 pts ao longo do período.

(1) Sob reserva da aprovação da AG, destacamento 30 de maio de 2012 e pagamento a 26 de junho de 2012.

(2) Exceto efeitos PPH/CPH.

BANCA DE RETALHO EM FRANÇA (BDDF)

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|--|---------|---------|-----------|
| RLB | 6 968 | 6 849 | + 1,7 % |
| do qual rendimentos de juro | 4 097 | 4 003 | + 2,3 % |
| do qual comissões | 2 871 | 2 846 | + 0,9 % |
| Encargos de gestão | (4 573) | (4 514) | + 1,3 % |
| RBE | 2 395 | 2 335 | + 2,6 % |
| Custo do risco | (315) | (482) | - 34,6 % |
| Resultado de exploração | 2 080 | 1 853 | + 12,3 % |
| Elementos fora exploração | 3 | 4 | - 25,0 % |
| Resultado antes de imposto | 2 083 | 1 857 | + 12,2 % |
| Resultado atribuível ao Investment Solutions | (124) | (116) | + 6,9 % |
| Resultado antes de imposto da BDDF | 1 959 | 1 741 | + 12,5 % |
| Coeficiente de exploração | 65,6 % | 65,9 % | - 0,3 pt |
| Fundos próprios concedidos (Biliões€) | 6,0 | 5,8 | + 4,0 % |

Incluindo 100 % da Banca Privada França para as linhas RLB com Resultado antes de imposto (Exceto efeitos PPH/CPH).

No conjunto do ano de 2011, a BDDF melhorou de maneira contínua o seu dispositivo de relação com os clientes: 46 «Maisons des entrepreneurs» estão doravante abertas e a oferta BNP Paribas Mobile arrancou com sucesso. Este dispositivo, combinado com a mobilização muito forte do conjunto dos colaboradores para acompanhar os clientes na realização dos seus projetos, permitiu à BDDF desenvolver uma atividade comercial constante: os ativos de crédito progrediram de + 5,2 % em relação a 2010, impulsionados pela forte progressão dos créditos aos particulares (+ 7,0 %), em abrandamento no final do ano no imobiliário, enquanto que os ativos de créditos às empresas (+ 3,1 %) marcam uma aceleração. O sucesso das iniciativas desenvolvidas com destino aos empresários, às MPE e às PME permitiu uma produção de 9,2 biliões de euros de novos créditos em 2011.

A progressão dos depósitos, cujos ativos atingiam 113,6 biliões de euros, é vigorosa e superior à dos créditos: + 8,4 % em média relativamente a 2010. Estes beneficiam de um efeito de estrutura favorável com um crescimento forte dos depósitos à vista (+ 7,2 %) e das contas caderneta (+ 10,6 %), enquanto que os depósitos com taxa de mercado baixaram no final do ano.

Graças a esta boa dinâmica comercial, o resultado líquido bancário ⁽¹⁾ atinge 6 968 milhões de euros (+ 1,7 % relativamente a 2010): a subida dos rendimentos de juro (+ 2,3 %) é impulsionada pela progressão dos volumes e a evolução favorável da estrutura dos depósitos enquanto que o crescimento das comissões está limitada a 0,9 %.

Com 4 573 milhões de euros os encargos de gestão ⁽¹⁾ estão em alta de 1,3 %, afetados pelo prémio excepcional de «repartição dos lucros» e a taxa «sistémica». Fora estes efeitos, a sua progressão está limitada a 0,4 %. Este bom desempenho operacional permite à BDDF apresentar uma progressão do resultado bruto de exploração ⁽¹⁾ de 2,6 % e uma nova melhoria do coeficiente de exploração de 0,3 pt com 65,6 %. O custo do risco ⁽¹⁾, de 22 pb dos ativos de crédito à clientela, apresenta-se no conjunto do ano a um nível particularmente fraco, em queda de 13 pb em relação a 2010.

Após atribuição ao polo Investment Solutions de um terço do resultado da Banca Privada em França, o resultado antes de imposto, de 1 959 milhões de euros, está em alta de 12,5 % em relação a 2010.

(1) Exceto efeitos PPH/CPH, com 100 % da Banca Privada em França.

BNL BANCA COMMERCIALE (BNL BC)

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|--|---------|---------|-----------|
| RLB | 3 140 | 3 060 | + 2,6 % |
| Encargos de gestão | (1 829) | (1 798) | + 1,7 % |
| RBE | 1 311 | 1 262 | + 3,9 % |
| Custo do risco | (795) | (817) | - 2,7 % |
| Resultado de exploração | 516 | 445 | + 16,0 % |
| Elementos fora exploração | (0) | (2) | n.c. |
| Resultado antes de imposto | 516 | 443 | + 16,5 % |
| Resultado atribuível ao Investment Solutions | (14) | (11) | + 27,3 % |
| Resultado antes de imposto do BNL bc | 502 | 432 | + 16,2 % |
| Coefficiente de exploração | 58,2 % | 58,8 % | - 0,6 pt |
| Fundos próprios concedidos (Bilhões€) | 5,0 | 4,8 | + 3,8 % |

Incluindo 100 % da Banca Privada em Itália para as linhas RLB com Resultado antes de imposto.

No conjunto do ano de 2011, num ambiente económico difícil, o BNL bc prosseguiu a melhoria do seu dispositivo de relação com os clientes com a abertura de 27 novas agências, dando um total de aberturas de 180 em quatro anos, e de 19 «Maisons des Entrepreneurs». No âmbito da campanha «One bank for corporate in Europe», o número de contas abertas por empresas italianas na rede mundial do BNP Paribas aumentou 41 %.

A progressão dos créditos (+ 4,7 %) é devida à subida dos créditos às empresas (+ 6,4 %), impulsionada pelo factoring, enquanto que a evolução dos créditos aos particulares (+ 2,6 %) foi afetada pelo abrandamento do crescimento dos créditos imobiliários (+ 1,4 %). Os depósitos estão em queda de 3,0 % sobre o período devido à forte concorrência tarifária sobre os depósitos a prazo com a qual o BNL bc é confrontado em Itália e à arbitragem das famílias, particularmente no quarto trimestre, em benefício dos empréstimos de Estado italianos contraídos.

O resultado líquido bancário ⁽¹⁾, de 3 140 milhões de euros, está em alta de 2,6 % em relação a 2010, com uma contribuição equilibrada dos rendimentos de juros (+ 2,4 %), sustentados pelo crescimento dos volumes, e das comissões (+ 2,9 %) graças ao bom nível de atividade com os particulares e as empresas, particularmente sobre os produtos de fluxo (cash management, factoring, Fixed Income).

No momento em que 27 novas agências e 19 «Maisons des entrepreneurs» foram abertas em 2011, os encargos de gestão ⁽¹⁾ apenas estão em progressão de 1,7 %. Fora taxa «sistémica», a sua progressão está limitada a + 0,9 %. Esta excelente performance operacional traduz-se por uma progressão do resultado bruto de exploração ⁽¹⁾ de 3,9 % para 1 311 milhões de euros e uma nova melhoria do coeficiente de exploração de 0,6 pt, com 58,2 %. Desde 2006, data da integração do BNL bc no grupo BNP Paribas, a rede italiana melhorou regularmente a sua eficácia operacional, levando-a hoje ao melhor nível entre os bancos comparáveis.

Numa conjuntura económica difícil, o custo do risco ⁽¹⁾ permaneceu estável ao longo de todo o ano a um nível elevado (98 pb). Proporcionalmente aos ativos, este está em queda de 9 pb em relação a 2010.

BNL bc apresenta assim um resultado antes de imposto, após atribuição de um terço do resultado da Banca Privada em Itália ao polo Investment Solutions, de 502 milhões de euros, em alta de 16,2 % relativamente a 2010.

(1) Com 100 % da Banca Privada em Itália.

BELUX RETAIL BANKING (BELUX RB)

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|---|---------|---------|-----------|
| RLB | 3 555 | 3 388 | + 4,9 % |
| Encargos de gestão | (2 509) | (2 420) | + 3,7 % |
| RBE | 1,046 | 968 | + 8,1 % |
| Custo do risco | (170) | (219) | - 22,4 % |
| Resultado de exploração | 876 | 749 | + 17,0 % |
| Elementos fora exploração | 12 | 4 | n.c. |
| Resultado antes de imposto | 888 | 753 | + 17,9 % |
| Resultado atribuível ao Investment Solutions | (69) | (64) | + 7,8 % |
| Resultado antes de imposto do BeLux Retail Banking | 819 | 689 | + 18,9 % |
| Coeficiente de exploração | 70,6 % | 71,4 % | - 0,8 pt |
| Fundos próprios concedidos (Biliões€) | 3,1 | 2,9 | + 7,8 % |

Incluindo 100 % da Banca Privada em Itália para as linhas RLB com Resultado antes de imposto.

No conjunto do ano de 2011, graças à mobilização das equipas para acompanhar os clientes nos seus projetos, os ativos de crédito progredem 5,5 % em relação a 2010, sustentados pela progressão dos créditos aos particulares (+ 7,2 %). Os créditos às empresas aumentam em média 2,3 %, a descida das necessidades das grandes empresas sendo mais do que compensada pela progressão dos créditos às PME. Os ativos de depósito, de 102 biliões de euros, aumentaram fortemente (+ 7,5 %), com um efeito de estrutura favorável, a coleta sobre os depósitos à ordem (+ 8,9 %) e as contas poupança (+ 7,5 %) sendo superiores à dos depósitos a prazo (+ 5,2 %).

Através da aquisição do Fortis Commercial Finance, número 1 do factoring na Bélgica, o BeLux Retail Banking continuou a melhorar o seu dispositivo de relação com os clientes.

O resultado líquido bancário ⁽¹⁾ atinge 3 555 milhões de euros, em progressão de 4,9 % em relação a 2010, levado pela subida dos rendimentos de juro sob o efeito do crescimento dos volumes.

Com o reforço dos efetivos comerciais, os encargos de gestão ⁽¹⁾ estão em alta de 3,7 % em relação a 2010. Assim o BeLux Retail Banking apresenta um resultado bruto de exploração ⁽¹⁾ em progressão de 8,1 % sobre o período com 1 046 milhões de euros, e uma nova melhoria do coeficiente de exploração de 0,8 pt para 70,6 %.

O custo do risco ⁽¹⁾, a 19 pb dos ativos de crédito à clientela, manteve-se a um nível particularmente fraco ao longo de todo o ano de 2011, em descida de 7 pb em relação ao de 2010.

Após atribuição de um terço do resultado da Banca Privada na Bélgica ao polo Investment Solutions, o resultado antes de imposto do BeLux Retail Banking ascende a 819 milhões de euros, em progressão de 18,9 % sobre o período.

EUROPA MEDITERRÂNEO

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|---|---------|---------|-----------|
| RLB | 1 586 | 1 682 | - 5,7 % |
| Encargos de gestão | (1 277) | (1 303) | - 2,0 % |
| RBE | 309 | 379 | - 18,5 % |
| Custo do risco | (268) | (346) | - 22,5 % |
| Resultado de exploração | 41 | 33 | + 24,2 % |
| Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas | 50 | 51 | - 2,0 % |
| Outros elementos fora exploração | 20 | 2 | n.c. |
| Resultado antes de imposto | 111 | 86 | + 29,1 % |
| Coeficiente de exploração | 80,5 % | 77,5 % | + 3,0 pt |
| Fundos próprios concedidos (Biliões€) | 2,6 | 2,5 | + 6,9 % |

No conjunto do ano de 2011, o Europa Mediterrâneo prosseguiu o seu desenvolvimento seletivo como o ilustra o ótimo crescimento dos depósitos (+ 11,6 % ⁽²⁾) constatado na maior parte dos países, particularmente na Turquia, e o crescimento dos créditos (+ 7,3 % ⁽²⁾). Na Turquia,

a integração das duas entidades está adiantada sobre o plano anunciado: a fusão operacional foi realizada com sucesso e a otimização da rede está acabada.

(1) Com 100 % da Banca Privada na Bélgica.

(2) Com perímetro e câmbio constantes.

O resultado líquido bancário ascende a 1 586 milhões de euros, em ligeira alta (+ 0,7 %⁽¹⁾) comparando com 2010. Fora Ucrânia, progride 2,1%⁽¹⁾ porque o crescimento no Mediterrâneo é vigoroso (+ 10,6 %⁽¹⁾).

Os encargos de gestão aumentam 4,5 %⁽¹⁾ para atingir 1 277 milhões de euros após a abertura de 46 agências no Mediterrâneo, 32 das quais em Marrocos. Graças à descida do custo do risco, a 115 pb contra 146 pb em 2010, o resultado de exploração ascende a 41 milhões de euros.

Devido ao registo de uma mais valia de cessão (+ 25 milhões de euros) por ocasião da cessão da rede de Madagascar no terceiro trimestre, o resultado antes de imposto do Europa Mediterrâneo ascende a 111 milhões de euros, em progressão de 66,5 %⁽¹⁾ em relação a 2010.

BANCWEST

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|---|---------|---------|-----------|
| RLB | 2 187 | 2 284 | - 4,2 % |
| Encargos de gestão | (1 241) | (1 250) | - 0,7 % |
| RBE | 946 | 1 034 | - 8,5 % |
| Custo do risco | (256) | (465) | - 44,9 % |
| Resultado de exploração | 690 | 569 | + 21,3 % |
| Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas | 0 | 0 | n.c. |
| Outros elementos fora exploração | 1 | 4 | - 75,0 % |
| Resultado antes de imposto | 691 | 573 | + 20,6 % |
| Coeficiente de exploração | 56,7 % | 54,7 % | + 2,0 pt |
| Fundos próprios concedidos (Biliões€) | 2,9 | 3,2 | - 9,0 % |

No conjunto do ano de 2011, o BancWest beneficiou da melhoria progressiva da conjuntura nos Estados Unidos. Conseguiu aumentar os seus «core deposits» de maneira forte e regular, obtendo assim uma subida média de + 10,6 %⁽²⁾ em relação a 2010 e aumentando a progressão do conjunto dos depósitos para + 6,6 %⁽²⁾. Os créditos inserem-se em ligeira queda de 0,8 %⁽²⁾ em média em relação a 2010 devido ao recuo dos créditos imobiliários (- 6,7 %⁽²⁾), mas em progressão sobre a segunda parte do ano devido à retoma dos créditos às empresas (+ 3,3 %⁽²⁾) no quarto trimestre de 2011 relativamente ao trimestre anterior).

O resultado líquido bancário baixa 4,2 % relativamente a 2010 e ascende a 2 187 milhões de euros. Com câmbio constante, apenas progride de 0,5 %, afetado em particular pelos efeitos das mudanças regulamentares sobre as comissões de intercâmbio e de descoberto.

Os encargos de gestão estão em descida de 0,7 % (+ 3,4 % com câmbio constante e fora taxa «sistémica») em comparação com uma base fraca em 2010 após o plano de poupanças de 2009. Estes integram os custos ligados ao reforço do

dispositivo comercial no segmento das empresas e ao desenvolvimento da oferta de Banca Privada; são além disso afetados pelas despesas ligadas às novas regulamentações.

Assim, o coeficiente de exploração ascende a 56,7 % em alta de 2 pts sobre o período e permanece muito competitivo. O resultado bruto de exploração, com 946 milhões de euros, está em queda de - 8,5 % relativamente a 2010 (- 3,9 %⁽²⁾).

O custo do risco beneficia da melhoria do ambiente económico e prossegue o seu forte decréscimo iniciado em 2010. Este ascende a 69 pb contra 119 pb em 2010. A taxa média de créditos duvidosos inseriu-se em queda trimestre após trimestre para estabelecer-se a 1,83 % no quarto trimestre de 2011 contra 2,96 % no quarto trimestre de 2010.

Assim, apesar dos efeitos das novas regulamentações sobre o desempenho operacional, o resultado antes de imposto do BancWest insere-se em forte alta relativamente a 2010 (+ 26,7 %) com 691 milhões de euros.

(1) Com perímetro e câmbio constantes.

(2) Com câmbio constante. O valor médio do dólar americano contra o euro em 2011 ascende 4,8 % abaixo do seu valor médio de 2010.

PERSONAL FINANCE

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|---|---------|---------|-----------|
| RLB | 5 092 | 5 021 | + 1,4 % |
| Encargos de gestão | (2 420) | (2 311) | + 4,7 % |
| RBE | 2 672 | 2 710 | - 1,4 % |
| Custo do risco | (1 639) | (1 913) | - 14,3 % |
| Resultado de exploração | 1 033 | 797 | + 29,6 % |
| Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas | 95 | 83 | + 14,5 % |
| Outros elementos fora exploração | 65 | 11 | n.c. |
| Resultado antes de imposto | 1 193 | 891 | + 33,9 % |
| Coefficiente de exploração | 47,5 % | 46,0 % | + 1,5 pt |
| Fundos próprios concedidos (Bilhões€) | 4,0 | 3,9 | + 2,3 % |

No conjunto do ano de 2010, num ambiente comercial e regulamentar em profunda mutação, o Personal Finance prosseguiu a adaptação do seu modelo económico assim como a sua estratégia de crescimento seletivo e de industrialização: assinatura em dezembro de uma parceria com o Sberbank, primeiro banco na Rússia, para desenvolver o crédito ao consumo no local de venda; desenvolvimento do Cetelem Banque com coleta de poupança e venda de produtos de previdência; aplicação dos planos de adaptação no crédito imobiliário. Além disso, no âmbito do seu compromisso na qualidade de ator responsável, a atividade alargou o acesso ao crédito às pessoas empregadas com contrato a tempo determinado e desenvolveu soluções preventivas para os clientes fragilizados.

Os rendimentos, afetados pelas regulamentações mais restritivas sobre o crédito ao consumo, particularmente em França e em Itália, estão em alta apenas de 1,4 % em relação a 2010, com 5 092 milhões de euros, apesar do aumento de 5,4 % dos capitais consolidados.

Os encargos de gestão sobem 4,7 % (+ 4,3 % fora taxa «sistémica»). Este são afetados pelos custos (40 milhões de euros)

ligados à implementação das medidas de adaptação às novas regulamentações. O Personal Finance prosseguiu igualmente os seus importantes investimentos de modernização e de desenvolvimento, entre os quais o projeto em parceria com o BPCE de criação de uma plataforma informática comum eficaz de gestão de créditos ao consumo.

Assim, o resultado bruto de exploração, com 2 672 milhões de euros, está em queda de 1,4 % e o coeficiente de exploração estabelece-se nos 47,5 %, em aumento de 1,5 pt sobre o período.

O custo do risco, de 1 639 milhões de euros (ou seja 183 pb dos ativos), está em queda de 14,3 % em relação a 2010 (- 43 pb). Está bem orientado no conjunto dos países, com exceção da Laser Cofinoga.

A boa resistência do desempenho operacional num ambiente em profunda mutação aliada à descida do custo do risco e a uma mais valia de cessão de um imóvel de 63 milhões de euros permite ao Personal Finance realizar um resultado antes de imposto de 1 193 milhões de euros, em alta de 33,9 % em relação ao de 2010.

EQUIPMENT SOLUTIONS

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|---|--------|--------|-----------|
| RLB | 1 571 | 1 465 | + 7,2 % |
| Encargos de gestão | (832) | (783) | + 6,3 % |
| RBE | 739 | 682 | + 8,4 % |
| Custo do risco | (125) | (255) | - 51,0 % |
| Resultado de exploração | 614 | 427 | + 43,8 % |
| Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas | 10 | (31) | n.c. |
| Outros elementos fora exploração | 5 | 1 | n.c. |
| Resultado antes de imposto | 629 | 397 | + 58,4 % |
| Coefficiente de exploração | 53,0 % | 53,4 % | - 0,4 pt |
| Fundos próprios concedidos (Bilhões€) | 2,2 | 2,1 | + 6,0 % |

No conjunto do ano de 2011, os rendimentos do Equipment Solutions, de 1 571 milhões de euros, estão em progressão de 7,2 % relativamente a 2010 graças à boa constância do preço dos veículos usados e à resistência dos rendimentos do Leasing Solutions. Devido à recentragem da atividade de leasing para se adaptar a Basileia 3 reduzindo nomeadamente o leasing imobiliário, os encargos de gestão são agravados por custos de adaptação no valor de 15 milhões de euros e progredem 6,3 % sobre o período

(+ 5,1 % fora taxas «sistémicas»). Assim, o Equipment Solutions apresenta um resultado bruto de exploração em alta de 8,4 %. Este desempenho operacional combinado com a forte descida do custo do risco (- 51,0 %), efetiva em toda a Europa, incluindo nas empresas consolidadas por equivalência, permite ao Equipment Solutions realizar um resultado antes de imposto de 629 milhões de euros, em alta de 58,4 % em relação ao de 2010.

INVESTMENT SOLUTIONS

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|---|---------|---------|-----------|
| RLB | 6 265 | 6 096 | + 2,8 % |
| Encargos de gestão | (4 554) | (4 297) | + 6,0 % |
| RBE | 1 711 | 1 799 | - 4,9 % |
| Custo do risco | (64) | 21 | n.c. |
| Resultado de exploração | 1 647 | 1 820 | - 9,5 % |
| Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas | (134) | 101 | n.c. |
| Outros elementos fora exploração | 60 | 61 | - 1,6 % |
| Resultado antes de imposto | 1 573 | 1 982 | - 20,6 % |
| Coeficiente de exploração | 72,7 % | 70,5 % | + 2,2 pt |
| Fundos próprios concedidos (Biliões€) | 7,3 | 6,5 | + 12,2 % |

Em 31 de dezembro de 2011, os ativos sob gestão, de 842 bilhões de euros, estão em queda de 6,5 % em relação a 31 de dezembro de 2010 e de 1,0 % em relação a 30 de setembro de 2011: a forte queda dos mercados de ações no segundo semestre reduziu o valor das carteiras e ampliou os efeitos da descida da coleta importante registrada na Gestão de ativos (- 35,7 bilhões de euros) num contexto geral de diminuição da coleta na Europa continental. Em todas as outras atividades, a coleta é positiva:

+ 3,5 bilhões de euros na Banca Privada, essencialmente nos mercados domésticos e na Ásia; + 1,7 bilhão de euros no Personal Investors, particularmente na Alemanha, e + 2,4 bilhões de euros nos Seguros graças ao bom nível de coleta na Bélgica, no Luxemburgo e na Ásia.

No conjunto do ano de 2011, num ambiente pouco favorável à poupança financeira, o resultado líquido bancário do polo, apoiado pela diversidade do seu business mix, progrediu de 2,8 % em relação a 2010 para atingir 6 265 milhões de euros, a descida dos rendimentos na Gestão de ativos (- 9,9 %) sendo mais do que compensada pela subida nas outras atividades (+ 5,9 %). Os rendimentos da Gestão Institucional e Privada, fora Gestão de ativos, progrediram de 3,9 % graças à boa resistência do Wealth Management, do Personal Investors e do Real Estate. Apesar da queda do mercado dos seguros de vida em França, os rendimentos dos Seguros estão em alta de 4,7 % impulsionados nomeadamente pela boa progressão das atividades de proteção fora de França. Os rendimentos do Securities Services

aumentam 11,0 %, sob o efeito conjugado do crescimento dos ativos sob administração (+ 7,4 %) ligado ao ganho de novos mandatos, da subida dos volumes de transação (+ 4,4 %) e da subida das taxas curtas no primeiro semestre.

Os encargos de gestão, de 4 554 milhões de euros, sobem 6,0 % em relação a 2010. São impulsionados pelos Seguros (+ 9,0 %) e o Securities Services (+ 9,3 %) pelos investimentos de desenvolvimento da atividade comercial. Os encargos de gestão da Gestão Institucional e Privada (+ 3,5 %) são afetados pelos custos de implementação do plano de adaptação na Gestão de ativos (46 milhões de euros no quarto trimestre). Fora este efeito, a sua progressão é limitada a 1,6 %.

O provisionamento dos títulos soberanos gregos pesa sobre os resultados dos Seguros com - 80 milhões de euros para o custo do risco e - 213 milhões de euros para a contribuição das empresas equiparadas.

Após consideração de um terço dos resultados da banca privada nos mercados domésticos, o polo Investment Solutions apresenta um resultado antes de imposto de 1 573 milhões de euros, em queda de 20,6 % em relação a 2010. Fora efeito da depreciação dos títulos gregos, a descida está limitada a 5,8 %. A rentabilidade antes de imposto dos fundos próprios concedidos ascende a 22 %. Fora depreciação dos títulos gregos, esta atinge 26 %.

GESTÃO INSTITUCIONAL E PRIVADA

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|---|---------|---------|-----------|
| RLB | 3 304 | 3 340 | - 1,1 % |
| Encargos de gestão | (2 521) | (2 435) | + 3,5 % |
| RBE | 783 | 905 | - 13,5 % |
| Custo do risco | 6 | 24 | - 75,0 % |
| Resultado de exploração | 789 | 929 | - 15,1 % |
| Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas | 33 | 28 | + 17,9 % |
| Outros elementos fora exploração | 63 | 40 | + 57,5 % |
| Resultado antes de imposto | 885 | 997 | - 11,2 % |
| Coeficiente de exploração | 76,3 % | 72,9 % | + 3,4 pt |
| Fundos próprios concedidos (Biliões€) | 1,6 | 1,6 | + 2,0 % |

ATIVIDADE E ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS EM 2011

Resultados por polo/atividade

SEGUROS

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|---|--------|--------|-----------|
| RLB | 1 626 | 1 553 | + 4,7 % |
| Encargos de gestão | (910) | (835) | + 9,0 % |
| RBE | 716 | 718 | - 0,3 % |
| Custo do risco | (71) | (3) | n.c. |
| Resultado de exploração | 645 | 715 | - 9,8 % |
| Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas | (166) | 73 | n.c. |
| Outros elementos fora exploração | (3) | 21 | n.c. |
| Resultado antes de imposto | 476 | 809 | - 41,2 % |
| Coeficiente de exploração | 56,0 % | 53,8 % | + 2,2 pt |
| Fundos próprios concedidos (Biliões€) | 5,3 | 4,6 | + 13,8 % |

ATIVIDADE TÍTULOS

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|---------------------------------------|---------|---------|-----------|
| RLB | 1 335 | 1 203 | + 11,0 % |
| Encargos de gestão | (1 123) | (1 027) | + 9,3 % |
| RBE | 212 | 176 | + 20,5 % |
| Custo do risco | 1 | 0 | n.c. |
| Resultado de exploração | 213 | 176 | + 21,0 % |
| Elementos fora exploração | (1) | 0 | n.c. |
| Resultado antes de imposto | 212 | 176 | + 20,5 % |
| Coeficiente de exploração | 84,1 % | 85,4 % | - 1,3 pt |
| Fundos próprios concedidos (Biliões€) | 0,4 | 0,3 | + 38,1 % |

CORPORATE AND INVESTMENT BANKING (CIB)

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|---|---------|---------|-----------|
| RLB | 9 731 | 12 136 | - 19,8 % |
| Encargos de gestão | (6 126) | (6 500) | - 5,8 % |
| RBE | 3 605 | 5 636 | - 36,0 % |
| Custo do risco | (75) | (350) | - 78,6 % |
| Resultado de exploração | 3 530 | 5 286 | - 33,2 % |
| Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas | 38 | 75 | - 49,3 % |
| Outros elementos fora exploração | 42 | 19 | n.c. |
| Resultado antes de imposto | 3 610 | 5 380 | - 32,9 % |
| Coeficiente de exploração | 63,0 % | 53,6 % | + 9,4 pt |
| Fundos próprios concedidos (Biliões€) | 13,2 | 14,5 | - 8,9 % |

No conjunto do ano de 2011, os rendimentos do CIB ascendem a 9 731 milhões de euros, em queda de 19,8 % em relação a 2010. Os rendimentos foram afetados pelo contexto da crise da zone euro a partir do verão, ao qual se juntaram as perdas excepcionais sobre as cessões de títulos soberanos da carteira da tesouraria

(- 872 milhões d'euros) e sobre as cessões de créditos realizadas pelas Atividades de Financiamento (- 152 milhões de euros) no âmbito do plano de adaptação. Fora estas perdas excepcionais, os rendimentos do CIB só baixaram 11,4 % em relação a 2010.

Os encargos de gestão do polo, de 6 126 milhões de euros, são diminuídos de 5,8 % em relação a 2010, e mesmo de 10,0 %, sem taxas «sistêmicas» (93 milhões de euros) e custos do plano de adaptação (184 milhões de euros), graças à flexibilidade dos custos das atividades de mercado. O plano de adaptação dos efetivos está em fase de implementação e já aplicado a mais de 40 %.

O coeficiente de exploração estabelece-se assim a 63 %, sempre entre os melhores do setor.

O custo do risco do polo ascende a 75 milhões de euros, em nítido recuo em relação a 2010 (350 milhões de euros). O resultado antes de imposto do CIB ascende assim a 3 610 milhões de euros, em recuo de 32,9 % em relação ao ano passado, num contexto de mercado particularmente desfavorável no segundo semestre.

O resultado ilustra este ano ainda a qualidade da franquia do CIB, a robustez da sua atividade de clientela e a sua eficácia operacional mantida ao melhor nível.

O polo prosseguiu a sua adaptação rápida à nova regulamentação ao ajustar a sua atividade. As necessidades de financiamento em USD foram assim reduzidas de 57 bilhões de dólares no segundo semestre, sensivelmente adiantado em relação ao objetivo de redução de 60 bilhões de dólares no final de 2012, objetivo aumentado agora para 65 bilhões de dólares. Os ativos ponderados foram reduzidos de 22 bilhões de euros e os fundos próprios concedidos de 1,3 bilhão de euros, ou seja uma redução de 8,9 % em relação a 2010. Assim, a rentabilidade antes de imposto dos fundos próprios concedidos ascende a 27 %.

CONSULTORIA E MERCADOS DE CAPITAIS

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|---|---------|---------|-----------|
| RLB | 5 598 | 7 641 | - 26,7 % |
| do qual Ações e Consultoria | 2 067 | 2 222 | - 7,0 % |
| do qual <i>Fixed Income</i> | 3 531 | 5 419 | - 34,8 % |
| Encargos de gestão | (4 377) | (4 770) | - 8,2 % |
| RBE | 1 221 | 2 871 | - 57,5 % |
| Custo do risco | 21 | (302) | n.c. |
| Resultado de exploração | 1 242 | 2 569 | - 51,7 % |
| Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas | 17 | 32 | - 46,9 % |
| Outros elementos fora exploração | 13 | 13 | + 0,0 % |
| Resultado antes de imposto | 1 272 | 2 614 | - 51,3 % |
| Coeficiente de exploração | 78,2 % | 62,4 % | + 15,8 pt |
| Fundos próprios concedidos (<i>Biliões€</i>) | 5,3 | 5,9 | - 10,3 % |

Os rendimentos dos Mercados de Capitais, de 5 598 milhões de euros, estão em recuo de 26,7 % sobre o ano. Fora perdas sobre cessões de dívidas soberanas, este recuo é de 15,3 %, ilustrando a resistência da atividade de clientela nos mercados muito desfavoráveis no segundo semestre.

Os rendimentos da atividade Fixed Income estão em recuo de 18,8 %, fora perdas sobre cessões de títulos soberanos, devido nomeadamente à fraca atividade e à forte volatilidade sobre os mercados ligadas às inquietudes sobre a zona euro no segundo semestre. Neste contexto, a atividade prosseguiu a sua estratégia de acompanhamento dos clientes nos mercados confirmando a sua posição de número 1 sobre as emissões obrigacionistas em

euro e tomando-se número 4 sobre as emissões obrigacionistas internacionais todas divisas confundidas.

Os rendimentos da atividade Ações e Consultoria, de 2 067 milhões de euros, estão em recuo de 7,0 % em relação a 2010, com uma boa resistência da atividade de clientela apesar da queda dos mercados de ações. Acompanhando os seus clientes nos mercados, o banco classifica-se número 2 na zona Europa, Médio Oriente, África (EMEA) em emissões de produtos «Equity-linked». Num ano difícil para as fusões e aquisições, o BNP Paribas classifica-se número 9 na Europa para as operações realizadas.

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | 2011/2010 |
|---------------------------------------|---------|---------|-----------|
| RLB | 4 133 | 4 495 | - 8,1 % |
| Encargos de gestão | (1 749) | (1 730) | + 1,1 % |
| RBE | 2 384 | 2 765 | - 13,8 % |
| Custo do risco | (96) | (48) | + 100,0 % |
| Resultado de exploração | 2 288 | 2 717 | - 15,8 % |
| Elementos fora exploração | 50 | 49 | + 2,0 % |
| Resultado antes de imposto | 2 338 | 2 766 | - 15,5 % |
| Coefficiente de exploração | 42,3 % | 38,5 % | + 3,8 pt |
| Fundos próprios concedidos (Bilhões€) | 7,9 | 8,6 | - 7,9 % |

Os rendimentos das Atividades de Financiamento ascendem a 4 133 milhões de euros, em descida de 8,1 % relativamente a 2010. Fora impacto das cessões de créditos, a queda é de 4,7 %, num contexto de descida média do

dólar de 4,8 % sobre o período, e de ajustamento da atividade de originação para se adaptar às novas regulamentações.

OUTRAS ATIVIDADES

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 |
|---|---------|---------|
| RLB | 2 725 | 2 309 |
| Encargos de gestão | (965) | (1 537) |
| <i>Incluindo custos de reestruturação</i> | (603) | (780) |
| RBE | 1 760 | 772 |
| Custo do risco | (3 093) | 26 |
| Resultado de exploração | (1 333) | 798 |
| Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas | 12 | (14) |
| Outros elementos fora exploração | (98) | 90 |
| Resultado antes de imposto | (1 419) | 874 |

No conjunto do ano de 2011, o resultado líquido bancário das «outras atividades» ascende a 2 725 milhões de euros contra 2 309 milhões de euros em 2010. Este regista a variação de valor contabilístico de dívidas emitidas pelo Grupo (+ 1 190 milhões contra + 95 milhões de euros em 2010), a depreciação da participação na AXA (- 299 milhões de euros contra - 534 milhões de euros em 2010), as amortizações excecionais dos ajustamentos de valor de aquisição do Fortis («purchase price accounting») devido a cessões e reembolsos antecipados (+ 168 milhões de euros contra + 630 milhões de euros em 2010) e estes integram por outro lado a amortização regular do ajustamento de valor do banking book do Fortis para + 658 milhões de euros (contra + 666 milhões em 2010).

Os encargos de gestão diminuem para - 965 milhões de euros contra - 1 537 milhões de euros em 2010, devido aos custos de reestruturação menos elevados (- 603 milhões de euros contra - 780 milhões de euros) e à recuperação de uma provisão após o termo favorável de um processo contencioso (+ 253 milhões de euros no quarto trimestre 2011). O custo do risco regista o provisionamento da dívida soberana grega (- 3 161 milhões de euros) e estabelece-se a - 3 093 milhões de euros contra uma recuperação de + 26 milhões de euros em 2010.

Após depreciações de sobrevalores de 152 milhões de euros no quarto trimestre, o resultado antes imposto das «Outras atividades» estabelece-se assim a - 1 419 milhões de euros contra + 874 milhões de euros em 2010.

3.3 Exposições sensíveis segundo as recomendações do Conselho de estabilidade financeira

FINANCIAMENTO POR TITULARIZAÇÃO POR CONTA PRÓPRIA

| Titularização em 31 dezembro 2011 Em bilhões de euros | Amount of securitised assets | Amount of notes | Securitised positions held | |
|--|---------------------------------|-----------------|----------------------------|------------|
| | | | First losses | Others |
| Personal Finance | 5,5 | 5,5 | 0,2 | 1,7 |
| o/w Residential loans | 5,1 | 5,2 | 0,2 | 1,7 |
| o/w Consumer loans | 0,1 | 0,0 | 0,0 | - |
| o/w Lease receivables | 0,3 | 0,3 | 0,0 | 0,1 |
| BNL | 2,6 | 2,5 | 0,1 | 0,2 |
| o/w Residential loans | 2,6 | 2,5 | 0,1 | 0,2 |
| o/w Consumer loans | - | - | - | - |
| o/w Lease receivables | - | - | - | - |
| o/w Public sector | - | - | - | - |
| TOTAL | 8,1 | 8,0 | 0,3 | 1,9 |

Em 31 de Dezembro de 2011, os ativos de crédito refinanciados por titularização ascendem a 8,1 bilhões de euros contra 6,7 bilhões de euros em 31 de Dezembro de 2010.

As posições de titularização detidas ascendem a 1,9 bilhões de euros.

Desde a passagem às IFRS (2005), os SPVs são consolidados no balanço do BNP Paribas na medida em que o Banco conserva a maioria dos riscos e dos rendimentos.

CARTEIRA DE CRÉDITOS SENSÍVEIS

➤ CRÉDITOS AOS PARTICULARES

| Créditos aos particulares em 31 dezembro 2011 Em bilhões de euros | Consumer | Gross outstanding | | | Allowances | | | Net exposure |
|---|----------|-------------------|-------|-------------------------|------------|-----------|----------|-----------------|
| | | First Mortgage | | Home Equity Loans | Total | Portfolio | Specific | |
| | | Full Doc | Alt A | | | | | |
| US | 9,2 | 7,2 | 0,3 | 2,9 | 19,6 | (0,3) | (0,1) | 19,1 |
| Super Prime <i>FICO^(*) > 730</i> | 7,5 | 4,5 | 0,2 | 1,6 | 13,7 | | | 13,7 |
| Prime <i>600 < FICO^(*) < 730</i> | 1,6 | 2,3 | 0,1 | 1,3 | 5,4 | | | 5,4 |
| Subprime <i>FICO^(*) < 600</i> | 0,0 | 0,4 | - | 0,0 | 0,4 | | | 0,4 |
| UK | 0,9 | 0,4 | - | - | 1,3 | (0,0) | (0,2) | 1,1 |
| Spain | 3,9 | 6,0 | - | - | 9,8 | (0,2) | (1,0) | 8,7 |

(*) At originação.

Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de créditos aos particulares qualificada de sensível é caracterizada por:

- a boa qualidade da carteira US, cuja exposição bruta, de 19,6 bilhões de euros, está em alta de 0,4 bilhão de euros em relação a 31 de dezembro de 2010 devido ao aumento dos créditos «Super Prime» e à subida do dólar. A qualidade da carteira de crédito ao consumo está em melhoria;

- uma exposição moderada no Reino Unido (1,3 bilhão de euros);
- uma exposição ao risco espanhol bem segura por garantias hipotecárias sobre a carteira imobiliária assim como uma parte significativa de créditos «auto» na carteira de créditos ao consumo.

➤ IMOBILIÁRIO COMERCIAL

| Imobiliário comercial em 31 dezembro 2011 Em bilhões de euros | Gross exposure | | | | | Allowances | | Net exposure |
|--|----------------|----------------------------|--------------------|-----------------------|-------|------------|----------|--------------|
| | Home Builders | Non residential developers | Property companies | Others ⁽¹⁾ | Total | Portfolio | Specific | |
| US | 0,3 | 0,6 | 0,2 | 4,6 | 5,7 | (0,1) | (0,0) | 5,6 |
| BancWest | 0,3 | 0,5 | - | 4,6 | 5,4 | (0,1) | (0,0) | 5,3 |
| CIB | - | 0,1 | 0,2 | - | 0,3 | - | - | 0,3 |
| UK | 0,1 | 0,4 | 1,3 | 0,5 | 2,2 | (0,0) | (0,3) | 1,9 |
| Spain | - | 0,0 | 0,4 | 0,6 | 1,1 | (0,0) | (0,0) | 1,0 |

(1) Excluding owner-occupied and real estate backed loans to corporates.

Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de crédito imobiliário comercial é caracterizada por:

- uma exposição diversificada e granular nos Estados Unidos, em redução de - 1,0 bilhão de euros em relação a 31 de dezembro de 2010, incluindo uma exposição de 4,6 bilhões de euros aos outros sectores de imobiliário comercial (- 0,1 bilhão de euros em relação a 31 de dezembro de 2010) correspondente a financiamento seguro, muito granular e bem diversificado, de pequenas imobiliárias (principalmente de escritórios, comércios e imóveis residenciais);

- uma exposição ao Reino Unido concentrada nas grandes imobiliárias e em queda de 0,5 bilhão de euros em relação a dezembro de 2010;
- uma exposição limitada ao risco imobiliário comercial espanhol correspondente nomeadamente a uma carteira de crédito imobiliário comercial de boa qualidade.

EXPOSIÇÕES AOS ABS E CDOs IMOBILIÁRIOS

➤ CARTEIRA BANCÁRIA E CARTEIRA DE TRANSAÇÃO

| Exposição líquida Em bilhões de euros | 31/12/2010 | 31/12/2011 | | |
|--|--------------|-------------------------------|--------------|--------------|
| | Net exposure | Gross exposure ⁽¹⁾ | Allowances | Net exposure |
| TOTAL RMBS | 10,4 | 10,1 | (0,1) | 9,9 |
| US | 0,3 | 0,1 | (0,0) | 0,1 |
| Subprime | 0,1 | 0,0 | (0,0) | 0,0 |
| Mid-prime | 0,0 | 0,0 | (0,0) | 0,0 |
| Alt-A | 0,0 | - | - | - |
| Prime ⁽²⁾ | 0,2 | 0,1 | (0,0) | 0,1 |
| UK | 0,8 | 0,6 | (0,0) | 0,6 |
| Conforming | 0,2 | 0,1 | - | 0,1 |
| Non conforming | 0,6 | 0,5 | (0,0) | 0,5 |
| Spain | 0,8 | 0,8 | (0,0) | 0,8 |
| The Netherlands | 8,2 | 8,1 | (0,0) | 8,1 |
| Other countries | 0,4 | 0,3 | (0,0) | 0,3 |
| TOTAL CMBS | 2,3 | 1,7 | (0,0) | 1,7 |
| US | 1,3 | 1,0 | - | 1,0 |
| Non US | 1,0 | 0,7 | (0,0) | 0,7 |
| TOTAL CDOs (CASH AND SYNTHETIC) | 0,8 | 1,1 | (0,0) | 0,4 |
| RMBS | 0,7 | - | - | - |
| US | 0,2 | 0,1 | - | 0,1 |
| Non US | 0,6 | 0,5 | (0,0) | 0,5 |
| CMBS | 0,0 | 0,4 | (0,0) | 0,4 |
| CDO of TRUPs | 0,1 | 0,0 | - | 0,0 |
| TOTAL | 13,5 | 12,9 | (0,2) | 12,7 |
| o/w Trading Book | 0,2 | - | - | 0,2 |
| TOTAL SUBPRIME, ALT-A, US CMBS AND RELATED CDOs | 1,5 | 1,1 | (0,0) | 1,1 |

(1) Entry price + accrued interests - amortisation.

(2) Excluding Government Sponsored Entity backed Securities.

Em 31 de dezembro de 2011, a exposição líquida aos ABS e CDO imobiliários da carteira bancária está em queda de 0,8 bilhão de euros devido a amortizações e vendas. A carteira de CDO de CMBS está em alta devido ao realização de coberturas (comutações). A qualidade da carteira manteve-se a um nível elevado, com 72 % dos ativos notados AAA.

Os ativos são contabilizados em custo amortizado, as provisões necessárias sendo efetuadas em caso de depreciação duradoura.

EXPOSIÇÃO ÀS SEGURADORAS MONOLINES

| Em bilhões de euros | 31/12/2010 | | 31/12/2011 | |
|--|-------------|-----------------------------|-------------|-----------------------------|
| | Notional | Gross counterparty exposure | Notional | Gross counterparty exposure |
| CDOs of US RMBS subprime | 0,68 | 0,58 | 0,70 | 0,60 |
| CDOs of European RMBS | 0,26 | 0,04 | 0,26 | 0,04 |
| CDOs of CMBS | 1,12 | 0,26 | 0,71 | 0,22 |
| CDOs of corporate bonds | 7,81 | 0,18 | 6,40 | 0,16 |
| CLOs | 5,05 | 0,17 | 4,96 | 0,16 |
| Non credit related | n.s. | 0,00 | n.s. | 0,00 |
| TOTAL GROSS COUNTERPARTY EXPOSURE | N.S. | 1,23 | N.S. | 1,18 |

| Em bilhões de euros | 31/12/2010 | 31/12/2011 |
|--|-------------|-------------|
| TOTAL GROSS COUNTERPARTY EXPOSURE | 1,23 | 1,18 |
| Credit derivatives bought from banks or other collateralized third parties | (0,22) | (0,24) |
| TOTAL UNHEDGED GROSS COUNTERPARTY EXPOSURE | 1,01 | 0,93 |
| Credit adjustments and allowances ⁽¹⁾ | (0,86) | (0,83) |
| NET COUNTERPARTY EXPOSURE | 0,16 | 0,10 |

(1) Including specific allowances as at 30 June 2011 of €0.4bn related to monolines classified as doubtful.

Em 31 de dezembro de 2011, a exposição bruta ao risco de contrapartida ascende a 1,18 bilhões de euros (estável relativamente a 31 de dezembro de 2010). O notional das proteções compradas sobre os CDOs de CMBS e de «corporate bonds» está em descida devido a comutações.

CARTEIRA « IN » BNP PARIBAS FORTIS⁽¹⁾

| Exposição líquida Em bilhões de euros | 31/12/2010 | | 31/12/2011 | |
|--|--------------|-------------------------------|--------------|--------------|
| | Net exposure | Gross exposure ⁽¹⁾ | Allowances | Net exposure |
| TOTAL RMBS | 3,3 | 2,2 | (0,1) | 2,1 |
| US | 0,8 | 0,3 | (0,1) | 0,3 |
| Subprime | 0,0 | 0,0 | - | 0,0 |
| Mid-prime | - | - | - | - |
| Alt-A | 0,2 | 0,1 | (0,0) | 0,1 |
| Prime ⁽²⁾ | 0,5 | 0,2 | (0,0) | 0,2 |
| Agency | 0,1 | - | - | - |
| UK | 1,0 | 0,7 | - | 0,7 |
| Conforming | 0,3 | 0,1 | - | 0,1 |
| Non conforming | 0,8 | 0,6 | - | 0,6 |
| Spain | 0,3 | 0,3 | - | 0,3 |
| Netherlands | 0,2 | 0,2 | - | 0,2 |
| Other countries | 0,9 | 0,7 | (0,0) | 0,7 |
| CDO OF RMBS | - | - | - | - |
| TOTAL CMBS | 0,8 | 0,8 | (0,0) | 0,8 |
| US | 0,0 | 0,1 | (0,0) | 0,1 |
| Non US | 0,8 | 0,7 | (0,0) | 0,7 |
| TOTAL CONSUMER RELATED ABS | 4,6 | 3,9 | (0,0) | 3,9 |
| Auto Loans/Leases | 0,4 | 0,2 | - | 0,2 |
| US | - | - | - | - |
| Non US | 0,4 | 0,2 | - | 0,2 |
| Student Loans | 3,0 | 2,8 | (0,0) | 2,8 |
| Credit cards | 0,9 | 0,6 | - | 0,6 |
| Consumer Loans/Leases | 0,1 | 0,1 | (0,0) | 0,1 |
| Other ABS (equipment lease...) | 0,3 | 0,2 | - | 0,2 |
| CLOs AND CORPORATE CDOs | 3,2 | 2,6 | (0,0) | 2,6 |
| US | 2,3 | 1,9 | (0,0) | 1,8 |
| Non US | 0,8 | 0,8 | (0,0) | 0,7 |
| Sectorial Provision | | | (0,1) | |
| TOTAL | 11,8 | 9,5 | (0,2) | 9,2 |

(1) Entry price + accrued interests - amortisation.

(2) Excluding Government Sponsored Entity backed Securities.

A carteira « IN » foi integrada no balanço do BNP Paribas aquando da consolidação dos ativos do Fortis a 12 de maio de 2009. Em 31 de dezembro de 2011, a exposição líquida da carteira « IN » ascende a 9,2 bilhões de euros, em descida de 2,6 bilhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2010, principalmente devido a amortizações ou a cedências. 76 % dos ativos são notados AA⁽²⁾ ou mais.

Esta carteira beneficia de uma garantia do Estado belga de 1,5 bilhão de euros sobre a tranche de segunda perda.

A carteira de RMBS é de boa qualidade: 66 % dos ativos são notados AA⁽²⁾ ou mais.

A carteira de ABS de créditos ao consumo é constituída por empréstimos concedidos estudantes dos quais 94 % são notados AA⁽²⁾ ou mais, de empréstimos automóvel concedidos dos quais 99 % têm uma nota superior ou igual a AA⁽²⁾ e de ativos de cartões de crédito dos quais 98 % são notados AA⁽²⁾ ou mais.

A carteira de CLOs e de CDOs de empresas é diversificada. Esta é constituída por obrigações e empréstimos concedidos às empresas. 90 % dos ativos US têm uma nota superior ou igual a AA⁽²⁾. 61 % dos ativos dos outros países são notados AA⁽¹⁾ ou mais.

(1) Incluindo Scaldis, entidade de refinanciamento de ABCP consolidada pelo BNP Paribas Fortis.

(2) Com base na nota mais baixa entre S&P, Moody's e Fitch.

3.4 Balanço

ATIVO

GERAL

Em 31 de Dezembro de 2011, o total do balanço consolidado do grupo BNP Paribas ascende a 1 965,3 biliões de euros, em diminuição de 2 % relativamente a 31 de Dezembro de 2010 (1 998,2 biliões de euros). Os principais elementos de ativos do Grupo reúnem os instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado, os empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela, os ativos disponíveis para venda, os empréstimos concedidos e créditos sobre estabelecimentos de crédito e as contas de regularização e ativos diversos, que, tomados no seu conjunto, representam 93 % do total dos ativos em 31 de Dezembro de 2011 (94 % em 31 de Dezembro de 2010). A diminuição de 2 % do ativo resulta da descida:

- dos ativos financeiros disponíveis para venda de - 12 % (- 27,5 biliões de euros com 192,5 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011), em ligação nomeadamente com as cedências de títulos soberanos;
- dos empréstimos concedidos e créditos à clientela de - 3 % (- 18,9 biliões de euros com 665,8 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011);
- dos empréstimos concedidos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito de - 21 % (- 13,3 biliões de euros com 49,4 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011);
- dos instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado de - 1 % (- 12,5 biliões de euros com 820,5 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011), sob o efeito de uma descida dos inventários das transações de títulos e das operações de cessões temporárias de títulos parcialmente compensada pelo aumento do valor de substituição da carteira de instrumentos derivados proveniente das evoluções dos parâmetros de mercado.

Estas variações são parcialmente compensadas pela subida:

- dos outros elementos de ativos do Grupo e em particular a dos ativos «Caixa, bancos centrais, CCP» de 74 % (+ 24,8 biliões de euros com 58,4 biliões de euros), devido ao aumento dos fundos depositados junto dos bancos centrais;
- e das contas de regularização e ativos diversos de 13 % (+ 10,4 biliões com 93,5 biliões de euros).

ATIVOS FINANCEIROS REGISTADOS EM VALOR DE MERCADO OU DE MODELO POR RESULTADO

Os ativos financeiros registados em valor de mercado ou de modelo por resultado são constituídos pelas operações de transação – incluindo os instrumentos financeiros derivados – e por certos ativos que o Grupo optou por valorizar, sobre opção, em valor de mercado ou de modelo por resultado a contar da data da sua aquisição. Os ativos financeiros da carteira de transação incluem nomeadamente títulos, pensões assim como os instrumentos financeiros derivados. Os ativos valorizados sobre opção pelo valor de mercado ou de modelo por resultado incluem em particular os ativos financeiros representativos dos contratos em unidades de conta das atividades de seguros e, em menor escala, ativos com derivados incorporados para os quais o princípio de extração destes derivados não foi escolhido.

Mais particularmente, os ativos financeiros registados em valor de mercado são repartidos em: Títulos de Créditos Negociáveis, obrigações, ações e outros títulos de rendimento variável, operações com acordo de recompra, empréstimos concedidos aos estabelecimentos de crédito, clientes particulares e empresas assim como em instrumentos financeiros derivados de transação. Estes ativos são avaliados em valor de mercado ou de modelo a cada estabelecimento de balanço.

O total dos instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado ascende a 820,5 biliões de euros em 31 de Dezembro de 2011, em queda de 1 % relativamente a 31 de Dezembro de 2010 (832,9 biliões de euros). Esta descida resulta da diminuição voluntária dos volumes de operações com acordo de recompra de - 27 % (- 57,7 biliões de euros com 153,3 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011), dos inventários de transação de títulos obrigacionistas de - 18 % (- 19,7 biliões de euros com 89,7 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011) e ações e outros títulos de rendimento variável de - 31 % (- 34,8 biliões de euros com 76,4 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011). As evoluções dos parâmetros de mercado, e nomeadamente das curvas de taxa, traduzem-se em compensação por um aumento do valor de substituição dos instrumentos financeiros derivados de + 30 % (+ 104,2 biliões de euros para 452,0 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011), particularmente sensível para os instrumentos derivados de taxas de juro (+ 93 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, em alta de 39%).

Os instrumentos financeiros em valor de mercado ou de modelo por resultado representam assim 42 % do total do ativo do BNP Paribas em 31 de dezembro de 2011, estável em relação a 2010.

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Os empréstimos concedidos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito ascendem a 49,4 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, em diminuição de - 21 % relativamente a 31 de dezembro de 2010 (62,7 biliões de euros), e são repartidos em contas à ordem, empréstimos concedidos aos estabelecimentos de crédito e operações com acordo de recompra.

Os empréstimos concedidos aos estabelecimentos de crédito justificam o essencial desta descida (- 23 % para um total de 35,1 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 45,4 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010) ligada à redução das operações interbancárias. As operações com acordo de recompra estão igualmente em queda de 60 % e ascendem a 2,8 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 7,1 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010. As provisões para depreciação estão em ligeira diminuição (0,7 bilião de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 1,0 bilião de euros em 31 de dezembro de 2010).

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE A CLIENTELA

Os empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela são repartidos em contas à vista devedoras, empréstimos concedidos à clientela, operações com acordo de recompra e operações de locação financeira.

Os empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela (líquidos de provisões) ascendem a 665,8 biliões de euros em 31 de Dezembro de 2011 contra 684,7 biliões de euros em 31 de Dezembro de 2010, em ligeira descida de 3 %. Esta evolução resulta da descida empréstimos concedidos à clientela (- 1 % com 624,3 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 633,6 em 31 de dezembro de 2010) e da descida das operações com acordo de recompra (- 91 % com 1,4 bilião de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 16,5 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010). As contas à vista devedoras ascendem a 38,4 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, em alta de 36 % e as operações de locação financeira ascendem a 29,7 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, em diminuição de 10 % relativamente a 31 de dezembro de 2010. As provisões para depreciação aumentaram 5 % (28 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 26,7 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010).

ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros de rendimento fixo ou variável que não respondem ao modo de gestão dos instrumentos financeiros contabilizados em valor de mercado ou de modelo par resultado por resultado e não são destinados, quando são de rendimento fixo, a serem detidos até ao vencimento. Estes ativos são avaliados em valor de mercado ou assimilados por capitais próprios aquando do estabelecimento de cada balanço.

Os ativos disponíveis para venda (líquidos de provisões) ascendem a 192,5 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 220,0 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010, em diminuição de 12 %. Esta evolução explica-se pela descida das obrigações (146,6 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 170,1 em 31 de dezembro de 2010, em queda de 13 %), e pela descida de 13 % dos Títulos de Créditos Negociáveis (28,4 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 32,4 em 31 de dezembro de 2010), em ligação essencialmente com as cedências de títulos soberanos.

As provisões dos ativos financeiros disponíveis para venda aumentam 1,5 bilião de euros (5,2 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 3,7 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010). O Grupo determina as provisões para depreciação dos ativos disponíveis para venda aquando do estabelecimento de cada balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda apresentam uma menos-valia latente de 3,5 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, contra uma mais-valia latente de 0,4 bilião de euros em 31 de dezembro de 2010, devido à queda de valor

PASSIVO (FORA CAPITAIS PRÓPRIOS)

GERAL

O passivo consolidado (fora capitais próprios) do grupo BNP Paribas ascende a 1 879,7 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, em diminuição de 2 % relativamente a 31 de dezembro de 2010 (1 912,5 biliões de euros). Os principais elementos de passivos do Grupo reúnem os instrumentos financeiros em valor de mercado ou de modelo por resultado, os débitos com estabelecimentos de crédito, os débitos com a clientela, os débitos representados por um título, as contas de regularização e passivos diversos e as provisões técnicas das companhias de seguros, que, tomados no seu conjunto, representam 97 % do total do passivo fora capitais próprios

dos títulos de rendimento fixo emitidos por certos emissores soberanos da zona euro e da descida das cotações dos títulos de rendimento variável cotados ligada à descida dos mercados de ações. Esta evolução de - 3,9 biliões de euros explica-se portanto pela evolução das menos valias latentes sobre os títulos de rendimento fixo de - 2,6 biliões de euros e sobre os títulos de rendimento variável de - 1,3 bilião de euros.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ AO VENCIMENTO

Os ativos financeiros detidos até ao vencimento correspondem aos títulos de rendimento fixo ou determinável e com vencimento fixo, que o Grupo tem a intenção e a capacidade de deter até ao seu vencimento. Estes são contabilizados pelo custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. São apresentados em duas subcategorias: Títulos de Créditos Negociáveis e obrigações.

Os ativos financeiros detidos até ao vencimento ascendem a 10,6 biliões de euros em 31 de Dezembro de 2011 contra 13,8 biliões de euros em 31 de Dezembro de 2010, em queda de 23 %, no seguimento da cedência de títulos soberanos italianos.

CONTAS DE REGULARIZAÇÃO E ATIVOS DIVERSOS

As contas de regularização e ativos diversos são repartidos entre: depósitos de garantia pagos e caucionamentos constituídos, contas de pagamento relativas às operações sobre títulos, contas de recebimento, parte dos resseguradores nas provisões técnicas, proveitos a receber e encargos contabilizados com antecedência, outros devedores e ativos diversos.

As contas de regularização e ativos diversos ascendem a 93,5 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 83,1 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010, em aumento de 13 %. Esta evolução está ligada essencialmente aos depósitos de garantia pagos e caucionamentos constituídos (em aumento de 12,1 biliões de euros ou seja + 37 %).

CAIXA, BANCOS CENTRAIS, CCP

As contas de caixa, bancos centrais, Comptes Chèques Postaux ascendem a 58,4 biliões de euros em 31 de Dezembro de 2011 em alta de 74 % em relação a 31 de Dezembro de 2010 (33,6 biliões de euros).

(97 % em 31 dezembro de 2010). A diminuição de 2 % em relação a 31 de dezembro de 2010 resulta principalmente da descida:

- dos débitos representados por um título de - 24 % (- 50,9 biliões de euros com 157,8 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011);
- dos débitos com a clientela de - 6 % (- 34,6 biliões de euros com 546,3 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011);
- e dos débitos com os estabelecimentos de crédito de - 11 % (- 18,8 biliões de euros com 149,2 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011).

Estas variações são parcialmente compensadas pela subida:

- dos instrumentos financeiros derivados de cobertura que aumentam 69 % (+ 5,9 biliões de euros com 14,3 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011);

■ dos instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado de 5 % (+ 37,7 bilhões de euros com 762,8 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011);

■ e as provisões técnicas das companhias de seguros de 16 % (+ 18,1 bilhões de euros com 133,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

INSTRUMENTOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO OU DE MODELO POR RESULTADO

A carteira de transação é composta principalmente por empréstimos de títulos e operações de venda a descoberto, operações com acordo de recompra e instrumentos financeiros derivados. Os passivos financeiros valorizados sobre opção em valor de mercado ou de modelo por resultado registam principalmente emissões estruturadas cujos riscos e respetiva cobertura são gerados em conjunto. Estas emissões incluem derivados incorporados significativos cujas variações de valor são neutralizadas pelas dos instrumentos derivados de cobertura.

O total dos instrumentos financeiros em valor de mercado ou de modelo por resultado aumenta 5 % com 762,8 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (de 725,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2010). Esta evolução resulta da evolução das operações com acordo de recompra de - 23 % (em queda de 52 bilhões de euros com 171,4 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011). A evolução dos parâmetros de mercado, e nomeadamente das curvas de taxa, traduz-se em compensação por um aumento do valor de substituição dos instrumentos financeiros derivados de 30 % (+ 102 bilhões de euros com 447,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011), particularmente sensível para os instrumentos derivados de taxa de juro (+ 94 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011, em alta de 40 %).

DÉBITOS COM OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Os débitos com os estabelecimentos de crédito correspondem principalmente a empréstimos contraídos e em menor escala a contas à ordem e operações com acordo de recompra.

Os débitos com os estabelecimentos de crédito baixaram 11 % (- 18,8 bilhões de euros) em relação a 31 de dezembro de 2010 e ascendem a 149,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Esta evolução provém da descida dos empréstimos contraídos junto dos estabelecimento de crédito de - 16 % (- 20,7 bilhões com 111,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011), compensada pela subida das operações com acordo de recompra de + 6 % (+ 1,1 bilhões de euros com 19,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

DÉBITOS COM A CLIENTELA

Os débitos com a clientela correspondem principalmente às contas à vista credoras, às contas a prazo e às contas poupança com taxa administrada assim como a operações com acordo de recompra.

Os débitos com a clientela ascendem a 546,3 bilhões de euros, em queda de - 6 %, (- 34,6 bilhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2010 com 580,9 bilhões de euros). Esta evolução resulta da descida das contas a prazo e assimiladas de 11 % (- 27,4 bilhões de euros com 214,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011), e em menor escala da descida das contas à vista credoras de 3 % (- 7,8 bilhões de euros com 254,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

DÉBITOS REPRESENTADOS POR UM TÍTULO

Esta categoria reúne Títulos de Crédito Negociáveis e empréstimos contraídos obrigacionistas mas não inclui os débitos representados por um título em valor de mercado ou de modelo por resultado (ver nota 5.a das Situações financeiras consolidadas).

Os débitos representados por um título desceram 24 %, passando de 208,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 157,8 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Esta evolução nítida resulta de uma queda dos Títulos de Crédito Negociáveis de 28 % com 135 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e de uma subida de 4 % dos empréstimos contraídos obrigacionistas com 22,8 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

DÍVIDAS SUBORDINADAS

As dívidas subordinadas estão em diminuição de 20 % com 19,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 24,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

PROVISÕES TÉCNICAS DAS COMPANHIAS DE SEGUROS

As provisões técnicas das companhias de seguros aumentaram 16 % em relação a 31 de dezembro de 2011, ascendendo a 133,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 114,9 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2010. Este aumento explica-se principalmente pela subida das provisões técnicas ligadas à atividade de seguros de vida.

CONTAS DE REGULARIZAÇÃO E PASSIVOS DIVERSOS

As contas de regularização e passivos diversos abrangem: os depósitos de garantia recebidos, as contas de pagamento relativas às operações sobre títulos, as contas de recebimento, os encargos a pagar e proveitos verificados com antecedência assim como os outros credores e passivos diversos.

As contas de regularização e passivos diversos aumentaram 24 %, passando de 65,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2010 com 81,0 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Esta evolução nítida resulta de uma subida dos depósitos de garantias recebidas (+ 58 % com 40,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011) e de uma descida das contas de pagamento relativas às operações sobre títulos (- 15 % com 16,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

INTERESSES MINORITÁRIOS

Os interesses minoritários estão em ligeira descida com 10,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 11 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2010. Esta evolução explica-se principalmente pelas contribuições para o resultado (+ 0,8 bilhão de euros) diminuídas das distribuições de dividendos e adiantamentos sobre dividendos (0,5 bilhão de euros) e do reembolso de preferred shares (- 0,5 bilhão de euros).

CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS PARTE DO GRUPO

Os capitais próprios consolidados parte do grupo do BNP Paribas (antes da distribuição do dividendo) ascendem a 75,4 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 74,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2010, ou seja em alta de 0,8 bilhões de euros devido ao resultado líquido, parte do Grupo de 6 bilhões de euros a título do exercício 2011 e dos movimentos realizados sobre títulos próprio de 1,1 bilhão de euros, dedução feita do dividendo pago a título do resultado do exercício 2010 de 2,5 bilhão de euros.

As variações de ativos e passivos contabilizadas diretamente em capitais próprios registam uma variação de - 1,6 bilhão de euros essencialmente devido a variações de valor dos ativos disponíveis para venda constatadas diretamente em capitais próprios.

COMPROMISSOS EXTRA PATRIMONIAIS

COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO

Os compromissos de financiamento dados à clientela cobrem essencialmente as aberturas de créditos documentários e de créditos confirmados e os compromissos relativos às operações com acordo de recompra. Estes diminuíram - 16 % com 226,0 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Os compromissos de financiamento atribuídos aos estabelecimentos de crédito diminuíram - 40 % com 27,3 bilhões em 31 de dezembro de 2011.

Os compromissos de financiamento recebidos são essencialmente letras de crédito *on first demand* (ditas «StandBy») e compromissos relativos às operações com acordo de recompra. Os compromissos de financiamento recebidos diminuíram - 2 % com 126,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 129,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2010. Esta diminuição resulta do aumento dos compromissos recebidos de estabelecimentos de crédito (+ 14 % com 119,7 bilhões de euros

em 31 de Dezembro de 2011) mais do que compensada pela diminuição dos compromissos de financiamentos recebidos da clientela (- 73 % com 6,8 bilhões de euros em 31 de Dezembro de 2011).

COMPROMISSOS DE GARANTIA

Os compromissos dados por assinatura aumentaram 3 % (106,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 102,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2010); este aumento provem principalmente dos compromissos dados aos estabelecimentos de crédito (+ 41 % com 14,9 bilhões de euros) compensado por uma descida dos compromissos dados à clientela (- 1 % com 91,2 bilhões de euros).

Para mais informações sobre os compromissos de financiamento e de garantia, consultar a nota 6 das Situações financeiras consolidadas.

3.5 Demonstração de resultados

RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | Varição (2011/2010) |
|--|---------------|---------------|---------------------|
| Margem de juros | 23 981 | 24 060 | 0 % |
| Proveitos líquidos de comissões | 8 419 | 8 486 | - 1 % |
| Proveitos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado | 3 733 | 5 109 | - 27 % |
| Proveitos líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado | 280 | 452 | - 38 % |
| Proveitos e encargos das outras atividades | 5 971 | 5 773 | + 3 % |
| RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO | 42 384 | 43 880 | - 3 % |

GENERALIDADES

A subida de - 3 % do resultado líquido bancário do Grupo entre 2011 e 2010 resulta principalmente da descida de - 27 % dos proveitos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado ou de modelo por resultado. Esta descida é em parte compensada por um aumento dos outros proveitos e encargos das outras atividades de 3 %. A margem de juros permanece estável em relação ao exercício de 2010.

MARGEM DE JUROS

O posto «Margem de juros» contém os proveitos (encargos) líquidos ligados às operações com a clientela, às operações interbancárias, aos títulos de crédito emitidos pelo Grupo, aos instrumentos de cobertura de resultados futuros, aos instrumentos de cobertura das carteiras cobertas em taxa, à carteira de negociação (títulos de rendimento fixo, operações com acordo de recompra, operações de empréstimos concedidos/empréstimos contraídos e débitos representados por um título), aos ativos disponíveis para venda e aos ativos detidos até ao vencimento.

Mais precisamente, segundo as normas IFRS, o posto «Margem de juros» inclui:

- os proveitos líquidos de juros relativos aos empréstimos concedidos e créditos, incluindo os juros assim como os custos de transação e os encargos e comissões incluídos no valor inicial do empréstimo concedido: são calculados segundo o método da taxa de juro efetiva e que são contabilizados em demonstração de resultado sobre a duração do empréstimo concedido;
- os proveitos líquidos de juro relativos aos títulos de rendimento fixo detidos nas carteiras classificadas na categoria «ativos financeiros pelo valor de mercado por resultado» para a parte dos juros contractuais corridos e na categoria «ativos financeiros disponíveis para venda» para a parte dos juros determinados segundo o método da taxa de juro efetiva;
- os proveitos de juro relativos aos ativos detidos até ao vencimento, constituídos pelos títulos de rendimento fixo ou determinável e com vencimento fixo, que o Grupo tem a intenção e a capacidade de deter até ao seu vencimento;
- os proveitos líquidos de juros relativos às coberturas de resultados futuros, que são utilizados nomeadamente para cobrir o risco de taxa de juro dos ativos e passivos com taxa variável. As variações de valor das coberturas de resultados futuros são registadas em capitais próprios. Os montantes inscritos em capitais próprios durante o período de vida da cobertura são transferidos para a demonstração de resultados sob a rubrica «Proveitos e encargos de juros e assimilados» à medida do registo na demonstração de resultado dos proveitos e encargos relativos aos instrumentos cobertos.

Os proveitos e encargos de juro sobre os derivados de cobertura de valor de mercado são apresentados com os juros dos elementos para os quais contribuem à cobertura dos riscos. Da mesma forma, os proveitos e encargos de juros sobre os derivados de cobertura económica das operações designadas em valor de mercado ou de modelo por resultado estão ligados às rubricas que registam os juros destas operações.

Em 31 de dezembro de 2011, a margem de juros é estável em relação a 31 de dezembro de 2010 e ascende a 23 981 milhões de euros. Esta variação resulta principalmente de uma subida de 17 % dos proveitos relativos aos instrumentos de cobertura das carteiras cobertas em taxa que ascendem a 1 519 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 1 299 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, e de uma diminuição dos encargos de juros relativos aos instrumentos de cobertura das carteiras cobertas em taxa (2 712 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 2 822 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010).

Por outro lado, os proveitos líquidos de juros relativos às carteiras de transação aumentam 191 milhões de euros passando de 1 817 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 2 008 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Isto resulta principalmente da diminuição de 308 milhões dos encargos líquidos pagos a título dos débitos representados por um título (- 206 milhões de euros contra - 514 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010) assim como da diminuição de 79 milhões dos encargos líquidos pagos a título das operações com acordo de recompra (- 50 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra - 129 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010); estas diminuições de encargos são parcialmente compensadas pela descida de 151 milhões dos rendimentos líquidos recebidos sobre os títulos de rendimento fixo que ascendem a 2 435 milhões em 31 de dezembro de 2011 e pela descida de 45 milhões dos rendimentos recebidos a título dos empréstimos concedidos e empréstimos contraídos (- 171 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra - 126 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010).

Enfim, em menor escala, os encargos líquidos relativos às operações interbancárias baixaram 19 % (519,0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 644,0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010), devido nomeadamente a uma diminuição de 51 % dos encargos líquidos de juros relativos às operações com acordo de recompra.

Estes elementos explicando uma subida da margem de juros foram parcialmente compensados por um aumento de 21 % dos encargos de juros sobre empréstimos contraídos emitidos pelo Grupo passando de - 3 320 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para - 4 025 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Mais geralmente, os principais fatores com impacto sobre o nível da margem de juros são os volumes relativos dos ativos portadores de juros e da dívida assim como a diferença entre a taxa de empréstimo contraído e a taxa de financiamento. A margem de juro é igualmente afetada pelas operações de cobertura e, em menor escala, pelas flutuações das taxas de câmbio.

Os ativos portadores de juros compreendem principalmente empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela, os empréstimos concedidos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito, assim como os títulos de rendimento fixo classificados nas categorias «ativos financeiros pelo valor de mercado por resultado» e «ativos financeiros disponíveis para venda». A evolução destes ativos entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 é resumida na análise de balanço apresentada seguidamente.

Os volumes de ativos portadores de juros e de débitos submetidos a juros variam em função de vários fatores, além das condições gerais de mercado e do crescimento interno ou externo das atividades de crédito do Grupo. Um desses fatores é a combinação de atividades do Grupo e em particular as proporções relativas de capital concedido às atividades geradoras de juros por oposição às atividades geradoras de comissões. Além disso, o rácio dos ativos portadores de juros em relação aos débitos submetidos a juros é afetado pelo financiamento de rendimentos que não os dos juros por via de empréstimos concedidos submetidos a juros (por exemplo, o custo de financiamento da carteira de negociação do Grupo), levando a um aumento dos débitos submetidos a juros sem aumento correlativo dos ativos incluindo juros.

O outro fator principal a ter um impacto sobre a margem de juros é a diferença entre a taxa de empréstimo contraído e a taxa de financiamento, sendo ela própria influenciada por vários fatores. Estes compreendem as taxas de financiamento dos bancos centrais (que influenciam tanto o rendimento dos ativos portadores de juros como as taxas pagas sobre as fontes de financiamento, mas não necessariamente de maneira linear e simultânea), a proporção das fontes de financiamento que representam os depósitos não remunerados dos clientes, as decisões tomadas pelo governo de aumentar ou reduzir as taxas das contas poupança regulamentadas, o ambiente concorrencial,

os pesos relativos dos diferentes produtos portadores de juros do Grupo, cujas margens tipo diferem devido a diferenças de ambiente concorrencial, e a estratégia de cobertura do Banco assim como o tratamento contabilístico das operações de cobertura.

RESULTADOS LÍQUIDOS DE COMISSÕES

Os resultados líquidos de comissões cobrem as comissões sobre as operações no mercado interbancário e no mercado monetário, as operações com a clientela, as operações sobre títulos, as operações de câmbio e de arbitragem, os compromissos sobre títulos, os instrumentos financeiros a prazo e os serviços financeiros. Os resultados líquidos de comissões estão em ligeira queda; estes passam de 8 486 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 8 419 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Isto resulta principalmente de uma estabilidade dos rendimentos das atividades de fidúcia que passaram de 2 451 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 2 454 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, assim como de um ligeiro aumento de 103 milhões de euros dos resultados líquidos de comissões ligados aos ativos e passivos financeiros que não são avaliados pelo valor de mercado ou de modelo por resultado, que progrediram de 2 884 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 2 987 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS EM VALOR DE MERCADO OU DE MODELO POR RESULTADO

Este posto reúne todos os elementos de resultado (à exceção dos proveitos e encargos de juros, que aparecem na rubrica «Margem de juros», tal como descrito acima) aferentes aos instrumentos financeiros geridos no seio da carteira de negociação e aos instrumentos financeiros que o Grupo designou como avaliáveis em valor de mercado ou de modelo por resultado em conformidade com a opção oferecida pela norma IAS 39. Isto cobre as mais-valias e menos-valias de cedências, as mais-valias e menos-valias ligadas à avaliação pelo valor de mercado ou de modelo, assim como os dividendos dos títulos de rendimento variável.

Este posto inclui igualmente os proveitos ou perdas resultantes da ineficácia das coberturas de valor, das coberturas de resultados futuros ou das coberturas dos investimentos líquidos em divisas.

Os proveitos líquidos sobre os instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado diminuíram 27 %, passando de 5 109 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 3 733 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. As mais-valias e menos-valias resultantes dos fluxos de compras e de venda e das reavaliações de instrumentos financeiros, monetários ou derivados, devem ser avaliadas no seu conjunto de modo a refletir corretamente as mais-valias e menos-valias resultantes das atividades de mercado. A diminuição deste posto é principalmente devida à descida dos proveitos líquidos realizados sobre a carteira de transação (- 66 % com 1 248 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011), e à da reavaliação das posições de câmbio de - 99 % para + 7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (contra + 888 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010) que só é parcialmente compensada pela subida dos proveitos líquidos sobre os instrumentos avaliados em valor de mercado ou de modelo opção (que passam de 524 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 2 891 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

A descida do resultado sobre a carteira de transação está essencialmente ligada à descida do resultado sobre os instrumentos de débito (1 657 em 31 de dezembro de 2010 e 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2011) e sobre os instrumentos de capital (- 65 % com 455 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS NÃO AVALIADOS EM VALOR DE MERCADO OU DE MODELO

Este posto compreende os ativos classificados na categoria dos ativos financeiros disponíveis para venda. As variações do valor de mercado (fora juros corridos) destes ativos são contabilizadas inicialmente sob a rubrica «Variação de ativos e de passivos contabilizados diretamente em capitais próprios». Aquando da cedência destes ativos ou da identificação de uma perda de valor, estes proveitos ou perdas latentes são constatados em conta de resultado sob a rubrica «Proveitos ou perdas líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado».

Este posto reúne igualmente os resultados de cedência dos outros ativos financeiros que não são avaliados em valor de mercado.

Os proveitos líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado ou de modelo desceram 172 milhões de euros entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, ou seja - 38 %. Esta descida resulta de uma diminuição de 780 milhões de euros dos proveitos líquidos dos ativos de rendimento fixo parcialmente compensada por um aumento de 608 milhões de euros dos proveitos líquidos sobre ativos financeiros de rendimento variável.

PROVEITOS E ENCARGOS DAS OUTRAS ATIVIDADES

Este posto compreende, entre outros, os proveitos líquidos da atividade de seguros, dos imóveis de investimento, das imobilizações em aluguer simples, das atividades de promoção imobiliária e dos outros proveitos. Os proveitos e encargos das outras atividades aumentaram 3 %, passando de 5 773 milhões em 31 de dezembro de 2010 para 5 971 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esta variação resulta principalmente de uma subida de 236 milhões de euros de proveitos líquidos da atividade de seguros, compensada em parte por uma descida de 102 milhões de euros de proveitos líquidos das imobilizações em aluguer simples.

No que diz respeito à atividade de seguros, as principais componentes dos proveitos líquidos da atividade de seguros são: os prémios adquiridos brutos, as variações das provisões técnicas, os encargos das prestações dos contratos e as variações de valor dos ativos suportes de contratos em unidades de conta. Os encargos das prestações dos contratos compreendem os encargos ligados às recompras, vencimentos e sinistros sobre os contratos de seguros, e a variação de valor dos contratos financeiros (nomeadamente os fundos em unidades em conta). Os juros pagos sobre estes contratos são contabilizados na rubrica «Juros e encargos assimilados».

A subida dos proveitos líquidos da atividade de seguros provém principalmente de um aumento das provisões técnicas, que passam de - 7 608 milhões de euros em 2010 para 1 572 milhões em 2011. Esta evolução é principalmente devida a uma descida do valor dos ativos suportes de contrato em unidades de conta, que passaram de um proveito líquido de 1 412 milhões de euros em 2010 para uma perda líquida de 1 597 milhões de euros em 2011. Os prémios adquiridos brutos diminuíram, passando de 18 691 milhões de euros em 2010 para 16 288 milhões de euros em 2011. Quanto aos encargos das prestações dos contratos, estas aumentaram igualmente, passando de - 8 996 milhões de euros em 2010 para - 12 484 milhões de euros em 2011.

ENCARGOS GERAIS DE EXPLORAÇÃO E DOTAÇÕES ÀS AMORTIZAÇÕES E ÀS PROVISÕES

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | Variação (2011/2010) |
|--|-----------------|-----------------|----------------------|
| Encargos gerais de exploração | (24 608) | (24 924) | - 1 % |
| Dotações às amortizações e às provisões para depreciações das imobilizações | (1 508) | (1 593) | - 5 % |
| ENCARGOS GERAIS DE EXPLORAÇÃO E DOTAÇÕES ÀS AMORTIZAÇÕES E ÀS PROVISÕES | (26 116) | (26 517) | - 1 % |

Os encargos gerais de exploração e as dotações às amortizações e às provisões conheceram uma diminuição de 1 %, passando de 26 517 milhões de euros em 2010 para 26 116 milhões de euros em 2011.

RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO

O resultado bruto de exploração do Grupo diminuiu 6 % para 16 268 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (contra 17 363 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010) devido principalmente à descida do

resultado líquido bancário (- 3 %), e de uma melhoria dos encargos gerais de exploração (1 %).

CUSTO DO RISCO

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | Variação (2011/2010) |
|--|----------------|----------------|----------------------|
| Dotações líquidas às depreciações | (3 510) | (4 594) | - 23,6 % |
| Recuperações sobre créditos amortizados | 514 | 393 | + 30,8 % |
| Créditos incobráveis não cobertos por depreciações | (560) | (601) | - 6,8 % |
| Perda sobre dívida soberana grega | (3 241) | - | |
| DOTAÇÕES LÍQUIDAS TOTAIS ÀS PROVISÕES | (6 797) | (4 802) | + 41,5 % |

Este posto cobre o encargo das depreciações constituídas a título do risco de crédito inerente à atividade de intermediação do Grupo assim como das depreciações eventualmente constituídas em caso de risco de incumprimento confirmado de contrapartidas de instrumentos financeiros derivados negociados à vista.

O aumento do custo do risco em 2011 em relação a 2010 deve-se nomeadamente à depreciação registada sobre a dívida soberana grega no valor de 3 241 milhões de euros.

Fora a depreciação registada sobre a dívida soberana grega, a descida do custo do risco em 2011 em relação a 2010 é principalmente devida a uma descida das dotações líquidas às provisões para depreciação devido a uma diminuição de 79 % das provisões das atividades de Corporate and Investment Banking por um montante de 75 milhões de euros em 2011 (contra 350 milhões de euros em 2010), incluindo uma diminuição de 323 milhões das dotações líquidas às provisões das *Atividades consultoria e mercado de capitais* (retoma de 21 milhões de euros em 2011 contra uma dotação de 302 milhões de euros em 2010). Por outro lado, as provisões das atividades de Banca de retalho (Retail Banking) que ascendem a 3 565 milhões de euros em 2011 (contra 4 497 milhões de euros em 2010) baixam 21 %, incluindo uma

diminuição de 45 % das dotações líquidas às provisões do *BancWest* (dotação de 256 milhões de euros em 2011 contra uma dotação de 465 milhões de euros em 2010) e uma diminuição de 14 % das dotações líquidas às provisões do *Personal Finance* (dotação de 1 639 milhões de euros em 2011 contra uma dotação de 1 913 milhões de euros em 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, o montante total dos empréstimos concedidos e compromissos duvidosos líquidos de garantias ascende a 37 bilhões de euros (contra um montante de 36 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2010), e as provisões atingiam um total de 30 bilhões de euros incluindo o efeito do provisionamento da dívida soberana grega (contra 29 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2010). O rácio de cobertura é de 80 % au 31 de dezembro de 2011 contra 81 % em 31 de dezembro de 2010 num ambiente caracterizado por um nível geral de risco em melhoria.

Para uma exposição mais detalhada das dotações líquidas às provisões por atividade, consultar a secção «Resultados por polo/atividade».

RESULTADO LÍQUIDO, PARTE DO GRUPO

| Em milhões de euros | 2011 | 2010 | Variação (2011/2010) |
|---|--------------|---------------|-------------------------|
| RESULTADO DE EXPLORAÇÃO | 9 471 | 12 561 | - 25 % |
| Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas | 80 | 268 | - 70 % |
| Proveitos líquidos sobre outros ativos imobilizados | 206 | 269 | - 23 % |
| Variação de valor das diferenças de aquisição | (106) | (78) | 36 % |
| Impostos sobre os lucros | (2 757) | (3 856) | - 29 % |
| Interesses minoritários | (844) | (1 321) | - 36 % |
| RESULTADO LÍQUIDO, PARTE DO GRUPO | 6 050 | 7 843 | - 23 % |

GENERALIDADES

O resultado líquido parte do Grupo, em 2011 apresenta uma descida de 23 % em relação a 2010.

QUOTA-PARTE DO RESULTADO LÍQUIDO DAS EMPRESAS EQUIPARADAS

A quota-parte do resultado líquido das empresas do Grupo equiparadas desceu, passando de 268 milhões de euros em 2010 para 80 milhões de euros em 2011, devido nomeadamente ao impacto da provisão sobre a dívida soberana grega de - 213 milhões em parcerias nos seguros.

PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE OUTROS ATIVOS IMOBILIÁRIOS

Este posto cobre os resultados líquidos das cedências realizadas sobre as imobilizações corpóreas e incorpóreas utilizadas para a atividade, e das cedências realizadas sobre os títulos consolidados ainda incluídos no perímetro de consolidação no momento da cedência. Os proveitos líquidos sobre outros ativos imobilizados desceram, passando de 269 milhões de euros em 2010 para 206 milhões de euros em 2011.

VARIAÇÃO DE VALOR DAS DIFERENÇAS DE AQUISIÇÃO

As variações de valor de diferenças de aquisições aumentam, passando de - 78 milhões de euros em 2010 para - 106 milhões de euros em 2011.

IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Grupo registou um encargo de impostos sobre os lucros em 2011 de 2 757 milhões de euros, em queda relativamente ao montante de 3 856 milhões de euros registado em 2010. Esta evolução resulta da descida do resultado líquido antes de imposto.

INTERESSES MINORITÁRIOS

A quota-parte dos interesses minoritários no resultado líquido das empresas consolidadas do Grupo baixou para 844 milhões de euros em 2011 contra 1 321 milhões de euros em 2010 devido nomeadamente à depreciação dos títulos gregos em certas filiais onde existem interesses minoritários (BNP Paribas Fortis, BGL BNP Paribas e Cardif Assurances Vie).

3.6 Eventos recentes

PRODUTOS E SERVIÇOS

Novos produtos e serviços são regularmente propostos aos clientes do BNP Paribas. Estão disponíveis informações nos sites Internet do Grupo, nomeadamente através de

comunicados de imprensa acessíveis via o site Internet www.invest.bnpparibas.com.

CRESCIMENTO EXTERNO E PARCERIAS

Não houve desde 4 de novembro de 2011, data de publicação da terceira atualização do Documento de referência de 2010, qualquer evento significativo suscetível de aparecer nesta secção.

RESULTADOS DA OFERTA DE RECOMPRA DE CONVERTIBLE AND SUBORDINATED HYBRID EQUITY-LINKED SECURITIES (OS «CASHES»)

Os resultados estão disponíveis no site das relações com os investidores do BNP Paribas no endereço seguinte: www.invest.bnpparibas.com.

BNP PARIBAS CIB CEDE A SUA ATIVIDADE NORTE-AMERICANA DE RESERVE-BASED LENDING

O comunicado de imprensa está disponível no site das relações com os investidores do BNP Paribas no endereço seguinte: www.invest.bnpparibas.com.

BNP PARIBAS CEDE A SIMON PROPERTY GROUP UMA PARTICIPAÇÃO DE 28,7 % NA KLÉPIERRE S.A.

O comunicado de imprensa está disponível no site das relações com os investidores do BNP Paribas no endereço seguinte: www.invest.bnpparibas.com.

3.7 Perspetivas

PERSPETIVAS DOS POLOS OPERACIONAIS

RETAIL BANKING

Nas quatro redes domésticas (França, Itália, Bélgica e Luxemburgo), o Grupo prosseguirá a sua mobilização para acompanhar os clientes através da crise e da evolução regulamentar.

Assim, para os particulares, as redes continuarão a adaptar a oferta de poupança às novas expectativas dos clientes e à evolução da regulamentação. As inovações tecnológicas ao serviço dos clientes (Telemóvel, Internet, meios de pagamento sem contacto) serão aceleradas e um novo serviço (Priority Banking) desenvolvido.

Para as empresas e os empresários, as redes terminarão o desenvolvimento das *Maisons des Entrepreneurs* em França e em Itália e desenvolverão soluções de locação (Leasing, Arval) nomeadamente para o investimento das PME. Na Bélgica, uma campanha «Working Capital Management» será lançada para melhor acompanhar os clientes no financiamento das suas necessidades de exploração e na sua gestão de tesouraria.

A fim de procurar uma melhor eficácia operacional, os planos de redução dos custos implementados em Itália, na Bélgica e no Luxemburgo serão prosseguidos com os seus objetivos de economia ambiciosos para 2014.

Nas redes de banca de retalho fora zona euro, o objetivo será de tirar proveito de planos de desenvolvimentos seletivos. O BancWest poderá assim aproveitar uma conjuntura mais favorável, prosseguindo o desenvolvimento do banca privada e capitalizando sobre o esforço comercial para as empresas. O Europa Mediterrâneo prosseguirá o desenvolvimento seletivo do seu modelo integrado acelerando o desenvolvimento das plataformas transversais e reduzindo a base dos custos operacionais. Na Turquia, mercado em forte crescimento, o Grupo visará consolidar a sua posição levando a cabo o plano industrial e desenvolvendo as vendas cruzadas com o Investment Solutions (Wealth Management e Seguros) e o CIB (Trade Finance e Fixed Income).

O Personal Finance prosseguirá a adaptação dos seus modelos ao novo ambiente.

Em França, a Cetelem Banque prosseguirá o desenvolvimento da venda de produtos de poupança e de previdência. Serão também conduzidas ações para favorecer o acesso ao crédito no novo quadro regulamentar. O acordo industrial com o BPCE continuará a ser progressivamente aplicado.

Em Itália, o Personal Finance adaptará o modelo da Cetelem Banque ao Findomestic Banca fazendo evoluir a gestão da relação clientes e comercializando contas de depósitos. A comercialização dos créditos imobiliários e das contas correntes do BNL bc, assim como dos produtos de seguros do Cardif, será por outro lado desenvolvida.

Noutros locais, o Personal Finance dispõe das transições de crescimento com o desenvolvimento da atividade na Alemanha, no Brasil, Europa Central, e Rússia, a nova parceria com a Banque de la Poste na Bélgica, e a expansão do «PF Inside», modelo de desenvolvimento do crédito ao consumo nas redes do Grupo fora zona euro.

INVESTMENT SOLUTIONS

Em 2012, o polo prosseguirá a recuperação da Gestão de ativos. A atividade tem um objetivo de descida dos custos de 10 % em relação a 2011 e acelerará o desenvolvimento de produtos com forte valor acrescentado, tais como a gestão de títulos de débito e de ações dos mercados emergentes e a gestão alternativa. Este dará ênfase às zonas Ásia-Pacífico, Médio Oriente e América latina. De uma maneira geral, o Investment Solutions reforçará a sua presença nos mercados em forte crescimento, na Ásia-Pacífico nomeadamente para o Wealth Management e o Securities Services. Os Seguros procurarão aumentar o seu volume de negócios na atividade de proteção.

Enfim, o polo prosseguirá as abordagens transversais de crescimento e de otimização, tanto entre as atividades do polo, como com o Retail Banking e o CIB, assim como pelo desenvolvimento do BNP Paribas Real Estate no seio do Grupo.

CORPORATE AND INVESTMENT BANKING (CIB)

O CIB continuará a mobilizar-se a fim de se adaptar rapidamente e de implementar um modelo menos intermediado para acompanhar os clientes no âmbito das novas regulamentações de Basileia.

Na atividade Fixed Income, o CIB desenvolverá a capacidade de distribuição assim como o serviço aos clientes investidores, e favorecerá os produtos curtos e mais standards para responder ao papel crescente dos mercados no financiamento da economia e reduzir o consumo de capital e de liquidez, ajustando a sua plataforma de maneira seletiva. As sinergias com as Atividades de Financiamento serão desenvolvidas a fim de favorecer a originação e a distribuição, para acompanhar os clientes nos seus projetos. As atividades Ações e Consultoria acelerarão o desenvolvimento de plataformas de distribuição de produtos e standardizados ou cotados e reforçarão a franquia a fim de responder à consolidação do mercado e à procura de produtos simples e mais líquidos.

O ano de 2012 deveria conhecer ainda um impacto sensível dos elementos não recorrentes com um custo suplementar de 650 milhões de euros para as cessões e 200 milhões de euros de custos de reestruturação. No final, estes esforços de adaptação deveriam apresentar uma economia de 450 milhões de euros em ano pleno, permitindo compensar em parte o desaparecimento dos rendimentos recorrentes ligados à redução dos ativos financiados: - 1,4 bilhão de euros fora efeito do repricing.

Face a uma regulamentação cada vez mais constrangedora, o polo está bem posicionado, sendo um dos raros CIB europeus com uma massa crítica e uma dimensão mundial, beneficiando de uma abordagem dos clientes fundada sobre a relação e sobre quatro mercados domésticos e a especialização excepcional das suas equipas, reconhecida pelo mercado.

LIQUIDEZ E FINANCIAMENTO

O balanço «cash» do Grupo, fora Klépierre e fora Seguros e após compensação dos derivados, das operações com acordo de recompra e das contas de regularização, passou de 1 097 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 965 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, ou seja uma diminuição de 12 % num ano. Os fundos próprios, os depósitos da clientela e os recursos a médio e longo prazo representam um total de recursos estáveis em excesso de 31 biliões de euros em relação às necessidades de financiamento da atividade de clientela, o que ilustra a adaptação do banco ao novo contexto regulamentar e de mercado.

As reservas de liquidez do Grupo, disponíveis instantaneamente, ascendem a 160 biliões de euros (incluindo 66 biliões de dólares), ou seja 85 % dos recursos de tesouraria a curto prazo.

O programa de emissão a médio e longo prazo do Grupo para 2012 ascende a 20 biliões de euros, tendo em conta a redução das necessidades devido ao plano de adaptação. Em 31 de janeiro de 2012, 5 biliões de euros já foram levantados, com um nível de spread médio de 122 pb acima do swap e uma maturidade média de 6,7 anos, sob forma de investimentos privados ou nas redes do Grupo. O programa 2012 está concebido para poder ser realizado sem necessidade de recorrer aos mercados públicos.

SOLVABILIDADE

Em 31 de dezembro de 2011, o rácio «common equity Tier 1» Basileia 2.5, que inclui o regime da diretiva europeia «CRD 3» entrado em vigor no final de 2011, ascende a 9,6 %. O objetivo fixado pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) de rácio de solvabilidade a 9 %, no final de junho de 2012, que, além da CRD3, impõe uma dedução suplementar para as menos valias latentes sobre os títulos soberanos europeus detidos, foi portanto desde já atingido com seis meses de antecedência, com um rácio de 9,2 %. Esta dedução suplementar é de facto de 40 pb para o BNP Paribas segundo a medição oficial do EBA.

Esta forte solvabilidade foi reforçada anualmente e permitiu aos fundos próprios «common equity Tier 1» duplicarem em três anos, nomeadamente graças à colocação em reserva da maior parte dos resultados.

Os ativos ponderados ascendem a 614 biliões de euros, incluindo a passagem para Basileia 2.5 que acrescenta 32 biliões de euros complementares, essencialmente nos Mercados de Capitais. O plano de adaptação da dimensão do balanço permitiu reduzir os ativos ponderados de 25 biliões de euros, dos quais 8 biliões de euros de adaptação a Basileia 2.5.

Para o final de 2012, a partir deste rácio «common equity Tier 1» Basileia 2.5 de 9,6 % no final de 2011, o objetivo de 9 % com o conjunto das regras da CRD4 sem disposições transitórias («Basel 3 fully loaded») deveria ser atingido combinando: a dedução de 40 pb convencionais, em prolongamento da regra do EBA, para a detenção de títulos soberanos europeus; o impacto das outras disposições da CRD4 atualmente antecipado pelo BNP Paribas a - 180 pb⁽¹⁾; o plano de adaptação apresentando + 68 pb adicionais além dos 32 pb já realizados em 2011; enfim o pagamento do dividendo em ações e a geração orgânica de capital de 2012 que contribui com + 20 pb⁽²⁾ e + 72 pb⁽³⁾ suplementares.

A carteira de atividades equilibrada do Grupo constituiu um fator de estabilidade que permitiu apresentar resultados continuamente beneficiários na crise. Este equilíbrio só é alterado pela passagem para Basileia 2.5, a proporção das atividades de banca de retalho continuando superior a 50 %, a do CIB próxima de um terceiro e a do Investment Solutions à volta de um sexto do capital concedido aos polos operacionais.

(1) A CRD4 estando ainda em discussão no Parlamento Europeu, as suas disposições continuam sujeitas à interpretação e são suscetíveis de serem modificadas.

(2) Hipótese de pagamento do dividendo em ação de 50 % em média sobre os dois exercícios 2011 e 2012.

(3) Com base no consensos Bloomberg a 10 de fevereiro de 2012, com uma taxa de distribuição de 25 %.

4

SITUAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 ESTABELECIDAS DE ACORDO COM AS NORMAS CONTABILÍSTICAS IFRS ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

| | | |
|------------|--|------------|
| 4.1 | Demonstração de resultados do exercício 2011 | 102 |
| 4.2 | Situação do resultado líquido e das variações de ativos e de passivos contabilizadas diretamente em capitais próprios | 103 |
| 4.3 | Balço em 31 de Dezembro de 2011 | 104 |
| 4.4 | Quadro dos fluxos de tesouraria relativos ao exercício 2011 | 105 |
| 4.5 | Quadro de passagem dos capitais próprios de 1 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2011 | 106 |
| 4.6 | Notas anexas às Situações financeiras estabelecidas segundo as normas contabilísticas IFRS adotadas pela União europeia | 108 |
| Nota 1 | Resume dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo | 108 |
| 1.a | Normas contabilísticas aplicáveis | 108 |
| 1.b | Princípios de consolidação | 108 |
| 1.b.1 | Perímetro de consolidação | 108 |
| 1.b.2 | Métodos de consolidação | 108 |
| 1.b.3 | Regras de consolidação | 109 |
| 1.b.4 | Reagrupamentos de empresas e avaliação das diferenças de aquisição | 109 |
| 1.c | Ativos e passivos financeiros | 110 |
| 1.c.1 | Créditos | 110 |
| 1.c.2 | Contratos de poupança e de empréstimo concedido regulamentados | 111 |
| 1.c.3 | Títulos | 111 |
| 1.c.4 | Operações em divisas | 112 |
| 1.c.5 | Depreciação dos ativos financeiros | 112 |
| 1.c.6 | Reclassificações de ativos financeiros | 113 |
| 1.c.7 | Débitos emitidos representados por um título | 114 |
| 1.c.8 | Ações próprias e derivados sobre ações próprias | 114 |
| 1.c.9 | Instrumentos derivados e contabilidade de cobertura | 114 |
| 1.c.10 | Determinação do valor de mercado | 115 |
| 1.c.11 | Ativos e passivos financeiros contabilizados em valor de mercado por resultado sobre opção | 116 |
| 1.c.12 | Rendimentos e encargos relativos aos ativos e passivos financeiros | 116 |
| 1.c.13 | Custo do risco | 116 |
| 1.c.14 | Descontabilização de ativos ou de passivos financeiros | 116 |
| 1.c.15 | Compensação dos ativos e passivos financeiros | 117 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 1.d | Normas contabilísticas próprias às atividades de seguros | 117 |
| 1.d.1 | Ativos | 117 |
| 1.d.2 | Passivos | 117 |
| 1.d.3 | Demonstração de resultados | 117 |
| 1.e | Imobilizações | 118 |
| 1.f | Contratos de aluguer | 118 |
| 1.f.1 | A empresa do Grupo é o arrendatário do contrato de aluguer | 118 |
| 1.f.2 | A empresa do Grupo é o tomador do contrato de aluguer | 119 |
| 1.g | Ativos não correntes detidos para venda e atividades abandonadas | 119 |
| 1.h | Vantagens beneficiando o pessoal | 119 |
| 1.i | Pagamento à base de ações | 120 |
| 1.j | Provisões de passivo | 121 |
| 1.k | Imposto corrente e diferido | 121 |
| 1.l | Quadro dos fluxos de tesouraria | 121 |
| 1.m | Utilização de estimações na preparação das Situações financeiras | 121 |
| Nota 2 | Notas relativas à demonstração de resultados do exercício 2011 | 122 |
| 2.a | Margem de juros | 122 |
| 2.b | Comissões | 123 |
| 2.c | Proveitos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado | 123 |
| 2.d | Proveitos líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado | 123 |
| 2.e | Proveitos e encargos das outras atividades | 124 |
| 2.f | Custo do risco | 124 |
| 2.g | Imposto sobre os lucros | 126 |
| Nota 3 | Informações sectoriais | 126 |
| Nota 4 | Exposição ao risco soberano | 129 |
| Nota 5 | Notas relativas ao balanço em 31 de dezembro de 2011 | 132 |
| 5.a | Ativos, passivos e instrumentos financeiros derivados em valor de mercado por resultado | 132 |
| 5.b | Instrumentos financeiros derivados para uso de cobertura | 134 |
| 5.c | Ativos financeiros disponíveis para venda | 134 |
| 5.d | Medição do valor de mercado dos instrumentos financeiros | 135 |
| 5.e | Reclassificação de instrumentos financeiros inicialmente contabilizados em valor de mercado por resultado para fins de transação ou em ativos disponíveis para venda | 138 |
| 5.f | Operações interbancárias, créditos e débitos sobre estabelecimentos de crédito | 139 |
| 5.g | Empréstimos concedidos, créditos e débitos sobre a clientela | 140 |
| 5.h | Ativos depreciados ou não apresentando incumprimentos e garantias recebidas a título destes ativos | 141 |
| 5.i | Débitos representados por um título e dívidas subordinadas | 142 |
| 5.j | Ativos financeiros detidos até ao vencimento | 145 |
| 5.k | Impostos correntes e diferidos | 145 |
| 5.l | Contas de regularização, ativos e passivos diversos | 147 |
| 5.m | Participações nas empresas equiparadas | 147 |
| 5.n | Imobilizações de investimento e de exploração | 148 |
| 5.o | Diferenças de aquisição | 149 |
| 5.p | Provisões técnicas das companhias de seguros | 150 |
| 5.q | Provisões para riscos e encargos | 151 |

| | | |
|------------|--|------------|
| Nota 6 | Compromissos de financiamento e de garantia | 153 |
| 6.a | Compromissos de financiamento dados ou recebidos | 153 |
| 6.b | Compromissos de garantia dados por assinatura | 153 |
| 6.c | Outros compromissos de garantia | 153 |
| Nota 7 | Remuneração e vantagens concedidas ao pessoal | 154 |
| 7.a | Encargos com o pessoal | 154 |
| 7.b | Vantagens posteriores ao emprego | 154 |
| 7.c | Outras vantagens a longo prazo | 158 |
| 7.d | Indemnizações de fim de contrato de trabalho | 158 |
| 7.e | Pagamentos à base de ações | 158 |
| Nota 8 | Informações complementares | 163 |
| 8.a | Evolução do capital e resultado por ação | 163 |
| 8.b | Perímetro de consolidação | 170 |
| 8.c | Variação da parte do Grupo e dos acionistas minoritários no capital e nas reservas das filiais | 188 |
| 8.d | Reagrupamento de empresas | 189 |
| 8.e | Remunerações e vantagens sociais beneficiando os mandatários sociais | 190 |
| 8.f | Relações com as outras partes ligadas | 199 |
| 8.g | Cronograma por maturidade | 201 |
| 8.h | Valor de mercado dos instrumentos financeiros contabilizados pelo custo amortizado | 202 |
| 8.i | Passivo eventual: processos judiciais e de arbitragem | 203 |
| 8.j | Honorários dos Revisores oficiais de contas | 204 |
| 4.7 | Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas | 206 |

As Situações Financeiras consolidadas do grupo BNP Paribas são apresentadas a título dos dois exercícios 2011 e 2010. Em conformidade com o artigo 20.1 do anexo I do regulamento europeu Prospecto (regulamento EU 809/2004), esclarece-se que o exercício 2009 é consultável no Documento de referência depositado junto da Autoridade dos Mercados Financeiros a 10 de março de 2010 sob o número D.10-0102.

4.1 Demonstração de resultados do exercício 2011

| Em milhões de euros | Notas | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|-------|----------------|----------------|
| Juros e proveitos assimilados | 2.a | 47 124 | 47 388 |
| Juros e encargos assimilados | 2.a | (23 143) | (23 328) |
| Comissões (proveitos) | 2.b | 13 695 | 13 857 |
| Comissões (encargos) | 2.b | (5 276) | (5 371) |
| Proveitos ou perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado | 2.c | 3 733 | 5 109 |
| Proveitos ou perdas líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado | 2.d | 280 | 452 |
| Proveitos das outras atividades | 2.e | 26 836 | 30 385 |
| Encargos das outras atividades | 2.e | (20 865) | (24 612) |
| RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO | | 42 384 | 43 880 |
| Encargos gerais de exploração | | (24 608) | (24 924) |
| Dotações para amortizações e provisões para depreciação das imobilizações corpóreas e incorpóreas | 5.n | (1 508) | (1 593) |
| RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO | | 16 268 | 17 363 |
| Custo do risco | 2.f | (6 797) | (4 802) |
| RESULTADO DE EXPLORAÇÃO | | 9 471 | 12 561 |
| Quota-parte no resultado líquido de empresas em equivalência | | 80 | 268 |
| Proveitos líquidos sobre ativos imobilizados | | 206 | 269 |
| Diferenças de aquisição | 5.o | (106) | (78) |
| RESULTADO ANTES DE IMPOSTO | | 9 651 | 13 020 |
| Imposto sobre lucros | 2.g | (2 757) | (3 856) |
| RESULTADO LÍQUIDO | | 6 894 | 9 164 |
| dos quais interesses minoritários | | 844 | 1 321 |
| RESULTADO LÍQUIDO, PARTE DO GRUPO | | 6 050 | 7 843 |
| Resultado por ação | 8.a | 4,82 | 6,33 |
| Resultado diluído por ação | 8.a | 4,81 | 6,32 |

4.2 Situação do resultado líquido e das variações de ativos e de passivos contabilizadas diretamente em capitais próprios

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|---|----------------|----------------|
| Resultado líquido | 6 894 | 9 164 |
| Variações de ativos e passivos contabilizados diretamente em capitais próprios | (1 748) | (1 085) |
| Elementos relativos às variações de paridades monetárias | (61) | 1 354 |
| Variações de valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, incluindo aqueles reclassificados em empréstimos concedidos e créditos | (2 532) | (2 373) |
| Variações de valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, incluindo aqueles reclassificados em empréstimos concedidos e créditos, levadas ao resultado do período | 277 | (69) |
| Variações de valor diferidas dos instrumentos derivados de cobertura | 640 | 33 |
| Variações de valor dos instrumentos derivados de cobertura, levadas ao resultado do período | (15) | (28) |
| Elementos relativos às empresas equiparadas | (57) | (2) |
| TOTAL ACUMULADO | 5 146 | 8 079 |
| Parte do Grupo | 4 487 | 6 837 |
| Parte dos minoritários | 659 | 1 242 |

4.3 Balço em 31 de dezembro de 2011

| Em milhões de euros, em | Notas | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|-------|------------------|------------------|
| ATIVO | | | |
| Caixa, bancos centrais, CCP | | 58 382 | 33 568 |
| Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado | 5.a | 820 463 | 832 945 |
| Instrumentos financeiros derivados de cobertura | 5.b | 9 700 | 5 440 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 5.c | 192 468 | 219 958 |
| Empréstimos concedidos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito | 5.f | 49 369 | 62 718 |
| Empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela | 5.g | 665 834 | 684 686 |
| Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas | | 4 060 | 2 317 |
| Ativos financeiros detidos até ao vencimento | 5.j | 10 576 | 13 773 |
| Ativos de impostos correntes e diferidos | 5.k | 11 570 | 11 557 |
| Contas de regularização e ativos diversos | 5.l | 93 540 | 83 124 |
| Participação diferida dos segurados nos benefícios | 5.p | 1 247 | - |
| Participações nas empresas equiparadas | 5.m | 4 474 | 4 798 |
| Imóveis de investimento | 5.n | 11 444 | 12 327 |
| Imobilizações corpóreas | 5.n | 18 278 | 17 125 |
| Imobilizações incorpóreas | 5.n | 2 472 | 2 498 |
| Diferenças de aquisição | 5.o | 11 406 | 11 324 |
| TOTAL DO ATIVO | | 1 965 283 | 1 998 158 |
| DÉBITOS | | | |
| Bancos centrais, CCP | | 1 231 | 2 123 |
| Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado | 5.a | 762 795 | 725 105 |
| Instrumentos financeiros derivados de cobertura | 5.b | 14 331 | 8 480 |
| Débitos com estabelecimentos de crédito | 5.f | 149 154 | 167 985 |
| Débitos com a clientela | 5.g | 546 284 | 580 913 |
| Débitos representados por um título | 5.i | 157 786 | 208 669 |
| Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas | | 356 | 301 |
| Passivos de impostos correntes e diferidos | 5.k | 3 489 | 3 745 |
| Contas de regularização e passivos diversos | 5.l | 81 010 | 65 229 |
| Provisões técnicas das companhias de seguros | 5.p | 133 058 | 114 918 |
| Provisões para riscos e encargos | 5.q | 10 480 | 10 311 |
| Dívidas subordinadas | 5.i | 19 683 | 24 750 |
| TOTAL DAS DÍVIDAS | | 1 879 657 | 1 912 529 |
| CAPITAIS PRÓPRIOS | | | |
| <i>Capital e reservas ligadas</i> | | 70 714 | 66 620 |
| <i>Resultado do exercício, parte do Grupo</i> | | 6 050 | 7 843 |
| Total capital, reservas consolidadas e resultado do período, parte do Grupo | | 76 764 | 74 463 |
| Variações de ativos e passivos contabilizadas diretamente em capitais próprios | | (1 394) | 169 |
| Total Parte do Grupo | | 75 370 | 74 632 |
| Reservas e resultado dos minoritários | | 10 737 | 11 293 |
| Variações de ativos e passivos contabilizadas diretamente em capitais próprios | | (481) | (296) |
| Total interesses minoritários | | 10 256 | 10 997 |
| TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS | | 85 626 | 85 629 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 1 965 283 | 1 998 158 |

4.4 Quadro dos fluxos de tesouraria relativos ao exercício 2011

| Em milhões de euros | Notas | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|---|-------|----------------|----------------|
| Resultado antes de impostos | | 9 651 | 13 020 |
| Elementos não monetários incluídos no resultado líquido antes de impostos e outros ajustamentos fora resultado | | 18 975 | 18 832 |
| Dotações líquidas às amortizações das imobilizações corpóreas e incorpóreas | | 3 788 | 3 739 |
| Dotações líquidas às provisões das outras imobilizações e depreciação das diferenças de aquisição | | 135 | 136 |
| Dotações líquidas às provisões | | 6 359 | 10 877 |
| Quota-parte de resultado ligada às empresas em equivalência | | (80) | (269) |
| Proveitos (encargos) líquidos das atividades de investimento | | (246) | 288 |
| Proveitos líquidos das atividades de financiamento | | (1 719) | (2 303) |
| Outros movimentos | | 10 738 | 6 364 |
| Aumento (diminuição) líquido ligado aos ativos e passivos provenientes das atividades operacionais | | 11 719 | (34 550) |
| Diminuição líquida ligada às operações com os estabelecimentos de crédito | | (11 427) | (31 425) |
| Diminuição líquida ligada às operações com a clientela | | (68 092) | (34 964) |
| Aumento líquido ligado às operações afetando os outros ativos ou passivos financeiros | | 96 551 | 37 530 |
| Diminuição líquida ligada às operações afetando os ativos ou passivos não financeiros | | (2 970) | (2 557) |
| Impostos pagos | | (2 343) | (3 134) |
| AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DA TESOURARIA GERADO PELA ATIVIDADE OPERACIONAL | | 40 345 | (2 698) |
| Aumento (diminuição) líquido ligado aos ativos financeiros e às participações | 8.d | 325 | (4 940) |
| Diminuição líquida ligada às imobilizações corpóreas e incorpóreas | | (1 938) | (1 790) |
| DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DA TESOURARIA LIGADA ÀS OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO | | (1 613) | (6 730) |
| Diminuição de tesouraria ligada às operações realizadas com os acionistas | | (3 910) | (759) |
| Diminuição de tesouraria proveniente das outras atividades de financiamento | | (11 058) | (22 054) |
| DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DA TESOURARIA LIGADA ÀS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO | | (14 968) | (22 813) |
| EFEITO DA VARIAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO SOBRE A TESOURARIA E ASSIMILADA | | 1 550 | 3 053 |
| AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DA TESOURARIA | | 25 314 | (29 188) |
| Saldo das contas de tesouraria e assimilada à abertura do período | | 25 015 | 54 202 |
| Contas ativas de caixa, bancos centrais e CCP | | 33 568 | 56 076 |
| Contas passivas de bancos centrais e CCP | | (2 123) | (5 510) |
| Empréstimos concedidos à vista aos estabelecimentos de crédito | 5.f | 11 273 | 16 379 |
| Empréstimos contraídos à vista junto dos estabelecimentos de crédito | 5.f | (17 464) | (12 380) |
| Dedução dos créditos e débitos ligados sobre as contas de tesouraria e assimilada | | (239) | (362) |
| Saldo das contas de tesouraria e assimilada ao fecho do período | | 50 329 | 25 015 |
| Contas ativas de caixa, bancos centrais e CCP | | 58 382 | 33 568 |
| Contas passivas de bancos centrais e CCP | | (1 231) | (2 123) |
| Empréstimos concedidos à vista aos estabelecimentos de crédito | 5.f | 12 099 | 11 273 |
| Empréstimos contraídos à vista junto dos estabelecimentos de crédito | 5.f | (18 308) | (17 464) |
| Dedução dos créditos e débitos ligados sobre as contas de tesouraria e assimilada | | (613) | (239) |
| AUMENTO (DIMINUIÇÃO) OS SALDOS DAS CONTAS DE TESOURARIA E ASSIMILADA | | 25 314 | (29 188) |

4.5 Quadro de passagem dos capitais próprios

| Em milhões de euros | Capital e reservas | | | |
|---|---|--|---------------------------|--------------|
| | Parte do Grupo | | | |
| | Ações ordinárias, ações de preferência e reservas ligadas | Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada | Reservas não distribuídas | Total |
| Situação em 31 dezembro 2009 | 25 188 | 8 045 | 35 093 | 68 326 |
| Afetação do resultado do exercício 2009 | | | (1 776) | (1 776) |
| — Aumentos de capital e emissões | 624 | | | 624 |
| — Redução de capital | (40) | | | (40) |
| — Incidência do reembolso das ações de preferência | (72) | | | (72) |
| — Movimentos sobre títulos próprios | 9 | (16) | 5 | (2) |
| — Operações resultantes de planos de pagamento em ações | 7 | | (5) | 2 |
| — Remuneração das preferred shares e dos Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada | | | (310) | (310) |
| — Operações internas afetando os acionistas minoritários (nota 8.c) | | | (23) | (23) |
| — Mudança de método de consolidação afetando os acionistas minoritários | | | | |
| — Operações de aquisição de participações complementares ou de cedência parcial (nota 8.c) | | | (53) | (53) |
| — Variação dos compromissos de compra de participação aos acionistas minoritários | | | 2 | 2 |
| — Outras variações | (5) | | (53) | (58) |
| — Variações de ativos e passivos contabilizados diretamente em capitais próprios | | | | |
| Resultado líquido em 31 dezembro 2010 | | | 7 843 | 7 843 |
| — Adiantamentos distribuídos sobre o resultado do exercício | | | | |
| Situação em 31 dezembro 2010 | 25 711 | 8 029 | 40 723 | 74 463 |
| Afetação do resultado do exercício 2010 | | | (2 521) | (2 521) |
| — Aumentos de capital e emissões | 396 | | | 396 |
| — Redução de capital | | | | |
| — Incidência das trocas e de recompras dos TSSDI | | | 114 | 114 |
| — Movimentos sobre títulos próprios | (427) | (768) | 91 | (1 104) |
| — Operações resultantes de planos de pagamento em ações | | | 65 | 65 |
| — Remuneração das preferred shares e dos Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada | | | (295) | (295) |
| — Operações internas afetando os acionistas minoritários (nota 8.c) | | | (80) | (80) |
| — Mudança de método de consolidação afetando os acionistas minoritários | | | (8) | (8) |
| — Operações de aquisição de participações complementares ou de cedência parcial (nota 8.c) | | | (292) | (292) |
| — Variação dos compromissos de compra de participação aos acionistas minoritários | | | 3 | 3 |
| — Outras variações | (2) | | (25) | (27) |
| — Variações de ativos e passivos contabilizados diretamente em capitais próprios | | | | |
| Resultado líquido em 31 dezembro 2011 | | | 6 050 | 6 050 |
| — Adiantamentos distribuídos sobre o resultado do exercício | | | | |
| Situação em 31 dezembro 2011 | 25 678 | 7 261 | 43 825 | 76 764 |

de 1 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2011

| Capital e reservas | Variações de ativos e passivos contabilizadas diretamente em capitais próprios | | | | | | | | Capitais próprios totais |
|--------------------|--|--------|----------------------|---|-------------------------------------|---------|-------|-------------------------|--------------------------|
| | Interesses minoritários | | Parte do Grupo | | | | | Interesses minoritários | |
| | Preferred shares elegíveis ao Tier 1 | Total | Paridades monetárias | Ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos concedidos e créditos reclassificados | Instrumentos derivados de cobertura | Total | | | |
| 8 730 | 2 330 | 11 060 | (1 559) | 2 161 | 573 | 1 175 | (217) | 80 344 | |
| (359) | | (359) | | | | | | (2 135) | |
| 132 | | 132 | | | | | | 756 | |
| (130) | (440) | (570) | | | | | | (610) | |
| | | | | | | | | (72) | |
| | 2 | 2 | | | | | | 2 | |
| (146) | | (146) | | | | | | (456) | |
| 23 | | 23 | | | | | | | |
| (223) | | (223) | | | | | | (223) | |
| (137) | | (137) | | | | | | (190) | |
| 145 | | 145 | | | | | | 147 | |
| 90 | | 90 | | | | | | 32 | |
| | | | 1 158 | (2 175) | 11 | (1 006) | (79) | (1 085) | |
| 1 321 | | 1 321 | | | | | | 9 164 | |
| (45) | | (45) | | | | | | (45) | |
| 9 401 | 1 892 | 11 293 | (401) | (14) | 584 | 169 | (296) | 85 629 | |
| (462) | | (462) | | | | | | (2 983) | |
| | | | | | | | | 396 | |
| | (500) | (500) | | | | | | (500) | |
| | | | | | | | | 114 | |
| | | | | | | | | (1 104) | |
| | | | | | | | | 65 | |
| (117) | | (117) | | | | | | (412) | |
| 80 | | 80 | | | | | | | |
| 63 | | 63 | | | | | | 55 | |
| (477) | | (477) | | | | | | (769) | |
| (16) | | (16) | | | | | | (13) | |
| 65 | 3 | 68 | | | | | | 41 | |
| | | | (44) | (2 182) | 663 | (1 563) | (185) | (1 748) | |
| 844 | | 844 | | | | | | 6 894 | |
| (39) | | (39) | | | | | | (39) | |
| 9 342 | 1 395 | 10 737 | (445) | (2 196) | 1 247 | (1 394) | (481) | 85 626 | |

4.6 Notas anexas às Situações financeiras estabelecidas segundo as normas contabilísticas IFRS adotadas pela União europeia

Nota 1 RESUME DOS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS APLICADOS PELO GRUPO

1.a NORMAS CONTABILÍSTICAS APLICÁVEIS

As contas consolidadas do grupo BNP Paribas são estabelecidas em conformidade com as normas contabilísticas internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS), tais como foram adotadas no seio da União europeia⁽¹⁾. A este título, certas disposições da norma IAS 39 relativa à contabilidade de cobertura foram excluídas, e certos textos recentes ainda foram objeto de um processo de adoção.

A entrada em vigor das outras normas de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2011 não teve efeito sobre as Situações financeiras do exercício 2011.

O Grupo não antecipou a aplicação das novas normas, emendas e interpretações adotadas pela União Europeia quando a aplicação em 2011 é apenas opcional.

As informações relativas à natureza e à extensão dos riscos aferentes aos instrumentos financeiros requeridos pelas IFRS 7 «Instrumentos financeiros: informações a fornecer» e aos contratos de seguros requeridos pelas IFRS 4 «Contratos de seguros» assim como as informações sobre os fundos próprios regulamentares prescritas pela IAS 1 «Apresentação das Situações financeiras» são apresentadas no seio do capítulo 5 – Pilar 3 do relatório de gestão. Estas informações que fazem parte integrante das notas anexas às Situações financeiras consolidadas do grupo BNP Paribas são cobertas pela opinião dos revisores oficiais de contas sobre as Situações financeiras consolidadas e são identificadas no relatório de gestão pela menção «auditado».

1.b PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

1.b.1 Perímetro de consolidação

As contas consolidadas do BNP Paribas reúnem o conjunto das empresas sob controlo exclusivo, controlo conjunto ou sob influência notável exceto aquelas cuja consolidação apresenta um carácter negligenciável para o estabelecimento das contas consolidadas do Grupo. Uma empresa é presumida apresentar um carácter negligenciável para o estabelecimento das contas consolidadas do Grupo desde que a sua contribuição para as contas consolidadas fique abaixo dos três limiares seguintes: 15 milhões de euros para o resultado líquido bancário, 1 milhão de euros para o resultado bruto de exploração ou o resultado líquido antes de imposto, e 500 milhões de euros para o total do balanço⁽²⁾. São igualmente consolidadas as entidades que possuem no seu ativo títulos de participação de sociedades consolidadas.

Uma filial é consolidada a partir da data na qual o Grupo obtém efetivamente o seu controlo. As entidades temporariamente controladas são igualmente integradas nas contas consolidadas até à data da sua cedência.

Por fim, o Grupo consolida as estruturas jurídicas distintas criadas especificamente para gerir uma operação ou um grupo de operações similares (entidades “ad hoc”), e isto mesmo na ausência de ligação em capital, na medida em que este exerce em substância o controlo, tendo em conta os critérios seguintes:

- as atividades da entidade são conduzidas por conta exclusiva do Grupo, de tal modo que este daí tire vantagens;
- o Grupo dispõe do poder de decisão e de gestão a fim de obter a maioria das vantagens ligadas às atividades correntes da entidade. Este poder caracteriza-se nomeadamente pela capacidade de dissolver a entidade, de mudar os seus estatutos ou de se opor formalmente à sua modificação;
- o Grupo tem a capacidade de obter a maioria das vantagens da entidade e por conseguinte pode ser exposto aos riscos ligados à atividade da dita entidade. As vantagens podem tomar a forma de um direito a receber todo ou parte do resultado, avaliado sobre uma base anual, uma quota-parte do ativo líquido, a dispor de um ou vários ativos ou a beneficiar da maioria dos ativos residuais em caso de liquidação;
- o Grupo conserva a maioria dos riscos tomados pela entidade de modo a retirar destes uma vantagem; tal pode ser o caso se o Grupo ficar exposto às primeiras perdas da carteira de ativos alojada na entidade.

1.b.2 Métodos de consolidação

As empresas sobre as quais o Grupo exerce um controlo exclusivo são consolidadas por integração global. O Grupo possui o controlo exclusivo de uma filial quando este está em medida de dirigir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de modo a beneficiar das suas atividades. O controlo exclusivo é presumido existir quando o grupo BNP Paribas detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto da filial; é garantido quando o Grupo dispõe do poder de dirigir as políticas financeiras e operacionais da entidade em virtude de um acordo, ou de nomear, revogar ou reunir a maioria dos membros do Conselho de administração ou do órgão de direção equivalente.

A determinação da percentagem de controlo tem em consideração os direitos de voto potenciais que dão acesso a direitos de voto complementares, desde que sejam imediatamente exercitáveis ou convertíveis.

(1) O referencial integral das normas adotadas no seio da União europeia pode no site Internet da Comissão europeia no endereço seguinte: http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/ias_fr.htm#adopted-commission

(2) Uma atualização dos limites foi operada a 1 de janeiro de 2011. Antes desta data, os limites ascendiam a 8 milhões de euros para o resultado líquido bancário, 1 milhão de euros para o resultado bruto de exploração ou o resultado líquido antes de imposto, e 40 milhões de euros para o total do balanço.

As empresas sob controlo conjunto são consolidadas por integração proporcional. O Grupo possui um controlo conjunto quando, em virtude de um acordo contratual, as decisões financeiras e operacionais estratégicas ligadas à atividade necessitam do acordo unânime das partes que partilham o controlo.

As empresas sob influência notável são equiparadas. A influência notável é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional de uma entidade, sem deter o seu controlo. Esta é presumida se o Grupo detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais dos direitos de voto numa entidade. As participações inferiores a este limiar são excluídas do perímetro de consolidação, exceto se estas representam um investimento estratégico, e se o Grupo aí exerce uma influência notável efetiva. É o caso das empresas desenvolvidas em parceria com outros grupos em que o grupo BNP Paribas participa nas decisões estratégicas da empresa associada sendo representado nos órgãos de direção, exerce uma influência sobre a gestão operacional da empresa associada pela colocação à disposição de sistemas de gestão ou de apoio à decisão, e contribui com a sua colaboração técnica para o desenvolvimento desta empresa.

As variações de capitais próprios das sociedades em equivalência são contabilizadas no ativo do balanço sob a rubrica «Participações nas empresas em equivalência» e no passivo do balanço sob a rubrica de capitais próprios apropriada. A diferença de aquisição sobre uma sociedade consolidada por equivalência aparece igualmente sob a rubrica «Participações nas empresas equiparadas».

Se a quota-parte do Grupo nas perdas de uma empresa em equivalência for igual ou superior aos seus interesses nesta empresa, o Grupo para de ter em consideração a sua quota-parte nas perdas futuras. A participação é então apresentada com um valor nulo. As perdas suplementares da empresa associada são provisionadas unicamente quando o Grupo tem uma obrigação legal ou implícita de o fazer ou quando efetua pagamentos por conta da empresa.

Os interesses minoritários são apresentados separadamente no resultado consolidado, assim como no balanço consolidado no seio dos capitais próprios. A determinação dos interesses minoritários tem em consideração, se tal for o caso, as ações preferenciais cumulativas em circulação emitidas pelas filiais e classificadas como instrumentos de capitais próprios, desde que estas sejam detidas por empresas fora do Grupo.

As transações levando a uma perda de controlo ocorridas anteriormente a 1 de janeiro de 2010 conduzem à constatação de um resultado de cessão correspondente à diferença entre o preço de cessão e a quota-parte de capitais próprios cedida. A aplicação da norma IAS 27 revista modifica o tratamento das perdas de controlo intervindo posteriormente a 1 de janeiro de 2010 e conduz a reavaliar a quota-parte residual eventualmente conservada pelo seu valor de mercado pela contrapartida do resultado.

Os resultados de cedência realizados sobre os títulos consolidados são registados na demonstração de resultados sob a rubrica «Proveitos líquidos sobre outros ativos imobilizados».

1.b.3 Regras de consolidação

As Situações Financeiras consolidadas são estabelecidas utilizando métodos contabilísticos uniformes para transações e outros eventos semelhantes em circunstâncias similares.

Eliminação das operações recíprocas

Os saldos recíprocos resultantes de operações realizadas entre empresas consolidadas do Grupo assim como as operações em si, incluindo

os proveitos, os encargos e os dividendos, são eliminados. Os lucros e as perdas realizados devido a cedências de ativos no interior do Grupo são eliminados, exceto na hipótese de o ativo cedido ser considerado como duradouramente depreciado. Os lucros e perdas latentes compreendidos no valor dos ativos disponíveis para venda são conservados a nível do Grupo.

Conversão das contas em divisas estrangeiras

As contas consolidadas do BNP Paribas são estabelecidas em euros.

A conversão das contas das entidades cuja moeda funcional é diferente do euro é efetuada por aplicação do método da cotação de fecho. De acordo com este método, todos os elementos de ativo e de passivo, monetários ou não monetários, são convertidos segundo a cotação em vigor na data de fecho do exercício. Os proveitos e os encargos são convertidos pela cotação média do período.

O mesmo método aplica-se às contas das filiais do Grupo situadas em países dotados de uma economia de carácter hiperinflacionista, previamente corrigidas dos efeitos da inflação por meio de índices que refletem as variações gerais dos preços.

As diferenças de conversão verificadas, tanto nos elementos do balanço como do resultado, são colocadas, na parte pertencente ao Grupo nos seus capitais próprios sob a rubrica “Diferenças de conversão” e na parte dos terceiros sob a rubrica “Interesses minoritários”. Por aplicação da opção oferecida pela norma IFRS 1, o Grupo procedeu, por transferência para as reservas consolidadas, à colocação a zero do conjunto das diferenças de conversão em parte do Grupo e em Interesses minoritários no balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2004.

Em caso de liquidação ou de cedência de toda ou parte da participação detida na empresa estrangeira situada fora da zona euro conduzindo a mudar a natureza do investimento (perda de controlo, de influência notável ou de controlo conjunto), a diferença de conversão acumulada existente no seio dos capitais próprios na data de liquidação ou de cedência é registada em resultado.

Em caso de variação de percentagem de juros não conduzindo a mudar a natureza do investimento, a diferença de conversão é realocada entre a parte do Grupo e os interesses minoritários se a entidade é integrada globalmente; no caso de uma empresa associada ou de uma co-empresa, é registado em resultado para a fração aferente à participação cedida.

1.b.4 Reagrupamentos de empresas e avaliação das diferenças de aquisição

Reagrupamento de empresas

Os reagrupamentos de empresas são contabilizados de acordo com o método de aquisição.

Segundo este método, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos recuperados da entidade adquirida são contabilizados pelo valor de mercado ou seu equivalente, determinado na data de aquisição, à exceção dos ativos não correntes classificados como ativos detidos com vista à venda, que são contabilizados pelo valor de mercado líquido dos custos de saída.

Os passivos eventuais da entidade adquirida só são contabilizados no balanço consolidado na medida em que são representativos de uma obrigação atual na data de tomada de controlo e em que o valor de mercado pode ser estimado de forma fiável.

O custo de aquisição é igual ao valor de mercado ou seu equivalente, na data de troca dos ativos entregues, dos passivos incorridos ou assumidos ou dos instrumentos de capitais próprios emitidos para obter o controlo da sociedade adquirida. Os custos diretamente aferentes à operação de

reagrupamento constituem uma transação separada do reagrupamento e são registados em resultado.

Os complementos de preços eventuais são integrados desde a tomada de controlo no custo de aquisição pelo seu valor de mercado na data de aquisição. As variações ulteriores de valor dos complementos de preços eventuais qualificados de passivos financeiros são registadas em resultado.

O Grupo dispõe de um prazo de doze meses após a data de aquisição para finalizar a contabilização do reagrupamento de empresas considerado.

A diferença de aquisição, ou sobrevalor, corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a quota-parte de interesse do adquirente no valor de mercado ou o seu equivalente dos ativos, passivos e passivos identificáveis na data da aquisição. Nesta data, esta diferença é inscrita no ativo do adquirente se for positiva, e é contabilizada imediatamente em resultado se for negativa. Os interesses minoritários são então avaliados pela sua quota-parte pelo justo valor dos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida. Contudo, o Grupo pode igualmente optar, para cada reagrupamento de empresas, por avaliar os interesses minoritários pelo seu justo valor, uma fração da diferença de aquisição assim determinada sendo-lhes então afetada. O Grupo nunca escolheu, até à data, esta opção.

As diferenças de aquisição são registadas na moeda funcional da sociedade adquirida e são convertidas à cotação de câmbio em vigor na data de fecho.

Na data de tomada de controlo de uma entidade, a eventual quota-parte anteriormente detida nesta última é reavaliada pelo seu valor de mercado em contrapartida da demonstração de resultados. Quando um reagrupamento de empresa foi realizado por meio de várias transações de troca (aquisição por etapas), a diferença de aquisição é determinada por referência ao valor de mercado na data de tomada de controlo.

A aplicação da norma IFRS 3 revista sendo prospetiva, os reagrupamentos de empresas realizados antes de 1 de janeiro de 2010 não foram tratados de novo dos efeitos das revisões da norma IFRS 3.

Por aplicação da exceção oferecida pela norma IFRS 1, os reagrupamentos de empresas que intervieram antes de 1 de janeiro de 2004 e contabilizados de acordo com as regras contabilísticas francesas prevalecendo naquela época, não foram tratados de novo segundo os princípios da norma IFRS 3.

Avaliação das diferenças de aquisição

O grupo BNP Paribas procede regularmente a testes de depreciação das diferenças de aquisição.

Conjunto homogéneo de atividades

O Grupo repartiu o conjunto das suas atividades em “conjuntos homogéneos de atividades”.⁽¹⁾ O Grupo repartiu o conjunto das suas atividades em “conjuntos homogéneos de atividades”.⁽¹⁾ Esta repartição, operada de forma coerente com o modo de organização e de gestão das atividades do Grupo, considera em simultâneo o carácter independente dos resultados gerados e o modo de gestão e de direção destes conjuntos. Esta repartição é regularmente revista de modo a considerar os eventos suscetíveis de terem uma consequência sobre a composição dos conjuntos homogéneos de atividades (operações de aquisição e de cedência, reorganização importante, etc.).

Testes de depreciação de um conjunto homogéneo de atividades

Testes de depreciação consistindo em assegurar que as diferenças de aquisição afetadas a cada conjunto homogéneo de atividades não são atingidas por uma depreciação duradoura são efetuados quando aparece

um risco de depreciação duradoura, e em todo o caso uma vez por ano. O valor contabilístico do conjunto homogéneo de atividades é então comparado com o seu valor cobrável. No caso em que o valor cobrável é inferior ao valor contabilístico, procede-se a uma depreciação irreversível da diferença de aquisição igual à diferença entre o valor contabilístico e o valor cobrável do conjunto homogéneo considerado.

Valor cobrável de um conjunto homogéneo de atividades

O valor cobrável de um conjunto homogéneo de atividades é definido como o valor mais elevado entre o seu valor de mercado e o seu valor de uso.

O valor de mercado corresponde ao montante suscetível de ser obtido da cedência do conjunto homogéneo de atividade nas condições de mercado prevalentes na data da avaliação. As referências ao mercado são essencialmente constituídas pelos preços observados no momento de transações recentes sobre entidades comparáveis ou então estabelecidas em relação a múltiplos bolsistas de empresas comparáveis cotadas.

O valor de uso assenta numa estimativa dos fluxos futuros realizados pelo conjunto homogéneo de atividades tais como resultam dos planos previsionais estabelecidos anualmente pelos responsáveis dos conjuntos homogéneos e aprovados pela Direção Geral do Grupo, e das análises de evolução a longo prazo do posicionamento relativo das atividades visadas no mercado. Estes fluxos são atualizados a uma taxa que reflete o nível de rendimento esperado por um investidor para o tipo de atividade e na zona geográfica visados.

1.c ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

1.c.1 Créditos

A categoria «Empréstimos concedidos e créditos» inclui os créditos concedidos pelo Grupo, as participações do Grupo nos créditos sindicados, e os créditos adquiridos não cotados num mercado ativo, quando não são detidos para fins de transação. Os empréstimos concedidos cotados num mercado ativo são incluídos na categoria «Ativos financeiros disponíveis para venda» e valorizados em conformidade com as regras que se aplicam a esta categoria.

Os empréstimos concedidos e créditos são contabilizados inicialmente pelo seu valor de mercado ou o seu equivalente, que é, regra geral, o montante líquido pago na origem, e compreende os custos de origem diretamente imputáveis à operação assim como algumas comissões recebidas (comissões de participação e de compromisso, despesas de processo), analisadas como um ajustamento do rendimento efetivo do empréstimo concedido.

Os empréstimos concedidos e créditos são avaliados ulteriormente pelo custo amortizado, e os juros, assim como os custos de transação e comissões incluídos no valor inicial dos créditos concedidos concorrem para a formação do resultado destas operações sobre a duração do crédito calculado segundo o método da taxa de juro efetiva.

As comissões recebidas sobre compromissos de financiamento prévios à implementação de um crédito são diferidas, depois integradas no valor do crédito no momento da sua atribuição.

As comissões recebidas sobre compromissos de financiamento cuja probabilidade de estes darem lugar à tiragem de um empréstimo concedido é fraca, ou cujas utilizações são aleatórias no tempo e no seu montante, são repartidas linearmente sobre a duração do compromisso.

(1) O termo atribuído aos conjuntos homogéneos de atividades pela norma IAS 36 é o de «Unidade Geradora de Tesouraria».

1.c.2 Contratos de poupança e de empréstimos concedidos regulamentados

As contas poupança-habitação (CPH) e os planos de poupança-habitação (PPH) são produtos de poupança regulamentados pelos poderes públicos, destinados aos particulares. Estes associam uma fase de poupança e uma fase de crédito, indissociavelmente ligadas, a fase de crédito sendo contingente à fase de poupança.

Estes produtos incluem dois tipos de compromissos para o Grupo, que se comprometeu, por um lado, a remunerar a poupança, por um período indeterminado, a uma taxa de juro fixa no momento da abertura do contrato pelos poderes públicos para os PPH ou a uma taxa fixada de novo a cada semestre em função de uma fórmula de indexação fixada pela lei para as CPH e, por outro lado, a emprestar ao cliente, se este o solicitar, por um montante em função dos direitos adquiridos durante a fase de poupança, a uma taxa fixada no momento da abertura do contrato para os PPH ou a uma taxa em função da fase de poupança para os contratos de CPH.

Os compromissos futuros do Grupo relativos a cada geração – os PPH com taxa idêntica à abertura formando uma geração, e as CPH formando para o seu conjunto, uma geração – são medidos por atualização dos resultados potenciais futuros associados aos capitais em risco da geração considerada.

Os capitais em risco são estimados com base numa análise dos históricos dos comportamentos clientela, e correspondem:

- para a fase crédito, aos capitais estatisticamente prováveis para os créditos, assim como aos capitais de crédito já implementados;
- para a fase poupança, à diferença entre os capitais estatisticamente prováveis e os capitais mínimos esperados; os capitais mínimos esperados sendo assimiláveis a depósitos a prazo certos.

Os resultados dos períodos futuros aferentes à fase de poupança são estimados pela diferença entre a taxa de substituição e a taxa fixa de remuneração da poupança sobre o capital em risco de poupança do período considerado. Os resultados dos períodos futuros aferentes à fase crédito são estimados pela diferença entre a taxa de refinanciamento e a taxa fixa de remuneração dos créditos sobre o capital em risco de crédito do período considerado.

As taxas de investimento de poupança e as taxas de refinanciamento dos créditos são deduzidos da curva de taxas de swap e das margens esperadas sobre instrumentos financeiros de natureza e de maturidade comparáveis. As margens são determinadas a partir daquelas observadas sobre os créditos à habitação com taxa fixa para a fase crédito, e daquelas observadas sobre os produtos de seguro de vida em euro para a fase de poupança. Para traduzir a incerteza sobre as evoluções potenciais das taxas e as suas consequências sobre os comportamentos futuros modelizados dos clientes e sobre os capitais em risco, os compromissos são estimados por aplicação do método dito Monte-Carlo.

Quando a soma algébrica da medida dos compromissos futuros sobre a fase de poupança e sobre a fase de crédito de uma mesma geração de contratos traduz uma situação potencialmente desfavorável para o Grupo, é constituída uma provisão, sem compensação entre as gerações, e registada sob a rubrica “Provisões para riscos e encargos” do balanço. As variações desta provisão são registadas na demonstração de resultados em “Proveitos e encargos de juros e assimilados».

1.c.3 Títulos

Categorias de títulos

Os títulos detidos pelo Grupo podem ser classificados em quatro categorias.

Ativos financeiros com valor de mercado por resultado

A categoria dos “Ativos financeiros com valor de mercado por resultado” inclui:

- os ativos financeiros sendo alvo de operações de negócio (operações ditas de transação);
- os ativos financeiros que o Grupo escolheu discricionariamente contabilizar e avaliar pelo valor de mercado por resultado desde a origem, em conformidade com a opção oferecida pela norma IAS 39 e cujas condições são lembradas no parágrafo 1.c.10.

Os títulos classificados nesta categoria são inicialmente contabilizados pelo seu valor de mercado, as despesas das transações sendo diretamente contabilizadas na demonstração de resultados. Na data de liquidação, são avaliados pelo seu valor de mercado e as variações deste, fora rendimentos corridos dos títulos de rendimento fixo, são apresentadas, assim como os dividendos dos títulos de rendimento variável e as mais e menos-valias de cedência realizadas, sob a rubrica “Proveitos ou perdas líquidas sobre os instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado” da demonstração de resultados.

Os rendimentos recebidos dos títulos de rendimento fixo classificados nesta categoria são apresentados sob a rubrica “Juros e proveitos assimilados” da demonstração de resultados.

A avaliação do risco de contrapartida sobre estes títulos está compreendida no seu valor de mercado.

Empréstimos concedidos e créditos

Os títulos de rendimento fixo ou determinável, não cotados num mercado ativo, diferentes daqueles para os quais o portador pode não recuperar a totalidade do seu investimento inicial por razões diferentes da deterioração do crédito, são classificados em «Empréstimos concedidos e créditos» quando não respondem às condições de classificação em ativos financeiros em valor de mercado por resultado. Estes são contabilizados e avaliados tal como indicado no parágrafo 1.c.1.

Ativos financeiros detidos até ao vencimento

A categoria dos “Ativos financeiros detidos até ao vencimento” inclui os títulos de rendimento fixo ou determinável, de vencimento fixo, que o Grupo tem a intenção e a capacidade de deter até ao seu vencimento. As operações de cobertura contra o risco de taxa de juro eventualmente implementada nesta categoria de títulos não são elegíveis à contabilidade de cobertura definida pela norma IAS 39.

Os títulos classificados nesta categoria são contabilizados pelo custo amortizado segundo o método da taxa de juro efetiva, que integra a amortização dos prémios e descontos correspondentes à diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso destes títulos assim como as despesas de aquisição dos títulos se estas são significativas. Os rendimentos recebidos sobre estes títulos são apresentados sob a rubrica “Juros e proveitos assimilados” da demonstração de resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A categoria dos “Ativos financeiros disponíveis para venda” inclui os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável que não dependem das duas categorias anteriores.

Os títulos classificados nesta categoria são inicialmente contabilizados pelo seu valor de mercado, despesas de transação incluídas quando estas são significativas. Na data de liquidação, são avaliados pelo seu valor de mercado e as variações deste, fora rendimentos corridos, apresentados sob a rubrica específica dos capitais próprios. No momento da cedência dos títulos, estes proveitos ou perdas latentes anteriormente contabilizados em capitais próprios são verificados na demonstração de resultados sob a rubrica “Proveitos

ou perdas líquidos sobre ativos disponíveis para venda». O mesmo sucede em caso de depreciação.

Os rendimentos contabilizados segundo o método da taxa de juro efetiva sobre os títulos de rendimento fixo desta categoria são apresentados no agregado “Juros e proveitos assimilados” da demonstração de resultados. Os dividendos recebidos sobre os títulos de rendimento variável são apresentados no agregado “Proveitos e perdas líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda” quando o direito do Grupo a recebê-los está estabelecido.

Operações com acordo de recompra e empréstimos concedidos/contraídos de títulos

Os títulos cedidos temporariamente no caso de um acordo de recompra ficam contabilizados no balanço do Grupo na sua carteira de origem. O passivo correspondente é contabilizado sob a rubrica “Débitos” apropriada, à exceção das operações com acordo de recompra iniciadas pelas atividades de negócio do Grupo, para as quais o passivo correspondente é contabilizado em “Passivos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

Os títulos adquiridos temporariamente no caso de acordo de recompra não são contabilizados no balanço do Grupo. O crédito correspondente é contabilizado sob a rubrica “Empréstimos concedidos e créditos”, à exceção das operações com acordo de recompra iniciadas pelas atividades de negócio do Grupo, para as quais o crédito correspondente é contabilizado em “Ativos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

As operações de empréstimos concedidos de títulos não dão lugar à não contabilização dos títulos emprestados e as operações de empréstimos contraídos não dão lugar à contabilização no balanço dos títulos contraídos em empréstimo, à exceção dos casos em que os títulos contraídos em empréstimo são a seguir cedidos pelo Grupo. Neste caso, a obrigação de entregar os títulos no vencimento do empréstimo contraído é materializada por um passivo financeiro apresentado no balanço sob a rubrica “Passivos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

Data de contabilização das operações sobre títulos

Os títulos em valor de mercado por resultado ou classificados em ativos financeiros detidos até ao vencimento ou em ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados na data de negociação.

As operações de cedência temporária de títulos (quer sejam contabilizadas pelo seu justo valor pelo resultado, em empréstimos concedidos e créditos ou em débitos) assim como as vendas de títulos contraídos em empréstimo são contabilizadas inicialmente na data de pagamento entrega.

Estas operações são mantidas no balanço até à extinção dos direitos do Grupo a receber os fluxos ligados a estas ou até que o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e vantagens também ligados a estas.

1.c.4 Operações em divisas

O modo de registo contabilístico e de avaliação do risco de câmbio inerente aos ativos e aos passivos concorrendo para as operações em divisas feitas pelo Grupo depende do carácter monetário ou não monetário destes ativos e dos seus passivos.

Ativos e passivos monetários⁽¹⁾ expressos em divisas

Os ativos e passivos monetários expressos em divisas são convertidos na moeda funcional da entidade visada do Grupo durante o fecho. As diferenças de câmbio são contabilizadas em resultado, à exceção das diferenças de câmbio relativas a instrumentos financeiros designados

como instrumentos de cobertura de resultados futuros ou de cobertura de investimento em divisas que são, neste caso, contabilizadas em capitais próprios.

Ativos não monetários expressos em divisas

Os ativos não monetários podem ser contabilizados pelo custo histórico ou pelo valor de mercado. Os ativos não monetários expressos em divisas são numa primeira fase avaliados de acordo com o câmbio do dia da transação e numa segunda fase avaliados de acordo com o câmbio que prevalece na data de fecho.

As diferenças de câmbio relativas aos ativos não monetários expressos em divisas e contabilizadas pelo valor de mercado (títulos de rendimento variável) são verificadas em resultado quando o ativo é classificado na rubrica “Ativos financeiros pelo valor de mercado por resultado” e em capitais próprios quando o ativo é classificado na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda”, a menos que o ativo financeiro não seja designado como elemento coberto a título do risco de câmbio numa relação de cobertura de valor, as diferenças de câmbio sendo então contabilizadas em resultado.

1.c.5 Depreciação dos ativos financeiros

Depreciações sobre empréstimos concedidos e créditos e sobre ativos financeiros detidos até ao vencimento, provisões sobre compromissos de financiamento e de garantia

São constituídas depreciações sobre os créditos e sobre os ativos financeiros detidos até ao vencimento desde que exista uma indicação objetiva de perda de valor ligada a um evento ocorrido posteriormente à implementação do empréstimo ou à aquisição do ativo, quer este evento afete os fluxos de tesouraria futuros no seu quantum ou o seu cronograma e que as suas consequências possam ser estimadas de forma fiável. A análise da existência eventual de uma depreciação é conduzida em primeiro lugar a nível individual depois a nível de uma carteira. As provisões relativas aos compromissos de financiamento e de garantia dados pelo Grupo seguem princípios análogos, tendo em conta para os compromissos de financiamento a sua probabilidade de tiragem.

A nível individual, constitui nomeadamente uma indicação objetiva de perda de valor todo o dado observável e aferente aos eventos seguintes:

- a existência de dívidas pendentes há pelo menos três meses (6 meses para os créditos imobiliários e os créditos às coletividades locais);
- o conhecimento ou a observação de dificuldades financeiras significativas da contrapartida de tal modo que é possível concluir à existência de um risco confirmado, quer tenha sido verificada ou não uma dívida pendente;
- as concessões consentidas no fim dos créditos, que não o teriam sido na ausência de dificuldades financeiras do tomador do crédito.

A depreciação é medida como a diferença entre o valor contabilístico antes da depreciação e o valor, atualizado à taxa de juro efetiva de origem do ativo, componentes julgadas cobráveis (principal, juros, garantias...). As modificações de valor dos ativos assim depreciados são registadas na demonstração de resultados, na rubrica “Custo do risco”. Qualquer reapreciação posterior devido a uma causa objetiva ocorrida após a depreciação é verificada pela demonstração de resultados, igualmente na rubrica “Custo do risco”. A partir da depreciação do ativo, a rubrica “Juros e proveitos assimilados” da demonstração de resultados regista a remuneração teórica do valor líquido contabilístico do ativo calculado à taxa de juro efetiva de origem utilizada para atualizar os fluxos julgados cobráveis.

(1) Os ativos e passivos monetários correspondem aos ativos e aos passivos que devem ser recebidos ou pagos por um montante em numerário determinado ou determinável.

A depreciação de um empréstimo concedido ou de um crédito é a maior parte da vezes registada numa conta de provisão distinta que vem reduzir o valor de origem do crédito registado no ativo. As provisões aferentes a um instrumento financeiro registado em extra patrimoniais, um compromisso de financiamento ou de garantia, ou ainda um litígio, são inscritas no passivo. Um crédito depreciado é registado no todo ou em parte em perdas e a sua provisão recuperada até completar a perda quando todas as vias de recurso oferecidas ao banco foram esgotadas para recuperar os constituintes do crédito assim como as garantias ou quando este foi alvo de um abandono total ou parcial.

As contrapartidas não depreciadas individualmente são alvo de uma análise do risco por carteiras homogêneas, que se apoiam no sistema de notação interno do Grupo fundado em dados históricos, ajustados se necessário para ter em conta circunstâncias prevalecendo na data da liquidação. Esta análise permite identificar os grupos de contrapartidas que, tendo em conta eventos ocorridos desde a realização dos créditos, atingiram coletivamente uma probabilidade de incumprimento uma vez chegada à maturidade que fornece uma indicação objetiva da perda de valor sobre o conjunto da carteira, sem que esta perda de valor possa ser nessa fase atribuída individualmente às diferentes contrapartidas compondo a carteira. Esta análise fornece igualmente uma estimação das perdas aferentes às carteiras visadas tendo em conta a evolução do ciclo económico sobre o período analisado. As modificações de valor da depreciação de carteira são registadas na demonstração de resultados, na rubrica “Custo do risco”.

O exercício do julgamento experiente das atividades ou da Direção dos Riscos pode conduzir o Grupo a verificar provisões coletivas adicionais a título de um sector económico ou de uma zona geográfica afetados por eventos económicos excepcionais; o que pode suceder quando as consequências desses eventos não puderam ser medidas com a precisão necessária para ajustar os parâmetros que servem para determinar a provisão coletiva sobre as carteiras homogêneas não especificamente depreciadas.

Depreciação dos ativos financeiros disponíveis para venda

Os “ativos financeiros disponíveis para venda”, essencialmente compostos por títulos, são depreciados individualmente por contrapartida da demonstração de resultados quando existe uma indicação objetiva de depreciação duradoura resultando de um ou vários eventos ocorridos desde a aquisição.

Tratando-se de títulos de rendimento variável cotados num mercado ativo, o dispositivo de controlo permite identificar as participações suscetíveis de serem depreciadas duradouramente mediante os dois critérios seguintes: a descida significativa da cotação abaixo do valor de aquisição ou o tempo ao longo do qual uma menos-valia latente é observada, a fim de proceder a uma análise qualitativa complementar individual. Esta pode conduzir à constituição de uma provisão, então determinada com base na cotação.

Além dos critérios de identificação, o Grupo definiu três critérios de depreciação, um fundado na descida significativa da cotação do título em considerando como significativa uma descida da cotação superior a 50% do valor de aquisição, outro fundado na observação de uma menos-valia latente sobre dois anos consecutivos, e o último associando uma menos-valia latente de pelo menos 30 % com uma duração de observação de um ano, em média. A duração de dois anos é considerada pelo Grupo como o período necessário para que uma descida moderada da cotação abaixo do preço de compra possa ser considerada como não sendo unicamente o efeito da volatilidade aleatória inerente aos mercados bolsistas nem da variação cíclica sobre um período de vários anos afetando estes mercados mas um fenómeno duradouro justificando uma depreciação.

Um método similar é aplicado para os títulos de rendimento variável não cotados não cotados num mercado ativo. A depreciação eventual é então determinada com base no valor de modelo.

Para os títulos de rendimento fixo, os critérios de depreciação são os mesmos que se aplicam às depreciações dos empréstimos concedidos e créditos a nível individual. Para os títulos cotados num mercado ativo, a depreciação é determinada com base na cotação, para os outros com base no valor de modelo.

A depreciação de um título de rendimento variável é registada no seio do resultado líquido bancário sob a rubrica «Proveitos ou perdas líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda» e só pode ser recuperada em demonstração de resultados, se tal for o caso, na data de cedência do título. Além disso, qualquer descida ulterior do valor de mercado constitui uma depreciação reconhecida em resultado.

Uma depreciação constituída sobre um título de rendimento fixo é verificada em “Custo do risco” e pode ser retomada em demonstração de resultados quando o valor de mercado do título aumentou de novo devido a uma causa objetiva ocorrida posteriormente à última depreciação.

1.c.6 Reclassificações de ativos financeiros

As reclassificações de ativos financeiros possíveis são as seguintes:

- da categoria «ativos financeiros em valor de mercado por resultado», para um ativo financeiro não derivado que já não é detido com vista a ser vendido num futuro próximo:
 - para a categoria «empréstimos concedidos e créditos» desde que responda a esta definição na data da reclassificação e que o Grupo tenha a intenção e a capacidade de o deter num futuro previsível ou até ao seu vencimento,
 - para as outras categorias desde que circunstâncias excepcionais o justifiquem e desde que os ativos transferidos respeitem as condições aplicáveis à carteira de entrada;
- da categoria «ativos financeiros disponíveis para venda»:
 - para a categoria «empréstimos concedidos e créditos» de acordo com as mesmas condições que aquelas definidas acima para os «ativos financeiros em valor de mercado por resultado»,
 - para a categoria «ativos financeiros detidos até ao vencimento», para os ativos apresentando um vencimento ou «ativos financeiros pelo custo» para os ativos de rendimento variável não cotados.

As reclassificações efetuam-se pelo valor de mercado ou de modelo do instrumento financeiro na data da reclassificação. Os derivados incorporados nos ativos financeiros transferidos são, se tal for o caso, contabilizados de maneira separada e as variações de valor levadas ao resultado.

Posteriormente à reclassificação, os ativos são contabilizados de acordo com as disposições aplicáveis à carteira de acolhimento, o preço de transferência na data da reclassificação constituindo o custo inicial do ativo para a determinação das depreciações eventuais.

No caso de reclassificação da categoria «ativos financeiros disponíveis para venda» para outra categoria, os lucros ou perdas anteriormente verificados em capitais próprios são amortizados pelo resultado sobre o período de vida residual do instrumento utilizando o método da taxa de juro efetiva.

As revisões em alta dos fluxos estimados recuperáveis serão contabilizadas enquanto ajustamento da taxa de juro efetiva a contar da data de mudança de estimativa. As revisões em queda traduzir-se-ão por um ajustamento do valor contabilístico do ativo financeiro.

1.c.7 Débitos emitidos representados por um título

Os instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo são qualificados de instrumentos de débitos se existe uma obrigação contratual para a sociedade do Grupo emissora destes instrumentos de entregar numerário ou um ativo financeiro ao detentor dos títulos. Sucede o mesmo nos casos em que o Grupo pode ser obrigado a trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade com condições potencialmente desfavoráveis, ou liquidar um número variável das suas próprias ações.

Os débitos emitidos representados por um título são registados na origem pelo seu valor de emissão incluindo as despesas de transação, depois são avaliados pelo seu custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As obrigações reembolsáveis ou convertíveis em ações próprias são consideradas como instrumentos híbridos incluindo em simultâneo uma componente dívida e uma componente capitais próprios, determinadas durante a contabilização inicial da operação.

1.c.8 Ações próprias e derivados sobre ações próprias

O termo “ações próprias” designa as ações da empresa consolidante BNP Paribas SA e das suas filiais consolidadas por integração global.

As ações próprias detidas pelo Grupo são levadas em dedução dos capitais próprios consolidados seja qual for o objetivo da sua detenção e os resultados aferentes são eliminados da demonstração de resultados consolidados.

As ações emitidas pelas filiais do Grupo controladas de forma exclusiva sendo assimiladas às ações emitidas pela empresa consolidante, quando o Grupo readquire os títulos emitidos por essas filiais, a diferença entre o preço de aquisição e a quota-parte de ativo líquido comprado é registada nas reservas consolidadas, parte do Grupo. Da mesma forma, o valor da dívida, assim como as suas variações, representativo de opções de venda consentidas, se tal for o caso, aos acionistas minoritários dessas filiais, é imputado aos interesses minoritários e, se não os houver, às reservas consolidadas, parte do Grupo. Enquanto essas opções não são exercidas, os resultados ligados aos interesses minoritários são afetados aos interesses minoritários na demonstração de resultados consolidados. A incidência de uma descida da percentagem de interesse do Grupo numa filial consolidada por integração global, é tratada contabilisticamente como um movimento dos capitais próprios.

Os derivados sobre ações próprias são considerados, segundo o seu modo de realização:

- quer como instrumentos de capitais próprios se a realização é feita por entrega física de um número fixo de ações próprias contra um montante fixo de tesouraria ou outro ativo financeiro; estes instrumentos derivados não são nesse caso reavaliados;
- quer como derivados se a realização é feita em numerário ou à escolha pela entrega física de ações próprias ou a entrega de numerário. As variações de valor destes instrumentos são neste caso registadas em resultado.

Além disso, se o contrato contém uma obrigação, mesmo que seja apenas eventual, de recompra pelo banco das suas próprias ações, o valor presente do débito é contabilizado pela contrapartida dos capitais próprios.

1.c.9 Instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Todos os instrumentos derivados são contabilizados no balanço na data da negociação pelo seu preço de transação. Na data de liquidação, estes são reavaliados pelo seu valor de mercado.

Derivados detidos para fins de transação

Os derivados detidos para fins de transação são contabilizados no balanço no posto “Ativos e passivos financeiros pelo valor de mercado por resultado”. Estes são contabilizados em ativos financeiros quando o valor de mercado é positivo, em passivos financeiros quando é negativo. Os proveitos e perdas realizados e latentes são contabilizados na demonstração de resultados em “Proveitos e perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados concluídos na âmbito de relações de cobertura são designados em função do objetivo prosseguido.

A cobertura de valor é nomeadamente utilizada para cobrir o risco de taxa de juro dos ativos e passivos com taxa fixa, tanto para instrumentos financeiros identificados (títulos, emissões, empréstimos concedidos, empréstimos contraídos) como para carteiras de instrumentos financeiros (depósitos à vista e créditos com taxa fixa nomeadamente).

A cobertura de resultados futuros é nomeadamente utilizada para cobrir o risco de taxa dos ativos e passivos com taxa variável, incluindo a sua renovação, e o risco de câmbio dos rendimentos futuros altamente prováveis em divisas.

Aquando da realização da relação de cobertura, o Grupo estabelece uma documentação formalizada: designação do instrumento ou da porção de instrumento ou de risco coberto, estratégia e natureza do risco coberto, designação do instrumento de cobertura, modalidades de avaliação da eficácia da relação de cobertura.

Em conformidade com esta documentação, o Grupo avalia, no momento da sua realização e no mínimo trimestralmente, a eficácia retrospectiva e prospetiva das relações de cobertura implantadas. Os testes de eficácia retrospectivos têm por objetivo assegurar que a relação entre as variações efetivas de valor ou de resultado dos derivados de cobertura e as dos instrumentos cobertos se situem entre 80 e os 125%. Os testes prospetivos têm por objetivo assegurar que as variações de valor ou de resultado dos derivados esperadas ao longo da duração de vida residual da cobertura compensam de forma adequada as dos instrumentos cobertos. Relativamente às transações altamente prováveis, o seu carácter aprecia-se nomeadamente através da existência de históricos sobre transações similares.

Por aplicação da norma IAS 39 adotada pela União europeia (excluindo certas disposições relativas à contabilidade de cobertura de uma carteira), são utilizadas relações de cobertura de valor do risco de taxa de juro com base em carteira de ativos ou de passivos. Neste âmbito:

- o risco designado como estando coberto é o risco de taxa de juro associado à componente de taxa interbancária incluído na taxa das operações comerciais de créditos à clientela, de poupança e de depósitos à vista;
- os instrumentos reputados cobertos correspondem, para cada banda de maturidade, a uma fração da posição constitutiva dos impasses associados aos subjacentes cobertos;
- os instrumentos de cobertura são unicamente swaps de taxa simples;

■ a eficácia das coberturas é assegurada prospectivamente pelo facto de todos os derivados na data da sua realização deverem ter por efeito de reduzir o risco de taxa de juro da carteira de subjacentes cobertos. Retrospectivamente, estas coberturas devem ser desqualificadas quando os subjacentes que estão especificamente associados a estas em cada banda de maturidade se tornam insuficientes (devido aos reembolsos antecipados dos empréstimos concedidos ou a levantamentos de depósitos).

Os princípios de contabilização dos derivados e dos instrumentos cobertos dependem da estratégia de cobertura.

No caso de uma relação de cobertura de valor, os derivados são reavaliados no balanço pelo seu valor de mercado por contrapartida da demonstração de resultados no posto “Proveitos e perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado”, simetricamente à reavaliação dos instrumentos cobertos para o risco considerado. No balanço, a reavaliação da componente coberta é contabilizada quer em conformidade com a classificação do instrumento coberto no caso de uma relação de cobertura de ativos ou de passivos identificados, quer no posto “Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa” no caso de uma relação de cobertura de carteira.

Em caso de interrupção da relação de cobertura ou quando esta já não satisfaz os testes de eficácia, os derivados de cobertura são transferidos em carteira de transações e contabilizados segundo os princípios aplicáveis a esta categoria. No caso de instrumentos de taxa de juro identificados inicialmente cobertos, o montante de reavaliação inscrito no balanço sobre estes instrumentos é amortizado pela taxa de juro efetiva durante a sua duração de vida residual. No caso de carteiras de instrumentos de taxa de juro inicialmente cobertas em taxa, este ajustamento é amortizado linearmente sobre o período residual em relação à duração inicial da cobertura. Se os elementos cobertos já não constam do balanço, devido nomeadamente a reembolsos antecipados, este montante é imediatamente levado à demonstração de resultados.

No caso de uma relação de cobertura de resultados futuros, os derivados são reavaliados no balanço em valor de mercado em contrapartida de uma linha específica dos capitais próprios “Proveitos e perdas latentes ou diferidos”. Os montantes inscritos em capitais próprios durante a duração de vida da cobertura são transferidos em resultado sob a rubrica “Proveitos e encargos de juros” à medida que os elementos de resultado do instrumento coberto afetam o resultado. Os instrumentos cobertos ficam contabilizados em conformidade com as regras específicas à sua categoria contabilística.

Em caso de interrupção da relação de cobertura ou quando esta já não satisfaz os testes de eficácia, os montantes acumulados inscritos em capitais próprios a título da reavaliação do derivado de cobertura são mantidos em capitais próprios até que a transação coberta afete ela mesma o resultado ou quando é determinado que esta não se realizará. Estes montantes são então transferidos em resultado.

Em caso de desaparecimento do elemento coberto, os montantes acumulados inscritos em capitais próprios são imediatamente verificados em resultado.

Seja qual for a estratégia de cobertura escolhida, a ineficácia da cobertura é contabilizada na demonstração de resultados em “Proveitos e perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

As coberturas dos investimentos líquidos em divisas realizadas em filiais e sucursais são contabilizadas da mesma forma que as coberturas de resultados futuros. Os instrumentos de cobertura podem ser derivados de câmbio ou qualquer instrumento financeiro não derivado.

Derivados incorporados

Os derivados incorporados em instrumentos financeiros compostos são extraídos do valor do instrumento que os contém e contabilizados separadamente como instrumento derivado quando o instrumento composto não é contabilizado no posto “Ativos e passivos financeiros pelo valor de mercado por resultado” e quando as características económicas e os riscos do instrumento derivado incorporado não são estritamente ligados aos do contrato anfitrião.

1.c.10 Determinação do valor de mercado

Os ativos e passivos financeiros da categoria “valor de mercado por resultado” e os ativos da categoria “Ativos financeiros disponíveis para venda” são avaliados e contabilizados pelo seu valor de mercado, na data de primeira contabilização, como na data de avaliação ulterior. Este corresponde ao montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo anulado, entre partes bem informadas, concordantes, e agindo em condições de concorrência normal. No momento da sua contabilização inicial, o valor de um instrumento financeiro é normalmente o preço de negociação (a saber o valor da contrapartida paga ou recebida).

O valor de mercado é determinado:

- quer a partir de preços cotados num mercado ativo;
- quer a partir de uma técnica de valorização fazendo apelo a:
 - métodos de cálculo matemáticos fundados em teorias financeiras reconhecidas, e
 - parâmetros cujo valor é determinado, para alguns, a partir dos preços dos instrumentos tratados em mercados ativos e para outros, a partir de estimações estatísticas ou outros métodos quantitativos, devido à ausência de mercado ativo.

A determinação do carácter ativo ou não de um mercado, apoia-se nos indicadores tais como a descida significativa do volume das transações para um instrumento idêntico ou similar, a rarefação dos valores restituídos pelas empresas de serviço, a forte dispersão dos preços disponíveis entre os diferentes intervenientes de mercado ou a antiguidade dos preços proveniente de transações observadas.

Utilização de preços cotados num mercado ativo

Quando estão disponíveis preços cotados num mercado ativo, estes são retidos pela determinação do valor de mercado. Trata-se de preços diretamente cotados para instrumentos idênticos.

Utilização de modelos para a valorização dos instrumentos financeiros não cotados

A maioria dos derivados à vista é tratada em mercados ativos. A sua valorização é operada por modelos comumente admitidos (método de atualização dos cash-flows futuros, modelo de Black and Scholes, técnicas de interpolação) e fundados sobre preços de mercado cotados de instrumentos ou de subjacentes similares.

Alguns instrumentos financeiros, apesar de não serem tratados sobre mercados ativos, são valorizados de acordo com métodos fundados sobre parâmetros observáveis nos mercados.

Os modelos utilizam parâmetros de mercado calibrados a partir de dados observáveis tais como as curvas de taxa, as camadas de volatilidade implícita das opções, as taxas de incumprimento e hipóteses de perdas.

A valorização oriunda dos modelos é ajustada por forma a ter em conta riscos de liquidez e de crédito. Assim, a partir das valorizações produzidas com base numa cotação mediana de mercado, um ajustamento de cotação permite valorizar a posição líquida de cada instrumento financeiro pela

cotação compradora para as posições vendedoras ou pela cotação vendedora para as posições compradoras. A cotação compradora reflete o preço pelo qual uma contrapartida compraria o instrumento financeiro; a cotação vendedora reflete o preço pelo qual uma contrapartida venderia o mesmo instrumento.

Da mesma forma, para refletir a qualidade de crédito dos instrumentos derivados, um ajustamento para risco de incumprimento é aplicado à valorização oriunda dos modelos.

A margem realizada durante a negociação destes instrumentos financeiros valorizados de acordo com métodos fundados em parâmetros observáveis é imediatamente contabilizada em resultado.

Outros instrumentos financeiros complexos, pouco líquidos, são valorizados com técnicas desenvolvidas pela empresa e fundadas em parâmetros em todo ou parte não observáveis nos mercados ativos.

Na ausência de parâmetros observáveis, estes instrumentos são então valorizados, no momento da sua contabilização inicial, de modo a refletir o preço da transação que é considerado como a melhor indicação do valor de mercado. A valorização oriunda destes modelos é ajustada para permitir ter em conta riscos de liquidez, de crédito e de modelo.

A margem realizada aquando da negociação destes instrumentos financeiros complexos ("day one profit"), é diferida e repartida em resultado sobre a duração de não observabilidade antecipada dos parâmetros de valorização. Quando os parâmetros não observáveis na origem o ficam ou quando a valorização pode ser justificada por comparação com a de transações recentes e similares operadas num mercado ativo, a parte da margem ainda não reconhecida é então contabilizada em resultado.

Enfim, no caso particular das ações não cotadas, o valor de mercado das ações não cotadas é determinado por comparação com a ou as transações mais recentes observadas sobre o capital da empresa visada, realizadas com um terceiro independente e em condições normais de mercado. Na ausência de tal referência, a valorização é operada ou a partir de técnicas comumente utilizadas (múltiplos de EBIT ou de EBITDA), ou com base na quota-parte de ativo líquido pertencente ao grupo calculada a partir das informações disponíveis mais recentes.

1.c.11 Ativos e passivos financeiros contabilizados em valor de mercado por resultado sobre opção

A emenda à norma IAS 39 relativa à contabilização dos ativos e passivos financeiros na categoria "carteira avaliada em valor de mercado sobre opção" foi adotada pela União europeia a 15 de Novembro de 2005, com aplicação a partir de 1 de janeiro de 2005.

Esta emenda permite, no momento da contabilização inicial, designar ativos e passivos financeiros em valor de mercado por resultado nos casos seguintes:

- quando se trata de instrumentos financeiros compostos incluindo um ou vários derivados incorporados que de outra forma deveriam ser extraídos e contabilizados separadamente;
- quando a utilização desta opção permite eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na avaliação e a contabilização dos ativos e passivos que de outra forma resultariam da sua classificação em categorias contabilísticas distintas;
- quando o grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido e avaliado com base no seu valor de mercado, em conformidade com uma estratégia de gestão e de investimento devidamente documentada.

1.c.12 Rendimentos e encargos relativos aos ativos e passivos financeiros

Os rendimentos e os encargos relativos aos instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado e pelos ativos de rendimento fixo classificados em "Ativos financeiros disponíveis para venda" são contabilizados na demonstração de resultados utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa de atualização que assegura a identidade entre o valor atualizado dos fluxos de tesouraria futuros sobre a duração de vida do instrumento financeiro ou, consoante o caso, sobre uma duração de vida mais curta, e o montante inscrito no balanço. O cálculo desta taxa considera comissões recebidas ou pagas e fazendo por natureza parte integrante da taxa efetiva do contrato, dos custos de transação e dos prémios e descontos.

O Grupo regista em resultado os proveitos e encargos de comissões sobre prestações de serviços em função da natureza das prestações às quais estas correspondem. As comissões consideradas como um complemento de juro fazem parte integrante da taxa de juro efetiva e são contabilizadas na demonstração de resultados em "Proveitos e encargos de juro e assimilados". As comissões remunerando a execução de um ato importante são contabilizadas na demonstração de resultados integralmente aquando da execução deste ato, sob a rubrica "Comissões" assim como as comissões remunerando um serviço contínuo que são tidas em conta sobre a duração da prestação fornecida.

As comissões recebidas a título dos compromissos de garantia financeira são reputadas representarem o valor de mercado inicial do compromisso. O passivo daí resultante é posteriormente amortizado durante a duração do compromisso, em produtos de comissões no seio do Resultado Líquido Bancário.

Os custos externos diretamente atribuíveis a uma emissão de ações novas, são deduzidos dos capitais próprios líquidos de qualquer imposto aferente a esta.

1.c.13 Custo do risco

O custo do risco inclui a título do risco de crédito as dotações e recuperações de provisões para depreciação dos títulos de rendimento fixo e dos empréstimos concedidos e créditos à clientela e a estabelecimentos de crédito, as dotações e recuperações relativas aos compromissos de financiamento e de garantia concedidos, as perdas sobre créditos incobráveis e as recuperações sobre créditos amortizados. São igualmente contabilizadas em custo do risco as depreciações eventualmente constituídas em caso de risco de incumprimento confirmado de contrapartidas de instrumentos financeiros negociados à vista assim como os encargos ligados às fraudes e aos litígios inerentes à atividade de financiamento.

1.c.14 Descontabilização de ativos ou de passivos financeiros

O Grupo descontabiliza todo ou parte de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de tesouraria do ativo expiram ou quando o Grupo transferiu os direitos contratuais de receber os fluxos de tesouraria do ativo financeiro e quase a totalidade dos riscos e das vantagens ligados à propriedade deste ativo. Se o conjunto destas condições não está reunido, o Grupo mantém o ativo no seu balanço e regista um passivo representando as obrigações nascidas por ocasião da transferência do ativo.

O Grupo descontabiliza todo ou parte de um passivo financeiro quando todo ou parte deste passivo está extinto.

1.c.15 Compensação dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e um saldo líquido é apresentado no balanço se, e unicamente se, o Grupo tiver um direito juridicamente executório de compensar os montantes contabilizados e se tiver intenção ou de pagar o montante líquido ou de realizar o ativo e de pagar o passivo simultaneamente.

As operações com acordo de recompra entregues e de derivados tratadas com câmaras de compensação cujos princípios de funcionamento respondem aos dois critérios exigidos pela norma são objeto de uma compensação no balanço.

1.d NORMAS CONTABILÍSTICAS PRÓPRIAS ÀS ATIVIDADES DE SEGUROS

Os princípios contabilísticos e as regras de avaliação próprias aos ativos e passivos gerados pelos contratos de seguro e os contratos financeiros com uma cláusula de participação de carácter discricionário emitidos pelas empresas de seguros são estabelecidos em conformidade com a norma IFRS 4 e mantidos nas contas consolidadas do Grupo.

Os outros ativos detidos e passivos emitidos pelas empresas de seguros seguem as regras comuns a todos os ativos e passivos do Grupo e são apresentados nos postos de mesma natureza do balanço e da demonstração de resultados consolidados.

1.d.1 Ativos

Os ativos financeiros e as imobilizações seguem os modos de contabilização já descritos, à exceção das partes de SCI, suportes de contratos em unidades de conta, que são valorizadas na data de liquidação pelo seu valor de mercado ou o seu equivalente, as variações desta sendo contabilizadas na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros representando as provisões técnicas aferentes aos contratos em unidades de conta são assim apresentados em "Ativos financeiros pelo justo valor por resultado" e avaliados na data de liquidação pelo valor de realização dos suportes de referência.

1.d.2 Passivos

Os compromissos para com subscritores e beneficiários dos contratos aparecem no posto "Provisões técnicas das empresas de seguros", e reúnem os passivos dos contratos de seguros submetidos a um imprevisto aleatório de seguro significativo (mortalidade, invalidez...) e contratos financeiros incluindo uma cláusula discricionária de participação nos lucros, aos quais se aplica a norma IFRS 4. A cláusula de participação discricionária outorga aos subscritores de contratos de seguro de vida o direito de receber, além da remuneração garantida, uma quota-parte dos resultados financeiros realizados.

Os passivos relativos aos outros contratos financeiros, que dependem da norma IAS 39, são contabilizados no posto «Débitos com a clientela».

Os passivos dos contratos em unidades de conta são avaliados por referência ao valor de mercado ou o seu equivalente dos ativos servindo de suporte a estes contratos na data de liquidação.

As provisões técnicas das filiais de seguro de vida são principalmente constituídas pelas provisões matemáticas que correspondem, geralmente, ao valor de reaquisição dos contratos.

As garantias propostas cobrem principalmente o risco de morte (seguro temporário, rendas vitalícias, reembolso de empréstimos contraídos ou garantias mínimas dos contratos em unidades de conta) assim como em seguro dos mutuários, a invalidez, a incapacidade de trabalho e a falta de emprego. O controlo destes riscos é obtido graças à utilização de tabelas de mortalidade adaptadas (tabelas certificadas pelos beneficiários dos rendimentos), à seleção médica mais ou menos puxada consoante as garantias outorgadas, ao bom conhecimento estatístico das populações asseguradas assim como aos programas de resseguro.

Em seguro que não de vida, provisões para prémios não adquiridos (frações de prémios emitidos correspondendo aos exercícios futuros) e para sinistros a pagar são constituídas incluindo os encargos de gestão.

Na data de fecho, é realizado um teste de suficiência passiva: o nível das provisões técnicas é comparado com o valor médio, oriundo dos cálculos estocásticos, dos fluxos de tesouraria. O ajustamento eventual das provisões técnicas é verificado no resultado do período. A reserva de capitalização dotada nas contas sociais devido à venda de valores mobiliários amortizáveis, no intuito de diferir uma parte das mais-valias líquidas realizadas para manter o rendimento atuarial da carteira constituída em representação dos compromissos para com os segurados, é, no essencial, reclassificada em provisão para participação nos lucros diferida passiva nas contas consolidadas do Grupo, a parte registada nos capitais próprios dando lugar à constatação de um imposto diferido passivo.

Esta provisão compreende igualmente a provisão para participação diferida, resultante da aplicação da "contabilidade reflexo": esta representa a quota-parte dos assegurados, principalmente das filiais de seguro de vida em França, nas mais e menos-valias latentes sobre os ativos quando a remuneração dos contratos está ligada ao seu rendimento. Esta quota-parte é uma média oriunda de cálculos estocásticos sobre as mais e menos-valias latentes atribuídas aos assegurados no âmbito dos cenários estudados.

Em caso de existência de uma menos-valia latente líquida sobre os ativos entrando no campo de aplicação da «contabilidade reflexo», verifica-se uma participação diferida ativa para o montante cuja imputação sobre participações nos lucros futuros dos assegurados é fortemente provável. A apreciação da recuperabilidade desta participação diferida ativa é efetuada de maneira prospetiva, tendo em conta participações nos lucros diferidos passivos contabilizadas, mais-valias sobre ativos financeiros não verificadas nas contas devido às opções escolhidas para a sua contabilização (ativos financeiros detidos até ao vencimento e investimentos imobiliários avaliados pelo custo) e a capacidade e a intenção da empresa de deter os investimentos em menos-valia latente. A participação nos lucros diferida ativa é contabilizada de maneira simétrica à dos ativos correspondentes e apresentada no ativo do balanço no posto «contas de regularização e ativos diversos».

1.d.3 Demonstração de resultados

Os proveitos e encargos contabilizados a título dos contratos de seguro emitidos pelo Grupo são apresentados na demonstração de resultados sob as rubricas "Proveitos das outras atividades" e "Encargos das outras atividades».

Os outros proveitos e encargos são apresentados sob as rubricas relativas a estes. Assim, as variações da provisão para participação nos lucros são apresentadas nos mesmos agregados que os resultados sobre os ativos que a geram.

1.e IMOBILIZAÇÕES

As imobilizações inscritas no balanço do Grupo compreendem as imobilizações corpóreas e incorpóreas de exploração assim como os imóveis de investimento.

As imobilizações de exploração são utilizadas para fins de produção de serviços, ou administrativas. Estas incluem os bens outros que imobiliários, cedidos em aluguer simples.

Os imóveis de investimento são bens imobiliários detidos para daí retirar rendas e valorizar o capital investido.

As imobilizações são registadas pelo seu custo de aquisição acrescido das despesas diretamente atribuíveis, dos custos de empréstimo contraído incorridos quando a colocação em serviço das imobilizações é antecedida de um longo período de construção ou de adaptação.

Os softwares desenvolvidos internamente, quando preenchem os critérios de imobilização, são imobilizados pelo seu custo direto de desenvolvimento que inclui as despesas externas e os encargos com o pessoal diretamente afetáveis ao projeto.

Após contabilização inicial, as imobilizações são avaliadas pelo seu custo diminuído do acumulado das amortizações e das perdas eventuais de valor, à exceção das partes de SCl, suportes de contratos de seguros em unidades de conta, que são valorizadas em data de fecho pelo seu valor de mercado ou o seu equivalente, as variações desta sendo contabilizadas na demonstração de resultados.

O montante amortizável de uma imobilização é determinado após dedução do seu valor residual. Apenas os bens concedidos em aluguer simples são reputados ter um valor residual, a duração de uso das imobilizações de exploração sendo geralmente igual à duração de vida económica esperada do bem.

As imobilizações são amortizadas segundo o modo linear sobre a duração de utilidade esperada do bem para a empresa. As dotações às amortizações são contabilizadas sob a rubrica “Dotações às amortizações e provisões para depreciação das imobilizações corpóreas e incorpóreas” da demonstração de resultados.

Quando a imobilização é composta por vários elementos podendo ser alvo de substituição a intervalos regulares, com utilizações diferentes ou procurando vantagens económicas segundo um ritmo diferente, cada elemento é contabilizado separadamente e cada um dos componentes é amortizado de acordo com um plano de amortização que lhe é próprio. A abordagem por componentes foi escolhida para os imóveis de exploração e de investimento.

As durações de amortização escolhidas para os imóveis de escritórios são de 80 e 60 anos para a estrutura dos imóveis de prestígio e os outros imóveis respetivamente, 30 anos para as fachadas, 20 anos para as instalações gerais e técnicas e 10 anos para as remodelações.

Os softwares são amortizados, consoante a sua natureza, sobre durações não excedendo 8 anos para os desenvolvimentos de infraestruturas e 3 anos ou 5 anos para os desenvolvimentos essencialmente ligados à produção de serviços prestados à clientela.

Os custos de manutenção dos softwares são registados em encargos na demonstração de resultados quando estes são incorridos. Em compensação, as despesas que participam na melhoria das funcionalidades do software ou contribuem para alongar a sua duração de vida são inscritas em aumento do custo de aquisição ou de confeção inicial.

As imobilizações amortizáveis são alvo de um teste de depreciação quando na data de fecho, eventuais índices de perdas de valor são identificados. As imobilizações não amortizáveis são alvo de um teste de

depreciação pelo menos uma vez por ano sobre o modelo daquele efetuado para os sobrevalores afetados aos conjuntos homogêneos de atividades.

Se existe um tal índice de depreciação, o novo valor cobrável do ativo é comparado ao valor líquido contabilístico da imobilização. Em caso de perda de valor, uma depreciação é verificada em demonstração de resultados. A depreciação é retomada em caso de modificação da estimativa do valor cobrável ou de desaparecimento dos índices de depreciação. As depreciações são contabilizadas sob a rubrica “Dotações às amortizações e provisões para depreciação das imobilizações corpóreas e incorpóreas” da demonstração de resultados.

As mais ou menos-valias de cedência das imobilizações de exploração são registadas na demonstração de resultados sob a rubrica “Proveitos líquidos sobre outros ativos imobilizados”.

As mais ou menos-valias de cedência dos imóveis de investimento são registadas na demonstração de resultados sob a rubrica “Resultados das outras atividades” ou “Encargos das outras atividades”.

1.f CONTRATOS DE ALUGUER

As diferentes sociedades do Grupo podem ser o tomador ou o mutuante de contratos de aluguer.

1.f.1 A empresa do Grupo é o mutuante do contrato de aluguer

Os contratos de aluguer consentidos pelo Grupo são analisados em contratos de locação financeira (leasing e outros) ou em contratos de aluguer simples.

Contratos de locação financeira

Num contrato de locação financeira, o mutuante transfere para o tomador o essencial dos riscos e vantagens do ativo. Este analisa-se como um financiamento concedido ao tomador para a compra de um bem.

O valor atual dos pagamentos devidos a título do contrato, acrescido se tal for o caso do valor residual, é registado como um débito. O rendimento líquido da operação para o proprietário ou o arrendatário corresponde ao montante de juros do empréstimo concedido e é registado na demonstração de resultados sob a rubrica “Juros e proveitos assimilados”. As rendas recebidas são repartidas sobre a duração do contrato de locação financeira imputando-as em amortização do capital e em juros para que o rendimento líquido represente uma taxa de rentabilidade constante sobre o ativo residual. A taxa de juro utilizada é a taxa de juro implícita do contrato.

As provisões verificadas nestes empréstimos concedidos e créditos, quer se trate de provisões individuais ou de provisões de carteira, seguem as mesmas regras que aquelas descritas para aos empréstimos concedidos e créditos.

Contratos de aluguer simples

Um contrato de aluguer simples, é um contrato pelo qual o essencial dos riscos e vantagens do ativo alugado não é transferido para o tomador.

O bem é contabilizado no ativo do proprietário em imobilizações e amortizado linearmente sobre o período de aluguer. A amortização do bem efetua-se fora do valor residual enquanto que as rendas são contabilizadas em resultado na sua totalidade de forma linear sobre a duração do contrato de aluguer. Estas rendas e estas dotações às amortizações são registadas na demonstração de resultados nas linhas “Proveitos das outras atividades” e “Encargos das outras atividades”.

1.f.2 A empresa do Grupo é o tomador do contrato de aluguer

Os contratos de aluguer concluídos pelo Grupo são analisados em contratos de locação financeira (leasing e outros) ou em contratos de aluguer simples.

Contratos de locação financeira

Um contrato de locação financeira é considerado como um bem adquirido pelo tomador e financiado por um empréstimo contraído. O ativo alugado é contabilizado pelo seu valor de mercado no ativo do balanço do tomador ou, se este for inferior, pelo seu valor atualizado dos pagamentos mínimos a título do contrato de aluguer determinado à taxa de juro implícita do contrato. Em contrapartida, um débito financeiro de um montante igual ao valor de mercado da imobilização ou ao valor atualizado dos pagamentos mínimos é verificado no passivo do tomador. O bem é amortizado segundo o mesmo método que aquele aplicável às imobilizações detidas por conta própria, após ter deduzido do seu preço de aquisição a estimação do seu valor residual. O prazo de utilização retido é a duração de vida útil do ativo. O débito financeiro é contabilizado ao custo amortizado.

Contratos de aluguer simples

O bem não é contabilizado no ativo do tomador. Os pagamentos efetuados a título dos contratos de aluguer simples são registados na demonstração de resultados linearmente sobre o período de aluguer.

1.g ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS COM VISTA À VENDA E ATIVIDADES ABANDONADAS

Quando o Grupo decide vender ativos não correntes, e quando é altamente provável que esta venda intervenha nos dozes meses seguintes, estes ativos são apresentados separadamente no balanço no posto "Ativos não correntes destinados a serem cedidos". Os passivos eventualmente ligados a estes são apresentados separadamente no posto "Débitos ligados aos ativos não correntes destinados a serem cedidos».

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos não correntes e grupos de ativos e de passivos são avaliados pelo seu valor contabilístico mais baixo e pelo seu justo valor minorado dos custos de venda.

Os ativos visados deixam de ser amortizados. Em caso de perda de valor verificada num ativo ou um grupo de ativos e de passivos, é verificada uma depreciação em resultado. As perdas de valor contabilizadas a este título são reversíveis.

Além disso, quando um grupo de ativos e de passivos destinado à venda constitui um conjunto homogéneo de atividades, é qualificado de atividade abandonada. As atividades abandonadas incluem em simultâneo as atividades destinadas a serem cedidas, as atividades paradas, assim como as filiais adquiridas exclusivamente numa perspetiva de revenda.

O conjunto das perdas e lucros relativos a estas operações é apresentado separadamente na demonstração de resultados, na linha "Resultado líquido de imposto das atividades paradas ou em via de cedência", que inclui os resultados líquidos após imposto da atividade, o resultado líquido após imposto ligado à sua avaliação pelo valor de mercado minorado dos custos de venda, e o resultado líquido após imposto da cedência da atividade.

1.h VANTAGENS BENEFICIANDO O PESSOAL

As vantagens consentidas ao pessoal do Grupo são classificadas em quatro categorias:

- as vantagens a curto prazo, tais como os salários, os subsídios anuais, o interesse, a participação, os acréscimos;
- as vantagens a longo prazo, que compreendem as licenças com vencimento e os prémios ligados à antiguidade, certas remunerações diferidas pagas em numerário;
- as indemnizações de fim de contrato de trabalho;
- as vantagens posteriores ao emprego, constituídas nomeadamente em França pelos complementos de reforma bancária, e os prémios de fim de carreira, e no estrangeiro por regimes de reforma alguns apoiados por fundos de pensões.

Vantagens a curto prazo

A empresa contabiliza um encargo quando esta utilizou os serviços prestados pelos membros do pessoal em contrapartida das vantagens que lhes foram consentidas.

Vantagens a longo prazo

As vantagens a longo prazo designam as vantagens, diferentes das vantagens posteriores ao emprego e as indemnizações de fim de contrato de trabalho, que não são devidas integralmente nos doze meses a seguir ao fim do exercício durante o qual os membros do pessoal prestaram os serviços correspondentes. São nomeadamente visadas as remunerações diferidas de mais de doze meses pagas em numerário e não indexadas sobre a cotação da ação BNP Paribas, que são provisionadas nas contas do exercício ao qual correspondem.

O método de avaliação atuarial é similar ao que se aplica às vantagens posteriores ao emprego com prestações definidas, mas as diferenças atuariais são contabilizadas imediatamente tal como o efeito ligado a eventuais modificações de regime.

Indemnizações de fim de contrato de trabalho

As indemnizações de fim de contrato de trabalho resultam da vantagem concedida aos membros do pessoal durante a rescisão pelo Grupo do contrato de trabalho antes da idade legal da reforma ou da decisão de membros do pessoal de sair voluntariamente em troca de uma indemnização. As indemnizações de fim de contrato de trabalho exigíveis mais de doze meses após a data de fecho são alvo de uma atualização.

Vantagens posteriores ao emprego

Em conformidade com os princípios geralmente admitidos, o Grupo distingue os regimes de descontos definidos e os regimes de prestações definidas.

Os regimes qualificados de "regimes de descontos definidos" não são representativos de um compromisso para a empresa e não são alvo de qualquer provisão. O montante dos descontos chamados durante o exercício é verificado em encargos.

Apenas os regimes qualificados de "regimes de prestações definidas" são representativos de um compromisso a cargo da empresa que dá lugar a avaliação e provisionamento.

A classificação numa ou noutra destas categorias apoia-se na substância económica do regime para determinar se o Grupo é impelido ou não, pelas cláusulas de uma convenção ou por uma obrigação implícita, de assegurar as prestações prometidas aos membros do pessoal.

As vantagens posteriores ao emprego com prestações definidas são objeto de avaliações atuariais tendo em conta hipóteses demográficas e financeiras.

O montante provisionado do compromisso é determinado utilizando as hipóteses atuariais escolhidas pela empresa e aplicando o método das unidades de crédito projetadas. Este método de avaliação considera um certo número de parâmetros tais como hipóteses demográficas, de saídas antecipadas, de aumentos dos salários e taxa de atualização e de inflação. O valor dos ativos eventuais de cobertura é a seguir deduzido do montante do compromisso.

Quando o montante dos ativos de cobertura excede o valor do compromisso, é contabilizado um ativo se for representativo de uma vantagem económica futura para o Grupo tomando a forma de uma economia de descontos futuros ou de um reembolso esperado de uma parte dos montantes pagos ao regime.

A medida da obrigação resultante de um regime e do valor dos seus ativos de cobertura pode evoluir fortemente de um exercício para o outro em função de mudanças de hipóteses atuariais e provocar diferenças atuariais. O Grupo aplica a metodologia dita “do corredor” para contabilizar as diferenças atuariais sobre estes compromissos. Este método autoriza a só reconhecer, a partir do exercício seguinte e de forma repartida sobre a duração residual média da atividade dos membros do pessoal, a fração das diferenças atuariais que excede o mais elevado dos dois valores seguintes: 10% do valor atualizado da obrigação bruta ou 10% do valor de mercado dos ativos de cobertura do regime no fim do exercício anterior.

Na data da primeira aplicação, o Grupo optou pela exceção oferecida pela norma IFRS 1 permitindo provisionar por levantamento nos capitais próprios em 1 de janeiro de 2004 o conjunto das diferenças atuariais ainda não amortizadas nessa data.

As consequências das modificações de regimes relativos aos serviços passados são reconhecidas em resultado sobre a duração de aquisição completa dos direitos sobre os quais incidiram as ditas modificações.

O encargo anual contabilizado em encargos com o pessoal a título dos regimes com prestações definidas é representativo dos direitos adquiridos durante o período por cada trabalhador correspondente ao custo dos serviços prestados, do custo financeiro ligado à atualização dos compromissos, do proveito esperado dos investimentos, da amortização das diferenças atuariais e dos custos dos serviços passados resultantes das eventuais modificações de regimes, assim como das consequências das reduções e das liquidações eventuais de regimes.

1.i PAGAMENTO À BASE DE AÇÕES

Os pagamentos à base de ações são constituídos pelos pagamentos fundados sobre ações emitidas pelo Grupo, quer sejam resolvidos pela entrega de ações ou por um pagamento em numerário cujo montante depende da evolução do valor das ações.

A norma IFRS 2 prescreve que se contabilize um encargo representativo destes pagamentos à base de ações outorgados posteriormente a 7 de Novembro de 2002; o montante deste encargo correspondendo ao valor da remuneração à base de ações concedido ao trabalhador.

O BNP Paribas concede aos seus empregados planos de opções de subscrição, remunerações diferidas pagas em ações da empresa ou em numerário indexadas sobre o valor da ação, e oferece-lhes a possibilidade de subscrever ações da empresa emitidas para este efeito com um desconto ligado a um período de inaccessibilidade das ações subscreitas.

Planos de atribuição de opções de subscrição de ações (stock-opções) e ações gratuitas

O encargo aferente aos planos atribuídos é repartido sobre o período de aquisição dos direitos, na medida em que a obtenção da vantagem está submetida a uma condição de presença.

Este encargo, inscrito nos encargos com o pessoal, cuja contrapartida aparece nos capitais próprios, é calculado com base no valor global do plano, determinado na data de atribuição pelo Conselho de administração.

Na ausência de mercado para estes instrumentos, são utilizados modelos financeiros de valorização tomando em consideração, se tal for o caso, as condições de desempenho relativa à ação BNP Paribas. O encargo total do plano é determinado multiplicando o valor unitário da opção ou da ação gratuita atribuída pelo número estimado de opções adquiridas no fim do período de aquisição dos direitos tendo em conta as condições de presença dos beneficiários.

Apenas as hipóteses relativas à saída dos beneficiários e às condições de desempenho que não estão ligadas ao valor do título BNP Paribas são alvo de uma reestimação durante o período de aquisição dos direitos e dão lugar a um reajustamento do encargo.

Remunerações variáveis diferidas pagas em numerário indexadas à cotação da ação

Estas remunerações são contabilizadas nos encargos dos exercícios durante os quais o assalariado presta os serviços correspondentes.

Quando o pagamento à base de ações das remunerações variáveis diferidas é explicitamente submetido a uma condição de aquisição ligada à presença, os serviços são presumidos recebidos sobre o período de aquisição e o encargo de remuneração correspondente está inscrito, proporcionalmente ao tempo sobre este período, em encargos com o pessoal em contrapartida de um débito. O encargo é revisto para ter em conta a não realização das condições de presença ou de desempenho, e da variação do valor do título BNP Paribas.

Na ausência de condição de presença, o encargo é verificado, sem alargamento, por contrapartida de um débito que é a seguir reestimado a cada fecho em função das eventuais condições de desempenho e da variação de valor do título BNP Paribas, e isto até ao seu pagamento.

Oferta de subscrição ou de compra de ações proposta aos funcionários no âmbito do Plano Poupança Empresa

As subscrições ou compras de ações propostas aos funcionários com um desconto em relação ao preço médio de mercado durante um determinado período no âmbito do Plano Poupança Empresa não incluem período de aquisição dos direitos mas são agravadas de uma interdição legal de ceder as ações durante um período de 5 anos o qual é considerado na valorização, em diminuição da vantagem concedida aos empregados. Esta vantagem é portanto medida como a diferença, na data de anúncio do plano aos assalariados, entre o valor de mercado da ação adquirida tendo em conta a condição de inaccessibilidade e o preço de aquisição pago pelo empregado, transitado para o número de ações efetivamente adquiridas.

O custo de inaccessibilidade durante 5 anos das ações adquiridas é equivalente ao de uma estratégia consistindo, por um lado, em vender a prazo os títulos subscritos durante o aumento de capital reservado aos funcionários e em comprar, por outro lado, a pronto no mercado um número equivalente de ações BNP Paribas financiando-as com um empréstimo reembolsado ao fim de 5 anos pelo produto da venda a prazo. A taxa do empréstimo contraído é a que seria consentida, a um ator do mercado solicitando um empréstimo pessoal ordinário não afetado reembolsável dentro de 5 anos e apresentando um perfil de risco médio. A valorização do preço de venda a prazo da ação é determinada com base em parâmetros de mercado.

1.j PROVISÕES DE PASSIVO

As provisões registadas no passivo do balanço do Grupo, diferentes daquelas relativas aos instrumentos financeiros, aos compromissos sociais e aos contratos de seguros, dizem respeito principalmente às provisões para reestruturação, para litígios, para multas, penalidades e riscos fiscais.

Uma provisão é constituída quando é provável que uma saída de recursos representativa de vantagens económicas será necessária para extinguir uma obrigação nascida de um evento passado e quando o montante da obrigação pode ser estimado de modo fiável. O montante desta obrigação é atualizado para determinar o montante da provisão, desde que esta atualização apresente um carácter significativo.

1.k IMPOSTO CORRENTE E DIFERIDO

O encargo de imposto sobre o lucro exigível é determinado com base nas regras e taxas em vigor em cada país de implantação das empresas do Grupo para o período ao qual se referem os resultados.

São contabilizados impostos diferidos quando existem diferenças temporais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos do balanço e os seus valores fiscais.

São reconhecidos passivos de impostos diferidos para todas as diferenças temporais tributáveis à exceção:

- das diferenças temporais tributáveis geradas pela contabilização inicial de uma diferença de aquisição;
- das diferenças temporais tributáveis relativas aos investimentos nas empresas sob controlo exclusivo e controlo conjunto, na medida em que o Grupo é capaz de controlar a data à qual a diferença temporal se inverterá e que é provável que esta diferença temporal não se inverta num futuro previsível.

São verificados ativos de impostos diferidos para todas as diferenças temporais dedutíveis e as perdas fiscais transitáveis na medida em que é provável que a entidade visada disporá de lucros tributáveis futuros sobre os quais estas diferenças temporais e estas perdas fiscais poderão ser imputadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são avaliados segundo o método de transição variável sobre a taxa de imposto cuja aplicação é presumida sobre o período durante o qual o ativo será realizado ou o passivo pago, com base nas taxas de imposto e regulamentações fiscais que foram adotados ou o serão antes da data de fecho do período. Não são alvo de uma atualização.

Os impostos diferidos ativos ou passivos são compensados quando têm a sua origem no seio de um mesmo grupo fiscal, dependem da mesma autoridade fiscal, e quando existe um direito legal de compensação.

Os impostos exigíveis e diferidos são contabilizados como um produto ou um encargo de imposto na demonstração de resultados, à exceção daqueles aferentes aos proveitos e perdas latentes sobre os ativos disponíveis para venda e às variações de valor dos instrumentos derivados designados em cobertura de resultados futuros, para os quais os impostos diferidos correspondentes são imputados sobre os capitais próprios.

Os créditos de imposto sobre rendimentos de créditos e de carteiras de títulos, quando estes são efetivamente utilizados como pagamento do imposto sobre as sociedades devido a título do exercício, são contabilizados na mesma rubrica que os resultados aos quais estão ligados. O encargo de imposto correspondente é mantido na rubrica «Imposto sobre os lucros» da demonstração de resultados.

1.l QUADRO DOS FLUXOS DE TESOURARIA

O saldo das contas de tesouraria e assimilados é constituído pelos saldos líquidos das contas de caixa, bancos centrais, CCP assim como os saldos líquidos dos empréstimos concedidos e empréstimos contraídos à vista junto dos estabelecimentos de crédito.

As variações da tesouraria gerada pela atividade operacional registam os fluxos de tesouraria gerados pelas atividades do grupo, incluindo aqueles relativos aos imóveis de investimento, aos ativos financeiros detidos até ao vencimento e títulos de débitos negociáveis.

As variações da tesouraria ligadas às operações de investimento resultam dos fluxos de tesouraria ligados às aquisições e às cedências de filiais, empresas associadas ou co-empresas consolidadas assim como aqueles ligados às aquisições e às cedências de imobilizações, fora imóveis de investimento e imóveis dados em aluguer simples.

As variações da tesouraria ligadas às operações de financiamento compreendem os encaixes e desembolsos provenientes das operações com os acionistas e os fluxos ligados às dívidas subordinadas e obrigacionistas, e débitos representados por um título (fora títulos de débitos negociáveis).

1.m UTILIZAÇÃO DE ESTIMAÇÕES NA PREPARAÇÃO DAS SITUAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das Situações financeiras do Grupo exige responsáveis das atividades e das funções a formulação de hipóteses e a realização de estimações que se traduzem na determinação dos proveitos e dos encargos na demonstração de resultados como na avaliação dos ativos e passivos do balanço e na confeção das notas anexas relativas a estes. Este exercício supõe que os gestores façam apelo ao exercício do seu julgamento e utilizem as informações disponíveis na data de elaboração das Situações financeiras para proceder às estimações necessárias. Os resultados futuros definitivos das operações para as quais os gestores recorreram a estimações podem com evidência revelar-se diferentes destas nomeadamente em função de condições de mercado diferentes e terem um efeito significativo sobre as Situações financeiras.

Assim é em particular o caso:

- das depreciações operadas para cobrir os riscos inerentes às atividades de intermediação bancária;
- do uso de modelos internos para a valorização das posições sobre instrumentos financeiros que não são cotados nos mercados ativos;
- do cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros não cotados classificados em “Ativos disponíveis para venda” ou em “Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado” no ativo ou no passivo, e mais geralmente do cálculo dos valores de mercado dos instrumentos financeiros para os quais esta informação deve ser colocada nas notas anexas das Situações financeiras;
- do carácter ativo ou não de um mercado para utilizar uma técnica de valorização;
- das depreciações de ativos financeiros de rendimento variável classificados na categoria «disponíveis para venda»;
- dos testes de depreciação efetuados sobre os ativos incorpóreos;
- da pertinência da qualificação de certas coberturas de resultado por instrumentos financeiros derivados e da medida da eficácia das estratégias de cobertura;

- da estimação do valor residual dos ativos sendo alvo de operações de locação financeira ou de aluguer simples e mais geralmente dos ativos amortizados dedução feita do seu valor residual estimado;
- da determinação das provisões destinadas a cobrir os riscos de perdas e encargos.

O mesmo sucede a título das hipóteses escolhidas para apreciar a sensibilidade de cada tipo de risco de mercado assim como a sensibilidade das valorizações aos parâmetros não observáveis.

Nota 2 NOTAS RELATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2011

2.a MARGEM DE JUROS

O grupo BNP Paribas apresenta sob as rubricas “Juros e proveitos assimilados” e “Juros e encargos assimilados” a remuneração determinada segundo o método da taxa de juro efetiva (juros, comissões e encargos) dos instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, e a remuneração dos instrumentos financeiros em valor de mercado que não respondem à definição de um instrumento derivado. A variação de valor calculada fora juros corridos sobre estes instrumentos financeiros em

valor de mercado por resultado é contabilizada sob a rubrica “Proveitos ou perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo seu justo valor por resultado ».

Os proveitos e encargos de juros sobre os derivados de cobertura de valor de mercado são apresentados com os rendimentos dos elementos para a cobertura dos riscos dos quais estes contribuem. Da mesma forma, os proveitos e encargos de juros sobre os derivados de cobertura económica das operações designadas em valor de mercado por resultado são ligados às rubricas que registam os juros destas operações.

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | | | Exercício 2010 | | |
|---|----------------|-----------------|---------------|----------------|-----------------|---------------|
| | Proveitos | Encargos | Líquido | Proveitos | Encargos | Líquido |
| Operações com a clientela | 29 146 | (8 740) | 20 406 | 28 933 | (8 515) | 20 418 |
| Contas e empréstos concedidos/contraidos | 27 424 | (8 388) | 19 036 | 26 900 | (8 044) | 18 856 |
| Operações com acordo de recompra | 61 | (203) | (142) | 145 | (209) | (64) |
| Operações de locação financeira | 1 661 | (149) | 1 512 | 1 888 | (262) | 1 626 |
| Operações interbancárias | 2 102 | (2 621) | (519) | 2 855 | (3 499) | (644) |
| Contas e empréstos concedidos/contraidos | 1 905 | (2 274) | (369) | 2 634 | (2 973) | (339) |
| Operações com acordo de recompra | 197 | (347) | (150) | 221 | (526) | (305) |
| Empréstimos emitidos pelo Grupo | - | (4 025) | (4 025) | - | (3 320) | (3 320) |
| Instrumentos de cobertura de resultados futuros | 2 903 | (2 535) | 368 | 3 251 | (2 909) | 342 |
| Instrumentos de cobertura das carteiras cobertas em taxa | 1 519 | (2 712) | (1 193) | 1 299 | (2 822) | (1 523) |
| Carteira de transações | 4 518 | (2 510) | 2 008 | 4 080 | (2 263) | 1 817 |
| Títulos de rendimento fixo | 2 435 | - | 2 435 | 2 586 | - | 2 586 |
| Operações com acordo de recompra | 1 726 | (1 776) | (50) | 1 081 | (1 210) | (129) |
| Empréstimos concedidos/contraidos | 357 | (528) | (171) | 413 | (539) | (126) |
| Débitos representados por um título | - | (206) | (206) | - | (514) | (514) |
| Ativos disponíveis para venda | 6 268 | - | 6 268 | 6 258 | - | 6 258 |
| Ativos detidos até ao vencimento | 668 | - | 668 | 712 | - | 712 |
| TOTAL DOS PROVEITOS E ENCARGOS DE JUROS OU ASSIMILADOS | 47 124 | (23 143) | 23 981 | 47 388 | (23 328) | 24 060 |

O total dos proveitos de juros sobre créditos que foi alvo de uma depreciação individual ascende a 554 milhões de euros para o exercício 2011 contra 572 milhões de euros para o exercício 2010.

2.b COMISSÕES

Os proveitos e encargos de comissões relativos aos instrumentos financeiros que não são avaliados pelo valor de mercado por resultado ascenderam respetivamente a 3 583 milhões e 596 milhões de euros para o exercício 2011, contra um proveito de 3 438 milhões de euros e um encargo 554 milhões de euros para o exercício 2010.

Além disso, os proveitos líquidos de comissões aferentes às atividades de fidúcia e assimiladas que conduzem o Grupo a deter ou a aplicar ativos em nome da clientela, de fidúcias, de instituições de pensões e de previdência ou outras instituições ascenderam a 2 454 milhões de euros para o exercício 2011, contra 2 451 milhões de euros para o exercício 2010.

2.c PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO

Os proveitos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado cobrem os elementos de resultado aferentes aos instrumentos financeiros geridos no seio de uma carteira de transações e aos instrumentos financeiros que o Grupo designou como avaliáveis em valor de mercado por resultado, incluindo os dividendos, à exceção dos rendimentos e encargos de juros apresentados na “margem de juros” (nota 2.a).

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Carteira de transação | 952 | 3 670 |
| Instrumento de débito | (297) | 1 657 |
| Instrumentos de capital | 455 | 1 303 |
| Outros instrumentos financeiros derivados | 806 | 734 |
| Operações com acordo de recompra | (12) | (24) |
| Instrumentos avaliados em valor de mercado sobre opção | 2 891 | 524 |
| <i>dos quais efeito da reavaliação dos débitos imputáveis ao risco emissor do grupo BNPP</i> | 1 190 | 95 |
| Incidência da contabilidade de cobertura | (117) | 27 |
| Instrumentos financeiros de cobertura de valor | (1 989) | (322) |
| Componentes cobertas dos instrumentos financeiros que foram alvo de uma cobertura de valor | 1 872 | 349 |
| Reavaliação das posições de câmbio | 7 | 888 |
| TOTAL | 3 733 | 5 109 |

Os proveitos líquidos das carteiras de transação incluem, por um valor negligenciável a título dos exercícios 2011 e 2010, a ineficácia ligada às coberturas de resultados futuros.

2.d PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS NÃO AVALIADOS EM VALOR DE MERCADO

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|---|----------------|----------------|
| Empréstimos concedidos e créditos, títulos de rendimento fixo ⁽¹⁾ | (408) | 372 |
| Mais ou menos-valias líquidas de cedência | (408) | 372 |
| Ações e outros títulos de rendimento variável | 688 | 80 |
| Proveitos de dividendos | 453 | 430 |
| Encargo de depreciação | (731) | (730) |
| Mais-valias líquidas de cedência | 966 | 380 |
| TOTAL | 280 | 452 |

(1) Os proveitos de juro relativos aos instrumentos financeiros de rendimento fixo estão incluídos na “margem de juros” (nota 2.a) e o encargo de depreciação ligado à insolvabilidade eventual dos emissores é apresentado no seio do “custo do risco” (nota 2.f).

Os resultados latentes, anteriormente inscritos na rubrica «variações de ativos e passivos contabilizados diretamente em capitais próprios» e inscritos em resultado representam um proveito líquido após efeito da provisão para participação nos excedentes do seguro de 742 milhões de euros durante o exercício 2011, contra um proveito líquido de 91 milhões de euros durante o exercício 2010.

A modificação dos critérios de depreciações dos títulos com rendimento variável apresentada na nota 1.c.5, consistindo em depreciar os títulos em menos valias latentes há dois anos em vez de cinco anos, gerou

um encargo de depreciação complementar de 7 milhões de euros, após efeito da provisão para participação nos excedentes dos seguros.

A aplicação dos únicos critérios de depreciação fundados na descida significativa da cotação dos títulos ou sobre a duração representa assim um encargo de depreciação de 67 milhões de euros para o exercício 2011, ou seja 44 milhões de euros a título do primeiro critério e 23 milhões de euros a título do segundo.

2.e PROVEITOS E ENCARGOS DAS OUTRAS ATIVIDADES

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | | | Exercício 2010 | | |
|---|----------------|-----------------|--------------|----------------|-----------------|--------------|
| | Proveitos | Encargos | Líquido | Proveitos | Encargos | Líquido |
| Proveitos líquidos da atividade de seguros | 18 204 | (14 559) | 3 645 | 21 497 | (18 088) | 3 409 |
| Proveitos líquidos dos imóveis de investimento | 1 301 | (500) | 801 | 1 577 | (787) | 790 |
| Proveitos líquidos das imobilizações em aluguer simples | 5 627 | (4 567) | 1 060 | 5 133 | (3 971) | 1 162 |
| Proveitos líquidos da atividade de promoção imobiliária | 216 | (41) | 175 | 191 | (48) | 143 |
| Outros proveitos | 1 488 | (1 198) | 290 | 1 987 | (1 718) | 269 |
| TOTAL LÍQUIDO DOS PROVEITOS E ENCARGOS DAS OUTRAS ATIVIDADES | 26 836 | (20 865) | 5 971 | 30 385 | (24 612) | 5 773 |

➤ PROVEITOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE DE SEGUROS

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Prémios adquiridos brutos | 16 288 | 18 691 |
| Variação das provisões técnicas | 1 572 | (7 608) |
| Encargos das prestações dos contratos | (12 484) | (8 996) |
| Encargos ou proveitos líquidos das cedências em resseguros | (361) | (292) |
| Variações de valor dos ativos suportes de contratos em unidades de conta | (1 597) | 1 412 |
| Outros proveitos e encargos | 227 | 202 |
| TOTAL DOS PROVEITOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE DE SEGUROS | 3 645 | 3 409 |

A rubrica “Encargos das prestações dos contratos” inclui o encargo ligado às reavaliações, vencimentos e sinistros sobre os contratos de seguro. A rubrica «variações das provisões técnicas» inclui as variações de valor dos contratos financeiros, nomeadamente dos contratos em unidades de conta. Os juros pagos sobre esses contratos são contabilizados nos encargos de juro.

2.f CUSTO DO RISCO

O custo do risco cobre o encargo das depreciações constituídas a título do risco de crédito inerente à atividade de intermediação do Grupo assim como das depreciações eventualmente constituídas em caso de risco de incumprimento confirmado de contrapartidas de instrumentos financeiros derivados negociados à vista.

Custo do risco do período**➤ CUSTO DO RISCO DO PERÍODO**

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Dotações líquidas às depreciações | (6 751) | (4 594) |
| <i>das quais dívida soberana grega⁽¹⁾</i> | <i>(3 241)</i> | - |
| Recuperações sobre créditos amortizados | 514 | 393 |
| Créditos incobráveis não cobertos por depreciações | (560) | (601) |
| TOTAL DO CUSTO DO RISCO DO PERÍODO | (6 797) | (4 802) |

(1) O encargo relativo ao provisionamento da dívida soberana grega resulta da recuperação em resultado da variação de valor dos títulos detidos registados em capitais próprios na data de reclassificação destes títulos em empréstimos contraídos e créditos (cf. nota 4), ou seja 1 296 milhões de euros, e de complementos de provisões constituídos de 75 %.

➤ CUSTO DO RISCO DO PERÍODO POR NATUREZA DE ATIVOS

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|---|----------------|----------------|
| Empréstimos concedidos e créditos sobre estabelecimentos de crédito | 47 | 105 |
| Empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela ⁽¹⁾ | (6 085) | (4 921) |
| Ativos financeiros disponíveis para venda ⁽¹⁾ | (569) | 131 |
| Ativos financeiros detidos até ao vencimento | (22) | - |
| Instrumentos financeiros das atividades de mercado | (132) | (167) |
| Outros ativos | 4 | 70 |
| Compromissos por assinatura e diversos | (40) | (20) |
| TOTAL DO CUSTO DO RISCO DO PERÍODO | (6 797) | (4 802) |

(1) O encargo relativo ao provisionamento da dívida soberana grega resulta da recuperação em resultado da variação de valor dos títulos detidos registados em capitais próprios na data de reclassificação destes títulos em empréstimos contraídos e créditos (cf. nota 4), ou seja 1 296 milhões de euros, e de complementos de provisões constituídos de 75 %.

Depreciações constituídas a título do risco de crédito

➤ VARIAÇÃO DURANTE O PERÍODO DAS DEPRECIÇÕES CONSTITUÍDAS

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|----------------|----------------|
| TOTAL DAS DEPRECIÇÕES CONSTITUÍDAS NO INÍCIO DO PERÍODO | 29 783 | 28 800 |
| Dotações líquidas às depreciações | 6 005 | 4 594 |
| das quais dívida soberana grega | 2 395 | - |
| Utilização de depreciações | (3 935) | (3 254) |
| Variação das paridades monetárias e diversos | (1 178) | (357) |
| TOTAL DAS DEPRECIÇÕES CONSTITUÍDAS EM FINAL DE PERÍODO | 30 675 | 29 783 |

➤ DEPRECIÇÕES CONSTITUÍDAS POR NATUREZA DE ATIVOS

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Depreciação dos ativos | | |
| Empréstimos concedidos e créditos sobre estabelecimentos de crédito (nota 5.f) | 707 | 994 |
| Empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela (nota 5.g) | 27 958 | 26 671 |
| Instrumentos financeiros das atividades de mercado | 598 | 528 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda (note 5.c) | 162 | 454 |
| Ativos financeiros detidos até ao vencimento | 223 | - |
| Outros ativos | 36 | 41 |
| TOTAL DAS DEPRECIÇÕES A TÍTULO DOS ATIVOS FINANCEIROS | 29 684 | 28 688 |
| das quais provisões específicas | 24 184 | 22 782 |
| das quais provisões coletivas | 4 866 | 5 337 |
| Provisões inscritas no passivo | | |
| Provisões para compromissos por assinatura | | |
| sobre estabelecimentos de crédito | 23 | 6 |
| sobre a clientela | 478 | 600 |
| Outros elementos tendo sido alvo de depreciações | 490 | 489 |
| TOTAL DAS PROVISÕES INSCRITAS NO PASSIVO | 991 | 1 095 |
| das quais provisões específicas | 368 | 448 |
| das quais provisões coletivas | 133 | 158 |
| TOTAL DAS DEPRECIÇÕES E PROVISÕES CONSTITUÍDAS | 30 675 | 29 783 |

2.g IMPOSTO SOBRE OS LUCROS

| Racionalização do encargo de imposto em relação à taxa de imposto sobre as sociedades em França ⁽¹⁾ | Exercício 2011 | | Exercício 2010 | |
|--|---------------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| | em milhões de euros | taxa de imposto | em milhões de euros | taxa de imposto |
| Encargo de imposto teórico sobre o resultado líquido antes imposto ⁽²⁾ | (3 493) | 36,1 % | (4 418) | 34,4 % |
| Efeito do diferencial de taxa de tributação das entidades estrangeiras | 187 | - 1,9 % | 286 | - 2,2 % |
| Efeito da taxa reduzida sobre os dividendos e as cedências | 169 | - 1,7 % | 3 | - |
| Efeito de imposto ligado à ativação das perdas transitáveis e das diferenças temporais anteriores | 244 | - 2,5 % | 80 | - 0,6 % |
| Efeito de imposto ligado à utilização de défices anteriores não ativados | 29 | - 0,3 % | 60 | - 0,5 % |
| Outros efeitos | 107 | - 1,2 % | 133 | - 1,0 % |
| Encargo de imposto sobre os lucros nomeadamente | (2 757) | 28,5 % | (3 856) | 30,1 % |
| <i>Encargo de imposto corrente do exercício</i> | <i>(2 070)</i> | | <i>(2 284)</i> | |
| <i>Encargo de imposto diferido do exercício (nota 5.k)</i> | <i>(687)</i> | | <i>(1 572)</i> | |

(1) Incluindo a contribuição social de solidariedade de 3,3% e a contribuição excecional de 5% assentes no imposto sobre as sociedades à taxa de 33,33% aumentando-o assim para 36,10% para o exercício 2011.

(2) Tratado de novo das quotas-partes de resultado das empresas equiparadas e das diferenças de aquisição.

Nota 3 INFORMAÇÕES SECTORIAIS

O Grupo está organizado em torno de três áreas de atividade operacionais:

- **Retail Banking:** esta área reúne os polos Banca de Retalho em França (BDDF) e na Itália (BNL banca commerciale), assim como a entidade operacional de banca de retalho dos particulares e das empresas na Bélgica e no Luxemburgo (BeLux Retail Banking). Esta área inclui igualmente as atividades de serviços financeiros reagrupados em dois subconjuntos, Personal Finance para os créditos aos particulares e Equipment Solutions para os créditos e serviços às empresas, assim como as atividades de banca de retalho nos Estados Unidos (BancWest) e nos Mercados emergentes;
- **Investment Solutions (IS):** esta área reúne a Banca Privada, Investment Partners que reagrupa o conjunto das especialidades da atividade Gestão de Ativos, Personal Investors que propõe a uma clientela de particulares abastados um aconselhamento financeiro independente e serviços de investimentos, Securities Services especializado nos serviços de títulos oferecidos às sociedades de gestão, às instituições financeiras e às empresas, assim como as atividades de Seguros e de Serviços Imobiliários;
- **Corporate and Investment Banking (CIB):** esta área reúne as atividades de «Conselhos e mercados de capitais» (Setores das Ações e Derivados de Ações, Fixed Income para as atividades de taxa e de câmbio, e Corporate Finance responsável pelas operações de consultoria em fusões e aquisições e as atividades de mercado primário de ações) e as «Atividades de financiamento» (Financiamentos especializados, Financiamentos Estruturados).

As Outras Atividades incluem essencialmente as atividades de Principal Investment, a imobiliária predial Klépierre assim como as funções centrais do Grupo.

Estas reúnem igualmente os elementos que não pertencem à atividade corrente que resultam da aplicação das regras próprias aos reagrupamentos de empresas. A fim de preservar a pertinência económica dos elementos de resultado apresentados para cada uma das áreas de atividade operacionais, os efeitos de amortização dos ajustamentos de valor constatados na situação líquida das entidades adquiridas assim como os custos de reestruturação constatados a título da integração das entidades foram afetados ao segmento Outras Atividades.

No âmbito da aplicação dos novos limites de consolidação, várias entidades foram desconsolidadas ou mudaram de método de consolidação em 2011. Para facilitar a análise dos resultados dos polos operacionais, os resultados do ano de 2010 foram tratados de novo como se o levantamento dos limites de consolidação tivesse ocorrido a 1 de janeiro de 2010. As diferenças correspondentes foram registadas no seio das «Outras Atividades» a fim de não modificar os resultados globais do Grupo.

As transações entre as diferentes atividades são concluídas mediante as condições comerciais de mercado. As informações sectoriais são apresentadas tendo em conta os preços de transferência negociados entre os diferentes sectores em relação ao seio do Grupo.

Os fundos próprios são concedidos por atividades em função dos riscos incorridos, com base num conjunto de convenções principalmente fundadas no consumo em fundos próprios resultante dos cálculos de ativos ponderados fixados pela regulamentação relativa à solvabilidade dos estabelecimentos de crédito e empresas de investimento. Os resultados por atividades com fundos próprios normalizados são determinados afetando a cada uma das atividades o proveito dos fundos próprios concedidos a este.

Informações por polo de atividade

➤ RESULTADOS PAR POLO DE ATIVIDADE

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | | | | | | Exercício 2010 | | | | | |
|---|----------------------------|-------------------------------|----------------|-------------------------|---------------------------|-------------------------|----------------------------|-------------------------------|----------------|-------------------------|---------------------------|-------------------------|
| | Resultado líquido bancário | Encargos gerais de exploração | Custo do risco | Resultado de exploração | Elementos fora exploração | Resultado antes imposto | Resultado líquido bancário | Encargos gerais de exploração | Custo do risco | Resultado de exploração | Elementos fora exploração | Resultado antes imposto |
| Retail Banking | p | | | | | | | | | | | |
| Banca De Retalho em França ⁽¹⁾ | 6 717 | (4 462) | (315) | 1 940 | 2 | 1 942 | 6 600 | (4 406) | (481) | 1 713 | 3 | 1 716 |
| BNL banca commerciale ⁽¹⁾ | 3 101 | (1 806) | (793) | 502 | - | 502 | 3 026 | (1 776) | (817) | 433 | (1) | 432 |
| BeLux Retail Banking ⁽¹⁾ | 3 409 | (2 433) | (169) | 807 | 12 | 819 | 3 261 | (2 354) | (222) | 685 | 4 | 689 |
| Personal Finance | 5 092 | (2 420) | (1 639) | 1 033 | 160 | 1 193 | 5 021 | (2 311) | (1 913) | 797 | 94 | 891 |
| Outras atividades | 5 344 | (3 350) | (649) | 1 345 | 86 | 1 431 | 5 431 | (3 336) | (1 066) | 1 029 | 27 | 1 056 |
| Investment Solutions | 6 265 | (4 554) | (64) | 1 647 | (74) | 1 573 | 6 096 | (4 297) | 21 | 1 820 | 162 | 1 982 |
| Corporate and Investment Banking | | | | | | | | | | | | |
| Consultoria e mercados de capitais | 5 598 | (4 377) | 21 | 1 242 | 30 | 1 272 | 7 641 | (4 770) | (302) | 2 569 | 45 | 2 614 |
| Atividades de Financiamento | 4 133 | (1 749) | (96) | 2 288 | 50 | 2 338 | 4 495 | (1 730) | (48) | 2 717 | 49 | 2 766 |
| Outras atividades | 2 725 | (965) | (3 093) | (1 333) | (86) | (1 419) | 2 309 | (1 537) | 26 | 798 | 76 | 874 |
| TOTAL GRUPO | 42 384 | (26 116) | (6 797) | 9 471 | 180 | 9 651 | 43 880 | (26 517) | (4 802) | 12 561 | 459 | 13 020 |

(1) Banca de Retalho em França, BNL banca commerciale e BeLux Retail Banking após reafecção ao Investment Solutions de um terço da atividade Banca Privada em França e Banca Privada na Itália e Banca privada na Bélgica.

➤ BALANÇO POR POLO DE ATIVIDADE

A repartição dos ativos e passivos por polo de atividade da maior parte das entidades do Grupo apoia-se no polo de ligação das entidades à exceção das principais que são alvo de uma decomposição específica ou de uma distribuição com base nos ativos ponderados.

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| Retail Banking | | | | |
| Banca de Retalho em França | 154 537 | 148 331 | 155 770 | 149 999 |
| BNL banca commerciale | 86 662 | 79 984 | 88 464 | 81 957 |
| BeLux Retail Banking | 103 795 | 100 655 | 98 318 | 95 590 |
| Personal Finance | 91 561 | 85 410 | 91 888 | 85 600 |
| Outras atividades | 132 971 | 120 426 | 131 372 | 118 740 |
| Investment Solutions | 212 807 | 200 849 | 227 962 | 219 366 |
| Corporate and Investment Banking | 1 050 883 | 1 039 095 | 1 083 280 | 1 069 487 |
| Outras atividades | 132 067 | 190 533 | 121 104 | 177 419 |
| TOTAL GRUPO | 1 965 283 | 1 965 283 | 1 998 158 | 1 998 158 |

A informação por polo de atividade relativa às empresas equiparadas e às diferenças de aquisição do período é respetivamente apresentada nas notas 5.m Participações nas empresas equiparadas e 5.o Diferenças de aquisição.

Informações por setor geográfico

A análise geográfica dos ativos e dos resultados sectoriais assenta no local de registo contabilístico das atividades e não reflete necessariamente a nacionalidade da contrapartida ou a localização das atividades operacionais.

➤ RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO POR SETOR GEOGRÁFICO

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|---|----------------|----------------|
| França | 16 773 | 15 300 |
| Bélgica | 4 702 | 5 241 |
| Itália | 3 857 | 4 733 |
| Luxemburgo | 1 478 | 1 555 |
| Outros países europeus fora mercados domésticos | 7 130 | 7 741 |
| Américas | 4 977 | 5 664 |
| Ásia - Oceânia | 1 998 | 2 036 |
| Outros países | 1 469 | 1 610 |
| TOTAL GRUPO | 42 384 | 43 880 |

➤ BALANÇO POR SETOR GEOGRÁFICO

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| França | 972 274 | 959 561 |
| Bélgica | 252 086 | 256 063 |
| Itália | 136 392 | 141 746 |
| Luxemburgo | 36 829 | 34 197 |
| Outros países europeus fora mercados domésticos | 244 747 | 245 212 |
| Américas | 201 184 | 206 693 |
| Ásia - Oceânia | 90 198 | 123 075 |
| Outros países | 31 573 | 31 611 |
| TOTAL GRUPO | 1 965 283 | 1 998 158 |

Nota 4 EXPOSIÇÃO AO RISCO SOBERANO

A gestão da liquidez do Grupo conduz a otimizar a capacidade de refinanciamento disponível, necessário para fazer face a uma evolução não prevista das necessidades de liquidez. Esta assenta em particular sobre a detenção de títulos disponíveis elegíveis ao refinanciamento dos bancos centrais e compreende uma proporção importante de títulos de débitos emitidos pelos estados que apresentam uma notação de qualidade, representativa de um nível de risco fraco. No âmbito da política de endossamento do balanço e de gestão do risco de taxa de juro estrutural, o Grupo detém igualmente uma carteira de ativos que compreende títulos de créditos soberanos cujas características de taxa participam nas suas estratégias de cobertura. Por outro lado, o Grupo é detentor de mercado de títulos de dívida soberana em numerosos países, o que o conduz a deter inventários temporários de transação na compra e na venda, em parte cobertos por derivados.

Estas diferentes carteiras são apresentadas no seio do capítulo Pilar 3 do relatório de gestão.

Contexto particular do risco de crédito soberano sobre três países da zona euro, a Grécia, a Irlanda e Portugal sendo objeto de um plano de ajuda europeu

Três países europeus, a Grécia, a Irlanda e Portugal, conheceram uma notável degradação das suas contas públicas no contexto da crise económica e financeira, que conduziu os mercados a desviarem-se progressivamente dos títulos de dívida pública destes países, não lhes permitindo mais levantar os recursos necessários ao financiamento dos seus défices públicos.

A política de solidariedade europeia definida neste contexto pelos países membros da zona euro conduziu-os, em concertação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a elaborar um dispositivo de apoio que se traduziu pela definição e a implementação de vários planos a favor da Grécia, depois da Irlanda e de Portugal.

A partir de maio de 2010, os estados da zona euro e o FMI comprometeram-se junto da Grécia, com um plano de apoio de 110 biliões de euros, em troca de uma redução do seu défice orçamental. Durante o primeiro semestre de 2011, a Europa reafirmou o seu apoio à Grécia e foram iniciadas discussões para a implementação de um segundo plano com a participação dos investidores privados. A 21 de julho de 2011, os representantes dos 17 países membros da zona euro decretaram um segundo plano de ajuda à Grécia, de um montante global de cerca de 160 biliões de euros. Este plano foi confirmado durante a reunião dos mesmos representantes a 26 de outubro de 2011 sob reserva que seja concluído um acordo entre a Grécia e os representantes dos investidores privados com base num abandono por estes de 50 % do valor nominal dos títulos emitidos pela Grécia que estes detêm mediante o reembolso sob uma forma a determinar representando cerca de 15 % dos títulos detidos simultaneamente no momento da emissão de novos títulos entregues em troca dos antigos e representando 35 % do seu valor nominal. Este acordo foi esclarecido e completado a 21 de fevereiro 2012 no termo de negociações associando os representantes do Governo grego, dos investidores privados e do Eurogroup.

O plano de apoio dedicado à Irlanda, adotado em novembro de 2010, incidia sobre um montante de ajuda pública de 85 biliões de euros, enquanto que aquele concedido a Portugal, adotado em maio de 2011, incidia sobre um montante de ajuda pública de 78 biliões de euros.

Cada um desses planos acompanha-se de medidas de forte redução dos défices públicos.

Tratamento contabilístico dos títulos de dívidas da Grécia, da Irlanda e de Portugal

1. Reclassificação dos títulos a 30 de junho de 2011

A ausência de liquidez observada nos mercados para os títulos de dívida pública destes países durante o primeiro semestre de 2011, reforçada, tratando-se da Grécia, pelo compromisso assumido pelos estabelecimentos bancários franceses, a pedido dos poderes públicos, de não ceder a sua posição, conduziu o BNP Paribas a considerar que a classificação contabilística destes títulos em ativo disponível para venda não podia ser mantida.

A extinção do mercado primário, a rarefação das transações no mercado secundário, a sua fraca dimensão, e o afastamento dos intervalos de cotação, traduzem a aversão ao risco dos investidores para estes três países e a secagem do mercado. A título da ilustração, as transações mensais sobre os títulos soberanos gregos já só representavam, no primeiro semestre de 2011, 2 % da média mensal das transações observadas durante os últimos dez anos. A curva de taxa implícita da dívida pública desses países apresentava um perfil invertido – as taxas curtas estando muito sensivelmente mais elevadas do que as taxas longas – que confirmava o desconjuntamento desse mercado. As perdas implícitas que sugeriam o nível muito elevado das taxas a curto prazo não traduzem os resultados esperados dos planos de apoio implementados para dar a estes países a capacidade de restaurar a situação das suas finanças públicas e de honrar os seus compromissos.

Conformemente ao que permite o parágrafo 50E da norma IAS 39 em semelhantes circunstâncias excecionais, e tendo em conta a duração que o Banco estima necessário para que estes três países restaurem plenamente a sua situação financeira, o grupo BNP Paribas procedeu a uma reclassificação – com efeito a 30 de junho de 2011 – dos títulos de dívida pública destes três países da categoria dos «Ativos disponíveis para venda» na categoria «Empréstimos concedidos e Créditos».

Os títulos de dívida soberana grega cujo vencimento é anterior a 31 de dezembro de 2020, eram alvo de disposições a título do segundo plano de apoio a favor da Grécia, iniciado em junho de 2011 e finalizado a 21 de julho de 2011, que materializavam o compromisso de apoio dos bancos. Este plano previa várias opções incluindo a troca voluntária, contra títulos ao par de maturidade 30 anos garantidos ao principal por um zero cupão beneficiando de uma notação AAA e cujas condições financeiras deviam conduzir a constatar um desconto inicial de 21 %. O grupo BNP Paribas entendia subscrever esta opção de troca a título do compromisso coletivo assumido pelo setor financeiro francês. Desde logo, os títulos inscritos no balanço do Grupo e destinados a ser objeto desta troca foram valorizados constatando este nível de desconto de 21 % considerado como uma concessão que consente o prestador por causa das dificuldades encontradas pelo mutuário. Este desconto foi objeto de uma depreciação em demonstração de resultados no primeiro semestre de 2011.

Para os títulos soberanos gregos que não são objeto da troca, assim como para os títulos soberanos irlandeses e portugueses, após tomada em consideração dos diferentes aspetos do plano de apoio europeu, certos investidores consideravam que não havia evidência objetiva de que a cobrança dos fluxos de tesouraria futuros associados a estes títulos estivesse comprometida, tanto mais que o Conselho europeu havia sublinhado o carácter

único e não reprodutível da participação do sector privado numa operação deste género. Em consequência, o banco julgou que não havia necessidade de depreciar estes títulos.

2. Modalidades de avaliação dos títulos a 31 de dezembro de 2011

A identificação durante o segundo semestre 2011 das dificuldades da Grécia em respeitar os objetivos económicos sobre os quais estava fundado o plano de 21 de julho, em particular tratando-se da sustentabilidade da sua dívida, conduziu a um novo acordo de princípio no dia 26 de outubro fundado sobre um abandono de crédito de 50 % da parte do sector privado. As modalidades de implementação deste acordo não tendo sido objeto de um acordo definitivo de todas as instituições internacionais envolvidas, o banco determinou a perda de valor do conjunto dos títulos que detém com base na última proposta do setor privado representado pelo Instituto da Finança Internacional (IIF).

Sobre o fundamento (1) de um abandono de crédito de 50 %, (2) do reembolso imediato de 15 % do crédito por títulos do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FESF) a dois anos e à taxa de mercado, (3) do pagamento dos juros corridos por títulos FESF a 6 meses e à taxa de mercado, (4) de um cupão de 3 % até 2020 e de 3,75 % além desse prazo sobre os títulos amortizáveis de 2023 a 2042 a receber no momento da troca dos antigos, e (5) de uma taxa de atualização dos fluxos futuros de 12 %, o Banco estimou a 75 % o risco de perda sobre os títulos detidos, taxa quase idêntica à apreciação pelo mercado do desconto médio dos títulos em 31 de dezembro de 2011.

A 21 de fevereiro 2012 o acordo foi esclarecido e completado entre o Governo grego, os investidores privados e os representantes do Eurogroup a fim de permitir à Grécia respeitar um rácio de endividamento de 120,5 % em 2020 contra 160 % em 2011 e de atingir as condições de estabilidade financeira procuradas pelo plano. A oferta concluída retém em consequência o abandono pelos investidores privados de 53,5 % do nominal dos títulos gregos na sua posse representando uma redução da dívida da Grécia de cerca de 107 biliões de euros mediante uma participação de 30 biliões de euros do setor público.

As principais características da oferta de troca apresentada pela Grécia são as seguintes:

- cada título detido pelo sector privado será objeto de um abandono de crédito de 53,5 % do principal, 31,5 % será trocado contra 20 títulos emitidos pela Grécia com vencimentos de 11 a 30 anos, e 15 % serão objeto

de um pagamento imediato sob forma de títulos a curto prazo emitido pelo FESF cujo reembolso será assegurado pela participação de 30 biliões de euros do setor público;

- o cupão das novas obrigações será de 2 % de 2012 a 2015, depois de 3 % de 2015 a 2020 e de 4,3 % até 2042;
- os juros corridos na data da troca sobre a dívida grega trocada serão pagos pela emissão de títulos a curto prazo do FESF;
- a cada novo título emitido pela Grécia será associado um título indexado sobre a evolução do produto interno bruto da Grécia excedendo as antecipações do plano.

Sobre o fundamento das condições assim especificadas, o banco avalia o valor presente dos títulos a receber a cerca de 25 % com base numa taxa de atualização dos fluxos futuros de 12 %. O valor definitivo dos títulos será determinada em função das condições finais da oferta e das condições de mercado prevalecendo na data da troca.

Os títulos gregos detidos foram portanto depreciados em 75 %, a perda constatada a título do exercício 2011 foi assim aumentada para 3 241 milhões de euros em custo do risco (cf. nota 2.f).

Os títulos emitidos por Portugal e a Irlanda detidos pelo Grupo e reclassificados em Empréstimos concedidos e Créditos foram avaliados em valor de mercado para as necessidades das notas 5.e e 8.h. Os títulos destes emissores compreendidos na carteira de transação foram igualmente avaliados em valor de mercado, o qual foi considerado como de nível 2 tendo em conta a iliquidez do mercado, conformemente às características ligadas à definição deste nível de avaliação (cf. nota 5.d).

Exposição do grupo BNP Paribas ao título do risco de crédito soberano sobre os três países da zona euro que são alvo de um plano de apoio europeu, a Grécia, a Irlanda e Portugal

Os quadros seguintes apresentam a exposição do Grupo em 31 de dezembro de 2011 ao risco de crédito sobre estes três Estados soberanos sob forma de títulos e de derivados de crédito após a depreciação registada sobre os títulos gregos.

Os ativos recenseados em categoria «empréstimos concedidos e créditos» são provenientes da reclassificação operada a 30 de junho de 2011 dos títulos anteriormente registados em «Ativos disponíveis para venda».

a) Carteira das atividades bancárias, repartida por vencimento de duração residual

| Em milhões de euros, em | Duração residual | | | | | | | Total 31 dezembro 2011 |
|--|------------------|--------|--------|--------|---------|---------|-----------|---------------------------|
| | 1 ano | 2 anos | 3 anos | 5 anos | 10 anos | 15 anos | > 15 anos | |
| Grécia | | | | | | | | |
| Empréstimos concedidos e créditos | | | | | | | | |
| Exposição ao risco e valor no balanço após depreciação | 53 | 36 | 105 | 71 | 344 | 312 | 51 | 972 |
| Irlanda | | | | | | | | |
| Empréstimos concedidos e créditos | | | | | | | | |
| Exposição ao risco | | | 3 | 20 | 247 | | | 270 |
| Valor no balanço | | | 3 | 16 | 197 | | | 216 |
| Portugal | | | | | | | | |
| Empréstimos concedidos e créditos | | | | | | | | |
| Exposição ao risco | 195 | 157 | 256 | 232 | 451 | | 90 | 1 381 |
| Valor no balanço | 190 | 136 | 221 | 191 | 329 | | 92 | 1 159 |

b) Carteira dos fundos gerais dos seguros, repartida por vencimento de duração residual

| Em milhões de euros, em | Duração residual | | | | | | | Total 31 dezembro 2011 |
|--|------------------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|---------------------------|
| | 1 ano | 2 anos | 3 anos | 5 anos | 10 anos | 15 anos | > 15ans | |
| Grécia | | | | | | | | |
| Empréstimos concedidos e créditos e ativos financeiros detidos até ao vencimento | | | | | | | | |
| Exposição ao risco e valor no balanço após depreciação | 7 | 40 | 24 | 25 | 4 | 94 | 94 | 288 |
| Irlanda | | | | | | | | |
| Empréstimos concedidos e créditos | | | | | | | | |
| Exposição ao risco | | | 2 | | 550 | 209 | | 761 |
| Valor no balanço | | | 2 | | 423 | 157 | | 582 |
| Ativos financeiros detidos até ao vencimento | | | | | | | | |
| Exposição ao risco e valor no balanço | | 9 | | 181 | 135 | | | 325 |
| Portugal | | | | | | | | |
| Empréstimos concedidos e créditos | | | | | | | | |
| Exposição ao risco | 2 | 36 | 174 | 31 | 684 | 145 | | 1 072 |
| Valor no balanço | 2 | 33 | 151 | 31 | 480 | 99 | | 796 |
| Ativos financeiros detidos até ao vencimento | | | | | | | | |
| Exposição ao risco e valor no balanço | | | 60 | 99 | | | | 159 |

A depreciação dos títulos gregos detidos nos fundos gerais do seguro produz no resultado do Grupo um efeito líquido da recuperação de provisão para participação nos excedentes diferidos.

c) Carteira de transação

| Em milhões de euros | Títulos | | Derivados | | Posição líquida total 31 dezembro 2011 |
|---------------------|-----------------|-----------------|-------------------|-------------------|---|
| | Posições longas | Posições curtas | Posições líquidas | Posições líquidas | |
| Grécia | 86 | (8) | 78 | 13 | 91 |
| Irlanda | 59 | (69) | (10) | 37 | 27 |
| Portugal | 306 | (321) | (15) | 62 | 47 |
| TOTAL | 451 | (398) | 53 | 112 | 165 |

Cessões de títulos classificados em ativos financeiros detidos até ao vencimento ocorridas em 2011

O BNP Paribas cedeu, em 2011, 2,8 biliões de euros de títulos soberanos emitidos pela Itália, classificados até à data de cessão em «Ativos financeiros detidos até ao vencimento». O montante dos títulos cedidos representa cerca de 21 % dos títulos inscritos nesta rubrica em 31 de dezembro de 2010 (cf. nota 5.j).

A cessão dos títulos italianos foi provocada pelo agravamento da situação económica do emissor, tal como manifestado pela deterioração da sua notação por diferentes agências em setembro e outubro de 2011 e pela descida do valor de mercado dos seus títulos (cf. IAS 39-AG22a).

Além disso, o aumento do constrangimento de solvabilidade no âmbito da implementação da diretiva europeia CRD 3 em 31 de dezembro de 2011 e da antecipação do novo rácio de solvabilidade Basileia III (projeto de

diretiva e de pagamento europeu CRD 4 e CRR publicado numa primeira versão em julho de 2011) conduziu a empreender um plano importante de redução de ativos incidindo nomeadamente sobre montantes significativos de ativos classificados em Empréstimos concedidos e créditos e em Ativos financeiros detidos até ao vencimento (cf. IAS 39-AG22e).

A degradação da notação de certos emissores ameaçando traduzir-se por uma subida dos ativos ponderados correspondentes aos empréstimos concedidos, o banco teve de reduzir a sua exposição aos riscos mais expostos a esta evolução qualquer que tenha sido a sua classificação contabilística.

O Grupo fez portanto aplicação das disposições previstas pela IAS 39 nos parágrafos AG 22 a) e e) para justificar que estas cessões não voltam a por em causa a sua intenção de conservar até ao seu vencimento os outros ativos classificados nesta categoria, nem a sua capacidade a financiar-los. Os outros ativos detidos foram portanto mantidos na sua categoria.

Nota 5 NOTAS RELATIVAS AO BALANÇO EM 31 DEZEMBRO 2011

5.a ATIVOS, PASSIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO

Os ativos e passivos financeiros registados em valor de mercado ou de modelo por resultado são constituídos pelas operações negociadas para fins de transações – incluindo os instrumentos financeiros derivados – e por certos ativos e passivos que o Grupo escolheu valorizar sobre opção em valor de mercado ou de modelo por resultado a partir da data da sua aquisição ou da sua emissão.

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | | 31 dezembro 2010 | | |
|---|------------------------|---|----------------|------------------------|---|----------------|
| | Carteira de transações | Carteira avaliada em valor de mercado sobre opção | Total | Carteira de transações | Carteira avaliada em valor de mercado sobre opção | Total |
| ATIVOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO | | | | | | |
| Títulos de crédito negociáveis | 48 434 | 109 | 48 543 | 51 612 | 147 | 51 759 |
| Obrigações do Tesouro e outros títulos mobilizáveis junto dos bancos centrais | 41 806 | 3 | 41 809 | 39 260 | - | 39 260 |
| Outros títulos de crédito negociáveis | 6 628 | 106 | 6 734 | 12 352 | 147 | 12 499 |
| Obrigações | 83 735 | 5 986 | 89 721 | 102 454 | 6 985 | 109 439 |
| Obrigações de Estado | 54 390 | 481 | 54 871 | 69 704 | 489 | 70 193 |
| Outras Obrigações | 29 345 | 5 505 | 34 850 | 32 750 | 6 496 | 39 246 |
| Ações e outros títulos de rendimento variável | 25 455 | 50 929 | 76 384 | 68 281 | 42 901 | 111 182 |
| Operações com acordo de recompra | 153 262 | - | 153 262 | 210 904 | 47 | 210 951 |
| Empréstimos concedidos | 537 | 49 | 586 | 725 | 1 106 | 1 831 |
| Instrumentos financeiros derivados | 451 967 | - | 451 967 | 347 783 | - | 347 783 |
| Instrumentos derivados de taxas de câmbio | 28 097 | - | 28 097 | 31 017 | - | 31 017 |
| Instrumentos derivados de taxas de juro | 332 945 | - | 332 945 | 239 985 | - | 239 985 |
| Instrumentos derivados sobre ações | 38 140 | - | 38 140 | 39 397 | - | 39 397 |
| Instrumentos derivados de crédito | 46 460 | - | 46 460 | 30 349 | - | 30 349 |
| Outros instrumentos derivados | 6 325 | - | 6 325 | 7 035 | - | 7 035 |
| TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO | 763 390 | 57 073 | 820 463 | 781 759 | 51 186 | 832 945 |
| <i>dos quais títulos emprestados</i> | 48 429 | - | 48 429 | 30 565 | - | 30 565 |
| PASSIVOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO | | | | | | |
| Empréstimos contraídos de títulos e vendas a descoberto | 100 013 | - | 100 013 | 102 060 | - | 102 060 |
| Operações com acordo de recompra | 171 376 | - | 171 376 | 223 362 | - | 223 362 |
| Empréstimos contraídos | 1 895 | 1 664 | 3 559 | 1 170 | 2 178 | 3 348 |
| Débitos representados por um título (nota 5.i) | - | 37 987 | 37 987 | - | 47 735 | 47 735 |
| Dívidas subordinadas (nota 5.i) | - | 2 393 | 2 393 | - | 3 108 | 3 108 |
| Instrumentos financeiros derivados | 447 467 | - | 447 467 | 345 492 | - | 345 492 |
| Instrumentos derivados de taxas de câmbio | 26 890 | - | 26 890 | 30 234 | - | 30 234 |
| Instrumentos derivados de taxas de juro | 330 421 | - | 330 421 | 236 416 | - | 236 416 |
| Instrumentos derivados sobre ações | 36 377 | - | 36 377 | 40 927 | - | 40 927 |
| Instrumentos derivados de crédito | 46 358 | - | 46 358 | 30 263 | - | 30 263 |
| Outros instrumentos derivados | 7 421 | - | 7 421 | 7 652 | - | 7 652 |
| TOTAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO | 720 751 | 42 044 | 762 795 | 672 084 | 53 021 | 725 105 |

Instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado sobre opção

Ativos financeiros avaliados em valor de mercado sobre opção

Os ativos financeiros valorizados sobre opção pelo valor de mercado ou de modelo por resultado compreendem em particular os ativos financeiros representativos dos contratos em unidades de conta das atividades de seguro e numa menor escala dos ativos com derivados incorporados para os quais o princípio de extração destes derivados não foi escolhido.

Os ativos financeiros representativos dos contratos em unidades de conta das atividades de seguros compreendem títulos emitidos por entidades consolidadas do Grupo, que não são eliminados em consolidação a fim de manter a representação dos ativos investidos a título desses contratos no mesmo montante que o das provisões técnicas constituídas a título dos passivos devidos aos assegurados. Os títulos de rendimento fixo (certificados e EMTN) não eliminados ascendem a 940 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 634 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 e os títulos de rendimento variável (ações emitidas pelo BNP Paribas SA principalmente) a 14,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 19 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. A sua eliminação não teria impacto significativo sobre as contas do período.

Passivos financeiros avaliados em valor de mercado sobre opção

Os passivos financeiros valorizados sobre opção em valor de mercado ou de modelo por resultado registam principalmente as emissões originadas e estruturadas por conta da clientela cujos riscos e cobertura são geridos num mesmo conjunto. Estas emissões contêm derivados incorporados significativos cujas variações de valor são neutralizadas pelas dos instrumentos derivados de cobertura.

O valor de reembolso dos passivos avaliados sobre opção em valor de mercado ou de modelo por resultado ascende a 49 748 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 58 356 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

O valor de mercado ou de modelo tem em consideração a variação imputável ao risco emissor do grupo BNP Paribas. Para o essencial dos ativos visados, este é constatado mediante o cálculo do valor de substituição de cada instrumento, obtido pela atualização dos fluxos de tesouraria do instrumento utilizando uma taxa correspondente à de um débito similar que seria emitido pelo grupo BNP Paribas na data de fecho.

Assim, o valor contabilístico dos passivos avaliados em valor de mercado ou de modelo é diminuído de 1 647 milhões de euros (457 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010). Esta diminuição de valor constitui uma mais valia latente que só se realizaria na hipótese da recompra no mercado destes instrumentos financeiros emitidos pelo Banco. Sem isso, o proveito correspondente a esta mais valia latente será recuperado na duração residual dos débitos até ao seu vencimento segundo um ritmo dependente da evolução do risco emissor do banco.

Instrumentos financeiros derivados da carteira de transação

Os instrumentos financeiros derivados da carteira de transação dependem maioritariamente de operações iniciadas pelas atividades de negócio de instrumentos financeiros. Podem ser contraídos no âmbito de atividades de conservador de mercado ou de arbitragem. O BNP Paribas é um negociante ativo de instrumentos financeiros derivados, quer sob forma de transações incidindo sobre instrumentos “elementares” (tais como os “credit default swaps”), quer estruturando perfis de risco complexo adaptados às necessidades da sua clientela. Em todos os casos, a posição líquida é enquadrada por limites.

Outros instrumentos financeiros derivados da carteira de transação dependem de operações negociadas para fins de cobertura de instrumentos de ativo ou de passivo que o Grupo não documentou como tais ou que a regulamentação contabilística não permite qualificar de cobertura. Trata-se em particular de operações sobre instrumentos financeiros derivados de crédito concluídas no essencial para proteção das carteiras de empréstimos concedidos do Grupo.

O valor de mercado positivo ou negativo dos instrumentos financeiros derivados classificados em carteira de transação representa o valor de substituição destes instrumentos. Este valor pode fortemente flutuar em função da evolução dos parâmetros de mercado (tais como as taxas de juro ou de câmbio).

O quadro seguinte apresenta os montantes nominais dos instrumentos financeiros derivados em carteira de transação. O montante nominal dos instrumentos financeiros derivados apenas constitui uma indicação de volume da atividade do Grupo nos mercados de instrumentos financeiros e não reflete os riscos de mercado ligados a estes instrumentos.

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|-------------------|-------------------|
| Instrumentos financeiros derivados | 46 817 864 | 44 200 645 |
| Instrumentos derivados de cotação de câmbio | 2 249 390 | 2 019 347 |
| Instrumentos derivados de taxa de juro | 40 272 463 | 37 904 560 |
| Instrumentos derivados sobre ações | 1 818 445 | 1 703 970 |
| Instrumentos derivados de crédito | 2 321 275 | 2 370 101 |
| Outros instrumentos derivados | 156 291 | 202 667 |

As operações sobre instrumentos financeiros derivados realizadas em mercados organizados representam 48 % das operações incidindo sobre instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2011 (45 % em 31 de dezembro de 2010).

5.b INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS PARA USO DE COBERTURA

O quadro seguinte apresenta os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura.

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|--|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | Valor de mercado negativo | Valor de mercado positivo | Valor de mercado negativo | Valor de mercado positivo |
| Cobertura de valor | 12 902 | 6 920 | 7 736 | 3 788 |
| Instrumentos derivados de taxas de câmbio | 8 | 4 | 1 | 1 |
| Instrumentos derivados de taxas de juro | 12 879 | 6 810 | 7 681 | 3 787 |
| Outros instrumentos derivados | 15 | 106 | 54 | - |
| Cobertura de resultados futuros | 1 416 | 2 743 | 740 | 1 647 |
| Instrumentos derivados de taxas de câmbio | 245 | 312 | 137 | 62 |
| Instrumentos derivados de taxas de juro | 825 | 2 408 | 360 | 1 422 |
| Outros instrumentos derivados | 346 | 23 | 243 | 163 |
| Cobertura dos investimentos líquidos em divisas | 13 | 37 | 4 | 5 |
| Instrumentos derivados de taxas de câmbio | 13 | 37 | 4 | 5 |
| DERIVADOS UTILIZADOS EM COBERTURA | 14 331 | 9 700 | 8 480 | 5 440 |

O montante total dos nominais dos instrumentos derivados utilizados em cobertura estabelece-se nos 799 608 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 577 464 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

As operações sobre instrumentos financeiros derivados contraídos para fins de cobertura são no essencial concluídas à vista.

5.c ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados em valor de mercado, ou de modelo para os títulos não cotados.

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | | 31 dezembro 2010 | | |
|--|------------------|---|------------------------|---|------------------------|------------|
| | Líquido | dos quais variações de valor contabilizadas diretamente em capitais | dos quais depreciações | dos quais variações de valor contabilizadas diretamente em capitais | dos quais depreciações | próprios |
| Títulos de rendimento fixo | 174 989 | (162) | (5 120) | 202 561 | (454) | (2 554) |
| Obrigações do Tesouro e outros títulos mobilizáveis junto do banco central | 17 241 | (22) | (2 322) | 25 289 | (21) | (1 138) |
| Outros títulos de crédito negociáveis | 11 145 | (11) | (254) | 7 154 | (12) | (199) |
| Obrigações do Estado | 96 302 | (3) | (1 761) | 123 907 | (21) | (1 575) |
| Outras Obrigações | 50 301 | (126) | (783) | 46 211 | (400) | 358 |
| Ações e outros títulos de rendimento variável | 17 479 | (5 067) | 1 621 | 17 397 | (3 261) | 2 953 |
| Títulos cotados | 6 092 | (2 052) | 619 | 9 104 | (1 961) | 1 921 |
| Títulos não cotados | 11 387 | (3 015) | 1 002 | 8 293 | (1 300) | 1 032 |
| TOTAL DOS ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA, LÍQUIDOS DE DEPRECIAÇÃO | 192 468 | (5 229) | (3 499) | 219 958 | (3 715) | 399 |
| <i>dos quais títulos emprestados</i> | 3 | - | - | 433 | - | (1) |

As variações de valor contabilizadas diretamente em capitais próprios (3 499 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) são inscritas no seio dos capitais próprios após constituição dos impostos diferidos aferentes a estas variações (1 669 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para a parte do Grupo e a dos minoritários).

5.d MEDIÇÃO DO VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são repartidos em três níveis de acordo com uma ordem decrescente de observabilidade dos valores e dos parâmetros utilizados para a sua valorização:

■ nível 1 – Instrumentos financeiros alvos de preços de mercado cotados:

Este nível reúne os instrumentos financeiros que são objeto de cotações sobre um mercado ativo, diretamente utilizáveis.

Este compreende nomeadamente as ações e as obrigações líquidas, os empréstimos contraídos e vendas a descoberto sobre estes mesmos instrumentos, os instrumentos derivados tratados nos mercados organizados (futuros, opções...), as partes de fundos cujo valor liquidativo é calculado quotidianamente;

■ nível 2 – Instrumentos financeiros cuja avaliação faz apelo a técnicas de valorização utilizando parâmetros observáveis:

Este nível reúne os instrumentos financeiros para a valorização dos quais devem ser procuradas referências de preços sobre instrumentos similares cotados sobre um mercado ativo, ou instrumentos idênticos ou similares cotados sobre um mercado não ativo mas para os quais transações regulares podem ser observadas, ou ainda instrumentos cuja avaliação faz apelo à utilização de técnicas de valorização assentando em parâmetros observáveis.

Este nível compreende nomeadamente as ações e obrigações de fraca liquidez, os empréstimos contraídos e vendas a descoberto sobre estes mesmos instrumentos, as operações com acordo de recompra de maturidade curta que não são valorizadas com base numa cotação diretamente observada

no mercado, as partes de Sociedades Civas Imobiliárias suporte dos contratos em unidades de conta cujos ativos subjacentes são alvo de inspeções periódicas fundadas sobre dados de mercado observáveis, as partes de fundos para as quais a liquidez é assegurada de forma regular, os instrumentos derivados tratados sobre mercados à vista cujas técnicas de valorização assentam em parâmetros observáveis assim como os débitos estruturados emitidos cuja valorização só faz apelo a parâmetros observáveis;

■ nível 3 – Instrumentos financeiros cuja avaliação faz apelo a técnicas de valorização utilizando parâmetros não observáveis:

Este nível reúne os instrumentos financeiros cuja avaliação faz apelo à utilização de técnicas de valorização assentando todo ou em parte em parâmetros inobserváveis; um parâmetro inobservável sendo definido como um parâmetro cujo valor resulta de hipóteses ou de correlações que não assentam nem sobre preços de transações observáveis no mesmo instrumento na data de valorização, nem sobre os dados de mercado observáveis disponíveis nessa data.

Um instrumento é classificado em nível 3 se uma parte significativa da sua valorização assenta em parâmetros não observáveis.

Este nível compreende nomeadamente as ações não cotadas, as obrigações avaliadas com base em modelos de valorização utilizando pelo menos um parâmetro não observável significativo ou com base em indicações de preços induzidas de um mercado não ativo (tais como as partes de CDO, CLO, ABS), as operações com acordo de recompra de maturidade longa ou estruturadas, as partes de fundos em liquidação ou cuja cotação está suspensa, os derivados complexos incidindo sobre subjacentes múltiplos (instrumentos híbridos, CDO sintéticos...) assim como os débitos estruturados utilizados como suporte desses derivados.

Repartição por método de valorização dos instrumentos financeiros contabilizados em valor de mercado apresentada em conformidade com as novas prescrições da norma IFRS 7

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | | | 31 dezembro 2010 | | | |
|--|------------------|---------|---------|---------|------------------|---------|---------|---------|
| | nível 1 | nível 2 | nível 3 | Total | nível 1 | nível 2 | nível 3 | Total |
| ATIVOS FINANCEIROS | | | | | | | | |
| Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado detidos para fins de transação (nota 5.a) | 102 953 | 638 973 | 21 464 | 763 390 | 179 814 | 579 064 | 22 881 | 781 759 |
| Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado s/ opção (nota 5.a) | 41 982 | 13 496 | 1 595 | 57 073 | 37 356 | 12 127 | 1 703 | 51 186 |
| Instrumentos financeiros derivados de cobertura (nota 5.b) | - | 9 700 | - | 9 700 | - | 5 440 | - | 5 440 |
| Ativos financeiros disponíveis p/ venda (nota 5.c) | 132 676 | 49 921 | 9 871 | 192 468 | 163 368 | 48 436 | 8 154 | 219 958 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | | | | | | | | |
| Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado detidos para fins de transação (nota 5.a) | 108 934 | 585 529 | 26 288 | 720 751 | 116 858 | 529 818 | 25 408 | 672 084 |
| Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado s/ opção (nota 5.a) | 3 168 | 31 260 | 7 616 | 42 044 | 5 588 | 38 696 | 8 737 | 53 021 |
| Instrumentos financeiros derivados de cobertura (nota 5.b) | - | 14 331 | - | 14 331 | - | 8 480 | - | 8 480 |

Quadro de variação dos instrumentos financeiros de nível 3

Para os instrumentos financeiros de nível 3, os movimentos seguintes ocorreram entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2011:

| Em milhões de euros | Ativos financeiros | | | | Passivos financeiros | | |
|---|---|--|---|---------------|---|--|-----------------|
| | Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado detidos para fins de transação | Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado sobre opção | Ativos financeiros disponíveis para venda | Total | Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado detidos para fins de transação | Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado sobre opção | Total |
| SITUAÇÃO EM 31 DEZEMBRO 2009 | 25 618 | 1 830 | 7 293 | 34 741 | (28 331) | (10 573) | (38 904) |
| Compras | 5 091 | 463 | 1 511 | 7 065 | - | - | - |
| Emissões | - | - | - | - | (9 206) | (3 957) | (13 163) |
| Vendas | (979) | (139) | (1 066) | (2 184) | - | - | - |
| Pagamentos ⁽¹⁾ | 819 | (240) | 30 | 609 | 2 106 | 5 555 | 7 661 |
| Transferências no seio do nível 3 | 2 436 | 39 | 1 688 | 4 163 | (312) | (56) | (368) |
| Transferências fora do nível 3 | (5 716) | (361) | (1 866) | (7 943) | 5 553 | 787 | 6 340 |
| Proveitos (ou perdas) contabilizados em demonstração de resultados a título das operações vencidas ou quebradas durante o exercício | (8 496) | 23 | (11) | (8 484) | 8 945 | 38 | 8 983 |
| Proveitos (ou perdas) contabilizados em demonstração de resultados para os instrumentos em vida em fim de período | 3 469 | 88 | (86) | 3 471 | (3 461) | (531) | (3 992) |
| Variações de ativos e passivos contabilizados diretamente em capitais próprios | | | | | | | |
| Elementos relativos às variações de paridades monetárias | 639 | - | 55 | 694 | (702) | - | (702) |
| Varição de ativos e passivos contabilizados em capitais próprios | - | - | 606 | 606 | - | - | - |
| SITUAÇÃO EM 31 DEZEMBRO 2010 | 22 881 | 1 703 | 8 154 | 32 738 | (25 408) | (8 737) | (34 145) |
| Compras | 2 652 | 33 | 1 328 | 4 013 | - | - | - |
| Emissões | - | - | - | - | (9 464) | (3 127) | (12 591) |
| Vendas | (274) | - | (1 427) | (1 701) | - | - | - |
| Pagamentos ⁽¹⁾ | (5 327) | (151) | (961) | (6 439) | 8 923 | 3 150 | 12 073 |
| Transferências no seio do nível 3 | 3 157 | 23 | 9 005 | 12 185 | (2 817) | (338) | (3 155) |
| Transferências fora do nível 3 | (2 598) | - | (267) | (2 865) | 2 778 | 1 455 | 4 233 |
| Reclassificações ⁽²⁾ | - | - | (6 312) | (6 312) | - | - | - |
| Proveitos (ou perdas) contabilizados em demonstração de resultados a título das operações vencidas ou quebradas durante o exercício | (3 568) | 29 | (396) | (3 935) | 849 | 31 | 880 |
| Proveitos (ou perdas) contabilizados em demonstração de resultados para os instrumentos em vida em fim de período | 4 120 | (42) | 95 | 4 173 | (687) | (50) | (737) |
| Variações de ativos e passivos contabilizados diretamente em capitais próprios | | | | | | | |
| Elementos relativos às variações de paridades monetárias | 421 | - | 53 | 474 | (462) | - | (462) |
| Varição de ativos e passivos contabilizados em capitais próprios | - | - | 599 | 599 | - | - | - |
| SITUAÇÃO EM 31 DEZEMBRO 2011 | 21 464 | 1 595 | 9 871 | 32 930 | (26 288) | (7 616) | (33 904) |

(1) Inclui, para os ativos, os reembolsos de principal, os pagamentos dos juros e os fluxos de pagamentos e de encaixes sobre derivativos quando a sua valorização é positiva e, para os passivos, os reembolsos de empréstimos contraídos, os juros pagos sobre empréstimos contraídos e os fluxos de pagamentos e de encaixes sobre derivativos quando a sua valorização é negativa.

(2) Trata-se dos instrumentos financeiros inicialmente contabilizados em valor de mercado e reclassificados em empréstimos concedidos e créditos.

Os instrumentos financeiros de nível 3 são suscetíveis de ser cobertos por outros instrumentos de nível 1 e/ou de nível 2 cujos proveitos e perdas não constam deste quadro. Assim, os montantes de proveitos e perdas aparecendo neste quadro não são representativos dos resultados ligados à gestão do risco líquido do conjunto destes instrumentos. Nomeadamente, as perdas e proveitos sobre os ativos e passivos financeiros em valor de modelo por resultado da carteira de transação, respetivamente 552 milhões de euros e 162 milhões de euros e em 31 de dezembro de 2011 (contra 5 027 milhões de euros e 5 484 milhões de euros e em 31 de dezembro de 2010), correspondem principalmente a variações de valor sobre posições de CDO classificadas em nível 3, cobertas por posições de CDS classificadas em nível 2.

Sensibilidade dos valores de modelo nas mudanças de hipóteses razoavelmente possíveis dos instrumentos financeiros de nível 3

Determinação dos ajustamentos de valor

Os instrumentos da carteira de transação classificados em nível 3 são constituídos na sua maioria por títulos pouco líquidos, de derivados cujo subjacente é pouco líquido assim como de outros instrumentos, contendo derivados complexos. A valorização destes últimos necessita geralmente da utilização de modelos de valorização provenientes das técnicas de cobertura dinâmica dos riscos, e pode necessitar da utilização de parâmetros não observáveis.

O conjunto destes instrumentos comporta incertezas de valorização, as quais dão lugar a ajustamentos de valor, refletindo o prémio de risco que um ator de mercado incorporaria aquando do estabelecimento do preço. Estes ajustamentos de valorização permitem ter nomeadamente em conta:

- riscos que não seriam apreendidos pelo modelo (ajustamento para risco de modelo);

- a incerteza inerente à estimação dos parâmetros de valorização (ajustamento para incerteza de parâmetros);
- riscos de liquidez associados ao instrumento ou ao parâmetro visado;
- prémios de risco específicos destinados a compensar alguns sobrecustos que induziria a estratégia de gestão dinâmica associada ao modelo em certas condições de mercado;
- risco de contrapartida.

Aquando do estabelecimento dos ajustamentos de valor, cada um dos fatores de risco é considerado individualmente e nenhum efeito de diversificação entre riscos, parâmetros ou modelos de natureza diferente é tido em conta. Inversamente, para um determinado fator de risco, uma abordagem de carteira é escolhida, com uma compensação entre instrumentos quando estes são geridos em conjunto.

O conjunto destes ajustamentos são componentes do valor de modelo dos instrumentos e das carteiras.

Avaliação da sensibilidade dos valores

Para medir a sensibilidade do valor de modelo dos instrumentos de nível 3 (fora posições sobre títulos) a uma mudança de hipóteses, os dois cenários seguintes foram considerados: um cenário favorável em que todas as valorizações se fariam sem ajustamento de valor, e um cenário desfavorável em que todas as valorizações se fariam com um ajustamento de valor duas vezes mais elevado. Assim calculada, a sensibilidade é uma medida do diferencial entre os valores que obteriam dos atores de mercado cuja percepção do risco de valorização e aversão a este são diferentes.

Por medida de simplificação, a sensibilidade do valor de mercado das posições sobre títulos, quer pertençam a carteiras de transação, de ativos disponíveis para venda ou sejam designadas ao seu justo valor de modelo por resultado sobre opção, é baseada numa variação de 1 % do valor escolhido.

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|--|--|---------------------------------------|--|---------------------------------------|
| | Efeito potencial em demonstração de resultados | Efeito potencial em capitais próprios | Efeito potencial em demonstração de resultados | Efeito potencial em capitais próprios |
| Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado detidos para fins de transação e em valor de mercado por resultado sobre opção ⁽¹⁾ | +/- 1 300 | | +/-1304 | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | +/- 104 | | +/- 91 |

(1) Os instrumentos financeiros pelo seu justo valor por resultado, quer façam parte da carteira de transação ou tenham sido classificados em valor de mercado por resultado sobre opção, são apresentados no seio da mesma rubrica porque a sensibilidade é calculada sobre as posições líquidas de carteiras de instrumentos qualquer que seja a sua classificação contabilística.

Margem diferida sobre os instrumentos financeiros valorizados com técnicas desenvolvidas pela empresa e fundadas sobre parâmetros em parte não observáveis nos mercados ativos

A margem não registada em resultado no dia da transação («Day One Profit») cobre o único perímetro das atividades de mercado elegíveis a nível 3.

Esta é determinada após constituição das reservas de modelos para incertezas tais como descritas anteriormente e recuperada no resultado sobre a

duração antecipada de inobservabilidade dos parâmetros. O montante ainda não amortizado está inscrito no balanço na rubrica «Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado detidos para fins de transação», em dedução do justo valor das operações complexas visadas.

A margem não registada em resultado contida no preço dos instrumentos financeiros derivados vendidos à clientela e valorizados de acordo com modelos internos cujos parâmetros não são observáveis («Day One Profit») evolui durante dois exercícios da seguinte forma:

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| MARGEM DIFERIDA EM INÍCIO DE PERÍODO | 920 | 860 |
| Margem diferida sobre as transações do exercício | 286 | 437 |
| Margem contabilizada em resultado durante o exercício | (551) | (377) |
| MARGEM DIFERIDA EM FIM DE PERÍODO | 655 | 920 |

5.e RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS INICIALMENTE CONTABILIZADOS EN VALOR DE MERCADO POR RESULTADO PARA FINS DE TRANSAÇÃO OU EM ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

As emendas às normas IAS 39 e IFRS 7 adotadas pela União europeia a 15 de outubro de 2008 permitem reclassificar os instrumentos inicialmente detidos para fins de transação ou disponíveis para venda no seio de carteiras de crédito à clientela ou de títulos disponíveis para venda.

➤ DADOS RELATIVOS AOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS EM DATA DE RECLASSIFICAÇÃO

| Em milhões de euros | Data de reclassificação | Valor no balanço | | Fluxos de tesouraria esperados e julgados cobráveis ⁽¹⁾ | | Taxa média de juro efetivo | |
|--|---|---|---|--|---|---|---|
| | | Ativos reclassificados em Empréstimos concedidos e créditos | Ativos reclassificados em ativos disponíveis para venda | Ativos reclassificados em Empréstimos concedidos e créditos | Ativos reclassificados em ativos disponíveis para venda | Ativos reclassificados em Empréstimos concedidos e créditos | Ativos reclassificados em ativos disponíveis para venda |
| Títulos soberanos, provenientes da carteira de ativos disponíveis para venda | | | | | | | |
| | | 6 312 | | 14 826 | | | |
| | dos quais títulos soberanos gregos | 3 186 | | 9 401 | | 9,3 % | |
| | 30 junho 2011 | | | | | | |
| | dos quais títulos soberanos portugueses | 1 885 | | 3 166 | | 8,8 % | |
| | 30 junho 2011 | | | | | | |
| | dos quais títulos soberanos irlandeses | 1 241 | | 2 259 | | 6,7 % | |
| | 30 junho 2011 | | | | | | |
| Operações estruturadas, e outros títulos de rendimentos fixos | | | | | | | |
| | | 10 995 | 767 | 12 728 | 790 | | |
| provenientes da carteira de transações | | | | | | | |
| | 1 outubro 2008 | 7 077 | 767 | 7 904 | 790 | 7,6 % | 6,7 % |
| | 30 junho 2009 | 2 760 | | 3 345 | | 8,4 % | |
| provenientes da carteira de ativos disponíveis para venda | | | | | | | |
| | 30 junho 2009 | 1 158 | | 1 479 | | 8,4 % | |

(1) Os fluxos de tesouraria esperados cobrem o reembolso do capital e o pagamento do conjunto dos juros não atualizados até à data de vencimento dos instrumentos.

Avaliação em 31 de dezembro de 2011 dos ativos reclassificados

Os quadros abaixo apresentam os elementos de resultados aferentes aos ativos reclassificados representados no balanço em 31 de dezembro com a sua contribuição para o resultado e as variações de capitais próprios do período:

➤ NO BALANÇO

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|---|------------------|-------------------------------|------------------|-------------------------------|
| | Valor no balanço | Valor de mercado ou de modelo | Valor no balanço | Valor de mercado ou de modelo |
| Títulos soberanos reclassificados em empréstimos e créditos sobre a clientela | 3 939 | 3 600 | - | - |
| dos quais títulos soberanos gregos | 1 201 | 1 133 | | |
| dos quais títulos soberanos portugueses | 1 939 | 1 631 | | |
| dos quais títulos soberanos irlandeses | 799 | 836 | | |
| Operações estruturadas, e outros títulos de rendimentos fixos reclassificados | 4 664 | 4 511 | 6 003 | 6 024 |
| Em empréstimos e créditos s/ a clientela | 4 647 | 4 494 | 5 985 | 6 006 |
| Em ativos financeiros disponíveis para venda | 17 | 17 | 18 | 18 |

➤ EM RESULTADO E EM VARIAÇÃO DIRETA DE CAPITALS PRÓPRIOS

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | | | | Exercício 2010 | |
|---|-----------------------|----------------------|----------------|---|----------------|---|
| | Realizado | | | Proforma sobre o período ⁽¹⁾ | Realizado | Proforma sobre o período ⁽¹⁾ |
| | Antes reclassificação | Após reclassificação | Total | | | |
| Em resultado | (409) | (2 415) | (2 630) | (2 838) | 387 | 346 |
| Em resultado líquido bancário | 116 | 211 | 509 | 361 | 409 | 376 |
| dos quais títulos soberanos gregos | 87 | 178 | 265 | 265 | - | - |
| dos quais títulos soberanos portugueses | 19 | 56 | 75 | 75 | - | - |
| dos quais títulos soberanos irlandeses | 10 | (23) | (13) | (13) | - | - |
| dos quais operações estruturadas e outros títulos de rendimentos fixos | - | - | 182 | 34 | 409 | 376 |
| Em custo do risco | (525) | (2 626) | (3 139) | (3 199) | (22) | (30) |
| dos quais títulos soberanos gregos | (525) | (2 626) | (3 151) | (3 199) | - | - |
| dos quais operações estruturadas e outros títulos de rendimentos fixos | - | - | 12 | - | (22) | (30) |
| Em variação direta de capitais próprios (antes impostos) | 504 | 850 | 1 379 | 1 180 | 79 | 65 |
| dos quais títulos soberanos gregos | 681 | 778 | 1 459 | 1 459 | - | - |
| dos quais títulos soberanos portugueses | (176) | 32 | (144) | (336) | - | - |
| dos quais títulos soberanos irlandeses | (1) | 40 | 39 | 48 | - | - |
| dos quais operações estruturadas e outros títulos de rendimentos fixos | - | - | 25 | 9 | 79 | 65 |
| TOTAL DOS ELEMENTOS DE RESULTADO E DE VARIAÇÃO DIRETA DE CAPITALS PRÓPRIOS DOS ELEMENTOS RECLASSIFICADOS | 95 | (1 565) | (1 251) | (1 658) | 466 | 411 |

(1) Os dados «proforma» retratam o que teria sido a contribuição para o resultado do exercício se os instrumentos visados não tivessem sido reclassificados e o que teria representado a sua variação de valor no seio dos capitais próprios nas mesmas condições.

5.f OPERAÇÕES INTERBANCÁRIAS, CRÉDITOS E DÉBITOS SOBRE ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

➤ EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Contas à vista | 12 099 | 11 273 |
| Empréstimos concedidos | 35 130 | 45 353 |
| Operações com acordo de recompra | 2 847 | 7 086 |
| TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO ANTES DEPRECIACÃO | 50 076 | 63 712 |
| dos quais ativos duvidosos | 976 | 1 466 |
| Depreciação dos empréstimos concedidos e créditos emitidos sobre estabelecimentos de crédito (nota 2.f) | (707) | (994) |
| TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO LÍQUIDOS DE DEPRECIACÃO | 49 369 | 62 718 |

➤ DÉBITOS COM OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Contas à vista | 18 308 | 17 464 |
| Empréstimos contraídos | 119 324 | 131 947 |
| Operações com acordo de recompra | 11 522 | 18 574 |
| TOTAL DOS DÉBITOS COM ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO | 149 154 | 167 985 |

5.g EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS, CRÉDITOS E DÉBITOS SOBRE A CLIENTELA**➤ EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE A CLIENTELA**

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Contas à vista devedoras | 38 448 | 28 188 |
| Empréstimos concedidos à clientela | 624 229 | 633 583 |
| Operações com acordo de recompra | 1 421 | 16 523 |
| Operações de locação financeira | 29 694 | 33 063 |
| TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS À CLIENTELA ANTES DEPRECIACÃO | 693 792 | 711 357 |
| <i>dos quais ativos duvidosos</i> | 43 696 | 42 100 |
| Depreciação dos empréstimos concedidos e créditos à clientela (nota 2.f) | (27 958) | (26 671) |
| TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS À CLIENTELA LÍQUIDOS DE DEPRECIACÃO | 665 834 | 684 686 |

➤ DETALHE DAS OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| INVESTIMENTO BRUTO | 32 614 | 36 261 |
| <i>A receber em menos de 1 ano</i> | 8 856 | 9 829 |
| <i>A receber em mais de 1 ano e menos de 5 anos</i> | 16 127 | 18 756 |
| <i>A receber além dos 5 anos</i> | 7 631 | 7 676 |
| Produtos financeiros não adquiridos | (2 920) | (3 198) |
| INVESTIMENTO LÍQUIDO ANTES DEPRECIACÃO | 29 694 | 33 063 |
| <i>A receber em menos de 1 ano</i> | 8 165 | 9 106 |
| <i>A receber em mais de 1 ano e menos de 5 anos</i> | 14 636 | 16 983 |
| <i>A receber além dos 5 anos</i> | 6 893 | 6 974 |
| Depreciações | (1 062) | (1 302) |
| INVESTIMENTO LÍQUIDO APÓS DEPRECIACÃO | 28 632 | 31 761 |

➤ DÉBITOS COM A CLIENTELA

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Contas à vista credoras | 254 530 | 262 588 |
| Contas a prazo e obrigações de caixa | 214 056 | 241 409 |
| Contas poupança com taxa administrada | 54 538 | 49 610 |
| Operações com acordo de recompra | 23 160 | 27 536 |
| TOTAL DOS DÉBITOS COM A CLIENTELA | 546 284 | 580 913 |

5.h ATIVOS DEPRECIADOS OU NÃO APRESENTANDO INCUMPRIMENTOS E GARANTIAS RECEBIDAS A TÍTULO DESTES ATIVOS

O quadro apresenta o valor líquido contabilístico dos ativos de créditos não depreciados apresentando incumprimentos (por anterioridade de incumprimentos), dos ativos duvidosos depreciados, assim como as garantias recebidas em cobertura desses ativos. Não são consideradas neste quadro as provisões de carteira eventualmente constituídas.

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | | | | | | | |
|--|---|---------------|--------------------|------------------|-----------|--|------------------|---|---|
| | Cronograma dos ativos não depreciados apresentando incumprimentos | | | | | Ativos duvidosos (ativos depreciados e compromissos provisionados) | Total dos ativos | Garantias recebidas a título dos ativos não depreciados e apresentando incumprimentos | Garantias recebidas a título dos ativos duvidosos |
| | Total | <90 dias | >90 dias <180 dias | >180 dias <1 ano | >1 ano | | | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda (fora títulos de rendimento variável) | - | - | - | - | - | 72 | 72 | - | 2 |
| Empréstimos concedidos e créditos sobre estabelecimentos de crédito | 501 | 466 | 14 | 5 | 16 | 335 | 836 | 244 | 90 |
| Empréstimos concedidos e créditos s/ a clientela | 17 408 | 16 578 | 688 | 114 | 28 | 20 533 | 37 941 | 10 989 | 9 691 |
| Ativos financeiros detidos até ao vencimento | - | - | - | - | - | 63 | 63 | - | - |
| Total dos ativos duvidosos e apresentando incumprimentos líquidos de depreciação | 17 909 | 17 044 | 702 | 119 | 44 | 21 003 | 38 912 | 11 233 | 9 783 |
| Compromissos de financiamentos dados | | | | | | 559 | 559 | | 106 |
| Compromissos de garantia financeira dados | | | | | | 1 156 | 1 156 | | 571 |
| Total dos compromissos duvidosos extra patrimoniais líquidos das provisões | | | | | | 1 715 | 1 715 | - | 677 |
| TOTAL | 17 909 | 17 044 | 702 | 119 | 44 | 22 718 | 40 627 | 11 233 | 10 460 |

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2010 | | | | | | | | |
|--|---|---------------|--------------------|------------------|------------|--|------------------|---|---|
| | Cronograma dos ativos não depreciados apresentando incumprimentos | | | | | Ativos duvidosos (ativos depreciados e compromissos provisionados) | Total dos ativos | Garantias recebidas a título dos ativos não depreciados e apresentando incumprimentos | Garantias recebidas a título dos ativos duvidosos |
| | Total | <90 dias | >90 dias <180 dias | >180 dias <1 ano | >1 ano | | | | |
| Ativos financeiros em valor de mercado por resultado (fora títulos de rendimento variável) | 7 | 7 | - | - | - | - | 7 | - | - |
| Ativos financeiros disponíveis para venda (fora títulos de rendimento variável) | 3 | 3 | - | - | - | 348 | 351 | - | 3 |
| Empréstimos concedidos e créditos sobre estabelecimentos de crédito | 371 | 351 | 3 | 1 | 16 | 491 | 862 | 173 | 278 |
| Empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela | 15 212 | 14 380 | 519 | 84 | 229 | 20 746 | 35 958 | 8 818 | 10 042 |
| Total dos ativos duvidosos e apresentando incumprimentos líquidos de depreciação | 15 593 | 14 741 | 522 | 85 | 245 | 21 585 | 37 178 | 8 991 | 10 323 |
| Compromissos de financiamentos dados | | | | | | 802 | 802 | | 303 |
| Compromissos de garantia financeira dados | | | | | | 1 153 | 1 153 | | 441 |
| Total dos compromissos duvidosos líquidos das provisões | | | | | | 1 955 | 1 955 | - | 744 |
| TOTAL | 15 593 | 14 741 | 522 | 85 | 245 | 23 540 | 39 133 | 8 991 | 11 067 |

O montante declarado a título das garantias recebidas é o valor da garantia, limitada pelo montante dos ativos cobertos.

5.i DÉBITOS REPRESENTADOS POR UM TÍTULO E DÍVIDAS SUBORDINADAS

A presente nota reúne os débitos representados por um título e as dívidas subordinadas contabilizadas ao custo amortizado e em valor de mercado por resultado sobre opção.

➤ DÉBITOS CONTABILIZADOS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO (NOTA 5.a)

| Emissor/ Data de emissão Em milhões de euros | Divisa | Montante em divisas na origem (em milhões) | Data de opção de reembolso ou de majoração de juro | Taxa | Majoração de juro | Efeito de subordinação ⁽¹⁾ | Condições suspensivas de pagamento dos cupões ⁽²⁾ | 31 dezembro | 31 dezembro |
|---|--------|---|--|-----------------|-------------------|---------------------------------------|--|-------------|-------------|
| | | | | | | | | 2011 | 2010 |
| Débitos representados por um título | | | | | | | | 37 987 | 47 735 |
| Dívidas subordinadas | | | | | | | | 2 393 | 3 108 |
| Dívidas subordinadas reembolsáveis | | | | | | | | 1 283 | 1 521 |
| Dívidas subordinadas perpétuas | | | | | | | | 1 110 | 1 587 |
| Fortis Banque SA dez-07 | EUR | 3 000 | Dez. 2014 | Euribor 3 meses | - | 5 | A | 1 025 | 1 500 |
| Outros | | | | | | | | 85 | 87 |

(1) O efeito de subordinação caracteriza a prioridade de reembolso em relação aos outros débitos em caso de liquidação do emissor.

(2) Após acordo da autoridade de supervisão bancária e por iniciativa do emissor, as dívidas subordinadas reembolsáveis podem ser objeto de uma cláusula de reembolso antecipado por recompra em Bolsa, oferta pública de compra ou de troca, ou à vista quando se trata de emissões privadas. Os empréstimos contraídos que foram alvo de uma aplicação internacional, emitida pelo BNP Paribas SA ou pelas filiais estrangeiras do Grupo, podem ser alvo de um reembolso antecipado do principal e de um pagamento antes do vencimento dos juros pagáveis in fine, por iniciativa do emissor, a partir de uma data fixada na nota de emissão (call option), ou na hipótese das modificações às regras fiscais em vigor imporem ao emissor no seio do grupo a obrigação de compensar os portadores das consequências destas modificações. Este reembolso pode intervir mediante um aviso prévio, de 15 a 60 dias consoante os casos, e em qualquer hipótese sob reserva do acordo das autoridades de supervisão bancária.

(3) Condições suspensivas de pagamento dos cupões:

A O pagamento dos cupões é interrompido em caso de insuficiência de fundos próprios do emissor ou de insolvabilidade dos garantes ou quando o dividendo declarado sobre as ações Ageas é inferior a um certo limite;

As dívidas subordinadas perpétuas contabilizadas em valor de mercado por resultado são principalmente constituídas pela emissão pelo Fortis Banque (agora BNP Paribas Fortis) em dezembro de 2007 de Convertible And Subordinated Hybrid Equity-linked Securities (CASHES).

Os CASHES têm uma duração indeterminada mas podem ser trocados em ações Fortis SA/NV (agora Ageas) ao preço unitário de 23,94 euros à única discrição do detentor. Contudo, a contar de 19 de dezembro de 2014, os CASHES serão automaticamente trocados em ações Fortis SA/NV se o seu preço for igual ou superior a 35,91 euros durante vinte sessões de bolsa consecutivas. O principal destes títulos nunca será reembolsado em espécie. O único recurso de que dispõem os titulares dos CASHES é limitado às 125 313 283 ações Fortis SA/NV que o Fortis Banque adquiriu na data de emissão dos CASHES e garantiu a favor dos seus titulares.

O Fortis SA/NV e o Fortis Banque concluíram um contrato de Relative Performance Note (RPN) cujo valor varia contratualmente de tal maneira que este neutralize o impacto sobre o Fortis Banque das diferenças relativas de variação de valor dos CASHES e das variações de valor das ações Fortis SA/NV. O capital líquido representa em 31 de dezembro de 2011

uma dívida subordinada de 651 milhões de euros admitida em fundos próprios prudenciais Tier 1.

No dia 25 de janeiro de 2012, a Ageas e o Fortis Banque concluíram um acordo sobre o pagamento parcial do contrato de RPN e sobre a recompra total pelo Fortis Banque dos títulos subordinados perpétuos emitidos em 2001 por um valor nominal de 1 000 milhões de euros (contabilizados em débitos ao custo amortizado), e detidos pela Ageas por 953 milhões de euros. O pagamento do contrato do RPN e a recompra dos títulos subordinados perpétuos emitidos em 2001, dependiam ambos do alcance pelo BNP Paribas de uma taxa de sucesso mínima de 50 % da oferta de compra sobre os CASHES.

As partes acordaram que o BNP Paribas lançaria uma oferta de compra em numerário sobre os CASHES; numa segunda fase, converteria os CASHES adquiridos em ações Ageas subjacentes, com o compromisso de não as vender durante um período de seis meses; e receberia uma indemnização da Ageas, o mecanismo RPN cessando de existir em proporção dos CASHES convertidos.

O banco anunciou a 31 de janeiro de 2012 que a oferta havia sido fechada a 30 de janeiro com uma taxa de sucesso de 63 % a um preço de 47,5 %.

Vencimento dos débitos a médio e longo prazo representados por um título e das dívidas subordinadas reembolsáveis contabilizadas em valor de mercado por resultado sobre opção cujo vencimento na data de emissão é superior a um ano:

| Data de vencimento ou de opção de reembolso | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017-2021 | Além de 2021 | Total 31 dezembro 2011 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------------------|
| Em milhões de euros | | | | | | | | |
| Débitos a médio e longo prazo representados por um título | 8 258 | 4 809 | 7 004 | 5 054 | 5 155 | 4 983 | 2 724 | 37 987 |
| Dívidas subordinadas reembolsáveis | 520 | 46 | 85 | 468 | 22 | 92 | 50 | 1 283 |
| TOTAL | 8 778 | 4 855 | 7 089 | 5 522 | 5 177 | 5 075 | 2 774 | 39 270 |

| Data de vencimento ou de opção de reembolso | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016-2020 | Além de 2020 | Total 31 dezembro 2010 |
|---|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------------------|
| Em milhões de euros | | | | | | | | |
| Débitos a médio e longo prazo representados por um título | 13 350 | 7 415 | 5 041 | 6 075 | 5 470 | 6 281 | 4 103 | 47 735 |
| Dívidas subordinadas reembolsáveis | 77 | 524 | 181 | 89 | 456 | 132 | 62 | 1 521 |
| TOTAL | 13 427 | 7 939 | 5 222 | 6 164 | 5 926 | 6 413 | 4 165 | 49 256 |

➤ DÉBITOS CONTABILIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO

| Emissor/ Data de emissão Em milhões de euros | Dívida | Montante em divisas na origem (em milhões) | Data de opção de reembol- so ou de aumento de juro | Taxa | Aumento de juro | Efeito de subordina- ção ⁽³⁾ | Condições suspensivas de paga- mento dos cupões ⁽³⁾ | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 | |
|--|--------|---|--|-------------------------------|--------------------------------|---|--|---------------------|---------------------|----|
| Débitos representados por um título | | | | | | | | 157 786 | 208 669 | |
| Débitos representados por um título cujo vencimento é inferior a um ano na data de emissão | | | | | | 1 | | 71 213 | 130 604 | |
| Títulos de créditos negociáveis | | | | | | | | 71 213 | 130 604 | |
| Débitos representados por um título cujo vencimento é superior a um ano na data de emissão | | | | | | 1 | | 86 573 | 78 065 | |
| Títulos de créditos negociáveis | | | | | | | | 63 758 | 56 068 | |
| Empréstimos obrigacionistas | | | | | | | | 22 815 | 21 997 | |
| Dívidas subordinadas | | | | | | | | 19 683 | 24 750 | |
| Dívidas subordinadas reembolsáveis | | | (2) | | | 2 | | 16 165 | 21 423 | |
| Títulos subordinados perpétuos | | | (2) | | | | | 2 396 | 2 272 | |
| BNP SA out. 1985 | EUR | 305 | - | TMO - 0,25 % Libor 6 meses | - | 3 | B | 254 | 254 | |
| BNP SA set. 1986 | USD | 500 | - | + 0,075 % | - | 3 | C | 211 | 205 | |
| Fortis Banque SA set. 2001 | EUR | 1 000 | Set. 2011 | 6,50 % | Euribor 3 meses + 237 bp | 5 | D | 1 000 | 968 | |
| Fortis Banque SA out. 2004 | EUR | 1 000 | Out. 2014 | 4,625 % | Euribor 3 meses + 170 bp | 5 | E | 814 | 750 | |
| Outros | | | | | | | | - | 117 | 95 |
| Empréstimos subordinados perpétuos | | | | | | | | 893 | 820 | |
| Fortis Banque NV/SA fev. 2008 | USD | 750 | - | 8,28% | - | 5 | | 548 | 493 | |
| Fortis Banque NV/SA jun 2008 | EUR | 375 | - | 8,03 % | - | 5 | E | 345 | 327 | |
| Títulos participativos ⁽⁴⁾ | | | | | | | | 224 | 227 | |
| BNP SA jul. 1984 | EUR | 337 | - | 130 % da TMO | - | 4 | NA | 220 | 220 | |
| Outros | | | | | | | | - | 4 | 7 |
| Despesas e comissões, débitos ligados | | | | | | | | 5 | 8 | |

(1) (2) cf. remissões relativas aos débitos contabilizados em valor de mercado por resultado.

(3) Condições suspensivas de pagamento dos cupões:

- B o pagamento dos juros é obrigatório, salvo se o Conselho de administração decide diferir esta remuneração quando a Assembleia Geral dos acionistas constatou que não existe lucro distribuível, e isto nos doze meses que antecedem o vencimento de pagamento dos juros. Os juros são cumulativos e tornam-se integralmente pagáveis a partir da recuperação de uma distribuição de dividendo;
- C o pagamento dos juros é obrigatório, salvo se o Conselho de administração decide diferir esta remuneração quando a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas validou a decisão de não proceder à distribuição de um dividendo, e isto nos doze meses que antecedem o vencimento de pagamento dos juros. Os juros são cumulativos e tornam-se integralmente pagáveis a partir da recuperação de uma distribuição de dividendo. O banco tem a faculdade de recuperar o pagamento dos juros em dívida, mesmo na ausência de distribuição de um dividendo;
- D os juros não são pagáveis se os cupões são superiores à diferença entre a situação líquida e a soma do capital e das reservas não distribuíveis do emissor;
- E os cupões são pagos sob a forma de outros títulos se os fundos próprios Tier 1 são inferiores a 5% dos ativos ponderados do emissor.

(4) Os títulos participativos emitidos pelo BNP SA podem ser alvo de recompras nas condições previstas pela lei de 3 de janeiro de 1983. Neste âmbito, procedeu-se entre 2004 e 2007 à recompra de 434 267 títulos sobre 2 212 761 títulos emitidos na origem que foram alvo de uma anulação.

Durante o quarto trimestre de 2011, foi realizada uma oferta pública de troca incidindo sobre dívidas subordinadas reembolsáveis e legíveis em fundos próprios complementares (Tier 2) contra novas dívidas sénior BNP Paribas. Esta operação traduziu-se por uma diminuição

de capital de dívidas subordinadas reembolsáveis de 1 433 milhões de euros, e pelo reconhecimento de um proveito de 41 milhões de euros em margem de juros.

Vencimento dos débitos a médio e longo prazo representados por um título e das dívidas subordinadas reembolsáveis contabilizadas ao custo amortizado cujo vencimento na data da emissão é superior a um ano:

| Data de vencimento ou de opção de reembolso | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017-2021 | Além de 2021 | Total 31 dezembro 2011 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|------------------------|
| Em milhões de euros | | | | | | | | |
| Débitos a médio e longo prazo representados por um título | 16 630 | 12 994 | 10 085 | 12 994 | 13 569 | 14 954 | 5 347 | 86 573 |
| Dívidas subordinadas reembolsáveis | 2 818 | 1 485 | 1 125 | 813 | 1 902 | 6 809 | 1 213 | 16 165 |
| TOTAL | 19 448 | 14 479 | 11 210 | 13 807 | 15 471 | 21 763 | 6 560 | 102 738 |

| Data de vencimento ou de opção de reembolso | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016-2020 | Além de 2020 | Total 31 dezembro 2010 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|------------------------|
| Em milhões de euros | | | | | | | | |
| Débitos a médio e longo prazo representados por um título | 13 804 | 16 961 | 8 833 | 13 336 | 9 099 | 9 733 | 6 299 | 78 065 |
| Dívidas subordinadas reembolsáveis | 500 | 2 786 | 2 439 | 1 439 | 1 945 | 11 528 | 786 | 21 423 |
| TOTAL | 14 304 | 19 747 | 11 272 | 14 775 | 11 044 | 21 261 | 7 085 | 99 488 |

5.j ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ AO VENCIMENTO

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Títulos de crédito negociáveis | 67 | 2 952 |
| Obrigações do Tesouro e outros títulos mobilizáveis junto dos bancos centrais | 6 | 2 892 |
| Outros títulos de crédito negociáveis | 61 | 60 |
| Obrigações | 10 509 | 10 821 |
| Obrigações do Estado | 10 388 | 10 664 |
| Outras Obrigações | 121 | 157 |
| TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ AO SEU VENCIMENTO | 10 576 | 13 773 |

As cessões de títulos soberanos classificados em ativos financeiros detidos até ao vencimento ocorridas durante o exercício de 2011 são descritas na nota 4.

5.k IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Impostos correntes | 2 227 | 2 315 |
| Impostos diferidos | 9 343 | 9 242 |
| Ativos de impostos correntes e diferidos | 11 570 | 11 557 |
| Impostos correntes | 1 893 | 2 104 |
| Impostos diferidos | 1 596 | 1 641 |
| Passivos de impostos correntes e diferidos | 3 489 | 3 745 |

➤ **VARIAÇÃO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS DURANTE O PERÍODO**

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|----------------|----------------|
| IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS EM INÍCIO DE PERÍODO | 7 601 | 7 957 |
| Encargo de imposto diferido (nota 2.g) | (687) | (1 572) |
| Variações dos impostos diferidos ligados à reavaliação e à recuperação em resultado dos elementos de reavaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda, incluindo aqueles reclassificados em empréstimos concedidos e créditos | 848 | 1 018 |
| Variações dos impostos diferidos ligados à reavaliação e à recuperação em resultado dos elementos de reavaliação dos instrumentos derivados de cobertura | (428) | 16 |
| Varição das paridades monetárias e diversos | 413 | 182 |
| IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS EM FIM DE PERÍODO | 7 747 | 7 601 |

➤ **REPARTIÇÃO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS POR ORIGEM**

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Ativos financeiros disponíveis para venda, incluindo aqueles reclassificados em empréstimos | 1 708 | 827 |
| Reserva latente de locação financeira | (725) | (715) |
| Provisões para compromissos sociais | 844 | 884 |
| Provisões para risco de crédito | 3 607 | 3 829 |
| Outros elementos | (535) | (116) |
| Défices fiscais transitáveis | 2 848 | 2 892 |
| IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS | 7 747 | 7 601 |
| Impostos diferidos ativos | 9 343 | 9 242 |
| Impostos diferidos passivos | (1 596) | (1 641) |

Com vista a determinar o nível dos défices fiscais transitáveis ativados, o Grupo procede todos os anos a um estudo específico para cada entidade visada, tendo em conta o regime fiscal aplicável - e nomeadamente eventuais regras de perenção - assim como uma projeção realista dos rendimentos e dos encargos conforme o plano de desenvolvimento da sua atividade. Os impostos diferidos ativos não reconhecido no fim deste estudo ascendem a 2 404 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 2 241 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

➤ **IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS CONTABILIZADOS SOBRE DÉFICES FISCAIS TRANSITÁVEIS:**

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | Duração legal resultado transitado | Período previsional de cobrabilidade |
|--|------------------|------------------------------------|--------------------------------------|
| Fortis Banque Bélgica | 1 848 | ilimitada | 14 anos |
| BNP Paribas Sucursais Londres | 268 | ilimitada | 2 anos |
| UkrSibbank | 125 | ilimitada | 8 anos |
| B.N.L Vita Spa | 110 | ilimitada | 8 anos |
| Outros | 497 | | |
| TOTAL ATIVOS DE IMPOSTOS DIFERIDOS SOBRE DÉFICES FISCAIS TRANSITÁVEIS | 2 848 | | |

5.1 CONTAS DE REGULARIZAÇÃO, ATIVOS E PASSIVOS DIVERSOS

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Depósitos de garantia pagos e caucionamentos constituídos | 44 832 | 32 711 |
| Contas de pagamento relativas às operações sobre títulos | 18 972 | 21 889 |
| Contas de recebimento | 792 | 2 486 |
| Parte dos resseguradores nas provisões técnicas | 2 524 | 2 495 |
| Proveitos a receber e encargos contabilizados antecipadamente | 2 996 | 3 405 |
| Outros devedores e ativos diversos | 23 424 | 20 138 |
| TOTAL DAS CONTAS DE REGULARIZAÇÃO E ATIVOS DIVERSOS | 93 540 | 83 124 |
| Depósitos de garantia recebidos | 40 733 | 25 777 |
| Contas de pagamento relativas às operações sobre títulos | 16 577 | 19 515 |
| Contas de recebimento | 1 084 | 566 |
| Encargos a pagar e proveitos constatados antecipadamente | 4 708 | 5 630 |
| Outros credores e passivos diversos | 17 908 | 13 741 |
| TOTAL DAS CONTAS DE REGULARIZAÇÃO E PASSIVOS DIVERSOS | 81 010 | 65 229 |

A subida dos depósitos de garantia pagos e recebidos é atribuível à extensão das práticas de colateralização ligadas às transações sobre instrumentos financeiros à vista e ao aumento dos apelos de margem consecutiva à variação de valor dos parâmetros de mercado.

A variação por parte dos resseguradores nas provisões técnicas analisa-se assim:

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| PARTE NAS PROVISÕES TÉCNICAS EM INÍCIO DE PERÍODO | 2 495 | 2 403 |
| Aumento das provisões técnicas a cargo dos resseguradores | 1 463 | 1 151 |
| Recebimentos das prestações colocadas a cargo dos resseguradores | (1 412) | (1 073) |
| Efeitos das variações de câmbio e de perímetro | (22) | 14 |
| PARTE NAS PROVISÕES TÉCNICAS EM FIM DE PERÍODO | 2 524 | 2 495 |

5.m PARTICIPAÇÕES NAS EMPRESAS EQUIPARADAS

São listadas individualmente abaixo as empresas equiparadas cujo valor no balanço é superior a 100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Retail Banking | 1 269 | 1 058 |
| nomeadamente Banque de Nankin | 362 | 295 |
| nomeadamente Carrefour Promotora Vendas Participações | 140 | 125 |
| nomeadamente Servicios Financieros Carrefour EFC SA | 112 | 102 |
| nomeadamente Carrefour Banque (ex-Société Paiement Pass) | 248 | 240 |
| Investment Solutions | 1 665 | 1 956 |
| nomeadamente AG Insurance | 957 | 1 046 |
| nomeadamente BNPP Cardif Emeklilik Anonim Sirketi | 137 | - |
| nomeadamente B.N.L Vita | - | 232 |
| Corporate and Investments Banking | 489 | 513 |
| nomeadamente Verner Investissement | 354 | 361 |
| Outras atividades | 1 051 | 1 271 |
| nomeadamente Erbe | 967 | 1 219 |
| PARTICIPAÇÕES NAS EMPRESAS EQUIPARADAS | 4 474 | 4 798 |

Os dados financeiros publicados pelas principais empresas equiparadas são os seguintes:

| Em milhões de euros | Normas de publicação | Total Balanço | Resultado líquido bancário – Volume de negócios | Resultado líquido, parte do Grupo |
|--|----------------------|---------------|---|-----------------------------------|
| AG Insurance ⁽²⁾ | Normas locais | 57 910 | 6 659 | 176 |
| Banque de Nankin ⁽²⁾ | Normas locais | 25 132 | 602 | 262 |
| BNPP Cardif Emeklilik Anonim Sirketi ⁽¹⁾ | Normas IFRS | 315 | 8 | (10) |
| Carrefour Banque (Ex Société Paiement Pass) ⁽²⁾ | Normas locais | 4 080 | 348 | 66 |
| Carrefour Promotora Vendas Participações ⁽²⁾ | Normas locais | 340 | 46 | 60 |
| Erbe ⁽²⁾ | Normas locais | 2 346 | nc | (1) |
| Servicios Financieros Carrefour EFC SA ⁽²⁾ | Normas locais | 1 260 | 204 | 34 |
| Verner Investissement ⁽¹⁾ | Normas IFRS | 6 867 | 395 | 58 |

(1) Dados relativos a 31 de dezembro de 2011.

(2) Dados relativos a 31 de dezembro de 2010.

5.n IMOBILIZAÇÕES DE INVESTIMENTO E DE EXPLORAÇÃO

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | | 31 dezembro 2010 | | |
|--|----------------------------|--|------------------------------|----------------------------|--|------------------------------|
| | Valor bruto contabilístico | Acumulado das amortizações e perdas de valor | Valor líquido contabilístico | Valor bruto contabilístico | Acumulado das amortizações e perdas de valor | Valor líquido contabilístico |
| IMÓVEIS DE INVESTIMENTO | 13 621 | (2 177) | 11 444 | 14 411 | (2 084) | 12 327 |
| Terrenos e construções | 6 857 | (1 339) | 5 518 | 6 504 | (1 286) | 5 218 |
| Equipamento, Mobiliário, Instalações | 6 614 | (4 092) | 2 522 | 6 550 | (3 999) | 2 551 |
| Bens mobiliários concedidos em aluguer | 12 964 | (4 256) | 8 708 | 11 927 | (4 127) | 7 800 |
| Outras imobilizações | 2 334 | (804) | 1 530 | 2 279 | (723) | 1 556 |
| IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS | 28 769 | (10 491) | 18 278 | 27 260 | (10 135) | 17 125 |
| Softwares informáticos adquiridos | 2 410 | (1 814) | 596 | 2 297 | (1 705) | 592 |
| Softwares informáticos produzidos pela empresa | 2 705 | (1 920) | 785 | 2 392 | (1 679) | 713 |
| Outras imobilizações incorpóreas | 1 542 | (451) | 1 091 | 1 989 | (796) | 1 193 |
| IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS | 6 657 | (4 185) | 2 472 | 6 678 | (4 180) | 2 498 |

Imóveis de investimento

Os terrenos e imóveis concedidos em aluguer simples, assim como os terrenos e imóveis representativos dos ativos investidos no âmbito da atividade de seguro de vida, são agrupados sob a rubrica «Imóveis de investimento».

O valor de mercado estimado dos imóveis de investimento contabilizados pelo custo amortizado ascende a 16 900 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 18 138 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

As operações realizadas sobre as imobilizações dadas em aluguer simples são objeto, para algumas delas, de contratos prevendo os pagamentos futuros mínimos seguintes:

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Pagamentos futuros mínimos a receber a título dos contratos não rescindíveis | 8 248 | 6 205 |
| Pagamentos a receber a menos de 1 ano | 3 203 | 2 208 |
| Pagamentos a receber a mais de 1 ano e menos de 5 anos | 4 624 | 3 258 |
| Pagamentos a receber a mais de 5 anos | 421 | 739 |

Os pagamentos futuros mínimos a receber a título dos contratos não rescindíveis correspondem aos pagamentos que o tomador tem o dever de efetuar durante o prazo do contrato de aluguer.

Imobilizações incorpóreas

As outras imobilizações incorpóreas compreendem os trespasses, os fundos de comércio assim como as marcas adquiridas pelo Grupo.

Amortizações e provisões

O montante líquido das dotações e reposições de amortização efetuadas durante o exercício 2011 ascende a 1 491 milhões de euros, contra 1 613 milhões de euros a título do exercício 2010.

O montante das recuperações líquidas de depreciação sobre imobilizações corpóreas e incorpóreas incluído no resultado ascende a 17 milhões de euros para o exercício 2011 contra uma dotação líquida de 20 milhões de euros para o exercício 2010.

5.0 DIFERENÇAS DE AQUISIÇÃO

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|----------------|----------------|
| VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO EM INÍCIO DE PERÍODO | 11 324 | 10 979 |
| Aquisições | 341 | 25 |
| Cedências | (157) | (40) |
| Depreciações contabilísticas durante o período | (173) | (78) |
| Diferenças de conversão | 53 | 388 |
| Outros movimentos | 18 | 50 |
| VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO EM FIM DE PERÍODO | 11 406 | 11 324 |
| Valor bruto contabilístico | 12 082 | 11 901 |
| Acumulado das depreciações registadas em fim de período | (676) | (577) |

As diferenças de aquisição repartem-se por polos da seguinte forma:

| Em milhões de euros | Valor líquido contabilístico | | Depreciações contabilizadas durante o exercício | | Aquisições do exercício | |
|--|------------------------------|------------------|---|----------------|-------------------------|----------------|
| | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 | Exercício 2011 | Exercício 2010 | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
| Diferenças de aquisição positivas | | | | | | |
| Retail Banking | 8 549 | 8 623 | (172) | (2) | 216 | 11 |
| BancWest | 3 852 | 3 733 | | | | 3 |
| Banca de retalho em França e na Bélgica | 77 | 68 | | | 9 | |
| Banca de retalho na Itália | 1 698 | 1 698 | | | | |
| Equipment Solutions | 542 | 682 | | | 7 | 1 |
| Europa Mediterrâneo | 287 | 142 | | (2) | 199 | 7 |
| Personal Finance | 2 093 | 2 300 | (172) | | 1 | - |
| Investment Solutions | 1 957 | 1 813 | - | (76) | 125 | 10 |
| Seguros | 258 | 138 | | | 120 | 3 |
| Investment Partners | 248 | 229 | | (76) | | |
| Personal Investors | 413 | 417 | | | | |
| Real Estate | 348 | 342 | | | 5 | |
| Securities Services | 365 | 362 | | | | 7 |
| Wealth Management | 325 | 325 | | | | |
| Corporate and Investment Banking | 657 | 645 | | | | 4 |
| Outras atividades | 243 | 243 | (1) | | | |
| TOTAL DAS DIFERENÇAS DE AQUISIÇÃO POSITIVAS | 11 406 | 11 324 | (173) | (78) | 341 | 25 |
| Diferença de aquisição negativa | | | 67 | | | |
| VARIAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE AQUISIÇÃO LEVADA A RESULTADO | | | (106) | (78) | | |

Os testes de valorização das diferenças de aquisição assentam em três métodos de valorização distintos, um fundado na observação de transações sobre entidades com atividades comparáveis, a segunda consistindo em procurar os parâmetros de mercado induzidos das cotações de entidades com atividades comparáveis, enfim o terceiro resultante da rentabilidade futura esperada (« discounted cash flow method » – DCF).

Quando um destes dois métodos fundado em comparáveis sugere a necessidade de uma depreciação, o método DCF é utilizado para validar o seu fundamento e se tal for o caso determinar o seu montante.

O método DCF assenta num certo número de hipóteses relativas às projeções de fluxos de rendimentos, de despesas e de dotações às provisões para riscos sobre o fundamento de planos a médio prazo (3 anos), alargados sobre um período de crescimento sustentável (10 depois ao infinito, com base na taxa de crescimento sustentável até dez anos e reduzido à inflação acima para cada atividade visada.

Os testes efetuados consideram o custo do capital investido com base numa taxa sem risco e num prémio de risco observado próprio a cada tipo de atividade. Os principais parâmetros sensíveis às hipóteses são portanto o coeficiente de exploração, a taxa de crescimento sustentável e o custo do capital.

O quadro abaixo representa a sensibilidade da valorização das unidades geradoras de tesouraria a uma variação normada do valor dos parâmetros utilizados no método DCF. O custo do capital, o coeficiente de exploração e a taxa de crescimento sustentável até 10 anos são específicos a cada atividade, os fundos próprios nocionais concedidos e a taxa de crescimento além dos 10 anos são fixadas respetivamente a 7 % e 2 % para todas as atividades. A percentagem de fundos próprios concedida é conforme às prescrições regulamentares e a taxa de crescimento além dos 10 anos conservadora relativamente à taxa de inflação observada na maior parte dos países onde o Grupo exerce as suas atividades.

➤ **SENSIBILIDADE DA VALORIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS DE AQUISIÇÃO A UMA VARIAÇÃO DE 10 PONTOS DE BASE DO CUSTO DO CAPITAL E DE 1 % DO COEFICIENTE DE EXPLORAÇÃO E DA TAXA DE CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL**

| Em milhões de euros | BNL bc | BancWest | Personal Finance (fora UGT específico) |
|---|--------|----------|--|
| Custo do capital | | | |
| Variação desfavorável de + 10 pontos base | (103) | (131) | (93) |
| Variação favorável de - 10 pontos base | 106 | 135 | 95 |
| Coeficiente de exploração | | | |
| Variação desfavorável de + 1 % | (215) | (230) | (315) |
| Variação favorável de - 1 % | 215 | 230 | 315 |
| Taxa de crescimento sustentável | | | |
| Variação desfavorável de - 1 % | (215) | (337) | (690) |
| Variação favorável de + 1 % | 222 | 355 | 726 |

Para cada uma das três unidades geradoras de tesouraria mencionadas acima, não haveria necessidade de depreciar as diferenças de aquisição mesmo escolhendo, para o teste de depreciação, as três variações mais desfavoráveis do quadro.

5.p PROVISÕES TÉCNICAS DAS EMPRESAS DE SEGUROS

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Passivos relativos aos contratos de seguros | 122 494 | 103 056 |
| Provisões técnicas brutas | | |
| Contratos de seguros em unidades de conta | 39 550 | 33 058 |
| Outros contratos de seguros | 82 944 | 69 998 |
| Passivos relativos aos contratos financeiros com participação discricionária | 10 564 | 10 029 |
| Participação diferida passiva nos lucros | - | 1 833 |
| TOTAL DAS PROVISÕES TÉCNICAS DAS EMPRESAS DE SEGUROS | 133 058 | 114 918 |
| Participação diferida passiva nos lucros ⁽¹⁾ | (1 247) | - |
| Passivos relativos aos contratos financeiros em unidades de conta ⁽²⁾ | 1 340 | 1 437 |
| Passivos relativos aos contratos financeiros em fundo geral | 45 | 54 |
| TOTAL DOS PASSIVOS RELATIVOS AOS CONTRATOS EMITIDOS PELAS EMPRESAS DE | 133 196 | 116 409 |

(1) A participação diferida ativa nos lucros é apresentada na rubrica «outros devedores e ativos diversos».

(2) Os passivos relativos aos contratos financeiros em unidades de conta são apresentados na rubrica «Débitos com a clientela» (nota 5.g).

A provisão para participação nos lucros diferida resulta da aplicação da "contabilidade reflexo": esta representa a quota-parte dos assegurados, das filiais de seguros de vida em França e na Itália, nas mais ou menos-valias latentes e as depreciações verificadas sobre os ativos, quando a remuneração dos contratos está ligada ao seu rendimento.

Em França, esta quota-parte, fixada a 90 % e inalterada em 2011, é uma média oriunda de cálculos e stocásticos sobre as mais e menos valias latentes atribuíveis aos assegurados no âmbito dos cenários estudados. As condições de mercado inerentes à crise financeira do 2º semestre de 2011 conduziram à constatação de um crédito para participação nos lucros diferida ativa de 773 milhões de euros. Este crédito representa a parte dos assegurados nas menos valias latentes e as depreciações constatadas sobre a carteira de ativos financeiros, em resultado ou diretamente em capitais próprios consoante a categoria contabilística à qual pertencem.

Esta é julgada cobrável sobre o fundamento de uma análise estocástica dos fluxos futuros de tesouraria sobre 15 anos tendo em conta hipóteses de taxas servidas à clientela e de coleta coerentes entre si. Além disso, as carteiras de «Ativos financeiros detidos até ao vencimento» e os ativos imobiliários contabilizados no custo amortizado apresentam uma mais valia latente de 962 milhões de euros, representativa de rendimentos futuros superiores às taxas atuais do mercado.

Além disso, um crédito para participação diferida ativa nos lucros de 473 milhões de euros foi constatado em 31 de dezembro de 2011 a título das atividades de seguros de vida em Itália, dos quais 434 milhões de euros no âmbito da tomada de controlo do BNL Vita. Este ativo, cujo montante é uma média oriunda de cálculos estocásticos tendo em conta leis de recompras dinâmicas assim como hipóteses de taxas servidas e de coleta coerentes entre si, representa a parte das mais ou menos valias latentes e das depreciações atribuíveis aos assegurados sobre a sua carteira de ativos financeiros classificados para o essencial em «Ativos disponíveis para venda».

A variação dos passivos relativos aos contratos emitidos pelas empresas de seguros analisa-se da seguinte forma:

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|----------------|----------------|
| PASSIVOS RELATIVOS AOS CONTRATOS EM INÍCIO DE PERÍODO | 116 409 | 103 991 |
| Dotação às provisões técnicas dos contratos de seguros e coleta realizada sobre os contratos financeiros ligados à atividade de seguro de vida | 11 895 | 16 389 |
| Prestações pagas | (12 407) | (9 799) |
| Cedências de carteira de contratos | (92) | (608) |
| Efeitos das variações de perímetro | 18 984 | 4 449 |
| Efeitos das variações de câmbio | 4 | 575 |
| Efeitos das variações de valor dos ativos dos contratos em unidades de conta | (1 597) | 1 412 |
| PASSIVOS RELATIVOS AOS CONTRATOS EM FIM DE PERÍODO | 133 196 | 116 409 |

A parte ressegurada dos passivos relativos aos contratos emitidos pelas empresas de seguros é apresentada na nota 5.l.

5.q PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|----------------|----------------|
| TOTAL DAS PROVISÕES CONSTITUÍDAS EM INÍCIO DE PERÍODO | 10 311 | 10 464 |
| Dotação às provisões | 1 964 | 1 527 |
| Reposição de provisões | (1 588) | (964) |
| Utilização de provisões | (1 260) | (1 050) |
| Variação das paridades monetárias e diversos | 1 053 | 334 |
| TOTAL DAS PROVISÕES CONSTITUÍDAS EM FIM DE PERÍODO | 10 480 | 10 311 |

As provisões para riscos e câmbios registam principalmente em 31 de dezembro de 2011 como em 31 de dezembro de 2010 provisões constituídas para cobrir os compromissos sociais (nota 7.b), as depreciações aferentes ao risco de crédito (nota 2.f), os riscos sobre produtos de poupança com taxa administrada e os litígios ligados à exploração bancária.

Provisões para riscos sobre produtos de poupança com taxa administrada**➤ ATIVOS E PROVISÕES**

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Ativos coletados a título das contas e planos poupança-habitação | 14 699 | 14 172 |
| dos quais título dos planos poupança-habitação | 11 846 | 11 401 |
| <i>com antiguidade superior a 10 anos</i> | 5 897 | 3 764 |
| <i>com antiguidade entre os 4 anos e os 10 anos</i> | 3 290 | 5 752 |
| <i>com antiguidade inferior a 4 anos</i> | 2 659 | 1 885 |
| Créditos em vida outorgados a título das contas e planos poupança-habitação | 438 | 515 |
| nomeadamente a título dos planos poupança-habitação | 96 | 126 |
| Provisões e assimiladas constituídas a título das contas e dos planos poupança-habitação | 243 | 226 |
| nomeadamente a título dos planos poupança-habitação | 224 | 203 |
| <i>com antiguidade superior a 10 anos</i> | 65 | 67 |
| <i>com antiguidade entre os 4 anos e os 10 anos</i> | 91 | 102 |
| <i>com antiguidade inferior a 4 anos</i> | 68 | 34 |

➤ VARIAÇÃO DAS PROVISÕES

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | | Exercício 2010 | |
|--|---|---|---|---|
| | Provisões e assimiladas constituídas a título dos planos poupança-habitação | Provisões e assimiladas constituídas a título das contas poupança-habitação | Provisões e assimiladas constituídas a título dos planos poupança-habitação | Provisões e assimiladas constituídas a título das contas poupança-habitação |
| TOTAL DAS PROVISÕES CONSTITUÍDAS NO INÍCIO DO PERÍODO | 203 | 23 | 166 | 36 |
| Dotações às provisões | 21 | - | 37 | - |
| Reposições de provisões | - | (4) | - | (13) |
| TOTAL DAS PROVISÕES CONSTITUÍDAS NO FIM DO PERÍODO | 224 | 19 | 203 | 23 |

Nota 6 COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

6.a COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO DADOS OU RECEBIDOS

Valor contratual dos compromissos de financiamento dados ou recebidos pelo Grupo:

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Compromissos de financiamento concedidos | | |
| aos estabelecimentos de crédito | 27 291 | 45 413 |
| à clientela | 226 007 | 269 318 |
| Abertura de créditos confirmados | 199 706 | 225 647 |
| Outros compromissos a favor da clientela | 26 301 | 43 671 |
| TOTAL DOS COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO CONCEDIDOS | 253 298 | 314 731 |
| Compromissos de financiamentos recebidos | | |
| dos estabelecimentos de crédito | 119 719 | 104 768 |
| da clientela | 6 781 | 24 728 |
| TOTAL DOS COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO RECEBIDOS | 126 500 | 129 496 |

6.b COMPROMISSOS DE GARANTIA DADOS POR ASSINATURA

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Compromissos de garantia concedidos | | |
| de ordem dos estabelecimentos de crédito | 14 920 | 10 573 |
| de ordem da clientela | 91 176 | 91 990 |
| Cauções imobiliárias | 1 783 | 1 502 |
| Cauções administrativas e fiscais e outras cauções | 50 975 | 50 241 |
| Outras garantias de ordem da clientela | 38 418 | 40 247 |
| TOTAL DOS COMPROMISSOS DE GARANTIA CONCEDIDOS | 106 096 | 102 563 |

6.c OUTROS COMPROMISSOS DE GARANTIA

➤ INSTRUMENTOS FINANCEIROS DADOS EM GARANTIA

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Instrumentos financeiros (títulos negociáveis e créditos privados) depositados junto dos bancos centrais e mobilizáveis a qualquer instante em garantia de operações eventuais de refinanciamento após desconto | 91 231 | 94 244 |
| Mobilizados em garantia junto dos bancos centrais | 48 582 | 15 623 |
| Disponíveis para operações de refinanciamento | 42 649 | 78 621 |
| Títulos dados com acordo de recompra | 239 813 | 275 245 |
| Outros ativos financeiros dados em garantia de operações junto dos estabelecimentos de crédito e da clientela financeira ⁽¹⁾ | 92 747 | 96 392 |

(1) Incluem nomeadamente financiamentos da Société de Financement de l'Économie Française e da Caisse de Refinancement de l'Habitat.

A parte dos instrumentos financeiros dados pelo Grupo em garantia e que o beneficiário é autorizado a vender ou a voltar a dar em garantia ascende a 309 801 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (contra 327 482 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010).

➤ INSTRUMENTOS FINANCEIROS RECEBIDOS EM GARANTIA

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Instrumentos financeiros recebidos em garantia (fora acordos de recompra) | 68 705 | 73 623 |
| incluindo instrumentos que o Grupo está habilitado a vender ou a voltar a dar em garantia | 30 509 | 41 440 |
| Títulos recebidos com acordo de recompra | 195 530 | 250 607 |

Os instrumentos financeiros recebidos em garantia ou com acordo de recompra que o Grupo vendeu efetivamente ou voltou a dar em garantia ascendem a 144 791 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (contra 210 356 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010).

Nota 7 REMUNERAÇÃO E VANTAGENS CONCEDIDAS AO PESSOAL

7.a ENCARGOS COM O PESSOAL

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Salários e tratamentos fixos e variáveis, interesse e a participação | 10 844 | 11 406 |
| Indemnizações de saída para a reforma, encargos de reforma e outros encargos sociais | 3 724 | 3 234 |
| Impostos, taxas e pagamentos assimilados sobre as remunerações | 435 | 470 |
| TOTAL DOS ENCARGOS COM O PESSOAL | 15 003 | 15 110 |

7.b VANTAGENS POSTERIORES AO EMPREGO

A norma IAS 19 distingue duas categorias de dispositivos, cada um tratado diferentemente de acordo com o risco suportado pela empresa. Quando o compromisso da empresa consiste em pagar um montante definido (expresso em percentagem do salário anual do beneficiário por exemplo) a um organismo externo que assegura o pagamento das prestações em função dos ativos disponíveis para cada participante ao regime, este é qualificado de regime com descontos definidos. Em contrapartida, quando o compromisso consiste para a empresa em gerir os ativos financeiros financiados pela coleta de descontos junto dos funcionários e em assumir ela própria o encargo das prestações – ou a garantir o seu montante final submetido a imprevistos aleatórios futuros – este é qualificado de regime com prestações definidas. O mesmo sucede, se a empresa confia sob mandato a gestão da coleta dos descontos e do pagamento das prestações a um organismo externo, mas conserva o risco ligado à gestão dos ativos e à evolução futura das prestações.

Regimes de reforma e outras vantagens ligadas à reforma

O grupo BNP Paribas implementou há vários anos uma política voluntarista de transformação dos regimes com prestações definidas em regimes com descontos definidos.

Assim, em França, o grupo BNP Paribas desconta para diferentes organismos nacionais e interprofissionais de reforma de base e complementares. O BNP Paribas SA e algumas filiais implementaram, por acordo de empresa, uma reforma por capitalização. A este título, os assalariados beneficiarão no momento da sua saída para reforma de uma renda que vem adicionar-se às pensões servidas pelos regimes nacionais.

Por outro lado, no estrangeiro, os planos com prestações definidas tendo sido fechados na maior parte dos países aos novos colaboradores, estes veem-se oferecer o benefício de planos de reforma com descontos definidos.

Os montantes pagos a título dos regimes posteriores ao emprego com descontos definidos franceses e estrangeiros são de 511 milhões de euros para o exercício 2011 contra 482 milhões de euros para o exercício 2010.

Regimes de reforma com prestações definidas das entidades do Grupo

Em França, o BNP Paribas paga um complemento de pensão bancária a título dos direitos adquiridos em 31 de Dezembro de 1993 pelos reformados e os empregados em atividade nesta data. Estes compromissos residuais são cobertos por uma provisão constituída nas contas do Grupo, ou são externalizados junto de companhias de seguros. Os regimes de reforma com prestações definidas de que beneficiavam os quadros superiores do Grupo vindos do BNP, do Paribas e da Compagnie Bancaire, foram todos fechados e transformados em regimes de tipo aditivo. Os montantes atribuídos aos beneficiários, sob reserva da sua presença no Grupo no momento da sua saída para a reforma, foram definitivamente determinados no momento do fecho dos regimes anteriores. Estes regimes de reforma foram externalizados junto de companhias de seguros, no balanço das quais o valor de mercado dos ativos investidos em representação

destes regimes se reparte 84 % em obrigações, 7,7 % em ações e 8,3 % em imobiliário.

Na Bélgica, o BNP Paribas Fortis financia um plano com prestações definidas para os seus empregados e quadros médios, entrados em serviço antes da data de harmonização dos regimes de reforma do banco a 1 de Janeiro de 2002, fundado no último salário e no número de anos de serviço. Estes compromissos são parcialmente prefinanciados junto da companhia de seguros AG Insurance na qual o grupo BNP Paribas possui uma participação em parte Grupo de 18,73 %. Para os quadros superiores do BNP Paribas Fortis, um regime de reforma oferecendo um capital, em função dos anos de serviço e do salário final, é parcialmente prefinanciado junto das companhias de seguros AXA Belgium e AG Insurance.

Na Bélgica e na Suíça, a lei faz suportar ao empregador uma garantia de rendimento mínimo sobre os regimes com descontos definidos. Devido a esta obrigação, estes planos entram no âmbito dos regimes com prestações definidas.

Nos outros países subsistem planos de reforma com prestações definidas, geralmente fechados aos novos recém-chegados, que assentam, ou na aquisição de uma pensão definida em função do último salário e do número de anos de serviço (Reino Unido), ou na aquisição anual de um capital constitutivo de pensão expressa em percentagem do salário anual e remunerado a uma taxa predefinida (Estados Unidos). Certos regimes são planos de reforma complementares ligados às pensões legais (Noruega). A gestão de certos regimes é assegurada por uma companhia de seguros (Países Baixos), uma fundação (Suíça) ou por organismos de gestão independentes (Reino Unido).

Na Turquia, o regime de reforma substitui-se ao sistema de pensões nacional e é inteiramente coberto por ativos financeiros detidos por uma fundação externa ao Grupo.

Em 31 de dezembro de 2011 cinco países, a Bélgica, o Reino Unido, os Estados Unidos, a Suíça e a Turquia, representam 92 % do total dos regimes de reforma com prestações definidas fora de França. O valor de mercado dos ativos destes regimes reparte-se a 61 % em obrigações, 16 % em ações e 23 % noutros instrumentos financeiros (7 % dos quais em contratos de seguros).

Indemnizações de saída ou de fim de carreira

O pessoal das diferentes empresas do Grupo beneficia de diversas prestações contratuais tais como as indemnizações de saída ou de fim de carreira. Em França, a cobertura destas indemnizações é objeto de um contrato externalizado junto de uma companhia de seguros exterior ao Grupo. No estrangeiro, os compromissos brutos a título dessas vantagens estão concentrados na Itália (80 %) onde uma alteração à lei transformou o regime italiano das indemnizações de fim de carreira (TFR) em regime com descontos definidos a contar de 1 de janeiro de 2007. Os direitos adquiridos até 31 de dezembro de 2006 permanecem com prestações definidas.

Regimes de ajuda médica posterior ao emprego

Em França, o BNP Paribas já não tem compromisso a título dos regimes de cobertura médica para com os seus reformados. No estrangeiro, existem vários regimes de cobertura médica para os reformados em que os principais se situam nos Estados Unidos e na Bélgica.

Compromissos relativos aos regimes com prestações definidas**➤ ATIVOS E PASSIVOS CONTABILIZADOS NO BALANÇO**

| Em milhões de euros, em | Vantagens posteriores ao emprego | | Ajuda médica posterior ao emprego | |
|--|----------------------------------|------------------|-----------------------------------|------------------|
| | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
| Valor atualizado das obrigações | 8 351 | 8 052 | 121 | 114 |
| Valor atualizado bruto das obrigações para todo ou parte financiadas por ativos | 7 517 | 7 328 | - | - |
| Valor atualizado das obrigações não financiadas | 834 | 724 | 121 | 114 |
| Valor de mercado dos ativos dos regimes | (3 798) | (3 889) | - | - |
| Valor de mercado dos ativos distintos ⁽¹⁾ | (2 463) | (2 366) | - | - |
| Custos ainda não contabilizados por aplicação das disposições da norma IAS 19 | (407) | (219) | (5) | (1) |
| (Custo) dos serviços passados | (164) | (178) | 1 | (3) |
| (Perdas) ou proveitos líquidos atuariais | (243) | (41) | (6) | 2 |
| Limitação de ativo | 91 | 209 | - | - |
| OBRIGAÇÃO LÍQUIDA PARA OS REGIMES COM PRESTAÇÕES DEFINIDAS | 1 774 | 1 787 | 116 | 113 |
| Ativo contabilizado no balanço para os regimes com prestações definidas | (2 624) | (2 473) | - | - |
| nomeadamente ativos líquidos dos regimes c/ prestações definidas | (161) | (107) | - | - |
| nomeadamente valor de mercado dos ativos distintos | (2 463) | (2 366) | - | - |
| Obrigação contabilizada no balanço para os regimes c/ prestações definidas | 4 398 | 4 260 | 116 | 113 |

(1) Os ativos distintos são principalmente colocados no balanço das filiais de seguros do Grupo - nomeadamente AG Insurance a título do plano com prestações definidas do BNP Paribas Fortis - em cobertura dos compromissos de outras entidades do Grupo que foram transferidos para estas para cobrir as vantagens posteriores ao emprego de certas categorias de salários.

➤ VARIAÇÃO DO VALOR ATUALIZADO DAS OBRIGAÇÕES

| Em milhões de euros | Vantagens posteriores ao emprego | | Ajuda médica posterior ao emprego | |
|--|----------------------------------|----------------|-----------------------------------|----------------|
| | Exercício | Exercício 2010 | | Exercício 2010 |
| VALOR ATUALIZADO DAS OBRIGAÇÕES EM INÍCIO DE PERÍODO | 8 052 | 8 009 | 114 | 99 |
| Custo dos serviços prestados durante o exercício | 300 | 308 | 3 | 2 |
| Encargo ligado à atualização dos compromissos | 320 | 335 | 5 | 5 |
| Custo das modificações de regime do período | (8) | 5 | 1 | 2 |
| Efeitos das reduções ou liquidações de regime | (97) | (319) | (1) | - |
| Perdas ou (proveitos) atuariais do período | 210 | (95) | 3 | 6 |
| Descontos dos membros dos regimes | 30 | 30 | - | - |
| Prestações pagas aos beneficiários diretamente pagas pelo empregador | (145) | (120) | (5) | (4) |
| Prestações pagas aos beneficiários de prestações financiadas | (297) | (327) | - | - |
| Efeito das variações de câmbio | 23 | 212 | 2 | 3 |
| Efeito das variações de perímetro | (37) | 16 | - | - |
| Outras variações | | (2) | (1) | 1 |
| VALOR ATUALIZADO DAS OBRIGAÇÕES EM FIM DE PERÍODO | 8 351 | 8 052 | 121 | 114 |

➤ **VARIAÇÃO DO VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS DE REGIME**

| Em milhões de euros | Vantagens posteriores ao emprego | |
|--|----------------------------------|----------------|
| | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
| VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS EM INÍCIO DE PERÍODO | 3 889 | 3 474 |
| Rendimento esperado dos ativos de regime | 188 | 197 |
| Efeitos das reduções ou liquidações de regime | (55) | (6) |
| (Perdas) ou proveitos atuariais do período | (49) | 61 |
| Descontos dos membros dos regimes | 21 | 22 |
| Descontos pagos pelo BNP Paribas aos ativos distintos | 127 | 123 |
| Prestações pagas aos beneficiários de prestações financiadas | (138) | (171) |
| Efeito das variações de câmbio | (31) | 185 |
| Efeito das variações de perímetro | (155) | 4 |
| Outras variações | 1 | - |
| VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS DE REGIME EM FIM DE PERÍODO | 3 798 | 3 889 |

Os regimes de cobertura médica não são objeto de pré-financiamento.

➤ **VARIAÇÃO DO VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS DISTINTOS**

| Em milhões de euros | Vantagens posteriores ao emprego | |
|---|----------------------------------|----------------|
| | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
| VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS DISTINTOS EM INÍCIO DE PERÍODO | 2 366 | 2 566 |
| Rendimento esperado dos ativos distintos | 92 | 96 |
| Efeitos das liquidações de regime | - | (199) |
| (Perdas) ou proveitos atuariais do período | 1 | (58) |
| Descontos dos membros dos regimes | 9 | 8 |
| Descontos pagos pelo BNP Paribas aos ativos distintos | 111 | 108 |
| Prestações pagas aos beneficiários de prestações financiadas | (159) | (156) |
| Efeito das variações de câmbio | 3 | - |
| Efeito das variações de perímetro | 41 | - |
| Outras variações | (1) | 1 |
| VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS DISTINTOS EM FIM DE PERÍODO | 2 463 | 2 366 |

Os regimes de cobertura médica não são objeto de pré-financiamento.

➤ **COMPONENTES DO ENCARGO RELATIVO AOS PLANOS COM PRESTAÇÕES DEFINIDAS**

| Em milhões de euros | Vantagens posteriores ao emprego | | Ajuda médica posterior ao emprego | |
|--|----------------------------------|----------------|-----------------------------------|----------------|
| | Exercício 2011 | Exercício 2010 | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
| Custo dos serviços prestados durante o exercício | 300 | 308 | 3 | 2 |
| Encargo ligado à atualização dos compromissos | 320 | 335 | 5 | 5 |
| Rendimento esperado dos ativos de regime | (188) | (197) | - | - |
| Rendimento esperado dos ativos distintos | (92) | (96) | - | - |
| Amortização das diferenças atuariais | 62 | 4 | - | - |
| Amortização dos serviços passados | 5 | 13 | - | 1 |
| Efeitos das reduções ou liquidações de regime | (39) | (104) | (1) | - |
| Efeitos das limitações de ativo | (32) | 41 | - | - |
| Outras variações | (2) | (2) | - | - |
| TOTAL INCLUÍDO NOS "ENCARGOS COM O PESSOAL" | 334 | 302 | 7 | 8 |

Modalidades de avaliação dos compromissos

Os regimes com prestações definidas são alvo de avaliações atuariais independentes de acordo com a metodologia das unidades de crédito projetadas a fim de determinar o encargo correspondente aos direitos adquiridos pelos assalariados e às prestações que restam pagar aos pré-reformados e reformados. As hipóteses demográficas e financeiras utilizadas para estimar o valor atualizado das obrigações e dos ativos de cobertura desses regimes têm em consideração as condições económicas próprias a cada país ou empresa do Grupo.

Os compromissos existentes a título dos regimes de ajuda médica posterior ao emprego são avaliados utilizando as tabelas de mortalidade específicas a cada país e as hipóteses de evolução dos custos médicos. Essas hipóteses, baseadas em observações históricas, têm em consideração as evoluções futuras estimadas do custo dos serviços médicos resultando tanto do custo das prestações médicas como da inflação.

As taxas assim determinadas são as seguintes:

| Em percentagem | 31 dezembro 2011 | | | | 31 dezembro 2010 | | | |
|--|------------------|-----------------------|---------------|-----------------|------------------|-----------------------|---------------|-----------------|
| | França | Zona Euro fora França | Reino-Unido | Estados- Unidos | França | Zona Euro fora França | Reino-Unido | Estados- Unidos |
| Taxa de atualização | 3,14 % -4,64 % | 3,30 % -4,70% | 3,50 % | 4,50 % | 3,26 % -4,40% | 3,15 % -4,50 % | 4,70 % | 5,25 % |
| Taxa de aumento futuro dos salários ⁽¹⁾ | 3,00 % -4,50% | 2,00 % -4,65% | 2,00 % -4,50% | 4,00 % | 3,00 % -4,50% | 1,80 % -5,80% | 2,00 % -5,20% | 4,00 % |

(1) Incluindo deriva dos preços (inflação).

Rendimento dos ativos de regime e ativos distintos durante o período

As taxas de rendimento esperadas dos ativos de cobertura dos regimes são determinadas ponderando o rendimento antecipado sobre cada uma das categorias de ativos pelo seu peso respetivo no justo valor dos ativos.

| Em percentagem | Exercício 2011 | | | | Exercício 2010 | | | |
|--|----------------|-----------------------|---------------|-----------------|----------------|-----------------------|----------------|-----------------|
| | França | Zona Euro fora França | Reino-Unido | Estados- Unidos | França | Zona Euro fora França | Reino-Unido | Estados- Unidos |
| Rendimento esperado dos ativos de regime e ativos distintos ⁽¹⁾ | 3,90 % | 3,25 % -4,70% | 3,00 % -6,20% | 4,50% -6,00% | 3,90 % | 3,25 % -4,70% | 4,40 % -6,80% | 5,00 % -6,00% |
| Rendimento efetivo dos ativos de regime e ativos distintos ⁽¹⁾ | 3,68 % | 1,00 % -6,40% | 2,80 % -7,40% | 1,00 % -5,00% | 3,89 % | 3,00 % -13,00% | 3,30 % -13,60% | 9,70 % -11,30% |

(1) Leque de taxas representativo da existência de vários planos no seio de um mesmo país ou de uma mesma zona geográfica ou monetária.

Diferenças atuariais

As diferenças atuariais constatarem os aumentos ou as diminuições do valor atual de uma obrigação a título de prestações definidas ou do justo valor dos ativos do regime correspondente. As diferenças atuariais resultantes da variação de valor atual de uma obrigação de um regime com prestações definidas proveem por um lado dos ajustamentos ligados à experiência (diferenças entre as hipóteses atuariais anteriores e a realidade observada) e por outro lado dos efeitos de mudanças de hipóteses atuariais.

Principais hipóteses atuariais utilizadas para o cálculo dos compromissos das vantagens posteriores ao emprego (fora ajuda médica posterior ao emprego)

Para cada zona monetária, o Grupo atualiza os seus compromissos com base nas obrigações de Estado na zona Euro e nas obrigações privadas de primeira categoria nas outras zonas monetárias, cuja maturidade corresponde à duração dos compromissos avaliados. Quando o mercado de tais obrigações não é suficientemente líquido, a atualização é tomada por referência às obrigações de Estado.

O quadro abaixo detalha os proveitos e perdas atuariais:

| Em milhões de euros, em | Vantagens posteriores ao emprego | |
|--|----------------------------------|------------------|
| | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
| PERDAS ATUARIAIS LIQUIDAS DIFERIDAS | (243) | (41) |
| (PERDAS)/PROVEITOS LÍQUIDOS ATUARIAIS GERADOS DURANTE O EXERCÍCIO | (258) | 98 |
| dos quais (perdas)/proveitos atuariais sobre os ativos de regime e ativos distintos | (51) | 3 |
| dos quais (perdas)/proveitos atuariais de hipóteses sobre o valor atualizado das obrigações | (275) | 137 |
| dos quais proveitos / (perdas) atuariais ditas de experiência sobre o valor atualizado das obrigações | 68 | (42) |

7.c OUTRAS VANTAGENS A LONGO PRAZO

O BNP Paribas consente aos seus assalariados diversas vantagens a longo prazo, principalmente prémios de antiguidade, a faculdade de poupar dias de férias, e algumas proteções em caso de incapacidade de trabalho.

No âmbito da política de remuneração variável implementada no

seio do Grupo, são estabelecidos planos anuais de remuneração diferida em benefício de certos colaboradores, cuja contribuição para as performances do Grupo é significativa, ou por aplicação de disposições regulamentares particulares.

Esses planos preveem o pagamento diferido no tempo da remuneração variável e submetem, se tal for o caso, esse pagamento a condições de performance das atividades, polos e do Grupo.

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Provisões líquidas a título das outras vantagens a longo prazo | 864 | 821 |

7.d INDEMNIZAÇÕES DE FIM DE CONTRATO DE TRABALHO

O BNP Paribas implementou um certo número de planos de saídas antecipadas fundados no voluntariado de empregados respondendo a certos critérios de elegibilidade. Os encargos ligados aos planos de saída de voluntários são alvo de provisões a título dos pessoais em atividade elegíveis desde que o plano visado tenha sido alvo de um acordo ou de uma proposta de acordo paritária.

Além disso no âmbito do plano de redução do balanço iniciado no segundo semestre de 2011, um plano de adaptação dos efetivos foi implementado, nomeadamente no seio do polo Corporate and Investment Banking. A título das ações empreendidas a 31 de dezembro de 2011, 201 milhões de euros de provisões foram constituídas.

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Provisões a título dos planos de saída voluntária, pré-reforma, e planos de adaptação dos efetivos | 533 | 469 |

7.e PAGAMENTOS À BASE DE AÇÕES

Planos de fidelização, de remuneração e de interesse em ações

O BNP Paribas implementou, em benefício de alguns dos seus colaboradores, remunerações à base de ações, atribuições de opções de subscrição ou de compra de ações e atribuições de ações gratuitas que se integram em planos de remuneração diferida assim como num Plano Global de Interesse em ações. Além disso, alguns planos de remuneração a longo prazo pagos em espécie são indexados à cotação da ação.

Plano Global de Interesse em Ações

Até 2005, diversos planos de opções de subscrição ou de compra de ações foram atribuídos pelo BNP e o BNL ao pessoal do Grupo, no âmbito das autorizações sucessivas concedidas pelas Assembleias-gerais Extraordinárias.

Os planos de opções implementados, a um ritmo anual desde 2005, têm por objetivo associar diferentes categorias de quadros ao desenvolvimento da valorização do Grupo e favorecer por esse motivo a convergência dos seus interesses com os dos acionistas. Estes pessoais são representativos dos talentos do Grupo e da sucessão do

seu enquadramento: quadros dirigentes, quadros ocupando um posto chave, responsáveis operacionais ou peritos, quadros com potencial, jovens quadros identificados devido aos seus desempenhos e às suas perspectivas de evolução profissional, e contribuidores chaves para os resultados do Grupo.

O preço de exercício destes planos, determinado no momento da emissão em conformidade com as disposições das autorizações das Assembleias-gerais Extraordinárias correspondentes, não inclui desconto. A duração de vida das opções foi reduzida para 8 anos a contar do plano atribuído em 2005.

As condições de exercício de uma fração das opções atribuídas, além de um número mínimo de opções não sujeitas a esta condição, dependem do desempenho relativo do título BNP Paribas em relação ao índice Dow Jones Euro Stoxx Bank. O desempenho relativo é medido no fim do segundo, terceiro e quarto anos do período de indisponibilidade e aplica-se, em cada data de cálculo, ao quarto das opções sujeitas a esta condição.

Em 2010, a fração da atribuição condicional de cada beneficiário depende da qualidade deste e foi fixada em 100 % da atribuição total para os membros da Comissão executiva e para os quadros dirigentes do grupo BNP Paribas, e 20 % para os outros beneficiários (respetivamente 60%, 40% e 20% em 2009).

O desempenho relativo do BNP Paribas em relação ao índice é constatado comparando por um lado a relação em percentagem entre a média das cotações de abertura do título BNP Paribas de cada ano de indisponibilidade e as do ano precedente, e por outro lado a relação em percentagem entre a média das cotações de abertura do índice durante os mesmos períodos.

Se o desempenho constatado do título BNP Paribas é superior ao do índice, então o preço de exercício da fração das opções correspondentes permanece inalterada. Ao contrário, se este desempenho é inferior a 20 pontos ou mais ao do índice, então as opções correspondentes à fração sujeita à condição de desempenho são extintas e não poderão ser exercidas.

Além disso, se o desempenho constatado do título BNP Paribas é inferior em menos de 5 pontos, de 5 a menos de 10 pontos, ou de 10 a menos de 20 pontos ao do índice, então o preço de exercício inicial é aumentado respetivamente de 5 %, 10 %, ou 20 % para a fração atribuída das opções correspondentes.

No âmbito dos planos de opções implementados desde 2003, 6 vezes sobre 23 medições de desempenho realizadas, a condição de desempenho não foi integralmente preenchida e as modalidades de ajustamento previstas foram aplicadas.

A contar de 2006, e no âmbito das autorizações dadas pela Assembleia Geral Extraordinária de 18 de Maio de 2005, o BNP Paribas implementou um Plano Global de Interesse em Ações, combinando, em benefício das categorias acima indicadas, atribuição de opções de subscrição de ações e atribuição de ações gratuitas.

As ações gratuitas atribuídas até 2010 são adquiridas a título definitivo, sob condição de presença no fim de um período de aquisição de 3 ou 4 anos consoante o caso, e o período de conservação das ações gratuitas é de dois anos para os colaboradores franceses. Até 2009, este período de aquisição era de 2 ou 4 anos consoante o caso. Estas ações gratuitas apenas foram atribuídas a funcionários do Grupo fora de França a contar de 2009. As ações gratuitas atribuídas desde 2009 são submetidas a uma condição de desempenho.

A fração da atribuição condicional de cada beneficiário depende da qualidade deste e foi fixada em 100 % da atribuição total para os membros da Comissão Executiva e os quadros dirigentes do grupo BNP Paribas, e em 20 % para os outros beneficiários.

Esta condição de desempenho é realizada ou anualmente se o Resultado por ação do Grupo aumentar 5 % ou mais em relação ao exercício precedente, ou de maneira acumulada no fim dos três primeiros anos do período de aquisição.

Em caso de não realização desta condição, a fração da atribuição de ações gratuitas correspondente será extinta.

Todos os planos não expirados terminarão por uma eventual subscrição ou entrega de ações BNP Paribas.

Remuneração variável diferida paga em espécie indexada à cotação da ação

No âmbito da política de remuneração variável implementada no seio do Grupo, planos anuais de remuneração com pagamento diferido estabelecidos em benefício de alguns colaboradores, cuja contribuição para os desempenhos do Grupo é significativa, ou por aplicação de disposições regulamentares particulares, preveem uma remuneração variável sobre um período plurianual e pagável em espécie indexada à cotação da ação, o pagamento sendo transitado sobre vários anos.

Remuneração variável a contar do exercício 2009 para para os colaboradores submetidos a disposições regulamentares particulares

Em 2009, os colaboradores do Grupo visados eram principalmente os profissionais de mercado. O plano de remuneração variável foi elaborado em conformidade com as regras fixadas pela portaria de 3 de Novembro de 2009 relativa às remunerações dos pessoais cujas atividades são suscetíveis de ter uma incidência sobre a exposição aos riscos dos estabelecimentos de crédito e empresas de investimento e as normas profissionais relativas à governança e as remunerações variáveis dos profissionais de mercado de 5 de Novembro de 2009.

Os planos de remuneração variável 2010 e 2011 aplicam-se quanto a eles aos colaboradores do Grupo que exercem atividades suscetíveis de ter uma incidência significativa sobre o perfil de risco da empresa e integra as modificações regulamentares ocorridas aquando da publicação da portaria do Ministério da Economia e das Finanças de 13 de dezembro de 2010.

Estes planos preveem o pagamento diferido no tempo da remuneração variável e submetem, se tal for o caso, este pagamento às condições de desempenho das atividades, dos polos e do Grupo.

As quantias pagas sê-lo-ão nomeadamente em espécie indexada à evolução, à subida ou à descida, da ação BNP Paribas. Além disso, em conformidade com a portaria de 13 de dezembro de 2010, uma parte da remuneração variável atribuída em 2011 e em 2012 a título respetivamente da performance 2010 e da de 2011 foi ou será igualmente indexada à ação BNP Paribas e paga aos beneficiários respetivamente durante o ano de 2011 e durante o ano de 2012.

Remuneração variável diferida para os outros colaboradores do Grupo

Os planos anuais de remuneração diferida aplicáveis aos colaboradores cuja contribuição para as performances do Grupo é significativa são todo ou em parte pagos em espécies indexadas à evolução, à subida ou à descida, da ação BNP Paribas.

➤ ENCARGO REPRESENTADO PELOS PAGAMENTOS À BASE DE AÇÕES

| Encargos em milhões de euros | | | | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|---|---|--|---|----------------|----------------|
| | Planos de opções de subscrição e de compra de ações | Plano de atribuição de ações gratuitas | Planos de remuneração variável diferida | Encargo total | Encargo total |
| Planos de remuneração diferida anteriores | - | - | (285) | (285) | 9 |
| Planos de remuneração diferida do exercício | - | - | 287 | 287 | 566 |
| Plano global de interesse em ações | 39 | 30 | - | 69 | 71 |
| TOTAL | 39 | 30 | 2 | 71 | 646 |

Princípios de avaliação dos planos de opções de subscrição de ações e de ações gratuitas

Em conformidade com as prescrições da norma IFRS 2, o BNP Paribas avalia as opções de subscrição de ações e as ações atribuídas e contabiliza um encargo, determinado na data de atribuição do plano, calculado respetivamente a partir do valor de mercado das opções e das ações. Estas são portanto avaliadas pelo seu valor inicial que não poderá ser modificado a seguir em função da evolução ulterior da cotação da Bolsa do título BNP Paribas. Apenas as hipóteses relativas à população de beneficiários (perdas de direito) e às condições de desempenho interno podem ser alvo de uma revisão pela cotação do período de aquisição dos direitos e dar lugar a um reajustamento do encargo. A valorização dos planos do Grupo é efetuada por uma empresa especializada independente.

Valorização das opções de subscrição de ações

Os modelos escolhidos para a valorização das opções de subscrição de ações são os algoritmos de tipo árvore (binomial ou trinomial) a fim de poder ter em conta a possibilidade de exercer de forma não ótima as opções a partir da data de disponibilidade. Para a valorização das características de certas atribuições secundárias ligadas ao desempenho relativo do BNP Paribas em relação a um índice sectorial, o método dito de Monte-Carlo foi igualmente escolhido.

A volatilidade implícita escolhida para a valorização dos planos foi estimada a partir de um painel de cotações efetuadas por diferentes salas de mercado. O nível de volatilidade escolhido tem em conta a evolução das volatilidades históricas medidas sobre o índice de referência e o título BNP Paribas cobrindo um período de observação de 10 anos.

As opções de subscrição de ações atribuídas em 2011 foram valorizadas entre 11,03 e 12,13 euros (respetivamente 13,28 e 14,98 euros em 2010) dependendo do facto de estarem ou não submetidas a uma condição de desempenho e de acordo com as diferentes tranches de atribuição secundária.

| | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|--------------------------------|--------------------------------|
| | Plano atribuído a 4 março 2011 | Plano atribuído a 5 março 2010 |
| Cotação da ação BNP Paribas na data de atribuição (em euros) | 54,49 | 54,97 |
| Preço de exercício da opção (em euros) | 56,45 | 51,20 |
| Volatilidade implícita da ação BNP Paribas | 28,5 % | 27,6 % |
| Maturidade | 8 anos | 8 anos |
| Dividendo esperado da ação BNP Paribas ⁽¹⁾ | 4,1 % | 3,0 % |
| Taxa de juro sem risco | 3,5 % | 3,2 % |
| Taxa de perda dos direitos | 1,3 % | 1,5 % |

(1) A taxa de dividendo indicada acima é uma média da série de dividendos anuais estimados.

Valorização das ações gratuitas

O valor unitário das ações gratuitas escolhido é o valor no fim do período de conservação ao qual acrescem os dividendos posteriores à data de aquisição, atualizada na data de atribuição.

| | Exercício 2011 | | Exercício 2010 | |
|--|--------------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| | Plano atribuído a 4 março 2011 | | Plano atribuído a 5 março 2010 | |
| | adquirido a 4 março 2014 | adquirido a 4 março 2015 | adquirido a 5 março 2013 | adquirido a 5 março 2014 |
| Cotação da ação BNP Paribas na data de atribuição (em euros) | 54,49 | 54,49 | 54,97 | 54,97 |
| Data de disponibilidade | 04/03/2016 | 04/03/2015 | 06/03/2015 | 05/03/2014 |
| Dividendo esperado da ação BNP Paribas ⁽¹⁾ | 4,1 % | 4,1 % | 3,01 % | 3,01 % |
| Taxa de juro sem risco | 2,99 % | 2,81 % | 2,5 % | 2,21 % |
| Taxa de perda dos direitos | 2,00 % | 2,00 % | 2,00 % | 2,00 % |
| VALOR TEÓRICO UNITÁRIO | 47,84 € | 45,95 € | 50,00 € | 48,57 € |

(1) A taxa de dividendo indicada acima é uma média da série de dividendos anuais estimados.

Histórico dos planos atribuídos no âmbito do Plano Global de Interesse em Ações

As características e condições gerais ligadas ao conjunto das atribuições a título dos planos existentes em 31 de dezembro de 2011 são descritas nos quadros seguintes:

➤ PLANOS DE OPÇÕES DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

| Características do plano | | | | | | | Opções em vida no fim do período | |
|---|--------------------|-------------------------|-----------------------------|---|------------------------------|---|----------------------------------|---|
| Empresa emissora do plano | Data de atribuição | Número de beneficiários | Número de opções atribuídas | Data de partida de exercício das opções | Data de expiração das opções | Preço de exercício ajustado (em euros) ⁽¹⁾ | Número de opções ⁽¹⁾ | Duração residual em anos até ao vencimento das opções |
| BNL ⁽⁴⁾ | 20/10/2000 | 161 | 504 926 | 20/10/2003 | 20/10/2013 | 100,997 | 435 166 | 1,8 |
| BNL ⁽⁴⁾ | 26/10/2001 | 223 | 573 250 | 26/10/2004 | 26/10/2014 | 61,888 | 4 856 | 2,8 |
| BNL ⁽⁴⁾ | 26/10/2001 | 153 | 479 685 | 26/10/2004 | 26/10/2012 | 61,888 | 2 123 | 0,8 |
| BNP Paribas SA ⁽²⁾ | 31/05/2002 | 1 384 | 2 158 570 | 31/05/2006 | 30/05/2012 | 58,02 | 1 018 455 | 0,4 |
| BNP Paribas SA ⁽³⁾ | 21/03/2003 | 1 302 | 6 693 000 | 21/03/2007 | 20/03/2013 | 35,87 | 2 681 332 | 1,2 |
| BNP Paribas SA ⁽³⁾ | 24/03/2004 | 1 458 | 1 779 850 | 24/03/2008 | 21/03/2014 | 48,15 | 1 257 418 | 2,2 |
| BNP Paribas SA ⁽³⁾ | 25/03/2005 | 2 380 | 4 332 550 | 25/03/2009 | 22/03/2013 | 53,28 | 4 000 231 | 1,2 |
| BNP Paribas SA ⁽³⁾ | 05/04/2006 | 2 583 | 3 894 770 | 06/04/2010 | 04/04/2014 | 73,40 | 3 555 174 | 2,3 |
| BNP Paribas SA ⁽³⁾ | 08/03/2007 | 2 023 | 3 630 165 | 08/03/2011 | 06/03/2015 | 80,66 | 3 393 528 | 3,2 |
| BNP Paribas SA ⁽³⁾ | 06/04/2007 | 219 | 405 680 | 06/04/2011 | 03/04/2015 | 76,57 | 374 009 | 3,3 |
| BNP Paribas SA ⁽³⁾ | 18/04/2008 | 2 402 | 3 985 590 | 18/04/2012 | 15/04/2016 | 64,47 | 3 809 741 | 4,3 |
| BNP Paribas SA ⁽³⁾ | 06/04/2009 | 1 397 | 2 376 600 | 08/04/2013 | 05/04/2017 | 35,11 | 2 331 252 | 5,3 |
| BNP Paribas SA ⁽³⁾ | 05/03/2010 | 1 820 | 2 423 700 | 05/03/2014 | 02/03/2018 | 51,20 | 2 363 640 | 6,2 |
| BNP Paribas SA ⁽³⁾ | 04/03/2011 | 1 915 | 2 296 820 | 04/03/2015 | 04/03/2019 | 56,45 | 2 282 700 | 7,2 |
| TOTAL DAS OPÇÕES EM VIDA NO FIM DO PERÍODO | | | | | | | 27 509 625 | |

(1) Os números de opções e os preços de exercício foram ajustados se tal for o caso para ter em conta a divisão do nominal da ação BNP Paribas por dois ocorrida a 20 de fevereiro de 2002, e dos destacamentos de um Direito Preferencial de Subscrição ocorridos a 7 de março de 2006 e a 30 de setembro de 2009, em conformidade com a regulamentação em vigor.

(2) O direito de exercício atribuído aos empregados era condicionado em parte aos desempenhos financeiros do Grupo determinados pela relação entre o resultado consolidado, parte do Grupo, e os capitais próprios médios parte do Grupo de cada exercício visado. A performance mínima escolhida era de 16% em média sobre os quatro exercícios iniciando no ano de atribuição do plano ou por defeito sobre três exercícios corridos iniciando no segundo ano após a atribuição do plano. Esta condição foi levantada para os planos visados.

(3) As modalidades de exercício de uma fração das opções atribuídas aos empregados são subordinadas à realização de uma condição de performance relativa do título BNP Paribas, em relação ao índice sectorial Dow Jones Euro Stoxx Bank, durante o período de indisponibilidade.

Na sequência desta condição de desempenho relativo, o preço de exercício ajustado foi fixado em:

- 37,67 euros para 391 950 opções do plano de 21 de Março de 2003 em vida em fim de período;
- 50,55 euros para 3 080 opções do plano de 24 de Março de 2004 em vida em fim de período;
- 55,99 euros para 175 139 opções do plano de 25 Março de 2005 em vida em fim de período;
- 77,06 euros para 164 346 opções do plano de 5 Abril de 2006 em vida em fim de período.

(4) No seguimento da fusão ocorrida a 1 de Outubro de 2007 entre o BNL e o BNP Paribas, os planos de opções atribuídos pelo BNL entre 1999 e 2001 dão aos beneficiários desde a data da fusão, o direito de subscrever um número de ações BNP Paribas determinado, em conformidade com a relação de troca (1 ação BNP Paribas por 27 ações BNL), a um preço de exercício ajustado pela mesma relação de troca.

➤ PLANOS DE ATRIBUIÇÃO GRATUITA DE AÇÕES

| Características do plano | | | | | | |
|--|--------------------|-------------------------|----------------------------|--|---|---|
| Empresa emissora do plano | Data de atribuição | Número de beneficiários | Número de ações atribuídas | Data de aquisição definitiva das ações atribuídas ⁽¹⁾ | Data de fim de período de intransmissibilidade das ações atribuídas | Número de ações ainda não adquiridas em vida no fim do período ⁽²⁾ |
| BNP Paribas SA ⁽¹⁾ | 2007-2008 | | | | | 658 |
| BNP Paribas SA | 06/04/2009 | 2 247 | 359 930 | 10/04/2012 | 10/04/2014 | 359 062 |
| BNP Paribas SA | 06/04/2009 | 1 686 | 278 325 | 08/04/2013 | 08/04/2013 | 267 486 |
| BNP Paribas SA | 05/03/2010 | 2 536 | 510 445 | 05/03/2013 | 05/03/2015 | 501 337 |
| BNP Paribas SA | 05/03/2010 | 2 661 | 487 570 | 05/03/2014 | 05/03/2014 | 470 305 |
| BNP Paribas SA | 04/03/2011 | 2 574 | 541 415 | 04/03/2014 | 04/03/2016 | 539 285 |
| BNP Paribas SA | 04/03/2011 | 2 743 | 499 035 | 04/03/2015 | 04/03/2015 | 495 435 |
| TOTAL DAS AÇÕES EM VIDA NO FIM DO PERÍODO | | | | | | 2 633 568 |

(1) A data de aquisição definitiva de certas ações foi diferida devido à ausência dos beneficiários na data inicialmente prevista.

(2) O número de ações foi ajustado para ter em conta o destacamento de um Direito Preferencial de Subscrição ocorrido a 30 de setembro de 2009.

Movimentos ocorridos sobre os planos de opção de subscrição, de compra e de atribuição gratuita de ações durante os dois últimos exercícios

➤ PLANOS DE OPÇÕES DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

| | Exercício 2011 | | Exercício 2010 | |
|---|-------------------|---|-------------------|---|
| | Número de opções | Preço de exercício médio ponderado (em euros) | Número de opções | Preço de exercício médio ponderado (em euros) |
| OPÇÕES EM VIDA EM 1 DE JANEIRO | 28 752 600 | 58,05 | 28 041 693 | 58,15 |
| Opções atribuídas durante o período | 2 296 820 | 56,45 | 2 423 700 | 51,2 |
| Opções exercidas durante o período | (2 770 177) | 46,17 | (1 117 744) | 42,91 |
| Opções expiradas durante o período | (769 618) | | (595 049) | |
| OPÇÕES EM VIDA EM 31 DEZEMBRO | 27 509 625 | 58,67 | 28 752 600 | 58,05 |
| OPÇÕES EXEQUÍVEIS EM 31 DEZEMBRO | 16 722 292 | 61,99 | 16 287 106 | 55,62 |

A cotação de Bolsa média do período de levantamento das opções em 2011 ascende a 54,84 euros (contra 55,56 euros em 2010).

➤ PLANOS DE ATRIBUIÇÃO GRATUITA DE AÇÕES

| | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|------------------|------------------|
| | Número de ações | Número de ações |
| AÇÕES EM VIDA A 1 DE JANEIRO | 1 637 867 | 1 525 322 |
| Ações atribuídas durante o período | 1 040 450 | 998 015 |
| Ações adquiridas a título definitivo durante o período | (2 392) | (865 543) |
| Ações tomadas caducas durante o período | (42 357) | (19 927) |
| AÇÕES EM VIDA A 31 DE DEZEMBRO | 2 633 568 | 1 637 867 |

➤ SUBSCRIÇÃO OU COMPRA DE AÇÕES PELO PESSOAL NO ÂMBITO DO PLANO POUPANÇA EMPRESA

| | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|---|----------------|----------------|
| Data do anúncio do plano | 11 maio 2011 | 12 maio 2010 |
| Cotação da ação BNP Paribas na data do anúncio do plano (<i>em euros</i>) | 54,23 | 51,32 |
| Número de ações emitidas ou cedidas | 6 315 653 | 3 700 076 |
| Preço de subscrição ou de cedência (<i>em euros</i>) | 42,40 | 42,00 |
| Taxa de juro sem risco a 5 anos | 2,76 % | 1,90 % |
| Taxa de empréstimo contraído 5 anos in fine | 7,63 % | 7,13 % |
| Justo valor da intransmissibilidade | 25,14 % | 22,12 % |

Não foi contabilizado nenhum encargo nas contas do Grupo na medida em que o custo financeiro que representa para o banco o desconto consentido aquando da subscrição de ações pelo pessoal no âmbito do Plano Poupança Empresa, valorizado tendo em conta a intransmissibilidade durante cinco anos dos títulos emitidos, é nulo.

Entre os empregados do grupo BNP Paribas a quem a possibilidade de subscrever a esta oferta foi proposta, 36 % decidiram realizar este investimento, 64 % tendo portanto renunciado a dar seguimento a esta proposta em 2011.

Nota 8 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

8.a EVOLUÇÃO DO CAPITAL E RESULTADO POR AÇÃO

Resoluções da Assembleia-geral dos acionistas utilizáveis durante o exercício 2011

As seguintes delegações com validade em 2011, foram concedidas pela Assembleia-geral dos acionistas ao Conselho de administração para proceder a aumentos ou reduções de capital:

| Resoluções da Assembleia-Geral dos acionistas | Utilização feita durante o exercício 2011 |
|--|--|
| Assembleia-geral Mista de 21 de Maio de 2008 (21ª resolução) | Atribuição de 1 040 450 ações gratuitas aquando do Conselho de administração de 4 março 2011 |
| Assembleia-geral Mista de 21 de maio de 2008 (22ª resolução) | Atribuição de 2 296 820 ações gratuitas aquando do Conselho de administração de 4 março 2011 |

| Resoluções da Assembleia-Geral dos acionistas | | Utilização feita durante o exercício 2011 |
|--|---|--|
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2010 (5ª resolução) | <p>Autorização dada ao Conselho de administração para implementar um programa de recompra de ações pela sociedade até deter ao máximo 10 % do número das ações compondo o capital social.</p> <p><i>As ditas aquisições de ações, por um preço máximo de 75 euros, seriam destinadas a preencher vários objetivos, nomeadamente:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - honrar obrigações ligadas à emissão de títulos dando acesso ao capital, a programas de opções de compra de ações, à atribuição de ações gratuitas, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados no âmbito da participação nos frutos da expansão da empresa, de planos de acionariado assalariado ou de planos poupança empresa ; - anular as ações nas condições fixadas pela Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010 (20ª resolução); - cobrir qualquer forma de atribuição de ações a favor dos assalariados do BNP Paribas e das sociedades controladas exclusivamente pelo BNP Paribas no sentido do artigo L233-16 do Código comercial; - para efeito de as conservar e de as entregar posteriormente para troca ou em pagamento no âmbito de operações de crescimento externo, de fusão, de cissão ou de contribuição; - no âmbito de um contrato de liquidez conforme à Carta deontológica reconhecida pela Autoridade dos Mercados Financeiros; - para efeito da gestão patrimonial e financeira. <p><i>Esta autorização foi dada por um prazo de 18 meses e foi privada de efeito pela 5ª resolução da Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011.</i></p> | No âmbito do contrato de liquidez, 1 319 710 ações com valor nominal de 2 euros foram compradas e 1 295 795 ações com valor nominal de 2 euros foram vendidas de 1 de janeiro de 2011 a 10 de maio de 2011 |
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2010 (12ª resolução) | <p>Emissão, com manutenção do direito preferencial de subscrição, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital ou dando direito à atribuição de títulos de crédito.</p> <p><i>O valor nominal dos aumentos de capital suscetíveis de ser realizados imediatamente e/ou a prazo, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 1 bilhão de euros (ou seja 500 milhões de ações).</i></p> <p><i>O valor nominal dos títulos de crédito dando acesso ao capital da Empresa, suscetíveis de serem emitidos em virtude desta delegação, não pode ser superior a 10 bilhões de euros.</i></p> <p><i>Esta autorização foi dada por um período de 26 meses.</i></p> | Não foi feito uso desta resolução |
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2010 (13ª resolução) | <p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição e faculdade de atribuição de um prazo de prioridade, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital ou dando direito à atribuição de títulos de crédito.</p> <p><i>O valor nominal dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados imediatamente e/ou a prazo, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 350 milhões de euros (ou seja 175 milhões de ações).</i></p> <p><i>O valor nominal dos títulos de crédito dando acesso ao capital da Empresa, suscetíveis de serem emitidos em virtude desta delegação, não pode ser superior a 7 bilhões de euros.</i></p> <p><i>Esta autorização foi dada por um período de 26 meses.</i></p> | Não foi feito uso desta resolução |
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2010 (14ª resolução) | <p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital, destinados a remunerar os títulos angariados no âmbito de ofertas públicas de troca.</p> <p><i>O montante máximo dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados, numa ou várias vezes, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 350 milhões de euros.</i></p> <p><i>Esta delegação foi dada por um período de 26 meses.</i></p> | Não foi feito uso desta resolução |
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2010 (15ª resolução) | <p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição, de ações destinadas a remunerar contribuições de títulos não cotados dentro do limite de 10% do capital.</p> <p><i>O valor nominal máximo dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados, numa ou várias vezes, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 10 % do capital social do BNP Paribas na data de decisão do Conselho de administração. Esta delegação foi dada por um período de 26 meses.</i></p> | Não foi feito uso desta resolução |

| Resoluções da Assembleia-Geral dos acionistas | Utilização feita durante o exercício 2011 | |
|--|--|--|
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2010 (16ª resolução) | <p>Limitação global das autorizações de emissão com supressão do direito preferencial de subscrição.</p> <p><i>A decisão é tomada de limitar o montante global das autorizações de emissões com supressão do direito preferencial de subscrição, por um lado, no valor de 350 milhões de euros o valor nominal máximo dos aumentos de capital, imediatos e/ou a prazo, suscetíveis de serem realizados no âmbito das autorizações conferidas pelas 13ª a 15ª resoluções da presente Assembleia Geral, e por outro lado, a nível dos 7 biliões de euros o valor nominal máximo dos títulos de crédito suscetíveis de serem emitidos no âmbito das autorizações conferidas pelas 13ª a 15ª resoluções da Assembleia-Geral de 12 de maio de 2010.</i></p> | NC |
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2010 (17ª resolução) | <p>Aumento de capital por incorporação de reservas ou de lucros, de prémios de emissão ou de contribuição.</p> <p><i>A autorização é dada para aumentar, numa ou várias vezes, o capital social dentro do limite de um valor nominal de 1 bilião de euros pela incorporação, sucessiva ou simultânea, no capital, de tudo ou parte das reservas, lucros ou prémios de emissão, de fusão, ou de contribuição, a realizar por criação e atribuição gratuita de ações ou por elevação do valor nominal das</i></p> | Não foi feito uso desta resolução |
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2010 (18ª resolução) | <p><i>ações ou pela aplicação conjunta destes dois processos. Esta autorização foi dada por um período de 26 meses.</i></p> <p>Limitação global das autorizações de emissão com manutenção ou supressão do direito preferencial de subscrição.</p> <p><i>A decisão é tomada de limitar o montante global das autorizações de emissões, com manutenção ou supressão do direito preferencial de subscrição, por um lado, a nível de 1 bilião de euros o valor nominal máximo dos aumentos de capital, imediatos e/ou a prazo, suscetíveis de serem realizados no âmbito das autorizações conferidas pelas</i></p> | NC |
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2010 (19ª resolução) | <p><i>12ª a 15ª resoluções da presente Assembleia Geral, e por outro lado, a nível dos 10 biliões de euros o valor nominal máximo dos títulos de crédito suscetíveis de serem emitidos em virtude das autorizações conferidas pelas 12ª a 15ª resoluções da Assembleia Geral de 12 de maio de 2010.</i></p> <p>Autorização dada ao Conselho de administração para realizar operações reservadas aos aderentes do Plano Poupança Empresa de Grupo do BNP Paribas podendo tomar a forma de aumentos de capital e/ou de cedências de títulos reservados.</p> <p><i>A autorização é dada para aumentar, numa ou várias vezes, o capital social de um valor nominal máximo de 46 milhões de euros, pela emissão de ações (com supressão do direito preferencial de subscrição) reservada aos aderentes do Plano Poupança Empresa do grupo BNP Paribas ou por cessão de ações.</i></p> | Emissão de 6 315 653 ações novas com valor nominal de 2 euros constatada a 13 de julho de 2011 |
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2010 (20ª resolução) | <p><i>Esta autorização foi dada por um período de 26 meses.</i></p> <p>Autorização a conceder ao Conselho de administração com efeito de reduzir o capital por anulação de ações.</p> <p><i>A autorização é dada para anular, numa ou várias vezes, por via de redução do capital social, tudo ou parte das ações que o BNP Paribas detém e que poderia deter no âmbito da autorização dada pela dita Assembleia, dentro do limite de 10 % do número total de ações compondo o capital social existente na data da operação, por período de 24 meses.</i></p> <p><i>Delegação de todos os poderes, para realizar esta redução de capital, e imputar a diferença entre o valor de compra dos títulos anulados e o seu valor nominal aos prémios e reservas disponíveis, incluindo à reserva legal a nível dos 10 % do capital anulado.</i></p> <p><i>Esta autorização foi dada por um período de 18 meses e foi privada de efeito pela 17ª resolução da Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011.</i></p> | Não foi feito uso desta resolução |

| Resoluções da Assembleia-Geral dos acionistas | | Utilização feita durante o exercício 2011 |
|--|--|--|
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2011 (5ª resolução) | <p>Autorização dada ao Conselho de administração para implementar um programa de recompra de ações pela sociedade até deter ao máximo 10 % do número das ações compondo o capital social.</p> <p><i>As ditas aquisições de ações, por um preço máximo de 75 euros (idêntico ao anterior), seriam destinadas a cumprir vários objetivos, nomeadamente:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - honrar obrigações ligadas à emissão de títulos dando acesso ao capital, a programas de opções de compra de ações, à atribuição de ações gratuitas, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados no âmbito da participação nos frutos da expansão da empresa, de planos de acionariado assalariado ou de planos de poupança de empresa ; - anular as ações nas condições fixadas pela Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011 (17ª resolução); - cobrir qualquer forma de atribuição de ações a favor dos assalariados e dos mandatários sociais do BNP Paribas e das sociedades controladas exclusivamente pelo BNP Paribas no sentido do artigo L233-16 do Código comercial; - para efeito de as conservar e de as entregar posteriormente para troca ou em pagamento no âmbito de operações de crescimento externo, de fusão, de cissão ou de contribuição; - no âmbito de um contrato de liquidez conforme à Carta deontológica reconhecida pela Autoridade dos Mercados Financeiros; - para efeito de gestão patrimonial e financeira. <p><i>Esta autorização foi dada por um prazo de 18 meses e substitui-se àquela atribuída pela 5ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010.</i></p> | <p>Fora contrato de liquidez, 14 684 591 ações com valor nominal de 2 euros foram compradas em agosto e setembro de 2011.</p> <p>No âmbito do contrato de liquidez, 1 290 651 ações com valor nominal de 2 euros foram compradas e 1 234 575 ações com valor nominal de 2 euros foram vendidas de 11 de maio de 2011 a 31 de dezembro de 2011.</p> |
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2011 (15ª resolução) | <p>Autorização para efeito de proceder a atribuições de ações de performance a favor de membros do pessoal assalariado e de mandatários sociais do Grupo.</p> <p><i>As ações atribuídas poderão ser existentes ou a emitir e representarão no máximo 1,5 % do capital social do BNP Paribas, ou seja menos de 0,5 % por ano. Esta autorização foi dada por um prazo de 38 meses e substitui-se àquela atribuída pela 21ª resolução da Assembleia Geral Mista de 21 de maio de 2008.</i></p> | Não foi feito uso desta resolução |
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2011 (16ª resolução) | <p>Autorização para conceder opções de subscrição ou de compra de ações a favor de membros do pessoal assalariado e de mandatários sociais do Grupo.</p> <p><i>Esta autorização incide sobre um número de títulos representando no máximo 3 % do capital social do BNP Paribas, ou seja menos de 1 % por ano. Este plafond é global, comum às 15ª e 16ª resoluções da Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011. Esta autorização foi dada por um prazo de 38 meses e substitui-se àquela atribuída pela 22ª resolução da Assembleia Geral Mista de 21 de maio de 2008.</i></p> | Não foi feito uso desta resolução |
| Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2011 (17ª resolução) | <p>Autorização concedida ao Conselho de administração com efeito de reduzir o capital por anulação de ações.</p> <p><i>A autorização é dada para anular, numa ou várias vezes, por via de redução do capital social, tudo ou parte das ações que o BNP Paribas detém e que ele poderia deter, dentro do limite de 10 % do número total de ações compondo o capital social existente na data da operação, por período de 24 meses.</i></p> <p><i>Delegação de todos os poderes para realizar esta redução de capital, e imputar a diferença entre o valor de compra dos títulos anulados e o seu valor nominal sobre os prémios e reservas disponíveis, incluindo sobre a reserva legal de 10 % do capital anulado.</i></p> <p><i>Esta autorização foi dada por um prazo de 18 meses e substitui-se àquela atribuída pela 20ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010.</i></p> | Não foi feito uso desta resolução |

➤ OPERAÇÕES REALIZADAS SOBRE O CAPITAL

| Operações sobre o capital | Em número | Valor unitário (em euros) | Em euro | Data de autorização pela Assembleia Geral | Data de decisão do Conselho de administração | Data de fruição |
|--|----------------------|---------------------------|----------------------|---|--|-----------------|
| Número de ações emitidas em 31 de dezembro de 2009 | 1 185 281 764 | 2 | 2 370 563 528 | | | |
| Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações | 595 215 | 2 | 1 190 430 | (1) | (1) | 1 janeiro 2009 |
| Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações | 522 529 | 2 | 1 045 058 | (1) | (1) | 1 janeiro 2010 |
| Redução de capital | (600 000) | 2 | (1 200 000) | 13 maio 2009 | 5 março 2010 | - |
| Aumento de capital ligado à fusão do Fortis Banque France | 354 | 2 | 708 | 12 maio 2010 | 12 maio 2010 | 1 janeiro 2010 |
| Aumento de capital resultante do pagamento do dividendo em ações | 9 160 218 | 2 | 18 320 436 | 12 maio 2010 | 12 maio 2010 | 1 janeiro 2010 |
| Aumento de capital reservada aos aderentes do Plano Poupança Empresa | 3 700 076 | 2 | 7 400 152 | 12 maio 2010 | 12 maio 2010 | 1 janeiro 2010 |
| Número de ações emitidas em 31 dezembro 2010 | 1 198 660 156 | 2 | 2 397 320 312 | | | |
| Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações | 2 736 124 | 2 | 5 472 248 | (1) | (1) | 1 janeiro 2010 |
| Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações | 34 053 | 2 | 68 106 | (1) | (1) | 1 janeiro 2011 |
| Aumento de capital reservada aos aderentes do Plano Poupança Empresa | 6 315 653 | 2 | 12 631 306 | 12 maio 2010 | 11 maio 2011 | 1 janeiro 2011 |
| Número de ações emitidas em 31 dezembro 2011 | 1 207 745 986 | 2 | 2 415 491 972 | | | |

(1) Diversas resoluções tomadas pela Assembleia-geral dos acionistas e decisões do Conselho de administração autorizando a atribuição das opções de subscrição de ações levantadas durante o período.

➤ AÇÕES E MITIDAS PELO BNP PARIBAS DETIDAS PELO GRUPO

| | Operações por conta própria | | Operações de transação | | Total | |
|-----------------------------------|-----------------------------|--|------------------------|--|--|-------|
| | Em número | Valor contabilístico (em milhões de euros) | Em número | Valor contabilístico (em milhões de euros) | Valor contabilístico (em milhões de euros) | |
| Ações detidas em 31 dezembro 2009 | 3 648 316 | 211 | (4 404 309) | (246) | (755 993) | (35) |
| Aquisições efetuadas | 2 609 576 | 140 | | | 2 609 576 | 140 |
| Cedências efetuadas | (1 806 987) | (92) | | | (1 806 987) | (92) |
| Ações entregues ao pessoal | (921 772) | (55) | | | (921 772) | (55) |
| Redução de capital | (600 000) | (40) | | | (600 000) | (40) |
| Outros movimentos | (14 955) | (2) | (95 485) | 32 | (110 440) | 30 |
| Ações detidas em 31 dezembro 2010 | 2 914 178 | 162 | (4 499 794) | (214) | (1 585 616) | (52) |
| Aquisições efetuadas | 17 294 952 | 614 | | | 17 294 952 | 614 |
| Cedências efetuadas | (2 530 370) | (127) | | | (2 530 370) | (127) |
| Ações entregues ao pessoal | (13 464) | (1) | | | (13 464) | (1) |
| Outros movimentos | (1 700 548) | (89) | (1 580 236) | 30 | (3 280 784) | (59) |
| Ações detidas em 31 dezembro 2011 | 15 964 748 | 559 | (6 080 030) | (184) | 9 884 718 | 375 |

A 31 de dezembro de 2011, o grupo BNP Paribas encontrava-se em posição de comprador de 9 884 718 ações BNP Paribas representando 375 milhões de euros que foram levadas em diminuição dos capitais próprios.

Durante o exercício 2011 o BNP Paribas SA recomprou no mercado, fora contrato de liquidez, 12 034 091 ações, a uma cotação média de 31,39 euros por ação com valor nominal de 2 euros, por ação com valor de as anular e 2 650 500 ações, a uma cotação média de 41,62 euros por ação com valor nominal de 2 euros, com o objetivo de honrar as obrigações ligadas às atribuições de ações aos assalariados.

No âmbito do contrato de liquidez do título BNP Paribas sobre o mercado italiano, conforme à Carta deontológica reconhecida pela AMF concluído com a Exane BNP Paribas, 2 610 361 ações foram compradas à cotação do ano de 2011 ao preço médio de 48,28 euros e 2 530 370 ações foram vendidas ao preço médio de 48,38 euros. Em 31 de dezembro de 2011, 229 587 títulos representando 6,9 milhões de euros são detidos pelo BNP Paribas SA a título deste contrato.

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2011, 2 392 ações BNP Paribas foram entregues no seguimento da atribuição definitiva de ações gratuitas aos seus beneficiários.

Além disso, uma das filiais do Grupo a intervir sobre operações de transação (de negociação e de arbitragem) sobre índices bolsistas procede no âmbito da sua atividade a vendas a descoberto incidindo sobre ações emitidas pelo BNP Paribas.

Preferred shares e Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada (TSSDI) elegíveis aos fundos próprios prudenciais de categoria Tier 1

Preferred shares emitidas pelas filiais estrangeiras do Grupo

Em janeiro de 2002, o Grupo efetuou uma emissão de 660 milhões de dólares de preferred shares de direito americano sem direito de voto. Esta emissão não diluente sobre as ações ordinárias do BNP Paribas foi

efetuada por intermédio da filial BNP Paribas Capital Trust controlada de forma exclusiva pelo Grupo. As ações, que têm a forma de títulos perpétuos não cumulativos, oferecem aos seus subscritores um rendimento com taxa fixa durante dez anos. Os títulos desta emissão poderão ser reembolsados por iniciativa do emissor no fim de um período de dez anos depois em cada data aniversário do cupão, a remuneração passando a ser indexada ao Euribor. Os dividendos sobre as preferred shares podem não ser pagos se nenhum dividendo tiver sido pago sobre as ações ordinárias do BNP Paribas SA, nem nenhum cupão sobre os títulos assimilados às preferred shares (Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada) durante o ano anterior. Os dividendos não pagos não são transitados. Os dividendos não pagos não transitam.

Em Janeiro de 2003, uma emissão perpétua, de mesma natureza que a anteriormente descrita, de 700 milhões de euros foi efetuada por intermédio da filial BNP Paribas Capital Trust VI controlada de forma exclusiva pelo Grupo. Esta oferece aos subscritores uma remuneração anual com taxa fixa. Esta oferece aos subscritores uma remuneração anual com taxa fixa. Os títulos poderão ser reembolsados no fim de um período de 10 anos depois em cada data aniversário do cupão. Em caso de não reembolso em 2013, será pago trimestralmente um cupão indexado ao Euribor.

Durante os exercícios 2010 e 2011, duas emissões perpétuas de mesma natureza que aquela anteriormente descrita de um montante respetivamente de 500 milhões de US dólares e de 500 milhões de euros foram alvo de um reembolso.

O subgrupo Laser-Cofinoga, consolidado por integração proporcional, procedeu em 2003 e 2004 a três emissões de ações de preferred shares, sem vencimento e sem direito de voto, por intermédio de estruturas dedicadas de direito inglês controladas de forma exclusiva por este subgrupo. As ações dão direito durante 10 anos a um dividendo prioritário não cumulativo, com taxa fixa para aquela emitida em 2003 ou indexada para aquelas emitidas em 2004. No fim desse período de 10 anos, as ações poderão ser reembolsadas ao par por iniciativa do emissor em cada fim de trimestre aniversário do cupão, a remuneração da emissão realizada em 2003 passando então a ser indexada ao Euribor.

➤ PREFERRED SHARES EMITIDAS PELAS FILIAIS ESTRANGEIRAS DO GRUPO

| Emissor | Data de emissão | Divisa | Montante (em milhões de euros) | Taxa e duração | | Taxa |
|----------------------------------|---------------------|--------|-----------------------------------|--------------------------------|------------------------------|--------------------------------|
| | | | | antes da primeira data de call | após a primeira data de call | |
| BNPP Capital Trust IV | janeiro 2002 | EUR | 660 | 6,342 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 2,33 % |
| BNPP Capital Trust VI | janeiro 2003 | EUR | 700 | 5,868 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 2,48 % |
| Cofinoga Funding I LP | março 2003 | EUR | 100 ⁽¹⁾ | 6,82 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 3,75 % |
| Cofinoga Funding II LP | janeiro e maio 2004 | EUR | 80 ⁽¹⁾ | TEC 10 ⁽²⁾ + 1,35 % | 10 anos | TEC 10 ⁽²⁾ + 1,35 % |
| TOTAL EM 31 DEZEMBRO 2011 | | | 1 395⁽³⁾ | | | |

⁽¹⁾ Antes da aplicação da percentagem de integração proporcional.

⁽²⁾ TEC 10 é o índice quotidiano dos rendimentos dos empréstimos de Estado contraídos a longo prazo que correspondem à taxa de rendimento atuarial de uma obrigação do Tesouro fictícia cuja duração séria de dez anos.

⁽³⁾ Resultado líquido dos títulos autoretidos por entidades do Grupo e após aplicação da percentagem de juro detida na Cofinoga.

Os capitais subscritos por via destas emissões assim como a remuneração paga aos portadores dos títulos correspondentes são apresentados na rubrica «Interesses minoritários» no balanço.

Em 31 de dezembro de 2011, o grupo BNP Paribas detinha 55 milhões de euros de preferred shares (58 milhões em 31 de dezembro de 2010) que foram levadas em diminuição dos interesses minoritários.

Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada assimilados emitidos pelo BNP Paribas SA

De 2005, o BNP Paribas SA procedeu a dezanove emissões perpétuas tomando a forma de Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada, por um montante global de 10 612 milhões em contravalor de euros. Estas emissões oferecem aos subscritores uma remuneração com taxa fixa e podem ser reembolsadas no fim um período fixo depois em cada data de aniversário do cupão. Em caso de não reembolso no fim desse período, será pago por algumas dessas emissões um cupão indexado ao Euribor ou Libor.

De 2005, o BNP Paribas SA procedeu a dezanove emissões perpétuas tomando a forma de Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada, por um montante global de 10 612 milhões em contravalor de euros. Esta emissão oferece aos subscritores uma remuneração com taxa variável. Estes Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada foram reembolsados de maneira antecipada a 23 de maio de 2011.

Durante o quarto trimestre de 2011, as operações seguintes foram realizadas sobre os Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada:

- uma oferta pública de troca incidindo sobre a emissão de junho de 2005 de 1 350 milhões de dólares contra um novo débito obrigacionista

As características destas diferentes emissões são apresentadas no quadro seguinte:

► TÍTULOS SUPER SUBORDINADOS COM DURAÇÃO INDETERMINADA

| Data de emissão | Divisa | Montante (em milhões de unidades) | Periodicidade de vencimento do cupão | Taxa e duração antes da primeira data de call | | Taxa após a primeira data de call |
|-----------------|--------|--------------------------------------|--|--|---------|--------------------------------------|
| Junho 2005 | USD | 1 070 | semestral | 5,186 % | 10 anos | USD Libor 3 meses + 1,680 % |
| Outubro 2005 | EUR | 1 000 | anual | 4,875 % | 6 anos | 4,875 % |
| Outubro 2005 | USD | 400 | anual | 6,25 % | 6 anos | 6,250 % |
| Abril 2006 | EUR | 549 | anual | 4,73 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 1,690 % |
| Abril 2006 | GBP | 450 | anual | 5,945 % | 10 anos | GBP Libor 3 meses + 1,130 % |
| Julho 2006 | EUR | 150 | anual | 5,45 % | 20 anos | Euribor 3 meses + 1,920 % |
| Julho 2006 | GBP | 163 | anual | 5,945 % | 10 anos | GBP Libor 3 meses + 1,810 % |
| Abril 2007 | EUR | 638 | anual | 5,019 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 1,720 % |
| Junho 2007 | USD | 600 | trimestral | 6,5 % | 5 anos | 6,50 % |
| Junho 2007 | USD | 1 100 | semestral | 7,195 % | 30 anos | USD Libor 3 meses + 1,290 % |
| Outubro 2007 | GBP | 200 | anual | 7,436 % | 10 anos | GBP Libor 3 meses + 1,850 % |
| Junho 2008 | EUR | 500 | anual | 7,781 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 3,750 % |
| Setembro 2008 | EUR | 650 | anual | 8,667 % | 5 anos | Euribor 3 meses + 4,050 % |
| Setembro 2008 | EUR | 100 | anual | 7,57 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 3,925 % |
| Dezembro 2009 | EUR | 2 | trimestral | Euribor 3 meses + 3,750 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 4,750 % |
| Dezembro 2009 | EUR | 17 | anual | 7,028 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 4,750 % |
| Dezembro 2009 | USD | 70 | trimestral | USD Libor 3 meses + 3,750 % | 10 anos | USD Libor 3 meses + 4,750 % |
| Dezembro 2009 | USD | 0,5 | anual | 7,384 % | 10 anos | USD Libor 3 meses + 4,750 % |

TOTAL AU 31 DE DEZEMBRO 2011 EM CONTRAVALOR EURO HISTÓRICO

7 261⁽¹⁾

(1) Resultado líquido dos títulos autoretidos por entidades do Grupo.

Os juros normalmente devidos sobre os Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada podem não ser pagos se nenhum dividendo tiver sido pago sobre as ações ordinárias do BNP Paribas SA, nem nenhum dividendo sobre os títulos assimilados aos Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada durante o ano anterior. Os cupões não pagos não são transitados.

Devido à presença de uma cláusula de absorção de perdas, as modalidades contratuais dos Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada preveem, que em caso de insuficiência de fundos próprios prudenciais – não integralmente compensada pelo aumento de capital ou qualquer outra medida equivalente – o valor nominal dos títulos emitidos possa ser reduzido para servir de nova base de cálculo dos cupões, enquanto a insuficiência não é corrigida e o valor nominal de origem dos títulos reconstituído. Em caso de

não subordinado com juro à taxa Libor USD 3 meses + 2,75 %. Esta operação traduziu-se por uma diminuição do capital de 280 milhões de US dólares gerando um proveito bruto em capitais próprios de 59 milhões de euros;

- uma oferta pública de compra sobre as emissões de abril de 2006 de 750 milhões de euros, de julho de 2006 de 325 milhões de Libras Esterlinas e de abril de 2007 de 750 milhões de euros. Esta operação traduziu-se por uma diminuição do ativo destes débitos para respetivamente 201 milhões de euros, 162 milhões de libras esterlinas e 112 milhões de euros, gerando um proveito bruto em capitais próprios de 135 milhões de euros.

Resultado por ação ordinária

O resultado de base por ação ordinária corresponde ao resultado atribuível aos portadores de ações ordinárias dividido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado atribuível aos portadores de ações ordinárias é determinado sob dedução do resultado atribuível aos portadores de ações de preferência.

O resultado diluído por ação corresponde ao resultado atribuível aos portadores de ações ordinárias, dividido pelo número médio ponderado de ações ordinárias ajustado pelo impacto máximo da conversão dos instrumentos diluentes em ações ordinárias. São consideradas as opções de subscrições de ações na moeda assim como as ações gratuitas atribuídas no Plano Global de Interesse em Ações no cálculo do resultado diluído por ação ordinária. A conversão destes instrumentos não tem efeito sobre o resultado líquido servindo para o cálculo do resultado diluído por ação ordinária.

| | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|---|----------------|----------------|
| Resultado líquido para o cálculo do resultado de base e do resultado diluído por ação (em milhões de euros) ⁽¹⁾ | 5 768 | 7 531 |
| Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício | 1 197 356 577 | 1 188 848 011 |
| Efeito das ações ordinárias potencialmente diluentes | | |
| Plano de opção de subscrição de ações ⁽²⁾ | 706 705 | 1 668 736 |
| Plano de atribuição de ações gratuitas ⁽²⁾ | 1 324 406 | 773 515 |
| Plano de compra de ações | 30 565 | 39 191 |
| Número médio ponderado de ações ordinárias para o cálculo do resultado diluído por ação | 1 199 418 253 | 1 191 329 452 |
| Resultado de base por ação ordinária (em euros) | 4,82 | 6,33 |
| Resultado diluído por ação ordinária (em euros) | 4,81 | 6,32 |

(1) O resultado líquido para o cálculo do resultado de base e do resultado diluído por ação corresponde ao resultado líquido parte do Grupo, ajustado com a remuneração das ações de preferência dos títulos super subordinados com duração indeterminada assimiladas a ações de preferência emitidas pelo BNP Paribas SA, tratada contabilisticamente como um dividendo.

(2) Cf. nota 7.e Pagamento à base de ações.

O dividendo por ação pago em 2011 a título do resultado do exercício 2010 ascendeu a 2,10 euros contra 1,50 euro pago em 2010 a título do resultado do exercício 2009.

8.b PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

| Denominação | País | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse |
|-------------------------------------|----------|------------------------|-----------------|---------------|----------------|
| Empresa consolidante | | | | | |
| BNPParibas SA | France | | | | |
| Retail Banking | | | | | |
| Banca de retalho em França | | | | | |
| Banque de Bretagne | France | 31/12/2011 | Fusion | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 100,00% |
| Banque de Wallis e Futuna* | France | | IG | 50,98% | 50,98% |
| BNPParibas Développement SA | France | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNPParibas Factor* | France | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNPParibas Factor Portugal | Portugal | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNPParibas Guadeloupe* | France | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNPParibas Guyane* | France | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNPParibas Martinique* | France | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNPParibas | | | | | |
| Nouvelle-Calédonie* | France | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNPParibas Réunion** | France | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Compagnie | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | |
| pour le Financement | France | 31/12/2010 | Acquisition | 44,62% | 44,62% |
| des Loisirs - Cofloisirs | | | complémentaire | | |
| | | 31/12/2009 | ME | 33,33% | 33,33% |
| Fimag Holding SA | France | 31/12/2010 | Fusion | | |
| Fortis Banque France SA | France | 31/12/2010 | Fusion | | |
| Fortis Commercial Finance SAS | France | 31/12/2011 | Acquisition | 100,00% | 100,00% |
| Fortis Gestion Privée | France | 31/12/2010 | Fusion | | |
| | | 31/12/2011 | Fusion | | |
| Fortis Mediacom Finance | France | 31/12/2010 | Acquisition | 100,00% | 100,00% |
| | | | complémentaire | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | 99,99% | 74,91% |
| GIE Services Groupe Fortis France | France | 31/12/2010 | < seuils | | |
| GIE Immobilier Groupe Fortis France | France | 31/12/2010 | < seuils | | |
| BeLux Retail Banking | | | | | |
| Alpha Card SCRL (grupo) | Bélgica | | ME | 50,00% | 37,47% |
| Alsabail | France | 31/12/2011 | Cession | | |
| | | 31/12/2010 | ME | 40,68% | 21,74% |

| Denominação | País | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse |
|--|-------------|------------------------|-----------------|---------------|----------------|
| Banking Funding Company SA | Bélgica | 31/12/2010 | < seuils | | |
| Banque de La Poste SA | Bélgica | | IP | 50,00% | 37,47% |
| Belgoise SA | Bélgica | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | |
| | | 31/12/2010 | ME | 100,00% | 74,93% |
| BNPParibas Fortis Factor | Bélgica | | IG | 100,00% | 74,94% |
| BNPParibas Fortis Funding SA (ex-Fortis Luxembourg Finance SA) | Luxemburgo | | IG | 100,00% | 74,93% |
| Brand & Licence Company SA | Bélgica | 31/12/2010 | < seuils | | |
| Certifimmo V SA | Bélgica | 31/12/2010 | < seuils | | |
| Comptoir Agricole de Wallonie | Bélgica | 31/12/2010 | < seuils | | |
| Credissimo | Bélgica | 31/12/2010 | < seuils | | |
| Credissimo Hainaut SA | Bélgica | 31/12/2010 | < seuils | | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | |
| Crédit pour Habitations Sociales | Bélgica | 31/12/2010 | ME | 81,66% | 61,19% |
| Demetris NV | Bélgica | | ME | 100,00% | 74,93% |
| Dikodi BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | < seuils | | |
| Europay Belgium | Bélgica | | ME | 39,88% | 29,88% |
| Fortis Banque SA (BNPParibas Fortis) | Bélgica | | IG | 74,93% | 74,93% |
| Fortis Commercial Finance Deutschland BV | Pays-Bas | 31/12/2011 | Acquisition | 100,00% | 74,93% |
| Fortis Commercial Finance GmbH | Allemagne | 31/12/2011 | Acquisition | 100,00% | 74,93% |
| Fortis Commercial Finance Holding NV | Pays-Bas | 31/12/2011 | Acquisition | 100,00% | 74,93% |
| Fortis Commercial Finance Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | Acquisition | 100,00% | 74,93% |
| Fortis Commercial Finance NV | Bélgica | 31/12/2011 | Acquisition | 100,00% | 74,93% |
| Fortis Finance Belgium SCRL | Bélgica | | IG | 100,00% | 74,93% |
| FV Holding NV | Bélgica | | ME | 40,00% | 29,97% |
| Het Werkmanshuis NV | Bélgica | 31/12/2010 | < seuils | | |
| Immobilier Sauvenière SA | Bélgica | | ME | 100,00% | 74,93% |
| Isabel SA | Bélgica | 31/12/2010 | < seuils | | |
| La Propriété Sociale de Binche-Morlanwelz SA | Bélgica | 31/12/2010 | < seuils | | |
| Landbouwkantoor van Vlaanderen NV | Belgique | 31/12/2010 | < seuils | | |

| Denominação | País | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | Denominação | País | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse |
|---|------------|------------------------|-------------------|------------|-------------|---|------------|------------------------|----------------------------|------------|-------------|
| Nieuwe Maatschappij Rond Den Heerd NV | Belgique | 31/12/2010 | < seuls | | | FIS Acquisition LLC | États-Unis | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 100,00% |
| Société Alsacienne de développement et d'expansion | France | | IG | 100,00% | 53,43% | Glendale Corporate Center Acquisition LLC | États-Unis | 31/12/2011 | IG | 50,00% | 50,00% |
| Sowo Investment SA | Belgique | 31/12/2010 | < seuls | | | KIC Technology1, Inc. | États-Unis | 31/12/2010 | Dissolution | | |
| Visa Belgium SRCL | Belgique | 31/12/2010 | < seuls | | | KIC Technology2, Inc. | États-Unis | 31/12/2010 | Dissolution | | |
| Structures Ad Hoc | | | | | | KIC Technology3, Inc. | États-Unis | 31/12/2010 | Dissolution | | |
| BASS Master Issuer NV | Belgique | | IG | | | Laveen Village Center Acquisition LLC | États-Unis | 31/12/2011 | IG | 58,33% | 58,33% |
| Esmée Master Issuer | Belgique | | IG | | | Liberty Leasing Company | États-Unis | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 100,00% |
| Park Mountain SME 2007-1 BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Liquidation | | | Mountain Falls Acquisition Corporation | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Banque de détail en Italie (BNL banca commerciale) | | | | | | Real Estate Delivery 2 Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Artigiancassa SPA | Italie | | IG | 73,86% | 73,86% | Riverwalk Village Three Holdings LLC | États-Unis | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 100,00% |
| Artigiansoa - Org. Di Attestazione SPA | Italie | 31/12/2011 | Nouveaux seuls | 4 | | Santa Rita Townhomes Acquisition LLC | États-Unis | 31/12/2010 | Création | IG | 100,00% |
| Banca Nazionale del Lavoro SPA | Italie | 31/12/2010 | ME | 1 | 80,00% | The Bankers Club, Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNL Finance SPA | Italie | | IG | 100,00% | 100,00% | Ursus Real Estate Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNL Positivity SRL | Italie | | IG | 51,00% | 51,00% | Structures Ad Hoc | | | | | |
| BNPParibas Personal Finance SPA | Italie | | IG | 100,00% | 100,00% | Beacon Hill | États-Unis | 31/12/2010 | Acquisition & Cession | | |
| International Factors Italia SPA - Ifitalia | Italie | | IG | 99,65% | 99,65% | Commercial Federal Capital Trust 2 | États-Unis | | IG | | |
| Serfactoring SPA | Italie | 31/12/2011 | Nouveaux seuls | 4 | | Commercial Federal Capital Trust 3 | États-Unis | 31/12/2011 | Dissolution | | |
| Structures Ad Hoc | | | | | | C-One Leasing LLC | États-Unis | 31/12/2010 | Cession | | |
| EMF IT-2009-1 SRL | Italie | 31/12/2010 | ME | | 27,00% | Equipment Lot Bombardier 1997A-FH | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| UCB Service SRL | Italie | 31/12/2011 | Fusion | | | Equipment Lot FH | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| Vela ABS | Italie | | IG | 2 | | Equipment Lot Siemens 1997A-FH | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| Vela Home SRL | Italie | | IG | | | Equipment Lot Siemens 1998A-FH | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| Vela Mortgages SRL | Italie | | IG | | | First Hawaiian Capital 1 LACMTA Rail Statutory Trust (FH) | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| Vela Public Sector SRL | Italie | | IG | | | Lexington Blue LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | ME | |
| Banque de détail aux États-Unis | | | | | | MNCRC Equipment Lot | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| 1897 Services Corporation | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | NYCTA Equipment Lot | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| 521 South Seventh Street LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | 69,23% | Southwest Airlines 1993 Trust N363SW | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| BancWest Corporation | États-Unis | 31/12/2010 | IG | 69,23% | 69,23% | ST 2001 FH-1 | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| BancWest Investment Services, Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | SWB 98-1 | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| Bank of the West Business Park Association LLC | États-Unis | | IG | 38,00% | 38,00% | SWB 99-1 | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| Bank of the West | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | VIA 1998-FH | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| Bishop Street Capital Management Corporation | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | 1997-LRV-FH | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| BW Insurance Agency, Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | 1999-FH-1 (SNCF) | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| BW Leasing, Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | 1999-FH-2 (SNCF) | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | IG | |
| Center Club, Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Personal Finance | | | | | |
| CFB Community Development Corporation | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | Alpha Crédit SA | Belgique | | IG | 100,00% | 74,93% |
| Class Financial Services LLC | États-Unis | 31/12/2011 | IG | 75,90% | 63,84% | AXA Banque Financement | France | | ME | 35,00% | 35,00% |
| Commercial Federal Affordable Housing, Inc. | États-Unis | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 75,90% | Banco BGN SA | Brésil | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Commercial Federal Community Development Corporation | États-Unis | 31/12/2009 | IG | 100,00% | 80,45% | Banco BNP Paribas Personal Finance SA | Portugal | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Commercial Federal Insurance Corporation | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | Banco Cetelem Argentina | Argentine | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Commercial Federal Investments Services, Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | Banco Cetelem SA | Espagne | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Commercial Federal Realty Investors Corporation | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | Banco de Servicios Financieros SA | Argentine | 31/12/2011 | Franchissement de seuls | ME | 39,92% |
| Commercial Federal Service Corporation | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | BGN Holding Financeira Limitada | Brésil | 31/12/2010 | Fusion | | |
| Community First Insurance, Inc. | États-Unis | 31/12/2010 | Dissolution | | | Bleffe 5 SPA | Italie | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% |
| Community Service, Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Personal Finance | France | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 75,00% |
| Equity Lending Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Essex Credit Corporation | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| FHB Guam Trust Co. | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | 100,00% | | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| FHL Lease Holding Company Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| FHL SPC One, Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| First Bancorp | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| First Hawaiian Bank | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| First Hawaiian Leasing, Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| First National Bancorporation | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| First Santa Clara Corporation | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | IG | 100,00% | 100,00% |

(*Filiais francesas cuja supervisão prudencial individual dos rácios de gestão é assegurada no âmbito dos rácios de gestão consolidados do Grupo em conformidade com as disposições do artigo 4.1 do regulamento 2000.03 do Comité da Regulação Bancária e Financeira.

- 1 Entidades objecto de uma consolidação simplificada por equivalência devido ao seu carácter pouco significativo.
- 2 Entidades excluídas do perímetro de consolidação prudencial.
- 3 Entidades equiparadas no perímetro de consolidação prudencial.
- 4 Em 01/01/2011 os limiares de consolidação do Grupo foram atualizados (cf. Resume dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo § 1.b.1).

SITUAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO 2011

Notas anexas às Situações financeiras

| Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | | | |
|--|--------------------|------------------------|--|------------|-------------|---|-------------|------------------------|----------------------------|------------|-------------|---------|--------|--------|
| BNP Paribas Personal Finance EAD | Bulgárie | | IG | 100,00% | 100,00% | Matixis Financement | France | | ME | 33,00% | 33,00% | | | |
| BNP Paribas Personal Finance Belgium | Belgíque | 31/12/2010 | Cession | | | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 77,32% | | | |
| BNP Paribas Personal Finance BV | Pays-Bas | | IG | 100,00% | 100,00% | Nissan Finance Belgium NV | Belgíque | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 77,32% | | |
| BNP Paribas Personal Finance SA de CV | México | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 69,55% | | |
| Cajfino* | France | | IG | 50,99% | 50,78% | Norskten Finance** | France | | IG | 51,00% | 51,00% | | | |
| Carrefour Banque (ex-Société des Paiement Pass) | France | | ME | 39,17% | 39,17% | Prestacomer SA de CV | México | | IG | 100,00% | 100,00% | | | |
| Carrefour Promotora de Vendas e Participações (CPVP) Limitada | Brésil | | ME | 40,00% | 40,00% | Prêts et Services SAS* | France | | IG | 100,00% | 100,00% | | | |
| Cetelem Algérie | Algérie | | IG | 100,00% | 100,00% | Projed* | France | | IG | 51,00% | 51,00% | | | |
| Cetelem America | Brésil | | IG | 100,00% | 100,00% | Servicios Financieros Carrefour EFC | Espagne | | ME | 37,28% | 39,94% | | | |
| Cetelem Asia | Hong Kong | 31/12/2010 | Cession | | | Submarino Finance Promotora de Credito Limitada | Brésil | | IP | 50,00% | 50,00% | | | |
| Cetelem Bank SA (Palier Laser) | Pologne | 31/12/2010 | Fusion | | | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME | 4 | 49,90% | 49,90% | |
| Cetelem Benelux BV | Pays-Bas | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | IP | | | 49,90% | | |
| Cetelem Brésil | Brésil | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | | | 92,79% | 90,99% |
| Cetelem CR | République tchèque | | IG | 100,00% | 100,00% | TEB Tüketici Finansman AS | Turquie | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 90,00% | 87,49% | | |
| Cetelem Holding Participações Limitada | Brésil | 31/12/2010 | Fusion | | | | | 31/12/2009 | IP | 50,00% | 50,00% | | | |
| Cetelem IFN SA | Roumanie | | IG | 100,00% | 100,00% | UCB Ingatlanhitel RT | Hongrie | | IG | 100,00% | 100,00% | | | |
| Cetelem Latin America Holding Participações Ltda | Brésil | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 100,00% | UCB Suisse | Suisse | | IG | 100,00% | 100,00% | | | |
| Cetelem Processing Services (Shanghai) Ltd. | Chine | 31/12/2010 | Cession | | | Union de Credits Immobiliarios - UCI (Groupe) | Espagne | | IP | 50,00% | 50,00% | | | |
| Cetelem Serviços Limitada | Brésil | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | Von Essen GmbH & Co. KG Bankgesellschaft | Allemagne | | IG | 100,00% | 74,93% | | | |
| | | 31/12/2010 | ME | 1 | 100,00% | Fonds Communs de Créances | | | | | | | | |
| Cetelem Servicios SA de CV | México | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | 100,00% | Domos 2011 - A et B | France | 31/12/2011 | Création | IG | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 100,00% | FCC Retail ABS Finance - Noria 2005 | France | 31/12/2010 | Dissolution | | | | | |
| Cetelem Slovensko | Slovaquie | | IG | 100,00% | 100,00% | FCC Retail ABS Finance - Noria 2008 | France | | | IG | | | | |
| Cetelem Thalande | Thalande | 31/12/2011 | Cession | | | FCC Retail ABS Finance - Noria 2009 | France | | | IG | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 100,00% | FCC Domos 2008 | France | | | IG | | | | |
| CMV Médiforce* | France | | IG | 100,00% | 100,00% | FCC Master Domos | France | | | IG | | | | |
| Cofica Bail* | France | | IG | 100,00% | 100,00% | FCC Master Domos 5 | France | 31/12/2011 | Liquidation | | | | | |
| Cofinoga Portugal SGPS | Portugal | 31/12/2010 | Fusion | | | | | 31/12/2010 | IG | | | | | |
| Cofiplan* | France | | IG | 99,99% | 99,99% | FCC UCI 5-18 | Espagne | | IP | | | | | |
| Commerz Finanz GmbH | Allemagne | | IG | 50,10% | 50,10% | FCC UCI 19 | Espagne | 31/12/2011 | Liquidation | | | | | |
| Cosimo | France | 31/12/2011 | Franchissement de seuils | IG | 100,00% | | | 31/12/2010 | IP | | | | | |
| Credifin Banco SA | Portugal | 31/12/2010 | Fusion | | | Fundo de Investimento EM Direitos Creditorios BGN Lije | Brésil | | IG | | | | | |
| | | | | | | Fundo de Investimento EM Direitos Creditorios BGN Premium | Brésil | | IG | | | | | |
| Credirama SPA | Italie | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire & nouveaux seuils | ME | 4 | 51,00% | 51,00% | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 51,00% | 38,25% | Phedina Hypotheken 2010 BV | Pays-Bas | 31/12/2011 | IG | | | | | |
| Credisson Holding Ltd. | Chypre | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | Création | IG | | | | |
| Crédit Moderne Antilles Guyane* | France | | IG | 100,00% | 100,00% | Phedina Hypotheken 2011-BV | France | 31/12/2011 | Création | IG | | | | |
| Crédit Moderne Océan Indien** | France | | IG | 97,81% | 97,81% | Viola Finanza SRL | Italie | | IG | | | | | |
| Direct Services | Bulgárie | | IG | 100,00% | 100,00% | Equipment Solutions | | | | | | | | |
| Domofinance SA* | France | | IG | 55,00% | 55,00% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 84,48% | | | |
| Ejico | France | | IG | 99,96% | 99,96% | Ace Equipment Leasing | Belgíque | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | |
| Ejico Iberia | Espagne | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | |
| Ejico Portugal | Portugal | | ME | 1 | 100,00% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 84,48% | | | |
| Eos Aremas Belgium SA | Belgíque | | ME | 49,97% | 37,44% | Ace Leasing | Belgíque | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | |
| Eurocredit | Espagne | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | |
| Facet** | France | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 84,48% | | | |
| Fidelcomiso Financiero Cetelem I | Argentine | 31/12/2010 | Liquidation | | | Ace Leasing BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | |
| Fidem* | France | | IG | 51,00% | 51,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | |
| Fimestic Expansion SA | Espagne | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 84,48% | | | |
| Finalia | Belgíque | | IG | 51,00% | 38,22% | AFL Lease BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | |
| | | | | | | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | |
| Findomestic Banca SPA | Italie | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 84,48% | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 75,00% | 75,00% | Agrilease BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | |
| Findomestic Banka a.d. | Serbie | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 75,00% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 84,48% | | | |
| Geneve Credit & Leasing SA | Suisse | 30/06/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | Albury Asset Rentals Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | |
| | | 31/12/2010 | Franchissement de seuils | IP | 51,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 100,00% | | |
| Gesellschaft für Capital & Vermögensv. GmbH | Allemagne | 31/12/2010 | < seuils | | | All In One Vermietungsgesellschaft für Telekommunikationsanlagen mbH. | Allemagne | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME | 4 | 100,00% | 84,48% | |
| Inkasso Kodat GmbH & Co. KG | Allemagne | 31/12/2010 | < seuils | | | | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | |
| KBC Pinto Systems | Belgíque | 31/12/2010 | Cession | | | | | 31/12/2009 | IG | 100,00% | 100,00% | | | |
| LaSer - Cofinoga (Groupe) | France | | IP | 50,00% | 50,00% | All In One Vermietung GmbH | Autriche | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME | 4 | 100,00% | 84,48% | |
| Loisirs Finance** | France | | IG | 51,00% | 51,00% | | | 31/12/2009 | Cession partielle | IG | 100,00% | 100,00% | | |
| Magyar Cetelem Bank Zrt. | Hongrie | | IG | 100,00% | 100,00% | Allstar Business Solutions Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | Cession | | | | | |
| Merkur Beteiligungs und Verwaltungsgesellschaft mit Beschränkter Haftung | Allemagne | 31/12/2010 | < seuils | | | | | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 100,00% | | | |
| Monabanq | France | 31/12/2010 | Cession | | | | | | | | | | | |

| Denominação | País | Movimento de perímetro | | Método | % controlo | % interesse | Denominação | País | Movimento de perímetro | | Método | % controlo | % interesse | | |
|---|--------------------|------------------------|----------------------------|--------|------------|-------------|--|------------------------------------|------------------------|----------------------------|-------------------|------------|-------------|---------|--------|
| | | 31/12/2011 | 31/12/2010 | | | | | | 31/12/2011 | 31/12/2010 | | | | | |
| Antin Bail 2 (ex-Antin Bail) | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | BNP Paribas Lease Group IFN | Roumanie | 31/12/2011 | Franchissement de seuils | ME | 1 | 100,00% | 84,49% | |
| | | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | ME | 4 | 100,00% | 84,48% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 51,00% | 43,08% | BNP Paribas Lease Group KFT | Hongrie | 31/12/2011 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Aprolis Finance | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 51,00% | 43,08% | | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 51,00% | 51,00% | | | 31/12/2009 | | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | BNP Paribas Lease Group Leasing Solutions SpA (ex-BNP Paribas Lease Group SPA) | Italie | 31/12/2011 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 95,94% | |
| Arius SA | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 95,94% | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | BNP Paribas Lease Group Lizing RT (ex-BNP Paribas Lease Group RT) | Hongrie | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME | 4 | 100,00% | 84,48% | |
| Artegy Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | BNP Paribas Lease Group Luxembourg SA (ex-Fortis Lease Luxembourg) | Luxembourg | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | | 100,00% | 84,47% | |
| Artegy SAS | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2010 | Acquisition | IG | | 100,00% | 53,43% | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Arval Austria GmbH | Autriche | | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Lease Group Netherlands BV | Pays-Bas | 31/12/2011 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Arval Belgium SA | Belgique | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| Arval Benelux BV | Pays-Bas | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| Arval Brasil Limitada | Brésil | | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Lease Group Polska SP z.o.o. | Pologne | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME | 4 | 100,00% | 84,48% | |
| Arval Business Services Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| Arval BV | Pays-Bas | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| Arval Deutschland GmbH | Allemagne | | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Lease Group PLC | Royaume-Uni | 31/12/2011 | | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Arval ECL SAS | France | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Arval Hellas Car Rental SA | Grèce | | | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Lease Group SA Belgium | Belgique | 31/12/2011 | | IG | | 100,00% | 84,48% |
| Arval Holding | France | 31/12/2010 | Fusion | | | | | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Arval India Private Ltd. | Inde | | | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | | 31/12/2009 | | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Arval Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2011 | | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Arval Luxembourg | Luxembourg | | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Leasing Solutions (ex-Fortis Lease Group SA) | Luxembourg | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Arval Magyarorszag | Hongrie | 31/12/2011 | Franchissement de seuils | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | | 31/12/2010 | Acquisition | IG | | 100,00% | 53,43% | |
| Arval Maroc | Maroc | | | IG | 100,00% | 88,91% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Arval NV | Belgique | | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Leasing Solutions NV (ex-Fortis Lease Nederland NV) | Pays-Bas | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Arval PHH Holdings Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | Acquisition | IG | | 100,00% | 53,43% | |
| Arval PHH Holdings UK Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2011 | | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Arval PHH Service Lease CZ | République tchèque | | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Leasing Solutions Suisse SA (ex-Fortis Lease Suisse) | Suisse | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Arval OOO | Russie | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | | 100,00% | 53,43% | |
| Arval Schweiz AG | Suisse | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | | |
| Arval Service GmbH | Allemagne | 31/12/2011 | Acquisition | IG | 100,00% | 100,00% | CA Motor Finance Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| Arval Service Lease | France | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | | 100,00% | 53,43% | |
| Arval Service Lease Aluger Operational Automoveis | Portugal | | | IG | 100,00% | 100,00% | Captive Finance Ltd. | Hong Kong | 31/12/2011 | < seuils | | | | | |
| Arval Service Lease Italia SpA | Italie | | | IG | 100,00% | 100,00% | Captive Finance Taiwan Co. Ltd. | Taiwan | 31/12/2011 | < seuils | | | | | |
| Arval Service Lease Polska sp. z.o.o. | Pologne | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | | IG | | 60,11% | 50,78% | |
| Arval Service Lease Romania SRL | Roumanie | | | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | Claas Financial Services* | France | 31/12/2011 | Cession partielle | IG | | 60,11% | 50,78% |
| Arval Service Lease SA | Espagne | | | IG | 99,99% | 99,99% | | | 31/12/2009 | | IG | | 60,11% | 60,11% | |
| Arval Slovakia | Slovaquie | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2011 | | IG | | 100,00% | 50,78% | |
| Arval Trading | France | | | IG | 100,00% | 100,00% | Claas Financial Services Inc. | États-Unis | 31/12/2011 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 50,78% | |
| Arval UK Group Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | | IG | | 100,00% | 60,11% | |
| Arval UK Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2011 | | IG | | 51,00% | 43,08% | |
| Autovalley | France | 31/12/2011 | | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | Claas Financial Services Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | Cession partielle | IG | 51,00% | 43,08% | |
| | | 31/12/2010 | Franchissement de seuils | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | | IG | 51,00% | 51,00% | |
| | | 31/12/2011 | | ME | 50,00% | 42,24% | CNH Capital Europe** | France | 31/12/2011 | | IG | | 50,10% | 42,32% | |
| Barioworld Hejtruck BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Cession partielle | ME | 50,00% | 42,24% | | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | | 50,10% | 42,32% | |
| | | 31/12/2009 | | ME | 50,00% | 50,00% | | | 31/12/2009 | | IG | | 50,10% | 50,10% | |
| | | 31/12/2011 | Dilution | IG | 100,00% | 83,23% | CNH Capital Europe BV | Pays-Bas | 31/12/2011 | Franchissement de seuils | IG | | 100,00% | 42,32% | |
| BNP Paribas Finansal Kiralama AS (ex-Fortis Finansal Kiralama AS) | Turquie | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2010 | | IG | | 100,00% | 42,32% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | CNH Capital Europe GmbH | Autriche | 31/12/2011 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 42,32% | |
| BNP Paribas Fleet Holdings Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | Franchissement de seuils | IG | | 100,00% | 50,10% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | CNH Capital Europe Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | | IG | | 100,00% | 42,32% | |
| BNP Paribas Lease Group* | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 50,10% | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | Cofparc SNC | France | 31/12/2011 | | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | Commercial Vehicle Finance Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | Cession partielle | IG | | 100,00% | 84,48% | |
| BNP Paribas Lease Group (Rentals) Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2010 | | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | Dexia Location Longue Durée | France | 31/12/2011 | | ME | 1 | 51,00% | 51,00% | |
| | | 31/12/2011 | Fusion | | | | Dialcard Fleet Services Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | Dissolution | | | | | |
| BNP Paribas Lease Group BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2010 | | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | | | 31/12/2011 | | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| BNP Paribas Lease Group GmbH & Co. KG | Autriche | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2010 | | IG | | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | | | | | | |

(*) Filiais francesas cuja supervisão prudencial individual dos rácios de gestão é assegurada no âmbito dos rácios de gestão consolidados do Grupo em conformidade com as disposições do artigo 4.1 do regulamento 2000.03 do Comité da Regulação Bancária e Financeira.

- 1 Entidades objecto de uma consolidação simplificada por equivalência devido ao seu carácter pouco significativo.
- 2 Entidades excluídas do perímetro de consolidação prudencial.
- 3 Entidades equiparadas no perímetro de consolidação prudencial.
- 4 Em 01/01/2011 os limiares de consolidação do Grupo foram atualizados (cf. Resúme dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo § 1.b.1).

SITUAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO 2011

Notas anexas às Situações financeiras

| Denominação | País | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | Denominação | País | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | | | |
|--|----------------------------|------------------------|----------------------------|------------|-----------------------------|--|---|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|-------------|---------|---------|---------|
| Diamond Finance UK Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | Liquidation | | | Fortis Lease Holding Norge AS | Norvège | 31/12/2010 | < seus | | | | | |
| | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 60,00% | | | 50,69% | 31/12/2010 | < seus | | | | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 60,00% | | | 60,00% | 31/12/2010 | < seus | | | | |
| Dreieck One Ltd. | Îles Cayman | 31/12/2010 | Dissolution | | | Fortis Lease Hong Kong Ltd. | Hong Kong | 31/12/2011 | | ME | 1 | 100,00% | 84,48% | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seus | 4 | | | | | | | | | | |
| Elja Auto | Luxembourg | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,16% | Fortis Lease Hungaria Equipment Financing Financial Leasing Company | Hongrie | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | ME | 1 | 100,00% | 84,48% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | |
| Equipment Lease BV | Pays-Bas | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | Fortis Lease Hungaria Real Estate | Hongrie | 31/12/2010 | < seus | | | | |
| | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2011 | | ME | 1 | 100,00% | 84,48% |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | ME | 1 | 100,00% | 84,48% |
| ES-Finance | Belgique | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | Fortis Lease Hungaria Vehicle Financing Financial Leasing Company | Hongrie | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | ME | 1 | 100,00% | 84,48% |
| | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seus | ME | 4 | 100,00% | 82,44% |
| Euro-Scribe SAS | France | 31/12/2011 | Nouveaux seus | 4 | | Fortis Lease Iberia | Espagne | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 82,44% | | |
| | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IP | 50,00% | | | 42,24% | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 58,01% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | ME | 50,00% | | | 26,71% | 31/12/2011 | Nouveaux seus | ME | 4 | 100,00% | 84,48% |
| F.L. Zeebrugge | Belgique | 31/12/2011 | Nouveaux seus | 4 | | Fortis Lease Immobilier Suisse | Suisse | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | |
| | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 75,00% | | | 63,36% | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 75,00% | | | 40,07% | 31/12/2011 | | ME | 1 | 100,00% | 84,48% |
| Folea Grundstücksverwaltungs und Vermietungs GmbH & Co. Objekt Burtenbach KG | Allemagne | 31/12/2011 | Nouveaux seus | 4 | | Fortis Lease Operativ Lizing Zarkorven Mukodo Reszvenytarsasag | Hongrie | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | ME | 1 | 100,00% | 84,48% | |
| | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 85,00% | | | 7,64% | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 1 | 100,00% | 53,43% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 90,00% | | | 3,21% | 31/12/2011 | Cession partielle | IG | 100,00% | 74,84% | |
| Folea Grundstücksverwaltungs und Vermietungs GmbH & Co. Objekt Leverkusen KG | Allemagne | 31/12/2011 | Nouveaux seus | 4 | | Fortis Lease Polska Sp.z o.o. | Pologne | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | |
| | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | ME | 1 | | | 85,00% | 7,64% | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 90,00% | | | 3,21% | 31/12/2011 | Nouveaux seus | ME | 4 | 100,00% | 84,48% |
| Folea Grundstücksverwaltungs und Vermietungs GmbH & Co. Objekt Thalffingen | Allemagne | 31/12/2010 | < seus | | Fortis Lease Portugal | Portugal | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | | |
| Folea Verwaltungs GmbH | Allemagne | 31/12/2010 | < seus | | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | | |
| Folea II Verwaltungs GmbH | Allemagne | 31/12/2010 | < seus | | | | 31/12/2011 | Nouveaux seus | ME | 4 | 100,00% | 84,48% | | |
| Folea III Verwaltungs GmbH | Allemagne | 31/12/2010 | < seus | | Fortis Lease Romania IFN SA | Roumanie | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | | |
| Fortis Energy Leasing XI | Pays-Bas | 31/12/2011 | | IG | | | 100,00% | 84,48% | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | |
| | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | | | 100,00% | 84,48% | 31/12/2011 | | | | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | | |
| Fortis Energy Leasing XII | Pays-Bas | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | Fortis Lease Singapore Pte Ltd. | Singapour | 31/12/2010 | < seus | | | | |
| | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | | Fortis Lease Sweden AB | Suède | 31/12/2010 | Cession | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | | | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% |
| 31/12/2011 | Cession | | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | | | | | |
| Fortis Energy Leasing XIII BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | 31/12/2011 | Nouveaux seus | ME | 4 | 100,00% | 84,48% | | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 53,43% | | | |
| Fortis Energy Leasing XIV BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | Fortis Lease UK (1) Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seus | 4 | | | |
| Fortis Lease | Belgique | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | Fortis Lease UK (2) Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seus | 4 | | 31/12/2011 | | | Nouveaux seus | 4 | | | | |
| Fortis Lease (China) Co. Ltd. | Chine | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | Fortis Lease UK (3) Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seus | 4 | | | |
| Fortis Lease (France)* | France | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | Fortis Lease UK (4) Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seus | 4 | | | |
| Fortis Lease (Malaysia) Sdn. Bhd | Malaisie | 31/12/2010 | < seus | | | Fortis Lease UK (5) Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 90,00% | 76,03% | | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | | | 84,48% | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 90,00% | 48,09% | |
| Fortis Lease Car & Truck | Belgique | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | Fortis Lease UK Retail Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | |
| | | 31/12/2011 | Cession | | | 31/12/2009 | | | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | |
| 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | 31/12/2011 | | | | IG | 100,00% | 84,48% | | | |
| Fortis Lease Czech | République tchèque | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | Fortis Vastgoedlease BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | |
| Fortis Lease Danmark AS | Danemark | 31/12/2010 | < seus | | | 31/12/2011 | Nouveaux seus | 4 | | | | | | |
| Fortis Lease Deutschland AG | Allemagne | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | Friedland Participation et Gestion | France | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | | | Gestion et Location Holding | France | 31/12/2010 | < seus | | |
| Fortis Lease Group Services | Belgique | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | Global Management Services | Roumanie | 31/12/2010 | < seus | | | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | Greenval Insurance Company Ltd. | Irlande | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | |

| Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | | |
|---|-------------|------------------------|----------------------------|------------|-------------|-------------|---|------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------|---------|---------|
| HFGL Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | |
| | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | SCI Champvernier | France | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% |
| Harpur UK Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Dissolution | | | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | |
| Humberclyde Commercial Investments Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% |
| Humberclyde Commercial Investments N°1 Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| | | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | SCI FLUF Château Landon | France | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% |
| | | 31/12/2011 | Liquidation | | | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | |
| Humberclyde Commercial Investments N°4 Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | SCI FLUF Évry 2 | France | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% |
| Humberclyde Finance Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% |
| Humberclyde Industrial Finance Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | SCI FLUF Le Gallo | France | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% |
| Humberclyde Investments Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | SCI FLUF Le Port | France | 31/12/2010 | Dissolution | | | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | SCI FLUF Sainte Marie | France | 31/12/2010 | Dissolution | | | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | SREI Equipement Finance Private Ltd. | Inde | 31/12/2010 | Cession partielle | IP | 50,00% | 42,24% |
| JCB Finance ^{*)} | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 42,32% | | 31/12/2009 | IP | 50,00% | 50,00% | | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 50,10% | | 31/12/2011 | IG | 75,00% | 68,73% | | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 50,10% | 42,32% | TEB Arval Arac Filo Kiralama | Turquie | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 75,00% | 68,73% |
| JCB Finance Holdings Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 50,10% | 42,32% | | 31/12/2009 | IG | 75,00% | 75,00% | | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 50,10% | 50,10% | | 31/12/2011 | Fusion | | | | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | TEB Finansal Kiralama | Turquie | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 98,43% | 79,19% |
| Kota Jaya Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | 31/12/2009 | IP | 42,10% | 50,00% | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 84,48% | | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | UFB Asset Finance Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% |
| Kota Juta Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 84,48% | | 31/12/2009 | IG | 100,00% | 100,00% | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 53,43% | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME 4 | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME 4 | 100,00% | 95,94% | Ukrainian Leasing Company | Ukraine | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 100,00% |
| Locatrice Italiana SPA | Italie | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 95,94% | | 31/12/2009 | IG | 100,00% | 81,42% | | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | United Care (Cheshire) Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Dissolution | | | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 51,00% | 43,08% | United Care Group Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Dissolution | | | |
| Manitou Finance Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 51,00% | 43,08% | Structures Ad Hoc | | | | | | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 51,00% | 51,00% | Royale Neuve I Sari | Luxembourg | | IG | | | |
| Marie Lease SARL | Luxembourg | 31/12/2010 | < seuils | | | | Vela Lease SRL | Italie | | IG | | | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 51,00% | 43,08% | Europe Méditerranée | | | | | | |
| MFF SAS ^{*)} | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 51,00% | 43,08% | 3D Güvenlik Sistemleri ve Org Tic. AS | Turquie | 31/12/2010 | Dissolution | | | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 51,00% | 51,00% | Banque de Nankin | Chine | | ME | 12,68% | 12,68% | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | | 31/12/2011 | Perte d'influence notable | | | | |
| Natioball 2 | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | Banque du Sahara LSC | Libye | 31/12/2010 | Perte de contrôle | ME | 19,00% | 19,00% |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | | 31/12/2009 | IG | 19,00% | 19,00% | | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | Banque Internationale du Commerce et de l'Industrie Burkina Faso | Burkina Faso | | IG | 51,00% | 51,00% | |
| Natiocrédibal ^{*)} | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | Banque Internationale du Commerce et de l'Industrie Côte d'Ivoire | Côte d'Ivoire | | IG | 59,79% | 59,79% | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | Banque Internationale du Commerce et de l'Industrie Gabon | Gabon | | ME | 46,67% | 46,67% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | Banque Internationale du Commerce et de l'Industrie Guinée | Guinée | | ME | 30,83% | 30,83% | |
| Natiocrédimurs ^{*)} | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | Banque Internationale du Commerce et de l'Industrie Mali | Mali | | IG | 85,00% | 85,00% | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | Banque Internationale du Commerce et de l'Industrie Sénégal | Sénégal | | IG | 54,11% | 54,11% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | Banque Malgache de l'Océan Indien | Madagascar | 31/12/2010 | Cession | IG | 75,00% | 75,00% |
| Natioénergie ^{*)} | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie Maroc | Maroc | | IG | 66,74% | 66,74% | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie Assurance | Maroc | 31/12/2010 | Franchissement de seuils | ME 1 | 100,00% | 66,74% |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | | | | | | | |
| Otis Vehicle Rentals Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | ME | 40,00% | 33,79% | | | | | | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | ME | 40,00% | 21,37% | | | | | | | |
| Paricom 2 (ex-Paricom) | France | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | | | | |
| PHH Financial services Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | | | | |
| PHH Investment Services Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | Dissolution | | | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | | | | |
| | | 31/12/2011 | Dissolution | | | | | | | | | | |
| PHH Treasury Services Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | | | | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | | | | | | | |
| Same Deutz Fahr Finance Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | | | | | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | | | | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 84,48% | | | | | | | |
| Same Deutz-Fahr Finance ^{*)} | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 84,48% | | | | | | | |
| | | 31/12/2009 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | | | | | |

(*) Filiais francesas cuja supervisão prudencial individual dos rácios de gestão é assegurada no âmbito dos rácios de gestão consolidados do Grupo em conformidade com as disposições do artigo 4.1 do regulamento 2000.03 do Comité da Regulação Bancária e Financeira.

- 1 Entidades objecto de uma consolidação simplificada por equivalência devido ao seu carácter pouco significativo.
- 2 Entidades excluídas do perímetro de consolidação prudencial.
- 3 Entidades equiparadas no perímetro de consolidação prudencial.
- 4 Em 01/01/2011 os limiares de consolidação do Grupo foram atualizados (cf. Resúme dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo § 1.b.1).

SITUAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO 2011

Notas anexas às Situações financeiras

| Denominação | País | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | Denominação | País | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | |
|--|------------|------------------------|----------------------------|------------|-------------|---|--------------|------------------------|----------------------------|------------|-------------|---------|
| Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie Crédit Conso | Maroc | 31/12/2011 | Fusion | | | Immoparibas Royale-Neuve SA | Luxembourg | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 79,74% | | | 31/12/2010 | Reconsolidation | IG | 100,00% | |
| | | | | | | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | 53,43% | |
| Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie Crédit Conso (ex-Cetelem Maroc) | Maroc | 31/12/2011 | Dilution | 99,86% | 66,65% | IMS ABS FCP | France | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | |
| | | 31/12/2010 | IG | 99,86% | 93,27% | | | 31/12/2009 | Franchissement de seuils | IG | 80,74% | |
| Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie Gestion | Maroc | | ME | 1 | 100,00% | Assurance | | | | | | |
| Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie Leasing | Maroc | | IG | 72,03% | 48,07% | 6 square Foch SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie Offshore | Maroc | | IG | 100,00% | 66,74% | | | 31/12/2010 | Reconsolidation | IG | 3 | |
| BNP Intercontinentale - BNPI* | France | | IG | 100,00% | 100,00% | 8-10 place du Commerce SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| BNPParibas Bank Polska SA (ex-Fortis Bank Polska SA) | Pologne | | IG | 99,87% | 74,84% | | | 31/12/2010 | Reconsolidation | IG | 3 | |
| BNPParibas BDDI Participations | France | | IG | 100,00% | 100,00% | 14 rue Vivienne SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| BNPParibas El Djazair | Algérie | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | Reconsolidation | IG | 3 | |
| BNPParibas Fortis Yatirimlar Holding AS | Turquie | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 74,93% | 100 rue Lauriston SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| | | 31/12/2010 | Création | IG | 100,00% | | | 31/12/2010 | Reconsolidation | IG | 3 | |
| | | | | | | 104-106 rue Cambonne SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| BNPParibas Mauritanie | Mauritanie | 31/12/2010 | Cession | | | | | 31/12/2010 | Reconsolidation | IG | 3 | |
| BNPParibas SAE | Égypte | | IG | 95,19% | 95,19% | AG Insurance-Groupe | Belgique | 31/12/2010 | ME | 25,00% | 18,73% | |
| BNPParibas Vostok LLC | Russie | | IG | 100,00% | 100,00% | Alpha Park SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| BNPParibas Yatirimlar Holding Anonim Sirketi | Turquie | 31/12/2011 | Création | IG | 100,00% | | | 31/12/2010 | IP | 3 | 50,00% | |
| Dominet Finanse SA | Pologne | 31/12/2010 | Cession | | | Antin Epargne Pension | France | 31/12/2011 | Fusion | | | |
| Dominet SA | Pologne | | IG | 100,00% | 74,93% | | | 31/12/2010 | Acquisition | IG | 3 | |
| Dominet SPV-II Sp z o.o. | Pologne | 31/12/2010 | < seuils | | | Asnieres 1 SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| Fortis Bank Anonim Sirketi | Turquie | 31/12/2011 | Fusion | | | | | 31/12/2010 | Reconsolidation | IG | 3 | |
| | | | IG | 94,11% | 70,52% | Assu-Vie SA | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| Fortis Bank Malta Ltd. | Malte | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME | 4 | | | 31/12/2010 | ME | 1 | 50,00% | |
| | | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 74,93% | Beausejour SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| Fortis Faktoring AS | Turquie | 31/12/2011 | Acquisition | ME | 1 | | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | |
| Fortis Holding Malta BV | Pays-Bas | | IG | 100,00% | 74,93% | BNL Vita SPA | Italie | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 3 | |
| Fortis Holding Malta Ltd. | Malte | | IG | 100,00% | 74,93% | | | 31/12/2010 | ME | 49,00% | 49,00% | |
| Fortis Private Investment Polska | Pologne | 31/12/2010 | < seuils | | | BNPParibas Assurance BV | Pays-Bas | 31/12/2011 | ME | 3 | 100,00% | |
| | | | IG | 100,00% | 74,93% | | | 31/12/2010 | ME | 49,00% | 49,00% | |
| | | | IG | 100,00% | 74,93% | BNPParibas Assurance TCB Life Insurance Company Ltd | Taiwan | 31/12/2010 | Franchissement de seuils | ME | 49,00% | 49,00% |
| Fortis Portföy Yonetimi AS | Turquie | 31/12/2011 | Fusion | | | BNPParibas Cardiff (ex-BNP Paribas Assurance) | France | | IG | 3 | 100,00% | |
| | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME | 4 | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | BNPParibas Cardiff Emeklilik Anonim Sirketi (ex-Fortis Emeklilik ve Hayat A.S.) | Turquie | 31/12/2010 | Acquisition | IG | 100,00% | |
| Fortis Yatirim Menkul Değerler AS | Turquie | 31/12/2011 | Fusion | | | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| | | 31/12/2010 | ME | 1 | 100,00% | BNPParibas Pierre 2 SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | IG | 3 | |
| | | 31/12/2011 | ME | 1 | 49,68% | | | 31/12/2010 | Reconsolidation | IG | 3 | |
| IC AXA Insurance | Ukraine | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | ME | 1 | Bobigny Jean Rostand SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| | | 31/12/2009 | ME | 1 | 49,68% | | | 31/12/2010 | Création | IG | 3 | |
| | | 31/12/2011 | ME | 1 | 50,00% | Boulevard Malesherbes SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| IC AXA Ukraine | Ukraine | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | ME | 1 | | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 | ME | 1 | 50,00% | Boulogne Centre SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| K-Kollect LLC | Ukraine | 31/12/2011 | Création | IG | 100,00% | | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | |
| Orient Commercial Bank | Vietnam | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | ME | 20,00% | Capital France Hôtel SCA | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| | | 31/12/2010 | ME | 15,00% | 15,00% | | | 31/12/2010 | IP | 3 | 61,04% | |
| | | 31/12/2011 | IP | 50,00% | 37,47% | Cardif Assicurazioni SPA | Italie | | IG | 3 | 100,00% | |
| TEB Holding AS (ex-TEB Mali Yatirimlar AS) (Groupe) | Turquie | 31/12/2010 | Cession partielle | IP | 50,00% | Cardif Assurances Risques Divers | France | | IG | 3 | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 | IP | 50,00% | 50,00% | Cardif Assurance Vie | France | | IG | 3 | 100,00% | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | Cardif Biztosito Magyarorszag Zrt | Hongrie | | ME | 1 | 100,00% | |
| Uksib Asset Management | Ukraine | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | ME | 1 | Cardif Colombia Seguros Generales | Colombie | | ME | 1 | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 | ME | 1 | 99,94% | Cardif del Peru Sa Compania de Seguros | Pérou | | ME | 1 | 100,00% | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | Cardif do Brasil Vida e Previdencia SA | Brésil | | IG | 3 | 100,00% | |
| Uksib Asset Management PI Fund | Ukraine | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | ME | 1 | | | 31/12/2011 | IG | 3 | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 | ME | 1 | 99,94% | Cardif do Brasil Seguros e Garantias | Brésil | 31/12/2010 | Franchissement de seuils | IG | 3 | |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | ME | 1 | 100,00% | |
| UkrSibbank | Ukraine | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 99,99% | Cardif Forsakring AB | Suède | | ME | 1 | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 | IG | 81,42% | 81,42% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME | 4 | |
| Union Bancaire pour le Commerce et l'Industrie | Tunisie | | IG | 50,00% | 50,00% | Cardif Hayat Sigorta Anonim Sirketi | Turquie | 31/12/2010 | Franchissement de seuils | IG | 100,00% | |
| Union Bancaire pour le Commerce et l'Industrie Leasing | Tunisie | 31/12/2010 | Fusion | | | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | IG | 3 | |
| | | | IG | 50,00% | 50,00% | Cardif Holdings Inc. | États-Unis | | IG | 3 | 100,00% | |
| Investment Solutions | | | | | | | | | | | | |
| BGL BNP Paribas (ex-BGL) | Luxembourg | | IG | 65,96% | 53,43% | Cardif Insurance Company | Russie | | ME | 1 | 100,00% | |
| BNP Paribas Luxembourg SA | Luxembourg | 31/12/2010 | Fusion | | | Cardif I-Services (ex-Cardif Retraite Assurance Vie) | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME | 4 | |
| BNP Paribas Suisse SA | Suisse | | IG | 99,99% | 99,99% | | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | |
| CofhyLux SA | Luxembourg | | IG | 100,00% | 53,43% | Cardif Leven | Belgique | | IG | 3 | 100,00% | |
| | | | IG | 100,00% | 100,00% | Cardif Levensverzekeringen NV | Pays-Bas | | IG | 3 | 100,00% | |
| | | | IG | 100,00% | 100,00% | Cardif Life Insurance Company | États-Unis | 31/12/2011 | Cession | | | |
| | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | |
| | | | IG | 85,00% | 85,00% | Cardif Life Insurance Co. Ltd. | Corée du sud | | IG | 3 | 66,67% | |
| | | | IG | 66,67% | 51,14% | Cardif Lux Vie (ex-Cardif Lux International) | Luxembourg | 31/12/2011 | Dilution | IG | 3 | 100,00% |
| | | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | |

| Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse |
|---|--------------------|------------------------|----------------------------|------------|-------------|-------------|------|------------------------|--------|------------|-------------|
| Cardif Mexico Seguros de Vida SA de CV | Mexique | | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Cardif Mexico Seguros Generales SA de CV | Mexique | | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Cardif Nordic AB | Suède | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Cardif Pinnacle Insurance Holdings PLC | Royaume-Uni | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Cardif Pinnacle Insurance Management Services PLC | Royaume-Uni | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Cardif Polska Towarzystwo Ubezpieczen na Zycie SA | Pologne | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Cardif Schadeverzekerings NV | Pays-Bas | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Cardif Seguros SA | Argentine | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Cardivida Correduria de Seguros SRL | Espagne | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Carma Grand Horizon SARL | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| CB (UK) Ltd. (Fonds C) | Royaume-Uni | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| CentroVita Assicurazioni SPA | Italie | 31/12/2010 | Cession | | | | | | | | |
| CJS Insurance Company Cardif | Ukraine | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Compania de Seguros Generales Cardif SA | Chili | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Compania de Seguros de Vida Cardif SA | Chili | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Corosa SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Darnell Ltd. | Irlande | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Direct Life & Pensions Services Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Étoile SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| European Reinsurance Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| F & B Insurance Holdings SA (Groupe) | Belgique | | ME | | 50,00% | 50,00% | | | | | |
| Financial Telemarketing Services Ltd. | Royaume-Uni | | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Fonds d'Investissements Immobiliers pour le Commerce et la Distribution - Fonds | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IP | 3 | 25,00% | 25,00% | | | | | |
| Fortis Epargne Retraite | France | 31/12/2010 | Fusion | | | | | | | | |
| | | 31/12/2011 | Fusion | | | | | | | | |
| Fortis Luxembourg - Vie SA | Luxembourg | 31/12/2010 | ME | | 50,00% | 26,71% | | | | | |
| GIE BNPParibas Cardif (ex-GIE BNPParibas Assurance) | France | | IG | 3 | 100,00% | 99,00% | | | | | |
| Global Euro | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 98,75% | 98,75% | | | | | |
| Hibemia (France) | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IP | 3 | 61,04% | 60,14% | | | | | |
| Immeuble Demours SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| | | 31/12/2011 | ME | 4 | 50,00% | 50,00% | | | | | |
| Luizaseg | Brésil | 31/12/2010 | Franchissement de seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2009 | ME | 1 | 50,00% | 50,00% | | | | | |
| Maine 49 SCI (ex-SCI Courbevoie) | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Maine 50 SCI (ex-SCI Boulogne Nungesser) | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Malsherbes Courcelles CIMACO SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Moussorski SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Natio Assurance | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | ME | 4 | 50,00% | 50,00% | | | | | |
| Natio Fonds Athènes Investissement 5 | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Natio Fonds Collines Investissement 1 | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Natio Fonds Collines Investissement 3 | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| NCVP Participacoes Societarias SA | Brésil | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Odyssée SCI | France | | IG | 3 | 99,90% | 99,90% | | | | | |
| Opera Rendement SCPI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 99,89% | 99,89% | | | | | |
| Pantin les Moulins SCI | France | 31/12/2010 | Franchissement de seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2011 | IG | 3 | 99,90% | 99,90% | | | | | |
| Paris Cours de Vincennes SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Patrimoine Management & Associés | France | 31/12/2010 | Cession | | | | | | | | |
| Pinnacle Insurance PLC | Royaume-Uni | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Pinnacle Underwriting Limited | Royaume-Uni | 31/12/2011 | Franchissement de seuils | | | | | | | | |
| Pocztylon Arka Powszechna Towarzystwo Emerytalne SA | Pologne | | ME | | 33,33% | 33,33% | | | | | |
| Pojistovna Cardif Pro Vita A.S. | République tchèque | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Pojistovna Cardif Slovakia A.S. | Slovaquie | | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 99,90% | 99,90% | | | | | |
| Reumal Investissements SARL | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Rubin SARL | Luxembourg | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2011 | IP | 3 | 50,00% | 50,00% | | | | | |
| Rue de l'Ouest SCI (ex-SCI Levallois 2) | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Rue Médéric SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Rueil Caudron SCI | France | | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| State Bank of India Life Insurance Company | Inde | | ME | | 26,00% | 26,00% | | | | | |
| Suresnes 3 SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Thai Cardif Insurance Life Company Ltd. | Thaïlande | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | ME | | 25,00% | 25,00% | | | | | |
| Valtires | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Vendome Athènes SCI | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IP | 3 | 50,00% | 50,00% | | | | | |
| Warranty Direct Ltd | Royaume-Uni | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | ME | 1 | 88,33% | 90,29% | | | | | |
| Wealth Management | | | | | | | | | | | |
| | | 31/12/2011 | IG | | 63,02% | 63,02% | | | | | |
| Bank Insinger de Beaufort NV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | | | | | | | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | | | | | | | | |
| | | 31/12/2011 | IG | | 59,08% | 59,08% | | | | | |
| Bank Insinger de Beaufort Safe Custody NV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | | | | | | | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | | | | | | | | |
| | | 31/12/2011 | IG | | 100,00% | 63,02% | | | | | |
| Bergues Finance Holding | Bahamas | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | | 100,00% | 99,99% | | | | | |
| BNPParibas Bahamas Ltd. | Bahamas | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | | 100,00% | 99,99% | | | | | |
| BNPParibas Espana SA | Espagne | | IG | | 99,62% | 99,62% | | | | | |
| BNPParibas Investment Services LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| | | 31/12/2011 | Cession | | | | | | | | |
| BNPParibas Private Investment Management Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | | | | | | | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | | | | | | | | |
| | | 31/12/2011 | IG | | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| BNPParibas Wealth Management™ | France | | IG | | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| BNPParibas Wealth Management Monaco™ | Monaco | | IG | | 100,00% | 99,99% | | | | | |
| Conseil Investissement | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | ME | 4 | 100,00% | 100,00% | | | | | |
| Continuing Care Retirement Community NV | Belgique | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | | 99,96% | 74,90% | | | | | |
| Fortis Private Real Estate Holding | Luxembourg | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | | 100,00% | 74,93% | | | | | |
| Fortis Wealth Management Hong Kong Ltd. | Hong Kong | 31/12/2011 | Cession | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | IG | | 100,00% | 74,93% | | | | | |
| Fortis Wealth Management Taiwan Co. Ltd. | Taiwan | 31/12/2010 | < seuils | | | | | | | | |

(*) Filiales françaises cuja supervisão prudencial individual dos rácios de gestão é assegurada no âmbito dos rácios de gestão consolidados do Grupo em conformidade com as disposições do artigo 4.1 do regulamento 2000.03 do Comité da Regulação Bancária e Financeira.

- Entidades objecto de uma consolidação simplificada por equivalência devido ao seu carácter pouco significativo.
- Entidades excluídas do perímetro de consolidação prudencial.
- Entidades equiparadas no perímetro de consolidação prudencial.
- Em 01/01/2011 os limiares de consolidação do Grupo foram atualizados (cf. Resume dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo § 1.b.1).

SITUAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO 2011

Notas anexas às Situações financeiras

| Denominação | País | Movimento de perímetro | Método | % controlo | % interesse | Denominação | País | Movimento de perímetro | Método | % controlo | % interesse | | |
|---|-------------|--------------------------|----------------------------|------------|-------------|-------------|--|------------------------|----------------------------|----------------------------|-------------|---------|---------|
| FPRE Management (Belgium) SA | Belgique | 31/12/2011 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | 100,00% | 74,93% | Alfred Berg Funds | Finlande | 31/12/2011 31/12/2010 | IG | 100,00% | 90,55% | |
| FPRE Second Résidences SA | Belgique | 31/12/2010 | Fusion | | | | | | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | |
| FPRE Second Résidences SCA | Belgique | 31/12/2010 | Fusion | | | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | |
| Frynaco | Belgique | 31/12/2011 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | 100,00% | 74,93% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | |
| Fundamentum Asset Management (FAM) | Luxembourg | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 53,43% | Alfred Berg Kapitalforvaltning AB | Suède | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% |
| Insinger de Beaufort Asset Management AG | Suisse | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 31,51% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 29,54% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 63,02% | Alfred Berg Kapitalforvaltning AS | Norvège | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% |
| Insinger de Beaufort Asset Management NV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 63,02% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 59,08% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 63,02% | Alfred Berg Kapitalforvaltning Finland AB | Finlande | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% |
| Insinger de Beaufort Associates BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 63,02% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 59,08% | | | 31/12/2011 | ME 1 | 40,00% | 36,22% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 63,02% | Antin Infrastructure Partners | France | 31/12/2010 | Cession partielle | ME 1 | 40,00% | 36,22% |
| Insinger de Beaufort Consulting BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 63,02% | | | 31/12/2009 | ME 1 | 56,50% | 56,50% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 59,08% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 63,02% | Aramea Asset Management AG | Allemagne | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | ME | 30,00% | 27,16% |
| Klein Haneveld Consulting BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 63,02% | | | 31/12/2009 | Acquisition | ME | 30,00% | 21,36% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 59,08% | | | 31/12/2011 | ME | 40,00% | 36,22% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 63,02% | Arnhem Investment Management Pty Ltd. (ex-Fortis Investment Partners Pty Ltd.) | Australie | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | ME | 40,00% | 36,22% |
| Mees Pierson Private Belgian Offices NV | Belgique | 31/12/2011 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | 100,00% | 74,93% | | | 31/12/2009 | Acquisition | ME | 40,00% | 28,48% |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 50,00% | Artemis Asset Management Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession | | | |
| | | 31/12/2010 | | IG | 50,00% | 31,51% | Artemis Fund Managers Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession | | | |
| Sodeji Holding AG | Suisse | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 50,00% | 31,51% | Artemis Investment Management Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession | | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 50,00% | 29,54% | Artemis Ocean Racing Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession | | | |
| | | | | IG | 50,00% | 29,54% | Artemis Ocean Racing 2 Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession | | | |
| Personal Investors | | | | | | | Artemis Strategic Asset Management Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession | | | |
| B*Capital [®] | France | | | IG | 99,96% | 99,94% | Artemis Unit Trust Managers Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession | | | |
| Cortal Consors [™] | France | | | IG | 100,00% | 99,98% | Athymis Gestion SA | France | 31/12/2010 | < seuils | | | |
| Cortal Consors Select | France | 31/12/2011 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | 85,00% | 85,00% | | | 31/12/2011 | ME 1 | 49,99% | 45,26% | |
| Geojit BNPParibas Financial Services Ltd - Groupe | Inde | | | IP | 33,58% | 33,58% | Banco Estado Administradora General de Fondos | Chili | 31/12/2010 | Cession partielle | ME 1 | 49,99% | 45,26% |
| Geojit Technologies Private Ltd. (ex-pallier Geojit) | Inde | | | IG | 56,83% | 56,83% | | | 31/12/2009 | Franchissement de seuils | ME 1 | 49,99% | 49,99% |
| Portzamparc Gestion | France | | | IG | 100,00% | 50,97% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | |
| Portzamparc société de Bourse [™] | France | | | IG | 51,00% | 50,97% | BNPParibas Asset Management | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 90,55% |
| | | | | IG | 51,00% | 50,97% | | | 31/12/2009 | IG | 100,00% | 100,00% | |
| Investment Partners | | | | | | | BNPParibas Asset Management Australia Ltd. | Australie | 31/12/2010 | < seuils | | | |
| ABN AMRO Asset Management Investments (Asia) Ltd. | Îles Cayman | 31/12/2010 | Dissolution | | | | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 97,57% | |
| ABN AMRO Asset Management Real Estate (Asia) | Îles Cayman | 31/12/2010 | < seuils | | | | BNPParibas Asset Management Brasil Ltda | Brésil | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 97,57% |
| ABN AMRO Asset Management Real Estate, Korea (Cayman) | Îles Cayman | 31/12/2010 | < seuils | | | | | | 31/12/2009 | IG | 100,00% | 100,00% | |
| ABN AMRO Emerging Europe Private Equity (Curacao) | Curacao | 31/12/2010 | < seuils | | | | BNPParibas Asset Management Inc. | États-Unis | 31/12/2010 | Fusion | IG | 100,00% | 100,00% |
| ABN Amro Teda Fund Management Co. Ltd. | Chine | 31/12/2010 | Cession | | | | | | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 90,55% | BNPParibas Asset Management Inc. (ex-Fortis Investment Management USA Inc.) | États-Unis | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% |
| Alfred Berg Administration A/S | Danemark | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | | | 31/12/2011 | ME 1 | 100,00% | 90,55% | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 90,55% | BNPParibas Asset Management India Private Ltd | Inde | 31/12/2010 | < seuils | ME 1 | 100,00% | 90,55% |
| Alfred Berg Asset Management AB | Suède | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | BNPParibas Asset Management SGHC | Espagne | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | ME 1 | 100,00% | 99,59% | |
| Alfred Berg Asset Management Services | Suède | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2010 | ME 1 | 100,00% | 90,55% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | BNPParibas Asset Management Uruguay SA | Uruguay | 31/12/2010 | Cession partielle | ME 1 | 100,00% | 90,55% |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2009 | ME 1 | 100,00% | 100,00% | |
| Alfred Berg Fonder AB | Suède | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | ME 4 | 100,00% | 90,55% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | BNPParibas Clean Energy Partners Ltd | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% |
| Alfred Berg Fondsmæglersekskab A/S | Danemark | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | | | 31/12/2010 | Cession partielle | ME 1 | 100,00% | 100,00% |
| | | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 90,55% | BNPParibas Investment Partners | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 90,55% |
| Alfred Berg Forvaltning AS | Norvège | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2009 | IG | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | |
| | | | | IG | 100,00% | 90,55% | BNPParibas Investment Partners Asia Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% |
| | | | | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% |
| | | | | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | |
| | | | | IG | 100,00% | 90,55% | BNPParibas Investment Partners (Australia) Ltd. | Australie | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% |
| | | | | IG | 100,00% | 71,19% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% |

| Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controlo | % interesse | Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controlo | % interesse | | |
|---|-------------|------------------------|----------------------------|------------|-------------|-------------|--|------------------------|----------------------------|---------------------------------------|-------------|---------|---------|
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,54% | |
| BNP Paribas Investment Partners (Australia) Pty Ltd | Australie | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | Fauchier General Partners Ltd | Guernesey | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 79,22% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | | | 31/12/2009 | Acquisition complémentaire | IP | 47,61% | 75,00% |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,54% | |
| BNP Paribas Investment Partners BE Holding | Belgique | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | Fauchier Partners Asset Management Ltd | Guernesey | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 79,22% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | | | 31/12/2009 | Acquisition complémentaire | IP | 47,61% | 75,00% |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,54% | |
| BNP Paribas Investment Partners Belgium | Belgique | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | Fauchier Partners Corporation | États-Unis | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 79,22% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | | | 31/12/2009 | Acquisition complémentaire | IP | 47,61% | 75,00% |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,54% | |
| BNP Paribas Investment Partners BSC | Bahrein | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,54% | |
| | | 31/12/2009 | Cession partielle | ME 1 | 100,00% | 90,59% | | | 31/12/2009 | Acquisition complémentaire | IP | 47,61% | 75,00% |
| | | 31/12/2011 | Franchissement de seuils | ME 1 | 99,58% | 99,58% | | | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,54% |
| BNP Paribas Investment Partners Canada Ltd | Canada | 31/12/2010 | < seuils | | | | Fauchier Partners International Ltd | Bermudes | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 79,22% |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2009 | Acquisition complémentaire | IP | 47,61% | 75,00% | |
| BNP Paribas Investment Partners Funds (Nederland) NV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,54% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | Fauchier Partners Ltd | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 79,22% |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2009 | Acquisition complémentaire | IP | 47,61% | 75,00% | |
| BNP Paribas Investment Partners Japan Ltd | Japon | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 83,39% | 75,15% |
| | | 31/12/2009 | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 83,39% | 66,06% | |
| BNP Paribas Investment Partners Luxembourg SA | Luxembourg | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 99,66% | 90,24% | Fauchier Partners LLP | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 83,39% | 66,06% |
| | | 31/12/2009 | IG | 99,66% | 99,66% | | | 31/12/2009 | Acquisition complémentaire | IP | 39,70% | 62,54% | |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,54% | |
| BNP Paribas Investment Partners Netherlands NV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | Fauchier Partners Management Company Ltd | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 79,22% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | | | 31/12/2009 | Acquisition complémentaire | IP | 47,61% | 75,00% |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 99,99% | 90,54% | |
| BNP Paribas Investment Partners NL Holding NV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | Fauchier Partners Management Ltd | Guernesey | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 87,49% | 79,22% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | | | 31/12/2009 | Acquisition complémentaire | IP | 47,61% | 75,00% |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | Création | IG | 100,00% | 90,54% | |
| BNP Paribas Investment Partners (Suisse) SA | Suisse | 31/12/2010 | < seuils | | | | Fimapiere | France | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% |
| | | 31/12/2011 | ME 1 | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | |
| BNP Paribas Investment Partners Singapore Ltd | Singapour | 31/12/2010 | Cession partielle | ME 1 | 100,00% | 90,55% | Fischer Francis Trees & Watts Inc. | États-Unis | 31/12/2010 | Dissolution | | | |
| | | 31/12/2009 | ME 1 | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2011 | Liquidation | IG | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 98,42% | | | 31/12/2010 | Fusion | ME 1 | 100,00% | 90,55% | |
| BNP Paribas Investment Partners Societa di Gestione del Risparmio SPA | Italie | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 98,42% | Fischer Francis Trees & Watts Pte Ltd | Singapour | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire & < seuils | ME 1 | 100,00% | 90,55% |
| | | 31/12/2009 | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | |
| BNP Paribas Investment Partners Taiwan Co. Ltd. | Taiwan | 31/12/2010 | < seuils | | | | | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | ME 1 | 100,00% | 90,55% | |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2010 | Liquidation | IG | 100,00% | 100,00% | |
| BNP Paribas Investment Partners UK Holdings Ltd | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | Fischer Francis Trees & Watts UK Ltd | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Liquidation | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | | | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | |
| BNP Paribas Investment Partners UK Ltd | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% |
| | | 31/12/2009 | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2011 | Dissolution | | | | |
| BNP Paribas Investment Partners USA Holdings Inc. (ex-Charter Atlantic Corporation) | États-Unis | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | | Flexfund Associates | Luxembourg | 31/12/2010 | Dissolution | | | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | Fortis Asset Management Japan CO Ltd. | Japon | 31/12/2010 | Fusion | | | |
| BNP Paribas Investment Trust Company (ex-ABN Amro Investment Trust Company) | États-Unis | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% | Fortis Bank Suisse SA | Suisse | 31/12/2010 | Fusion | | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | Fortis Gesbeta SGIIC | Espagne | 31/12/2010 | Fusion | | | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME 4 | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| BNP Paribas Private Equity | France | 31/12/2010 | Franchissement de seuils | IG | 100,00% | 100,00% | Fortis Gestao de Investimentos Brasil Limitada | Brésil | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% |
| | | 31/12/2009 | ME 1 | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 | < seuils | | | | |
| CamGestion | France | 31/12/2010 | Cession partielle | IG | 100,00% | 90,55% | Fortis Investment Finance | France | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 90,55% |
| | | 31/12/2009 | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 71,19% | |
| Charter Atlantic Capital corporation | États-Unis | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | | | | | | | | |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 100,00% | | | | | | | | |
| EISER Infrastructure Capital Management Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Cession | | | | | | | | | | |

(*) Filiais francesas cuja supervisão prudencial individual dos rácios de gestão é assegurada no âmbito dos rácios de gestão consolidados do Grupo em conformidade com as disposições do artigo 4.1 do regulamento 2000.03 do Comité da Regulação Bancária e Financeira.

1 Entidades objecto de uma consolidação simplificada por equivalência devido ao seu carácter pouco significativo.

2 Entidades excluídas do perímetro de consolidação prudencial.

3 Entidades equiparadas no perímetro de consolidação prudencial.

4 Em 01/01/2011 os limiares de consolidação do Grupo foram atualizados (cf. Resume dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo § 1.b.1).

SITUAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO 2011

Notas anexas às Situações financeiras

| Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | |
|---|----------------|------------------------------------|--------|------------|-------------|--|---|------------------------------------|------------------------------------|------------|-------------|---------|
| Fortis Investment Management (Cayman) Ltd. | Illes Cayman | 31/12/2010 Liquidation | | | | PT. BNPParibas Investment Partners | Indonésia | 31/12/2010 Acquisição complementar | IG | 99,00% | 89,64% | |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | | | 31/12/2009 Acquisição complementar | IG | 99,00% | 89,64% | |
| Fortis Investment Management Chile SA | Chili | 31/12/2010 Acquisição complementar | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | |
| | | 31/12/2009 Acquisição | IG | 100,00% | 71,19% | SAIB BNPParibas Asset Management Cy Ltd. | Arábia Saudita | 31/12/2010 Cessão parcial | ME | 25,00% | 22,64% | |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | | | 31/12/2009 Franchisement de seuils | ME | 25,00% | 25,00% | |
| Fortis Investment Management Argentina Soc. Gerente de FCI SA | Argentina | 31/12/2010 Acquisição complementar | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | |
| | | 31/12/2009 Acquisição | IG | 100,00% | 71,19% | Shenyang & Wanguo BNPParibas Asset Management Company Ltd. | China | 31/12/2010 Cessão parcial | ME | 33,00% | 29,88% | |
| Fortis Investment Management France | France | 31/12/2010 Fusion | | | | | | 31/12/2009 Cessão parcial | ME | 33,00% | 33,00% | |
| Fortis Investment Management Hong Kong Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 Liquidation | | | | | | 31/12/2011 IP | IP | 35,00% | 31,69% | |
| Fortis Investment Management Luxembourg SA | Luxemburgo | 31/12/2010 Fusion | | | | Shinan BNPParibas Asset Management Co. Ltd. | Coreia do Sul | 31/12/2010 Cessão parcial | IP | 35,00% | 31,69% | |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | | | 31/12/2009 IP | IP | 35,00% | 35,00% | |
| Fund Channel SA | Luxemburgo | 31/12/2010 Franchisement de seuils | ME | 1 | 49,96% | 45,24% | Sundaram BNPParibas Asset Management Company Ltd. | Índia | 31/12/2010 Cessão | | | |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | |
| FundQuest | France | 31/12/2010 Cessão parcial | IG | 100,00% | 90,55% | TFunds Mutual Fund Management Company SA | Grécia | 31/12/2010 Acquisição complementar | ME | 45,00% | 40,75% | |
| | | 31/12/2009 Acquisição | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2009 Acquisição | ME | 45,00% | 32,03% | |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | THEAM (ex-Harewood Asset Management) | France | 31/12/2011 Cessão parcial | IG | 100,00% | 90,55% | |
| FundQuest Holdings Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 Cessão parcial | ME | 1 | 100,00% | 90,55% | | 31/12/2010 Acquisição | IG | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 Franchisement de seuils | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | TKB BNPParibas Investment Partners Holding BV | Pais-Bas | 31/12/2010 Acquisição complementar | ME | 50,00% | 45,27% |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | | | 31/12/2009 Acquisição | ME | 50,00% | 35,60% | |
| FundQuest Inc. | Estados Unidos | 31/12/2010 Cessão | | | | | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | TKB BNPParibas Investment Partners LLC | Rússia | 31/12/2010 Acquisição complementar | ME | 50,00% | 45,27% | |
| FundQuest MM Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 Cessão parcial | ME | 1 | 100,00% | 90,55% | | 31/12/2009 Acquisição | ME | 50,00% | 35,60% | |
| | | 31/12/2009 Franchisement de seuils | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | |
| | | 31/12/2011 Franchisement de seuils | IG | 100,00% | 90,55% | Versiko AG | Alemanha | 31/12/2010 Acquisição complementar | ME | 25,00% | 22,64% | |
| FundQuest UK Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 Cessão parcial | ME | 1 | 100,00% | 90,55% | | 31/12/2009 Acquisição | ME | 25,00% | 17,87% | |
| | | 31/12/2009 Franchisement de seuils | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | BNPParibas Fin' AMS™ | France | | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | BNPParibas Financial Services LLC | Estados Unidos | 31/12/2011 Franchisement de seuils | ME | 100,00% | 100,00% | |
| Gestion Obligataire Diversifiée | France | 31/12/2010 Cessão parcial | IG | 100,00% | 93,26% | BNPParibas Fund Services Australasia Ltd. | Austrália | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 Franchisement de seuils | IG | 100,00% | 100,00% | BNPParibas Fund Services Dublin Ltd. | Irlanda | 31/12/2011 Nouveaux seuils | ME | 4 | 100,00% | 100,00% |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | | | 31/12/2010 IG | 100,00% | 100,00% | | |
| Groelvermogen NV | Pais-Bas | 31/12/2010 Acquisição complementar | IG | 100,00% | 90,55% | Securities Services | | | | | | |
| | | 31/12/2009 Acquisição | IG | 100,00% | 71,19% | BNPParibas Fund Services France | France | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | BNPParibas Fund Services Securities Pty | Austrália | 31/12/2011 Franchisement de seuils | IG | 100,00% | 100,00% | |
| Haitong - Fortis Private Equity Fund Management Co. Ltd. | China | 31/12/2010 Acquisição complementar | ME | 33,00% | 29,88% | BNPParibas Securities Services - BP2S™ | France | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 Acquisição | ME | 33,00% | 23,49% | | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | BNPParibas Securities Services Fund Administration Ltd. | Jersey | 31/12/2010 Franchisement de seuils | ME | 1 | 100,00% | 100,00% |
| HFT Investment Management Co. Ltd - Groupe | China | 31/12/2010 Acquisição complementar | ME | 49,00% | 44,37% | BNPParibas Securities Services (Holdings) Ltd. | Jersey | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 Acquisição | ME | 49,00% | 34,88% | BNPParibas Trust Company (Guernsey) Ltd. | Guernsey | | ME | 1 | 100,00% | 100,00% |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | FAM Fund Advisory | Luxemburgo | 31/12/2010 Dissolução | | | | |
| HFT Investment Management (HK) Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 Cessão parcial | ME | 27,88% | 25,24% | Fastnet Nederland | Pais-Bas | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | |
| | | 31/12/2009 Acquisição | ME | 27,88% | 25,24% | | | 31/12/2010 Nouveaux seuils | 4 | | | |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | Fund Administration Services & Technology Network Belgium | Belgíca | 31/12/2010 Nouveaux seuils | ME | 4 | 47,80% | 25,54% |
| Impax Asset Management Group PLC | Royaume-Uni | 31/12/2010 Cessão parcial | ME | 27,88% | 27,88% | Fund Administration Services & Technology Network Luxembourg | Luxemburgo | 31/12/2010 Cessão | | | | |
| | | 31/12/2009 Acquisição | ME | 27,88% | 27,88% | Services Immobiliers | | | | | | |
| Industrifinans Forskningsparken Eiendom AS | Noruega | 31/12/2010 Liquidation | | | | Asset Partenaires | France | | IG | 100,00% | 96,77% | |
| | | 31/12/2009 Acquisição complementar | IG | 100,00% | 90,55% | Auguste Thouard Expertise | France | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | BNPParibas Immobilier Promotion Immobilier d'Entreprise | France | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| KIT Fortis Investment Management | Kazakhstan | 31/12/2010 Acquisição complementar | ME | 50,00% | 45,27% | BNPParibas Immobilier Résidentiel | France | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2009 Acquisição | ME | 50,00% | 35,60% | BNPParibas Immobilier Résidentiel Promotion Île-de-France | France | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| Malbec Partners Inc. | Estados Unidos | 31/12/2010 Nouveaux seuils | 4 | | | BNPParibas Immobilier Résidentiel Promotion Méditerranée | France | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| Malbec Partners LLP | Royaume-Uni | 31/12/2010 Dissolução | | | | BNPParibas Immobilier Résidentiel Promotion Rhône Alpes | France | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| Malbec UK Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 Dissolução | | | | BNPParibas Immobilier Résidentiel Promotion Sud Ouest | France | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | BNPParibas Immobilier Résidentiel Promotion Var | France | 31/12/2011 Fusion | | | | |
| Merconter SA | Argentina | 31/12/2010 Acquisição complementar | IG | 100,00% | 90,55% | | | 31/12/2010 IG | 100,00% | 100,00% | | |
| | | 31/12/2009 Acquisição | IG | 100,00% | 71,19% | | | | | | | |
| Ostara Partners Inc. | Illes Cayman | 31/12/2010 < seuils | | | | | | | | | | |
| Ostara Partners Inc. Korea | Illes Cayman | 31/12/2010 < seuils | | | | | | | | | | |
| | | 31/12/2011 < seuils | | | | | | | | | | |
| Overlay Asset Management | France | 31/12/2010 Cessão parcial | ME | 1 | 100,00% | 90,55% | | | | | | |
| | | 31/12/2009 Acquisição | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | | | | | | |
| | | 31/12/2011 Nouveaux seuils | 4 | | | | | | | | | |
| PT ABN AMRO Managemen Investasi | Indonésia | 31/12/2010 < seuils | ME | 1 | 84,99% | 76,96% | | | | | | |
| | | 31/12/2009 Acquisição | IG | 84,99% | 80,50% | | | | | | | |

| Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controlo | % interesse | Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controlo | % interesse | | |
|--|---------------------|------------------------|-------------|------------|-------------|--|--|------------------------|----------------------------|----------------------------|-------------|---------|---------|
| BNP Paribas Immobilier Résidentiel Résidences Services | France | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Investment Management Spain | Espagne | 31/12/2011 | Création | IG | 100,00% | 100,00% | |
| BNP Paribas Immobilier Résidentiel Résidences Services BSA | France | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Investment Management UK Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| BNP Paribas Immobilier Résidentiel Résidences Services Sofiane | France | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Investment Services SAS | France | | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| BNP Paribas Immobilier Résidentiel Service Clients | France | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Jersey Ltd. | Jersey | | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| BNP Paribas Immobilier Résidentiel Transaction & Conseil | France | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Project Solutions GmbH | Allemagne | 31/12/2011 | Fusion | IG | 100,00% | 100,00% | |
| BNP Paribas Immobilier Résidentiel V2i | France | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Property Développement Italy SPA | Italie | | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| BNP Paribas Real Estate Advisory Belgium SA | Belgique | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Property Développement UK Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | Création | IG | 100,00% | 100,00% | |
| BNP Paribas Real Estate Advisory Italy SPA | Italie | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Property Management Belgium | Belgique | | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| BNP PB Real Estate Advisory & Property Management Czech Republic Ltd | République tchèque | 31/12/2011 | Acquisition | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Property Management France SAS | France | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP PB Real Estate Advisory & Property Management Hungary Ltd | Hongrie | 31/12/2011 | Acquisition | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Property Management GmbH | Allemagne | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP PB Real Estate Advisory & Property Management Ireland Ltd. | Irlande | | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Property Management International | France | 31/12/2011 | Fusion | | | |
| BNP Paribas Real Estate Advisory & Property Management International | France | 31/12/2010 | Fusion | | | | BNP Paribas Real Estate Property Management Italy Srl | Italie | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP Paribas Real Estate Advisory & Property Management LLC | Émirats Arabes Unis | | | IG | 49,00% | 49,00% | BNP Paribas Real Estate Property Management Spain SA | Espagne | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP Paribas Real Estate Advisory & Property Management Luxembourg SA | Luxembourg | | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Services Holding Italy | Italie | 31/12/2011 | Création | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP Paribas Real Estate Advisory & Property Management Poland SA | Pologne | 31/12/2011 | Acquisition | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Transaction France | France | | | IG | 96,40% | 95,99% |
| BNP Paribas Real Estate Advisory & Property Management UK Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Real Estate Valuation France | France | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP Paribas Real Estate Advisory Spain SA | Espagne | | | IG | 100,00% | 100,00% | Cistolienne de Participations SAS | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| BNP Paribas Real Estate Advisory USA Inc. | États-Unis | 31/12/2010 | < seuils | | | | | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| BNP Paribas Real Estate Consult France | France | | | IG | 100,00% | 100,00% | F G Ingénierie et Promotion Immobilière | France | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP Paribas Real Estate Consult GmbH | Allemagne | | | IG | 100,00% | 100,00% | European Direct Property Management SA (ex-Fortis Direct Real Estate Management) | Luxembourg | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP Paribas Real Estate Facilities Management Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | 100,00% | 100,00% | | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 100,00% | |
| BNP Paribas Real Estate Financial Partner | France | | | IG | 100,00% | 100,00% | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 74,93% | |
| BNP Paribas Real Estate GmbH | Allemagne | | | IG | 100,00% | 100,00% | Gerer SA | France | 31/12/2010 | Cession | | | |
| BNP Paribas Real Estate Holding Benelux SA | Belgique | | | IG | 100,00% | 100,00% | Immobilier des Bergues | France | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP Paribas Real Estate Holding GmbH | Allemagne | | | IG | 100,00% | 100,00% | Euro Fashion Center SA | Belgique | 31/12/2010 | < seuils | | | |
| BNP Paribas Real Estate Hotels France | France | | | IG | 96,40% | 95,99% | Fortis/KFH Scof Advisor Ltd. | Îles Vierges | 31/12/2010 | < seuils | | | |
| BNP Paribas Real Estate & Infrastructure Advisory Service Private Ltd. | Inde | | | IG | 55,00% | 55,00% | Lot 2 Porte d'Asnières SNC | France | 31/12/2010 | < seuils | | | |
| BNP Paribas Real Estate Investment Management | France | | | IG | 96,77% | 96,77% | Meunier Hispania SA | Espagne | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP Paribas Real Estate Investment Management Belgium | Belgique | 31/12/2011 | Création | IG | 100,00% | 100,00% | Multi Vest (France) 4 SAS | France | 31/12/2010 | < seuils | | | |
| BNP Paribas Real Estate Investment Management Italy | Italie | | | IG | 100,00% | 100,00% | Newport Management SAS | France | 31/12/2011 | Fusion | | | |
| BNP Paribas Real Estate Investment Management Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | 100,00% | 100,00% | | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| BNP Paribas Real Estate Investment Management Luxembourg SA | Luxembourg | 31/12/2010 | Création | IG | 100,00% | 100,00% | Partner's & Services | France | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | | | | | | Pyrotex SARL | Luxembourg | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | | | | | | SC BNPParibas Real Estate Advisory S.A. | Roumanie | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | | | | | | | 31/12/2010 | | IG | 88,00% | 88,00% | |
| | | | | | | | Sesame Conseil SAS | France | 31/12/2011 | | IG | 95,25% | 95,25% |
| | | | | | | | | 31/12/2010 | Acquisition | IG | 95,25% | 95,25% | |
| | | | | | | | Siège Issy | France | 31/12/2011 | Création | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | | | | | | Tasaciones Hipotecarias SA | Espagne | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | | | | | | Via Crespi 26 SRL | Italie | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | | | | | | Weatheralls Consultancy Services Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | | | | | | Corporate and Investment Banking | | | | | | |
| | | | | | | | France | | | | | | |
| | | | | | | | BNP Paribas Arbitrage™ | France | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | | | | | | BNP Paribas Equities France™ | France | | | IG | 99,96% | 99,96% |
| | | | | | | | BNP Paribas Equity Strategies | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| | | | | | | | | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| | | | | | | | BNP Paribas Stratégies Actions | France | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| | | | | | | | | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| | | | | | | | Esomet SAS | France | | | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | | | | | | Laffitte Participation 22 | France | | | IG | 100,00% | 100,00% |

(*) Filiais francesas cuja supervisão prudencial individual dos rácios de gestão é assegurada no âmbito dos rácios de gestão consolidados do Grupo em conformidade com as disposições do artigo 4.1 do regulamento 2000.03 do Comité da Regulação Bancária e Financeira.

- 1 Entidades objecto de uma consolidação simplificada por equivalência devido ao seu carácter pouco significativo.
- 2 Entidades excluídas do perímetro de consolidação prudencial.
- 3 Entidades equiparadas no perímetro de consolidação prudencial.
- 4 Em 01/01/2011 os limiares de consolidação do Grupo foram atualizados (cf. Resume dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo § 1.b.1).

SITUAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO 2011

Notas anexas às Situações financeiras

| Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse |
|--|-------------|------------------------|----------------------------|------------|-------------|---|-------------|------------------------|--|------------|-------------|
| Paribas Dérivés Garantis Snc | France | 31/12/2011 | Fusion | | | ACG Investment Capital Partners LLC | États-Unis | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire & < seulls | | |
| Parifergie* | France | 31/12/2010 | IG | 2 | 100,00% | Banco BNPParibas Brasil SA | Brésil | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Parillease SAS* | France | | IG | | 100,00% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 100,00% |
| Talibout Participation 3 Snc | France | | IG | | 100,00% | Banexi Holding Corporation | États-Unis | 31/12/2010 | Franchissement de seulls | IG | 100,00% |
| Europe | | | | | | | | | | | |
| Alleray | Luxembourg | 31/12/2011 | Nouveaux seulls | 4 | | BNP Paribas Canada | Canada | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Argance | Luxembourg | 31/12/2010 | < seulls | | 100,00% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP Paribas Bank NV | Pays-Bas | | IG | | 100,00% | BNP Paribas Capital Corporation Inc.(ex-Fortis Capital Corporation) | États-Unis | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% |
| BNP Paribas Capital Investments Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | < seulls | | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% |
| BNP Paribas CMG Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | < seulls | | 100,00% | BNP Paribas Capital Services Inc. | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seulls | IG | 100,00% |
| BNP Paribas Commodity Futures Ltd. | Royaume-Uni | | IG | | 100,00% | BNP Paribas Capstar Partners Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP Paribas Cyprus Ltd. | Chypre | 31/12/2011 | < seulls | | 100,00% | BNP Paribas Commodity Futures Inc. | États-Unis | 31/12/2011 | Fusion | IG | 100,00% |
| | | 31/12/2010 | < seulls | | 100,00% | | | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP Paribas E & B Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | < seulls | | 100,00% | BNP Paribas Energy Trading Canada Corp | Canada | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% |
| | | 31/12/2010 | IG | | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% |
| BNP Paribas Finance PLC | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Nouveaux seulls | 4 | | | | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP Paribas Ireland | Irlande | | IG | | 100,00% | BNP Paribas Energy Trading GP | États-Unis | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% |
| BNP Paribas Net Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | < seulls | | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% |
| BNP Paribas UK Holdings Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | IG | | 100,00% | BNP Paribas Energy Trading Holdings, Inc. | États-Unis | 31/12/2010 | Franchissement de seulls | IG | 100,00% |
| BNP Paribas UK Ltd. | Royaume-Uni | | IG | | 100,00% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP Paribas Varty Reinsurance Ltd. | Irlande | | IG | 3 | 100,00% | BNP Paribas Energy Trading LLC | États-Unis | 31/12/2010 | Franchissement de seulls | IG | 100,00% |
| BNP Paribas ZAO | Russie | | IG | | 100,00% | | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 100,00% |
| BNP PUK Holding Ltd. | Royaume-Uni | | IG | | 100,00% | BNP Paribas FS LLC (ex-Fortis Securities LLC) | États-Unis | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% |
| Calilux SARL | Luxembourg | 31/12/2010 | < seulls | | | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% |
| Camomile Asset Finance (N°5) Partnership | Royaume-Uni | 31/12/2010 | < seulls | | | BNP Paribas Leasing Corporation | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | 31/12/2011 | IG | | 100,00% | BNP Paribas Mortgage Corporation | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Camomile Investments UK Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | | 100,00% | BNP Paribas North America Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | | 100,00% | BNP Paribas Prime Brokerage Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Capstar Partners Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | < seulls | | | BNP Paribas Prime Brokerage International Ltd. | Îles Cayman | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Dalgamo | Luxembourg | 31/12/2010 | < seulls | | | BNP Paribas RBC Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Delvino | Luxembourg | 31/12/2010 | < seulls | | | BNP Paribas Securities Corporation | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Eris Investissements | Luxembourg | 31/12/2010 | < seulls | | | Camomile Azette Investments (UK) Ltd. | Îles Cayman | 31/12/2010 | < seulls | | |
| FB Energy Trading SARL | Luxembourg | 31/12/2011 | < seulls | | | | | 31/12/2011 | Perte de contrôle | | |
| Fixex Holdings Ltd. | Royaume-Uni | | IG | | 100,00% | Camomile Canopia Trading (UK) Ltd. | Îles Cayman | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% |
| Fortis Film Fund SA | Belgique | 31/12/2010 | < seulls | | | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% |
| Fortis International Finance (Dublin) | Irlande | 31/12/2010 | < seulls | | | | | 31/12/2011 | Nouveaux seulls | 4 | |
| | | 31/12/2011 | IG | | 100,00% | Camomile Pearl (UK) Ltd. | Îles Cayman | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% |
| Fortis International Finance Luxembourg SARL | Luxembourg | 31/12/2010 | Liquidation | | | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition complémentaire | | 100,00% | Camomile Ulster Investments (UK) Ltd. | Îles Cayman | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% |
| Fortis Park Lane Ireland Ltd. | Irlande | 31/12/2010 | < seulls | | | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% |
| Fortis PF Investments (UK) Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | < seulls | | | Capstar Partners LLC | États-Unis | 31/12/2010 | Nouveaux seulls | ME 4 | 100,00% |
| Fortis Proprietary Investment Ireland Ltd. | Irlande | 31/12/2011 | < seulls | | | | | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 100,00% |
| G I Finance | Irlande | 31/12/2011 | < seulls | | | CF Leasing Ltd. | Bermudes | 31/12/2010 | Cession partielle & intégration au Groupe Cronos | | |
| | | 31/12/2010 | IG | | 100,00% | CooperNeff Group Inc. | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Harewood Holdings Ltd. | Royaume-Uni | | IG | | 100,00% | Cronos Holding Company Ltd. (Groupe) | Bermudes | 31/12/2011 | | ME | 30,00% |
| Landspire Ltd. | Royaume-Uni | | IG | | 100,00% | | | 31/12/2010 | Acquisition | ME | 30,00% |
| Mermoz Jet Finance | Espagne | 31/12/2010 | < seulls | | | FB Energy Holdings LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Nouveaux seulls | 4 | |
| Money Alpha | France | 31/12/2011 | Dissolution | | | | | 31/12/2010 | < seulls | IG | 100,00% |
| | | 31/12/2010 | IG | | 100,00% | FB Holdings Canada Corp | Canada | 31/12/2011 | < seulls | IG | 100,00% |
| Money Beta | France | 31/12/2011 | Dissolution | | | FB Transportation Capital LLC | États-Unis | | IG | 100,00% | 74,93% |
| | | 31/12/2010 | IG | | 100,00% | FBC Ltd. | Bermudes | 31/12/2010 | Liquidation | | |
| Paribas Trust Luxembourg SA | Luxembourg | 31/12/2011 | Cession partielle | | 53,43% | Fortis Capital (Canada) Ltd. | Canada | 31/12/2010 | Fusion | | |
| | | 31/12/2009 | IG | | 100,00% | Fortis Funding LLC | États-Unis | | IG | 100,00% | 74,93% |
| Pattison | Luxembourg | 31/12/2010 | < seulls | | | Fortis Prime Fund Solutions (USA) LLC | États-Unis | 31/12/2010 | < seulls | | |
| Prestibel Left Village | Belgique | 31/12/2010 | < seulls | | | | | 31/12/2011 | Dissolution | | |
| Quainton Funding SARL | Luxembourg | 31/12/2010 | < seulls | | | Fortis Proprietary Capital Inc. | États-Unis | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% |
| Tabor Funding | Luxembourg | 31/12/2010 | < seulls | | | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% |
| Upper Hatch Securities Ltd. | Irlande | 31/12/2011 | < seulls | | | | | | | | |
| Utexam Ltd. | Irlande | 31/12/2010 | Nouveaux seulls | 4 | | | | | | | |
| | | 31/12/2011 | IG | | 100,00% | | | | | | |
| Utexam Logistics Ltd. | Irlande | | IG | | 100,00% | | | | | | |
| Verner Investissements (Groupe) | France | | ME | | 40,00% | | | | | | |
| | | | | | 50,00% | | | | | | |
| Amériques | | | | | | | | | | | |
| ACG Capital Partners II LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seulls | IP | 50,00% | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | Création | ME | 50,00% | | | | | | |

| Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | | | |
|--|--------------|------------------------|----------------------------|------------|-------------|-------------------------------|--|------------------------------------|-------------|----------------------------|-----------------|---------|---------|---------|
| French American Banking Corporation - FABC | États-Unis | | IG | 100,00% | 100,00% | Paribas Asia Equity Ltd. | Hong Kong | 31/12/2011 | < seuil | | | | | |
| | | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 100,00% | PT Bank BNP Paribas Indonesia | Indonésia | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 100,00% | | | |
| FSI Holdings Inc. | États-Unis | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 100,00% | PT BNP Paribas Securities Indonesia | Indonésia | | IG | 99,00% | 99,00% | | |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 74,93% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | |
| Harewood Asset Management (US) Inc. | États-Unis | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | | Wa Pei Finance Company Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 100,00% | |
| Innocap Investment Management Inc. | Canada | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 74,93% | |
| Paribas North America Inc. | États-Unis | 31/12/2010 | | ME | 25,00% | 25,00% | | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | |
| Paribas Participations Limitee | Canada | 31/12/2010 | Liquidation | IG | 100,00% | 100,00% | Wa Pei Properties Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 100,00% | |
| Petits Champs Participações e Serviços SA | Brésil | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 74,93% | |
| | | 31/12/2011 | | ME | 100,00% | 74,68% | Moyen-Orient | | | | | | | |
| RFH Ltd. | Bermudes | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | ME | 100,00% | 74,68% | BNPP Investment Company KSA | Arabie Saoudite | 31/12/2011 | Franchissement de seuils | ME | 1 | 100,00% | 100,00% |
| | | 31/12/2009 | Acquisition | ME | 50,00% | 49,57% | Structures Ad Hoc | | | | | | | |
| SDI Media Central Holdings Corp. | États-Unis | 31/12/2011 | Franchissement de seuils | ME | 1 | 100,00% | 100,00% | S4 Lombard Street Investments Ltd. | Royaume-Uni | | IG | | | |
| TAP Ltd | Bermudes | 31/12/2011 | Création | ME | 1 | 65,00% | 48,54% | 2007 Panda Finance 2 SAS | France | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | |
| TDG Fund I, LP | Îles Cayman | 31/12/2010 | | IG | 99,66% | 74,68% | 2008 Marie Finance SAS | France | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | | |
| Textainer Marine Containers Ltd. | Bermudes | 31/12/2011 | Cession | | | | 2008 Newline Finance 5 SAS | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | |
| | | 31/12/2010 | | ME | 25,00% | 18,73% | 2008 Panda Finance 6 SAS | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | |
| Trip Rail Holdings LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | 2008 Panda Finance 7 SAS | France | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | | |
| | | 31/12/2010 | Franchissement de seuils | ME | 16,33% | 12,19% | 2008 Panda Finance 11 SAS | France | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | | |
| Via North America, Inc. | États-Unis | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 100,00% | 2009 Koala Finance - MSN 36742 | France | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | | |
| | | 31/12/2010 | Franchissement de seuils | IG | 100,00% | 100,00% | Alandes BV | Pays-Bas | | IG | 2 | | | |
| Asie - Océanie | | | | | | | Alectra Finance PLC | Irlande | | IG | | | | |
| ACG Capital Partners Singapore Pte. Ltd. | Singapour | 31/12/2011 | Franchissement de seuils | IP | 50,00% | 50,00% | Antin Participation 8 | France | 31/12/2011 | Création | IG | | | |
| | | 31/12/2010 | Création | ME | 50,00% | 50,00% | APAC Finance Ltd. | Nouvelle-Zélande | 31/12/2010 | Liquidation | | | | |
| BNP Equities Asia Ltd. | Malaisie | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | APAC Investments Ltd. | Nouvelle-Zélande | 31/12/2010 | Liquidation | | | | |
| BNP Pacific (Australia) Ltd. | Australie | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | APAC NZ Holdings Ltd. | Nouvelle-Zélande | | IG | | | | |
| BNP Paribas (China) Ltd. | Chine | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | Aquarius Capital Investments Ltd. | Irlande | | IG | | | | |
| BNP Paribas Arbitrage (Hong Kong) Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | ARV International Ltd. | Îles Cayman | | IG | | | | |
| BNP Paribas Capital (Asia Pacific) Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | Astir BV | Pays-Bas | | IG | | | | |
| BNP Paribas Capital (Singapore) Ltd. | Singapour | 31/12/2011 | < seuils | | | | Atargatis SNC | France | | IG | | | | |
| BNP Paribas Finance (Hong Kong) Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | Aura Capital Investment SA | Luxembourg | 31/12/2011 | Création | IG | | | |
| BNP Paribas Futures (Hong Kong) Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | < seuils | | | | Austin Finance | France | 31/12/2010 | Création | IG | | | |
| BNP Paribas India Solutions Private Ltd. | Inde | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | Betul 1 à 4 | France | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | | |
| BNP Paribas Japan Ltd. | Japon | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | Black Kite Investment Ltd. | Irlande | | IG | | | | |
| BNP Paribas Principal Investments Japan Ltd. | Japon | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Arbitrage Issuance BV | Pays-Bas | | IG | | | | |
| BNP Paribas Securities (Asia) Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Complex Fundo de Investimento Multimercado | Brésil | | IG | | | | |
| BNP Paribas Securities India Private Ltd. | Inde | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 66,79% | BNP Paribas EQO Brazil Fundo Invest Multimercado | Brésil | 31/12/2011 | Franchissement de seuils | IG | | | |
| BNP Paribas Securities (Japan) Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Emission-und Handel. GmbH | Allemagne | | IG | | | | |
| BNP Paribas Securities Japan Ltd. | Japon | 31/12/2011 | Création | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Finance Inc. | États-Unis | | IG | | | | |
| BNP Paribas Securities (Taiwan) Co. Ltd. | Taiwan | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Islamic Issuance BV | Pays-Bas | | IG | | | | |
| BNP Paribas Securities Korea Company Ltd. | Corée du Sud | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas Proprietario Fundo de Investimento Multimercado | Brésil | | IG | | | | |
| BNP Paribas Securities (Singapore) Pte Ltd. | Singapour | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas VPG Adonis LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | | |
| BNP Paribas Services (Hong Kong) Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | 4 | | | BNP Paribas VPG Brooklin LLC (ex-BNP Paribas VPG Station Casino) | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | | |
| BPP Holdings Pte Ltd. | Singapour | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% | BNP Paribas VPG Brookline Cre, LLC | États-Unis | 31/12/2010 | Création | IG | | | |
| Celestial Hong Kong Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | < seuils | | | | BNP Paribas VPG BMC Select LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | | |
| | | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | 4 | | | BNP Paribas VPG CB Lender LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | | |
| Generale Belgian Finance Cy Ltd. | Hong Kong | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 100,00% | | | 31/12/2009 | Acquisition | IG | 100,00% | 74,93% | |

(*) Filiales françaises cuja supervisão prudencial individual dos rácios de gestão é assegurada no âmbito dos rácios de gestão consolidados do Grupo em conformidade com as disposições do artigo 4.1 do regulamento 2000.03 do Comité da Regulação Bancária e Financeira.

- Entidades objecto de uma consolidação simplificada por equivalência devido ao seu carácter pouco significativo.
- Entidades excluídas do perímetro de consolidação prudencial.
- Entidades equiparadas no perímetro de consolidação prudencial.
- Em 01/01/2011 os limiares de consolidação do Grupo foram atualizados (cf. Resume dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo § 1.b.1).

SITUAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO 2011

Notas anexas às Situações financeiras

| Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | |
|---|-------------|------------------------|--------------------------|------------|-------------|--|-------------|------------------------|--------------------------|------------|-------------|---------|
| BNP Paribas VPG CT Holdings LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Participations Opéra | France | | IG | | | |
| BNP Paribas VPG Freedom Communications LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Reconfiguration BV | Pays-Bas | 31/12/2010 | Création | IG | 2 | |
| BNP Paribas VPG Lake Butler LLC (ex-BNP Paribas VPG Journal Register LLC) | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Renaissance Fund III | Japon | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | ME | 4 | |
| BNP Paribas VPG Legacy Cabinets LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Renaissance Fund IV | Japon | 31/12/2010 | Liquidation | IG | | |
| BNP Paribas VPG Mark IV LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Ribera del Loira Arbitrage SL | Espagne | | IG | | | |
| BNP Paribas VPG Master LLC | États-Unis | 31/12/2010 | Création | IG | | Robin Flight Ltd. | Irlande | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | IG | 4 | |
| BNP Paribas VPG Medianews Group LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Royale Neuve II Sarl | Luxembourg | | IG | | | |
| BNP Paribas VPG MGM LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Royale Neuve V Sarl | Luxembourg | | IG | | | |
| BNP Paribas VPG Modern Luxury Media LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Royale Neuve VI Sarl | Luxembourg | | IG | | | |
| BNP Paribas VPG Northstar LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Royale Neuve VII Sarl | Luxembourg | 31/12/2011 | Franchissement de seuils | IG | | |
| BNP Paribas VPG PCMC LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Royale Neuve Finance SARL | Luxembourg | | IG | | | |
| BNP Paribas VPG Reader's Digest Association LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Royale Neuve Investments Sarl | Luxembourg | | IG | | | |
| BNP Paribas VPG RHI Holdings LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Scaldis Capital (Ireland) Ltd. | Irlande | | IG | 2 | | |
| BNP Paribas VPG SBX Holdings LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Scaldis Capital Ltd. | Jersey | | IG | 2 | | |
| BNP Paribas VPG SDI Media LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Scaldis Capital LLC | États-Unis | 31/12/2010 | Franchissement de seuils | IG | 2 | |
| BNP Paribas VPG Semgroup LLC | États-Unis | 31/12/2010 | Création | IG | | Singapore Emma Finance 1 & 2 SAS | France | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | IG | 4 | |
| BNP Paribas VPG Titan Outdoor LLC | États-Unis | 31/12/2011 | Création | IG | | Stradios FCP FIS | Luxembourg | 31/12/2010 | Création | IG | | |
| Boug BV (ex-Bougainville BV) | Pays-Bas | | | IG | | Sunny Funding Ltd. | Îles Cayman | | IG | | | |
| China Jenna Finance 1 à 3 SAS | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | IG | 4 | Swallow Flight Ltd. | Irlande | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | IG | 4 | |
| China Lucie Finance 1 à 3 SAS | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | IG | 4 | Swan 1 à 3 SAS | France | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | IG | 4 | |
| China Marie Finance 1 et 2 SAS | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | IG | 4 | Tender Option Bond Municipal program | États-Unis | | IG | | | |
| China Newline Finance 1 à 4 SAS | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | IG | 4 | Thunderbird Investments PLC | Irlande | | IG | | | |
| China Samantha Finance 1 à 10 SAS | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | IG | 4 | Autres activités | | | | | | |
| Compagnie Financière de la Porte Neuve SA | Luxembourg | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | IG | 4 | Private Equity | | | | | | |
| Compagnie Investissement Italiens SNC | France | | | IG | | Cobema | Belgique | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| Compagnie Investissement Opéra SNC | France | | | IG | | Compagnie Financière Ottomane SA | Luxembourg | | IG | 96,92% | 96,99% | |
| Crisps Ltd. | Îles Cayman | 31/12/2010 | Dissolution | | | Erbe | Belgique | 31/12/2011 | Cession partielle | ME | 42,51% | 42,51% |
| CSACL Tiger Finance | France | 31/12/2010 | Nouveaux seuils | IG | 4 | FCM Private Equity SL | Espagne | 31/12/2010 | < seuils | ME | 47,01% | 47,01% |
| Delphinus Titri 2010 SA | Luxembourg | 31/12/2010 | Création | IG | | Fondo Nazca I FCR | Espagne | 31/12/2010 | Dissolution | | | |
| Epsom Funding Ltd. | Îles Cayman | | | IG | | Fortis Private Equity Asia Fund SA | Belgique | 31/12/2010 | < seuils | | | |
| Esra 1 à 3 SAS | France | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | IG | 4 | Fortis Private Equity Belgium NV | Belgique | | IG | 100,00% | 74,93% | |
| Euraussie Finance SARL | Luxembourg | | | IG | | Fortis Private Equity Expansion Belgium NV | Belgique | | IG | 100,00% | 74,93% | |
| Fidex Ltd. | Royaume-Uni | | | IG | | Fortis Private Equity France Fund | France | | IG | 100,00% | 74,95% | |
| Financière des Italiens SAS | France | | | IG | | Fortis Private Equity France SAS | France | 31/12/2010 | < seuils | | | |
| Financière Paris Haussmann | France | | | IG | | Fortis Private Equity Management NV | Belgique | 31/12/2010 | < seuils | | | |
| Financière Talibout | France | | | IG | | Fortis Private Equity Venture Belgium SA | Belgique | | IG | 100,00% | 74,93% | |
| Fintrack Sirocco | France | 31/12/2010 | Fusion | | | Gepeco | Belgique | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| Global Liberté | Irlande | 31/12/2010 | < seuils | | | Nazca Inversiones SA | Espagne | 31/12/2010 | < seuils | | | |
| Grenache et Cie SNC | Luxembourg | | | IG | | Sociétés Immobilières d'Exploitation | | | | | | |
| Harewood Investments N°2 à 4 Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2011 | < seuils | | | Antin Participation 5 | France | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| Harewood Investments N°5 Ltd. | Îles Cayman | 31/12/2010 | | IG | | Ejesur | Espagne | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME | 4 | |
| Harewood Investments N°7 Ltd. | Îles Cayman | 31/12/2011 | Création | IG | | Foncière de la Compagnie Bancaire SAS | France | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| Harewood Investment N°8 Ltd. | Îles Cayman | 31/12/2011 | Création | IG | | Noria SAS | France | 31/12/2011 | Fusion | IG | 100,00% | 100,00% |
| Henaross Pty Ltd. | Australie | 31/12/2010 | < seuils | | | Société Immobilière Marché Saint-Honoré | France | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 100,00% |
| Illad Investments PLC | Irlande | | | IG | | Société d'Etudes Immobilières de Constructions - Setic | France | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| Leveraged Finance Europe Capital V BV | Pays-Bas | | | IG | | Sociétés de portefeuille et autres filiales | | | | | | |
| Liquidity Ltd. | Îles Cayman | 31/12/2011 | Franchissement de seuils | IG | | Ardi Immo | Luxembourg | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | IG | 4 | |
| Lisia I Ltd. | Jersey | 31/12/2010 | Dissolution | | | BNL International Investment SA | Luxembourg | 31/12/2010 | | IG | 3 | |
| Marc Finance Ltd. | Îles Cayman | | | IG | | BNL Multiservizi SRL | Italie | 31/12/2011 | Nouveaux seuils | ME | 4 | |
| Méditerranée SNC | France | | | IG | | BNP Paribas Home Loan SFH (ex-BNP Paribas Home Loan Covered Bonds) | France | | IG | 100,00% | 100,00% | |
| Omega Capital Investments Plc | Irlande | | | IG | | BNP Paribas International BV | Pays-Bas | 31/12/2011 | Fusion | IG | 100,00% | 100,00% |
| Omega Capital Europe PLC | Irlande | | | IG | | BNP Paribas Méditerranée Innovation & Technologies | Maroc | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 96,67% |
| Omega Capital Funding Ltd. | Irlande | | | IG | | BNP Paribas Partners for Innovation (Groupe) | France | | ME | 50,00% | 50,00% | |
| Optichamps | France | | | IG | | | | | | | | |
| Paritay Pty Ltd. | Australie | 31/12/2010 | < seuils | | | | | | | | | |

| Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | |
|--|-------------|------------------------|--------|------------|-------------|--|--------------------|------------------------|----------------------------|------------|-------------|--------|
| BNPParibas Public Sector* | France | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 100,00% | Belvedere Invest SARL | France | 31/12/2011 | Cession partielle | IG | 55,00% | 28,61% |
| BNPParibas SB Re | Luxembourg | 31/12/2011 | IG | 3 | 100,00% | 31/12/2010 | | | IG | 75,00% | 38,89% | |
| BNPParibas UK Treasury Ltd. | Royaume-Uni | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 100,00% | Besançon Chalezeule SCI | France | 31/12/2010 | Fusion | IG | 100,00% | 51,59% |
| Compagnie d'Investissements de Paris - C.I.P. | France | | IG | 100,00% | 100,00% | Bestes | République tchèque | 31/12/2010 | Fusion | IG | 100,00% | 51,59% |
| Financière BNPParibas | France | | IG | 100,00% | 100,00% | Bois des Fenêtres SARL | France | | ME | 20,00% | 10,40% | |
| Financière du Marché Saint-Honoré | France | | IG | 100,00% | 100,00% | Bruun's Galleri AS | Danemark | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Fintimo SA | Belgique | 31/12/2010 | | < seuils | | Bryggen Vejle AS | Danemark | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Fortis Bank Reinsurance SA | Luxembourg | 31/12/2011 | IG | 3 | 100,00% | Capucine BV | Pays-Bas | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| | | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | Carré Jaude 2 | France | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| | | | | | | CB Pierre SAS | France | 31/12/2011 | Fusion | IG | 100,00% | 51,59% |
| Fortis Money Short Term Fund | France | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 73,34% | Cecobil SAS | France | | IP | 50,00% | 26,01% | |
| | | 31/12/2009 | IG | 100,00% | 73,34% | Cecoville SAS | France | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| GeneralCorp IO | Luxembourg | 31/12/2010 | IG | 3 | 100,00% | Centre Bourse SC | France | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Genfinance International SA | Belgique | 31/12/2010 | | < seuils | | Centre Jaude Clermont SAS | France | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| GIF Groupement Auxiliaire de Moyens | France | | IG | 100,00% | 100,00% | Clivia SPA | Italie | | IP | 50,00% | 26,01% | |
| Intermax Bank | Luxembourg | 31/12/2010 | | | | Combault SCI | France | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Le Sphinx Assurances Luxembourg SA | Luxembourg | | ME | 1 | 100,00% | Compagnie Immobilière du Brabant Wallon - Coimbra SA | Belgique | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Loft Beck Ltd. (ex-Postbank Ireland Ltd) | Irlande | 31/12/2011 | ME | 50,00% | 26,71% | Corvin Retail | Hongrie | 31/12/2011 | Fusion | IG | 100,00% | 51,59% |
| Margaret Inc. (ex-Montag & Caldwell Inc.) | États-Unis | 31/12/2011 | | < seuils | | Corvin Vision Kft | Hongrie | 31/12/2010 | Acquisition | IG | 66,66% | 34,64% |
| Omnium de Gestion et de Développement Immobilier | France | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 100,00% | Cspi 2002 | Hongrie | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Plagefin - Placement, Gestion, Finance Holding SA | Luxembourg | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 53,43% | Debrecen 2002 | Hongrie | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| | | 31/12/2010 | IG | 100,00% | 53,43% | Des Dunes SCI | France | | IP | 50,00% | 26,01% | |
| | | 31/12/2009 | IG | 100,00% | 100,00% | Des Salines SCI | France | | IP | 50,00% | 26,01% | |
| Sagip | Belgique | | IG | 100,00% | 100,00% | Detailhandelshuset i Hyllinge AB | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Société Auxiliaire de Construction Immobilière - SACI | France | | IG | 100,00% | 100,00% | Down Town Drift AS | Norvège | 31/12/2010 | Cession | ME | 30,00% | 10,22% |
| Société Orbaissienne de Participations | France | | IG | 100,00% | 100,00% | Du Plateau SCI | France | 31/12/2011 | Cession partielle | ME | 30,00% | 12,52% |
| UCB Bail 2 (ex-UCB Bail) | France | | IG | 100,00% | 100,00% | Duna Plaza | Hongrie | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| UCB Entreprises* | France | | IG | 100,00% | 100,00% | Duna Plaza Irodahaz | Hongrie | 31/12/2011 | Fusion | IG | 100,00% | 51,59% |
| UCB Locabail Immobilier 2 (ex-UCB Locabail Immobilier) | France | | ME | 1 | 100,00% | Ejendomsselskabet Klampenborgvej 1/S | Danemark | 31/12/2010 | Dissolution | | | |
| Structures Ad Hoc | | | | | | Entreprenorselskabet AF | Danemark | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| BNPParibas Capital Trust LLC 4 - 6 | États-Unis | | IG | | | Fastighets AB Allum | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| BNPParibas Capital Preferred LLC 4 - 6 | États-Unis | | IG | | | Fastighets AB Borlange Kopcentrum | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| BNPParibas US Medium Term Notes Program | États-Unis | | IG | | | Fastighets AB Centrum Vasterort | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| BNPParibas US Structured Medium Term Notes LLC | États-Unis | | IG | | | Fastighets AB Centruminvest | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Klépierre | | | | | | Fastighets AB Emporia | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Klépierre SA | France | | IG | 57,45% | 52,01% | Fastighets AB Hageby Centrum | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Acheres 2000 SCI | France | | ME | 30,00% | 15,60% | Fastighets AB Lackeraren Borlange | Suède | 31/12/2011 | Acquisition | IG | 100,00% | 28,94% |
| Albert 3I SCI | France | | IG | 100,00% | 43,17% | Fastighets AB Lantmaterbacken | Suède | 31/12/2010 | Acquisition | IG | 100,00% | 29,18% |
| Amanda Storesenter AS | Norvège | | IG | 100,00% | 29,18% | Fastighets AB Marieberg Centrum | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Angoumars SNC | France | 31/12/2011 | IG | 100,00% | 51,59% | Fastighets AB Moindal Centrum | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Anpartsselskabet AF | Danemark | 31/12/2010 | | | | Fastighets AB Oerby Kopcentrum | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Arcoi Group AS | Slovaquie | | IG | 100,00% | 52,01% | Fastighets AB P Akanten | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Arken Drift AS | Norvège | | IP | 49,90% | 14,56% | Fastighets AB P Brodalen | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Asane Hotellutvikling AS | Norvège | 31/12/2011 | IP | 49,90% | 14,56% | Fastighets AB P Porthalla | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Asane Kontorutvikling AS | Norvège | 31/12/2011 | IP | 49,90% | 14,56% | Fastighets AB Sollentuna Centrum | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Asane Kulturutvikling AS | Norvège | 31/12/2011 | IP | 49,90% | 14,56% | Fastighets AB Uddevallatorp | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Asane Senter AS | Norvège | 31/12/2010 | IP | 49,90% | 14,44% | Fastighets AB Viskaholm | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Asane Storsenter DA | Norvège | | IP | 49,90% | 14,56% | Farmandstredet ANS | Norvège | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Aulnes Développement SCI | France | | IP | 50,00% | 13,26% | Farmandstredet Eiendom AS | Norvège | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Bassin Nord SCI | France | | IP | 50,00% | 26,01% | Farmandstredet Drift AS | Norvège | 31/12/2010 | Fusion | | | |
| Beau Sevran Invest SCI | France | | IG | 100,00% | 43,17% | Field's Copenhagen IS | Danemark | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Begles Arcins SCS | France | | IG | 52,00% | 27,05% | Field's Ejer I AS | Danemark | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Begles Papin SCI | France | | IG | 100,00% | 52,01% | Field's Ejer II AS | Danemark | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| | | | | | | Foncière de Louvain la Neuve SA | Belgique | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| | | | | | | Foncière Saint-Germain SNC | France | 31/12/2011 | Fusion | IG | 100,00% | 51,59% |
| | | | | | | | | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 51,59% |
| | | | | | | Forving SARL | France | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 93,15% | 48,45% |
| | | | | | | Fritzoe Brygge Drift AS | Norvège | 31/12/2010 | Dissolution | IG | 90,00% | 46,43% |

(*) Filiais francesas cuja supervisão prudencial individual dos rácios de gestão é assegurada no âmbito dos rácios de gestão consolidados do Grupo em conformidade com as disposições do artigo 4.1 do regulamento 2000.03 do Comité da Regulação Bancária e Financeira.

- 1 Entidades objecto de uma consolidação simplificada por equivalência devido ao seu carácter pouco significativo.
- 2 Entidades excluídas do perímetro de consolidação prudencial.
- 3 Entidades equiparadas no perímetro de consolidação prudencial.
- 4 Em 01/01/2011 os limiares de consolidação do Grupo foram atualizados (cf. Resume dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo § 1.b.1).

SITUAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO 2011

Notas anexas às Situações financeiras

| Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | Denominação | Pais | Movimento de perímetro | Método | % controle | % interesse | |
|---|--------------------|------------------------|-------------|------------|-------------|---|----------------------------|------------------------|----------------------------|------------|-------------|--------|
| Galae SNC | France | | IG | 100,00% | 52,01% | Kiépierre Makedonia Foncière | Grèce | | IG | 100,00% | 43,17% | |
| Galeria Parque Nascente - Exploração de espaços comerciais SA | Portugal | | IG | 100,00% | 52,01% | Kiépierre Matera SRL | Italie | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Galerias Orancéennes | France | | IG | 100,00% | 52,01% | Kiépierre Meteores | Luxembourg | 31/12/2010 | Fusion | | | |
| Galleria Commerciale Assago SRL | Italie | | IG | 100,00% | 52,01% | Kiépierre Molina | Espagne | 31/12/2011 | Création | IG | 100,00% | 52,01% |
| Galleria Commerciale Cavallino SRL | Italie | | IG | 100,00% | 52,01% | Kiépierre NEA Efkarpia Foncière | Grèce | | IG | 100,00% | 43,17% | |
| Galleria Commerciale Collegno SRL | Italie | | IG | 100,00% | 52,01% | Kiépierre Nordica BV | Pays-Bas | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Galleria Commerciale II Destriero SRL | Italie | | IP | 50,00% | 26,01% | Kiépierre Participations et Financements SAS | France | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Galleria Commerciale Kiépierre SRL | Italie | | IG | 100,00% | 52,01% | Kiépierre Perivola of Patra Foncière | Grèce | | IG | 100,00% | 43,17% | |
| Galleria Commerciale Serravalle SPA | Italie | | IG | 100,00% | 52,01% | Kiépierre Pizen AS | République tchèque | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Galleria Commerciale Solbiate SRL | Italie | | IG | 100,00% | 52,01% | Kiépierre Pologne SP z.o.o. | Pologne | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| GE Co. SARL | Italie | 31/12/2011 | Acquisition | IG | 100,00% | 37,08% | Kiépierre Portugal SGPS SA | Portugal | | IG | 100,00% | 52,01% |
| Général Leclerc II-Tibis Levallois SNC | France | 31/12/2010 | Fusion | | | Kiépierre Poznan SP z.o.o. | Pologne | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Girardin SCI | France | | IP | 33,40% | 17,37% | Kiépierre Praha SRO (ex-Enter-tainment Plaza) | République tchèque | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Gondobrico - Comercio de produtos e artigos de bricolage SA | Portugal | | IG | 100,00% | 52,01% | Kiépierre Rybnik SP z.o.o. | Pologne | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Grytningen Nya AB | Suède | | IG | 64,79% | 18,91% | Kiépierre Sadyba SP z.o.o. | Pologne | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Gulskogen Prosjekt & Etendom AS | Norvège | | IG | 100,00% | 29,18% | Kiépierre Sosnowiec SP z.o.o. | Pologne | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Gulskogen Senter ANS | Norvège | | IG | 100,00% | 29,18% | Kiépierre Tourville | France | 31/12/2011 | Fusion | IG | 100,00% | 51,59% |
| Győr 2002 | Hongrie | | IG | 100,00% | 52,01% | Kiépierre Trading Energia Kereskedelmi és Szolgáltató KFT | Hongrie | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Hamar Storsenter AS | Norvège | | IG | 100,00% | 29,18% | Kiépierre Vallecas SA | Espagne | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Hamar Storsenterdrift AS | Norvège | 31/12/2010 | Fusion | | | Kiépierre Vinaza SA | Espagne | 31/12/2011 | Fusion | IG | 100,00% | 51,59% |
| Holding Gondomar 1 SAS | France | | IG | 100,00% | 52,01% | Kietel Imobiliária SA | Portugal | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 52,01% |
| Holding Gondomar 3 SAS | France | | IG | 100,00% | 52,01% | Kietransactions SNC | France | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Holding Gondomar 4 SAS | France | 31/12/2011 | Fusion | | | Krakow Plaza SP z.o.o. | Pologne | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Holding Kiege SARL | Luxembourg | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 51,59% | Krokstadeha Senterdrift AS | Norvège | 31/12/2010 | Cession | | |
| Holmen Senterdrift AS | Norvège | 31/12/2010 | Cession | | | KS Down Town Senter | Norvège | 31/12/2010 | Dissolution | | | |
| Hovlandbanen AS | Norvège | | IG | 100,00% | 29,18% | KS Down Town Senter II | Norvège | 31/12/2010 | Dissolution | | | |
| Immo Davland | France | | IG | 100,00% | 43,76% | KS Markedet | Norvège | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Immobiliare Gallerie Commerciali SpA | Italie | | IG | 7,30% | 37,08% | Kvadrat Drift AS | Norvège | 31/12/2010 | Cession | | | |
| Immobilière de la Pommerale SCI | France | | IP | 50,00% | 26,01% | L'Empire SCI | France | 31/12/2010 | Cession | | | |
| Investimenti Commerciali Savignano | Italie | 31/12/2011 | Acquisition | IG | 100,00% | 37,08% | La Française SCI | France | | IP | 50,00% | 26,01% |
| K2 Fund | Italie | | IG | 85,00% | 44,21% | La Plaine du Moulin à vent SCI | France | | IP | 50,00% | 26,01% | |
| Kanizsa 2002 | Hongrie | | IG | 100,00% | 52,01% | La Rive SCI | France | 31/12/2011 | Acquisition complémentaire | IG | 85,00% | 44,21% |
| Kaposvár 2002 | Hongrie | | IG | 100,00% | 52,01% | | France | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 51,50% | 26,57% |
| Karl Johansgate 16 AS | Norvège | 31/12/2010 | Cession | | | | France | 31/12/2009 | | IG | 47,30% | 24,22% |
| KC 1 à 12 SNC | France | | IG | 100,00% | 43,17% | La Rocade SCI | France | | ME | 38,00% | 19,76% | |
| KC20 SNC | France | | IG | 100,00% | 43,17% | La Rocade Ouest SCI | France | | ME | 36,73% | 19,10% | |
| KLE 1 SAS | France | | IG | 100,00% | 52,01% | La Roche Invest SCI | France | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Kle Projet 1 SAS | France | | IG | 100,00% | 52,01% | Le Champs de Mais SCI | France | | ME | 40,00% | 20,80% | |
| Kleavero Imobiliária SA | Portugal | 31/12/2010 | < seuils | | | Le Champs des Haies SCI | France | | IG | 60,00% | 31,21% | |
| Kleber la Perouse SNC | France | | IG | 100,00% | 52,01% | | France | 31/12/2011 | | IG | 100,00% | 45,77% |
| Klecapnor SAS | France | | IG | 100,00% | 43,75% | IC SCI | France | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 45,40% |
| Klecar Europe Sud SCS | France | | IG | 83,00% | 43,20% | | France | 31/12/2009 | | IG | 60,00% | 18,43% |
| Klecar Foncier Espana SA | Espagne | | IG | 100,00% | 43,17% | Le Barjac Victor SNC | France | 31/12/2010 | Fusion | IG | 100,00% | 51,59% |
| Klecar Foncier Iberica SA | Espagne | | IG | 100,00% | 43,20% | Le Grand Pré SCI | France | | IG | 60,00% | 31,21% | |
| Klecar France SNC | France | | IG | 83,00% | 43,17% | Le Havre Lafayette SNC | France | | IP | 50,00% | 26,01% | |
| Klecar Italia SPA | Italie | | IG | 100,00% | 43,17% | Le Havre Vauban SNC | France | | IP | 50,00% | 26,01% | |
| Klecar Participations Italie SAS | France | | IG | 83,00% | 43,17% | | France | 31/12/2011 | | IG | 80,00% | 41,61% |
| Klejm Italia SPA | Italie | | IG | 100,00% | 52,01% | Le Mais SCI | France | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 80,00% | 41,27% |
| Kiege Portugal SA | Portugal | | IP | 50,00% | 26,01% | | France | 31/12/2009 | | IG | 60,00% | 30,72% |
| Kielou Imobiliária SA | Portugal | | IG | 100,00% | 52,01% | Le Plateau des Haies SCI | France | 31/12/2010 | Acquisition complémentaire | IG | 100,00% | 52,01% |
| Klementine BV | Pays-Bas | | IG | 100,00% | 52,01% | Les Bas Champs SCI | France | 31/12/2010 | | IG | 90,00% | 46,43% |
| Kleminho Imobiliária SA | Portugal | | IG | 100,00% | 52,01% | Les Boutiques de Saint Maximin | France | | ME | 42,50% | 22,10% | |
| Klemurs SAS | France | | IG | 84,11% | 43,75% | Les Boutiques d'Osny SCI | France | 31/12/2011 | Cession | | | |
| Klenord Imobiliária SA | Portugal | | IG | 100,00% | 52,01% | Les Cinémas de l'Esplanade SA | Belgique | 31/12/2010 | | IG | 67,00% | 19,74% |
| Kiépierre Athinon Foncière | Grèce | | IG | 100,00% | 43,17% | Les Haies de la Haute Pommerale SCI | France | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Kiépierre Conseil SNC | France | | IG | 100,00% | 52,01% | Les Jardins des Princes à Boulogne Billancourt SNC | France | 31/12/2011 | Fusion | | | |
| Kiépierre Corvin | Hongrie | | IG | 100,00% | 52,01% | Lille Eiendom AS | Norvège | | IG | 66,00% | 19,26% | |
| Kiépierre Créteil SCI | France | | IG | 100,00% | 52,01% | LP7 SAS | France | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Kiépierre CZ SRO | République tchèque | | IG | 100,00% | 52,01% | Markedet Haugesund AS | Norvège | 31/12/2011 | Création | IG | 100,00% | 29,18% |
| Kiépierre Finance SAS | France | | IG | 100,00% | 52,01% | Mass Center Torp AB | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Kiépierre Galeria Krakow SP z.o.o. | Pologne | | IG | 100,00% | 52,01% | Maximeuble SCI | France | 31/12/2011 | Fusion | IG | 100,00% | 51,59% |
| Kiépierre Galeria Poznan SP z.o.o. | Pologne | 31/12/2011 | Fusion | | | Metro Drift AS | Norvège | 31/12/2010 | Fusion | IG | 100,00% | 51,59% |
| Kiépierre Krakow SP z.o.o. | Pologne | 31/12/2010 | | IG | 100,00% | 51,59% | Metro Senter ANS | Norvège | | IP | 50,00% | 14,59% |
| Kiépierre Larissa Ltd. | Grèce | | IG | 100,00% | 52,01% | Miskolc 2002 | Hongrie | | IG | 100,00% | 52,01% | |
| Kiépierre Lublin SP z.o.o. | Pologne | | IG | 100,00% | 52,01% | Mitticity i Karlstad FAB | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |
| Kiépierre Luxembourg SA | Luxembourg | | IG | 100,00% | 52,01% | Molndal Centrum Byggnads FAB | Suède | | IG | 100,00% | 29,18% | |

| Denominação | País | Movimento de perímetro | Método | % controlo | % interesse | Denominação | País | Movimento de perímetro | Método | % controlo | % interesse |
|---|-----------------|------------------------|-------------|------------|-------------|---|-----------|------------------------|-------------|------------|-------------|
| Molndal Centrum Koljan IFAB | Suécia | 31/12/2011 | | 100,00% | 29,18% | Soaval - Société d'aménagement et de valorisation de la Gare Saint-Lazare SAS | France | | | 100,00% | 52,01% |
| | | 31/12/2010 | Acquisition | 100,00% | 28,94% | Soccendre SNC | France | 31/12/2010 | Liquidation | | |
| Molndal Centrum Karpen 12 FAB | Suécia | 31/12/2011 | | 100,00% | 29,18% | Société des Centres d'Occ et d'Oil - SCOO SC | France | | | 100,00% | 74,03% |
| | | 31/12/2010 | Acquisition | 100,00% | 28,94% | Société civile pour la location du centre commercial régional de Créteil SOLDEREC | France | | | 100,00% | 41,61% |
| Mosseporten Drift AS | Noruega | 31/12/2010 | Cession | | | Sodevac SNC | France | | | 100,00% | 52,01% |
| Movement Poland SA | Polónia | | | 100,00% | 52,01% | Sogegamar SCI | France | 31/12/2010 | Cession | | |
| Nancy Bonsecours SCI | France | | | 100,00% | 52,01% | Sosnowiec Plaza z.o.o. | Polónia | 31/12/2010 | Liquidation | | |
| Nerstranda AS | Noruega | | | 100,00% | 29,18% | Stavanger Storsenter AS | Noruega | | | 100,00% | 29,18% |
| Nerstranda Drift AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | | Steen & Strøm AS | Noruega | | | 100,00% | 29,18% |
| Noblespecialiste | France | 31/12/2009 | Fusion | | | Steen & Strøm CenterDrift AS | Dinamarca | | | 100,00% | 29,18% |
| Nordal ANS | Noruega | | | 50,00% | 14,59% | Steen & Strøm Centerudvikling IV AS | Dinamarca | | | 100,00% | 29,18% |
| Nordbyen Senter AS | Noruega | 31/12/2011 | Création | 100,00% | 29,18% | Steen & Strøm Centerudvikling V AS | Dinamarca | | | 100,00% | 29,18% |
| Nordbyen Senterforening AS | Noruega | | | 69,20% | 20,19% | Steen & Strøm CenterUdvikling VI AS | Dinamarca | | | 100,00% | 29,18% |
| Nordica Hoidco AB | Suécia | | | 56,10% | 29,18% | Steen & Strøm Centerservice AS | Dinamarca | | | 100,00% | 29,18% |
| Norsk Kjøpesenterforvaltning AS | Noruega | | | 100,00% | 29,18% | Steen & Strøm Danmark AS | Dinamarca | | | 100,00% | 29,18% |
| North Man Sverige AB | Suécia | | | 100,00% | 29,18% | Steen & Strøm Drift AS | Noruega | 31/12/2010 | Cession | | |
| Nyregyhaza Plaza | Hongria | | | 100,00% | 52,01% | Steen & Strøm Elendomsforvaltning AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | |
| Odysseum Place de France SAS | France | | | 50,00% | 26,01% | Steen & Strøm Holding AB | Suécia | | | 100,00% | 29,18% |
| Okem Elendom ANS | Noruega | | | 50,00% | 14,59% | Steen & Strøm Holding AS | Dinamarca | | | 100,00% | 29,18% |
| Okem Holding AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | | Steen & Strøm Invest Amanda Senterdrift AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | |
| Okem Sentrum ANS | Noruega | | | 50,00% | 14,59% | Steen & Strøm Invest AS | Noruega | 31/12/2009 | Fusion | | |
| Okem Sentrum AS | Noruega | | | 50,00% | 14,59% | Steen & Strøm Invest Gulslogen Senterdrift AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | |
| Okem Sentrum Drift AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | | Steen & Strøm Invest Lillestrom Senterdrift AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | |
| Os Alle 3 AS | Noruega | | | 100,00% | 29,18% | Steen & Strøm Invest Lillestrom Torv AS | Noruega | | | 100,00% | 29,18% |
| Os Alle Drift AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | | Steen & Strøm Invest Markedet Drift AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | |
| Osny Invest SCI | France | 31/12/2011 | Cession | | | Steen & Strøm Navik AS | Noruega | 31/12/2010 | Cession | | |
| | | 31/12/2010 | | 57,12% | 29,47% | Steen & Strøm Norge AS | Noruega | | | 100,00% | 29,18% |
| Ostfoldhallen Drift AS | Noruega | 31/12/2010 | Cession | | | Steen & Strøm Senter-service AS | Noruega | | | 100,00% | 29,18% |
| Ostra Centrum i Kristianstad Fastighets AB | Suécia | 31/12/2011 | Acquisition | 100,00% | 29,18% | Steen & Strøm Stavanger Drift AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | |
| Parc de Coquelles SNC | France | | | 50,00% | 26,01% | Steen & Strøm Sverige AB | Suécia | | | 100,00% | 29,18% |
| Partille Lexby AB | Suécia | | | 100,00% | 29,18% | Storm Holding Norway AS | Noruega | | | 100,00% | 29,18% |
| Pasteur SNC | France | | | 100,00% | 52,01% | Stovner Senter AS | Noruega | | | 100,00% | 29,18% |
| Pilsen Plaza SRD | República Checa | 31/12/2011 | Fusion | | | Stovner Senterdrift AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | |
| | | 31/12/2010 | | 100,00% | 51,59% | Svenor AS | Noruega | 31/12/2011 | Liquidation | | |
| Place de l'accueil SA | Belgica | | | 100,00% | 52,01% | Szeged Plaza | Hongria | 31/12/2010 | | 100,00% | 28,94% |
| Pommerale Parc SC | France | | | 60,00% | 31,21% | Szolnok Plaza | Hongria | | | 100,00% | 52,01% |
| Poznan Plaza SP z.o.o. | Polónia | 31/12/2011 | Liquidation | | | Tillertorget Drift AS | Noruega | 31/12/2010 | Cession | | |
| | | 31/12/2010 | | 100,00% | 51,59% | Torvbyen Drift AS | Noruega | | | 38,00% | 11,09% |
| Progest | France | | | 100,00% | 52,01% | Torvbyen Senter AS | Noruega | | | 100,00% | 29,18% |
| Proreal SARL | France | | | 51,00% | 26,53% | Torvbyen Utvikling AS | Noruega | | | 100,00% | 29,18% |
| Projektetselskabet af 10.04.2001 APS | Dinamarca | | | 100,00% | 29,18% | Torvbjornet Lillestrom ANS | Noruega | | | 100,00% | 29,18% |
| Rebecca SCI | France | | | 70,00% | 36,41% | Uj Alba 2002 | Hongria | | | 100,00% | 52,01% |
| Reze Sud SA | France | 31/12/2010 | Cession | | | Valdebac SCI | France | 31/12/2011 | Création | 100,00% | 28,37% |
| Ruda Slaska Plaza SP z.o.o. | Polónia | | | 100,00% | 52,01% | | | 31/12/2010 | Fusion | | |
| Rybnik Plaza SP z.o.o. | Polónia | 31/12/2010 | Liquidation | | | Vannes Coutume SAS | France | 31/12/2010 | | 100,00% | 51,59% |
| Sadyba Best Mall Spzoo (ex-Klepiere Warsaw Sp z.o.o.) | Polónia | | | 100,00% | 52,01% | Vastra Torp Mark AB | Suécia | | | 100,00% | 29,18% |
| Sadyba Center SA | Polónia | | | 100,00% | 52,01% | Vintebro Senter DA | Noruega | | | 100,00% | 29,18% |
| Saint Maximin Construction SCI | France | | | 55,00% | 28,61% | Vintebro Elendomsdrift AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | |
| Sandens Drift AS | Noruega | 31/12/2010 | Cession | | | Zalagegerszeg Plaza | Hongria | | | 100,00% | 52,01% |
| Sandri-Rome SCI | France | 31/12/2010 | Cession | | | | | | | | |
| Seco valde SCI | France | | | 55,00% | 28,61% | | | | | | |
| Ségécé | France | | | 100,00% | 52,01% | | | | | | |
| Ségécé Ceska Republika SRD | República Checa | | | 100,00% | 52,01% | | | | | | |
| Ségécé Espana SLU | Espanha | | | 100,00% | 52,01% | | | | | | |
| Ségécé Hellas Réal Estate Management SA | Grécia | | | 100,00% | 52,01% | | | | | | |
| Ségécé India Private Ltd. | Índia | | | 100,00% | 52,01% | | | | | | |
| Ségécé Italia SRL | Italia | | | 100,00% | 52,01% | | | | | | |
| Ségécé Magyarorszag | Hongria | | | 100,00% | 52,01% | | | | | | |
| Ségécé Polska SP z.o.o. | Polónia | | | 100,00% | 52,01% | | | | | | |
| Ségécé Portugal SA | Portugal | | | 100,00% | 52,01% | | | | | | |
| Ségécé Slovensko SRD | Slováquia | | | 100,00% | 52,01% | | | | | | |
| Senterdrift Asane Senter AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | | | | | | | |
| Sjosiden AS | Noruega | 31/12/2011 | Cession | | | | | | | | |
| | | 31/12/2010 | | 100,00% | 28,94% | | | | | | |
| Sjosiden Drift AS | Noruega | 31/12/2010 | Fusion | | | | | | | | |
| Slagenveien AS | Noruega | 31/12/2011 | Création | 100,00% | 29,18% | | | | | | |

| Legenda: | Alemanha | Eslováquia | Mauritânia | Acquisição |
|--|------------------------|----------------|-----------------|--|
| Amériques: Américas | Argélia | Espanha | México | Cession: cedência |
| Assurance: Seguros | Argentina | Estados Unidos | Noruega | Complémentaire: complementar |
| Autres activités: Outras atividades | Austrália | Finlândia | Nova Zelândia | Création: criação |
| Banque de Detail aux Etats-Unis: Banca De Retalho nos EU | Bélgica | França | Países Baixos | Dilution: diluição |
| Banque de Detail en France: Banca De Retalho em França | Bermudas | Gabão | Peru | Dissolution: dissolução |
| Moyen Orient: Médio Oriente | Brasil | Guiné | Polónia | Franchissement: Transposição |
| Société consolidante: Empresa consolidante | Bulgária | Hungria | Reino Unido | Fusion: fusão |
| Structures: Estruturas | Chile | Ilhas Caimão | República Checa | Liquidation: liquidação |
| | China | Índia | Roménia | Nouveaux: novos |
| | Colômbia | Indonésia | Rússia | Partielle: parcial |
| | Coreia do Sul | Irlanda | Singapura | Perte d'influence notable: perda de influência notável |
| | Costa do Marfim | Itália | Suécia | Perte de contrôle: perda de controlo |
| | Dinamarca | Japão | Suíça | Seuils: limites |
| | Egipto | Luxemburgo | Turquia | |
| | Emirados Árabes Unidos | Malásia | Ucrânia | |
| | | Marrocos | Vietname | |

(*) Filiais francesas cuja supervisão prudencial individual dos rácios de gestão é assegurada no âmbito dos rácios de gestão consolidados do Grupo em conformidade com as disposições do artigo 4.1 do regulamento 2000.03 do Comité da Regulação Bancária e Financeira.

- Entidades objecto de uma consolidação simplificada por equivalência devido ao seu carácter pouco significativo.
- Entidades excluídas do perímetro de consolidação prudencial.
- Entidades equiparadas no perímetro de consolidação prudencial.
- Em 01/01/2011 os limiares de consolidação do Grupo foram atualizados (cf. Resume dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo § 1.b.1).

8.c VARIAÇÃO DA PARTE DO GRUPO E DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS NO CAPITAL E NAS RESERVAS DAS FILIAIS

Durante o ano de 2011, o grupo BNP Paribas prosseguiu as operações de reestruturação internas e externas das atividades do BNP Paribas Fortis iniciadas em 2010.

Essas operações conduziram a fazer variar a quota-parte de interesses do Grupo e a dos acionistas minoritários nos capitais próprios do Grupo a título das filiais visadas. O mesmo sucede devido à recuperação pelo BNP Paribas da participação detida por acionistas minoritários na Findomestic e na Fauchier.

➤ OPERAÇÕES DE RESTRUTURAÇÃO INTERNA QUE MODIFICOU A PARTE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS NO CAPITAL E NAS RESERVAS

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|---|------------------|------------------------|------------------|------------------------|
| | Parte do Grupo | Parte dos minoritários | Parte do Grupo | Parte dos minoritários |
| Cedência de ativos de sucursais Fortis Banque às sucursais BNP Paribas situadas no mesmo território | (37) | 37 | (203) | 203 |
| Cedência parcial do BNP Paribas Investment Partners à BNP Paribas Fortis e à BGL BNP Paribas | | | 292 | (292) |
| Cedência total do BNP Paribas Investment Partners BE Holding (Ex FIM) à BNP Paribas Investment Partners | | | (269) | 269 |
| Cedência total do BNP Paribas Luxembourg à BGL BNP Paribas | | | 224 | (224) |
| Cedência total do Fortis Capital Corporation e suas filiais ao Banexi Holding Corporation | (30) | 30 | (63) | 63 |
| Outros | (13) | 13 | (4) | 4 |
| TOTAL | (80) | 80 | (23) | 23 |

➤ OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR OU DE CEDÊNCIA PARCIAL QUE MODIFICARAM A PARTE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS NO CAPITAL E NAS RESERVAS

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|---|------------------|------------------------|------------------|------------------------|
| | Parte do Grupo | Parte dos minoritários | Parte do Grupo | Parte dos minoritários |
| Fauchier | (24) | (4) | (16) | 5 |
| BNP Paribas Investment Partners adquiriu em 2010 depois em 2011, 12,5 % de participação aos acionistas minoritários aumentando assim a sua taxa de detenção para 100 % | | | | |
| Findomestic | (291) | (337) | | |
| BNP Paribas Personal Finance adquiriu 25 % de participação aos acionistas minoritários aumentando assim a sua taxa de detenção para 100 % | | | | |
| Reestruturação na Turquia | 23 | (129) | | |
| BNP Paribas reestruturou as suas atividades na Turquia depois procedeu à recompra de 6 % de participação aos acionistas minoritários do TEB Bank aumentando assim a sua taxa de detenção para 56,99 % (cf. nota 8.d) | | | | |
| Ukrsibbank | | | (14) | (130) |
| BNP Paribas subscreveu a 1 de outubro de 2010 a totalidade do aumento de capital do Ukrsibbank depois procedeu à recompra das partes dos acionistas minoritários, aumentando assim a sua participação nesta filial para 100 % | | | | |
| Outros | | (7) | (23) | (12) |
| TOTAL | (292) | (477) | (53) | (137) |

No âmbito da aquisição de certas entidades, o Grupo concedeu a acionistas minoritários opções de venda da sua participação a um preço determinado.

O valor total destes compromissos, contabilizados em diminuição dos capitais próprios, ascende a 157 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 161 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

8.d REAGRUPAMENTO DE EMPRESAS

Reagrupamento de empresas realizado em 2011

| Empresa adquirida | Polo | País | Percentagem adquirida | Em milhões de euros | | | Números chave na data de aquisição | | | |
|--------------------------------------|------|---------------|-----------------------|---------------------|---------------------------------|----------------------------|---|-------|--|--------|
| | | | | Preço de aquisição | Diferença de aquisição negativa | Impacto sobre a tesouraria | Ativo | | Passivo | |
| | | | | | | | | | | |
| Fortis Commercial Finance Holding NV | | | | | | | | | | |
| | RB | Países Baixos | 100 % | 100 | 9 | (11) | Empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela | 1 458 | Débitos com os estabelecimentos de crédito | 867 |
| | | | | | | | | | Débitos com a clientela | 463 |
| Fortis Luxembourg Vie | | | | | | | | | | |
| | IS | Luxemburgo | 16,66 % | 114 | (1) | 175 | Ativo financeiros em justo valor por resultado | 7 280 | Provisões técnicas das empresas de seguros | 7 750 |
| BNL Vita | | | | | | | | | | |
| | IS | Itália | 51 % | 325 | 120 | (144) | Ativo financeiros em justo valor por resultado | 3 555 | Provisões técnicas das empresas de seguros | 11 545 |
| | | | | | | | Ativos financeiros disponíveis para venda | 6 979 | | |

Fortis Commercial Finance

O BNP Paribas Fortis e o ABN AMRO concluíram a 10 de junho de 2011 um acordo sobre a aquisição, pelo BNP Paribas Fortis, da rede internacional do Fortis Commercial Finance, à exceção das atividades neerlandesas.

Esta parte da rede do Fortis Commercial Finance, um dos líderes do factoring ativo em 12 países europeus e asiáticos, está ligada ao BNP Paribas Factoring para servir os clientes institucionais do BNP Paribas na Europa e na Ásia.

A rede de factoring do Grupo enriquece com 6 novos territórios: o Reino Unido, a Alemanha, a Polónia, a Dinamarca, o Grande Ducado do Luxemburgo e Hong Kong. Graças a esta aquisição o Grupo torna-se um dos líderes do factoring na Europa. O Fortis Commercial Finance está consolidado por integração global desde 4 de outubro de 2011, e a sua contribuição para o resultado anual do Grupo em 2011 não é significativa.

BNL Vita

A Cardif Assicurazioni, filial italiana do BNP Paribas Cardif, concluiu no dia 22 de dezembro de 2009 um acordo com a seguradora Unipol para recomprar a sua parte de 51 % na sua co-empresa de bancaseguros BNL Vita. O Grupo detém desde 29 de setembro de 2011 a totalidade do capital do BNL Vita. A aplicação das normas contabilísticas sobre os reagrupamentos de empresas leva a constatar uma diferença de aquisição aquando da tomada de controlo do BNL Vita, determinada sobre a participação total do Grupo nesta filial.

Fundado em 1987, o BNL Vita é o 6º ator do mercado da bancaseguros em Itália e distribui os seus produtos de seguros de vida através da rede de agências do BNL, o banco italiano do Grupo. O BNL Vita está consolidado por integração global desde 30 de setembro de 2011, e a sua contribuição para o resultado anual do Grupo em 2011 não é significativa.

Cardif Lux International/Fortis Luxembourg Vie SA

A Ageas e o BGL BNP Paribas por um lado, e o BNP Paribas Cardif por outro lado assinaram um acordo de fusão a 7 de junho de 2011 incidindo sobre o Fortis Luxembourg Vie e o Cardif Lux International. A Ageas e o BGL BNP Paribas eram respetivamente acionistas a 50 % cada um no Fortis Luxembourg Vie (consolidado por equivalência a nível de 50 % no grupo BNP Paribas). O BNP Paribas Cardif era acionista a 100 % do Cardif Lux International (consolidado por integração global no grupo BNP Paribas). No termo da transação, o grupo BNP Paribas controla o novo conjunto a 66,66 %. Este é consolidado por integração global a 31 de dezembro de 2011.

A entidade fusionada passou a ter a designação comercial de Cardif Lux Vie e torna-se um ator importante da distribuição de produtos de seguros de vida e de previdência sobre no mercado luxemburguês.

Teb Bank

No seguimento da aquisição do Fortis Banque SA, um acordo prevendo a fusão do TEB e do Fortis Bank Turquia foi concluído entre o BNP Paribas,

o grupo Colakoglu (coaccionista do TEB desde 2005) e o BNP Paribas Fortis. A fusão das duas entidades foi votada pelas Assembleias-Gerais dos dois bancos a 25 de janeiro de 2011 e realizada a 14 de fevereiro. Os princípios de governança do TEB foram alargados à nova entidade que é consolidada por integração proporcional. O grupo Colakoglu dispõe de uma opção que lhe permite ceder a sua participação no TEB Holding, holding de controlo do TEB, ao grupo BNP Paribas pelo valor de mercado a contar de 15 de fevereiro de 2012. Esta opção inclui um preço mínimo sobre a participação histórica do grupo Colakoglu atingindo 1 633 milhões de libras turcas a contar de 1 de abril de 2014.

O grupo BNP Paribas adquiriu igualmente em junho de 2011, no âmbito de uma oferta pública de compra, 6 % dos títulos cotados do novo conjunto TEB.

Reagrupamento de empresa realizado em 2010

Antin Épargne Pension

A 30 de abril de 2010, o BNP Paribas Assurance finalizou a recompra da Dexia Epargne Pension, filial do grupo Dexia especializada nos seguros de vida topo de gama. A oferta desta empresa, destinada aos parceiros bancários e aos conselheiros em gestão de património independentes, será comercializada sob o nome de «Antin Épargne Pension», que se substitui ao de «Dexia Épargne Pension». Consolidada por integração global desde 30 de junho de 2010, e a sua contribuição para os resultados anuais do Grupo em 2010 não é significativa.

8.e REMUNERAÇÕES E VANTAGENS SOCIAIS BENEFICIANDO OS MANDATÁRIOS SOCIAIS

Política de remuneração e de atribuição das vantagens sociais aos mandatários sociais

Remunerações dos mandatários sociais

A remuneração dos dirigentes mandatários sociais é determinada consoante as modalidades propostas pelo Comité das remunerações e adotadas pelo Conselho de administração.

A remuneração inclui uma parte fixa e uma parte variável, cujos níveis são determinados em função de referências de mercado estabelecidas com base em inquéritos de remuneração por gabinetes especializados.

Salários fixos

O salário anual fixo do Sr. Baudouin Prot, Diretor Geral até 1 de dezembro de 2011 foi de 950 000 euros, depois reduzido para 850 000 euros a contar da sua nomeação na qualidade de Presidente.

O salário fixo de 200 000 euros que o Sr. Jean-Laurent Bonnafé recebia a título da responsabilidade de Chief Executive Officer do BNP Paribas Fortis que ele exerceu até 1 de março de 2011 foi integrado a contar desta data no salário recebido na sua qualidade de Diretor Geral delegado do Grupo. A remuneração fixa do Sr. Jean-Laurent Bonnafé foi aumentada de 800 000 euros para 1 050 000 euros aquando da sua nomeação na qualidade de Diretor Geral a 1 de dezembro de 2011.

A remuneração fixa do Sr. Georges Chodron de Courcel, Diretor Geral delegado foi mantida à 600 000 euros.

Os salários fixos anuais dos Srs. Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau, Diretores Gerais delegados foram fixados, respetivamente, em 580 000 euros e em 450 000 euros a contar de 1 de dezembro de 2011, data da sua nomeação.

Remunerações variáveis

A parte variável da remuneração dos dirigentes mandatários sociais é determinada a partir de uma remuneração específica estabelecida proporcionalmente ao salário fixo. Esta evolui em função de critérios representativos dos resultados do Grupo, da capacidade de gestão dos mandatários sociais e da apreciação pelo Conselho de administração da política de risco e de liquidez do BNP Paribas. A parte variável destina-se a refletir a contribuição efetiva dos dirigentes mandatários sociais para o sucesso do BNP Paribas, no que diz respeito ao Presidente, nomeadamente a título das missões que cumpre em virtude das disposições do regulamento interno que não diz respeito exclusivamente à organização e ao funcionamento do Conselho e, tratando-se do Diretor Geral e aos Diretores Gerais delegados, nomeadamente a título das suas funções respetivas de dirigentes de um grupo internacional de serviços financeiros.

Critérios ligados à performance do Grupo:

Os critérios ligados à performance do Grupo incidem sobre 75% da remuneração variável alvo e permitem calcular a parte correspondente da remuneração de forma proporcional à evolução de indicadores calculados.

■ Presidente e Diretor Geral

- evolução do lucro líquido por ação (37,5 % da remuneração variável alvo),
- realização do orçamento de resultado bruto de exploração do Grupo (37,5 % da remuneração variável alvo);

■ Diretores Gerais delegados

- evolução do lucro líquido por ação (18,75 % da remuneração variável alvo),
- realização do orçamento de resultado bruto de exploração do Grupo (18,5 % da remuneração variável alvo),
- evolução do resultado líquido antes de imposto das atividades sob responsabilidade (18,5 % da remuneração variável alvo),
- realização dos orçamentos de resultado bruto de exploração das atividades sob responsabilidade (18,75 % da remuneração variável alvo).

Critérios pessoais:

Os critérios pessoais dizem respeito à capacidade de gestão avaliada pelo Conselho de administração tendo em consideração as capacidades de antecipação, de decisão e de animação:

- *antecipar*: definir uma visão, preparar o futuro, favorecer o espírito de inovação, assegurar a sucessão e a internacionalização dos quadros dirigentes;
- *decidir*: determinar, com os responsáveis visados, e implementar as medidas necessárias ao desenvolvimento do Grupo, à sua eficácia interna e à adequação da sua política de risco, de controlo interno e de gestão do capital;
- *animar*: reconhecer os comportamentos conformes aos valores do Grupo (o compromisso, a ambição, a criatividade, a reatividade). Suscitar a iniciativa e a cooperação interna. Promover uma cultura da mudança e do desempenho.

A parte de remuneração variável ligada aos critérios pessoais é limitada a 25 % da remuneração variável alvo.

Critérios ligados à política de risco e de liquidez:

Os critérios ligados à política de risco e de liquidez só diz respeito ao Diretor Geral e aos Diretores Gerais delegados. A parte de remuneração variável correspondente a estes critérios é condicionada à realização de vários objetivos medíveis e previamente definidos; esta só pode ser atribuída se a remuneração variável ligada aos indicadores calculados representativos da performance do Grupo for pelo menos igual à parte correspondente da remuneração alvo.

Cada um dos elementos constitutivos da remuneração dos mandatários sociais é limitada a uma percentagem do salário fixo. O Conselho de administração certifica-se de que a evolução das remunerações atribuídas aos mandatários sociais é coerente com cada um dos critérios mencionados acima e, em primeiro lugar, a evolução dos resultados do Grupo. Reporta-o à Assembleia geral dos acionistas.

O Conselho de administração decidiu que as remunerações variáveis atribuídas em 2011 a título de 2010 aos dirigentes mandatários sociais seriam diferidas sobre três anos numa proporção de 60 % do seu montante. A parte diferida está submetida a uma condição de rentabilidade dos fundos próprios e indexada por metade à evolução da cotação da ação; a parte não diferida é ela própria por metade adiada de seis meses e indexada à evolução da cotação da ação. O Conselho de administração renovou estas disposições para as remunerações variáveis atribuídas em 2012 a título de 2011 fixando a proporção de montantes diferidos a 60 % para os Srs. Michel Pébereau, Baudouin Prot, Jean-Laurent Bonnafé, Philippe Bordenave e Georges Chodron de Courcel e a 40 % para o Sr. François Villeroy de Galhau.

Remuneração a longo prazo dos mandatários sociais em caso de subida da cotação da ação

Os mandatários sociais do BNP Paribas não receberam nem opções de subscrição de ações, nem ações de performance em 2011.

A fim de associar os dirigentes do Grupo ao progresso da empresa a longo prazo, o Conselho de administração instituiu um dispositivo de remuneração integralmente condicional e fundado sobre a valorização da ação sobre um período de cinco anos, em condições que, por um lado não deixam qualquer possibilidade de escolha da data de exercício, por outro lado limitam as possibilidades de ganho em caso de forte subida da ação.

Este sistema prevê que nenhuma remuneração será paga a título deste dispositivo se, em 2016, a cotação da ação tiver progredido de menos de 5 % em relação a 2011. Mesmo se a ação tiver progredido de mais de 5 %, a existência de uma remuneração seria submetida à realização, todos os anos, de uma condição de performance relativa da cotação da ação BNP Paribas. De acordo com esta condição, a fração correspondente da atribuição poderia ser, ano após ano, mantida, reduzida ou perdida. A quantia paga seria em função da subida da ação constatada sobre cinco anos; esta evoluiria de maneira menos do que proporcional a esta subida e dentro do limite de um plafond que se aplicaria caso a ação tivesse fortemente progredido.

Antes de decidir implementar este dispositivo que disse respeito em 2011 aos Srs. Baudouin Prot, Jean-Laurent Bonnafé e Georges Chodron de Courcel, o Conselho de administração certificou-se junto do Comité de Sábios de que o sistema previsto respeitava as disposições do Código de governo da sociedade AFEP – MEDEF.

(1) Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF (ponto 20-2-5).

O valor contabilístico na data de atribuição (12 de abril de 2011) desta remuneração a longo prazo condicional ascende a 492 506 euros para o Sr. Baudouin Prot, 399 744 euros para o Sr. Jean-Laurent Bonnafé e 323 780 euros para o Sr. Georges Chodron de Courcel.

Vantagens posteriores ao emprego

Indemnizações de saída

Os mandatários sociais não beneficiam de nenhuma compensação contratual a título da cessação do seu mandato.

Indemnizações de fim de carreira

No âmbito de uma convenção autorizada pelo Conselho de administração pela qual foi posto fim ao contrato de trabalho do Sr. Baudouin Prot, o BNP Paribas comprometeu-se a pagar-lhe, quando este deixar o Grupo por motivos de reforma, uma compensação de um montante de 150 000 euros correspondente ao prémio de fim de carreira que ele teria recebido por aplicação de um acordo relativo à Caixa de previdência do pessoal da Banque Nationale de Paris.

O Sr. Jean-Laurent Bonnafé, Diretor Geral e os Srs. Philippe Bordenave, Georges Chodron de Courcel e François Villeroy de Galhau, Diretores Gerais delegados beneficiam das disposições aplicáveis aos colaboradores do BNP Paribas SA em matéria de indemnização de fim de carreira em função da sua situação contratual inicial.

Regimes de reforma complementar⁽¹⁾

Os regimes de reforma com prestações definidas, dos quais beneficiavam os quadros superiores do Grupo oriundos do BNP, do Paribas e da Compagnie Bancaire, foram todos transformados em regimes de tipo aditivo. Os montantes atribuídos aos beneficiários foram congelados aquando do fecho dos regimes anteriores.

Uma regra análoga foi aplicada aos Srs. Baudouin Prot e Georges Chodron de Courcel, hoje respetivamente Presidente do Conselho de administração e Diretor Geral delegado. Os Srs. Baudouin Prot e Georges Chodron de Courcel dependem, por esse motivo, de um regime coletivo e condicional de reforma complementar conforme às disposições dos artigos L. 137.11 e R. 137.16 do Código da Segurança Social. título deste regime, as pensões seriam calculadas, sob reserva da sua presença no Grupo no momento da sua saída para a reforma, com base nas remunerações fixas e variáveis recebidas em 1999 e 2000, sem possibilidade de aquisição ulterior de direitos.

Os montantes da reforma, incluem as pensões servidas pelo regime geral da Segurança Social e os regimes complementares da ARRCO e da AGIRC, assim como, se tal for o caso, os complementos bancários resultantes do acordo profissional entrado em vigor em 1 de Janeiro de 1994 e as pensões adquiridas com o concurso da empresa junto dos regimes complementares de capitalização representariam no máximo 50% das remunerações assim determinadas.

Estes montantes seriam revalorizados de 1 de Janeiro de 2002 até à data da liquidação efetiva das pensões, com base na taxa média anual de evolução das pensões pagas pela Segurança Social, a ARRCO e a AGIRC. O aumento dos direitos potenciais, correspondente ao ano de 2010, seria limitado aos efeitos desta revalorização. No momento desta liquidação, as pensões aditivas seriam iguais ao diferencial verificado entre estes montantes assim revalorizados e as prestações de reforma servidas pelo regime geral e os regimes complementares ou suplementares citados anteriormente. Estas pensões aditivas, então definitivamente calculadas, seriam indexadas à taxa de crescimento do valor de serviço do ponto AGIRC.

Estes compromissos tinham sido alvo de provisões pelo Banque Nationale de Paris. Estas foram ajustadas por ocasião do fecho dos regimes de reforma anteriores acima mencionado e os compromissos foram transferidos para uma companhia de seguros exterior ao Grupo.

A vantagem constituída pelos regimes de reforma descritos acima sempre foi tido em conta pelo Conselho de administração na determinação das remunerações globais dos mandatários sociais. O Conselho de administração constatou em 2009 que este regime era conforme às disposições do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF.

O Sr. Michel Pébereau pertence ao regime de reforma descrito acima a título das suas atribuições anteriores a 1 de dezembro de 2011. O montante líquido que lhe foi pago em 2011 pela companhia de seguros para a qual os compromissos correspondentes foram transferidos ascendeu a 49 856 euros. O Sr. Michel Pébereau não recebeu qualquer indemnização quando o seu mandato de Presidente caducou a 1 de dezembro de 2011.

O Presidente do Conselho de administração, o Diretor Geral e os Diretores Gerais delegados beneficiam do dispositivo de reforma com

com descontos definidos (art. 83) estabelecido em benefício de todos os colaboradores do BNP Paribas SA. O montante dos descontos pagos a este título pela empresa foi, em 2011, de 389 euros por beneficiário.

Regime de previdência

O Presidente do Conselho de administração, o Diretor Geral e os Diretores Gerais delegados beneficiam dos dispositivos de previdência flexível oferecidos aos colaboradores e aos mandatários sociais do BNP Paribas SA em matéria de seguro por morte e invalidez, assim como de regime comum de cobertura das despesas de saúde.

Beneficiam por outro lado do dispositivo da Garantia de Vida Profissional Acidentes (seguro por morte e invalidez) em vigor em benefício do conjunto dos empregados do BNP Paribas SA, assim como do dispositivo complementar implementado em benefício dos membros da Comissão Executiva do Grupo, oferecendo um capital complementar de 1,10 milhão de euros em caso de morte ou de invalidez permanente total ligadas à atividade profissional.

| | Contrato de trabalho | | Regime de reforma complementar | | Indemnizações ou vantagens devidas ou suscetíveis de serem devidas em razão da cessação ou mudança de funções ⁽³⁾ | | Indemnização relativa a uma cláusula de não concorrência | |
|---------------------------------|----------------------|------------------|--------------------------------|-----|--|-----|--|-----|
| | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não |
| Sr. Baudouin PROT | | √ ⁽¹⁾ | √ | | √ | | | √ |
| Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ | √ | | √ ⁽²⁾ | | √ | | | √ |
| Sr. Georges CHODRON de COURCEL | √ | | √ | | √ | | | √ |
| Sr. Philippe BORDENAVE | √ | | √ ⁽²⁾ | | √ | | | √ |
| Sr. François VILLEROY de GALHAU | √ | | √ ⁽²⁾ | | √ | | | √ |

(1) Contrato rompido a 6 de maio de 2011.

(2) Jean-Laurent Bonnafé, Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau beneficiam exclusivamente do regime de reforma artigo 83 do Código geral dos impostos implementado para todos os assalariados do BNP Paribas SA.

(3) Cf. acima. Vantagens posteriores ao emprego. Indemnizações de fim de carreira de acordo com o regime aplicável aos assalariados do BNP Paribas SA.

O quadro seguinte apresenta a remuneração bruta devida a título do exercício 2011 assim como os rendimentos em espécie e as fichas de presença de 2011.

| Remuneração devida a título de 2011 Em euros | Remunerações | | | Fichas de presença ⁽⁴⁾ | Vantagens em espécie ⁽⁶⁾ | Total Remunerações ⁽⁷⁾ |
|---|---------------------|--------------------------|-------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| | Fixa ⁽¹⁾ | Válida | | | | |
| | | Paga em 2012 | Diferida ⁽³⁾ | | | |
| Michel PÉBEREAU | | | | | | |
| (Período de 01/01/2011 a 30/11/2011) | 641 667 | 195 000 | 292 500 | 40 876 | 3 780 | 1 173 823 |
| (retrospectiva 2010) | (700 000) | (260 000) ⁽²⁾ | (390 000) | (37 160) | (4 124) | (1 391 284) |
| Baudouin PROT | | | | | | |
| Presidente do Conselho de Administração | 941 667 | 471 970 | 707 956 | 91 796 | 3 926 | 2 166 394 |
| (retrospectiva 2010) | (950 000) | (669 621) ⁽²⁾ | (1 004 432) | (84 907) | (4 055) | (2 665 268) |
| Jean-Laurent BONNAFÉ | | | | | | |
| Diretor Geral | 820 833 | 463 106 | 694 659 | 97 087 | 3 197 | 2 020 548 |
| (retrospectiva 2010) | (800 000) | (543 500) ⁽²⁾ | (815 250) | (76 870) | (3 333) | (2 199 032) |
| Georges CHODRON de COURCEL | | | | | | |
| Diretor Geral Delegado | 600 000 | 305 143 | 457 714 | 106 133 | 4 141 | 1 366 998 |
| (retrospectiva 2010) | (600 000) | (440 218) ⁽²⁾ | (660 326) | (115 225) | (3 840) | (1 704 384) |
| Philippe BORDENAVE | | | | | | |
| Diretor Geral Delegado | | | | | | |
| (Período de 01/12/2011 a 31/12/2011) | 48 333 | 25 842 | 38 763 | ⁽⁵⁾ | 13 | 112 951 |
| (retrospectiva 2010) | | | | | | |
| François VILLEROY de GALHAU | | | | | | |
| Diretor Geral Delegado | | | | | | |
| (Período de 01/12/2011 a 31/12/2011) | 37 500 | 33 321 | 22 214 | ⁽⁵⁾ | 260 | 93 295 |
| (retrospectiva 2010) | | | | | | |
| Remuneração total devida aos mandatários sociais a título de 2011 | | | | | | 6 934 009 |
| (retrospectiva 2010) | | | | | | (7 959 968) |

(1) Salário efetivamente pago em 2011.

(2) Estes montantes correspondem à remuneração variável devida respetivamente a título de 2010 e paga em 2011.

(3) Ver comentário acima.

(4) O Sr. Michel Pébereau não recebeu fichas de presença a título dos mandatos que ele exerce nas empresas do Grupo, à exceção do seu mandato de administrador do BNP Paribas SA.

O Sr. Baudouin Prot não recebe fichas de presença a título dos mandatos que ele exerce nas empresas do Grupo, à exceção dos seus mandatos de administrador do BNP Paribas SA e da empresa Erbé. O montante das fichas de presença recebidas a título deste último mandato é deduzido da remuneração variável paga.

O Sr. Jean-Laurent Bonnafé não recebe fichas de presença a título dos mandatos que ele exerce nas empresas do Grupo, à exceção dos seus mandatos de administrador do BNP Paribas SA, BNP Paribas Fortis, BNL e Personal Finance. O montante das fichas de presença recebidas a título destes dois últimos mandatos é deduzido da remuneração variável paga.

O Sr. Georges Chodron de Courcel não recebe fichas de presença a título dos mandatos que ele exerce nas empresas do Grupo, à exceção dos seus mandatos de administrador do BNP Paribas Suisse, da empresa Erbé e do BNP Paribas Fortis. O montante das fichas de presença recebidas a título destes mandatos é deduzido da remuneração variável paga.

(5) O Sr. Philippe Bordenave e o Sr. François Villeroy de Galhau não receberam fichas de presença desde 1 de dezembro de 2011, data de início do seu mandato de mandatários sociais.

(6) O Presidente do Conselho de administração, o Diretor Geral e os Diretores Gerais delegados dispõem de um carro de funções e de um telemóvel. O Sr. Philippe Bordenave não beneficiava de qualquer veículo de funções a título das suas atribuições anteriores.

(7) Remuneração total após dedução das fichas de presença imputadas sobre a remuneração variável.

SITUAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO 2011

Notas anexas às Situações financeiras

O quadro seguinte apresenta a remuneração bruta paga em 2011 assim como as vantagens em espécie e as fichas de presença do mesmo exercício.

| Remunerações pagas em 2011 Em euros | Remunerações | | Fichas de presença | Vantagens em espécie | Total remuneração ⁽⁴⁾ |
|--|-----------------------------|---|-----------------------------|-------------------------|----------------------------------|
| | Fixa | Variável ⁽¹⁾ | | | |
| Michel PÉBEREAU (Período de 01/01/2011 a 30/11/2011) <i>(retrospectiva 2010)</i> | 641 667 <i>(700 000)</i> | 397 129 <i>(280 000)⁽²⁾</i> | 40 876 <i>(37 160)</i> | 3 780 <i>(4 124)</i> | 1 083 453 <i>(1 021 284)</i> |
| Baudouin PROT Presidente do Conselho de Administração <i>(retrospectiva 2010)</i> | 941 667 <i>(950 000)</i> | 799 042 <i>(651 910)⁽²⁾</i> | 91 796 <i>(84 907)</i> | 3 926 <i>(4 055)</i> | 1 836 430 <i>(1 690 872)</i> |
| Jean-Laurent BONNAFÉ Diretor Geral <i>(retrospectiva 2010)</i> | 820 833 <i>(800 000)</i> | 513 619 <i>(629 683)⁽²⁾</i> | 97 087 <i>(76 870)</i> | 3 197 <i>(3 333)</i> | 1 434 736 <i>(1 509 886)</i> |
| Georges CHODRON de COURCEL Diretor Geral Delegado <i>(retrospectiva 2010)</i> | 600 000 <i>(600 000)</i> | 435 540 <i>(337 698)⁽²⁾</i> | 106 133 <i>(115 225)</i> | 4 141 <i>(3 840)</i> | 1 145 814 <i>(1 056 763)</i> |
| Philippe BORDENAVE Diretor Geral Delegado (Período de 01/12/2011 a 31/12/2011) <i>(retrospectiva 2010)</i> | 48 333 | 690 ⁽³⁾ | ⁽⁴⁾ | 13 | 49 036 |
| François VILLEROY de GALHAU Diretor Geral Delegado (Período de 01/12/2011 a 31/12/2011) <i>(retrospectiva 2010)</i> | 37 500 | 690 ⁽³⁾ | ⁽⁴⁾ | 260 | 38 450 |
| Remuneração total paga aos mandatários sociais em 2011 <i>(retrospectiva 2010)</i> | | | | | 5 587 919 <i>(5 278 805)</i> |

- (1) Os montantes indicados incluem além da remuneração variável propriamente dita, os elementos de remuneração de natureza excepcional assim como as deduções correspondentes à recuperação das fichas de presença.
A remuneração variável do Sr. Michel Pebereau a título de 2010 paga em 2011, inclui o pagamento em dezembro de 2011 das suas férias não gozadas (67 200 euros).
A remuneração variável do Sr. Baudouin Prot a título de 2010 paga em 2011, foi reduzida de um montante de 47 747 euros correspondente à recuperação das fichas de presença recebidas em 2010.
A remuneração variável do Sr. Georges Chodron de Courcel a título de 2010 paga em 2011, foi reduzida de um montante de 115 225 euros correspondente à recuperação das fichas de presença recebidas em 2010.
A remuneração variável do Sr. Jean-Laurent Bonnafé a título de 2010 paga em 2011, foi reduzida de um montante de 38 212 euros correspondente à recuperação das fichas de presença recebidas em 2010.
- (2) Montante pago em 2010.
- (3) Prémio recebido em dezembro de 2011 atribuído a título de um acordo de empresa a todos os assalariados do BNP Paribas SA presentes a tempo inteiro durante todo o ano 2010.
- (4) O Sr. Philippe Bordenave e o Sr. François Villeroy de Galhau não receberam fichas de presença desde 1 de dezembro de 2011, data de início do seu mandato de mandatários sociais.
A taxa de encargos e contribuições sociais média sobre estas remunerações em 2011 é de 32,3 % (33,8 % em 2010).

➤ VANTAGENS SOCIAIS BENEFICIANDO AOS MANDATÁRIOS SOCIAIS

| Vantagens sociais beneficiando aos mandatários sociais | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|------------------------|----------------|
| Vantagens posteriores ao emprego | | |
| Indemnizações de fim de carreira | | |
| <i>Valor atualizado dos compromissos (fora encargos sociais)</i> | 746 318 € | 516 531 € |
| Regime coletivo e condicional de reforma complementar com prestações definidas | | |
| <i>Valor atualizado total no fim dos compromissos</i> | 18,5 M€ ⁽¹⁾ | 30,7 M€ |
| Regime de reforma com descontos definidos | | |
| <i>Descontos pagos pela empresa durante o ano</i> | 1 588 € | 1 524 € |
| Previdência / Cobertura Saúde | | |
| <i>Prêmios pagos pela empresa durante o ano</i> | 74 263 € | 133 717 € |

(1) Incluindo a contribuição adicional de 30 %.

➤ FICHAS DE PRESENÇA PAGAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| Em euros | Fichas de presença pagas em 2011 | Fichas de presença pagas em 2010 |
|---|----------------------------------|----------------------------------|
| Sr. AUGUSTE Patrick ⁽¹⁾ | 26 861 | 46 503 |
| Sr. BÉBÉAR Claude | 48 009 | 35 568 |
| Sra. D. BERGER Suzanne ⁽²⁾ | 23 358 | 44 592 |
| Sr. BONNAFÉ Jean-Laurent | 38 753 | 12 918 |
| Sr. GIANNO Jean-Marie | 47 034 | 45 443 |
| Sr. GRAPPOTTE François ⁽²⁾ | 45 317 | 71 696 |
| Sr. KESSLER Denis | 74 466 | 59 669 |
| Sr. KUNEVA Meglena | 36 629 | 9 202 |
| Sr. LEPETIT Jean-François | 65 524 | 44 380 |
| Sra. D. MISSON Nicole ⁽³⁾ | 17 624 | 0 |
| Sra. D. PARISOT Laurence | 41 726 | 39 071 |
| Sr. PÉBEREAU Michel | 40 876 | 37 160 |
| Sra. D. PLOIX Hélène | 45 972 | 46 503 |
| Sr. PROT Baudouin | 40 876 | 37 160 |
| Sr. SCHWEITZER Louis | 60 239 | 60 654 |
| Sr. TILMANT Michel | 56 590 | 42 469 |
| Sr. VAN BROEKHOVEN Emiel | 55 528 | 44 592 |
| Sra. D. WEBER-REY Daniela | 55 528 | 47 034 |
| Sra. D. WICKER-MIURIN Fields ⁽⁴⁾ | 20 597 | 0 |
| TOTAL | 841 507 | 724 614 |

(1) Mandato caducado a 30 de junho de 2011.

(2) Mandato caducado a 11 de maio de 2011. O Sr. François GRAPPOTTE foi até esta data Presidente do comité de controlo interno dos riscos e da conformidade.

(3) Mandato caducado a 1 de julho de 2011.

(4) Mandato caducado a 11 de maio de 2011.

Planos de opções de subscrição de ações

No âmbito da autorização dada pela Assembleia-geral, o BNP Paribas implementa um programa de atribuição de opções de subscrição de ações cujas características, aprovadas pelo Conselho

de administração, são descritas na nota anexa às remunerações e vantagens concedidas ao pessoal (pagamento à base de ações).

Apesar das disposições deste programa se aplicarem aos mandatários sociais, o Conselho de administração não desejou utilizá-las em 2011.

➤ OPÇÕES CONSENTIDAS E LEVANTADAS EM 2011

| Opções de subscrição de ações consentidas aos mandatários sociais e opções levantadas por estes últimos | Número de opções | Preço de aquisição (em euros) | Data de atribuição | Data de vencimento do plano | Valorização da atribuição individual | | Atribuição individual em % do número de ações compondo o capital |
|---|------------------|-------------------------------|--------------------|-----------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|--|
| | | | | | Em euros | Em % do encargo contabilístico | |
| Opções consentidas em 2011 | NC | - | - | - | - | - | - |
| Opções levantadas em 2011 | | | | | | | |
| Michel PÉBEREAU | 147 571 | 47,37 | 15/05/2001 | 14/05/2011 | | | |
| Baudouin PROT | 94 818 | 47,37 | 15/05/2001 | 14/05/2011 | | | |
| Georges CHODRON de COURCEL | 4 675 | 35,87 | 21/03/2003 | 20/03/2013 | | | |
| Opções consentidas em 2010 | NC | - | - | - | - | - | - |
| Opções levantadas em 2010 | | | | | | | |
| Michel PÉBEREAU | 80 000 | 47,37 | 15/05/2001 | 14/05/2011 | | | |
| Baudouin PROT | 50 000 | 47,37 | 15/05/2001 | 14/05/2011 | | | |

➤ **QUADRO DE SÍNTESE DAS REMUNERAÇÕES E DAS OPÇÕES ATRIBUÍDAS A CADA DIRIGENTE MANDATÁRIO SOCIAL NESSA QUALIDADE**

| Em euros | | 2011 | 2010 |
|--|--|------------------|------------------|
| Michel PÉBEREAU | | | |
| Período de 01/01/2011 au 30/11/2011 | Remuneração a título do exercício | 1 173 823 | 1 391 284 |
| | Valorização das opções atribuídas durante o exercício | NC | NC |
| TOTAL | | 1 173 823 | 1 391 284 |
| Baudouin PROT | | | |
| Presidente do Conselho de Administração | Remuneração a título do exercício | 2 166 394 | 2 665 268 |
| | Remuneração a longo prazo - Valor líquido contábilístico na data de atribuição (12 abril 2011) | 492 506 | |
| | Valorização das opções atribuídas durante o exercício | NC | NC |
| TOTAL | | 2 658 900 | 2 665 268 |
| Jean-Laurent BONNAFÉ | | | |
| Diretor Geral | Remuneração a título do exercício | 2 020 548 | 2 199 032 |
| | Remuneração a longo prazo - Valor líquido contábilístico na data de atribuição (12 abril 2011) | 399 744 | |
| | Valorização das opções atribuídas durante o exercício | NC | NC |
| TOTAL | | 2 420 292 | 2 199 032 |
| Georges CHODRON de COURCEL | | | |
| Diretor Geral Delegado | Remuneração a título do exercício | 1 366 998 | 1 704 384 |
| | Remuneração a longo prazo - Valor líquido contábilístico na data de atribuição (12 abril 2011) | 323 780 | |
| | Valorização das opções atribuídas durante o exercício | NC | NC |
| TOTAL | | 1 690 778 | 1 704 384 |
| Philippe BORDENAVE | | | |
| Diretor Geral Delegado (Período de 01/12/2011 a 31/12/2011) | Remuneração a título do exercício | 112 951 | |
| | Valorização das opções atribuídas durante o exercício | NC | NC |
| TOTAL | | 112 951 | |
| François VILLEROY de GALHAU | | | |
| Diretor Geral Delegado (Período de 01/12/2011 a 31/12/2011) | Remuneração a título do exercício | 93 295 | |
| | Valorização das opções atribuídas durante o exercício | NC | NC |
| TOTAL | | 93 295 | |

Este quadro representa o número de opções em vida em 31 de dezembro de 2011 detido pelos mandatários sociais.

| Sociedade emissora do plano | BNP Paribas | BNP Paribas | BNP Paribas | BNP Paribas | BNP Paribas | BNP Paribas | BNP Paribas | BNP Paribas | BNP Paribas |
|---|----------------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|---------------|---------------|
| Data de atribuição do plano | 21/03/2003 | 24/03/2004 | 25/03/2005 | 05/04/2006 | 08/03/2007 | 18/04/2008 | 08/04/2009 | 05/03/2010 | 04/03/2011 |
| Michel PEBEREAU | 232 717 | | 103 418 | 102 521 | 51 265 | 51 265 | | - | - |
| Baudouin PROT | 201 688 | | 155 125 | 184 537 | 174 300 | 174 299 | | - | - |
| Jean-Laurent BONNAFÉ | | | 41 368 | 51 261 | 61 518 | 61 517 | | - | - |
| Georges CHODRON de COURCEL | | | 62 052 | 92 269 | 92 277 | 102 529 | | - | - |
| Philippe BORDENAVE | 38 484 | | 41 368 | 36 908 | 36 911 | 41 012 | 41 014 | 24 900 | 18 660 |
| François VILLEROY de GALHAU | | 7 750 | 15 514 | 15 379 | 15 380 | 15 380 | 41 014 | 24 900 | 18 660 |
| NÚMERO DE OPÇÕES EM VIDA EM FINAIS DE 2011 POR PLANO⁽¹⁾ | 472 889 | 7 750 | 418 845 | 482 875 | 431 651 | 446 002 | 82 028 | 49 800 | 37 320 |

(1) O aumento de capital por subscrição de direitos preferenciais realizado em Outubro de 2009 conduziu, em conformidade com a regulamentação em vigor e para ter em conta o destacamento de um Direito Preferencial de Subscrição (DPS), ao ajustamento do número e dos preços de exercícios das opções ainda não exercidas.

Ações de desempenho

No âmbito do Plano Global de Interesse em Ações implementado a favor das categorias de assalariados descritas na nota anexa 7.e acima, os Srs. Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau receberam ações de desempenho integralmente condicionadas.

| Sociedade emissora do Plano | BNP Paribas | BNP Paribas | | |
|-----------------------------|-----------------|----------------------------|-----------------|----------------------------|
| Data de atribuição do plano | 05/03/10 | | | 04/03/11 |
| Data de aquisição | 05/03/13 | | | 04/03/14 |
| Data de disponibilidade | 06/03/15 | | | 04/03/16 |
| Condições de desempenho | sim | | | sim |
| | número de ações | valorização ⁽¹⁾ | número de ações | valorização ⁽¹⁾ |
| Philippe BORDENAVE | 3 105 | 155 250 | 4 665 | 223 174 |
| François VILLEROY de GALHAU | 3 105 | 155 250 | 4 665 | 223 174 |
| TOTAL | 6 210 | 310 500 | 9 330 | 446 347 |

(1) Valorização na data de atribuição das ações de acordo com o método descrito na nota 7.e.

De salientar que nenhum mandatário social detém ações de desempenho disponíveis em 31 de dezembro de 2011.

Detenção de ações e conservação de ações oriundas de levantamentos de opções

O Conselho de administração confirmou que o Presidente do Conselho de administração, o Diretor Geral e os Diretores Gerais delegados tinham o dever de conservar até à cessação das suas funções uma quantidade de ações provenientes de levantamentos de opções. Esta obrigação de conservação é fixada a 50 % da mais valia líquida de aquisição realizada sobre as opções atribuídas a contar de 1 de setembro de 2008, data na qual foi nomeado mandatário social, para o Sr. Jean-Laurent Bonnafé. Esta obrigação de conservação aplica-se aos Srs. Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau para as opções que lhes seriam atribuídas a contar de 1 de dezembro de 2011. Esta será considerada como cumprida desde que os limites definidos abaixo a título da detenção de ações sejam atingidos por meio de ações provenientes do levantamento de opções.

O Conselho de administração decidiu que os Srs. Baudouin Prot e Georges Chodron de Courcel continuam obrigados a deter durante o tempo das suas funções a quantidade minimal de títulos que o Conselho de administração havia anteriormente fixada a 80 000 ações para o Sr. Baudouin Prot e 30 000 ações para o Sr. Georges Chodron de Courcel. Decidiu igualmente que a quantidade minimal de títulos que o Sr. Jean-Laurent Bonnafé será obrigado a deter durante o tempo das suas funções será aumentada de 30 000 ações para 80 000 ações ou seja um número de ações idêntico ao que havia sido fixado para o Sr. Baudouin Prot nas suas funções de Diretor Geral. A colocação em conformidade com esta obrigação, sob forma de detenção direta de ações ou de partes de fundos do Plano Poupança Empresa integralmente investidas em ações BNP Paribas, deverá ser realizada pelo Sr. Jean-Laurent Bonnafé o mais tardar a 1 de dezembro de 2014, ou seja três anos após a sua nomeação na qualidade de Diretor Geral.

O Conselho de administração definiu tendo em consideração a sua remuneração respetiva a quantidade minimal de títulos que os Srs. Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau deverão deter durante o tempo das suas funções sob forma de ações ou de partes de fundos do Plano Poupança Empresa integralmente investidas em ações BNP Paribas. Foi fixada esta quantidade minimal a 30 000 títulos para o Sr. Philippe Bordenave e a 20 000 títulos para o Sr. François Villeroy de Galhau. A colocação em conformidade com esta obrigação deverá ser realizada o mais tardar a 1 de dezembro de 2016.

Remuneração e vantagens sociais beneficiando os administradores assalariados eleitos

O conjunto das remunerações pagas em 2011 aos Administradores assalariados eleitos pelo pessoal ascendeu proporcionalmente à sua presença a 155 426 euros (99 785 euros em 2010), incluindo 53 763 euros a título da indemnização de fim de carreira de um administrador que fez valer os seus direitos à reforma e excluindo as fichas de presença ligadas ao seu mandato. As fichas de presença pagas em 2011 aos administradores assalariados eleitos pelo pessoal ascenderam no total a 93 346 euros (91 945 euros em 2010). Foram pagas diretamente às suas organizações sindicais.

Os administradores assalariados eleitos pelo pessoal beneficiam dos dispositivos oferecidos a todos os colaboradores do BNP Paribas SA em matéria de seguro - morte e invalidez e de Garantia de Vida Profissional Acidentes assim como de uma cobertura para reembolso das despesas de saúde. O montante total dos prémios pagos pelo BNP Paribas a estes regimes em 2011 por conta destes administradores assalariados eleitos foi de 1 746 euros (1 619 euros em 2010).

Os administradores assalariados eleitos beneficiam do dispositivo de reforma com descontos definidos (art. 83) estabelecido em benefício de todos os colaboradores do BNP Paribas SA. O montante total dos descontos pagos pelo BNP Paribas a este regime em 2011 por conta destes mandatários sociais foi de 717 euros (706 euros em 2010). Estes beneficiam igualmente dos complementos bancários resultantes do acordo profissional entrado em vigor a 1 de janeiro de 1994.

Empréstimos, adiantamentos e garantias concedidos aos mandatários sociais

Em 31 de dezembro de 2011, o montante dos empréstimos em curso concedidos direta ou indiretamente aos mandatários sociais ascende a 3 416 297 euros (3 286 908 euros em 31 de dezembro de 2010), este corresponde à soma dos empréstimos concedidos aos mandatários sociais do BNP Paribas assim como aos seus cônjuges. Estes empréstimos concedidos constitutivos de operações correntes foram consentidos em condições normais.

8.f RELAÇÕES COM AS OUTRAS PARTES LIGADAS

As outras partes ligadas ao grupo BNP Paribas são as empresas consolidadas, incluindo as empresas equiparadas, assim como as entidades assegurando a gestão das vantagens posteriores ao emprego beneficiando o pessoal (à exceção dos regimes multiempregadores e intersectoriais).

As transações operadas entre o BNP Paribas e as partes ligadas a este são realizadas de acordo com as condições de mercado prevalecendo no momento da realização destas transações.

Relações entre as empresas consolidada do Grupo

A lista das empresas consolidadas do grupo BNP Paribas é apresentada na nota 8.b «Perímetro de consolidação». As transações realizadas e os capitais existentes em final de período entre as empresas do Grupo consolidadas por integração global sendo totalmente eliminados em consolidação, apenas são retomados nos quadros seguintes os dados relativos a estas operações recíprocas quando estas dizem respeito às empresas sobre as quais o Grupo exerce um controlo conjunto (consolidação por integração proporcional) para a parte não eliminada em consolidação, e aquelas sobre as quais o Grupo exerce uma influência notável, equiparadas.

➤ ATIVOS DAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM AS PARTES LIGADAS

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|--|---|--|---|--|
| | Empresas consolidadas por integração proporcional | Empresas consolidadas por equivalência | Empresas consolidadas por integração proporcional | Empresas consolidadas por equivalência |
| ATIVOS | | | | |
| Empréstimos concedidos, adiantamentos e títulos | | | | |
| Contas ordinárias | 29 | 40 | 91 | 456 |
| Empréstimos concedidos | 4 058 | 3 082 | 4 111 | 1 240 |
| Títulos | 312 | 17 | 195 | 77 |
| Operações de locação financeira | 6 | - | 5 | - |
| Títulos detidos em carteira que não de negócio | 479 | 2 | 550 | 850 |
| Ativos diversos | 11 | 110 | 3 | 67 |
| TOTAL | 4 895 | 3 251 | 4 955 | 2 690 |
| PASSIVO | | | | |
| Depósitos | | | | |
| Contas ordinárias | 94 | 2 212 | 102 | 1 811 |
| Outros empréstimos | 88 | 79 | 69 | 44 |
| Débitos representados por um título | 67 | 32 | 65 | 177 |
| Passivos diversos | 11 | 14 | 17 | 28 |
| TOTAL | 260 | 2 337 | 253 | 2 060 |
| COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA | | | | |
| Compromissos de financiamento dados | 795 | 581 | 777 | 568 |
| Compromissos de garantia dados | 153 | 73 | 120 | 185 |
| TOTAL | 948 | 654 | 897 | 753 |

Além disso, no âmbito da sua atividade de banca de financiamento e de investimento, o Grupo efetua igualmente com estas partes ligadas operações de negócio às condições de mercado sobre instrumentos financeiros derivados (swaps, opções, contratos a prazo...) e sobre instrumentos financeiros emitidos por estas (ações, títulos obrigacionistas...).

➤ ELEMENTOS DE RESULTADO RELATIVOS ÀS OPERAÇÕES REALIZADAS COM AS PARTES LIGADAS

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | | Exercício 2010 | |
|--|---|--|---|--|
| | Empresas consolidadas por integração proporcional | Empresas consolidadas por equivalência | Empresas consolidadas por integração proporcional | Empresas consolidadas por equivalência |
| Juros e proveitos assimilados | 145 | 93 | 122 | 115 |
| <i>Juros e encargos assimilados</i> | (4) | (45) | (5) | - |
| Comissões (proveitos) | 18 | 314 | 20 | 120 |
| <i>Comissões (encargos)</i> | (60) | (28) | (65) | (46) |
| Prestações de serviços concedidas | 1 | 72 | 5 | 54 |
| <i>Prestações de serviços recebidas</i> | - | (96) | - | (344) |
| Rendas recebidas | 2 | 7 | 2 | 28 |
| TOTAL | 102 | 317 | 79 | (73) |

Entidades assegurando a gestão das vantagens posteriores ao emprego consentidas ao pessoal

As principais vantagens posteriores ao emprego são constituídas pelas indemnizações de fim de carreira e os planos de reformas complementares com prestações definidas ou com descontos definidos.

Na Bélgica, o BNP Paribas Fortis financia certos regimes de reforma junto da companhia de seguros AG Insurance na qual o grupo BNP Paribas participa com 18,73 %.

Para as outras entidades estrangeiras, a gestão dos planos de vantagens posteriores ao emprego é no essencial realizada por organismos de gestão ou companhias de seguros independentes e pontualmente por empresas do Grupo, em particular o BNP Paribas Asset Management, o BNP Paribas Assurance, o Bank of the West e o First Hawaiian Bank. Na Suíça, uma fundação dedicada gere os planos de reforma que beneficiam o pessoal do BNP Paribas Suíça.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor dos ativos dos planos geridos por empresas controladas pelo Grupo ou sobre as quais este exerce uma influência notável ascende a 3 164 milhões de euros (3 111 milhões de euros

em 31 de dezembro de 2010). O montante das prestações recebidas (nomeadamente encargos de gestão e de conservação de ativos) por empresas do Grupo a título do exercício 2011 ascende a 4,1 milhões euros (4,3 milhão de euros a título do exercício 2010).

8.g CRONOGRAMA POR MATURIDADE

O quadro seguinte apresenta os saldos no balanço dos ativos e passivos financeiros por data de vencimento contratual. O vencimento dos ativos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado que procedem da carteira de transação é considerado «não determinado» na medida em que esses instrumentos financeiros destinam-se a ser cedidos ou reembolsados antes da sua data de maturidade contratual. Os ativos financeiros de rendimento variável disponíveis para venda, os instrumentos de derivados de cobertura, as diferenças de reavaliação das carteiras cobertas em taxas e as dívidas subordinadas perpétuas são igualmente considerados com vencimento «não determinado». As provisões técnicas de companhias de seguros, essencialmente consideradas como depósitos à vista, não são apresentadas neste quadro.

| Em milhões de euros, em 31 dezembro de 2011 | Não determinado | De DD e à vista | De DD (excluído) a 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|-----------------|-----------------|--------------------------|----------------|--------------------|----------------|----------------|------------------|
| Caixa, Bancos centrais e CCP | | 58 382 | | | | | | 58 382 |
| Ativos financeiros em valor de mercado por resultado | 820 463 | | | | | | | 820 463 |
| Instrumentos financeiros derivados de cobertura | 9 700 | | | | | | | 9 700 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 17 479 | | 5 581 | 13 589 | 17 681 | 50 398 | 87 740 | 192 468 |
| Empréstimos concedidos e créditos a estabelecimentos de crédito | - | 16 117 | 11 244 | 8 304 | 3 182 | 7 966 | 2 556 | 49 369 |
| Empréstimos concedidos e créditos à clientela | - | 55 011 | 57 993 | 56 878 | 72 762 | 198 788 | 224 402 | 665 834 |
| Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa | 4 060 | | | | | | | 4 060 |
| Ativos financeiros detidos até ao vencimento | | | - | 299 | 212 | 4 188 | 5 877 | 10 576 |
| ATIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO | 851 702 | 129 510 | 74 818 | 79 070 | 93 837 | 261 340 | 320 575 | 1 810 852 |
| Bancos centrais e CCP | | 1 231 | | | | | | 1 231 |
| Passivos financeiros em valor de mercado por resultado | 723 492 | | 513 | 2 167 | 6 131 | 22 644 | 7 848 | 762 795 |
| Instrumentos financeiros derivados de cobertura | 14 331 | | | | | | | 14 331 |
| Débitos com estabelecimentos de crédito | | 21 234 | 49 429 | 21 475 | 6 159 | 42 282 | 8 575 | 149 154 |
| Débitos com a clientela | | 319 719 | 126 907 | 31 467 | 27 547 | 27 030 | 13 614 | 546 284 |
| Débitos representados por um título | | | 28 020 | 31 856 | 27 896 | 49 713 | 20 301 | 157 786 |
| Dívidas subordinadas | 3 507 | | 23 | 445 | 2 360 | 5 325 | 8 023 | 19 683 |
| Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas | 356 | | | | | | | 356 |
| PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO | 741 686 | 342 184 | 204 892 | 87 410 | 70 093 | 146 994 | 58 361 | 1 651 620 |

| Em milhões de euros, em 31 dezembro 2010 | Não determinado | DD e à vista | De DD (excluído) a 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|--|--------------------|----------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------|------------------|-------------------|------------------|
| Caixa, Bancos centrais e CCP | | 33 568 | | | | | | 33 568 |
| Ativos financeiros em valor de mercado por resultado | 832 945 | | | | | | | 832 945 |
| Instrumentos financeiros derivados de cobertura | 5 440 | | | | | | | 5 440 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 17 397 | | 6 734 | 10 629 | 29 947 | 56 659 | 98 592 | 219 958 |
| Empréstimos concedidos e créditos a estabelecimentos de crédito | - | 12 949 | 14 577 | 7 714 | 7 381 | 8 591 | 11 506 | 62 718 |
| Empréstimos concedidos e créditos à clientela | 12 | 56 314 | 62 104 | 56 170 | 75 625 | 209 000 | 225 461 | 684 686 |
| Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa | 2 317 | | | | | | | 2 317 |
| Ativos financeiros detidos até ao vencimento | | | - | 281 | 54 | 5 729 | 7 709 | 13 773 |
| ATIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO | 858 111 | 102 831 | 83 415 | 74 794 | 113 007 | 279 979 | 343 268 | 1 855 405 |
| Bancos centrais e CCP | | 2 123 | | | | | | 2 123 |
| Passivos financeiros em valor de mercado por resultado | 674 280 | | 539 | 2 491 | 9 917 | 25 800 | 12 078 | 725 105 |
| Instrumentos financeiros derivados de cobertura | 8 480 | | | | | | | 8 480 |
| Débitos com estabelecimentos de crédito | | 28 248 | 86 138 | 20 586 | 11 357 | 13 238 | 8 418 | 167 985 |
| Débitos com a clientela | | 337 186 | 139 416 | 38 018 | 21 202 | 26 575 | 18 517 | 580 913 |
| Débitos representados por um título | | | 39 224 | 54 288 | 50 891 | 48 228 | 16 037 | 208 669 |
| Dívidas subordinadas | 3 316 | | - | 41 | 471 | 8 610 | 12 312 | 24 750 |
| Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas | 301 | | | | | | | 301 |
| PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO | 686 377 | 367 557 | 265 317 | 115 424 | 93 838 | 122 451 | 67 362 | 1 718 326 |

Os compromissos de financiamento e de garantia dados que ascendem respetivamente a 253 298 milhões de euros e 106 096 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (314 731 milhões de euros e 102 563 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010) têm no essencial uma data de tiragem à vista.

8.h VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

Os elementos de informação mencionados nesta nota devem ser utilizados e interpretados com a maior precaução pelas razões seguintes:

- estes valores de mercado representam uma estimativa do valor instantâneo dos instrumentos visados em 31 de dezembro de 2010. Estes são chamados a flutuar de um dia para o outro devido a variações de vários parâmetros, entre os quais as taxas de juro e a qualidade dos créditos das contrapartidas. Em particular, estes podem ser significativamente diferentes dos montantes efetivamente recebidos ou pagos no vencimento dos instrumentos. Na maior parte dos casos, este valor de mercado reavaliado não se destina a ser imediatamente realizado, e não poderia na prática sê-lo. Este não representa portanto o valor efetivo dos instrumentos numa perspetiva de continuidade da atividade do BNP Paribas;
- a maior parte destes valores de mercado instantâneos não são pertinentes, portanto não são tomados em consideração, para as necessidades de gestão das atividades de banca comercial que utilizam os instrumentos financeiros correspondentes;
- a reavaliação dos instrumentos financeiros contabilizados pelo custo histórico supõe frequentemente que se utilizem modelos de valorização, convenções e hipóteses que podem variar de uma instituição para a outra. Por conseguinte, a comparação dos valores de mercado apresentados, para os instrumentos financeiros contabilizados pelo custo histórico, por diferentes instituições financeiras, não é necessariamente pertinente;
- enfim, os valores de mercado apresentados a seguir não incluem valores de mercado dos instrumentos não financeiros tais como as imobilizações e os sobrevalores, mas também os outros ativos incorpóreos tais como o valor ligado às carteiras de depósitos à vista ou à clientela relacionados com o Grupo nas suas diferentes atividades. Estes valores de mercado não poderiam portanto ser considerados como o valor contributivo dos instrumentos visados para o valor do grupo BNP Paribas.

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|---|---------------------------------|---------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| | Valor no balanço ⁽¹⁾ | Valor de mercado estimado | Valor no balanço ⁽¹⁾ | Valor de mercado estimado |
| ATIVOS FINANCEIROS | | | | |
| Empréstimos concedidos e créditos aos estabelecimentos de crédito | 46 369 | 49 316 | 62 718 | 63 868 |
| Empréstimos concedidos e créditos à clientela | 665 834 | 683 398 | 684 686 | 702 077 |
| Ativos financeiros detidos até ao vencimento | 10 576 | 11 135 | 13 773 | 14 487 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | | | | |
| Débitos com estabelecimentos de crédito | 149 154 | 149 879 | 167 985 | 168 360 |
| Débitos com a clientela | 546 284 | 547 992 | 580 913 | 581 894 |
| Débitos representados por um título | 157 786 | 154 419 | 208 669 | 208 921 |
| Dívidas subordinadas | 19 683 | 16 243 | 24 750 | 23 649 |

(1) O valor no balanço não inclui a reavaliação das carteiras de instrumentos financeiros objeto de uma relação de cobertura de valor, inscrito em 31 de dezembro de 2011 no posto «Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas» do ativo por 4 060 milhões de euros e no passivo por 356 milhões de euros (respetivamente 2 317 milhões de euros e 301 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010).

O valor de mercado de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o ativo poderia ser trocado, ou um passivo extinto, entre partes bem informadas, concordantes, e agindo em condições de concorrência normais.

As técnicas de valorização utilizadas e as hipóteses escolhidas asseguram uma medição homogénea do valor de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos no seio do grupo BNP Paribas: quando os preços cotados num mercado ativo estão disponíveis, estes são escolhidos pela determinação do valor de mercado. Caso contrário, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de valorização, tais como a atualização dos fluxos futuros estimados para os empréstimos concedidos, os débitos e os ativos financeiros detidos até ao vencimento, ou tais como modelos de valorização específicos para os outros instrumentos financeiros, tal como descritos na nota 1 relativa aos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo. O valor de mercado escolhido para os empréstimos concedidos, os débitos e os ativos detidos até ao vencimento cuja maturidade inicial é inferior a um ano (incluindo exigíveis à vista), ou cujas condições se referem a uma taxa variável, assim como a maior parte dos produtos de poupança regulamentada, é o valor contabilizado.

8.i PASSIVO EVENTUAL: PROCESSOS JUDICIAIS E DE ARBITRAGEM

Vários bancos argelinos e internacionais, entre os quais o BNP Paribas El Djazair, filial do BNP Paribas SA, são objeto de ações judiciais por erros de tratamento administrativo de dossiers de comércio internacional. Acusado em sete casos de infração à regulamentação dos câmbios perante as jurisdições argelinas, o BNP Paribas El Djazair foi condenado em primeira instância a um total de multas na ordem dos 200 milhões de euros, para seguidamente obter perante o tribunal da relação três ilibações uma das quais incidindo sobre a multa mais significativa de 150 milhões de euros, enquanto outras duas decisões de recurso ocorridas em 2008, e uma em 2009, confirmaram no valor de 52 milhões de euros as condenações de primeira instância. O conjunto destas decisões foi objeto de recurso de cassação que são suspensivas ao abrigo do direito argelino. O BNP Paribas El Djazair vai continuar a defender-se vigorosamente perante as jurisdições argelinas por ter reconhecido a sua boa-fé para com a administração que não sofreu qualquer prejuízo.

A 27 de Junho de 2008, a República do Iraque tentou uma ação em justiça em Nova Iorque contra cerca de 90 sociedades internacionais que participaram no programa petróleo contra alimentos, incluindo o BNP Paribas na sua qualidade de detentor da conta «petróleo contra alimentos» por conta das Nações Unidas. A queixa alega, nomeadamente, que os defensores se teriam entendido para corromper o programa «petróleo contra alimentos», privando o povo iraquiano de mais de 10 biliões de dólares em alimentos, medicamentos e outros bens humanitários. A queixa pretende igualmente que o BNP Paribas teria agido em violação das suas supostas obrigações fiduciárias e contratuais decorrendo do acordo de serviços bancários entre o BNP Paribas e a Organização das Nações Unidas. A queixa foi apresentada no âmbito da lei americana RICO (Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act) que prevê a triplicação das indemnizações por perdas e danos se tais indemnizações por perdas e danos vierem a ser acordadas. Os defensores, incluindo o BNP Paribas, depositaram um pedido de inadmissibilidade do conjunto da queixa sobre diversos fundamentos jurídicos. As trocas sobre o fundo deverão ser programadas em meados de 2012.

No âmbito de discussões com o US Department of Justice e o New York County District Attorney's Office, o Banco iniciou uma análise interna retrospectiva de certos pagamentos em dólares US implicando Estados ou pessoas coletivas ou singulares que poderiam ser submetidas às sanções económicas decretadas pelas leis americanas, a fim de verificar se o Banco se conformou às leis em questões incluindo nomeadamente as regras do Office of Foreign Assets Control nas suas atividades. De salientar que análises similares foram empreendidas em numerosas instituições no âmbito de inquéritos relativos às violações reais ou supostas da regulamentação aferente às sanções económicas, que puderam conduzir a acordos transacionais compreendendo nomeadamente o pagamento de coimas ou de penalidades significativas em função das circunstâncias próprias a cada situação.

O liquidatário da sociedade Bernard L. Madoff Investment Securities LLC (a seguir «BLMIS») tentou um certo número de recursos contra o Banco e algumas das suas filiais, junto do tribunal das falências americano (United States Bankruptcy Court Southern District of New York). Estes recursos, conhecidos sob o nome de pedidos de «clawback», aparentam-se aos diversos recursos introduzidos pelo liquidatário do BLMIS contra numerosas instituições, e visa a cobrança de fundos pretensamente transferidos às entidades do grupo BNP Paribas pelo BLMIS ou indiretamente por intermédio de fundos ligados ao BLMIS e nos quais entidades do grupo BNP Paribas

deteriam participações. O liquidatário do BLMIS pretende que em virtude do direito federal americano dos processos coletivos e do direito do Estado de Nova Iorque, os pagamentos efetuados a favor das entidades do grupo BNP Paribas sejam nulos e cobráveis. No total, estes recursos visam a cobrança de uma quantia de aproximadamente 1,2 bilhão de dólares americanos. O BNP Paribas dispõe de argumentos muito sólidos a opor a estes recursos, e defende-se vigorosamente nestas instâncias.

Outros litígios e inquéritos relativos à reestruturação do grupo Fortis agora Ageas, do qual o Fortis Banque já não faz parte atualmente, estão em curso. Quer o Fortis Banque, agora BNP Paribas Fortis seja ou não parte

nos processos, não se pode excluir que as ações em justiça introduzidas ou que poderiam resultar dos litígios e dos inquéritos em curso não visem obter dinheiro do BNP Paribas Fortis, e portanto do grupo BNP Paribas. O BNP Paribas oporá uma firme resistência a eventuais tentativas deste género.

Não existe outro processo governamental, judiciário ou de arbitragem, do qual a Sociedade tenha conhecimento, suscetível de ter ou ter tido durante os últimos doze meses efeitos significativos sobre a situação financeira ou a rentabilidade da sociedade nem do Grupo.

8.j HONORÁRIOS DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

| A título do exercício 2011 Montante s/IVA, em milhares de euros | Deloitte | | PricewaterhouseCoopers | | Mazars | | Total | |
|---|---------------|--------------|------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| | Montante | % | Montante | % | Montante | % | Montante | % |
| Auditoria | | | | | | | | |
| Revisão oficial de contas, certificação, exame das contas individuais e consolidadas nomeadamente: | | | | | | | | |
| Emissor | 3 639 | 19 % | 4 505 | 25 % | 1 230 | 12 % | 9 374 | 18 % |
| Filiais consolidadas | 10 775 | 55 % | 9 625 | 53 % | 8 927 | 84 % | 29 327 | 61 % |
| Outras diligências e prestações diretamente ligadas à missão do Revisor oficial de contas nomeadamente: | | | | | | | | |
| Emissor | 348 | 2 % | 986 | 5 % | 121 | 1 % | 1 455 | 4 % |
| Filiais consolidadas | 535 | 3 % | 1 815 | 10 % | 332 | 3 % | 2 682 | 6 % |
| Total auditoria | 15 297 | 79 % | 16 931 | 93 % | 10 610 | 100 % | 42 838 | 89 % |
| Outras prestações fornecidas pelas redes às filiais consolidadas por integração global e proporcional | | | | | | | | |
| Jurídicas, fiscal, social | 20 | 0 % | 54 | 1 % | 2 | 0 % | 76 | 0 % |
| Outras | 4 047 | 21 % | 1 133 | 6 % | 47 | 0 % | 5 227 | 11 % |
| Total outras prestações | 4 067 | 21 % | 1 187 | 7 % | 49 | 0 % | 5 303 | 11 % |
| TOTAL HONORÁRIOS | 19 364 | 100 % | 18 118 | 100 % | 10 659 | 100 % | 48 141 | 100 % |

| A título do exercício 2010 Montante s/IVA, em milhares de euros | Deloitte | | PricewaterhouseCoopers | | Mazars | | Total | |
|---|---------------|--------------|------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| | Montante | % | Montante | % | Montante | % | Montante | % |
| Auditoria | | | | | | | | |
| Revisão oficial de contas, certificação, exame das contas individuais e consolidadas nomeadamente: | | | | | | | | |
| Emissor | 4 162 | 17 % | 4 438 | 22 % | 1 187 | 11 % | 9 787 | 18 % |
| Filiais consolidadas | 10 641 | 45 % | 10 157 | 51 % | 8 654 | 84 % | 29 452 | 55 % |
| Outras diligências e prestações diretamente ligadas à missão do Revisor oficial de contas nomeadamente: | | | | | | | | |
| Emissor | 253 | 1 % | 451 | 2 % | 202 | 2 % | 906 | 2 % |
| Filiais consolidadas | 2 229 | 10 % | 3 836 | 19 % | 190 | 2 % | 6 255 | 11 % |
| Total auditoria | 17 285 | 73 % | 18 882 | 94 % | 10 233 | 99 % | 46 400 | 86 % |
| Outras prestações fornecidas pelas redes às filiais consolidadas por integração global e proporcional | | | | | | | | |
| Jurídicas, fiscal, social | 106 | 0 % | 191 | 1 % | - | 0 % | 297 | 0 % |
| Jurídicas | 6 363 | 27 % | 924 | 5 % | 99 | 1 % | 7 386 | 14 % |
| Total outras prestações | 6 469 | 27 % | 1 115 | 6 % | 99 | 1 % | 7 683 | 14 % |
| TOTAL HONORÁRIOS | 23 754 | 100 % | 19 997 | 100 % | 10 332 | 100 % | 54 083 | 100 % |

O montante total dos honorários de auditoria pagos aos Revisores oficiais de contas não pertencendo à rede de uma daquelas que certificam as contas consolidadas e individuais do BNP Paribas SA, mencionadas no quadro acima, ascende a 1 468 milhares de euros a título do exercício 2011 (2 325 milhares de euros em 2010).

As outras diligências e prestações diretamente ligadas à missão do Revisor oficial de contas compreende principalmente diligências no âmbito de operações financeiras, dos pareceres sobre a abordagem definida para a implementação de normas e de controlos contabilísticos, dos trabalhos de análise da conformidade do dispositivo da entidade aos olhos das disposições

regulamentares e dos trabalhos de análise da qualidade do controlo interno em comparação com as normas internacionais («ISAE 3402», «SAS 70»...) no âmbito de prestações fornecidas aos clientes, em particular para as Atividades Títulos e Gestão de ativos.

Além disso, o montante relativo às outras prestações fornecidas pelas redes às filiais consolidadas corresponde para o essencial a serviços efetuados pela Deloitte a favor das entidades luxemburguesas no âmbito das reorganizações de atividades consecutivas à fusão das entidades BNP Paribas e BGL BNP Paribas.

4.7 Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas

Exercício fechado em 31 de dezembro de 2011

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

Aos Acionistas
BNP Paribas
16, boulevard des Italiens
75009 Paris

Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores

Por execução da missão que nos foi confiada pela vossa Assembleia-geral, apresentamo-vos o nosso relatório relativo ao exercício fechado em 31 de dezembro de 2011 sobre:

- o controlo das contas consolidadas do BNP Paribas, tais como juntas ao presente relatório,
- a justificação das nossas apreciações,
- a verificação específica prevista pela lei.

As contas consolidadas foram fechadas pelo vosso Conselho de administração. Pertence-nos, com base na nossa auditoria, expressar uma opinião sobre estas contas.

I - Opinião sobre as contas consolidadas

Efetuámos a nossa auditoria em conformidade com as normas profissionais aplicáveis em França; estas normas requerem a implementação de diligências que permitam obter a razoável certeza de que as contas consolidadas não comportam anomalias significativas. Uma auditoria consiste em examinar, por via de sondagens, ou por meio de outros métodos de seleção, os elementos que justificam os valores e as informações contidos nas contas consolidadas. Consiste igualmente em apreciar os princípios contabilísticos seguidos, as estimações significativas escolhidas e a apresentação de conjunto das contas. Estimamos que os elementos que recolhemos são suficientes e apropriados para fundar a nossa opinião.

Certificamos que as contas consolidadas do exercício são, de acordo com o referencial IFRS tal como adotado na União europeia, regulares e sinceras e fornecem uma imagem fiel do património, da situação financeira, bem como, do resultado do conjunto constituído pelas pessoas e entidades compreendidas na consolidação.

II - Justificação das apreciações

As estimações contabilísticas que contribuem para a preparação das situações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foram realizadas num ambiente incerto, marcado por uma crise económica e uma crise de liquidez, que torna difícil a apreensão das perspectivas económicas. É neste contexto que, por aplicação das disposições do artigo L 823-9 do Código do comércio relativas à justificação das nossas apreciações, damo-vos conhecimento dos seguintes elementos:

Provisionamento dos riscos de crédito e de contrapartida

A vossa sociedade contabiliza depreciações para cobrir os riscos de crédito e de contrapartida inerentes às suas atividades (notas 1.c.5, 2.f, 4, 5.f e 5.g do anexo). Examinámos o dispositivo de controlo relativo ao recenseamento das exposições, acompanhamento dos riscos de crédito e de contrapartida, às metodologias de depreciação e à cobertura das perdas de valor por depreciações individuais e de carteira, nomeadamente no que diz respeito ao risco soberano grego.

Valorização dos instrumentos financeiros

A vossa sociedade utiliza modelos internos e metodologias para a valorização dos instrumentos financeiros que não são tratados nos mercados ativos, assim como para a constituição de certas provisões e a apreciação da pertinência da qualificação em operações de cobertura. Examinámos o dispositivo de controlo relativo à determinação do carácter inativo de um mercado, às condições de reclassificação dos instrumentos financeiros, à verificação dos modelos e à determinação dos parâmetros utilizados.

Depreciações relativas aos ativos disponíveis para venda

A vossa sociedade contabiliza depreciações sobre ativos disponíveis para venda quando existe uma indicação objetiva de descida prolongada ou significativa do valor destes ativos (notas 1.c.5, 2.d e 5.c do anexo). Examinámos o dispositivo de controlo relativo à identificação de índices de perda de valor, a valorização das linhas mais significativas, assim como as estimações que conduziram, quando necessário, à cobertura das perdas de valor por depreciações.

Depreciações relativas às diferenças de aquisição

A vossa sociedade procedeu a testes de depreciação de valor das diferenças de aquisição, que conduziram, se tal foi o caso, à constatação de depreciações a título deste exercício (notas 1.b.4 e 5.0 do anexo). Examinámos as modalidades de realização destes testes, as principais hipóteses e parâmetros utilizados, assim como as estimações que conduziram, se tal foi o caso, à cobertura das perdas do valor por depreciações.

Impostos diferidos ativo

A vossa sociedade contabilizou impostos diferidos ativo nomeadamente a título dos défices fiscais transitáveis (notas 1.k, 2.g e 5.k do anexo). Examinámos as principais estimações e hipóteses que conduziram ao reconhecimento destes impostos diferidos.

Provisionamento dos compromissos sociais

A vossa sociedade constitui provisões para cobrir os compromissos sociais (notas 1.h e 7.b do anexo). Examinámos a metodologia de avaliação desses compromissos assim como as principais hipóteses e parâmetros utilizados.

As apreciações que elaborámos inserem-se no âmbito da nossa diligência de auditoria das contas consolidadas tomadas no seu conjunto e contribuem portanto para a formação da nossa opinião expressa na primeira parte deste relatório.

III - Verificação específica

Procedemos igualmente, em conformidade com as normas de exercício profissional aplicáveis em França, à verificação específica prevista pela lei das informações fornecidas no relatório sobre a gestão do Grupo. Não temos qualquer observação a formular quanto à sua sinceridade e à sua concordância com as contas consolidadas.

Neuilly-sur-Seine e Courbevoie, 7 de março de 2012

Os Revisores Oficiais de Contas

Deloitte & Associés
Pascal Colin

PricewaterhouseCoopers Audit
Patrice Morot

Mazars
Guillaume Potel

Esta página ficou propositalmente em branco

5

PILAR 3

| | | |
|------------|--|------------|
| 5.1 | Campo de aplicação | 211 |
| | Perímetro prudencial | 211 |
| | Filiais «significativas» | 212 |
| | Supervisão sobre base individual do regulador francês | 212 |
| 5.2 | Gestão dos riscos | 213 |
| | Organização da gestão dos riscos | 213 |
| | Tipologia dos riscos | 214 |
| 5.3 | Riscos soberanos | 221 |
| 5.4 | Gestão do capital e adequação dos fundos próprios | 223 |
| | Fundos próprios | 223 |
| | Exigências em fundos próprios e ativos ponderados | 224 |
| | Adequação dos fundos próprios | 226 |
| 5.5 | Risco de crédito | 229 |
| | Exposições ao risco de crédito | 229 |
| | Política de gestão do risco de crédito | 230 |
| | Diversificação da exposição ao risco de crédito | 233 |
| | Risco de crédito: abordagem IRBA | 236 |
| | Risco de crédito: abordagem standard | 244 |
| | Exposições em falta, provisões e custo do risco | 246 |
| | Técnicas de redução do risco de crédito | 249 |
| 5.6 | Titularização em carteira bancária | 251 |
| | Métodos contabilísticos | 251 |
| | Dispositivo de gestão dos riscos em matéria de titularização | 252 |
| | Atividade do BNP Paribas em matéria de titularização | 252 |
| | Exposições titularizadas | 254 |
| | Posições de titularização | 256 |
| 5.7 | Risco de contrapartida | 261 |
| | Valor exposto ao risco | 261 |
| | Valor exposto ao risco por tipo de abordagem | 263 |
| | Exigências em fundos próprios por tipo de abordagem | 263 |

| | | |
|-------------|--|------------|
| 5.8 | Risco de mercado | 264 |
| | Risco de mercado relativo às atividades de transação sobre instrumentos financeiros | 264 |
| | Risco de mercado relativo às atividades bancárias | 272 |
| 5.9 | Risco de liquidez e de refinanciamento | 277 |
| | A política de gestão do risco de liquidez | 277 |
| | Os dispositivos de pilotagem e de vigilância do risco de liquidez | 278 |
| | Exposições em 2011 | 279 |
| | As técnicas de redução dos riscos | 279 |
| 5.10 | Risco operacional | 280 |
| | Política de cobertura e de redução dos riscos | 280 |
| | Abordagens escolhidas e respetivos perímetros | 283 |
| | Exposição do grupo BNP Paribas ao risco operacional | 284 |
| | Exigências de fundos próprios por tipo de abordagem | 285 |
| | Redução do risco via as técnicas de seguros | 285 |
| 5.11 | Risco de não conformidade e de reputação | 285 |
| 5.12 | Riscos de seguros | 286 |
| | Riscos financeiros | 286 |
| | Riscos de subscrição de seguros | 287 |
| | Anexos: Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais «significativas» | 288 |
| | BNP PARIBAS FORTIS | 289 |
| | BNL | 290 |
| | BancWest | 291 |
| | Personal Finance | 292 |
| | BNP Paribas Suisse SA | 293 |

O terceiro pilar do novo acordo de Basileia relativo à disciplina de mercado, consiste em enriquecer as prescrições mínimas de fundos próprios (Pilar 1) e o processo de supervisão prudencial (Pilar 2) por um conjunto de dados que vêm completar a comunicação financeira. O objetivo desta comunicação é permitir aos atores de mercado apreciarem elementos de informações essenciais sobre o campo de aplicação, os fundos próprios, as exposições aos diferentes tipos de riscos, os procedimentos de avaliação dos riscos e, por conseguinte, a adequação dos fundos próprios do estabelecimento ao seu perfil de risco.

O presente capítulo responde às exigências do título IX da portaria de 20 de fevereiro de 2007⁽¹⁾ relativo às exigências de fundos próprios aplicáveis

aos estabelecimentos de crédito e às empresas de investimento que se aplica (cf. artigo 1) sobre uma base consolidada ao BNP Paribas, e por outro lado às exigências das normas contabilísticas relativas à natureza e extensão dos riscos. As informações apresentadas a título do Pilar 3 não são submetidas a uma auditoria externa e não foram portanto alvo de verificação pelos Revisores oficiais de contas do Grupo. Contudo, algumas informações requeridas pelas normas contabilísticas IFRS 7, IFRS 4 e IAS 1 estão incluídas neste capítulo e cobertas pela opinião dos Revisores oficiais de contas sobre as Situações financeiras consolidadas. Estas informações estão identificadas pela menção «[Auditado]» e devem ser lidas como fazendo parte integrante das notas anexas às Situações financeiras consolidadas.

5.1 Campo de aplicação

O campo de aplicação do perímetro prudencial tal como é definido na portaria de 20 de fevereiro de 2007 relativa às exigências de fundos próprios é

diferente do perímetro de consolidação contabilístico cuja composição decorre da aplicação das normas IFRS.

PERÍMETRO PRUDENCIAL

Em conformidade com a regulamentação bancária francesa⁽²⁾, um perímetro prudencial é definido pelo grupo BNP Paribas para o exercício da supervisão sobre base consolidada dos rácios de gestão.

Este perímetro prudencial é descrito na nota anexa 8.b às Situações financeiras. De salientar em particular que:

- as companhias de seguros são equiparadas e são alvo de uma dedução dos fundos próprios prudenciais Tier 1 em conformidade com o regulamento CRBF 90-02 modificado pela portaria de 20 de fevereiro de 2007;

- as operações de cedência de ativos ou de riscos são apreciadas em relação à natureza da transferência dos riscos que daí resulta; assim os veículos de titularização são excluídos do perímetro prudencial, na medida em que a operação de titularização visada é julgada eficaz, a saber fornecendo uma transferência de riscos significativa;

Os princípios de consolidação contabilística e o perímetro de consolidação próprio a cada um dos métodos de consolidação contabilística utilizados são descritos respetivamente nas notas anexas 1.b e 8.b às Situações financeiras consolidadas.

(1) Decreto do Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria de 20 de fevereiro de 2007, modificado pelos decretos de 19 de outubro de 2007, de 11 de setembro de 2008, de 29 de outubro de 2009, de 25 de agosto de 2010, de 13 de dezembro de 2010 e de 23 de novembro de 2011.

(2) Regulamento CRBF 2000-03 de 6 de setembro de 2000.

O Grupo detém participações superiores a 10 % do capital em estabelecimentos de crédito e estabelecimentos financeiros. A lista seguinte apresenta as participações superiores a cinquenta milhões de euros em 31 de dezembro de 2011:

BNP Paribas Malaysia Berhad

Crédit Logement

Instituto per il Credito Sportivo

Margaret, Inc.

Sicovam Holding

Devido ao carácter de estabelecimentos de crédito e financeiros das entidades visadas, estas participações são objeto de uma dedução dos fundos próprios prudenciais em 31 de dezembro de 2011.

FILIAIS «SIGNIFICATIVAS»

São apresentadas em anexo informações agregadas sobre o montante das exigências de fundos próprios dos subgrupos e das filiais significativas do BNP Paribas em contribuição para o Grupo.

Em relação ao limiar de significatividade escolhido (ativos ponderados superiores ao limiar de 3 % dos ativos ponderados do Grupo), os subgrupos seguintes são considerados como «significativos» em 31 de dezembro de 2011:

- BNP Paribas Fortis;
- Banca Nazionale del Lavoro (BNL);
- BancWest;
- BNP Paribas Personal Finance.

Os montantes de ativos ponderados publicados correspondem ao perímetro subconsolidado destes quatro subgrupos. As informações relativas aos perímetros visados são descritas na nota anexa 8.b às Situações financeiras sob as rubricas respetivas: BeLux Retail Banking, Banca de Retalho em Itália (BNL banca commerciale), Banca de Retalho nos Estados Unidos e BNP Paribas Personal Finance. Existe para estes quatro subgrupos diferenças entre o perímetro de consolidação e o perímetro prudencial tais como mencionadas na secção 5.1.

SUPERVISÃO SOBRE BASE INDIVIDUAL DO SUPERVISOR FRANCÊS

Com base nos princípios emitidos pela Comissão bancária, e nas trocas ocorridas entre o BNP Paribas e o supervisor francês, as entidades BNP Paribas Personal Finance e BNP Paribas Home Loan SFH são objeto

de uma supervisão sobre base individual pela Secretaria Geral da Autoridade de Controlo Prudencial.

5.2 Gestão dos riscos [Auditado]⁽¹⁾

A apetência ao risco é definido como o nível de risco por tipo de riscos que o BNP Paribas está pronto a correr no âmbito da sua estratégia.

À escala do Grupo, a apetência ao risco traduz-se por:

- princípios e indicadores de apetência ao risco definidos segundo quatro categorias:
 - rentabilidade e crescimento ajustados do risco,
 - adequação dos fundos próprios,
 - financiamento e liquidez,
 - concentração;
- princípios qualitativos regendo os riscos por natureza dificilmente quantificáveis, tais como o risco de reputação ou certos riscos operacionais, ou decisões tomadas no âmbito dos diferentes fóruns de risco de nível Direção Geral.

A apetência ao risco define assim a tolerância global ao risco a médio e longo prazo do BNP Paribas e permite:

- definir de maneira explícita e prospetiva o perfil de risco desejado pelo Banco;
- orientar as atividades do Banco dentro dos limites da apetência ao risco definida e melhorar a coerência das práticas de riscos no seio do Grupo;
- acompanhar o perfil de risco, contribuindo assim para uma gestão proactiva, controlada e otimizada dos riscos, do capital e da liquidez;

- facilitar o diálogo com o Conselho de administração e as autoridades de supervisão.

As medições de riscos produzidas pelo BNP Paribas relativas às suas atividades bancárias são conformes aos métodos homologados pelo regulador bancário a título do Pilar 1. O perímetro assim coberto (dito perímetro prudencial) é descrito na secção 5.1.

Desde a integração no perímetro do grupo BNP Paribas das entidades do subgrupo Fortis em 2009 e o lançamento dos projetos de convergência dos sistemas de notações aplicadas no seio do Grupo, a convergência das metodologias está submetida a um procedimento elaborado com a Autoridade de Controlo Prudencial, o supervisor francês (*home*) devendo chegar com os seus homólogos locais (*host*), principalmente os supervisores belga e luxemburguês, à homologação de metodologias comuns. Enquanto aguarda a finalização dos trabalhos de convergência, o Grupo aplica uma abordagem híbrida para o cálculo dos ativos ponderados, apoiando-se, consoante os perímetros visados, nos métodos homologados pelos reguladores francês, belga ou luxemburguês.

Os elementos apresentados neste capítulo refletem a totalidade dos riscos corridos pelo Grupo, cuja medição é conduzida da maneira mais homogênea possível.

Em complemento das informações relativas aos riscos inerentes à supervisão prudencial bancária, o BNP Paribas produz uma informação sobre os riscos ligados às suas atividades de seguros na secção 5.12 «Riscos de seguros».

ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO DOS RISCOS

A gestão dos riscos é inerente à atividade bancária e constitui um dos fundamentos do funcionamento do grupo BNP Paribas. A responsabilidade do seu controlo, da sua medição e mais geralmente da sua supervisão é essencialmente confiada a uma função dedicada, Group Risk Management (GRM), independente dos Polos, Atividades ou Territórios e sob a alçada direta da Direção Geral. A função Conformidade Grupo (CG), acompanha o risco operacional sobre delegação de GRM responsável pelo conjunto da área riscos, e o risco de reputação no âmbito das suas missões de controlo permanente.

Se a primeira responsabilidade da gestão dos riscos permanece a dos Polos e Atividades que as propõem, o GRM tem por missão de garantir que os riscos finalmente tomados pelo Banco são compatíveis com as suas políticas de riscos e os seus objetivos de rentabilidade e de notação. As funções GRM e CG exercem um controlo permanente dos riscos, a maior parte do tempo *a priori*, nitidamente diferenciado do da Auditoria Interna que intervém de forma periódica e *a posteriori*. O GRM comunica regularmente ao Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade do Conselho de administração do Banco as suas principais constatações e informa-o sobre os métodos de medição que implementa para apreciar e consolidar os riscos a nível do Grupo. O CG informa o mesmo Comité sobre os assuntos inerentes à sua missão e em particular aqueles que dizem respeito ao risco operacional, à segurança financeira, ao risco de reputação e ao controlo permanente.

O GRM cobre os riscos induzidos pelas atividades do Grupo e intervém a todos os níveis da cadeia de tomada e de acompanhamento do risco. As suas missões permanentes consistem nomeadamente em formular recomendações em matéria de políticas de riscos, em analisar a carteira de crédito com uma visão prospetiva, em aprovar os créditos às empresas e os limites das atividades de transação, em garantir a qualidade e a eficácia dos procedimentos de acompanhamento, em definir ou validar os métodos de medição dos riscos e em assegurar a coleta exaustiva e fiável dos riscos para a Direção Geral. Enfim, cabe-lhe verificar que todas as consequências em termos de riscos do lançamento de atividades ou produtos novos foram avaliados de forma adequada. Este exame assenta na implicação conjunta da Atividade promotora e do conjunto das Funções visadas (Assuntos Fiscais Grupo, Assuntos Jurídicos Grupo, Finanças Desenvolvimento Grupo, Conformidade Grupo, Tecnologias e Processos), o GRM zelando pela qualidade do exercício de validação: análise do inventário dos riscos e dos meios implementados para os minimizar, definição das condições mínimas a reunir para assegurar um desenvolvimento são da atividade. O CG intervém de forma idêntica no que diz respeito aos riscos operacionais e de reputação. Este desempenha um papel muito particular de fiscalização e de reporting da atividade de validação dos novos produtos, das novas atividades e das transações excecionais.

⁽¹⁾ No relatório de gestão, as informações identificadas pela menção «Auditado» são informações que fazem parte integrante das notas anexas às Situações financeiras consolidadas a título das informações requeridas pelas IFRS 7, IFRS 4 e IAS 1, e são cobertas pela opinião dos Revisores oficiais de contas sobre as Situações financeiras consolidadas.

TIPOLOGIA DOS RISCOS

A tipologia dos riscos escolhida pelo BNP Paribas evolui ao ritmo dos trabalhos metodológicos e das exigências regulamentares.

A totalidade dos tipos de riscos retomada seguidamente é gerida pelo BNP Paribas. Contudo, pelo seu carácter específico, dois deles não conduzem à identificação de uma necessidade em capital dedicado, na medida em que estes se manifestam por uma variação da cotação de Bolsa suportada diretamente pelos acionistas e para a qual o capital do BNP Paribas não constitui uma proteção.

Assim o risco de reputação reveste um carácter contingente aos outros riscos e, para os seus efeitos que não os de rumor de mercado conduzindo a uma variação da cotação, é considerado na estimação das perdas incorridas a título dos outros tipos de riscos.

Da mesma forma o risco estratégico, que resulta das escolhas estratégicas que o Banco torna públicas por meio da sua comunicação financeira, e que pode traduzir-se por uma variação da cotação de Bolsa, depende dos dispositivos de governança ao mais alto nível, e incumbe ao acionista.

As modalidades de aplicação das definições regulamentares conformes à doutrina desenvolvida pelo novo acordo de Basileia (International Convergence of Capital Measurement and Capital Standard), são apresentadas nas secções 5.4 a 5.9 deste capítulo.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco de perdas sobre créditos do Banco, existentes ou potenciais devido a compromissos assumidos, ligado à migração da qualidade de crédito dos seus devedores, podendo ir até se materializar pelo incumprimento destes últimos. A avaliação desta probabilidade de incumprimento e da recuperação esperada em caso de incumprimento são os elementos essenciais da medição da qualidade do crédito.

O risco de crédito a nível de uma carteira integra o jogo das correlações entre os valores dos créditos que o compõem.

RISCO DE CONTRAPARTIDA

O risco de contrapartida é a manifestação do risco de crédito por ocasião de operações de mercado, de investimentos ou de pagamentos em que o Banco é potencialmente exposto ao incumprimento da sua contrapartida: é um risco bilateral sobre um terceiro com o qual uma ou várias transações de mercado foram concluídas. O seu montante varia ao longo do tempo com a evolução dos parâmetros de mercado afetando o valor potencial futuro das transações subjacentes.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é o risco de perda de valor provocado pela evolução desfavorável dos preços ou parâmetros de mercado, quer estes últimos sejam diretamente observáveis ou não.

Os parâmetros de mercado observáveis são, sem que esta lista seja exaustiva, as taxas de câmbio, as cotações dos valores mobiliários e das matérias-primas negociáveis (quer o preço seja diretamente cotado ou obtido por referência a um ativo similar), o preço de derivados sobre um mercado organizado, o preço de outros ativos comerciais assim como todos os parâmetros que podem ser induzidos de cotações de mercado como as taxas de juro,

as margens de crédito, as volatilidades ou as correlações implícitas ou de outros parâmetros similares.

Os parâmetros não observáveis são entre outros aqueles fundados nas hipóteses de trabalho tais como os parâmetros de modelo ou na análise estatística ou económica não corroborada por informações de mercado.

A ausência de liquidez é um fator importante de risco de mercado. Em caso de restrição ou de desaparecimento da liquidez, um instrumento ou um ativo comercial pode não ser negociável ou não estar no seu valor estimado, por exemplo devido a uma redução do número de transações, de constrangimentos jurídicos ou ainda de um forte desequilíbrio da oferta e da procura de certos ativos.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é o risco de perda económica resultante de processos internos defeituosos ou inadaptados ou de eventos externos, quer sejam de natureza deliberada, accidental ou natural. A sua gestão assenta na análise do encadeamento causa – evento – efeito.

Os processos internos são nomeadamente aqueles que implicam o pessoal e os sistemas informáticos. As inundações, os incêndios, os tremores de terra, os ataques terroristas, etc., são exemplos de eventos externos. Os eventos de crédito ou de mercado como os incumprimentos ou as mudanças de valor não entram no campo de análise do risco operacional.

O risco operacional cobre os riscos de recursos humanos, os riscos jurídicos, os riscos fiscais, os riscos ligados aos sistemas de informação, os riscos de produção e os riscos inerentes à informação financeira publicada assim como as consequências pecuniárias eventuais do risco de não conformidade e do risco de reputação.

Risco de não conformidade e de reputação

O risco de não conformidade é definido na regulamentação francesa como o risco de sanção judiciária, administrativa ou disciplinar, acompanhado de perdas financeiras significativas, que nascem do não respeito de disposições próprias às atividades bancárias e financeiras, quer sejam de natureza legislativa ou regulamentar, ou quer se trate de normas profissionais e deontológicas, ou de instruções do órgão executivo tomadas, nomeadamente, por aplicação das orientações do órgão deliberante.

Por definição, este risco é um subconjunto do risco operacional. Contudo, certos impactos ligados ao risco de não conformidade podem representar mais do que uma pura perda de valor económico e podem prejudicar a reputação do estabelecimento. É por essa razão que o Banco trata o risco de não conformidade enquanto tal.

O risco de reputação é o risco de violação da confiança que depositam na empresa os seus clientes, as suas contrapartidas, os seus fornecedores, os seus colaboradores, os seus acionistas, os seus reguladores ou qualquer outro terceiro cuja confiança, seja a que título for, é uma condição necessária à prossecução normal da atividade.

O risco de reputação é essencialmente um risco contingente a todos os outros riscos incorridos pelo Banco.

Esclarecimentos relativos às definições dos riscos

Apesar da abundante literatura sobre a classificação dos riscos e o aparecimento de definições geralmente reconhecidas, nomeadamente por via da regulamentação, não existe classificação exaustiva dos riscos aos quais um banco está exposto. A compreensão da natureza exata dos riscos e da forma como se combinam entre si progride. A interação entre os riscos ainda não é alvo de uma quantificação mas é apreendida no âmbito dos cenários de crise globais. Os comentários seguintes visam esclarecer o estado da reflexão do Grupo nesta matéria.

■ Risco de mercado e risco de crédito e de contrapartida

Nas carteiras de transação obrigacionista, os instrumentos de crédito são valorizados com base nas taxas obrigacionistas e nas margens de crédito, as quais são consideradas como parâmetros de mercado ao mesmo nível que as taxas de juro ou as taxas de câmbio. O risco sobre o crédito do emissor do instrumento é assim um componente do risco de mercado, chamado risco emissor.

O risco emissor é uma noção distinta do risco de contrapartida. Assim, no caso de uma operação sobre derivados de crédito, o risco emissor corresponde ao risco sobre o crédito do ativo subjacente enquanto que o risco de contrapartida representa o risco de crédito sobre o terceiro com o qual o derivado de crédito foi tratado. O risco de contrapartida é um risco de crédito, o risco emissor é um risco de mercado.

■ Risco operacional, risco de crédito e risco de mercado

O risco operacional exterioriza-se por ocasião de um processo de tratamento defeituoso ou inadaptado. Os processos podem ser de qualquer outra natureza: concessão de crédito, tomada de riscos de mercado, implementação de operações, supervisão dos riscos, etc.

Ao contrário, as decisões humanas tomadas dentro das regras não podem estar, por princípio, na origem de um risco operacional, mesmo se estas são portadoras de um erro de julgamento.

O risco residual, definido pela regulamentação sobre o controlo interno como sendo aquele que é de uma eficácia menor àquela esperada das técnicas de redução do risco de crédito, é considerado como inerente a uma falha operacional e portanto ao risco operacional.

RISCO DE GESTÃO ATIVO-PASSIVO

O risco de gestão ativo-passivo é o risco de perda de valor ligado às diferenças de taxa, de vencimentos e de natureza entre os ativos e passivos. Para as atividades bancárias, este risco analisa-se fora da carteira de negociação e cobre essencialmente o que é chamado de risco global de taxa. Para as atividades de seguros, este risco inclui igualmente o risco de diferença ligado à evolução do valor das ações e dos outros ativos do fundo geral tais como os ativos imobiliários.

RISCO DELIQUIDEZ E DE FINANCIAMENTO

O risco de liquidez e de refinanciamento é o risco do Banco não poder honrar as suas obrigações a um preço aceitável em determinada praça e divisa.

RISCO DE SUBSCRIÇÃO DE SEGUROS

O risco de subscrição de seguros é o risco de perda resultante de uma evolução desfavorável da sinistralidade dos diferentes compromissos de seguros. Consoante a atividade de seguros (seguro de vida, previdência, ou rendas), este risco pode ser estatístico, macroeconómico, comportamental, ligado à saúde pública ou à ocorrência de

catástrofes. Não é a componente principal dos riscos ligados ao seguro de vida em que os riscos financeiros são predominantes.

RISCO DE PONTO MORTO

O risco de ponto morto corresponde ao risco de perda de exploração resultante de uma mudança de ambiente económico levando a uma descida das receitas, conjugado com uma elasticidade insuficiente dos custos.

RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico é o risco de que certas escolhas estratégicas do Banco se traduzam por uma descida da cotação da sua ação.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

O risco de concentração e o seu corolário, os efeitos de diversificação, são integrados no seio de cada risco nomeadamente no que concerne ao risco de crédito, ao risco de mercado e ao risco operacional via os parâmetros de correlação tidos em consideração pelos modelos que tratam desses riscos.

O risco de concentração é apreciado a nível do Grupo consolidado e do conglomerado financeiro que este representa.

SÍNTESE DOS RISCOS

➤ RISCOS ACOMPANHADOS PELO GRUPO BNP PARIBAS

| Risco suscetível de afetar a solvabilidade do Grupo | Risco suscetível de afetar o valor do Grupo (cotação de Bolsa) | Risco coberto | Pilar1 | ICAAP ⁽⁶⁾ (Pilar2) | | Risco adicional definido pelo BNP Paribas |
|--|--|---------------|--|-------------------------------|--|---|
| | | | Método de avaliação e de gestão ⁽⁴⁾ | Risco coberto | Método de avaliação e de gestão ⁽⁴⁾ | |
| Risco de crédito e de contrapartida | | ✓ | Basileia 2.5 | ✓ | Basileia 2.5 | |
| Risco das participações sobre ações | | ✓ | Basileia 2.5 | ✓ | Basileia 2.5 | |
| Risco operacional | | ✓ | Basileia 2.5 | ✓ | Basileia 2.5 | |
| Risco de mercado | | ✓ | Basileia 2.5 | ✓ | Basileia 2.5 | |
| Risco de concentração ⁽¹⁾ | | | | ✓ | Moderno interno | |
| Risco de gestão ativo -passivo ⁽²⁾ | | | | ✓ | Moderno interno | |
| Risco de ponto morto | | | | ✓ | Moderno interno | |
| Risco das atividades de seguros ⁽³⁾ , incluindo o risco de subscrição | | | | | Moderno interno | ✓ |
| | Risco estratégico | | | ✓ | Procedimentos; múltiplos bolsistas | |
| | | | | | Regras | |
| | | | | | quantitativas, qualitativas e stress tests | |
| Risco de liquidez e de refinanciamento | | | | ✓ | | |
| | Risco de reputação | | | ✓ | Procedimento | |

(1) O risco de concentração é gerido a título do risco de crédito no BNP Paribas.

(2) O risco de gestão ativo-passivo é essencialmente aquele retomado sob a terminologia de risco global de taxa de juro nos reguladores.

(3) Os riscos das atividades de seguros estão fora do perímetro das atividades bancárias; as atividades de seguros incluem riscos de mercado, operacional e de subscrição.

(4) A diretiva CRD3, transposta em direito francês pelo decreto de 20 de fevereiro de 2007 modificado, aplica a regulamentação dita Basileia 2.5 para a titularização e o risco de mercado. As modificações introduzidas pela CRD3 são descritas nos capítulos correspondentes que seguem. Os métodos de avaliação permanecem inalterados para os outros tipos de riscos.

(5) Internal Capital Adequacy Assessment Process.

FATORES DE RISCO

Riscos próprios ao BNP Paribas e ligados à indústria bancária

Condições macroeconómicas e de mercado difíceis poderiam no futuro ter um efeito significativo desfavorável sobre as condições nas quais evoluem os estabelecimentos financeiros e consequentemente sobre a situação financeira, os resultados e o custo do risco do Banco.

As atividades do Banco, estabelecimento financeiro de envergadura mundial, são muito sensíveis à evolução dos mercados financeiros e ao ambiente económico na Europa, nos Estados Unidos e no resto do mundo. O Banco foi confrontado e poderia ser confrontado com novas degradações significativas das condições de mercado e do ambiente económico, que poderiam resultar nomeadamente de crises afetando a dívida soberana, os mercados de capitais, o crédito ou a liquidez, de recessões regionais ou globais, de fortes flutuações do preço das matérias-primas (petróleo em particular), das taxas de câmbio, das taxas de juro, da inflação ou da deflação, de reestruturações ou

incumprimentos, de degradação da notação das dívidas de sociedades ou de Estados, ou ainda eventos geopolíticos (catástrofes naturais, atos terroristas ou conflitos armados). Tais perturbações, que podem intervir de maneira repentina e cujos efeitos podem não poder ser inteiramente cobertos, poderiam afetar de forma pontual ou duradoura as condições nas quais evoluem os estabelecimentos financeiros e ter um efeito desfavorável sobre a situação financeira, os resultados e o custo do risco do Banco.

Os mercados europeus conheceram recentemente perturbações importantes ligadas às incertezas pesando sobre a capacidade de alguns países da zona euro em refinar a sua dívida assim como à vontade e a capacidade dos Estados da União europeia e dos organismos supranacionais em dar uma ajuda financeira aos mutuários soberanos visados. Estas perturbações contribuíram para a contração dos mercados do crédito, o aumento da volatilidade da taxa de câmbio do euro contra as outras divisas significativas, afetaram os índices dos mercados de ações e criaram incerteza no que diz respeito às perspectivas económicas a curto prazo de alguns Estados da União europeia assim como a qualidade dos empréstimos bancários concedidos aos mutuários soberanos desses Estados.

O Banco detém e pode ser levado a deter no futuro importantes carteiras de títulos de débito emitidos por alguns dos Estados mais tocados pela crise atual e concedeu créditos e poderia no futuro conceder créditos, de montantes significativos, a mutuários desses Estados. Por outro lado, o Banco financia-se no mercado interbancário, o que o expõe indiretamente aos riscos ligados à dívida soberana detida por outras instituições financeiras. De uma maneira mais geral, a crise da dívida soberana afetou indiretamente e pode continuar a afetar potencialmente de maneira crescente, os mercados financeiros, a economia europeia e mundial e de uma maneira mais geral o ambiente no qual evolui o Banco.

Se as condições económicas na Europa ou noutro lugar do mundo se deteriorassem, no seguimento nomeadamente de um agravamento da crise da dívida soberana (tal como um incumprimento a título de uma dívida soberana), o Banco poderia ser obrigado a constatar provisões suplementares sobre esses títulos de dívidas soberanas ou das perdas suplementares no seguimento de cessões desses títulos. As perturbações políticas e financeiras consecutivas a tal agravamento poderiam afetar desfavoravelmente a solvabilidade dos clientes e das contrapartidas financeiras do Banco, os parâmetros de mercado tais como as taxas de juro, as taxas de câmbio e os índices bolsistas, assim como a liquidez do Banco e a sua capacidade a financiar-se em condições aceitáveis.

Medidas legislativas e regulamentares tomadas em resposta à crise financeira mundial poderiam afetar sensivelmente o Banco assim como o ambiente financeiro e económico no qual opera.

Medidas legislativas ou regulamentares entraram em vigor ou foram propostas recentemente com vista a introduzir um certo número de mudanças, algumas dos quais permanentes, incluindo o ambiente financeiro mundial. Estas novas medidas têm por objetivo evitar uma recorrência da crise financeira mas têm por efeito provocar uma mutação significativa do ambiente no qual o Banco e outras instituições financeiras evoluem.

Entre as novas medidas que foram ou poderiam ser adotadas constam: o aumento dos rácios prudenciais de solvabilidade e de liquidez, a taxação das operações financeiras, a limitação e a tributação das remunerações de alguns assalariados além de certos níveis, restrições ou interdições visando o exercício pelos bancos comerciais de algumas atividades (em particular as operações por conta própria e potencialmente as atividades de banca de investimento de um modo mais geral), limitações visando certos tipos de produtos financeiros tais como produtos derivados, o reforço dos poderes das autoridades regulamentares e a criação de novas autoridades.

Algumas medidas que já foram adotadas, ou estão em fase de adoção, e aplicar-se-ão ao Banco tais como o dispositivo prudencial Basileia 3 e a Diretiva sobre os fundos próprios regulamentares «CRD 4», as exigências em matéria de rácios prudenciais anunciadas pela Autoridade bancária europeia e a designação do Banco como uma instituição financeira de importância sistémica pelo Comité de estabilidade financeira terão por efeito o aumento das exigências em matéria de rácios de solvabilidade e de liquidez aplicáveis ao Banco e poderiam ter por efeito de restringir a sua capacidade de endividamento. O Banco anunciou algumas medidas de redução de balanço visando conformar-se a estas exigências; todavia, a fim de se conformar a novas regulamentações deste tipo que poderiam ser adotadas no futuro, o Banco poderia ser conduzido a tomar certas medidas que visam reforçar o seu capital regulamentar, em particular novas reduções de balanço, que poderiam pesar na sua rentabilidade e ter um efeito desfavorável sobre a sua situação financeira e os seus resultados.

Entre as novas medidas suscetíveis de serem adotadas, algumas estão no estado de proposta ou estão em fase de discussão. Uma vez adotadas, se tal for o caso, estas medidas deverão em todo o caso ser adaptadas ao quadro regulamentar de cada Estado. Em consequência, é impossível prever precisamente que medidas serão adotadas, qual será o seu conteúdo exato e que impacto terão sobre o Banco. Além dos efeitos mencionados acima, algumas medidas poderiam afetar a capacidade do Banco a exercer certas atividades, impor limitações ao exercício de certas atividades, afetar a sua capacidade em atrair ou reter talentos (mais particularmente nas suas atividades de banca de investimento e de financiamento) e afetar de maneira mais geral a sua competitividade e a sua rentabilidade, o que poderia ter um efeito desfavorável sobre as suas atividades, a sua situação financeira e os seus resultados. Em último lugar, é difícil antecipar o impacto que estas medidas poderiam ter sobre os mercados financeiros. É possível que estas provoquem ou exacerbem novas crises financeiras, nomeadamente se a sua implementação se acompanhar de publicações abundantes ou detalhadas de riscos ou de exposições, mal compreendidas pelos investidores e de natureza a alimentar um receio geral da sua parte em relação aos bancos e um esgotamento das suas fontes de financiamento.

O acesso ao financiamento do Banco e as condições deste financiamento poderiam ser afetados de maneira significativa em caso de agravamento da crise da dívida soberana, de deterioração das condições económicas, de degradação de notação ou de outros fatores.

A crise da dívida soberana que afeta os Estados da União europeia assim como o ambiente macroeconómico global conduziram a uma restrição do acesso ao financiamento dos bancos europeus e a uma degradação das condições deste financiamento em 2011, devido a vários fatores, nomeadamente: o aumento significativo do risco de crédito recebido dos bancos, ligado em particular à sua exposição à dívida soberana; a degradação da notação que afeta alguns Estados e estabelecimentos financeiros; e a especulação nos mercados da dívida. Numerosos bancos europeus, incluindo o Banco, tiveram de fazer face a um acesso mais difícil aos mercados obrigacionistas e ao mercado interbancário, assim como a um aumento geral do seu custo de financiamento. Em consequência, o recurso pelos estabelecimentos financeiros às facilidades e linhas de liquidez do Banco central europeu aumentou de maneira significativa. Se as condições desfavoráveis do mercado da dívida viessem a persistir a longo prazo ou a agravar-se no seguimento de uma propagação da crise à esfera económica no seu conjunto, ou por razões ligadas à indústria financeira em geral ou ao Banco em particular (tais como degradações de notação), o efeito sobre o setor financeiro europeu em geral e sobre o Banco em particular, poderia ser significativamente desfavorável.

Qualquer aumento substancial das provisões ou qualquer compromisso insuficientemente provisionado pode pesar no resultado de exploração e na situação financeira do Banco.

No âmbito das suas atividades de concessão de empréstimo, o Banco constitui regularmente provisões para créditos duvidosos, que são contabilizadas na demonstração de resultados na rubrica custo do risco. O nível global das provisões é estabelecido em função do histórico das perdas, do volume e do tipo de empréstimos concedidos, das normas sectoriais, das prestações em atraso, das condições económicas e outros fatores que refletem a taxa de cobrança de certos empréstimos concedidos. O Banco esforça-se por constituir provisões adaptadas. No entanto, este poderia ser conduzido, no futuro, a aumentar de maneira significativa as provisões para créditos duvidosos em resposta a uma deterioração das condições económicas ou a outros fatores. O aumento significativo das provisões para créditos duvidosos, a modificação substancial do risco de perdas,

tal como estimado, inerente à carteira de empréstimos concedidos não duvidosos ou ainda a realização de perdas superiores aos montantes especificamente provisionados, seriam suscetíveis de pesar sobre os resultados do Banco e sobre a sua situação financeira.

As flutuações de mercado e a volatilidade expõem o Banco ao risco de perdas substanciais no âmbito das suas atividades de trading e de investimento.

Para fins de trading ou de investimento, o Banco toma posições sobre os mercados de débito, de divisas, de matérias-primas e de ações, assim como sobre ações não cotadas, dos ativos imobiliários e de outros tipos de ativos. A volatilidade, a saber a amplitude das variações de preço sobre um período e um mercado determinados, independentemente do nível desse mercado, poderia ter uma incidência desfavorável sobre estas posições. Nada garante que esta extrema volatilidade e estas perturbações dos mercados ocorridas na pior fase da crise financeira de 2008/2009 não se renovarão no futuro, e que o Banco não sofrerá em consequência perdas importantes no âmbito das suas atividades de mercado de capitais. A volatilidade, se ela se mostrasse insuficiente ou excessiva em relação às antecipações do Banco, poderia igualmente gerar perdas sobre vários outros produtos utilizados pelo Banco, tais como os swaps, os contratos a prazo, as opções e os produtos estruturados.

Se o Banco detivesse ativos, ou posições líquidas compradoras, num destes mercados, qualquer recuo do mesmo poderia ocasionar perdas ligadas à depreciação destas posições. Ao contrário, se o Banco tivesse vendido ativos a descoberto ou detivesse posições líquidas vendedoras num destes mercados, qualquer resalto do mesmo poderia expor o Banco a perdas potencialmente ilimitadas na medida em que este deverá cobrir as suas posições a descoberto num mercado em alta. De forma ocasional, o Banco poderia implementar uma estratégia de trading constituindo uma posição compradora sobre um ativo e uma posição vendedora sobre outro ativo, na esperança de tirar proveito da variação do valor relativo destes ativos. Se contudo estes valores relativos evoluíssem contrariamente às antecipações do Banco, ou de tal maneira que este não esteja coberto, esta estratégia poderia expor o Banco a perdas. Na medida em que estas seriam substanciais, estas perdas poderiam agravar os resultados e a situação financeira do Banco.

Os rendimentos tirados das atividades de corretagem e das atividades gerando comissões são potencialmente vulneráveis a uma descida dos mercados.

As condições económicas e financeiras afetam o número e a dimensão de operações de mercado de capitais nas quais o banco intervém como garante ou conselheiro financeiro ou a título de outros serviços de financiamento e de investimento. Os rendimentos do banco de financiamento e de investimento, baseados nomeadamente nos encargos de transação que remuneram esses serviços, estão diretamente ligados ao número e à dimensão das operações no âmbito das quais o Banco intervém, e são portanto suscetíveis de serem afetados de maneira significativa em consequência de tendências económicas ou financeiras desfavoráveis aos seus clientes e às atividades de financiamento e de investimento. Os rendimentos tirados das atividades de corretagem e das atividades gerando comissões são potencialmente vulneráveis a uma descida dos mercados. Independentemente da evolução do mercado, qualquer sub desempenho dos organismos de investimento coletivo do Banco pode ter por consequência uma aceleração das recompras

e uma diminuição das subscrições com, em corolário, uma contração dos rendimentos aferentes à atividade de gestão.

Aquando do recuo dos mercados financeiros em 2008-2009, o Banco foi confrontado com este tipo de situação, o que teve por consequência uma queda de rendimentos nos setores de atividade visados. O Banco poderia ser confrontado com situações similares em futuros recuos ou crises dos mercados financeiros que podem surgir brutalmente e de maneira repetida.

Uma descida prolongada dos mercados pode reduzir a liquidez e tornar mais difícil a cedência de ativos. Tal situação poderia gerar perdas significativas.

Em algumas das atividades do Banco, uma descida prolongada do preço dos ativos poderia pesar sobre o nível de atividade ou reduzir a liquidez no mercado visado. Esta situação exporia o Banco a perdas significativas se este não estivesse em medida de saldar rapidamente as suas posições eventualmente perdedoras. Isto é particularmente verdade para os ativos que são intrinsecamente pouco líquidos. Alguns ativos que não são negociados numa Bolsa de valores ou num mercado regulamentado, tais como os produtos derivados negociados entre bancos, são geralmente valorizados com o apoio de modelos mais do que com base em cotações de mercado. Tendo em conta a dificuldade em acompanhar a evolução do preço destes ativos, o banco poderia sofrer perdas que não tinha previsto.

Qualquer variação significativa das taxas de juro é suscetível de pesar nos rendimentos ou na rentabilidade do Banco.

O montante dos rendimentos líquidos de juros recebidos pelo Banco sobre um determinado período influi de maneira significativa sobre os rendimentos e a rentabilidade deste período. As taxas de juro são afetadas por numerosos fatores sobre os quais o Banco não tem qualquer influência. A evolução das taxas de juro do mercado pode afetar diferentemente as taxas de juro aplicadas aos ativos portadores de juro e as taxas de juro pagas sobre o débito. Qualquer evolução desfavorável da curva das taxas pode diminuir os rendimentos líquidos de juros das atividades de empréstimos concedidos. Além disso, o aumento das taxas de juro sobre os financiamentos a curto prazo do Banco e o não endossamento dos vencimentos são suscetíveis de pesar na sua rentabilidade.

A solidez financeira e o comportamento das outras instituições financeiras e atores do mercado poderiam ter um efeito desfavorável sobre o Banco.

A capacidade do Banco a efetuar operações de financiamento ou de investimento ou a concluir transações incidindo sobre produtos derivados poderia ser afetada pela solidez financeira das outras instituições financeiras e atores do mercado. Os estabelecimentos financeiros estão estreitamente interconectados, devido nomeadamente às suas atividades de trading, de compensação, de contrapartida e de financiamento. O incumprimento de um ator do sector, ou até simples rumores ou interrogações com respeito a um ou vários estabelecimentos financeiros ou à indústria financeira de maneira mais geral, conduziram a uma contração generalizada da liquidez no mercado e poderiam no futuro conduzir a perdas ou incumprimentos suplementares. O Banco está exposto a numerosas contrapartidas financeiras tais como prestadores de serviços de investimento, bancos comerciais ou de investimento, fundos comuns de investimento, fundos especulativos (*hedge funds*), assim como outros clientes institucionais, com os quais conclui habitualmente transações. Um grande número destas transações expõe o Banco a um risco de insolvabilidade se um conjunto de contrapartidas ou de clientes do Banco viesse a faltar aos seus compromissos. Este risco seria exacerbado se os ativos detidos em garantia pelo Banco não pudessem ser cedidos ou se o seu preço não

permitisse cobrir a totalidade da exposição do Banco devido a empréstimos concedidos ou produtos derivados em falta.

Além disso, as fraudes ou malversações cometidas pelos atores do sector financeiro podem ter um efeito significativo desfavorável sobre as instituições financeiras devido nomeadamente às interconexões entre as instituições que operam nos mercados financeiros. A fraude cometida por Bernard Madoff, que conduziu um certo número de instituições financeiras, entre as quais o Banco, a anunciar perdas ou exposições significativas, é um exemplo recente. Perdas suplementares potencialmente significativas poderiam ser verificadas no âmbito de contenciosos diversos, de ações interpostas no âmbito da liquidação do Bernard Madoff Investment Services (BMIS), sendo que várias estão em curso contra o Banco, ou de outras ações potenciais ligadas aos investimentos realizados direta ou indiretamente por contrapartidas ou clientes no BMIS ou a outras entidades controladas por Bernard Madoff, ou à receção de produtos de investimentos do BMIS. As perdas podendo resultar dos riscos supracitados poderiam pesar de maneira significativa nos resultados do Banco.

Qualquer prejuízo causado à reputação do Banco poderia prejudicar a sua competitividade.

Tendo em conta o carácter altamente concorrencial da indústria dos serviços financeiros, a reputação de solidez financeira e de integridade do Banco é capital para seduzir e fidelizar os seus clientes. A utilização de meios inadequados para promover e comercializar os seus produtos e serviços poderia manchar a reputação do Banco. Da mesma forma, à medida que as suas carteiras de clientes e de atividades se alargam, o facto dos procedimentos e controlos exaustivos aplicados para prevenir os conflitos de interesse poderem mostrar-se inoperantes, ou serem percebidos como tal, poderia prejudicar a reputação do Banco. Poderiam igualmente prejudicar a sua reputação qualquer comportamento inapropriado de um empregado, qualquer fraude ou malversação cometida por atores do sector financeiro aos quais o Banco está exposto, qualquer diminuição, novo tratamento ou correção dos resultados financeiros, ou qualquer ação jurídica ou regulamentar com finalidade potencialmente desfavorável. Qualquer prejuízo causado à reputação do Banco poderia acompanhar-se de uma perda de atividade, suscetível de pesar nos seus resultados e na sua situação financeira.

Qualquer interrupção ou falha dos sistemas informáticos do Banco pode provocar uma queda de rendimentos e gerar perdas.

Como a maior parte dos seus concorrentes, o Banco depende estreitamente dos seus sistemas de comunicação e de informação. Qualquer avaria, interrupção ou falha nos sistemas poderia conduzir a erros ou interrupções a nível dos sistemas de gestão da clientela, de contabilidade geral, de depósitos, de serviços e/ou de tratamento dos empréstimos concedidos. O Banco não pode garantir que tais avarias ou interrupções não se produzirão ou, se estas se produzirem, que serão resolvidas de maneira adequada. Qualquer avaria ou interrupção desta natureza é suscetível de pesar nos resultados e na situação financeira do Banco.

Eventos externos imprevistos podem provocar uma interrupção das atividades do Banco e conduzir a perdas substanciais assim como a custos suplementares.

Eventos imprevistos tais como perturbações políticas e sociais, uma catástrofe natural séria, atentados, ou qualquer outra situação de emergência, poderiam provocar uma brusca interrupção das atividades do Banco e acarretar perdas substanciais na medida em que não estariam cobertos por uma apólice de seguros. Estas perdas poderiam

visar bens materiais, ativos financeiros, posições de mercado ou colaboradores chave. Tais eventos poderiam igualmente gerar custos suplementares (ligados nomeadamente à deslocação do pessoal visado) e aumentar os encargos do Banco (em particular os prémios de seguros).

O Banco está submetido a uma regulamentação importante e flutuante nos países e regiões onde exerce as suas atividades.

O Banco está exposto ao risco de não conformidade, ou seja nomeadamente à incapacidade de respeitar integralmente a legislação, a regulamentação, os códigos de boas práticas, as normas profissionais ou as recomendações aplicáveis ao sector financeiro. Além do prejuízo causado à sua reputação, o não respeito destes textos exporia o Banco a multas, a advertências das autoridades, a suspensões de atividade, ou até em casos extremos, ao levantamento da autorização das autoridades. Este risco é reforçado pelo acréscimo constante do nível de controlo pelas autoridades competentes. É o caso nomeadamente no que diz respeito às operações de branqueamento, de financiamento do terrorismo ou às operações com os Estados submetidos a sanções económicas. Por exemplo, as leis americanas impõem o respeito das regras administradas pelo Office of Foreign Assets Control, relativas a certos países estrangeiros, cidadãos estrangeiros ou outros, submetidos a sanções económicas.

Além das medidas que constituem uma resposta direta à crise financeira (ver mais acima), o Banco está exposto a mudanças legislativas ou regulamentares no conjunto dos países nos quais ele exerce as suas atividades, no que concerne, nomeadamente:

- as políticas monetárias e de taxa de juro e outras políticas dos bancos centrais e das autoridades regulamentares;
- a evolução geral das políticas governamentais ou regulamentares suscetível de influir sensivelmente sobre as decisões dos investidores, em particular nos mercados onde o Grupo está presente;
- a evolução geral das exigências regulamentares aplicáveis ao sector financeiro, nomeadamente das regras prudenciais em matéria de adequação dos fundos próprios e da liquidez;
- a evolução da legislação fiscal ou das modalidades da sua aplicação;
- a evolução do ambiente concorrencial e dos preços;
- a evolução das normas contabilísticas;
- a evolução das regras de reporting financeiro; e
- a expropriação, a nacionalização, a confiscação de ativos e a evolução da legislação relativa ao direito de propriedade dos estrangeiros.

Estas mudanças, cuja amplitude e alcance são largamente imprevisíveis, poderiam ter consequências significativas para o Banco, e ter um efeito desfavorável sobre as suas atividades, a sua situação financeira e os seus resultados.

Apesar das políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco implementadas, o Banco pode ser exposto a riscos não identificados ou imprevistos, suscetíveis de ocasionar perdas significativas.

O Banco investiu recursos consideráveis para elaborar políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco e entende prosseguir os seus esforços nesta matéria. No entanto, as técnicas e estratégias utilizadas não permitem garantir uma diminuição efetiva do risco em todas as configurações de mercado. Estas técnicas e estratégias poderiam igualmente mostrar-se inoperantes face a certos riscos, em particular os que o Banco não teria previamente

identificados ou antecipados. O Banco poderia ter dificuldades em avaliar a solvabilidade dos seus clientes ou o valor dos seus ativos se, devido às perturbações nos mercados tais como as que prevaleceram durante a crise financeira, os modelos e as abordagens utilizados já não permitiam antecipar os comportamentos, as avaliações, as hipóteses e as estimações futuras. Alguns dos indicadores e ferramentas qualitativos que o Banco utiliza para gerir o risco apoiam-se em observações do comportamento passado do mercado. Para quantificar a sua exposição ao risco, o Banco procede a seguir a uma análise, geralmente estatística, destas observações. Os procedimentos utilizados pelo Banco para avaliar as perdas ligadas à sua exposição ao risco de crédito ou o valor de certos ativos são fundados em análises complexas e subjetivas que assentam nomeadamente em previsões relacionadas com as condições económicas e o impacto destas condições sobre a capacidade de reembolso dos mutuários e o valor dos ativos. Em período de perturbação dos mercados, estas análises poderiam levar a estimações inexatas e por conseguinte por em causa a fiabilidade destes procedimentos de avaliação. As ferramentas e indicadores utilizados poderiam fornecer conclusões erradas quanto à futura exposição ao risco, devido nomeadamente a fatores que o Banco não teria antecipado ou corretamente avaliado nos seus modelos estatísticos, ou à realização de um evento considerado como extremamente improvável pelas ferramentas e os indicadores. Isto diminuiria a capacidade do Banco em gerir os seus riscos. Em consequência, as perdas sofridas poderiam mostrar-se nitidamente superiores à média histórica. Por outro lado, os modelos quantitativos do Banco não integram o conjunto dos riscos. Alguns riscos são de facto objeto de uma análise mais qualitativa que poderia mostrar-se insuficiente e expor assim o Banco a perdas significativas e imprevistas.

As estratégias de cobertura implementadas pelo Banco não afastam todo o risco de perda.

O Banco poderia sofrer perdas se um dos instrumentos ou uma das estratégias de cobertura que ele utiliza para cobrir os diferentes tipos de risco aos quais está exposto se mostrasse inoperante. Numerosas estratégias apoiam-se na observação do comportamento passado dos mercados e na análise das correlações históricas. A título de exemplo, se o Banco detém uma posição longa sobre um ativo, este poderá cobrir o risco ao tomar uma posição curta sobre outro ativo cujo comportamento permite geralmente neutralizar qualquer evolução da posição longa. Esta cobertura poderá contudo ser parcial, estas estratégias não cobrirão todos os riscos futuros ou não permitirão uma diminuição efetiva do risco em todas as configurações de mercado. Qualquer evolução inesperada do mercado pode igualmente diminuir a eficácia destas estratégias de cobertura. Além disso, a maneira como os proveitos e as perdas resultantes de coberturas não efetivas são contabilizados pode aumentar a volatilidade dos resultados publicados pelo Banco.

O Banco poderia enfrentar dificuldades relativas à integração das sociedades adquiridas e poderia não realizar os lucros esperados das suas aquisições.

A integração operacional de atividades adquiridas é um processo longo e complexo. Uma integração conseguida assim como a realização de sinergias

nomeadamente, de uma coordenação satisfatória dos esforços do *business development* e do *marketing*, a manutenção do pessoal de direção chave, políticas de contratação e de formação eficazes assim como a adaptação dos sistemas de informação e dos sistemas informáticos. Qualquer dificuldade encontrada durante o processo de reagrupamento das atividades é suscetível de gerar um aumento dos custos de integração assim como das economias ou lucros mais fracos do que antecipados. Por esta razão, não pode haver garantia quanto à extensão das sinergias realizadas nem quanto à sua data de realização. Além disso, o processo de integração das atividades operacionais existentes do Banco com as atividades operacionais adquiridas poderia perturbar as atividades de um ou vários dos seus ramos e desviar a atenção da Direção sobre outros aspetos das atividades operacionais do Banco, o que poderia ter um impacto negativo sobre as atividades e resultados do Banco. Por outro lado, em certos casos, litígios relativos às operações de crescimento externo podem ter um impacto desfavorável sobre os processos de integração ou ter outras consequências adversas, nomeadamente no plano financeiro.

Apesar do Banco proceder geralmente a uma análise aprofundada das empresas que prevê adquirir, nem sempre é possível conduzir um exame exaustivo das mesmas. O Banco pode vir a aumentar a sua exposição aos ativos de má qualidade e incorrer um custo do risco mais elevado no seguimento das suas operações de crescimento externo, em particular nos casos em que este não pôde conduzir um exercício de due diligence aprofundado previamente à aquisição.

Uma intensificação da concorrência, em particular em França, primeiro mercado do Banco, poderia pesar no resultado líquido bancário e na rentabilidade.

Os principais polos de atividade do Banco estão todos confrontados com uma forte concorrência, quer em França ou noutras partes do mundo onde está solidamente implantado, nomeadamente na Europa e nos Estados Unidos. A concorrência na indústria bancária poderia intensificar-se devido ao movimento de concentração dos serviços financeiros, que acelerou durante a crise financeira recente. Se o Banco não conseguisse preservar a sua competitividade em França ou nos outros grandes mercados propondo uma paleta de produtos e de serviços atrativa e rentável, este poderia perder partes de mercado em certas atividades importantes, ou sofrer perdas em todas ou algumas das suas atividades. Por outro lado, qualquer abrandamento das economias dos seus mercados principais é suscetível de aumentar a pressão concorrencial, com, no final, uma intensificação da pressão sobre os preços e uma contração do volume de atividade do Banco e dos seus concorrentes. Poderiam igualmente fazer a sua entrada no mercado novos concorrentes mais competitivos, submetidos a uma regulamentação distinta ou mais flexível, ou a outras exigências em matéria de rácios prudenciais. Estes recém-chegados estariam assim em medida de propor uma oferta de produtos e serviços mais competitivos. É igualmente possível que a presença acrescida no mercado mundial de instituições financeiras nacionalizadas ou de instituições financeiras beneficiando de garantias estatais ou vantagens similares resultantes da crise financeira recente gere distorções de concorrência prejudiciais para os interesses de instituições do sector privado, e nomeadamente do Banco.

5.3 Riscos soberanos [Auditado]

O risco soberano é o risco de incumprimento de um Estado sobre a sua dívida ou seja uma interrupção temporária ou prolongada do serviço da dívida (juros e/ou principal).

A detenção de títulos de débitos emitidos por Estados soberanos é condicionada pela gestão da liquidez do Grupo. Esta assenta sobre a detenção de títulos disponíveis elegíveis ao refinanciamento dos Bancos Centrais e compreende uma proporção importante de títulos de débitos emitidos pelos Estados que apresentam uma notação de qualidade, representativa

de um nível de risco fraco. Além disso, no âmbito da política de endossamento do balanço e de gestão do risco de taxa de juro estrutural, o Grupo detém igualmente uma carteira de ativos que compreende títulos de créditos soberanos cujas características de taxa participam nas suas estratégias de cobertura. Por outro lado, o Grupo é criador de mercado de títulos de dívida soberana em vários países, o que o conduz a deter inventários temporários de negociação na compra e na venda, em parte cobertos por derivados.

PILAR 3

Riscos soberanos

Os inventários detidos pelo Grupo no âmbito destas diferentes carteiras são apresentados no quadro abaixo:

➤ QUADRO N.º 1: MONTANTE DAS EXPOSIÇÕES SOBERANAS DAS CARTEIRAS BANCÁRIAS E DE TRANSAÇÃO POR ZONA GEOGRÁFICA

| 31 dezembro 2011 | Carteira bancária ⁽¹⁾ | | | | | Carteira de transação | |
|--|----------------------------------|------------------------|------------|------------------------|--------------------------|-----------------------|--|
| | | | Soberano | | Risco emissor soberano | | Risco de contrapartida soberano ⁽²⁾ |
| | Títulos | Empréstimos concedidos | CDS | Títulos ⁽²⁾ | Derivados ⁽³⁾ | | |
| Em milhões de euros | | | | | | | |
| Áustria | 539 | 0 | 0 | 44 | (26) | 0 | |
| Bélgica | 17 383 | 1 826 | 0 | (218) | (369) | 12 | |
| Chipre | 22 | 0 | 0 | 31 | (18) | 0 | |
| Estónia | 0 | 0 | 0 | 0 | 20 | 0 | |
| Finlândia | 293 | 0 | 0 | 240 | (364) | 2 | |
| França | 13 981 | 161 | 101 | (3 375) | 2 898 | 216 | |
| Alemanha | 2 550 | 0 | 0 | (1 230) | (29) | 273 | |
| Itália | 12 656 | 552 | 92 | 1 063 | 111 | 3 242 | |
| Luxemburgo | 31 | 147 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Malte | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Países Baixos | 7 423 | 1 685 | 0 | (919) | 600 | 11 | |
| Eslováquia | 29 | 0 | 0 | 2 | (157) | 0 | |
| Eslovénia | 41 | 0 | 0 | 230 | (188) | 0 | |
| Espanha | 457 | 349 | 0 | 58 | (59) | 6 | |
| Países objeto de um plano de apoio | | | | | | | |
| Grécia | 1041 | 5 | 0 | 78 | 13 | 167 | |
| Irlanda | 274 | 0 | 0 | (10) | 37 | 19 | |
| Portugal | 1 407 | 0 | 0 | (15) | 62 | 0 | |
| TOTAL ZONA EURO | 58 127 | 4 726 | 193 | (4 021) | 2 531 | 3 948 | |
| Outros países do Espaço Económico Europeu | | | | | | | |
| Bulgária | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| República checa | 164 | 0 | 0 | 1 | (5) | 0 | |
| Dinamarca | 0 | 0 | 0 | (65) | (40) | 0 | |
| Hungria | 201 | 0 | 0 | 161 | (9) | 0 | |
| Islândia | 0 | 0 | 0 | 0 | 42 | 0 | |
| Letónia | 0 | 0 | 0 | 0 | 16 | 0 | |
| Liechtenstein | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Lituânia | 36 | 0 | 7 | 1 | 8 | 0 | |
| Noruega | 51 | 0 | 0 | 4 | 7 | 0 | |
| Polónia | 1 650 | 0 | 0 | 33 | 79 | 0 | |
| Roménia | 0 | 59 | 0 | 13 | 1 | 0 | |
| Suécia | 0 | 0 | 0 | (42) | (60) | 0 | |
| Grã-Bretanha | 679 | 0 | 0 | (664) | (69) | 10 | |
| TOTAL OUTROS EEE | 2 781 | 59 | 7 | (558) | (30) | 10 | |
| <i>dos quais AFS</i> | 57 845 | | | | | | |
| <i>dos quais HTM ou L&R</i> | 3 063 | | | | | | |
| TOTAL EEE 30 | 60 908 | 4 784 | 200 | (4 579) | 2 501 | 3 958 | |
| Estados Unidos | 4 782 | 378 | 0 | 4 226 | (3 893) | 9 | |
| Japão | 6 035 | 0 | 0 | 4 530 | (733) | 19 | |
| Outros | 5 147 | 3 154 | 0 | 4 536 | (677) | 126 | |
| TOTAL MUNDO | 76 872 | 8 316 | 200 | 8 713 | (2 803) | 4 112 | |

(1) Os ativos da carteira bancária são apresentados em valor contabilístico (incluindo sobrecolação/desconto e cupão corrido) antes reavaliação e após provisão para depreciação eventual, em particular no caso da Grécia.

(2) O risco emissor sobre os títulos soberanos da carteira de transação, e o risco de contrapartida sobre os instrumentos financeiros derivados concluídos com soberanos são medidos em valor de mercado, representando a perda máxima em caso de incumprimento (com a hipótese de uma taxa de cobrança a zero).

(3) O risco emissor líquido proveniente dos produtos derivados de crédito (como por exemplo os CDS Single Name) e outros derivados com subjacentes soberanos contratados com os atores de mercado corresponde à perda ou ao proveito incorrido em caso de incumprimento do soberano (com a hipótese de uma taxa de cobrança a zero).

O mercado da dívida emitida pelos Estados da zona Euro da União europeia conheceu em 2011 fortes perturbações, em particular no segundo semestre, devido à degradação económica de alguns deles, em particular da Grécia, da Irlanda e de Portugal que são

alvo de um plano de apoio europeu. O detalhe das exposições a estes três países é apresentado na nota 4 das Situações financeiras consolidadas do Grupo.

O ativo de títulos detidos em 31 de dezembro de 2011 no seio da carteira bancária sobre emissores soberanos da zona Euro ascende a 58,1 biliões de euros, antes reavaliação e incluindo os juros corridos, e compara-se aos 73,9 biliões de euros a 30 de junho de 2011, início da crise que afeta alguns dos emissores soberanos desta zona.

A variação da carteira ocorrida durante o segundo semestre do exercício, ou seja uma descida de 15,8 biliões de euros, provém da depreciação registada sobre os títulos gregos durante o semestre (2,6 biliões de euros), das cessões operadas e reembolsos recebidos (- 20,0 biliões de euros incidindo no essencial sobre títulos emitidos pela

Itália, a França, a Bélgica, Espanha, a Alemanha e os Países Baixos), parcialmente compensados por aquisições (6,8 biliões de euros incidindo sobre títulos emitidos pela França, a Bélgica e a Alemanha).

Fora zona Euro, os ativos detidos no seio da carteira bancária sobre emissores soberanos ascendem a 31 de dezembro de 2011 a 18,7 biliões de euros, em queda de 16,7 biliões de euros comparando com 30 de junho de 2011 (35,4 biliões de euros). As cessões e reembolsos ocorridos no segundo semestre de 2011 (23,7 biliões de euros) foram parcialmente compensados por aquisições (7,5 biliões de euros) e um efeito de câmbio.

5.4 Gestão do capital e adequação dos fundos próprios

FUNDOS PRÓPRIOS [Auditado]

O grupo BNP Paribas está submetido ao respeito da regulamentação prudencial francesa que transpõe para o direito francês as diretivas europeias «Adequação dos fundos próprios das empresas de investimento e dos estabelecimentos de crédito» e «Conglomerados financeiros».

Em numerosos países onde o Grupo opera, este está submetido, além disso, ao respeito de rácios particulares segundo modalidades controladas pelas autoridades de supervisão competentes. Trata-se nomeadamente de rácios de solvabilidade, ou de rácios incidindo sobre a divisão dos riscos, a liquidez ou os equilíbrios do balanço (transformação).

Desde 1 de janeiro de 2008, a portaria de 20 de fevereiro de 2007 do Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria, instaurando os métodos de cálculo do rácio de solvabilidade, define este último como a relação entre os fundos próprios prudenciais globais e a soma:

- do montante das exposições ponderadas em termos de risco de crédito calculado utilizando a abordagem standard ou a abordagem avançada de notações internas consoante a entidade ou a atividade do Grupo visada;
- das exigências de fundos próprios em termos de supervisão prudencial dos riscos de mercado e do risco operacional, multiplicadas por um fator igual a 12,5. A exigência de fundos próprios a título do risco operacional é calculada em conformidade com a abordagem de base, a abordagem standard ou com as abordagens de medida avançada, consoante a entidade do Grupo visada.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS PRUDENCIAIS

Os fundos próprios prudenciais são determinados em conformidade com o regulamento n° 90-02 do Comité da regulamentação bancária de 23 de fevereiro de 1990. Estão repartidos em três categorias (os fundos próprios de base, os fundos próprios complementares e os fundos próprios sobre complementares) das quais são realizadas um certo número de deduções:

- os fundos próprios de base são determinados a partir dos capitais próprios contabilísticos do Grupo (fora proveitos e perdas latentes ou diferidos) ajustados de elementos conhecidos sob o nome de «filtros prudenciais». Estes ajustamentos consistem principalmente na antecipação de uma distribuição de dividendo, a dedução das diferenças de aquisição e outros ativos incorpóreos, os novos tratamentos ligados à diferença entre o perímetro prudencial de consolidação e o perímetro contabilístico, nomeadamente tratando-se das empresas de seguros, e à aplicação de limites à elegibilidade de certos títulos como os Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada;
- os fundos próprios complementares são compostos por certas dívidas subordinadas e diferenças positivas de avaliação do risco de crédito e de contrapartida entre o método contabilístico baseado no provisionamento das perdas incorridas e as perdas esperadas dos ativos de crédito tratados por abordagem fundada nas notações internas;
- um desconto é aplicado às dívidas subordinadas de maturidade inferior a 5 anos. As dívidas subordinadas datadas são limitadas em montante a 50 % dos fundos próprios de base. Os fundos próprios complementares são globalmente limitados a 100 % do montante dos fundos próprios de base;
- os fundos próprios sobrecomplementares são compostos por dívidas subordinadas com maturidade mais curta e só podem cobrir dentro de certos limites posições de risco de mercado;
- são deduzidos para a determinação dos fundos próprios prudenciais, para metade dos fundos próprios de base e para metade dos fundos próprios complementares: os valores representativos dos títulos de estabelecimentos de crédito e de empresas financeiras equiparadas, os elementos constitutivos de fundos próprios prudenciais em estabelecimentos de crédito e empresas financeiras detidas a mais de 10 % pelo Grupo, assim como a parte das perdas esperadas sobre os ativos de crédito tratados segundo a abordagem avançada de notações internas não coberta por provisões e ajustamentos de valor.

PILAR 3

Gestão do capital e adequação dos fundos próprios

MONTANTE DOS FUNDOS PRÓPRIOS PRUDENCIAIS

➤ QUADRO N° 2: MONTANTE DOS FUNDOS PRÓPRIOS PRUDENCIAIS

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Capitais próprios contabilísticos consolidados antes da afetação do resultado⁽¹⁾ | 85 626 | 85 629 |
| Outros elementos e deduções prudenciais | (14 633) | (17 093) |
| Deduções dos ativos incorpóreos | (13 929) | (13 837) |
| dos quais diferenças de aquisição | (11 783) | (11 735) |
| Dividas subordinadas ⁽²⁾ | 3 358 | 3 187 |
| Outros elementos prudenciais | (4 062) | (6 443) |
| dos quais projeto de distribuição ⁽³⁾ | (1 430) | (2 511) |
| dos quais deduções de 50% dos elementos não elegíveis : | (1 653) | (1 303) |
| dos quais títulos em estabelecimentos de crédito ou estabelecimentos financeiros não consolidados detidos a mais de 10 % | (672) | (394) |
| dos quais participações em estabelecimentos de crédito ou estabelecimentos financeiros equiparados | (756) | (710) |
| dos quais deduções a título das posições de titularização | 0 | 0 |
| FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER 1) | 70 993 | 68 536 |
| Total dos fundos próprios complementares (Tier 2) | 14 422 | 20 109 |
| do qual diferença positiva entre as provisões e as perdas esperadas a um ano | 548 | 482 |
| Deduções prudenciais do saldo dos elementos não elegíveis | (1 653) | (1 303) |
| Fundos próprios sobrecomplementares (Tier 3) concedidos | 2 200 | 982 |
| FUNDOS PRÓPRIOS PRUDENCIAIS | 85 962 | 88 324 |

(1) Quadro de passagem dos capitais próprios (Situações financeiras 4.5).

(2) Notas anexas às Situações financeiras 5.a e 5.i.

(3) Projeto de dividendo submetido à Assembleia-geral dos acionistas.

EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS E ATIVOS PONDERADOS

A exigência em fundos próprios do Grupo é calculada conformemente aos regulamentos e instruções que transpõem em França as diretivas europeias relativas à «Adequação dos fundos próprios das empresas de investimento e dos estabelecimentos de crédito» (decreto de 20 de fevereiro de 2007 modificado⁽¹⁾).

Em 31 de dezembro de 2011, o cálculo da exigência em fundos próprios tem nomeadamente em conta a regulamentação CRD3, entrada em vigor nessa data, que modifica o tratamento do risco de mercado e das posições de titularização.

(1) Ver nota 1 parte 5.1.

Em 31 de dezembro de 2011, o montante dos ativos ponderados a título do Pilar 1 para o grupo BNP Paribas ascende a 614 bilhões de euros contra 600 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2010 e decompõe-se por tipo de risco, tipo de abordagem e classe de exposição de Basileia, da seguinte forma:

► **QUADRO N° 3: EXIGÊNCIAS DE FUNDOS PRÓPRIOS E ATIVOS PONDERADOS A TÍTULO DO PILAR 1**

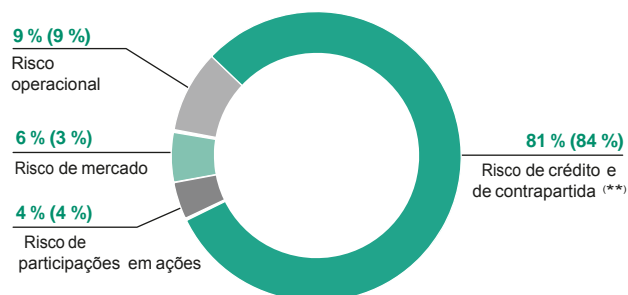
| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|--|--------------------|-------------------------------|--------------------|-------------------------------|
| | Ativos ponderados | Exigências em fundos próprios | Ativos ponderados | Exigências em fundos próprios |
| Risco de crédito e de contrapartida | 494 674 | 39 574 | 503 872 | 40 310 |
| Risco de crédito | 471 050 | 37 684 | 481 103 | 38 488 |
| Risco de crédito - IRBA | 215 516 | 17 241 | 230 703 | 18 456 |
| Administrações centrais e bancos centrais | 4 310 | 345 | 4 628 | 370 |
| Empresas | 136 889 | 10 951 | 144 459 | 11 557 |
| Estabelecimentos | 13 391 | 1 071 | 18 253 | 1 460 |
| Clientela de retalho | 38 127 | 3 050 | 40 244 | 3 220 |
| <i>Empréstimos imobiliários concedidos</i> | 10 311 | 825 | 10 777 | 862 |
| <i>Exposições renováveis</i> | 6 530 | 522 | 7 114 | 569 |
| <i>Outras exposições</i> | 21 286 | 1 703 | 22 353 | 1 788 |
| Posições de titularização | 22 665 | 1 813 | 22 915 | 1 833 |
| Outros ativos arriscados | 134 | 11 | 204 | 16 |
| Risco de crédito - abordagem standard | 255 534 | 20 443 | 250 400 | 20 032 |
| Administrações centrais e bancos centrais | 3 458 | 277 | 5 181 | 415 |
| Empresas | 117 083 | 9 367 | 111 453 | 8 916 |
| Estabelecimentos | 7 282 | 582 | 7 237 | 579 |
| Clientela de retalho | 82 922 | 6 634 | 81 826 | 6 546 |
| <i>Empréstimos imobiliários concedidos</i> | 26 818 | 2 145 | 27 121 | 2 170 |
| <i>Exposições renováveis</i> | 4 295 | 344 | 4 118 | 329 |
| <i>Outras exposições</i> | 51 810 | 4 145 | 50 588 | 4 047 |
| Posições de titularização | 1 712 | 137 | 2 288 | 183 |
| Outros ativos arriscados | 43 077 | 3 446 | 42 415 | 3 393 |
| Risco de contrapartida | 23 624 | 1 890 | 22 769 | 1 822 |
| Risco de contrapartida - IRBA | 20 863 | 1 669 | 20 092 | 1 608 |
| Administrações centrais e bancos centrais | 180 | 14 | 153 | 13 |
| Empresas | 16 344 | 1 308 | 14 463 | 1 157 |
| Estabelecimentos | 4 339 | 347 | 5 476 | 438 |
| Risco de contrapartida - abordagem standard | 2 761 | 221 | 2 677 | 214 |
| Administrações centrais e bancos centrais | 1 | 0 | 6 | 0 |
| Empresas | 2 426 | 194 | 2 477 | 198 |
| Estabelecimentos | 320 | 26 | 185 | 15 |
| Clientela de retalho | 14 | 1 | 9 | 1 |
| <i>Outras exposições</i> | 14 | 1 | 9 | 1 |
| Risco de participações em ações | 25 775 | 2 062 | 22 475 | 1 798 |
| Método dos modelos internos | 23 461 | 1 877 | 18 995 | 1 519 |
| <i>capital investimento em carteiras diversificadas</i> | | 6 215 | 497 | 4 802 |
| <i>384 ações cotadas</i> | | 8 670 | 694 | 8 677 |
| <i>694 exposições sobre ações</i> | | 8 576 | 686 | 5 516 |
| | | | | 441 |
| Método de ponderação simples | | 1 248 | 100 | 1 406 |
| <i>113 capital investimento em carteiras diversificadas</i> | | 1 109 | 89 | 1 085 |
| <i>87 ações cotadas</i> | | 14 | 1 | 15 |
| <i>1 outras exposições sobre ações</i> | | 125 | 10 | 307 |
| | | | | 25 |
| Abordagem Standard | 1 066 | 85 | 2 074 | 166 |
| Risco de mercado | 38 501 | 3 080 | 17 187 | 1 375 |
| Modelo interno | 35 338 | 2 827 | 9 532 | 763 |
| <i>VaR</i> | 8 230 | 659 | | |
| <i>VaR Stressado</i> | 16 605 | 1 328 | | |
| <i>Medida relativa ao risco adicional de incumprimento e de migração</i> | 6 440 | 515 | | |
| <i>Medida global dos riscos relativa a carteira de correlação</i> | 4 063 | 325 | | |
| Abordagem Standard | 2 386 | 191 | 7 655 | 612 |
| Posições de titularização da carteira de transação | 777 | 62 | | |
| Risco operacional | 54 617 | 4 369 | 56 890 | 4 551 |
| Abordagem Modelo interno AMA | 38 628 | 3 090 | 35 619 | 2 849 |
| Abordagem Standard | 9 470 | 758 | 13 624 | 1 090 |
| Abordagem de Base | 6 519 | 521 | 7 647 | 612 |
| TOTAL | 613 567 | 49 085 | 600 424 | 48 034 |

PILAR 3

Gestão do capital e adequação dos fundos próprios

Em termos de sistemas de informação, o sistema ARC (All Reportings on Capital) consolida o conjunto dos cálculos de capital produzidos pelas diferentes áreas de riscos e contabilística. Este permite a restituição e a difusão dos reportings de capital para as necessidades da comunicação interna e externa.

➤ ATIVOS PONDERADOS POR TIPO DE RISCO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011^(*)



Montante total: 614 Biliões de euros em 31 de dezembro de 2011 (600 Biliões de euros em 31 de dezembro de 2010)

(*) As percentagens entre parênteses correspondem à repartição em 31 de dezembro de 2010.

(**) Incluindo contas de regularizações e imobilizações.

ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Por aplicação da regulamentação europeia transposta em direito francês pelo regulamento n° 91-05, o Grupo é obrigado a respeitar em permanência um rácio de fundos próprios de base pelo menos igual a 4 % e um rácio de solvabilidade pelo menos igual a 8 %. Este deve igualmente, devido ao seu estatuto de Financial Holding Company nos Estados Unidos, respeitar um rácio de fundos próprios de base de 6 % e um rácio de solvabilidade de 10 %.

Os rácios do grupo BNP Paribas são acompanhados e geridos de forma centralizada e consolidada. Cada entidade quando é regulada a título individual, em França ou no estrangeiro, é por outro lado responsável pelo respeito dos constrangimentos próprios a esta.

➤ QUADRO N° 4: RÁCIO DE SOLVABILIDADE

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER 1) | 70 993 | 68 536 |
| Total dos fundos próprios complementares (Tier 2) | 14 422 | 20 109 |
| Deduções prudenciais do Tier 2 | (1 653) | (1 303) |
| Fundos próprios sobre complementares (Tier 3) atribuídos | 2 200 | 982 |
| FUNDOS PRÓPRIOS PRUDENCIAIS | 85 962 | 88 324 |
| Risco crédito | 471 050 | 481 103 |
| Risco de contrapartida | 23 624 | 22 769 |
| Risco de participação em ações | 25 775 | 22 475 |
| Risco de mercado | 38 501 | 17 187 |
| Risco operacional | 54 617 | 56 890 |
| Ativos ponderados (fora floor) | 613 567 | 600 424 |
| <i>Efeito do limite Basileia I sobre os ativos ponderados Tier 1</i> | | 847 |
| Ativos ponderados CRD para rácio Tier 1 (*) | | 601 271 |
| <i>Efeito do limite Basileia I sobre os ativos ponderados totais</i> | | 6 872 |
| ATIVOS PONDERADOS CRD PARA RÁCIO GLOBAL (**) | | 607 296 |
| RÁCIO TIER 1 | 11,6 % | 11,4 % |
| RÁCIO GLOBAL | 14,0 % | 14,5 % |

(*) 80 % dos ativos ponderados Basileia 1.

(**) 80 % dos ativos ponderados Basileia I e consideração, em ativos ponderados, da diferença positiva entre provisões e perdas esperadas

Até 31 de dezembro de 2011, o dispositivo de transição previsto pelo regulador fixa em 80 % o limite inferior dos ativos ponderados Basileia 1. Em 31 de dezembro de 2010, este limite inferior, superior ao nível dos ativos ponderados Basileia 2, prevalecia para o cálculo do rácio de solvabilidade, ou seja 601,3 biliões de euros para o cálculo do rácio Tier 1. Em contrapartida o limite mínimo é sem efeito em 31 de dezembro de 2011. O Grupo BNP Paribas está igualmente submetido a uma vigilância complementar enquanto conglomerado financeiro, por aplicação de uma diretiva europeia transposta em direito francês pelo decreto de 19 de setembro de 2005. A este título, um conglomerado financeiro tem o dever de respeitar uma exigência complementar ligada às atividades de seguros em matéria de adequação dos fundos próprios consolidados: para isso, a necessidade de margem das entidades com uma atividade de seguros (dita margem de solvabilidade) é acrescentada à exigência de solvabilidade bancária e a soma é comparada ao total dos fundos próprios do conglomerado financeiro para determinar um excedente, ou uma insuficiência, de fundos próprios.

Em 31 de dezembro de 2011, o excedente em fundos próprios do conglomerado é estimado a 32,5 biliões de euros, (contra 36,6 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010).

GESTÃO E ANTECIPAÇÃO DAS NECESSIDADES EM CAPITAL

O Grupo gere de maneira prospetiva os seus rácios de solvabilidade, aliando objetivos de prudência, de rentabilidade e de crescimento. Assim, o Grupo mantém uma estrutura financeira apropriada destinada a permitir-lhe financiar o desenvolvimento das suas atividades nas melhores condições tendo em conta, nomeadamente, um objetivo de notação de altíssima qualidade. O BNP Paribas tem igualmente por objetivo permanente de maximizar a rentabilidade dos fundos que lhe são confiados pelos seus acionistas, otimizando a utilização dos fundos próprios assim recolhidos e gerindo de

maneira permanente o equilíbrio entre solidez financeira e rendimento para o acionista. Durante o exercício 2011, o grupo BNP Paribas respeitou os níveis de solvabilidade definidos regulamentarmente assim como os objetivos que tinha proposto atingir.

A gestão do nível dos fundos próprios prudenciais é realizada com base nas informações recolhidas no âmbito do processo orçamental, e de estimações trimestrais, tendo em conta em particular previsões de resultado e de crescimento dos capitais ponderados, assim como das aquisições antecipadas, dos programas de emissão de fundos próprios híbridos, das antecipações de cotação de câmbio e das evoluções regulamentares previsíveis. A evolução dos rácios é acompanhada pela Direção Geral do Grupo numa base trimestral e a qualquer momento desde que um evento ou uma decisão seja de natureza a produzir um efeito significativo sobre os rácios ao nível do Grupo.

PROCEDIMENTO DO PILAR 2

O segundo pilar do acordo de Basileia, tal como transposto na CRD, prevê que a Autoridade de Controlo Prudencial, supervisor «principal» do BNP Paribas determine se as disposições, estratégias, procedimentos e mecanismos implementados pelo Grupo por um lado, e os fundos próprios que este detém por outro lado, garantem uma gestão e uma cobertura adequadas dos seus riscos. O Pilar 2 prevê além disso que a ACP possa exigir, em caso de não respeito das exigências da CRD, que o Grupo decida rapidamente as ações ou medidas necessárias que apela a situação. A fim de tornar efetivas estas disposições, o artigo L-13-16 do Código Monetário e Financeiro permite à ACP exigir a detenção de fundos próprios de um montante superior ao montante mínimo previsto pela regulamentação. A política do Pilar 2 estrutura assim o diálogo entre o Grupo e o seu supervisor quanto à adequação do seu nível de capital ao seu perfil

PILAR 3

Gestão do capital e adequação dos fundos próprios

de risco, mediante dois exercícios complementares definidos por instruções do CEBS publicadas em 2006:

O ICAAP ou Internal Capital Adequacy Assessment Process desenvolvido pelo Grupo: este conceito consiste numa avaliação interna do capital necessário ao Grupo para cobrir o conjunto dos riscos incorridos, quer estes pertençam ou não ao Pilar 1. A avaliação interna do nível apropriado de capital para o Grupo, tem em conta o objetivo de uma notação de altíssima qualidade destinada a preservar as suas capacidades de originação, evoluções regulamentares esperadas (nomeadamente Basileia 3), projetos de desenvolvimento do Grupo, assim como a sensibilidade do nível de capital requerido a cenários de crise, tais como conduzidos pelo menos uma vez por ano no âmbito do processo orçamental. O nível de capital apropriado é assim determinado em função de rácios de solvabilidade alvos satisfazendo os diferentes constrangimentos escolhidos acima.

O SREP ou Supervisory Review Process conduzido pela ACP: este processo consiste num exame da situação intrínseca do Grupo em relação aos critérios definidos pela CRD (estratégia e qualidade da organização geral do estabelecimento e do seu governo da sociedade, natureza, volume e complexidade das atividades exercidas, nível de exposição aos principais tipos de riscos – crédito, concentração, mercado, operacional,

liquidez, taxa de juro –, qualidade da organização do dispositivo de controlo interno, resultados e rentabilidade das atividades correntes, nível, estrutura e perenidade dos fundos próprios), com base nos dados simultaneamente quantitativos e qualitativos. No termo deste exame, a ACP atribui ao Grupo uma nota numa escala até 5, e impõe um rácio mínimo de fundos próprios de base (Tier 1) a respeitar a título do Pilar 2.

O conjunto destas trocas entre o Grupo e o seu supervisor assim como o nível do rácio de solvabilidade mínimo prescrito revestem um carácter confidencial. Os contactos regulares mantidos ao longo de todo o ano entre o Grupo e o seu supervisor através das visitas no local, as entrevistas de fiscalização próxima, as apresentações trimestrais da atividade e de resultados pela Direção Geral ao secretariado-geral da ACP ou a submissão regular de projeções de rácios de solvabilidade a curto e médio prazo permitem à ACP forjar uma opinião sobre a pertinência da estratégia definida e implementada pelo Grupo, o controlo dos seus riscos, o carácter apropriado da sua organização e da sua governança, e definir o nível mínimo de rácio de solvabilidade que estima necessário para permitir ao Grupo fazer face aos riscos ligados ao nível das suas atividades operacionais no âmbito do Pilar 2.

5.5 Risco de crédito

EXPOSIÇÕES AO RISCO DE CRÉDITO [Auditado]

O quadro abaixo apresenta o conjunto dos ativos financeiros do grupo BNP Paribas, incluindo os títulos de rendimento fixo, expostos ao risco de crédito e as posições de titularização adquiridas ou conservadas. Esta exposição não tem em conta garantias e medidas de segurança obtidas pelo Grupo

no âmbito da sua atividade de crédito, nem as compras de proteção. A exposição ao risco de crédito apoia-se no valor contabilístico antes da reavaliação dos ativos financeiros inscritos no balanço.

► QUADRO Nº 5: EXPOSIÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO DE BASILEIA E POR TIPO DE ABORDAGEM

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | | | 31 dezembro 2010 | | | |
|---|------------------|--------------------|------------------|----------------------|------------------|--------------------|------------------|----------------------|
| | IRBA | Abordagem Standard | Total | Exposição Média 2011 | IRBA | Abordagem Standard | Total | Exposição Média 2010 |
| Administrações centrais e bancos centrais | 155 605 | 21 011 | 176 616 | 185 298 | 174 362 | 19 618 | 193 980 | 203 515 |
| Empresas | 406 617 | 159 762 | 566 379 | 583 601 | 446 141 | 154 683 | 600 824 | 584 582 |
| Estabelecimentos (*) | 80 575 | 27 031 | 107 606 | 117 463 | 100 104 | 27 217 | 127 321 | 132 842 |
| Clientela de retalho | 199 570 | 173 654 | 373 224 | 373 769 | 198 304 | 176 009 | 374 313 | 363 328 |
| Posições de titularização | 47 826 | 2 180 | 50 006 | 53 561 | 53 332 | 3 784 | 57 116 | 57 498 |
| Outros Ativos Arriscados (**) | 134 | 117 882 | 118 016 | 103 735 | 0 | 89 455 | 89 455 | 84 805 |
| TOTAL DAS EXPOSIÇÕES | 890 327 | 501 520 | 1 391 847 | 1 417 428 | 972 243 | 470 766 | 1 443 009 | 1 426 570 |

(*) A classe de exposição «Estabelecimentos» corresponde aos estabelecimentos de crédito e empresas de investimento incluindo aqueles reconhecidos de países terceiros. Além disso esta classe reúne certas exposições sobre administrações regionais e locais, entidades do sector público e bancos multilaterais de desenvolvimento que não são tratados como administrações centrais.

(**) Os Outros Ativos Arriscados cobrem as imobilizações e as contas de regularização.

O quadro acima representa o perímetro prudencial completo segundo as categorias definidas pelo artigo 40-1 da portaria de 20 de fevereiro de 2007 relativa às exigências de fundos próprios aplicáveis aos estabelecimentos de crédito e às empresas de investimento.

A exposição ao risco de crédito apresentada acima diz respeito em 31 de dezembro de 2011 aos valores antes da depreciação das contas de depósito junto dos bancos centrais e CCP (58 biliões de euros), a empréstimos concedidos à clientela (694 biliões de euros), aos estabelecimentos de crédito (50 biliões de euros), a empréstimos concedidos e títulos de rendimento fixo classificados em «Ativos disponíveis para venda», «Ativos financeiros detidos até ao vencimento» ou avaliados em valor de mercado sobre opção (192 biliões de euros), a elementos de reavaliação das carteiras cobertas em taxa (4 biliões de euros), a imobilizações corpóreas de investimento (29 biliões de euros), a contas de regularizações e ativos diversos (94 biliões de euros), assim como a compromissos de financiamento e de garantia concedidos (359 biliões de euros).

Destes valores são deduzidos os ativos relativos às operações com acordo de recompra, integrados nas exposições ao risco de contrapartida que seguem (- 4 biliões de euros), e os ativos excluídos do perímetro prudencial coberto (- 85 biliões de euros).

O BNP Paribas optou pelas formas mais avançadas do acordo Basileia 2. Em conformidade com a Diretiva europeia e a sua transposição para o direito francês, o Grupo foi autorizado em 2007, pela Autoridade de Controlo Prudencial, a utilizar os seus métodos internos para calcular as suas exigências mínimas de capital a contar de 1 de janeiro de 2008. A utilização destes métodos é subordinada a certas condições de progresso e de desenvolvimento, que o Grupo se comprometeu a respeitar. Previamente à sua aquisição, o Grupo Fortis beneficiava de um acordo por parte do seu supervisor, a Banque Nationale de Belgique, para utilizar a abordagem mais avançada para a avaliação da sua necessidade em capital regulamentar. As políticas e dispositivos de notação dos subgrupos BNP Paribas Fortis e BGL BNP Paribas por um lado e BNP Paribas por outro lado têm por vocação convergir no âmbito de uma metodologia uniforme escolhida pelo Grupo. Os trabalhos empreendidos nesta direção mostraram nomeadamente a compatibilidade dos conceitos desenvolvidos em cada um dos dois conjuntos, e permitiram harmonizar as notações das principais contrapartidas, mas ainda não estão acabados. Vários pedidos de homologação de metodologias comuns foram contudo submetidas à Autoridade de Controlo Prudencial. Uma abordagem fundada, segundo os perímetros ainda não convergidos, sobre os métodos homologados pelos supervisores francês, belga ou luxemburguês é implementada em 31 de dezembro de 2011.

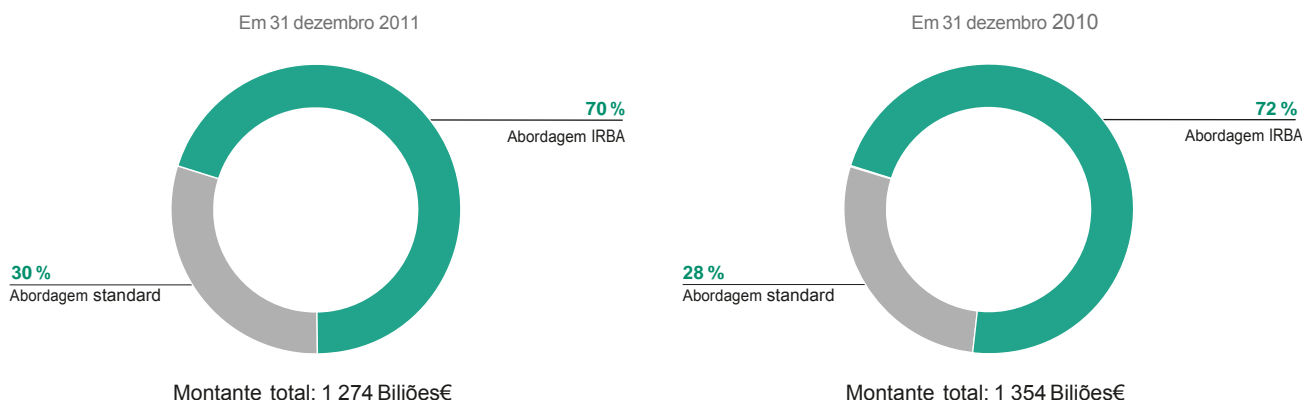
PILAR 3

Risco de crédito

Sobre o risco de crédito (fora contas de regularização e imobilizações), a parte dos ativos ponderados em abordagem IRBA é de 70 % em 31 de dezembro de 2011, contra 72 % em 31 de dezembro de 2010. Este perímetro significativo inclui nomeadamente o polo Corporate and Investment Banking (CIB), a Banca De Retalho em França (BDDF), uma parte da atividade do Personal Finance (Cetelem), o BNP Paribas Securities Services (BP2S) assim como as entidades dos subgrupos BNP Paribas Fortis e BGL

BNP Paribas de junho de 2009, para os quais trabalhos de convergência e de homogeneização com os métodos, processos e ferramentas do grupo BNP Paribas estão em fase de conclusão. Deixa contudo temporariamente fora do campo certas entidades como o BNL e o BancWest. Outras entidades mais pequenas só se agregarão aos métodos avançados do Grupo a médio prazo, como por exemplo as filiais dos países emergentes.

➤ EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO POR TIPO DE ABORDAGEM^(*)



(*) Excluindo contas de regularizações e imobilizações.

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO [Auditado]

APOLÍTICA GERAL DE CRÉDITO E OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLO E DE PROVISIONAMENTO

A atividade de crédito do Banco deve inscrever-se no âmbito da política geral do crédito aprovada pelo Comité dos riscos, instância presidida pelo Diretor Geral do Banco, cujo objetivo é definir o apetito para o risco. Entre os princípios orientadores enunciados constam as exigências do Grupo em matéria de deontologia, de atribuição das responsabilidades, de existência e de respeito dos procedimentos e de rigor na análise do risco. Esta política geral é declinada em políticas específicas adaptadas à natureza das atividades ou das contrapartidas.

OS PROCEDIMENTOS DE DECISÃO

O dispositivo de decisão em matéria de crédito assenta num conjunto de delegações que implica recolher o parecer conforme de um representante do GRM designado por nomeação. O acordo é sempre dado por escrito, quer mediante um processo de recolha de assinaturas ou pela reunião formal de um Comité de crédito. As delegações declinam-se em montante de riscos por grupos de negócios variando consoante as categorias das notas internas e as especificidades das atividades. Alguns tipos de crédito – empréstimos concedidos aos bancos, riscos soberanos ou riscos relativos a sectores particulares da economia – implicam o respeito de procedimentos de enquadramento ou de consulta de peritos sectoriais ou de especialistas designados. Procedimentos simplificados dando lugar a ferramentas estatísticas de apoio à decisão são aplicadas na banca de retalho.

As propostas de crédito devem respeitar os princípios da política geral de crédito e, se tal for o caso, das políticas específicas aplicáveis, assim como, em todos os casos, as leis e regulamentos em vigor. Em particular, o BNP Paribas subordina os seus compromissos ao exame em profundidade dos planos de desenvolvimento conhecidos do tomador do empréstimo, à compreensão de todos os aspetos estruturais das operações e à sua capacidade em assegurar o seu acompanhamento.

Presidido por um dos Diretores Gerais ou o Diretor do GRM, o Comité de crédito da Direção Geral é a última instância de decisão do Grupo em matéria de tomada de riscos de crédito e de contrapartida.

OS PROCEDIMENTOS DE VIGILÂNCIA E DE GESTÃO DE CARTEIRA

Vigilância dos ativos

A seleção e a avaliação precisa dos riscos corridos individualmente são completadas por um dispositivo de vigilância e de reporting que se impõe ao conjunto do Grupo e assenta sobre as equipas de Credit Risk Control cuja responsabilidade é garantir, em permanência, a conformidade com as decisões, a fiabilidade dos dados de reporting e a qualidade do acompanhamento dos riscos. A produção diária das situações irregulares de crédito e a utilização de diversas técnicas de alerta fundadas sobre ferramentas de antecipação ou estudos prospetivos facilitam a identificação precoce das degradações de situação. Os diferentes níveis de vigilância, geralmente induzidos da organização das delegações de poderes, exercem-se, sob o controlo do GRM, até ao Comité dos devedores da

Direção Geral. Reunido mensalmente, este Comité examina, acima de um certo limiar, os processos para os quais decide, sobre proposta dos sectores e com o acordo do GRM, o montante das depreciações a constituir ou a recuperar. Por outro lado, um Comité trimestral examina dos dossiers colocados sob vigilância ou sem rendimento.

Política de gestão de conjunto das carteiras

Esta vigilância é completada por uma gestão coletiva das carteiras incluindo as concentrações de riscos por devedor, por setor e por país.

Os resultados desta política são regularmente examinados pelos diferentes fóruns de risco incluindo o Comité dos riscos e as suas diferentes adaptações, que pode então modificar ou explicitar as suas orientações gerais, a partir do quadro de análise e dos eixos de reflexão propostos pelo GRM. Para gerir as concentrações de riscos por país, são determinados envelopes de risco país, a nível de delegação apropriados para o país considerado. No caso específico das concentrações a nível de contrapartida, um acompanhamento regular é implementado, nomeadamente no âmbito da política de concentração individual do Grupo.

Os stress tests constituem ferramentas de análise que permitem identificar as zonas de vulnerabilidade das carteiras do Grupo e analisar as eventuais correlações subjacentes.

Enfim, o BNP Paribas utiliza eventualmente instrumentos de transferência do risco de crédito, como as operações de titularização e os derivados de crédito, para cobrir os riscos corridos individualmente, reduzir a concentração da carteira ou as perdas máximas que estariam ligadas a cenários de crise.

OS PROCEDIMENTOS DE DEPRECIACÃO

Todos os concursos atribuídos às empresas, bancos ou países soberanos incumpridores são alvo mensalmente, e sob a responsabilidade do GRM, de um exame visando determinar a eventual redução de valor que conviria aplicar, quer seja diretamente ou por via de depreciações, consoante as modalidades de aplicação das regras contabilísticas escolhidas. A redução de valor é estabelecida a partir da avaliação dos fluxos líquidos prováveis de cobrança tendo em conta a realização das garantias detidas.

Uma depreciação coletiva, com base estatística, é igualmente constituída por cada um dos Polos e determinada trimestralmente por um comité que reúne o responsável do Polo, o Diretor Financeiro do Grupo ou o seu representante e o Diretor do GRM. Este comité decide da depreciação coletiva a constituir com base nas simulações de perdas incorridas no momento da sua maturidade sobre as carteiras de créditos cuja qualidade de crédito é considerada como deteriorada, sem no entanto que os clientes sejam identificados como estando em falta e dependam, em consequência, de depreciações específicas. As simulações feitas pelo GRM apoiam-se nos parâmetros do dispositivo de notação descrito abaixo.

O DISPOSITIVO DE NOTACÃO

O grupo BNP Paribas utiliza a abordagem de notações internas avançada do risco de crédito para as categorias de exposição «clientela de retalho», «administrações centrais e bancos centrais», «estabelecimentos», «empresas» e «ações» para o cálculo das exigências dos fundos próprios regulamentares sobre os perímetros de Corporate and Investment

Banking, Banque de Retalho em França, uma parte Personal Finance, BNP Paribas Fortis, e BNP Paribas Securities Services (BP2S). Nos outros perímetros, o cálculo do capital regulamentar é realizado segundo o método «Standard», e assenta nas notações externas das contrapartidas. Cada contrapartida é notada internamente segundo os métodos comuns ao Grupo qualquer que seja o método de cálculo de capital regulamentar.

O Banco definiu um sistema de notação completo, em linha com as exigências dos supervisores bancários a título da adequação dos fundos próprios. O seu carácter apropriado e a adequação da sua aplicação são avaliados e verificados pelo controlo periódico do Banco. A sua conformidade regulamentar foi certificada pela Autoridade de Controlo Prudencial em dezembro de 2007. O sistema de notação do BNP Paribas foi desenvolvido sobre o perímetro BNP Paribas Fortis em 2010.

No que diz respeito aos créditos às empresas, este considera três parâmetros fundamentais: a probabilidade de incumprimento da contrapartida, que se exprime mediante uma nota, a taxa de recuperação global (ou a perda em caso de incumprimento), que está ligada à estrutura das transações e o fator de conversão (Credit Conversion Factor, ou CCF) que estima a parte em risco dos compromissos extra patrimoniais.

A escala de notas de contrapartida compreende doze níveis: dez níveis para os clientes são que cobrem todos os níveis de qualidade de crédito de «excelente» a «muito preocupante»; dois níveis no que diz respeito aos clientes considerados incumpridores de acordo com a definição do supervisor bancário.

Esta avaliação intervém, pelo menos uma vez por ano, no âmbito do processo de aprovação dos créditos. Esta assenta antes de mais sobre a percia dos intervenientes, comerciais e, em última instância, dos representantes do GRM. Pode também apoiar-se em ferramentas adaptadas, quer seja apoios à análise ou resultados, a escolha das técnicas e o seu carácter automático no plano da decisão variando consoante a natureza dos riscos considerados.

Quando existem notações externas, estas são consideradas pelos analistas de crédito graças a uma correspondência indicativa entre a escala de notação interna e as escalas das agências de notação. Esta correspondência é fundada nas probabilidades de incumprimento a um ano de cada uma das notas. A apreciação interna do risco não converge necessariamente com a das agências de notação e não há identidade estrita entre a apreciação do carácter «investment grade»⁽¹⁾ de uma transação pelas agências externas e a atribuição de uma nota interna superior ou igual a 5. Assim, contrapartidas notadas BBB- em externo podem ser notadas 6 em interno, enquanto que a correspondência indicativa entre nota externa e nota interna para um BBB- é 5. São conduzidos exercícios anuais de aferição a fim de comparar as notas internas e externas.

Diversos métodos, entre os quais alguns puramente quantitativos, são implementados para verificar a coerência e a solidez do dispositivo. Uma abordagem adaptada, assentando na definição de classes homogêneas de risco e dando uma grande importância às análises estatísticas, é implementada relativamente aos créditos aos particulares e às empresas muito pequenas. O GRM é globalmente responsável pela qualidade do conjunto do dispositivo, quer definindo-o ele mesmo, quer validando-o, quer finalmente controlando o seu desempenho. Uma organização foi implementada para que as equipas responsáveis do controlo do desempenho do dispositivo corporate sejam diferentes das que constroem os modelos. Um Steering Center foi criado para este fim no seio do BNP Paribas Fortis.

(1) Este termo designa as contrapartidas que beneficiam de uma notação externa que vai de AAA a BBB-.

A determinação da perda em caso de incumprimento é realizada ou por aplicação de métodos estatísticos para as carteiras cuja granularidade é a mais fina, ou por um perito com base nos valores comparados, segundo um processo similar ao que é conduzido a determinar a nota de contrapartida, para as carteiras «corporate(2)». A perda em caso de incumprimento reflete a perda que sofreria o Banco em caso de incumprimento da contrapartida em período de abrandamento económico, em conformidade com as disposições da regulamentação.

Esta é avaliada, para cada operação, a partir da taxa de recuperação de uma transação «senior unsecured» sobre a contrapartida visada, corrigida, por um lado, dos efeitos relativos à estrutura da transação (subordinação por exemplo) e, por outro lado, dos efeitos das técnicas de redução dos riscos de crédito (garantias e medidas de segurança reais). As recuperações sobre as garantias e medidas de segurança são estimadas anualmente com base em valorizações conservadoras e descontos que tomam em consideração a realização das ditas medidas de segurança em período de stress.

O Banco modelizou os seus próprios fatores de conversão quando a regulamentação o permitia (ou seja à exclusão das operações de risco elevado para o qual o fator de conversão é de 100 % e quando um histórico suficientemente fornecido estava disponível a fim de ser explorado estatisticamente), ou por exploração das crónicas internas de incumprimento, ou por outras técnicas quando o histórico não era suficiente. Os fatores de conversão são destinados a medir a quota-parte dos compromissos extra patrimoniais do banco que estariam em risco em caso de incumprimento de cada um dos mutuários. Por oposição à notação e à taxa de recuperação global, este parâmetro é afetado automaticamente em função da natureza da transação e não é decidido pelos Comitês de crédito.

Cada um dos três parâmetros de risco de crédito é objeto todos os anos de testes de verificação a posteriori (backtesting) e, para a probabilidade de incumprimento, de comparabilidade externa (aferição) destinados a controlar o desempenho do dispositivo sobre cada um dos segmentos de atividade do Banco. O backtesting consiste em comparar os parâmetros estimados e a sua realização. Durante uma aferição, os parâmetros estimados internamente são comparados às estimações de organismos externos.

Para a notação, no âmbito dos trabalhos de backtesting, a taxa de incumprimento das populações classificadas em cada uma das notas, ou em cada classe homogénea de risco para a atividade de retalho, é comparada à taxa de incumprimento verificado, ano após ano. Uma análise por política de notação, por nota, por zona geográfica, por área de notação é realizada a fim de identificar possíveis zonas de sub desempenho dos modelos. A estabilidade da notação e da população é verificada. O Grupo desenvolveu por outro lado técnicas de backtesting adaptadas às carteiras de fracas perdas «low default portfolios» que permitem qualificar a pertinência do dispositivo, mesmo quando o número de incumprimentos verificados é muito fraco (é o caso para o dispositivo aplicável aos Estados soberanos ou aos Bancos por exemplo). Os efeitos dos ciclos económicos são também considerados. Estes trabalhos mostraram que as notas atribuídas eram bem notas «em média de ciclo» e que a taxa de incumprimento previsional era muito conservadora.

Durante a aferição, num perímetro que não o da clientela de retalho, as notas internas são comparadas às notas de várias agências de notação externa, com base na correspondência indicativa entre

notas internas e notas externas. Para as empresas clientes do Grupo beneficiando de uma nota externa (entre 10 % e 15 % desta população), a análise comparativa dos dados sobre a qual assenta a notação interna faz aparecer uma abordagem conservadora do dispositivo escolhido.

No que diz respeito à taxa de recuperação global, o exercício de backtesting incide no essencial sobre a análise das recuperações sobre as operações em falta. Quando os dossiers estão fechados, cada um dos fluxos de recuperação é atualizado na data de entrada em incumprimento e levado ao montante da exposição. Quando os dossiers não estão fechados, o montante das provisões é tomado como aproximação das recuperações futuras. A taxa de recuperação assim medida é comparada à taxa de recuperação prevista um ano antes da ocorrência do incumprimento. Neste parâmetro, por analogia ao que é praticado para a notação, são efetuadas análises globais em função das políticas de notação e dos locais geográficos. As diferenças, linha à linha e em média, são analisadas tendo em conta o carácter bimodal deste parâmetro. Os resultados destas análises provam que estas estimações são pertinentes em período de vazio conjuntural e que são conservadoras em média. A comparação deste parâmetro com os dados externos é realizada em particular com a ajuda de iniciativas de partilha comum de dados nas quais participa o Grupo.

O conjunto destes trabalhos é apresentado anualmente ao Diretor dos Riscos assim como aos órgãos de pilotagem do dispositivo de notação e aos praticantes do risco em todo o mundo. A análise dos resultados destes estudos, e as trocas que se seguem, contribuem para definir as prioridades em matéria de desenvolvimento metodológico e de desenvolvimento de ferramentas.

As estimações internas dos parâmetros de risco são utilizadas na gestão quotidiana do Banco em conformidade com as preconizações da regulamentação. Assim, além do cálculo das exigências em fundos próprios, estes são utilizados, por exemplo, para a definição das delegações, na concessão dos créditos ou na sua renovação, para as medidas de rentabilidade, para determinar as provisões de carteira, e para os relatórios internos e externos.

CAMPO E NATUREZA DOS SISTEMAS DE DECLARAÇÕES E DE MEDIÇÃO DOS RISCOS

O conjunto dos processos e sistemas de informação utilizados pela área de medição do risco de crédito foi submetido ao exame da Autoridade de Controlo Prudencial. Para a parte oriunda da contribuição das atividades do BNP Paribas Fortis e BGL BNP Paribas para a qual os projetos de convergência não estão acabados, os processos e sistemas utilizados continuam a ser aqueles homologados pelas autoridades de supervisão bancárias belga e luxemburguesa.

A arquitetura atual dos sistemas de medição do risco de crédito apresenta dois níveis:

- o nível central composto principalmente pelo sistema de consolidação dos capitais riscos de crédito, dos referenciais centrais e da ferramenta de motor de cálculo do capital, desenvolvidos internamente;
- o nível local composto pelos sistemas de vigilância e de medição dos riscos de crédito do qual o GRM assegura a fiscalização.

(2) Segundo a política Grupo, o dispositivo de notação «Corporate» aplica-se aos estabelecimentos, às empresas, aos financiamentos e especializados e aos Estados soberanos.

DIVERSIFICAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO [Auditado]

A exposição bruta do Grupo ao risco de crédito ascende a 1 224 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, contra 1 296 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010. Esta carteira, analisada a seguir em termos de diversificação, cobre o conjunto das exposições ao risco de crédito apresentado no quadro «Exposições relativas ao risco de crédito por classe de exposição de Basileia», excetuando posições de titularização e outros ativos arriscados ⁽¹⁾. A titularização em carteira bancária é objeto de um capítulo dedicado (secção 5.6).

Os elementos que constituem esta carteira não apresentam um carácter de concentração excessivo por contrapartida em relação à dimensão do Grupo e aparecem muito diversificados tanto no plano sectorial como geográfico, tal como pode ser observado nos gráficos seguintes apresentados em percentagem.

DIVERSIFICAÇÃO POR CONTRAPARTIDA

Avaliada tendo em conta o conjunto dos compromissos de um mesmo grupo de negócios, a diversificação é uma constante da política do Banco. A extensão e a variedade das atividades do BNP Paribas como a forte hierarquia das delegações participam amplamente na diversificação procurada.

A diversificação por contrapartida da carteira é alvo de um acompanhamento regular, nomeadamente no âmbito da política de concentração

individual do Grupo. O controlo dos grandes riscos certifica-se de que o montante total dos riscos incorridos sobre beneficiário⁽²⁾ não ultrapassa 25 % dos fundos próprios líquidos consolidados do Grupo. O BNP Paribas continua muito abaixo dos limites de concentração da diretiva europeia sobre os Grandes Riscos.

Além disso, os compromissos brutos das vinte primeiras contrapartidas sobre a classe de exposição «empresas» representam, em 31 de dezembro de 2011, 4 % do montante total das exposições brutas sobre esta classe de exposição, inalterado em relação a 31 de dezembro de 2010.

DIVERSIFICAÇÃO SETORIAL

A repartição dos riscos, por sector económico, é alvo da mesma atenção e duplica-se de uma análise prospetiva permitindo uma gestão dinâmica da exposição do Banco. Esta análise apoia-se no conhecimento aprofundado de especialistas sectoriais independentes que formulam uma opinião sobre a evolução dos sectores que supervisionam e identificam os fatores que explicam os riscos incorridos pelos seus principais constituintes. Esta intervenção é modulada consoante os sectores em função do seu peso nos compromissos do Grupo, da tecnicidade necessária à sua apreensão, da sua ciclicidade, do seu grau de mundialização ou ainda da existência de uma problemática particular de risco.

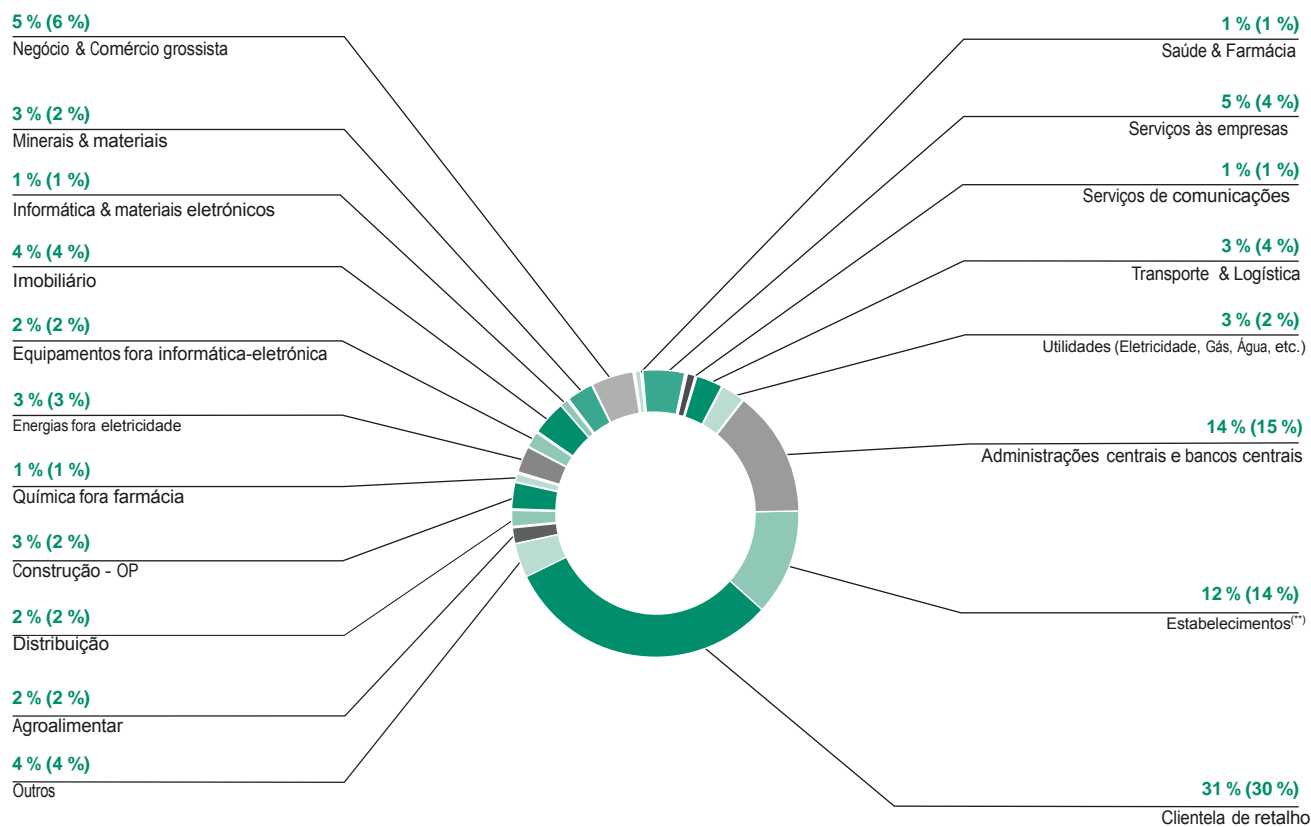
(1) O perímetro coberto diz respeito aos empréstimos concedidos à clientela e aos estabelecimentos de crédito, as contas devedoras dos estabelecimentos de crédito e dos bancos centrais, as contas credoras do Grupo nos outros estabelecimentos de crédito e bancos centrais, os compromissos de financiamento concedidos (excep. operação com acordo de compra) e de garantia financeira, assim como os títulos de rendimento fixo incluídos na carteira de intermediação bancária.

(2) São considerados como Grandes Riscos, no sentido da regulamentação, os beneficiários cujos riscos ultrapassam 10 % dos fundos próprios, com um limite declarativo exigido pela ACP de 300 milhões de euros de exposição.

PILAR 3

Risco de crédito

➤ QUADRO N° 6: REPARTIÇÃO DA CARTEIRA DE RISCO DE CRÉDITO POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO DE BASILEIA E POR SETOR DE ATIVIDADE DA CLIENTELA EMPRESAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011^(*)



Total das exposições: 1 224 Bilhões € em 31 de dezembro de 2011
(1 296 Bilhões € em 31 de dezembro de 2010)

Perímetro prudencial: exposição exceto risco de contrapartida, exceto outros ativos arriscados e exceto posições de titularização.

(*) As percentagens entre parênteses correspondem à repartição em 31 de dezembro de 2010.

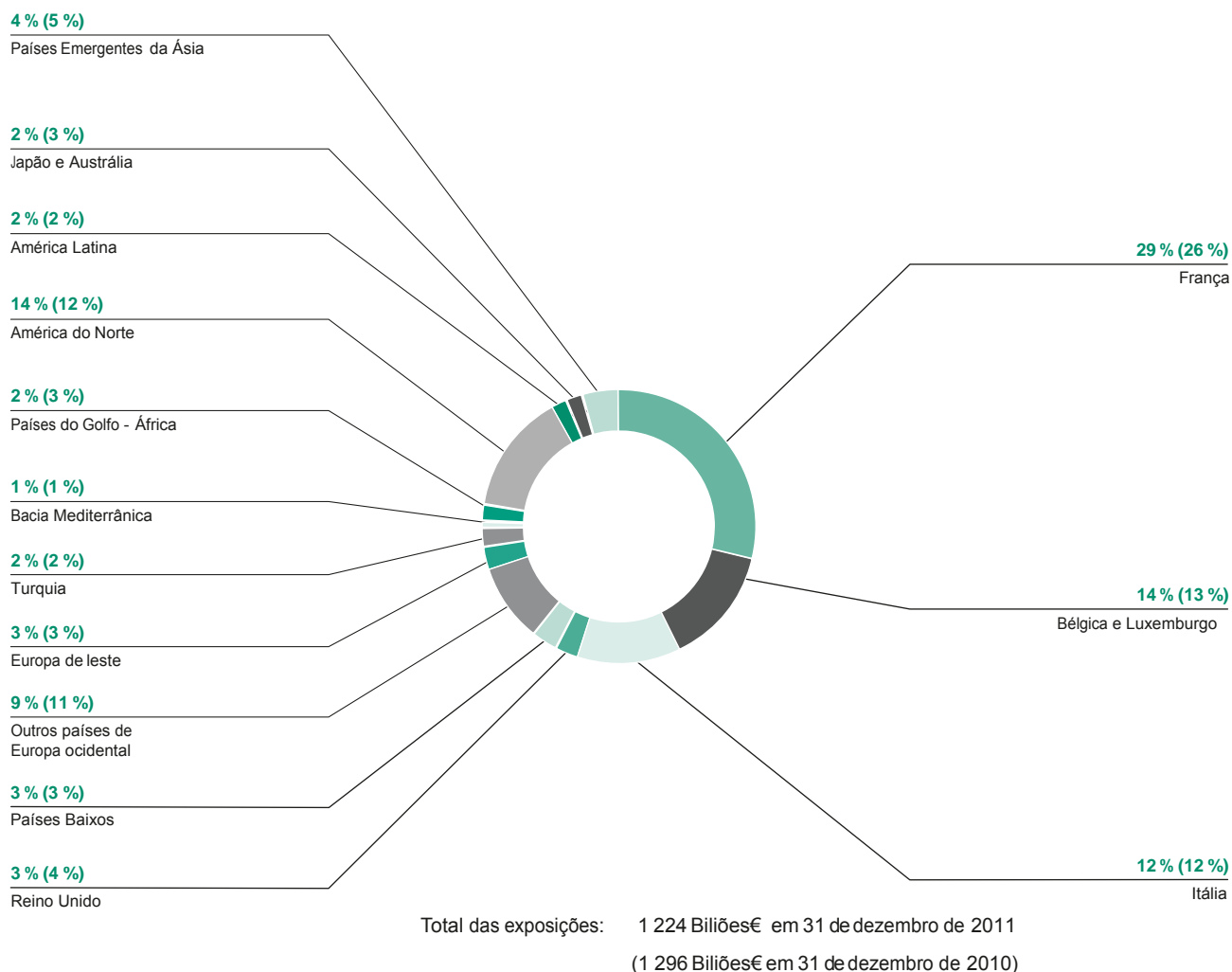
(**) A classe de exposição «Estabelecimentos» corresponde aos estabelecimentos de crédito e empresas de investimento incluindo aqueles reconhecidos de países terceiros. Além disso esta classe reúne algumas exposições sobre administrações regionais e locais, entidades do sector público e bancos multilaterais de desenvolvimento que não são tratados como as administrações centrais.

DIVERSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

O risco «país» define-se como a soma dos riscos atribuídos aos devedores operando no país considerado. Este distingue-se do risco soberano que é o da potência pública e dos seus desmembramentos; traduz a exposição do Banco a um ambiente económico e político homogéneo que faz parte da apreciação da qualidade da contrapartida.

A repartição geográfica abaixo assenta no país onde a contrapartida exerce a sua atividade principal, sem ter em conta o país da sua eventual casa mãe. Assim, a exposição sobre uma filial ou uma sucursal no Reino Unido de uma empresa francesa é classificada no seio do Reino Unido.

➤ **QUADRO N.º 7: REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA DA CARTEIRA DE RISCO DE CRÉDITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011(*)
COM BASE NO PAÍS ONDE A CONTRAPARTIDA EXERCE A SUA ATIVIDADE PRINCIPAL**



Perímetro Prudencial: exposições exceto risco de contrapartida, exceto outros ativos arriscados e exceto posições de titularização.

(*) As percentagens entre parênteses correspondem à repartição em 31 de dezembro de 2010.

A repartição geográfica da carteira é equilibrada e permanece estável. A implantação do Grupo permanece maioritariamente europeia (73 % em 31 de dezembro de 2011, contra 72 % em 31 de dezembro de 2010).

O Grupo, presente na maior parte das zonas economicamente ativas, em conformidade com a sua vocação, procura evitar as concentrações

excessivas de riscos sobre países cujas infraestruturas políticas e económicas são reconhecidas como fracas ou cuja situação económica é fragilizada.

Neste âmbito, são determinados envelopes de risco país, no nível de delegação apropriado para o país considerado.

RISCO DE CRÉDITO: ABORDAGEM IRBA

A política de notação elaborada pelo Grupo cobre o conjunto da carteira do Banco. O dispositivo IRBA, validado em dezembro de 2007, estende-se às carteiras do «Corporate Investment Banking» (CIB), da Banca de Retalho em França (BDDF) assim como do BNP Paribas Securities Services (BP2S) e uma parte da atividade do Personal Finance. Os projetos de convergência dos métodos, processos e ferramentas prosseguem numa perspetiva de homogeneização sobre o perímetro resultante da aquisição do BNP Paribas Fortis e do BGL Paribas. Métodos comuns já foram desenvolvidos sobre o perímetro dos estabelecimentos e das administrações centrais e bancos centrais. A maior parte das outras carteiras serão objeto de pedidos de acordo prévios aos supervisores bancários visados em 2011.

DISPOSITIVO DE NOTAÇÃO INTERNA «CORPORATE» [Auditado]

O perímetro IRBA visado pelo dispositivo de notação «Corporate», ou seja aplicável segundo a política do Grupo aos bancos, às empresas, aos financiamentos especializados e aos Estados soberanos está coberto segundo um procedimento de notação homogéneo a título do qual o GRM é o responsável final da notação atribuída às contrapartidas e da taxa de cobrança global (TRG) afetada às transações. O fator de conversão (CCF) é atribuído em função das características da contrapartida e da transação.

O processo genérico de afetação das notas sobre cada um dos segmentos do dispositivo «Corporate» é definido da seguinte forma:

- sobre as empresas e os financiamentos especializados, as análises são realizadas pela atividade que propõe uma nota e uma TRG em Comité de crédito em conformidade com as metodologias de notação e com base nas ferramentas desenvolvidas pelo GRM. A nota e a TRG são validadas ou modificadas em Comité de crédito pelo representante do GRM. Estes Comités decidem da concessão ou da renovação dos compromissos e reveem se necessário numa base pelo menos anual, a nota de contrapartida;
- sobre o perímetro dos Bancos, a análise é realizada por analistas da função Riscos. As notas de contrapartida e as TRG são determinadas por ocasião de Comités de revisão organizados por zona geográfica assegurando a comparabilidade entre estabelecimentos similares;
- sobre o perímetro dos Estados soberanos, as notas são determinadas nos Comités países que reúnem membros da Direção Geral, dos Riscos e das Atividades várias vezes por ano. As notas são propostas pela Direção dos Estudos Económicos;

- no perímetro das médias empresas, é apurado um resultado por analistas de risco no seio da atividade, sob a supervisão final do GRM;

- sobre cada uma destas sub carteiras, a determinação dos parâmetros de risco segue uma metodologia certificada e validada pelas equipas GRM que assenta em prioridade na análise dos dados históricos do Banco. Esta metodologia é tanto quanto possível suportada por ferramentas colocadas em rede a fim de garantir uma aplicação homogénea das mesmas. O julgamento de peritos permanece contudo insubstituível, cada uma das notas e cada uma das TRG fazendo apelo ao julgamento humano que pode afastar-se, sob reserva de justificação, da aplicação estrita dos modelos.

O modo de determinação dos parâmetros de risco responde a princípios comuns, em particular o dos «quatro olhos» que preconiza que pelo menos duas pessoas diferentes, uma das quais no mínimo independente dos objetivos comerciais, se pronunciem sobre cada nota de contrapartida e cada TRG de transação.

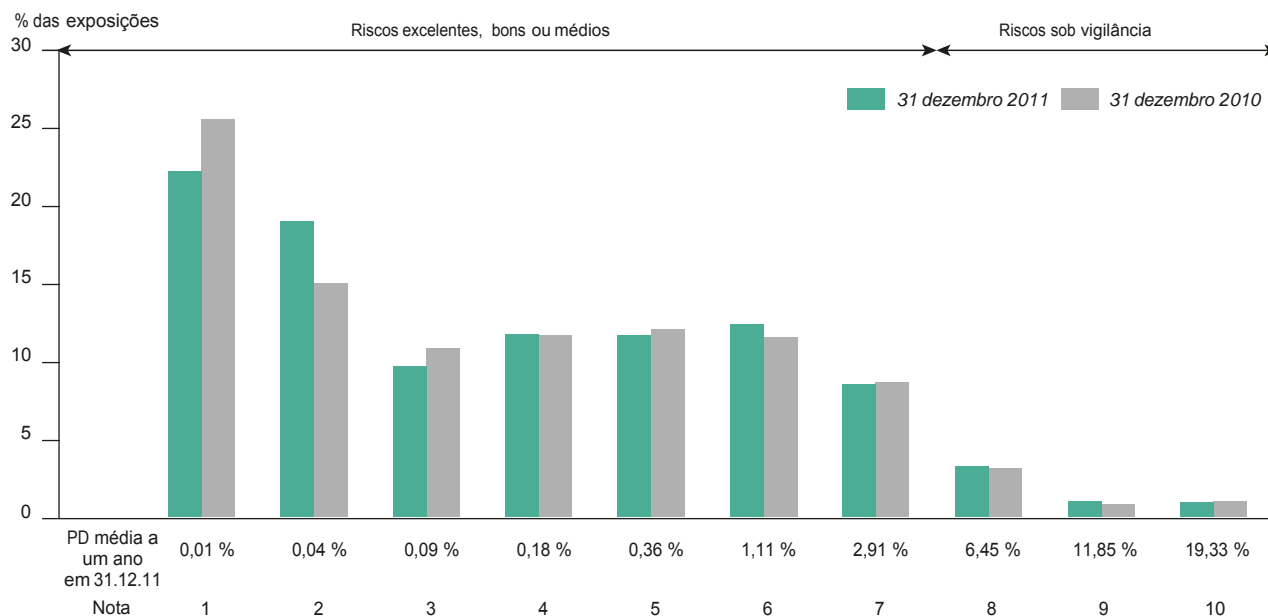
A definição do incumprimento é uniformemente aplicada no seio do Grupo sobre cada classe de ativo. Para as contrapartidas locais (PME, coletividades locais), as especificidades eventuais da regulamentação de cada uma das geografias conduzem a adaptações à margem desta definição, em particular do ponto de vista da duração dos incumprimentos ou do limite de materialidade.

O gráfico abaixo apresenta a repartição por nota dos ativos são relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartidas de tipo «Corporate» (classes de exposições: empresas, administrações centrais e bancos centrais, estabelecimentos) para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem de notação interna avançada.

Esta exposição representa 627 biliões de euros do montante bruto do risco de crédito em 31 de dezembro de 2011, contra 707 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010.

Esta carteira apresenta uma grande maioria de compromissos sobre mutuários cujos riscos são considerados como de boa, ou até de excelente qualidade, devido ao peso das relações do Banco com as grandes empresas multinacionais e instituições financeiras. Uma parte importante dos compromissos sobre mutuários de menor qualidade é associada a estruturas de financiamentos que permitem uma taxa de cobrança elevada em caso de incumprimento da contrapartida (financiamentos à exportação beneficiando de garantias por parte das agências internacionais de seguro-crédito e financiamentos de projetos, estruturados ou transacionais).

➤ **QUADRO N° 8: REPARTIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR NOTA DE CONTRAPARTIDA SOBRE O PERÍMETRO «CORPORATE(*)» TRATADO EM ABORDAGEM IRBA**



(*) O perímetro «Corporate» apresentado no gráfico acima inclui as classes de exposições: empresas, administrações centrais e Bancos centrais e estabelecimentos.

A repartição por nota das exposições «Corporate» no perímetro IRBA está globalmente estável, à exceção da parte das exposições notadas 1 e 2 para as quais o movimento se explica pela degradação de 1 a 2 das notas internas de alguns países.

CARTEIRA «CORPORATE» POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO E NOTA INTERNA

Os quadros abaixo apresentam a repartição por nota dos capitais relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartidas de tipo «Corporate» (classes de exposição: empresas, administrações centrais e Bancos centrais, estabelecimentos) para todas as atividades do Grupo utilizando a abordagem de notação interna avançada. A exposição total representa 643 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, dos quais 627 biliões de euros de ativos são e 15 biliões de ativos duvidosos,

contra 721 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010, dos quais 707 biliões de euros de ativos são e 14 biliões de ativos duvidosos, e diz respeito principalmente aos polos CIB, BDDF, BeLux Retail Banking assim como à atividade BNP Paribas Securities Services (BP2S) do polo Investment Solutions.

Esta informação é completada pelas taxas médias constatadas dos principais fatores de risco de Basileia:

■ média ponderada dos fatores de conversão do extra patrimonial: CCF médio (1);

■ média das perdas em caso de incumprimento ponderado pelo valor exposto ao risco: LGD médio (2);

assim como pela taxa de ponderação média: RW médio (3) definida como a relação entre os ativos ponderados e o valor exposto ao risco (EAD).

A coluna «Perda esperada» apresenta a perda esperada a um ano.

(1) CCF médio: «Credit Conversion Factor» - média dos fatores de conversão ponderada pelo montante de compromisso extra patrimonial.

(2) LGD médio: «Loss Given Default» - média das perdas em caso de incumprimento ponderada pelo valor exposto ao risco.

(3) RW médio: «Risk Weight» - taxa de ponderação média.

PILAR 3

Risco de crédito

➤ **QUADRO N° 9: REPARTIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO E NOTA INTERNA SOBRE O PERÍMETRO «CORPORATE» TRATADO EM ABORDAGEM IRBA**

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | | | | | | | | |
|---|------------------|-----------------|------------------|-----------------------------|----------------------------------|------------------------|-------------|-------------|----------------|-------------------|
| | Nota interna | Exposição total | Montante balanço | Montante extra-patrimoniais | CCF médio dos extra-patrimoniais | Valor exposto ao risco | LGD médio | RW médio | Perda esperada | Ativos ponderados |
| Administrações centrais e bancos centrais | 1 | 115 188 | 109 596 | 5 592 | 75 % | 112 751 | 2 % | 0 % | 0 | 279 |
| | 2 | 26 255 | 25 537 | 718 | 69 % | 25 914 | 3 % | 1 % | 0 | 275 |
| | 3 | 1 034 | 1 006 | 28 | 53 % | 1 024 | 19 % | 16 % | 0 | 160 |
| | 4 | 4 318 | 2 720 | 1 598 | 55 % | 3 601 | 9 % | 8 % | 1 | 291 |
| | 5 | 1 744 | 1 686 | 58 | 70 % | 1 825 | 36 % | 59 % | 3 | 1 068 |
| | 6 | 1 017 | 744 | 273 | 56 % | 899 | 14 % | 28 % | 1 | 249 |
| | 7 | 1 441 | 973 | 468 | 57 % | 1 241 | 5 % | 14 % | 2 | 177 |
| | 8 | 668 | 428 | 240 | 63 % | 579 | 15 % | 56 % | 6 | 325 |
| | 9 | 309 | 231 | 78 | 55 % | 272 | 40 % | 195 % | 14 | 529 |
| | 10 | 12 | 7 | 5 | 50 % | 8 | 76 % | 427 % | 1 | 35 |
| | 11 | 3 619 | 3 619 | 0 | 67 % | 3 618 | | 25 % | 1 946 | 922 |
| SOMA | | 155 605 | 146 547 | 9 058 | 69 % | 151 732 | 3 % | 3 % | 1 974 | 4 310 |
| Estabelecimentos | 1 | 12 546 | 9 648 | 2 898 | 84 % | 12 112 | 17 % | 6 % | 1 | 706 |
| | 2 | 38 766 | 28 259 | 10 507 | 75 % | 36 191 | 17 % | 6 % | 2 | 2 115 |
| | 3 | 10 033 | 5 828 | 4 205 | 71 % | 8 736 | 26 % | 15 % | 2 | 1 278 |
| | 4 | 5 202 | 3 324 | 1 878 | 59 % | 4 402 | 34 % | 26 % | 2 | 1 155 |
| | 5 | 4 600 | 3 181 | 1 419 | 59 % | 3 994 | 33 % | 39 % | 5 | 1 572 |
| | 6 | 3 727 | 2 595 | 1 132 | 58 % | 3 256 | 32 % | 64 % | 12 | 2 070 |
| | 7 | 1 870 | 1 455 | 415 | 54 % | 1 689 | 26 % | 74 % | 13 | 1 253 |
| | 8 | 1 419 | 999 | 420 | 51 % | 1 221 | 25 % | 92 % | 21 | 1 119 |
| | 9 | 848 | 399 | 449 | 51 % | 632 | 43 % | 210 % | 33 | 1 328 |
| | 10 | 688 | 89 | 599 | 62 % | 467 | 32 % | 167 % | 28 | 778 |
| | 11 | 566 | 483 | 83 | 96 % | 565 | | 3 % | 171 | 16 |
| | 12 | 310 | 310 | 0 | 80 % | 312 | | 0 % | 289 | 1 |
| SOMA | | 80 575 | 56 570 | 24 005 | 71 % | 73 577 | 21 % | 18 % | 579 | 13 391 |
| Empresas | 1 | 11 083 | 4 627 | 6 456 | 60 % | 8 525 | 19 % | 6 % | 0 | 531 |
| | 2 | 53 904 | 13 245 | 40 659 | 60 % | 36 967 | 34 % | 13 % | 5 | 4 660 |
| | 3 | 49 455 | 16 007 | 33 448 | 59 % | 35 052 | 37 % | 23 % | 10 | 7 931 |
| | 4 | 63 907 | 26 893 | 37 014 | 58 % | 47 744 | 32 % | 29 % | 27 | 13 871 |
| | 5 | 66 587 | 33 994 | 32 593 | 59 % | 51 162 | 31 % | 42 % | 57 | 21 423 |
| | 6 | 72 534 | 42 264 | 30 270 | 61 % | 57 971 | 25 % | 54 % | 165 | 31 209 |
| | 7 | 50 028 | 31 077 | 18 951 | 61 % | 41 118 | 25 % | 73 % | 300 | 30 042 |
| | 8 | 18 111 | 13 125 | 4 986 | 59 % | 15 668 | 22 % | 84 % | 227 | 13 219 |
| | 9 | 4 981 | 3 620 | 1 361 | 57 % | 4 332 | 26 % | 122 % | 129 | 5 276 |
| | 10 | 5 103 | 3 936 | 1 167 | 74 % | 4 608 | 28 % | 153 % | 250 | 7 034 |
| | 11 | 8 052 | 6 852 | 1 200 | 72 % | 7 863 | | 21 % | 2 826 | 1 649 |
| | 12 | 2 872 | 2 717 | 155 | 86 % | 2 856 | | 2 % | 2 489 | 44 |
| SOMA | | 406 617 | 198 357 | 208 260 | 60 % | 313 866 | 29 % | 44 % | 6 485 | 136 889 |
| TOTAL | | 642 797 | 401 474 | 241 323 | 61 % | 539 175 | 21 % | 29 % | 9 038 | 154 590 |

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2010 | | | | | | | | | |
|---|------------------|-----------------|------------------|-----------------------------|----------------------------------|------------------------|-------------|-------------|----------------|-------------------|
| | Nota interna | Exposição total | Montante balanço | Montante extra-patrimoniais | CCF médio dos extra-patrimoniais | Valor exposto ao risco | LGD médio | RW médio | Perda esperada | Ativos ponderados |
| Administrações centrais e bancos centrais | 1 | 144 682 | 143 188 | 1 494 | 99 % | 144 232 | 6 % | 0 % | 0 | 327 |
| | 2 | 13 682 | 13 142 | 540 | 65 % | 13 455 | 9 % | 4 % | 0 | 558 |
| | 3 | 1 450 | 1 299 | 151 | 74 % | 1 421 | 9 % | 5 % | 0 | 73 |
| | 4 | 5 923 | 5 735 | 188 | 60 % | 5 837 | 21 % | 27 % | 2 | 1 573 |
| | 5 | 4 218 | 2 031 | 2 187 | 55 % | 3 256 | 14 % | 20 % | 1 | 638 |
| | 6 | 1 580 | 1 080 | 500 | 55 % | 1 369 | 9 % | 24 % | 2 | 324 |
| | 7 | 1 850 | 840 | 1 010 | 66 % | 1 510 | 4 % | 13 % | 2 | 190 |
| | 8 | 574 | 401 | 173 | 70 % | 526 | 3 % | 19 % | 2 | 98 |
| | 9 | 169 | 102 | 67 | 55 % | 131 | 22 % | 116 % | 4 | 153 |
| | 10 | 203 | 188 | 15 | 50 % | 194 | 68 % | 358 % | 25 | 695 |
| | 11 | 31 | 31 | 0 | | 30 | | 0 % | 20 | 0 |
| SOMA | | 174 362 | 168 037 | 6 325 | 69 % | 171 961 | 7 % | 3 % | 58 | 4 628 |
| Estabelecimentos | 1 | 25 259 | 20 543 | 4 716 | 67 % | 23 884 | 14 % | 4 % | 1 | 1 029 |
| | 2 | 29 934 | 24 051 | 5 883 | 70 % | 28 475 | 10 % | 5 % | 2 | 1 478 |
| | 3 | 18 890 | 14 994 | 3 896 | 69 % | 17 673 | 26 % | 13 % | 4 | 2 360 |
| | 4 | 7 037 | 5 035 | 2 002 | 61 % | 6 349 | 30 % | 26 % | 3 | 1 644 |
| | 5 | 7 442 | 6 018 | 1 424 | 64 % | 6 914 | 33 % | 41 % | 8 | 2 831 |
| | 6 | 3 337 | 2 204 | 1 133 | 57 % | 2 910 | 40 % | 78 % | 12 | 2 262 |
| | 7 | 3 460 | 2 606 | 854 | 58 % | 3 087 | 25 % | 74 % | 22 | 2 287 |
| | 8 | 1 804 | 1 214 | 590 | 57 % | 1 586 | 23 % | 87 % | 25 | 1 373 |
| | 9 | 946 | 586 | 360 | 58 % | 805 | 26 % | 226 % | 45 | 1 817 |
| | 10 | 863 | 168 | 695 | 78 % | 726 | 26 % | 155 % | 40 | 1 124 |
| | 11 | 919 | 864 | 55 | 99 % | 933 | | 5 % | 234 | 43 |
| | 12 | 213 | 207 | 6 | 100 % | 216 | | 2 % | 143 | 5 |
| SOMA | | 100 104 | 78 490 | 21 614 | 67 % | 93 558 | 19 % | 20 % | 539 | 18 253 |
| Empresas | 1 | 10 280 | 2 829 | 7 451 | 53 % | 6 787 | 23 % | 8 % | 1 | 522 |
| | 2 | 62 360 | 17 414 | 44 946 | 57 % | 42 998 | 36 % | 11 % | 5 | 4 867 |
| | 3 | 55 959 | 18 842 | 37 117 | 53 % | 38 402 | 37 % | 20 % | 12 | 7 856 |
| | 4 | 69 439 | 28 766 | 40 673 | 58 % | 51 632 | 33 % | 27 % | 28 | 13 874 |
| | 5 | 73 445 | 37 659 | 35 786 | 64 % | 58 489 | 31 % | 40 % | 67 | 23 579 |
| | 6 | 76 646 | 45 447 | 31 199 | 69 % | 64 687 | 24 % | 50 % | 173 | 32 314 |
| | 7 | 55 747 | 34 261 | 21 486 | 73 % | 48 459 | 23 % | 71 % | 331 | 34 219 |
| | 8 | 19 894 | 13 808 | 6 086 | 76 % | 18 217 | 22 % | 83 % | 260 | 15 077 |
| | 9 | 4 307 | 3 220 | 1 087 | 59 % | 3 858 | 23 % | 111 % | 104 | 4 301 |
| | 10 | 6 037 | 4 146 | 1 891 | 66 % | 5 253 | 23 % | 125 % | 229 | 6 569 |
| | 11 | 9 072 | 7 849 | 1 223 | 81 % | 8 695 | | 14 % | 3 628 | 1 255 |
| | 12 | 2 955 | 2 784 | 171 | 87 % | 2 949 | | 1 % | 2 371 | 27 |
| SOMA | | 446 141 | 217 025 | 229 116 | 62 % | 350 426 | 29 % | 41 % | 7 209 | 144 459 |
| TOTAL | | 720 607 | 463 552 | 257 055 | 62 % | 615 945 | 21 % | 27 % | 7 806 | 167 340 |

Nas administrações centrais e nos estabelecimentos, o Grupo está principalmente exposto em contrapartidas de muito boa qualidade, a maior parte dos países desenvolvidos, beneficiando por conseguinte de excelentes notas internas e de uma perda em caso de incumprimento média muito fraca.

A maioria dos compromissos sobre as empresas incide sobre clientes de muito boa ou de boa qualidade, refletindo o peso importante dos grandes grupos multinacionais na clientela do Grupo. Os outros compromissos correspondem em grande parte a operações estruturadas ou garantidas por ativos de boa qualidade, o que refletem os níveis médios das perdas em caso de incumprimento.

DISPOSITIVO DE NOTAÇÃO INTERNA PRÓPRIO À CLIENTELA DE RETALHO [Auditado]

A Banca de Retalho é exercida, ou no seio do BNP Paribas via a sua rede de agências em França, ou através de algumas das suas filiais, em Itália, na Bélgica e no Luxemburgo, ou no universo do BNP Paribas Personal Finance.

Para o conjunto destas atividades, a Política Geral de Notação Retail (PGNR) define o âmbito permitindo aos polos e à Direção dos Riscos medir, hierarquizar e acompanhar de maneira homogénea a evolução dos riscos de crédito incorridos pelo Grupo. Esta política aplica-se às transações caracterizadas por uma forte granularidade, uma fraca volumetria unitária e um tratamento estandardizado do risco de crédito. A política geral representa o quadro de conjunto no qual se desenvolvem os resultados; esta indica nomeadamente:

- os princípios gerais do dispositivo de notação interna, sublinhando a importância da qualidade deste dispositivo e da sua adaptação às evoluções;
- os princípios próprios à definição das Classes Homogéneas de Risco (CHR);

- os princípios relativos aos modelos, nomeadamente a necessidade de desenvolver modelos discriminantes e interpretáveis, de se apoiar sobre a modelização ou a observação a posteriori dos indicadores de risco para parametrizar os compromissos. Os indicadores de risco devem ser quantificados com base num histórico de pelo menos cinco anos e uma amostragem importante e representativa. Enfim, os modelos devem ser precisamente documentados.

O essencial das contrapartidas da carteira «Banca de Retalho» da BDDF é objeto de uma quantificação de comportamento servindo para determinar a probabilidade de incumprimento e para cada transação, a taxa de cobrança (GRR) e o valor exposto ao risco (EAD). Estes parâmetros são calculados mensalmente com base nas informações mais recentes e discriminados em diferentes resultados de concessão colocados à disposição da função comercial. Esta não intervém na determinação dos parâmetros de risco. Estes métodos são aplicados de maneira homogénea ao conjunto da clientela de retalho.

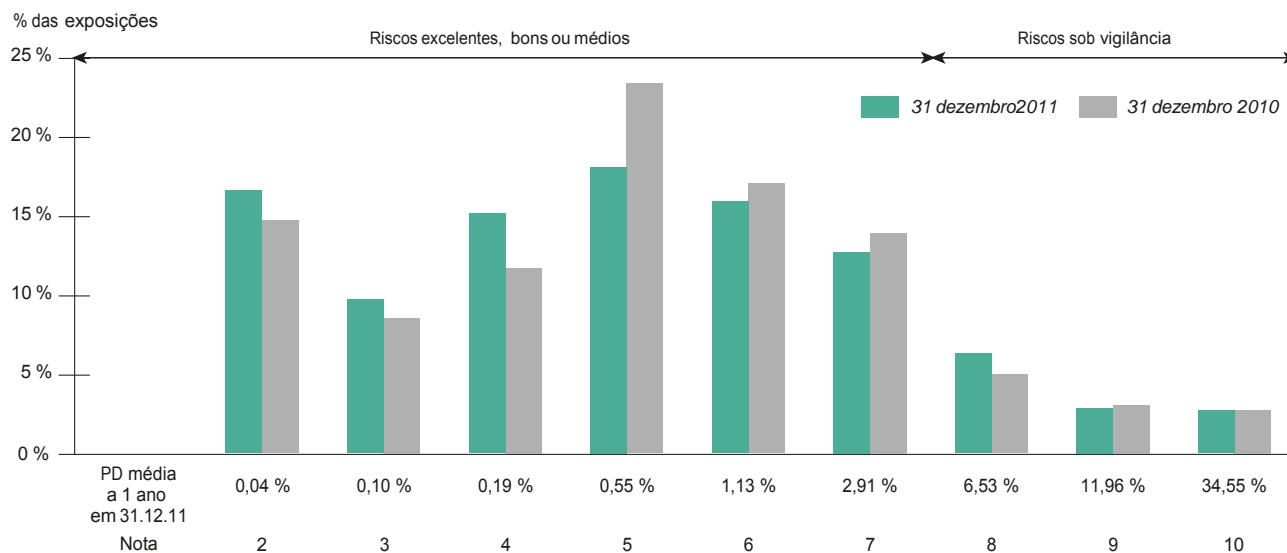
No perímetro do Personal Finance elegível aos métodos IRBA, os parâmetros de risco são determinados pela função Riscos, com base em estatísticas em função das características dos clientes e do histórico da relação.

As metodologias de construção e de acompanhamento dos resultados permitem afetar os clientes individuais a classes homogéneas em termos de risco de incumprimento. O mesmo sucede para os outros parâmetros: «valor exposto ao risco ou EAD» e «Perda em caso de incumprimento ou LGD».

O gráfico seguinte apresenta a repartição por nota dos capitais são relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartidas da clientela de retalho para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem de notação interna avançada.

Esta exposição representa 192 biliões de euros do montante bruto do risco de crédito em 31 de dezembro de 2011, estável em relação a 31 de dezembro de 2010.

➤ **QUADRO N° 10: REPARTIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR NOTA DE CONTRAPARTIDA SOBRE O PERÍMETRO CLIENTELA DE RETALHO TRATADO EM ABORDAGEM IRBA**



A variação da curva das probabilidades de incumprimento, entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, está fortemente ligada à evolução do dispositivo de notação interna implementado sobre a Banca De Retalho em França. Neste perímetro, os modelos de notação foram revistos e melhorados a pedido da Autoridade de Controlo Prudencial tendo em conta novas informações disponíveis sobre os clientes. Esta evolução teve lugar para o decreto de 31 de dezembro de 2011.

CARTEIRA DA CLIENTELA DE RETALHO POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO E NOTA INTERNA

O quadro n°11 apresenta a repartição por nota dos capitais relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartidas da

clientela de retalho para todas as atividades do Grupo utilizando a abordagem de notação interna avançada. Esta exposição representa 200 biliões de euros em 31 de Dezembro de 2011, contra 198 biliões de euros em 31 de Dezembro de 2010 e diz respeito principalmente ao Polo Banca De Retalho (BDDF) e Belux Retail Banking assim como as filiais de créditos aos particulares na Europa Ocidental do BNP Paribas Personal Finance.

PILAR 3

Risco de crédito

➤ **QUADRO N° 11: REPARTIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO E NOTA INTERNA SOBRE O PERÍMETRO DA CLIENTELA DE RETALHO TRATADO EM ABORDAGEM IRBA**

| | | 31 dezembro 2011 | | | | | | | | |
|-------------------------------------|--------------|------------------|------------------|----------------------------|---------------------------------|------------------------|---------------|-------------|----------------|-------------------|
| Em milhões de euros | Nota interna | Exposição total | Montante balanço | Montante extra patrimonial | CCF médio dos extra patrimonial | Valor exposto ao risco | LGD médio | RW médio | Perda esperada | Ativos ponderados |
| Empréstimos imobiliários concedidos | 2 | 21 961 | 21 178 | 783 | 90 % | 21 643 | 12 % | 1 % | 1 | 274 |
| | 3 | 13 263 | 12 842 | 421 | 96 % | 13 259 | 12 % | 3 % | 1 | 334 |
| | 4 | 16 946 | 16 431 | 515 | 97 % | 16 832 | 12 % | 5 % | 4 | 835 |
| | 5 | 15 791 | 15 058 | 733 | 99 % | 15 592 | 11 % | 11 % | 11 | 1 782 |
| | 6 | 13 001 | 12 711 | 290 | 96 % | 13 704 | 10 % | 21 % | 17 | 2 876 |
| | 7 | 5 431 | 5 363 | 68 | 97 % | 5 536 | 10 % | 30 % | 18 | 1 684 |
| | 8 | 1 837 | 1 781 | 56 | 98 % | 1 779 | 13 % | 50 % | 19 | 882 |
| | 9 | 1 238 | 1 219 | 19 | 99 % | 1 234 | 13 % | 68 % | 20 | 843 |
| | 10 | 892 | 881 | 11 | 100 % | 900 | 13 % | 67 % | 44 | 601 |
| | 11 | 161 | 159 | 2 | 100 % | 161 | | 124 % | 16 | 200 |
| | 12 | 1 102 | 1 099 | 3 | 100 % | 1 096 | | 0 % | 258 | 0 |
| | SOMA | | 91 623 | 88 722 | 2 901 | 95 % | 91 736 | 12 % | 11 % | 409 |
| Exposições renováveis | 1 | 0 | 0 | 0 | 100 % | 0 | 43 % | 20 % | 0 | 0 |
| | 2 | 1 611 | 103 | 1 508 | 47 % | 2 249 | 54 % | 1 % | 0 | 34 |
| | 3 | 1 338 | 99 | 1 238 | 35 % | 828 | 50 % | 3 % | 0 | 23 |
| | 4 | 2 124 | 150 | 1 974 | 40 % | 1 382 | 47 % | 5 % | 1 | 71 |
| | 5 | 6 012 | 116 | 5 896 | 41 % | 2 695 | 52 % | 11 % | 6 | 294 |
| | 6 | 3 710 | 549 | 3 161 | 36 % | 1 995 | 48 % | 20 % | 10 | 396 |
| | 7 | 4 838 | 1 831 | 3 008 | 42 % | 3 159 | 42 % | 39 % | 42 | 1 232 |
| | 8 | 2 671 | 1 588 | 1 083 | 47 % | 2 130 | 44 % | 63 % | 56 | 1 352 |
| | 9 | 1 141 | 849 | 292 | 33 % | 974 | 49 % | 103 % | 54 | 1 008 |
| | 10 | 1 480 | 965 | 514 | 22 % | 1 086 | 49 % | 141 % | 174 | 1 527 |
| | 11 | 1 003 | 962 | 42 | 8 % | 1 166 | | 51 % | 673 | 593 |
| | 12 | 469 | 469 | 0 | 100 % | 469 | | 0 % | 302 | 0 |
| SOMA | | 26 397 | 7 681 | 18 716 | 40 % | 18 135 | 48 % | 36 % | 1 318 | 6 530 |
| Outras exposições | 1 | 5 | 5 | 0 | | 5 | 21 % | 10 % | 0 | 1 |
| | 2 | 8 301 | 6 924 | 1 377 | 91 % | 8 370 | 28 % | 3 % | 1 | 291 |
| | 3 | 4 035 | 2 923 | 1 112 | 91 % | 3 455 | 30 % | 7 % | 1 | 232 |
| | 4 | 10 057 | 8 542 | 1 515 | 90 % | 9 893 | 31 % | 13 % | 6 | 1 293 |
| | 5 | 12 914 | 10 657 | 2 257 | 97 % | 12 583 | 28 % | 22 % | 15 | 2 823 |
| | 6 | 13 831 | 12 364 | 1 467 | 87 % | 13 887 | 24 % | 27 % | 34 | 3 786 |
| | 7 | 14 134 | 12 996 | 1 138 | 93 % | 14 141 | 23 % | 35 % | 90 | 4 923 |
| | 8 | 7 613 | 7 136 | 477 | 89 % | 7 486 | 21 % | 37 % | 95 | 2 743 |
| | 9 | 3 087 | 2 935 | 152 | 89 % | 3 119 | 31 % | 60 % | 116 | 1 870 |
| | 10 | 2 796 | 2 717 | 79 | 98 % | 2 757 | 26 % | 63 % | 248 | 1 750 |
| | 11 | 2 772 | 2 737 | 35 | 100 % | 2 955 | | 53 % | 1 569 | 1 574 |
| | 12 | 2 005 | 1 995 | 10 | 100 % | 2 063 | | 0 % | 1 231 | 0 |
| SOMA | | 81 550 | 71 931 | 9 619 | 92 % | 80 714 | 26 % | 26 % | 3 406 | 21 286 |
| TOTAL | | 199 570 | 168 334 | 31 236 | 61 % | 190 586 | 21 % | 20 % | 5 133 | 38 127 |

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2010 | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------------------|----------------------------------|------------------------|---------------|-------------|----------------|-------------------|
| | Nota interna | Exposição total | Montante balanço | Montante extra patrimoniais | CCF médio dos extra patrimoniais | Valor exposto ao risco | LGD médio | RW médio | Perda esperada | Ativos ponderados |
| Empréstimos imobiliários concedidos | 2 | 23 388 | 22 314 | 1 074 | 100 % | 23 406 | 14 % | 1 % | 1 | 329 |
| | 3 | 10 679 | 10 077 | 602 | 100 % | 10 725 | 14 % | 3 % | 2 | 337 |
| | 4 | 11 460 | 10 955 | 505 | 100 % | 11 489 | 14 % | 5 % | 3 | 601 |
| | 5 | 24 094 | 23 165 | 929 | 100 % | 24 087 | 13 % | 9 % | 13 | 2 280 |
| | 6 | 13 298 | 12 980 | 318 | 100 % | 13 174 | 11 % | 20 % | 16 | 2 644 |
| | 7 | 7 548 | 6 984 | 564 | 100 % | 7 510 | 11 % | 31 % | 24 | 2 291 |
| | 8 | 640 | 603 | 37 | 100 % | 650 | 9 % | 50 % | 10 | 328 |
| | 9 | 1 324 | 1 301 | 23 | 100 % | 1 327 | 16 % | 84 % | 26 | 1 113 |
| | 10 | 708 | 696 | 12 | 100 % | 707 | 14 % | 79 % | 29 | 561 |
| | 11 | 146 | 146 | 0 | 100 % | 146 | | 200 % | 16 | 292 |
| | 12 | 924 | 921 | 3 | 100 % | 920 | | 0 % | 118 | 0 |
| | SOMA | | 94 209 | 90 142 | 4 067 | 100 % | 94 141 | 13 % | 11 % | 258 |
| Exposições renováveis | 2 | 900 | 203 | 697 | 52 % | 1 778 | 50 % | 1 % | 0 | 21 |
| | 3 | 1 698 | 365 | 1 333 | 22 % | 1 764 | 49 % | 2 % | 0 | 37 |
| | 4 | 4 632 | 277 | 4 355 | 45 % | 2 746 | 56 % | 5 % | 3 | 147 |
| | 5 | 5 129 | 369 | 4 760 | 41 % | 2 800 | 50 % | 9 % | 5 | 249 |
| | 6 | 5 114 | 677 | 4 437 | 33 % | 2 508 | 48 % | 20 % | 13 | 504 |
| | 7 | 5 055 | 2 193 | 2 862 | 49 % | 3 757 | 42 % | 38 % | 47 | 1 411 |
| | 8 | 1 716 | 1 172 | 544 | 49 % | 1 501 | 44 % | 65 % | 41 | 976 |
| | 9 | 1 070 | 845 | 225 | 49 % | 1 032 | 47 % | 100 % | 56 | 1 034 |
| | 10 | 1 438 | 1 187 | 251 | 44 % | 1 338 | 48 % | 138 % | 200 | 1 842 |
| | 11 | 1 446 | 1 017 | 429 | 4 % | 1 038 | | 86 % | 546 | 893 |
| | 12 | 458 | 458 | 0 | 101 % | 458 | | 0 % | 274 | 0 |
| | SOMA | | 28 656 | 8 763 | 19 893 | 40 % | 20 720 | 48 % | 34 % | 1 185 |
| Outras exposições | 1 | 2 | 2 | 0 | | 2 | 32 % | 18 % | 0 | 0 |
| | 2 | 3 774 | 2 955 | 819 | 100 % | 3 660 | 34 % | 4 % | 0 | 143 |
| | 3 | 3 906 | 3 127 | 779 | 93 % | 3 862 | 35 % | 8 % | 1 | 290 |
| | 4 | 6 193 | 5 184 | 1 009 | 88 % | 6 169 | 35 % | 13 % | 3 | 787 |
| | 5 | 15 252 | 12 738 | 2 514 | 94 % | 14 843 | 28 % | 22 % | 19 | 3 306 |
| | 6 | 14 075 | 12 743 | 1 332 | 87 % | 13 633 | 22 % | 28 % | 35 | 3 785 |
| | 7 | 13 898 | 12 679 | 1 219 | 90 % | 13 693 | 21 % | 35 % | 83 | 4 805 |
| | 8 | 7 115 | 6 626 | 489 | 85 % | 7 082 | 19 % | 38 % | 93 | 2 704 |
| | 9 | 3 440 | 3 308 | 132 | 86 % | 3 500 | 30 % | 58 % | 123 | 2 014 |
| | 10 | 3 031 | 2 972 | 59 | 90 % | 3 033 | 27 % | 67 % | 289 | 2 023 |
| | 11 | 2 847 | 2 804 | 43 | 83 % | 2 827 | | 88 % | 1 356 | 2 496 |
| | 12 | 1 906 | 1 894 | 12 | 100 % | 1 966 | | 0 % | 1 071 | 0 |
| SOMA | | 75 439 | 67 032 | 8 407 | 91 % | 74 270 | 26 % | 30 % | 3 074 | 22 353 |
| TOTAL | | 198 304 | 165 937 | 32 367 | 61 % | 189 131 | 22 % | 21 % | 4 516 | 40 244 |

Os empréstimos imobiliários estão alojados essencialmente nas carteiras da Banca de Retalho em França (BDDF), do BNP Paribas Fortis, BGL BNP Paribas e do BNP Paribas Personal Finance. A política de distribuição apoia-se num dispositivo enquadrado. O fraco nível médio das perdas em caso de incumprimento

PILAR 3

Risco de crédito

materializa o efeito das garantias implementadas no momento da concessão do crédito.

As «exposições renováveis» e «outras exposições» são, em grande parte, relativas às atividades das filiais de créditos aos particulares, cuja clientela está mais dispersa em termos de qualidade e o nível de garantias mais limitado.

O Grupo considera que a publicação de uma comparação, para o perímetro em método IRBA, entre as perdas esperadas no horizonte de um ano (Expected Loss) e o custo do risco de crédito realizado, em conformidade

a pedido da regulamentação (art. 384-4 i) não é pertinente pelas razões seguintes:

- os parâmetros de risco utilizados para o cálculo das perdas esperadas no horizonte de um ano, de acordo com os princípios de Basileia 2 e tais como publicadas nos quadros anteriores, constituem estimações estatísticas sobre a duração do ciclo;
- em contrapartida, as perdas realizadas reportam-se por natureza ao ano corrido, portanto a um ponto particular do ciclo.

RISCO DE CRÉDITO: ABORDAGEM STANDARD

Para os capitais tratados em método Standard, o BNP Paribas utiliza as notações externas das agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch ratings. A aproximação dessas notações com os escalões de qualidade de crédito previstos pela regulamentação é conforme às prescrições da Autoridade de Controlo Prudencial.

Quando uma exposição da carteira bancária não dispõe de uma notação externa de crédito que lhe seja diretamente aplicável, os referenciais terceiros do Banco permitem, em certos casos, utilizar para a ponderação a avaliação externa «senior unsecured» do emissor, se esta estiver disponível.

Em 31 de dezembro de 2011 | os capitais tratados em método standard representam 30 % do montante total das exposições brutas do grupo BNP Paribas, contra 28 % em 31 de dezembro de 2010. As principais entidades tratadas em abordagem Standard em 31 de dezembro de 2011 são o BNL, o BancWest, o Personal Finance (crédito ao consumo fora Europa Ocidental e crédito imobiliário no seu conjunto), o BNP Paribas Leasing Solutions (BPLS), o TEB e as outras filiais dos países emergentes, as entidades da Banca privada, assim como a Banque de la Poste na Bélgica.

CARTEIRA «CORPORATE» [Auditado]

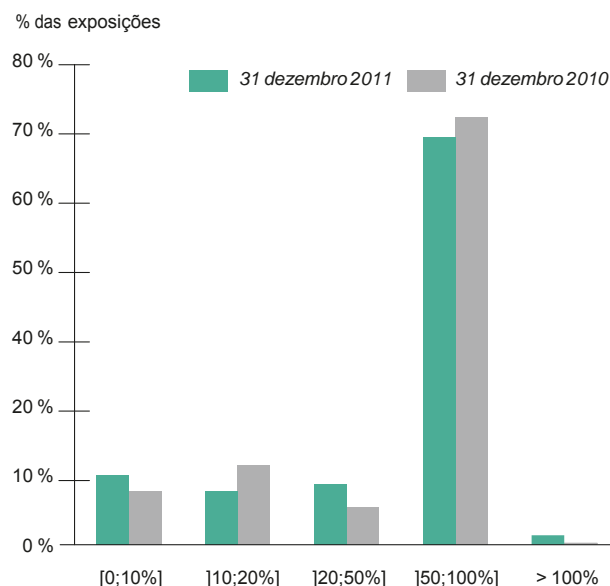
O gráfico ao lado apresenta a repartição por nota dos capitais são relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartidas de tipo «Corporate» (classes de exposições: empresas, administrações centrais e Bancos centrais, estabelecimentos) para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem standard.

Esta exposição representa 197 biliões de euros do montante bruto do risco de crédito em 31 de dezembro de 2011, contra 192 biliões de euros em 31 de dezembro 2010.

CARTEIRA DA CLIENTELA DE RETALHO [Auditado]

A exposição total dos ativos relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartidas da clientela de retalho para todas as atividades do Grupo utilizando a abordagem standard representa 174 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, contra 176 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010.

➤ QUADRO Nº 12: REPARTIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES «CORPORATE(*)» DO RISCO DE CRÉDITO POR TAXA DE PONDERAÇÃO EFETIVA SOBRE O PERÍMETRO TRATADO EM ABORDAGEM STANDARD



(*) O perímetro «Corporate» apresentado no gráfico acima inclui as classes de exposições de empresas, administrações centrais e bancos centrais e estabelecimentos.

CARTEIRA TOTAL

O quadro abaixo apresenta a repartição por escalão de qualidade de crédito dos capitais relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartidas de todas as atividades do Grupo utilizando a abordagem standard. Esta exposição representa 381 biliões de euros do montante bruto do risco de crédito em 31 de dezembro de 2011 contra 378 biliões de euros em dezembro de 2010.

➤ **QUADRO N° 13: REPARTIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO E NOTA EXTERNA SOBRE O PERÍMETRO STANDARD**

| Em milhões de euros | Rating externo ^(*) | 31 dezembro 2011 | | | 31 dezembro 2010 | | |
|---|-------------------------------|---------------------------------|------------------------------|---------------------------|---------------------------------|------------------------------|---------------------------|
| | | Exposição bruta ^(**) | Valor exposto ao risco (EAD) | Exposição ponderada (RWA) | Exposição bruta ^(**) | Valor exposto ao risco (EAD) | Exposição ponderada (RWA) |
| Administrações centrais e bancos centrais | AAA a AA- | 12 533 | 12 503 | 58 | 11 516 | 11 486 | 91 |
| | + a A- | 2 707 | 2 675 | 66 | 1 947 | 1 903 | 135 |
| | BBB+ a BBB- | 933 | 919 | 451 | 1 829 | 1 801 | 908 |
| | BB+ a BB- | 2 591 | 2 587 | 835 | 2 299 | 2 296 | 2 227 |
| | B+ a B- | 1 221 | 1 206 | 1 206 | 990 | 990 | 993 |
| | Sem nota externa | 1 026 | 1 014 | 842 | 1 037 | 1 036 | 826 |
| SOMA: | | 21 011 | 20 904 | 3 458 | 19 618 | 19 512 | 5 180 |
| Estabelecimentos | AAA a AA- | 16 821 | 15 890 | 2 292 | 22 219 | 20 557 | 4 166 |
| | A+ a A- | 6 504 | 6 037 | 2 566 | 574 | 475 | 236 |
| | BBB+ a BBB- | 537 | 463 | 438 | 1 124 | 829 | 723 |
| | BB+ a BB- | 811 | 621 | 621 | 651 | 517 | 517 |
| | B+ a B- | 361 | 314 | 315 | 245 | 209 | 209 |
| | CCC+ a D | 7 | 6 | 8 | 0 | 0 | 0 |
| | Sem nota externa | 1 990 | 1 822 | 1 042 | 2 404 | 2 184 | 1 386 |
| SOMA: | | 27 031 | 25 153 | 7 282 | 27 217 | 24 771 | 7 237 |
| Empresas | AAA a AA- | 200 | 184 | 37 | 1 516 | 1 463 | 546 |
| | A+ a A- | 3 217 | 2 669 | 1 332 | 1 072 | 948 | 477 |
| | BBB+ a BBB- | 791 | 632 | 628 | 549 | 435 | 436 |
| | BB+ a BB- | 427 | 321 | 314 | 425 | 359 | 360 |
| | B+ a B- | 113 | 76 | 114 | 437 | 398 | 602 |
| | CCC+ a D | 1 | 1 | 1 | 9 | 7 | 10 |
| | Sem nota externa | 155 013 | 118 789 | 114 657 | 150 675 | 114 149 | 109 022 |
| SOMA: | | 159 762 | 122 672 | 117 083 | 154 683 | 117 759 | 111 453 |
| Clientela de retalho | Sem nota externa | 173 654 | 147 635 | 82 922 | 176 009 | 145 748 | 81 826 |
| SOMA: | | 173 654 | 147 635 | 82 922 | 176 009 | 145 748 | 81 826 |
| TOTAL | | 381 458 | 316 364 | 210 745 | 377 527 | 307 790 | 205 696 |

(*) Segundo a Standard and Poor's.

(**) Balanço e extra patrimoniais.

O quadro acima está fora do risco de contrapartida, outros ativos de riscos e posições de titularização.

Em 31 de dezembro de 2011, 83 % das exposições sobre as administrações centrais, os bancos centrais e os estabelecimentos de crédito são de boa ou muito boa qualidade («investment grade»), contra 84 % em 31 de dezembro de 2010.

Las entidades do Grupo calculando as suas necessidades em capital segundo o método standard têm uma atividade orientada principalmente para os particulares ou as pequenas e médias empresas ou então situam-se em regiões do mundo onde a atividade das agências de notação é pouco desenvolvida (Turquia, Ucrânia, Médio Oriente, etc.). Isto explica que uma maioria das empresas não dispõe de nota externa em abordagem standard.

PILAR 3

Risco de crédito

EXPOSIÇÕES EM INCUMPRIMENTO, PROVISÕES E CUSTO DO RISCO**➤ QUADRO N° 14: ATIVOS DEPRECIADOS OU NÃO A PRESENTANDO INCUMPRIMENTOS E GARANTIAS RECEBIDAS A TÍTULO DESSES ATIVOS***(Ver Situações financeiras – nota 5. – notas relativas ao balanço em 31 de dezembro de 2011.)***➤ QUADRO N° 15: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES EM INCUMPRIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA**

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | | |
|-----------------------------------|-----------------------|--|----------------|-----------------------|
| | Exposição bruta total | Exposições em incumprimento ^(*) | | Ajustamentos de valor |
| | | Abordagem standard | Abordagem IRBA | |
| França | 351 136 | 3 888 | 6 387 | 5 650 |
| Bélgica e Luxemburgo | 183 244 | 150 | 4 722 | 2 101 |
| Itália | 143 674 | 12 242 | 178 | 6 234 |
| Reino Unido | 43 545 | 107 | 1 436 | 847 |
| Países Baixos | 45 842 | 93 | 182 | 140 |
| Outros países da Europa Ocidental | 123 636 | 1 638 | 6 944 | 4 669 |
| Europa de leste | 32 745 | 1 684 | 656 | 1 587 |
| Turquia | 21 084 | 282 | 2 | 195 |
| Bacia mediterrânica | 18 830 | 617 | 216 | 515 |
| Países do Golfo – África | 29 064 | 489 | 1 219 | 765 |
| América do Norte | 184 656 | 1 022 | 1 843 | 856 |
| América latina | 26 224 | 202 | 352 | 383 |
| Japão e Austrália | 19 703 | 2 | 72 | 40 |
| Países emergentes da Ásia | 50 448 | 90 | 200 | 101 |
| TOTAL | 1 273 831 | 22 506 | 24 409 | 24 083 |

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2010 | | | |
|-----------------------------------|-----------------------|--|----------------|-----------------------|
| | Exposição bruta total | Exposições em incumprimento ^(*) | | Ajustamentos de valor |
| | | Abordagem standard | Abordagem IRBA | |
| França | 343 764 | 3 555 | 8 225 | 5 523 |
| Bélgica e Luxemburgo | 180 919 | 156 | 4 615 | 2 093 |
| Itália | 155 504 | 10 397 | 128 | 5 369 |
| Reino Unido | 57 292 | 179 | 1 362 | 1 335 |
| Países Baixos | 48 400 | 41 | 614 | 175 |
| Outros países da Europa Ocidental | 149 858 | 1 856 | 3 052 | 2 752 |
| Europa de leste | 38 970 | 2 376 | 863 | 1 967 |
| Turquia | 20 898 | 348 | 9 | 237 |
| Bacia mediterrânica | 19 121 | 543 | 195 | 474 |
| Países do Golfo – África | 33 670 | 434 | 1 178 | 659 |
| América do Norte | 165 363 | 1 265 | 2 189 | 954 |
| América latina | 31 383 | 499 | 700 | 776 |
| Japão e Austrália | 43 523 | 38 | 751 | 343 |
| Países emergentes da Ásia | 64 889 | 147 | 231 | 178 |
| TOTAL | 1 353 554 | 21 834 | 24 112 | 22 835 |

() Montante correspondente às exposições brutas (balanço e extra patrimoniais) antes da consideração das garantias.*

➤ **QUADRO N° 16: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES EM INCUMPRIMENTO, DOS AJUSTAMENTOS DE VALOR E DO CUSTO DO RISCO POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO DE BASILEIA**

O custo do risco apresentado abaixo é relativo ao risco de crédito e não inclui portanto as depreciações constatadas a título do risco de contrapartida dos instrumentos financeiros de mercado. (Ver *Situações financeiras – nota 2.f – Custo do Risco.*)

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | | | | |
|---|-----------------------|--|----------------|-----------------------|-----------------------|----------------|
| | Exposição bruta total | Exposições em incumprimento ^(*) | | Ajustamentos de valor | Provisões de Carteira | Custo do risco |
| | | Abordagem Standard | Abordagem IRBA | | | |
| Administrações centrais e bancos centrais | 176 616 | 79 | 3 619 | 1 972 | | |
| Empresas | 566 379 | 10 397 | 10 923 | 10 537 | | |
| Estabelecimentos | 107 606 | 469 | 876 | 708 | | |
| Clientela de retalho | 373 224 | 11 262 | 7 513 | 10 195 | | |
| Posições de titularização | 50 006 | 299 | 1 478 | 671 | | |
| TOTAL | 1 273 831 | 22 506 | 24 409 | 24 083 | 4 997 | (6 665) |

| Em milhões d'euros | 31 dezembro 2010 | | | | | |
|---|-----------------------|--|----------------|-----------------------|-----------------------|----------------|
| | Exposição bruta total | Exposições em incumprimento ^(*) | | Ajustamentos de valor | Provisões de carteira | Custo do risco |
| | | Abordagem Standard | Abordagem IRBA | | | |
| Administrações centrais e bancos centrais | 193 980 | 26 | 32 | 65 | | |
| Empresas | 600 824 | 9 947 | 12 027 | 11 382 | | |
| Estabelecimentos | 127 321 | 548 | 1 132 | 638 | | |
| Clientela de retalho | 374 313 | 10 756 | 7 726 | 9 535 | | |
| Posições de titularização | 57 116 | 557 | 3 195 | 1 215 | | |
| TOTAL | 1 353 554 | 21 834 | 24 112 | 22 835 | 5 495 | (4 635) |

(*) Montante correspondente às exposições brutas (balanço e extra patrimoniais) antes da consideração das garantias.

PILAR 3

Risco de crédito

➤ QUADRONº 17: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES NÃO DEPRECIADAS APRESENTANDO INCUMPRIMENTOS POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO DE BASILEIA E TIPO DE ABORDAGEM

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | | | |
|---|--|----------------------|-------------------|-----------|---------------|
| | Vencimento dos ativos não depreciados apresentando incumprimentos(*) | | | | |
| | < 90 dias | > 90 dias < 180 dias | >180 dias < 1 ano | > 1 ano | Total |
| Administrações centrais e bancos centrais | 53 | 14 | 2 | 3 | 72 |
| Empresas | 5 665 | 307 | 20 | 6 | 5 998 |
| Estabelecimentos | 253 | 0 | | | 253 |
| Clientela de retalho | 6 400 | 182 | 2 | 4 | 6 588 |
| TOTAL PERÍMETRO STANDARD | 12 371 | 503 | 24 | 13 | 12 911 |
| Administrações centrais e bancos centrais | 208 | 163 | 3 | 13 | 387 |
| Empresas | 1 552 | 0 | 87 | 17 | 1 656 |
| Estabelecimentos | 133 | 0 | | | 133 |
| Clientela de retalho | 2 780 | 36 | 5 | 1 | 2 822 |
| TOTAL PERÍMETRO IRBA | 4 673 | 199 | 95 | 31 | 4 998 |
| TOTAL PERÍMETRO PRUDENCIAL | 17 044 | 702 | 119 | 44 | 17 909 |

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2010 | | | | |
|---|---|----------------------|-------------------|------------|---------------|
| | Vencimento dos ativos não depreciados apresentando incumprimentos (*) | | | | |
| | < 90 dias | > 90 dias < 180 dias | >180 dias < 1 ano | > 1 ano | Total |
| Administrações centrais e bancos centrais | 80 | 3 | 1 | 0 | 84 |
| Empresas | 4 475 | 263 | 23 | 55 | 4 816 |
| Estabelecimentos | 155 | 0 | 3 | 23 | 181 |
| Clientela de retalho | 4 092 | 181 | 11 | 34 | 4 318 |
| TOTAL PERÍMETRO STANDARD | 8 802 | 447 | 38 | 112 | 9 399 |
| Administrações centrais e bancos centrais | 24 | | | 16 | 40 |
| Empresas | 2 539 | 27 | 31 | 101 | 2 698 |
| Estabelecimentos | 173 | 3 | | 1 | 177 |
| Clientela de retalho | 3 203 | 45 | 16 | 15 | 3 279 |
| TOTAL PERÍMETRO IRBA | 5 939 | 75 | 47 | 133 | 6 194 |
| TOTAL PERÍMETRO PRUDENCIAL | 14 741 | 522 | 85 | 245 | 15 593 |

(*) Com base no FINREP, montante correspondente às exposições brutas (balanço) antes consideração das garantias.

TÉCNICAS DE REDUÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

As técnicas de redução do risco de crédito são consideradas em conformidade com a regulamentação de Basileia 2. Em particular o seu efeito é avaliado nas condições de um abrandamento económico. Estas são distinguidas em duas grandes categorias:

As medidas de segurança pessoais por um lado e as medidas de segurança reais por outro lado.

- Uma medida de segurança pessoal corresponde ao compromisso assumido por um terceiro de se substituir ao devedor primário em caso de incumprimento deste último. Por extensão, os seguros de crédito e os derivados de crédito (compra de proteção) fazem parte desta categoria.
- As medidas de segurança reais constituídas a favor do Banco garantem a execução na data certa dos compromissos financeiros de um devedor.

Para o perímetro tratado em abordagem IRBA, as medidas de segurança pessoais e reais são consideradas, sob reserva da sua elegibilidade, por uma diminuição do parâmetro de «perda em caso de incumprimento» (LGD) aplicável às transações visadas para as operações da carteira de intermediação bancária.

Para o perímetro tratado em abordagem standard, as medidas de segurança pessoais são consideradas, sob reserva da sua elegibilidade, por uma ponderação bonificada correspondente à do fiador, sobre a parte garantida da exposição que considera as assimetrias de divisa e de maturidade. As medidas de segurança reais vêm, quanto a elas, em diminuição da exposição após consideração se for o caso das assimetrias de divisa e de maturidade.

Os fiadores são objeto de uma análise de risco de mesma natureza que os devedores primários e veem-se atribuir parâmetros de risco de acordo com metodologias e processos similares.

A avaliação do efeito dos instrumentos de redução de risco de crédito segue uma metodologia validada e comum ao conjunto do Grupo para cada atividade. No polo CIB, esses efeitos consideram a possível correlação do fiador e do mutuário (em caso de pertença ao mesmo sector industrial por exemplo). São validados pelos Comitês de créditos para cada dossier no ato da sua aprovação inicial depois aquando das revisões anuais.

As medidas de segurança reais distinguem-se em duas classes: as medidas de segurança financeiras por um lado e as outras medidas de segurança reais por outro lado.

- As medidas de segurança de natureza financeira correspondentes às espécies (incluindo o ouro), às ações (cotadas ou não cotadas) e às obrigações.
- As outras medidas de segurança reais são diversas e podem tomar a forma de hipotecas imobiliárias ou marítimas, de fiança de

stock, de cedência de contratos ou de qualquer outro direito sobre um ativo da contrapartida.

A fim de serem consideradas, as medidas de segurança devem preencher as condições seguintes:

- o seu valor não deve ser fortemente correlacionado ao risco do devedor (as ações do mutuário não são em particular elegíveis);
- a fiança deve ser documentada;
- o Banco deve estar em medida de avaliar o valor do ativo fiado em condições de abrandamento económico;
- o Banco deve ter obtido um conforto razoável sobre a possível apropriação depois realização do ativo considerado.

Para o polo CIB, cada medida de segurança é avaliada de acordo com técnicas próprias e o efeito sobre cada dossier é avaliado individualmente. Para a atividade da Banca de Retalho, a presença ou não de tal ou tal tipo de medida de segurança real pode, em função da taxa de cobertura, conduzir a afetar a exposição a uma classe de LGD particular, com base num tratamento estatístico.

As medidas de segurança são consentidas pela casa mãe da contrapartida ou por outras entidades tais como as instituições financeiras. As coberturas por derivados de crédito, o recurso a seguradores de crédito públicos para o financiamento de exportações ou a seguradores de crédito privados constituem outros exemplos de garantias.

Uma garantia só pode ser elegível para melhorar os parâmetros de risco de uma transação se o fiador for melhor notado do que a contrapartida visada, o fiador sendo submetido às mesmas exigências de análise prévia que o devedor primário.

Em conformidade com a política geral de notação, as medidas de segurança pessoais e reais são consideradas pelo seu valor económico e só são aceites enquanto fonte principal de reembolso que por exceção. No contexto de financiamento de matérias-primas por exemplo, a capacidade de reembolso do mutuário deve ser avaliada com base nos seus fluxos operacionais.

O valor económico dos ativos entregues em garantia é avaliado de maneira objetiva e verificável: valor de mercado, valor segundo perito, valor contabilístico. Este representa o valor dos ativos na data da avaliação e não na data de incumprimento que se aprecia numa segunda fase.

Enfim, os procedimentos do Grupo preveem uma revalorização das garantias reais pelo menos anual sobre o perímetro CIB.

PILAR 3

Risco de crédito

➤ QUADRO N° 18: ABORDAGEM IRBA PARA A CARTEIRA CORPORATE

O quadro abaixo apresenta a repartição para a carteira «corporate» por classe de exposição de Basileia da redução de risco procurada pelas medidas de segurança relativas à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartidas de todas as atividades do Grupo utilizando a abordagem de notação interna avançada.

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | | | 31 dezembro 2010 | | | |
|---|--------------------------|---|----------------------------|--------------------------------|--------------------------|---|----------------------------|--------------------------------|
| | Montante exposição total | Montante e da redução de risco | | | Montante exposição total | Montante e da redução de risco | | |
| | | Medida de segurança pessoais e derivados de crédito | Medidas de segurança reais | Total das medidas de segurança | | Medida de segurança pessoais e derivados de crédito | Medidas de segurança reais | Total das medidas de segurança |
| Administrações centrais e bancos centrais | 155 605 | 5 427 | 22 467 | 27 895 | 174 362 | 5 106 | 31 523 | 36 630 |
| Empresas | 406 617 | 73 904 | 68 816 | 142 719 | 446 141 | 80 885 | 72 338 | 153 223 |
| Estabelecimentos | 80 575 | 6 161 | 5 221 | 11 382 | 100 104 | 4 903 | 10 228 | 15 131 |
| TOTAL | 642 797 | 85 492 | 96 504 | 181 996 | 720 607 | 90 894 | 114 089 | 204 983 |

➤ QUADRO N° 19: ABORDAGEM STANDARD PARA A CARTEIRA CORPORATE

O quadro abaixo apresenta a repartição para a carteira «corporate» por classe de exposição de Basileia da redução de risco procurada pelas medidas de segurança relativas à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartidas de todas as atividades do Grupo utilizando a abordagem standard.

| Em milhões d'euros | 31 dezembro 2011 | | | | 31 dezembro 2010 | | | |
|---|--------------------------|---|----------------------------|--------------------------------|--------------------------|---|----------------------------|--------------------------------|
| | Montante exposição total | Montante e da redução de risco | | | Montante exposição total | Montante e da redução de risco | | |
| | | Medida de segurança pessoais e derivados de crédito | Medidas de segurança reais | Total das medidas de segurança | | Medida de segurança pessoais e derivados de crédito | Medidas de segurança reais | Total das medidas de segurança |
| Administrações centrais e bancos centrais | 21 011 | 401 | 7 | 409 | 19 618 | | 40 | 40 |
| Empresas | 159 762 | 1 653 | 6 528 | 8 181 | 154 683 | 761 | 7 921 | 8 682 |
| Estabelecimentos | 27 031 | 4 816 | 8 | 4 824 | 27 217 | 254 | 143 | 397 |
| TOTAL | 207 804 | 6 870 | 6 543 | 13 413 | 201 518 | 1 015 | 8 104 | 9 119 |

5.6 Titularização em carteira bancária

O grupo BNP Paribas está envolvido em operações de titularização enquanto originador, coordenador ou investidor no sentido da tipologia Basileia 2.5.

As operações de titularização, recenseadas a seguir, correspondem às operações tais como definidas na CRD (Capital Requirement Directive) e descritas no título V da portaria de 20 de fevereiro de 2007. Trata-se das operações pelas quais o risco de crédito inerente a um conjunto de exposições é dividido em tranches. As operações apresentam as características seguintes:

- conduzem a uma transferência significativa de risco;
- os pagamentos efetuados no âmbito da operação dependem dos desempenhos das exposições de origem;
- a subordinação das tranches tal como definida pela operação determina a repartição das perdas durante o período da transferência de risco.

A título da CRD, as exposições titularizadas no âmbito de operações de titularização por conta própria respeitando os critérios de elegibilidade de Basileia, e nomeadamente o da transferência significativa de risco, são excluídas do cálculo do capital. Apenas as partes conservadas pelo estabelecimento e os compromissos eventualmente atribuídos à estrutura após titularização são objeto de um cálculo de necessidade em capital, de acordo com o método fundado nas notações externas.

As exposições titularizadas no âmbito de operações de titularização por conta própria não respeitando os critérios de elegibilidade de Basileia permanecem quanto a elas na sua carteira prudencial de origem. A sua necessidade em capital é calculada como se não estivessem titularizadas e é apresentada na parte dedicada ao risco de crédito.

Em consequência, o perímetro dos programas de titularização escolhidos seguidamente diz respeito aos programas originadores reconhecidos eficazes em Basileia 2.5, aos quais acrescem os programas enquanto coordenador nos quais o Grupo conservou posições assim como os programas emitidos por terceiros nos quais o Grupo investiu.

MÉTODOS CONTABILÍSTICOS [Auditado]

(Ver *Situações financeiras – nota 1 – Resume dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo.*)

O proveito de cessão das posições de titularização é contabilizado conformemente às regras da categoria de origem das posições vendidas. Assim, para as posições classificadas em empréstimos concedidos e créditos e em ativos disponíveis para venda, o proveito de cessão vem creditar o custo do risco à devida concurrence do encargo líquido anteriormente constatado. O eventual remanescente é contabilizado como proveitos líquidos sobre ativos disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado. Para as posições classificadas em valor de mercado por resultado, os proveitos de cessão são registados em proveitos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado.

- 1) As posições de titularizações classificadas na categoria «Empréstimos concedidos e créditos» são avaliadas segundo o método do custo amortizado, tal como descrito na nota anexa 1.c.1 às Situações financeiras: a taxa de juro efetiva (TIE) utilizada para reconhecer os proveitos de juro é avaliada a partir de um modelo de fluxos de tesouraria esperados.

Para os ativos que foram transferidos a partir de outra categoria contabilística (ver nota anexa 1.c.6), as revisões em alta dos fluxos estimados cobráveis são contabilizadas enquanto ajustamento da taxa de juro efetiva a contar da data de mudança de estimação. As revisões em queda traduzem-se por um ajustamento do valor contabilístico. O mesmo sucede para todas as revisões de fluxos estimados cobráveis de ativos não transferidos de outra categoria contabilística. As depreciações são registadas sobre estes ativos segundo os princípios expostos na nota anexa 1.c.5 em matéria de empréstimos concedidos e créditos.

- 2) As posições de titularização classificadas contabilisticamente em Ativos disponíveis para venda são avaliadas pelo seu valor de mercado (cf. nota anexa 1.c.3 e 1.c.10) e as variações desta, fora rendimentos corridos, são apresentadas sob uma rubrica específica dos capitais próprios. Aquando da cessão destes títulos, estes proveitos ou perdas latentes anteriormente contabilizados em capitais próprios são constatados em demonstração de resultados. O mesmo sucede em caso de depreciação. O valor de mercado é determinado segundo os princípios expostos na nota anexa 1.c.10.

Os ativos à espera de titularização são registados na categoria contabilística «empréstimos concedidos e créditos» e na carteira prudencial bancária, quando se trata de exposições provenientes do balanço do Banco, para as quais o Banco será originador no sentido Basileia 2 da titularização futura.

Em contrapartida, os ativos à espera de titularização são registados na categoria contabilística «valor de mercado por resultado» e na carteira prudencial bancária, quando se trata de exposições adquiridas em perspectiva de uma titularização e para a qual o Banco será coordenador no sentido regulamentar.

DISPOSITIVO DE GESTÃO DOS RISCOS EM MATÉRIA DE TITULARIZAÇÃO [Auditado]

A vigilância dos ativos titularizados diz respeito aos riscos de crédito, de mercado e de liquidez sobre os ativos subjacentes, e o risco de contrapartida sobre as contrapartidas de cobertura das proteções não financiadas.

PROCEDIMENTO RELATIVO AO RISCO DE CRÉDITO SOBRE OS ATIVOS TITULARIZADOS

Os ativos de titularização fora da carteira de negociação são submetidos à aprovação dos Comitês de crédito – titularização (*Securitisation Credit Committees*). Para as novas operações, uma pré-seleção pode ser efetuada antes da reunião do Comité a fim de identificar os sujeitos que convém submeter a uma análise mais exaustiva. Todas as aprovações são submetidas a uma revisão anual. As exposições são vigiadas diariamente para verificar que não ultrapassam os limites fixados pelos Comitês de crédito – titularização considerados.

As performances dos ativos subjacentes são estreitamente vigiadas por região e por tipo de colateral e as posições de titularização podem ser acrescentadas à lista dos ativos a vigiar ou duvidosos se a qualidade de crédito do seu colateral se degradar. Estas posições são então submetidas ao procedimento da lista dos ativos de titularização sob vigilância ou duvidosos, que prevê uma análise pelo menos semestral destes ativos, além das reuniões ordinárias dos Comitês de crédito – titularização. A análise tem lugar trimestralmente para os ativos quando o BNP Paribas é o investidor. Se um défice do ativo em relação ao passivo parece plausível no âmbito de cenários prováveis, são constituídas provisões.

As re-titularizações emitidas pelo BNP Paribas são submetidas em primeiro lugar a Comitês específicos de Aprovação das Transações. Os ativos que decorrem dessas operações são a seguir vigiados segundo os processos de Titularização descritos acima.

REPORTING

As posições são estreitamente vigiadas por tipo de ativo, nível de senioridade e em termos de migração das notações. A diferença entre o valor contabilístico líquido após provisões e o justo valor (Nível 2) é igualmente vigiado, e é objeto de um reporting trimestral.

RISCOS DE MERCADO NA CARTEIRA BANCÁRIA

Para as exposições ABS com taxa fixa, uma macrocobertura composta por swaps de taxa fixa/variável foi implementada para cobrir o risco de taxa. Esta é contabilizada em conformidade com as regras da contabilidade de cobertura.

RISCO DE LIQUIDEZ

Os ativos titularizados detidos são financiados no final a nível interno pelo departamento ALM, com base na sua duração de vida média ponderada.

RISCO DE CONTRAPARTIDA

Os derivados sobre as posições não financiadas de ABS são contabilizadas como derivados em relação à contrapartida que fornece a cobertura. O risco de contrapartida é vigiado no âmbito ordinário da gestão do risco de contrapartida sobre derivados.

ATIVIDADE DO BNP PARIBAS EM MATÉRIA DE TITULARIZAÇÃO [Auditado]

A parte respetiva do Grupo em cada um dos seus papéis de originador, de coordenador e de investidor traduz-se da seguinte forma:

➤ QUADRO N° 20: REPARTIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES TITULARIZADAS E DAS POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO CONSERVADAS OU ADQUIRIDAS POR TIPO DE PAPEL

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|---------------------|---|---|---|---|
| | Exposições titularizadas originadas pelo BNP Paribas ^(*) | Posições de titularização conservadas ou adquiridas (EAD) ^(**) | Exposições titularizadas originadas pelo BNP Paribas ^(*) | Posições de titularização conservadas ou adquiridas (EAD) ^(**) |
| Papel BNP Paribas | | | | |
| Originador | 13 332 | 3 086 | 15 985 | 4 351 |
| Coordenador | 251 | 16 544 | 217 | 17 440 |
| Investidor | 0 | 25 535 | 0 | 30 140 |
| TOTAL | 13 583 | 45 165 | 16 202 | 51 931 |

(*) As exposições titularizadas originadas pelo Grupo correspondem às exposições subjacentes inscritas no balanço do Grupo que foram objeto de uma operação de titularização.

(**) As posições de titularização correspondem às tranches conservadas das operações de titularização originadas ou coordenadas pelo Grupo, às tranches adquiridas pelo Grupo em operações de titularização coordenadas por terceiros, e aos compromissos atribuídos a operações de titularização emitidas por terceiros.

ATIVIDADE EM MATÉRIA DE TITULARIZAÇÃO POR CONTA PRÓPRIA (ORIGINADOR NO SENTIDO BASILEIA 2.5)

No âmbito da gestão corrente da liquidez do Banco, ativos reputados menos líquidos podem ser rapidamente mobilizados, por meio de titularizações de créditos (créditos imobiliários, créditos ao consumo) concedidos à clientela das redes bancárias, ou de titularização de empréstimos concedidos às empresas.

Quatro operações de titularização foram realizadas em 2011 incluindo três pelo BNP Paribas Personal Finance e uma pela Banca de Retalho em França. O total dos ativos clientela titularizados em 2011 ascende a 4,6 biliões de euros:

- 3,1 biliões de euros dos títulos emitidos foram auto-subscritos 1,5 bilião de euros tendo sido utilizáveis como colateral para operações de refinanciamento;

- 1,5 bilião de euros de títulos emitidos foram cedidos nos mercados.

Estas operações são sem efeito minorante sobre o cálculo do capital regulamentar, porque nenhuma transferência significativa de risco resulta da sua implementação. As exposições consideradas são portanto retomadas na parte dedicada ao risco de crédito.

No total, o stock de partes detidas relativas a créditos titularizados por conta própria ascende a 60,2 biliões de euros para 36 operações de dezembro de 2011, dos quais 17,5 biliões de euros para o Personal Finance, 0,3 biliões de euros para o Equipment Solutions, 6,9 biliões de euros para o BNL, 34,5 biliões de euros para o BNP Paribas Fortis e um bilião de euros para a Banca de Retalho em França.

Apenas 5 operações (representando um montante de exposições titularizadas Grupo de 3,4 biliões de euros) são desconsolidantes prudencialmente em Basileia 2.5 devido a uma transferência significativa de risco e retomadas no quadro acima. As posições de titularizações conservadas sobre estas operações ascendem a 1,5 bilião de euros em 31 de dezembro de 2011, contra 1,2 bilião de euros em 31 de dezembro de 2010.

Aquando da aquisição de entidades do grupo Fortis pelo BNP Paribas, a parte mais arriscada da carteira de ativos estruturados do Fortis foi cedida a um SPV dedicado, Royal Park Investment. As exposições titularizadas deste SPV ascendem a 9,1 biliões de euros. As partes detidas pelo Grupo neste SPV ascendem a 1,4 bilião em 31 de dezembro de 2011 contra 2,9 biliões em 31 de dezembro de 2010 dos quais 0,2 bilião de euros de tranche equity, 0,5 bilião de euros de financiamento correspondente a uma tranche sénior e 0,6 bilião de euros de financiamento correspondente a uma tranche super-sénior (contra 2,2 biliões de euros no final de 2010).

Enfim, as partes residuais conservadas em titularizações originadas pelo BNP Paribas ascendem a 0,2 bilião de euros em 31 de dezembro de 2011, estáveis em relação a 2010.

ATIVIDADE EM MATÉRIA DE TITULARIZAÇÃO POR CONTA DA CLIENTELA ENQUANTO COORDENADOR

As operações de titularização do CIB Fixed Income realizadas pelo grupo BNP Paribas e efetuadas por conta da sua clientela acompanham-se de linhas de liquidez e se necessário da concessão de garantias a entidades específicas. Estas entidades específicas não são consolidadas quando o Grupo não as controla.

Operações refinanciadas a curto prazo

Em 31 de dezembro de 2011, cinco fundos não consolidados multicedentes (Eliopée, Starbird, J Bird, J Bird 2 e Matchpoint) são geridos pelo Grupo por conta da clientela. Estas entidades refinanciam-se no mercado local a curto prazo dos títulos negociáveis. As linhas de liquidez consentidas aos seis fundos acima permaneceram estáveis com 9,7 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, contra 9,6 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010.

Operações refinanciadas a médio e longo prazo

Na Europa e na América do Norte, a plataforma de estruturação do BNP Paribas permaneceu ativa e continuou a propor aos clientes soluções de financiamento, com base em produtos mais adaptados aos constrangimentos atuais em matéria de risco e de liquidez. Linhas de liquidez «técnicas», servindo para cobrir os impasses de vencimentos, são igualmente atribuídas, se tal for o caso, a fundos não consolidados, coordenados pelo Grupo, recebendo os ativos titularizados da clientela. O conjunto destas facilidades, assim como algumas posições residuais conservadas, ascende no total a 1,9 bilião de euros em 31 de dezembro de 2011, contra 1,7 bilião de euros em 31 de dezembro de 2010.

Além disso, o BNP Paribas Fortis consente igualmente linhas de liquidez à entidade Scaldis que ascendem a 4,7 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 6,1 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010.

Durante o exercício 2011, o BNP Paribas prosseguiu no seio da atividade Structured Finance a sua atividade de gestão de CLO (Collateralized Loan Obligation) por conta de terceiros. Na ausência de mercado de emissão primário, o BNP Paribas procedeu à aquisição de um contrato de gestão de CLOs junto de outro gerente. As posições conservadas ascendem a 25 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, estáveis em relação a 2010.

ATIVIDADE EM MATÉRIA DE TITULARIZAÇÃO ENQUANTO INVESTIDOR

A atividade de titularização do BNP Paribas enquanto investidor (no sentido da regulamentação), além das posições da carteira do BNP Paribas Fortis, é principalmente exercida no seio do CIB, Investment Solutions e BancWest.

O CIB Fixed Income prosseguiu igualmente uma atividade de titularização enquanto investidor que consiste em acompanhar e gerir a carteira de ABS (Asset Backed Securities), representando 2,9 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, contra 4,4 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010. Esta atividade cobre igualmente a gestão de linhas de liquidez concedidas, no âmbito de um sindicato de bancos, a entidades ABCP (Asset Backed Commercial Paper) geridas por certos grandes grupos industriais internacionais, clientes do BNP Paribas, representando 0,6 bilião de euros em 31 de dezembro de 2011, contra 0,5 bilião de euros em 31 de dezembro de 2010.

Além disso, posições de Negative Basis Trade (NBT) por um valor exposto ao risco de 5,2 biliões de euros, são igualmente alojados em Fixed Income, contra 5,5 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010.

O CIB Resource & Portfolio Management (RPM) prossegue uma atividade de titularização enquanto investidor em 2011, nomeadamente no âmbito de um programa de investimentos misto (exposições de titularização e exposições «corporate») iniciado no 4º trimestre de 2010 por 80 milhões de euros. A exposição da carteira gerida pelo RPM situa-se a 0,5 bilião de euros em 31 de dezembro de 2011, contra 0,4 bilião de euros em 31 de dezembro de 2010.

Em 2011, o polo Investment Solutions reduziu a sua exposição global de 2,1 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 1,4 bilião de euros em 31 de dezembro de 2011, essencialmente devido aos reembolsos e a vendas.

PILAR 3

Titularização em carteira bancária

Os elementos tradicionais das políticas de refinanciamento e de investimento dos fundos próprios do BancWest residem em investimentos em posições de titularização exclusivamente realizados sobre títulos cotados. O BancWest continuou a ceder posições fortemente consumidoras em fundos próprios em 2011. Em 31 de dezembro de 2011, as posições de titularização do BancWest representam 0,3 bilião de euros contra 0,5 bilião de euros em 31 de dezembro de 2010.

A carteira de créditos estruturados do BNP Paribas Fortis (Carteira IN), que não foi reafectada a uma atividade e que é alojada em «Corporate

Center» ascende a 6,1 biliões de euros, contra 8,4 biliões de euros 31 de dezembro de 2010.

Esta última carteira é objeto de uma garantia pelo Estado belga sobre o segundo nível de perdas. Além de uma primeira tranche de perdas finais, de 3,5 biliões de euros em relação ao valor nominal, por outro lado amplamente provisionada no balanço de abertura do BNP Paribas Fortis, o Estado belga garante *on first demand* a segunda tranche de perdas no valor de 1,5 biliões de euros.

Além disso os investimentos do BNP Paribas Fortis em RMBS neerlandês ascendem a 8,1 biliões de euros, estáveis em relação a 2010.

EXPOSIÇÕES TITULARIZADAS

➤ QUADRO N° 21: EXPOSIÇÕES TITULARIZADAS ORIGINADAS PELO BNP PARIBAS POR TIPO DE TITULARIZAÇÃO

| Em milhões de euros | | Exposições titularizadas originadas pelo BNP Paribas | |
|-----------------------|----------------|--|------------------|
| Tipo de titularização | Tipo abordagem | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
| Clássica | IRBA | 9 978 | 13 312 |
| | Standard | 2 548 | 2 890 |
| Subtotal | | 12 526 | 16 202 |
| Sintética | IRBA | 1 057 | 0 |
| TOTAL | | 13 583 | 16 202 |

➤ QUADRO N° 22: EXPOSIÇÕES TITULARIZADAS PELO BNP PARIBAS POR TIPO DE TITULARIZAÇÃO E CATEGORIA DE ATIVO SUBJACENTE

| Tipos de exposição em milhões de euros | 31 de dezembro de 2011 | | |
|---|---------------------------|-------------------------|---|
| | Exposições do BNP Paribas | Exposições de terceiros | Total exposições titularizadas pelo BNP Paribas |
| Tipo de titularização e categoria de ativo ⁽¹⁾ | | Nomeadamente BCP | |
| Bens imobiliários residenciais | 11 509 | 12 496 | 24 005 |
| Créditos ao consumo | | 2 195 | 2 195 |
| Créditos sobre cartões de crédito | | | |
| Empréstimos concedidos a empresas | 821 | 4 826 | 5 647 |
| Créditos comerciais | | 2 866 | 2 866 |
| Bens imobiliários comerciais | | 688 | 688 |
| Locação financeira | | 1 369 | 1 369 |
| Outros ativos | 196 | 684 | 880 |
| Titularização clássica | 12 526 | 25 124 | 37 650 |
| Empréstimos concedidos a empresas | 1 057 | | 1 057 |
| Titularização sintética | 1 057 | 0 | 1 057 |
| TOTAL | 13 583 | 25 124 | 38 707 |

(1) Esta repartição funda-se no ativo subjacente dominando exposições titularizadas.

Um pouco menos de dois terços dos ativos de exposições titularizadas pelo Grupo são-no por conta de terceiros e 16 % correspondem a ABCP.

As exposições titularizadas oriundas do balanço do BNP Paribas têm essencialmente como subjacente bens imobiliários residenciais. Entre elas, constam, em 31 de dezembro de 2011, cinco operações de titularização sobre ativos imobiliários, desconsolidantes prudencialmente em Basileia 2: quatro operações sobre ativos imobiliários residenciais (Vela Home 2, Vela Home 3, Vela Home 4 e Vela ABS) realizadas pelo BNL para um total de exposições titularizadas de 2,4 bilhões de euros e uma operação sobre empréstimos concedidos às PME realizada pela BDDF, com uma garantia do Banco Europeu de Investimento, para um total de exposições titularizadas de um bilhão de euros. Além disso, as exposições titularizadas a lojas no seio

da estrutura dedicada Royal Park Investment (RPI), ou seja 9,1 bilhões de euros, têm igualmente na sua grande maioria como subjacente bens imobiliários residenciais.

Na mesma data, nenhuma operação de titularização sobre créditos ao consumo é desconsolidante prudencialmente em Basileia 2.5. O Grupo não implementou por outro lado qualquer montagem de titularização por conta própria de exposições renováveis que comportem uma cláusula de reembolso antecipado.

Em 31 de dezembro de 2011, 0,8 bilhão de euros de empréstimos concedidos a empresas oriundos do balanço do BNP Paribas também foram titularizados no âmbito das operações coordenadas pelo grupo BNP Paribas.

➤ QUADRO Nº 23: ATIVOS À ESPERA DE TITULARIZAÇÃO

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | |
|--------------------------------|---|--------------------------------------|
| | Exposições BNP Paribas para titularizar | Exposições à espera de titularização |
| Categoria de ativo | | |
| Bens imobiliários residenciais | 1 800 | 0 |
| Créditos ao consumo | 5 900 | 0 |
| TOTAL | 7 700 | 0 |

Os ativos acima à espera de titularização serão objeto de titularização auto-subscritas (portanto não eficazes no sentido Basileia 2.5) à exceção de 700 milhões de euros de créditos ao consumo.

PILAR 3

Titularização em carteira bancária

POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

➤ QUADRO Nº 24: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO CONSERVADAS OU ADQUIRIDAS POR CATEGORIA DE ATIVO SUBJACENTE

| Em milhões de euros | | Posições de titularização conservadas ou adquiridas (EAD) | | | | | |
|-----------------------------|--|---|--------------------|---------------|------------------|--------------------|---------------|
| Código Função BNPParibas | Categoria de ativo ^(*) | 31 dezembro 2011 | | | 31 dezembro 2010 | | |
| | | Balanco | Extra patrimoniais | Total | Balanco | Extra patrimoniais | Total |
| Originador | Bens imobiliários residenciais | 1 828 | 65 | 1 893 | 4 201 | | 4 201 |
| | Empréstimos concedidos a empresas | 1 182 | 9 | 1 191 | 121 | 9 | 130 |
| | Titularização de posições de titularização | | | | 16 | | 16 |
| | Outros ativos | 2 | | 2 | 4 | | 4 |
| TOTAL ORIGINADOR | | 3 012 | 74 | 3 086 | 4 342 | 9 | 4 351 |
| Coordenador | Bens imobiliários residenciais | 985 | 457 | 1 442 | 678 | 141 | 819 |
| | Créditos ao consumo | 266 | 3 075 | 3 341 | 33 | 2 054 | 2 087 |
| | Créditos sobre cartões de crédito | 630 | | 630 | 773 | 37 | 810 |
| | Empréstimos concedidos a empresas | 2 924 | 1 605 | 4 529 | 3 133 | 1 262 | 4 395 |
| | Créditos comerciais | 8 | 4 036 | 4 044 | 36 | 3 678 | 3 714 |
| | Bens imobiliários comerciais | 180 | 494 | 674 | 308 | 577 | 884 |
| | Locação financeira | 864 | 729 | 1 593 | 1 121 | 1 592 | 2 713 |
| | Titularização de posições de titularização | | | | 453 | 426 | 880 |
| | Outros ativos | 114 | 177 | 291 | 108 | 1 030 | 1 138 |
| TOTAL COORDENADOR | | 5 971 | 10 573 | 16 544 | 6 643 | 10 797 | 17 440 |
| Investidor | Bens imobiliários residenciais | 12 005 | 373 | 12 378 | 14 173 | 466 | 14 639 |
| | Créditos ao consumo | 3 204 | 707 | 3 910 | 3 562 | 492 | 4 054 |
| | Créditos sobre cartões de crédito | 14 | | 14 | 180 | | 180 |
| | Empréstimos concedidos a empresas | 5 846 | | 5 846 | 6 120 | | 6 120 |
| | Créditos comerciais | | | | 31 | | 31 |
| | Bens imobiliários comerciais | 3 014 | 43 | 3 057 | 3 829 | | 3 829 |
| | Locação financeira | 53 | | 53 | 226 | | 226 |
| | Titularização de posições de titularização | | | | 423 | | 423 |
| | Outros ativos | 277 | | 277 | 638 | | 638 |
| TOTAL INVESTIDOR | | 24 412 | 1 123 | 25 535 | 29 182 | 958 | 30 140 |
| TOTAL | | 33 396 | 11 769 | 45 165 | 40 166 | 11 765 | 51 931 |

(*) Corresponde à categoria de ativo dominante ao ativo da estrutura de titularização na qual a posição é detida. No caso em que o ativo subjacente é uma posição de titularização ou de re-titularização, a regulamentação CRD3 recomenda transitar o ativo subjacente último do programa considerado.

➤ QUADRO N° 25: QUALIDADE DAS POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO DA CARTEIRA BANCÁRIA

As posições de titularização conservadas ou adquiridas são em 31 de dezembro de 2011 de 92 % das tranches sénior, contra 89 % em 31 de dezembro de 2010, o que reflete a muito boa qualidade da carteira. Esta traduz-se pelos níveis de ponderação aplicados tais como apresentados nos quadros abaixo:

| Em milhões de euros | Posições de titularização conservadas ou adquiridas (EAD) | |
|-----------------------------------|---|------------------|
| | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
| Tipo abordagem | | |
| Tranche com o efeito mais elevado | 41 746 | 46 091 |
| Tranche mezzanina | 2 910 | 5 162 |
| Tranche de primeira perda | 509 | 678 |
| TOTAL | 45 165 | 51 931 |

No âmbito da abordagem standard, o montante dos ativos ponderados é calculado aplicando ao valor exposto ao risco a taxa das ponderações associada à nota externa da posição de titularização, conformemente ao artigo 222 do decreto de 20 de fevereiro de 2007. Num número muito limitado de casos, uma ponderação por transparência pode ser aplicada. A taxa de ponderação de 1 250 % é atribuída às posições com uma nota inferior ou igual a B+ ou sem nota externa. As posições de titularização dos programas originados pelas filiais BNL e UCI assim como os investimentos do BancWest e do polo Investment Solutions nos programas de titularização são tratadas em abordagem standard.

Os ativos ponderados em abordagem IRBA são calculados segundo um dos métodos seguintes:

- para as exposições que beneficiam de uma notação externa, a ponderação é obtida pela aplicação do método dito «fundado sobre as notações». Esta permite deduzir diretamente a ponderação aplicável à exposição em função da sua nota, graças a uma tabela de correspondência fornecida pelo supervisor;
- para as exposições que não beneficiam de uma notação externa, quando o BNP Paribas é originador ou coordenador, é o método da fórmula regulamentar (Supervisory Formula Approach – SFA) que é aplicada. Com base numa notação interna da qualidade de crédito da carteira de ativos subjacente, a ponderação aplicável à exposição é obtida pela utilização de uma fórmula matemática fornecida pelo

supervisor, que tem igualmente em conta a estruturação da operação (em particular do nível de aumento de crédito do qual beneficia o BNP Paribas);

- para certas linhas de liquidez nos programas ABCP da carteira do BNP Paribas Fortis e do BGL BNP Paribas que não beneficiam de uma notação externa, é uma abordagem de avaliação interna que se aplica. Esta beneficia da homologação do BNB;
- num número muito limitado de casos, uma ponderação por transparência é aplicada.

Em 31 de dezembro de 2011, a abordagem IRBA é utilizada para as posições detidas pelo polo CIB e o perímetro BNP Paribas Fortis.

Para as posições de titularização notadas, BNP Paribas utiliza as notações externas das agências de notação Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

A colocação em correspondência destas notações com os escalões de qualidade de crédito previstos pela regulamentação é conforme às prescrições da Autoridade de Controlo Prudencial.

A contar de 31 de dezembro de 2011, a diretiva europeia CRD3, que integra a nova regulamentação Basileia 2.5, aplica-se e revê nomeadamente o encargo em capital aplicável à titularização ao requerer um aumento do encargo em capital para as posições ditas de re-titularização, ou seja as posições de um programa cujos ativos subjacentes incluem pelo menos uma posição de titularização.

PILAR 3

Titularização em carteira bancária

➤ QUADRO N° 26: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO E ATIVOS PONDERADOS POR TIPO DE ABORDAGEM

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|---------------------|---|-------------------|---|-------------------|
| Tipo | Posições de titularização conservadas ou adquiridas (EAD) | Ativos ponderados | Posições de titularização conservadas ou adquiridas (EAD) | Ativos ponderados |
| IRBA | 42 985 | 22 665 | 48 147 | 22 916 |
| Standard | 2 180 | 1 711 | 3 784 | 2 288 |
| TOTAL | 45 165 | 24 376 | 51 931 | 25 204 |

O montante dos ativos ponderados correspondentes às posições de titularização conservadas ou adquiridas pelo Grupo ascende a 24 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011, ou seja 4 % dos ativos ponderados do grupo BNP Paribas, contra 25 bilhões em 31 de dezembro de 2010.

➤ QUADRO N° 27: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO POR MÉTODO DE CÁLCULO E PONDERAÇÃO

➤ Abordagem IRBA

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | | |
|--------------------------------------|---------------------------|----------------------------------|---------------------------|----------------------------------|
| | Valor exposto ao risco | | Ativos ponderados | |
| Taxa de ponderação | Posições de titularização | Posições de re-titularização (*) | Posições de titularização | Posições de re-titularização (*) |
| 7 % - 10 % | 18 684 | | 1 371 | |
| 12 % - 18 % | 864 | | 79 | |
| 20 % - 35 % | 2 857 | 336 | 526 | 60 |
| 40 % - 75 % | 733 | 2 677 | 301 | 741 |
| 100 % | 310 | 78 | 36 | 82 |
| 225 % | | 105 | | 249 |
| 250 % | 262 | | 633 | |
| 350 % | | 257 | | 817 |
| 425 % | 77 | | 133 | |
| 650 % | 27 | 122 | 30 | 559 |
| 750 % | | 197 | | 1 561 |
| 850 % | | 250 | | 2 253 |
| Método fundado nas notações externas | 23 814 | 4 022 | 3 109 | 6 322 |
| 1 250 % | 844 | 369 | 7 609 | 1 852 |
| IAA | 1 307 | | 31 | |
| [0 - 7 %] | 7 606 | 0 | 532 | 0 |
|]7 % - 100 %] | 2 773 | 1 528 | 812 | 363 |
|]100 % - 350 %] | 14 | 153 | 27 | 358 |
|]350 % - 1 250 %] | 36 | 519 | 456 | 1 193 |
| Método de la fórmula regulamentar | 10 429 | 2 200 | 1 827 | 1 914 |
| TOTAL | 36 394 | 6 591 | 12 576 | 10 088 |

(*) No sentido da CRD3, que se aplica a contar de 31 de dezembro de 2011.

| Em milhões de euros | | 31 de dezembro de 2011 | | |
|---|---------------------------|----------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|
| Taxa de ponderação | Valor exposto ao risco | | Ativos ponderados | |
| | Posições de titularização | Posições de re-titularização (*) | Posições de titularização (AP) | Posições de re-titularização (*) (AP) |
| 6 % - 10 % | 24 151 | | 1 596 | |
| 12 % - 18 % | 1 860 | | 80 | |
| 20 % - 35 % | 3 514 | | 616 | |
| 50 % - 75 % | 1 131 | | 425 | |
| 100 % | 456 | | 233 | |
| 250 % | 290 | | 659 | |
| 425 % | 350 | | 1 276 | |
| 650 % | 115 | | 416 | |
| Método fundado sobre as notações externas | 31 867 | | 5 301 | |
| 1 250 % | 1 600 | | 13 673 | |
| IAA | 1 856 | | 52 | |
| [0 - 7 %] | 8 145 | | 559 | |
|]7 % - 100 %] | 3 986 | | 1 142 | |
|]100 % - 350 %] | 164 | | 264 | |
|]350 % - 1 250 %] | 529 | | 1 925 | |
| Método da fórmula regulamentar | 12 824 | | 3 890 | |
| TOTAL | 48 147 | | 22 916 | |

No sentido da CRD3, que se aplica a contar de 31 de dezembro de 2011.

No conjunto das posições de titularização avaliadas com base nas notas externas (28 bilhões de euros):

- 67 % do EAD beneficiam de uma notação superior a A+ e portanto de uma ponderação inferior a 10 % em 31 de dezembro de 2011, contra 76 % em 31 de dezembro de 2010;
- a enorme maioria (82 % do EAD) beneficia de uma notação superior a BBB+ em 31 de dezembro de 2011, contra 93 % em 31 de dezembro de 2010.

PILAR 3

Titularização em carteira bancária

➤ Abordagem Standard

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | | |
|---|---------------------------------|---|--------------------------------|--|
| Taxa de ponderação | Posições de titularização (EAD) | Posições de re-titularização ^(*) (EAD) | Posições de titularização (AP) | Posições de re-titularização ^(*) (AP) |
| 20 % | 1 421 | | 284 | |
| 40 % | | 2 | | 1 |
| 50 % | 215 | | 107 | |
| 100 % | 116 | 27 | 110 | 27 |
| 225 % | | 92 | | 45 |
| 350 % | 65 | | 212 | |
| 650 % | | | | |
| Método fundado sobre as notações externas | 1 817 | 121 | 713 | 73 |
| 1 250 % | 175 | | 900 | |
| Método da média ponderada | 65 | | 24 | |
| Método por transparência | 2 | | 2 | |
| TOTAL | 2 059 | 121 | 1 639 | 73 |

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2010 | | | |
|---|---------------------------------|---|--------------------------------|--|
| Taxa de ponderação | Posições de titularização (EAD) | Posições de re-titularização ^(*) (EAD) | Posições de titularização (AP) | Posições de re-titularização ^(*) (AP) |
| 20 % | 2 808 | | 505 | |
| 40 % | | | | |
| 50 % | 355 | | 81 | |
| 100 % | 294 | | 100 | |
| 225 % | | | | |
| 350 % | 162 | | 365 | |
| 650 % | | | | |
| Método fundado sobre as notações externas | 3 619 | | 1 051 | |
| 1 250 % | 162 | | 1 231 | |
| Método por transparência | 3 | | 7 | |
| TOTAL | 3 784 | | 2 288 | |

(*) No sentido da CRD3, que se aplica a contar de 31 de dezembro de 2011.

No conjunto das posições de titularização avaliadas com base nas notas externas (1,9 biliões de euros), a enorme maioria (73 % da exposição por defeito em 31 de dezembro de 2011) beneficia de uma notação superior a AA- e portanto de uma ponderação de 20 %.

As garantias respeitantes às posições de titularização ascendem a 4,9 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, incluindo principalmente a garantia trazida pelo Estado Belga à tranche sénior de RPI para 4,8 biliões de euros.

A única posição de re-titularização da carteira que beneficia de uma garantia é a tranche sénior da carteira RPI detida pelo BNP Paribas Fortis. Esta é garantida pelo Estado Belga, notada AA (Standard & Poor's).

5.7 Risco de contrapartida

VALOR EXPOSTO AO RISCO [Auditado]

O quadro abaixo apresenta a exposição ao risco de contrapartida (medida pela exposição no momento do incumprimento) dos contratos sobre instrumentos financeiros derivados e das operações de empréstimos concedidos/empréstimos contraídos de títulos após, se tal for o caso, acordos de compensação por classe de exposição de Basileia.

➤ QUADRO N° 28: VALOR EXPOSTO AO RISCO DE CONTRAPARTIDA POR CLASSE DE EXPOSIÇÃO DE BASILEIA DOS INSTRUMENTOS DERIVADOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS/EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS DE TÍTULOS

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | | | 31 dezembro 2010 | | | |
|---|------------------|--------------------|---------------|----------------|------------------|--------------------|---------------|----------------|
| | IRBA | Abordagem Standard | Total | EAD média 2011 | IRBA | Abordagem Standard | Total | EAD Média 2010 |
| Administrações centrais e bancos centrais | 11 142 | 2 | 11 144 | 10 073 | 8 997 | 6 | 9 003 | 8 293 |
| Empresas | 45 324 | 2 484 | 47 808 | 46 288 | 42 212 | 2 555 | 44 767 | 47 525 |
| Estabelecimentos (*) | 35 803 | 1 163 | 36 966 | 37 750 | 37 635 | 898 | 38 533 | 40 307 |
| Clientela de retalho | - | 19 | 19 | 15 | 0 | 12 | 12 | 13 |
| TOTAL DAS EXPOSIÇÕES | 92 269 | 3 668 | 95 937 | 94 126 | 88 844 | 3 471 | 92 315 | 96 138 |

(*) A classe de exposição «Estabelecimentos» corresponde aos estabelecimentos de crédito e empresas de investimento incluindo aqueles reconhecidos de países terceiros. Além disso esta classe reúne certas exposições sobre administrações regionais e locais, entidades do sector público e Bancos multilaterais de desenvolvimento que não são tratados como administrações centrais.

➤ VALOR EXPOSTO AO RISCO DE CONTRAPARTIDA POR TIPO DE ABORDAGEM



As transações efetuadas no âmbito das atividades de mercado expõem o BNP Paribas ao risco de um incumprimento potencial das suas contrapartidas. O BNP Paribas gere este risco de contrapartida pela generalização de acordos contratuais genéricos (acordos de compensação e de colateralização) e por uma política de cobertura dinâmica, e tem em consideração a variação de valor deste risco na avaliação dos instrumentos financeiros negociados à vista procedendo a ajustamentos de crédito.

OS CONTRATOS DE COMPENSAÇÃO

A compensação é utilizada pelo Banco a fim de atenuar o risco de incumprimento ligado às operações sobre os produtos derivados. O principal modo de compensação aplicado pelo Banco é a compensação por liquidação que permite, em caso de incumprimento da

contrapartida, pôr fim a todas as operações pelo seu valor de mercado atual, depois fazer a soma de todos esses valores, positivos e negativos, para obter um único montante (líquido) a pagar à contrapartida ou a receber desta. Este saldo (“close-out netting”) pode ser alvo de uma garantia (“collateralisation”) consentida sob forma de fiança em numerário, títulos ou depósitos.

O Banco recorre igualmente à compensação dos regulamentos para atenuar o risco de incumprimento decorrente do pagamento de quantias em divisas. Trata-se aqui da compensação de todos os pagamentos e encaixes na mesma moeda que devem ter lugar no mesmo dia entre o Banco e uma mesma contrapartida. Esta compensação conduz a um montante único, em cada moeda, a pagar quer pelo banco, quer pela contrapartida.

PILAR 3

Risco de contrapartida

As operações visadas são tratadas em conformidade com acordos, bipartidos ou multipartidos, respeitando os princípios gerais do quadro nacional ou internacional. As principais fórmulas de acordo bilateral utilizadas são as da Fédération Bancaire Française (FBF) e, no plano internacional, as da International Swaps and Derivatives Association («ISDA »).

MEDIÇÃO DA EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CONTRAPARTIDA

O valor exposto ao risco (EAD) para o risco de contrapartida é medido com base num sistema interno de avaliação da exposição; este valor é a seguir integrado no dispositivo de medição do risco de crédito. Implementada há 10 anos, continuamente atualizada, esta medição apoia-se em simulações de tipo «Monte Carlo» permitindo apreciar os movimentos prováveis do valor das exposições. Os processos estocásticos utilizados são sensíveis a parâmetros incluindo volatilidades, correlações, calibrados sobre dados de mercado históricos. As exposições futuras potenciais ao risco de contrapartida são medidas com um modelo interno («ValRisk») que permite simular vários milhares de cenários potenciais de evolução dos mercados e de reavaliar a carteira de transação de cada uma das contrapartidas a várias centenas de pontos no futuro (de 1 dia a mais de 30 anos para as transações mais longas). As variações de valor são calculadas até à maturidade das transações.

Para a agregação das exposições, o sistema considera o ambiente jurídico de cada transação e contrapartida e portanto eventuais acordos de compensação e de apelo de margem.

As exposições ao risco de contrapartida caracterizam-se pela sua forte variabilidade ao longo do tempo devido à evolução constante dos parâmetros de mercado afetando o valor das transações subjacentes. É portanto essencial não se limitar ao acompanhamento dos valores atuais das transações e analisar as suas variações potenciais no futuro.

Para as exposições de risco de contrapartida oriundas das carteiras do BNP Paribas Fortis e do BGL BNP Paribas que não foram migradas sobre sistemas BNP Paribas, o valor exposto em risco não se apoia num modelo interno.

ENQUADRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO RISCO DE CONTRAPARTIDA

As exposições futuras potenciais calculadas pelo ValRisk são quotidianamente comparadas aos limites concedidos a cada contrapartida.

Além disso, o ValRisk permite a simulação de novas transações e a medição do seu impacto sobre a carteira da contrapartida e representa por essa razão uma ferramenta essencial no processo de aprovação do risco. Os Comitês seguintes (por escala crescente de autoridade): Comitê de Crédito Regional, Comitê de Crédito Global, Comitê de Crédito Direção Geral (CCDG), determinam os limites segundo o seu nível de delegação.

AJUSTAMENTOS DE CRÉDITO SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NEGOCIADOS Á VISTA

A valorização dos instrumentos financeiros negociados à vista pelo BNP Paribas no âmbito das suas atividades de mercado (Fixed Income, Global Equity & Commodity Derivatives) integra ajustamentos de crédito. Um ajustamento de crédito (ou CVA «Credit Value Adjustment») é um ajustamento de valorização da carteira de transações para ter em conta o risco de contrapartida. Este reflete a esperança de perda pelo seu justo valor sobre a exposição existente sobre uma contrapartida devido ao valor potencial positivo do contrato, a probabilidade de incumprimento da contrapartida, a migração da qualidade de crédito e a estimação da taxa de cobrança.

GESTÃO DINÂMICA DO RISCO DE CONTRAPARTIDA

O nível do ajustamento de crédito efetuado muda em função das variações da exposição existente e das do nível de cotação do risco de crédito da contrapartida visada, que podem resultar em particular de variações do spread de Credit Default Swaps (CDS) utilizado no cálculo das probabilidades de incumprimento.

Para reduzir o risco associado à degradação da qualidade de crédito inerente a uma carteira de instrumentos financeiros, o BNP Paribas implementou uma estratégia de cobertura dinâmica, consistindo na compra de instrumentos de mercado, tais como os instrumentos derivados de crédito.

As exposições ao risco de contrapartida sobre instrumentos derivados cobrem o conjunto das exposições sobre derivados da carteira do BNP Paribas, todos subjacentes e todos polos confundidos. As exposições de Fixed Income representam a grande maioria destas exposições.

As exposições sobre operações de financiamentos de títulos e operações com pagamento diferido partilham entre as operações de Fixed Income, principalmente sobre obrigações, as das atividades ações e consultoria, principalmente sobre ações (operações de empréstimo concedido-empréstimo contraído de títulos) e as do BNP Paribas Securities Services (BP2S), sobre ações e obrigações.

VALOR EXPOSTO AO RISCO POR TIPO DE ABORDAGEM

➤ QUADRO N° 29: VALOR EXPOSTO AO RISCO POR TIPO DE ABORDAGEM

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | | | | | |
|--|--------------------------------------|-----------|---------------|------------------------------|--------------|---------------|---------------|
| | Modelo interno (EEPE) ^(*) | | | NPV ^(**) + Add-On | | | Total |
| | IRBA | Standard | Subtotal | IRBA | Standard | Subtotal | |
| Instrumentos derivados | 65 540 | 8 | 65 548 | 12 693 | 3 650 | 16 343 | 81 891 |
| Operação de financiamentos de títulos e operações com regulamento diferido | 11 415 | 4 | 11 419 | 2 621 | 6 | 2 627 | 14 046 |
| TOTAL | 76 955 | 12 | 76 967 | 15 314 | 3 656 | 18 970 | 95 937 |

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2010 | | | | | | |
|--|--------------------------------------|-----------|---------------|------------------------------|--------------|---------------|---------------|
| | Modelo interno (EEPE) ^(*) | | | NPV ^(**) + Add-On | | | Total |
| | IRBA | Standard | Subtotal | IRBA | Standard | Subtotal | |
| Instrumentos derivados | 59 491 | 67 | 59 558 | 13 094 | 3 401 | 16 495 | 76 053 |
| Operação de financiamentos de títulos e operações com regulamento diferido | 13 715 | 3 | 13 718 | 2 544 | | 2 544 | 16 262 |
| TOTAL | 73 206 | 70 | 73 276 | 15 638 | 3 401 | 19 040 | 92 315 |

(*) *Effective Expected Positive Exposure.*

(**) *Net Present Value.*

O valor exposto ao risco (EAD) para o risco de contrapartida é medido principalmente com base no método dos modelos internos e considera as garantias sobre derivados diretamente no cálculo da Effective Expected Positive Exposure (EEPE).

No perímetro não coberto pelos modelos internos (aproximadamente 3 % das exposições do perímetro do BNP Paribas, ao qual se acrescenta no final de 2009 o perímetro oriundo do Fortis) o valor exposto ao risco é calculado segundo o método de avaliação ao preço de mercado (Net Present Value + Add-On).

Para as exposições das operações sobre derivados de crédito, o modelo interno integra uma correlação entre os dados de mercados e as probabilidades de incumprimento, a exposição é assim condicional ao incumprimento e integra o risco de correlação desfavorável. Caso a caso, para operações materiais, uma remodelização específica da exposição em

caso de incumprimento integra o risco de correlação desfavorável. Por outro lado, são realizados stress tests específicos complementares para o acompanhamento das operações podendo apresentar um risco de correlação desfavorável.

As garantias sob forma de colateral utilizadas em método standard em redução da EAD ascendem a 313 milhões de euros au 31 de dezembro de 2011, contra 199 milhões de euros au 31 de dezembro de 2010.

Os ativos ponderados a título do risco de contrapartida são a seguir calculados multiplicando o valor exposto ao risco por uma taxa de ponderação que resulta do tipo de abordagem utilizada (abordagem standard ou abordagem IRBA).

Quando a EAD é modelizada e ponderada em abordagem IRBA, a LGD não é ajustada em função das medidas de segurança reais na medida em que elas são diretamente consideradas no cálculo da «Effective Expected Positive Exposure».

EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS POR TIPO DE ABORDAGEM

(Ver secção 5.4. – Gestão do capital e adequação dos fundos próprios.)

5.8 Risco de mercado

RISCO DE MERCADO RELATIVO ÀS ATIVIDADES DE TRANSAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

INTRODUÇÃO [Auditado]

O risco de mercado tal como definido na secção 5.2 exprime-se principalmente no âmbito das atividades de transações realizadas pelas atividades Fixed Income e Ações do polo Corporate and Investment Banking e cobre diferentes naturezas de riscos da seguinte forma:

- o risco de taxa de juro traduz o risco do valor de um instrumento flutuar devido às variações de taxa de juro;
- o risco de câmbio traduz o risco do valor de um instrumento flutuar devido às variações das cotações das moedas estrangeiras;
- o risco «ação» resulta das variações de preço de mercado das ações. Resulta não só das variações de preços e de volatilidade das próprias ações, mas também das variações de preços dos índices sobre ações;
- o risco «matérias-primas» resulta das variações de preços de mercado das matérias-primas. Resulta não só das variações de preços e de volatilidade das próprias matérias-primas, mas também das variações de preços dos índices sobre matérias-primas;
- o risco de spread de crédito resulta da variação da qualidade de crédito de um emissor e traduz-se pelas variações do custo de compra da proteção sobre este emissor;
- os produtos opcionais acarretam intrinsecamente um risco de volatilidade e de correlação, cujos parâmetros podem ser deduzidos dos preços observáveis de opções tratadas num mercado ativo.

- o Product and Financial Control Committee (PFC) é o Comité de arbitragem e de decisão. Este Comité trimestral examina as conclusões do CIB Financial Control sobre a eficácia dos controlos e a fiabilidade do processo de valorização e de determinação dos resultados. É presidido pelo Diretor Financeiro do Grupo e reúne os Diretores do FDG-Contabilidade, do CIB e do GRM;
- a nível «atividade» um Valuation Review Committee (VRC) examina os resultados das análises de parâmetros de mercado (MAP Reviews) assim como a evolução das reservas. O Comité arbitra em caso de desacordo entre a atividade e as funções de controlo. Reúne-se mensalmente. Este Comité é presidido pelo chef trader sénior, e inclui representantes do trading, do GRM, do Group Valuation and Risk Control e do Finance. Qualquer conflito é arbitrado pelo PFC;
- criado em 2009, o Valuation Methodology Committee (VMC) permite assegurar um acompanhamento das aprovações e uma análise dos modelos, verificar a implementação das recomendações pertinentes e apresentar as melhorias trazidas à governança dos modelos. Tem lugar duas a três vezes por ano, por atividade.

Implementação do acompanhamento do risco e fixação dos limites

O acompanhamento diário das posições é realizado a partir da ferramenta integrada MRX (Market Risk eXplorer), aplicação que gere o cálculo do VaR. Esta ferramenta permite o acompanhamento do VaR, mas também do detalhe das posições assim como das sensibilidades aos parâmetros de mercado de acordo com diversos critérios em simultâneo (divisa, produto, contrapartida, etc.). O MRX dispõe igualmente de uma infraestrutura para incluir os limites de trading, as reservas e o stress-testing.

A missão do Risk-Investment and Markets em matéria de acompanhamento dos riscos de mercado é definir, medir e analisar as sensibilidades e fatores de riscos, assim como medir e controlar o Value-at-Risk (VaR) que é o indicador global de perda potencial. O Risk-IM certifica-se de que a atividade fica no âmbito dos limites aprovados pelos diferentes Comités e encarrega-se de aprovar novas atividades e transações importantes, de rever e aprovar os modelos de valorização das posições e enfim de realizar uma análise mensal dos parâmetros de mercado («MAP review») em parceria com as equipas de valorização e controlo dos riscos (V&RC).

O âmbito atual de definição e de gestão dos limites validado pelo CMRC estabelece-se em três níveis de delegação. A delegação mais alta é a do CMRC, seguida da do Responsável da Atividade, seguida por fim da do Responsável de uma carteira de transação. Podem ser concedidas mudanças de limites de forma temporária ou definitiva, e a sua autorização depende do nível de delegação do limite visado de acordo com o procedimento em vigor.

PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO [Auditado]

Governança

A organização do controlo dos riscos de mercado visa definir os dispositivos de acompanhamento destes riscos garantindo em simultâneo a independência das funções de controlo em relação às atividades.

O controlo dos riscos de mercado é estruturado em torno de várias instâncias:

- o Capital Markets Risk Committee (CMRC) é o principal Comité a governar os riscos ligados às atividades de Mercados dos Capitais (Capital Markets). Tem por missão abordar de forma coerente as problemáticas de riscos de mercado e de riscos de contrapartida. É no CMRC que são decididos nomeadamente os limites de *trading* agregados assim como os processos de autorização de tomada de risco. As declarações de perdas assim como as perdas hipotéticas estimadas pelos exercícios de stress-testing são igualmente estudadas no CMRC. O Comité reúne-se em princípio uma vez por mês. É presidido pelo Diretor Geral do Grupo, ou por um dos dois Diretores Gerais delegados do Banco;

Análise dos riscos chave e reporting destinado à Direção Geral

O Risk-IM materializa as suas análises de risco pela produção de relatórios de síntese destinados à Direção Geral e ao Sénior Management das linhas de atividade (limites, acompanhamento do VaR, análise dos riscos chaves...). O reporting e a difusão dos principais relatórios de síntese sobre o risco são assegurados por uma equipa dedicada (Global Risk Analysis and Reporting).

O reporting é articulado em torno das análises seguintes:

- relatórios semanais («Main Position reports») por atividade (derivados de ações, matérias primas, créditos, derivados de taxa de juro e câmbio) destinados aos responsáveis das linhas atividade. Estes relatórios propõem uma síntese de conjunto das posições, assim como pontos que devem ser alvo de uma atenção particular;
- o «Over €50m at risk report», relatório bimensal dirigido à Direção Geral;
- os relatórios de síntese do CMRC (Resume dos eventos do CMRC, Resume mundial do risco de contrapartida, Resume dos resultados de stress testing e do GEAR, Resume dos resultados de backtesting...), preparados como suporte das reuniões CMRC;
- os «Positions highlights» tratando de problemáticas específicas;
- os *tableaux de bord* territoriais (por exemplo o «Monthly UK risk dashboard»);
- o «Global risk dashboard» apresentado aos responsáveis do CIB e do GRM no âmbito do controlo conjunto da gestão dos riscos e da tomada das decisões esperadas, considerando em simultâneo a evolução de mercado e a evolução das contrapartidas.

CONTROLO DAS VALORIZAÇÕES [Auditado]

Os instrumentos financeiros que fazem parte da carteira de negociação prudencial são avaliados e contabilizados em valor de mercado ou de modelo por resultado, conformemente às normas contabilísticas aplicáveis. Tal pode igualmente ser o caso de instrumentos financeiros classificados na carteira bancária.

O controlo da valorização das carteiras é assegurado no âmbito da Carta das responsabilidades de valorização, que definiu a repartição das responsabilidades e criou uma equipa de valorização e de controlo dos riscos (V&RC) dedicada à Valorização e ao Controlo do risco que partilha o controlo dos parâmetros de mercado com o Risk-IM. Estas políticas e práticas de governança aplicam-se a todas as atividades de mercado do CIB (Fixed Income, GECD e RPM), e estão em fase de aplicação a nível da atividade ALM Tesouraria.

Em complemento da Carta, diretivas e específicas detalham os controlos de valorização. Os principais processos cujo conjunto constitui o dispositivo de governança dos controlos da valorização são descritos abaixo.

Controlo do registo contabilístico das transações

A responsabilidade deste controlo incumbe ao «Middle-Office» do polo Operações. Contudo, as operações mais complexas são verificadas pelo Risk-IM.

Market Parameter (MAP) Review – Verificação independente dos preços

A verificação dos preços é gerida conjuntamente pelas equipas de valorização e de controlo dos riscos (V&RC) e os departamentos Risk-IM que asseguram controlos diários sobre os parâmetros mais líquidos e uma verificação mensal formal do conjunto dos dados utilizados. Os tipos de parâmetros controlados pelo V&RC são precisamente definidos tratando-se principalmente de parâmetros diretamente comparáveis a dados externos (cotação dos títulos, parâmetros de mercado baunilha), com ou sem recurso a prestadores especializados fornecendo preços de consenso. O departamento Risk-IM controla por seu lado os métodos de valorização e os parâmetros mais complexos que dependem estreitamente do modelo escolhido.

Os princípios gerais de análise dos parâmetros de mercado são descritos na Carta das responsabilidades de valorização, e nos procedimentos especializados tais como a «Global marking and independent price verification policy»; as metodologias específicas são-no em documentos (MAP Books) estruturados por linha de produto atualizado regularmente. As responsabilidades do Risk-IM e do V&RC são definidas para cada etapa e as conclusões das análises dos parâmetros de mercado consignadas nos documentos de resultados das análises MAP.

A análise dos parâmetros de mercado traduz-se por ajustamentos de valorização comunicados ao «Middle-Office» para registo. Os resultados são comunicados à direção do Trading durante os «Valuation Review Committee» que podem ser objeto de arbitragens. O parecer das funções de controlo prevalece, e qualquer divergência significativa e persistente é apresentada ao PFC.

Homologação e análise dos modelos

A governança dos controlos dos modelos é descrita na Política de controlo das metodologias de valorização. As diretivas específicas a cada atividade são detalhadas nos documentos que retomam as instruções de análise dos modelos para cada linha de produto.

Os analistas quantitativos do «Front Office» concebem e propõem as metodologias utilizadas para a valorização dos produtos, o cálculo dos riscos, e as tomadas de decisões de transação. A Investigação e a equipa dos sistemas (IT) são então responsáveis pela aplicação desses modelos.

O controlo independente dos modelos de valorização é da responsabilidade do Risk-IM. Os principais processos são:

- a validação dos modelos, no termo da qual uma decisão formal de aprovação ou de rejeição do modelo é tomada, inclusive no seguimento de qualquer modificação da metodologia de valorização chamada «Evento do modelo de valorização». Em todos os casos, as decisões de aprovação são tomadas por um analista sénior Risk-IM. A análise exigida pela decisão de homologação pode ser pontual ou completa; neste último caso, os motivos e as condições da aprovação são detalhadas num documento de homologação do modelo. Se a aprovação fizer debate, um Comité de validação dos modelos pode ser reunido;
- a análise dos modelos, pode ser conduzida desde a sua conceção (ligada a uma homologação) ou durante o tempo de vida de um modelo (reavaliação); esta consiste num inquérito sobre a pertinência do modelo utilizado para valorizar certos produtos num contexto de mercado preciso;
- o controlo da utilização e da implementação de modelos, consiste num controlo contínuo da parametragem e da configuração dos modelos, mas também da adequação dos produtos ao modelo utilizado.

Cálculo das reservas e outros ajustamentos de valorização

O Risk-IM define e calcula «reservas». Estas são ajustamentos contabilísticos do valor de mercado ou de modelo. As reservas podem ser consideradas, em função dos casos, como uma medida do fecho de uma posição ou como um prémio para riscos que não podem ser diversificados ou cobertos.

As reservas cobrem principalmente:

- o risco de liquidez e os spreads de bid/offer;
- as incertezas ligadas ao modelo ou aos parâmetros do mercado;
- a eliminação dos riscos para os quais nenhuma cobertura pode ser implementada (alisamento do pay-off das opções numéricas ou com barreira).

Uma política geral de ajustamento das valorizações foi definida. As metodologias relativas às reservas são documentadas para cada linha de produto por Risk-IM e estas documentações são regularmente atualizadas. A análise das variações das reservas é objeto de um relatório mensal ao VRC.

As metodologias relativas às reservas são melhoradas regularmente e qualquer mudança constitui um Evento do modelo de valorização. As melhorias trazidas às reservas são geralmente o fruto da análise ou da calibragem de um modelo em função das informações oriundas do mercado durante o processo de Análise dos parâmetros do mercado.

«Day-one-profit or loss»

Algumas transações complexas necessitam da utilização de parâmetros considerados como não observáveis. A norma contabilística IAS 39 prescreve que seja diferida a contabilização de um eventual resultado inicial (day one profit or loss) para as transações não observáveis, desde que o valor de modelo inicial tenha de ser calibrado sobre o preço da transação.

O Risk-IM está associado ao Finanças Desenvolvimento Grupo, aos «Middle-Offices» e às Atividades no processo de identificação e de tratamento destes elementos de resultado, a fim de determinar se um tipo de parâmetro ou de transação é observável ou não, conformemente às regras de observabilidade, por outro lado devidamente documentadas.

O impacto sobre a demonstração de resultados da transição inicial do resultado é calculado pelo Middle-Office.

Estas mesmas regras de observabilidade são utilizadas para a confeção das informações financeiras requeridas pela norma contabilística IFRS 7.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE MERCADO [Auditado]

O risco das atividades de mercado é analisado em primeiro lugar por uma medição sistemática das sensibilidades das carteiras em relação aos diferentes parâmetros de mercado. Estas medições de sensibilidade feitas com diferentes níveis de agregação de posições são comparadas aos limites fixados previamente.

VaR («Value at Risk»)

Este indicador é o resultado do modelo interno do BNP Paribas. Este mede a variação quotidiana possível de valor da carteira de negociação nas condições de mercado normais, para uma duração de um dia de Bolsa, com base nas evoluções constatadas durante os 260 dias anteriores e com um intervalo de confiança de 99 %. O modelo interno foi validado pelas autoridades de supervisão bancária e considera os fatores de risco usuais (as taxas de juro, os spreads de crédito, as taxas de câmbio, o valor dos títulos, o preço das matérias-primas e as volatilidades associadas), assim como a correlação entre estes fatores permitindo a integração dos efeitos de diversificação. Este inclui além disso a consideração do risco específico de crédito.

Os algoritmos, metodologias e séries de indicadores são revistos e melhorados regularmente a fim de se adaptarem à complexidade crescente dos mercados e à sofisticação dos produtos tratados.

Em dezembro de 2010, o BNP Paribas Fortis submeteu um pedido de extensão do perímetro do modelo interno do BNP Paribas à entidade jurídica Fortis Bank SA/NV aos reguladores franceses (a Autoridade de Controlo Prudencial) e belga (Banque Nationale de Belgique).

A ACP validou a extensão do perímetro. O capital regulamentar necessário para cobrir a necessidade em fundos próprios devido ao risco de mercado da carteira de negociação do BNP Paribas Fortis é desde 1 de julho de 2011 estabelecido com base no VaR calculado com o modelo interno do BNP Paribas.

O modelo interno de cálculo do VaR para o BNL foi igualmente validado.

Histórico do VaR (10 dias, 99 %) em 2011

Os Valores em Risco apresentados abaixo são estabelecidos com base no modelo interno parametrizado em conformidade com o método preconizado pelos supervisores bancários internacionais para estimar os montantes expostos ao risco (“Emenda ao acordo sobre os fundos próprios para a sua extensão aos riscos de mercado”). Estas incidem sobre períodos de 10 dias com um intervalo de confiança de 99 %.

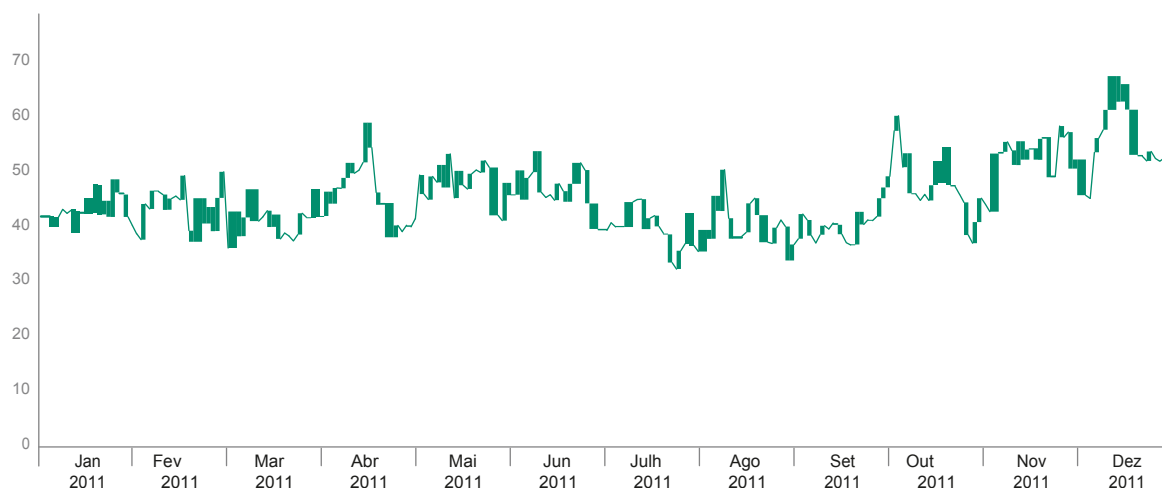
O Valor em Risco médio total do exercício 2011 sobre o perímetro BNP Paribas ascende a 144 milhões de euros (com um mínimo de 103 milhões de euros e um máximo de 214 milhões de euros) após uma tomada em consideração do efeito das compensações entre diferentes naturezas de risco (-178 milhões de euros). Este analisa-se da seguinte forma:

➤ **QUADRO N° 30: VALOR EM RISCO (10 DIAS - 99 %): ANÁLISE POR NATUREZA DO RISCO**

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | | | | Exercício 2010 | |
|--|----------------|--------------|--------------|------------------|----------------|------------------|
| | Mínimo | Média | Máximo | 31 dezembro 2011 | Média | 31 dezembro 2010 |
| Risco de taxa | 69 | 101 | 166 | 81 | 84 | 109 |
| Risco de crédito | 82 | 118 | 166 | 121 | 115 | 118 |
| Risco de câmbio ⁽¹⁾ | 14 | 33 | 74 | 44 | 31 | 22 |
| Risco de preço ligado às ações | 29 | 51 | 110 | 58 | 74 | 53 |
| Risco de preço ligado às matérias-primas | 11 | 19 | 35 | 13 | 13 | 13 |
| <i>Efeito das compensações</i> | <i>(102)</i> | <i>(178)</i> | <i>(336)</i> | <i>(148)</i> | <i>(173)</i> | <i>(174)</i> |
| TOTAL DO VALOR EM RISCO | 103 | 144 | 214 | 169 | 144 | 141 |

(1) A componente VaR risco de câmbio está fora do perímetro do Pilar 1.

➤ **EVOLUÇÃO DO VAR (1 DIA, 99 %) EM MILHÕES DE EUROS EM 2011**



O GRM avalia constantemente a pertinência do seu modelo interno de cálculo por meio de diferentes técnicas nomeadamente por uma comparação regular e sobre um longo período entre as perdas quotidianas constatadas nas atividades de mercado com o VaR (1 dia). A escolha de um intervalo de confiança de 99 % significa, do ponto de vista teórico, que perdas quotidianas superiores ao VaR são esperadas duas a três vezes por ano.

O método standard de *backtesting* do VaR faz uma comparação entre o VaR diário da carteira de negociação global e as variações diárias do valor da carteira. O teste para 2011 demonstra que não houve dias durante os quais as perdas ultrapassaram o nível do VaR sobre o período.

NOVAS EXIGÊNCIAS CRD3

A contar de 31 de dezembro de 2011, a diretiva europeia CRD3, que integra a nova regulamentação Basileia 2.5, aplica-se e revê o encargo

em capital aplicável às posições da carteira de transação: medição do VaR stressado, medição relativa ao risco adicional de incumprimento e de migração (IRC), medição dos riscos relativa à carteira de correlação (CRM) e titularização da carteira de negociação.

VaR stressado

Um VaR stressado (SVaR) calibrado sobre um período determinado de um ano incluindo um período de crise permite manter um nível mínimo de VaR. Um período de 12 meses (exercício 2008) foi escolhido como período de referência para a calibragem do VaR stressado. Esta escolha está sujeita a uma revisão anual, e foi motivada pela severidade extrema dos movimentos sobre os mercados durante o ano de 2008. Para o cálculo da exigência em capital, este SVaR acresce ao VaR para corrigir a «memória curta» desta última e para reforçar o risco específico.

➤ **QUADRO N° 31: VALOR EM RISCO E STRESSADO (10 DIAS - 99 %)**

| Em milhões de euros | 4º trimestre 2011 | | | |
|--------------------------|-------------------|-------|--------|------------------|
| | Mínimo | Média | Máximo | 31 dezembro 2011 |
| Valor em Risco stressado | 232 | 296 | 366 | 267 |

Incremental Risk Charge (IRC)

A abordagem IRC mede as perdas devidas a um incumprimento e à migração das notações no intervalo de confiança de 99,9 % sobre um horizonte de capital de um ano, supondo um nível de risco constante sobre este horizonte. A abordagem que permite a consideração dos riscos suplementares de incumprimento e de migração cobre todas as posições exigindo do capital associado a um risco específico de taxa de juro, incluindo todos os empréstimos contraídos de Estado, à exceção das posições de titularização e dos derivados de crédito ao enésimo incumprimento.

O modelo é atualmente utilizado no processos de gestão dos riscos. Este modelo foi homologado pela Autoridade de Controlo Prudencial.

O cálculo do IRC funde-se sobre a hipótese de um nível de risco constante sobre um horizonte de capital de um ano, o que implica que as posições de transação ou dos conjuntos de posições possam ser reequilibrados sobre um horizonte de capital de um ano de maneira a preservar o nível de risco inicial, medido pelo VaR ou pelo perfil de exposição por notação de crédito e por nível de concentração. Esta frequência de reequilibragem é chamada horizonte de liquidez.

O modelo é construído em torno de uma simulação fundada sobre as notações para cada devedor. O modelo justifica tanto o risco de incumprimento dos devedores como do risco de migração das notações destes últimos. A dependência entre os devedores é fundada num modelo multifatorial de rendimento dos ativos. As carteiras são objeto de uma valorização nos diferentes cenários simulados. O modelo utiliza um horizonte de liquidez constante de um ano. Foi validado internamente por um serviço independente. A análise incidiu sobre a coerência das metodologias propostas, o campo de aplicação dos fatores de risco e da coerência entre a calibragem dos parâmetros do modelo e a sua utilização no âmbito de simulações, assim como sobre a produção e a definição do perímetro.

Carteira de correlação

A atividade de correlação relativa às empresas consiste em negociar e gerir o risco principalmente de CDO de empresas, em menor

escala de CDO² de empresas e as suas coberturas com o apoio de CDS de um emissor específico, os índices de CDS e das tranches de índice.

O quadro de valorização utiliza em simultâneo preços observáveis no mercado (CDS, índices e tranches de índice) e os preços estabelecidos com o apoio de modelos para valorizar os CDO por medida cujos preços são menos fáceis de observar que os dos produtos mencionados anteriormente.

Esta atividade faz parte do polo transação de créditos estruturados no seio do BNP Paribas Fixed Income.

O modelo utilizado é um modelo standard do mercado validado internamente e que valoriza os CDO por medida com base nos spreads do mercado dos CDS e os níveis de correlação implícitos das tranches de índice de CDO observados.

Posições de titularização da carteira de transação fora carteira de correlação

Para as posições de titularização classificadas contabilisticamente na categoria «Valor de mercado por resultado», as variações de valor de mercado, fora juros corridos dos títulos de rendimento fixo, são registados sob a rubrica «Proveitos ou perdas líquidos sobre instrumentos financeiros por valor de mercado por resultado» da demonstração de resultados.

As ABS da carteira de transação são submetidas aos limites definidos pela política de risco da negociação de dívida (Debt Trading Risk Policy – DTRP). A DTRP define um envelope global com limites de concentração. Os limites são vigiados diariamente e o Trading é informado de qualquer ultrapassagem.

Para as posições ABS que se encontram fora da carteira de correlação, o método standard aplica-se (como para a carteira bancária). As necessidades em capital correspondem por conseguinte à ponderação aplicada aos ativos ponderados, que é determinada pela nota externa do ativo. Os cálculos de câmbio em capital são determinados a partir da segunda pior nota das três agências de notação.

➤ **QUADRO N° 32: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO DA CARTEIRA DE TRANSAÇÃO FORA CARTEIRA DE CORRELAÇÃO POR CATEGORIA DE ATIVO E DE CAPITAIS**

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | |
|-----------------------------------|---|-----------------|
| | Posições de titularização conservadas ou adquiridas (EAD) | |
| Categoria de ativo | Posições curtas | Posições longas |
| Bens imobiliários residenciais | - | 208 |
| Créditos ao consumo | - | 23 |
| Créditos sobre cartões de crédito | - | 13 |
| Empréstimos concedidos a empresas | - | 141 |
| Bens imobiliários comerciais | - | 5 |
| Locação financeira | - | 28 |
| Outros ativos | - | 0 |
| TOTAL BALANÇO | - | 417 |
| Outros ativos | 514 | 20 |
| TOTAL EXTRA PATRIMONIAIS | 514 | 20 |
| TOTAL | 514 | 437 |

➤ **QUADRO N° 33: QUALIDADE DAS POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO DA CARTEIRA DE TRANSAÇÃO FORA CARTEIRA DE CORRELAÇÃO**

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | |
|-----------------------------------|---|-----------------|
| | Posições de titularização conservadas ou adquiridas (EAD) | |
| Tipo de tranche | Posições curtas | Posições longas |
| Tranche com o efeito mais elevado | | 404 |
| Tranche mezzanina | 393 | 13 |
| Tranche de primeira perda | 121 | 21 |
| TOTAL | 514 | 437 |

EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS RELATIVAS AO RISCO DE MERCADO

➤ **QUADRO N° 34: EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS RELATIVAS AO RISCO DE MERCADO POR TIPO DE ABORDAGEM**

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | | 31 dezembro 2010 | | |
|--|---------------------------------------|-----------------|------------------------|---------------------------------------|------------------|------------------------|
| | Risco de mercado fora risco de câmbio | Risco de câmbio | Total risco de mercado | Risco de mercado fora risco de câmbio | Risco de mercado | Total risco de mercado |
| Modelo interno | 2 827 | | 2 827 | 756 | 7 | 763 |
| Abordagem Standard | 13 | 178 | 191 | 79 | 533 | 612 |
| Posições de titularização da carteira de transação | 62 | | 62 | | | |
| TOTAL | 2 902 | 178 | 3 080 | 835 | 540 | 1 375 |

O risco de mercado tratado em abordagem standard corresponde ao risco de mercado de algumas entidades do Grupo não cobertas pelos modelos internos. O risco de câmbio é determinado segundo a abordagem standard para o conjunto das carteiras bancárias e de negociação.
(Ver parte «Risco de mercado relativo às atividades bancárias» da secção 5.8.)

PILAR 3

Risco de mercado

➤ QUADRO N° 35: EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS A TÍTULO DO RISCO DE MERCADO

| Tipo de abordagem | Categoria de risco | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|---|------------------|------------------|
| | VaR | 659 | 763 |
| | Stressed VaR | 1 328 | |
| | IRC | 515 | |
| | Carteira de correlação | 325 | |
| TOTAL ABORDAGEM MODELO INTERNO | | 2 827 | 763 |
| | <i>Risco de posições sobre produtos de base</i> | - | 15 |
| | <i>Risco de taxa de juro</i> | 13 | 62 |
| | <i>Risco de posições sobre títulos de propriedade</i> | - | 2 |
| | <i>Risco de câmbio</i> | 178 | 533 |
| TOTAL ABORDAGEM STANDARD | | 191 | 612 |
| POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO DA CARTEIRA DE TRANSAÇÃO | | 62 | |
| TOTAL | | 3 080 | 1 375 |

➤ QUADRO N° 36: DETALHE DAS POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO E DAS EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS DA CARTEIRA DE TRANSAÇÃO FORA CARTEIRA DE CORRELAÇÃO POR MÉTODO DE CÁLCULO, PONDERAÇÃO E TIPO DE TITULARIZAÇÃO

| Taxa de ponderação | 31 dezembro 2011 | | | | | | | | |
|---|------------------|------------------|------------|-----------------|------------------|------------|-------------------------------|-----------------|-----------|
| | Posições | | | | | | Exigências em Fundos Próprios | | |
| | Posições curtas | | | Posições longas | | | Posições curtas | Posições longas | Total |
| | Titularizações | Retitularizações | Total | Titularizações | Retitularizações | Total | | | |
| 7 % - 10 % | | | | 399 | | 399 | | | 3 |
| 12 % - 18 % | | | | 12 | | 12 | | | |
| 20 % - 35 % | | | | | | | | | |
| 40 % - 75 % | | | | 4 | | 4 | | | |
| 425 % | | | | 2 | | 2 | | | 1 |
| Método fundado sobre as notações externas | | | | 417 | | 417 | | | 3 |
| 1 250 % | | 514 | 514 | | 20 | 21 | 62 | 21 | 62 |
| TOTAL | | 514 | 514 | 417 | 20 | 437 | 62 | 24 | 62 |

STRESS TESTING

O Grupo efetua regularmente stress-tests, cujo objetivo é simular a variação de valor das carteiras de transação do Grupo em condições extremas. Os stress tests cobrem todas as atividades de mercado: taxas, divisas, derivados ações, matérias primas e tesouraria (fora carteiras bancárias de dívidas soberanas) e em condições de mercado diferentes. Estes cenários macro «top-down» são chamados cenários «Global CMRC». São apresentados, analisados e discutidos em cada reunião do CMRC.

Quinze cenários «Global CMRC» simulam um painel de crises, nomeadamente:

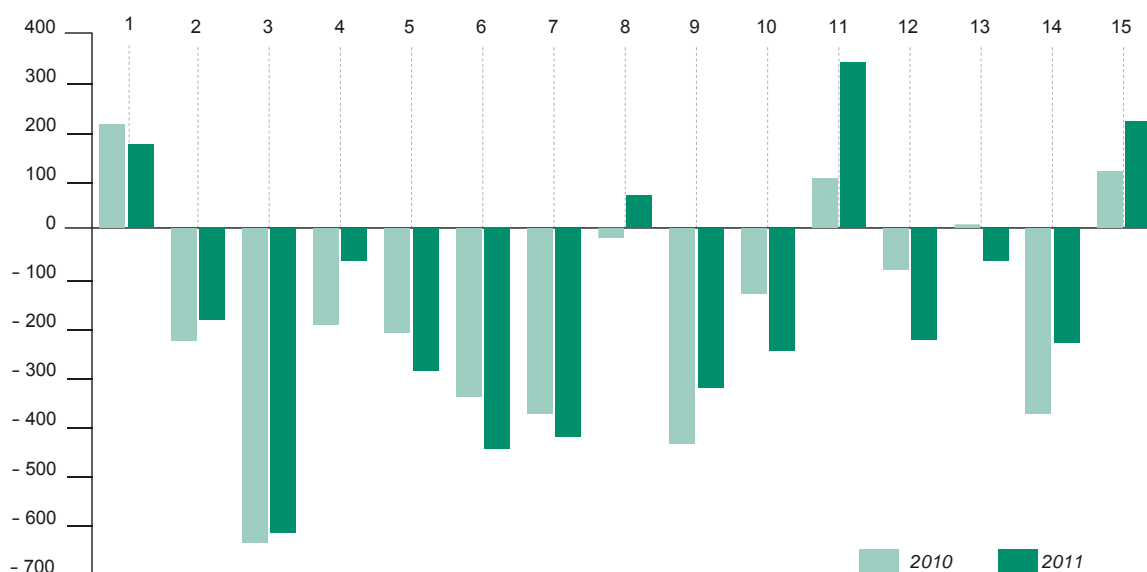
- cenário 1: aumento das antecipações de inflação conduzindo a uma subida das taxas associada a uma queda da curva das taxas de juro;
- cenário 2: subida inesperada das taxas pelos bancos centrais, subida das taxas de juros curto prazo e achatamento das taxas de juro;
- cenário 3: queda dos mercados de ações acompanhada de um recurso aos valores refúgios e da intervenção dos bancos centrais, gerando uma descida das taxas e uma queda da curva das taxas de juro;
- cenário 4: crise nos países emergentes que têm por motor a Ásia;

- cenário 5: crise nos países emergentes que têm por motor a América latina;
- cenário 6: crise do crédito provocando uma aversão geral ao risco;
- cenário 7: crise sistêmica sobre os hedge funds, gerando movimentos de uma extrema violência nos mercados onde estes operam (por exemplo: correlação CDO, convertíveis, etc.);
- cenário 8: crise do euro;
- cenário 9: crise nos países do Médio Oriente provocando severas consequências no mercado da energia;
- cenário 10: ataque terrorista importante em países ocidentais;
- cenário 11: mudança de política monetária no Japão: subida brutal das taxas e achatamento da curva das taxas de juro japonesa com sérias consequências sobre o iene;
- cenário 12: tremor de terra importante na Califórnia tendo consequências sobre a taxa de câmbio USD/EUR e sobre as diferenciais de taxas de juro;

- cenário 13: queda brutal do dólar;
- cenário 14: pandemia grave provocando uma aversão ao risco generalizada e uma queda brutal dos mercados de ações e do crédito;
- cenário 15: movimento de subida moderada nos mercados de ações e nos mercados emergentes, fraca volatilidade constatada e queda da volatilidade implícita em todos os mercados.

O Risk-IM elabora igualmente stress-tests «bottom up» que quantificam o risco proveniente de carteiras específicas ou das concentrações de risco. Estes cenários «micro» permitem capturar movimentos de mercado mais complexos que podem não se produzir nos cenários macro a nível mundial (tais como a deslocação de um ponto particular sobre uma curva de taxa ou o desvio de um setor do mercado do crédito que se comportaria diferentemente em relação a outro com o qual está habitualmente fortemente correlado).

➤ **MÉDIA ANUAL PARA 2010 E 2011 DAS REDUÇÕES DE RENDIMENTOS DAS CARTEIRAS DE TRANSAÇÃO DAS ATIVIDADES DE MERCADO SIMULADAS PARA QUINZE CENÁRIOS DE CRISE EXTREMA (EM MILHÕES DE EUROS)**



Os resultados dos cenários micro e macro escolhidos para o stress-testing dos riscos de mercado podem ser utilizados para construir um cenário desfavorável para a carteira de transação do BNP Paribas.

RISCO DE MERCADO RELATIVO ÀS ATIVIDADES BANCÁRIAS

O risco de mercado relativo às atividades bancárias cobre o risco de perda sobre as participações em ações por um lado, e o risco de taxa e de câmbio relativos às atividades de intermediações bancárias por outro lado. Apenas o risco de participação em ações e o risco de câmbio dão lugar a um cálculo dos ativos ponderados a título do Pilar 1. O risco de taxa decorre por sua vez do Pilar 2.

Os riscos de taxa e de câmbio, relativos às atividades de intermediação bancária e aos investimentos dependem principalmente das operações da Banca de Retalho nos países domésticos (França, Itália, Bélgica e Luxemburgo) e a nível Internacional, das filiais de financiamento especializado e de coleta de poupança, operações das Atividades de Financiamento de CIB assim como dos investimentos realizados pelo Grupo. Estes riscos são gerados pela atividade ALM Tesouraria.

A nível do Grupo, o ALM Tesouraria está colocado sob a supervisão direta de um Diretor Geral delegado. O ALM Tesouraria Grupo exerce uma autoridade funcional sobre as equipas ALM e Tesouraria de cada filial. As decisões de carácter estratégico são adotadas no âmbito de Comitês (Asset and Liability Committee - ALCO) que supervisionam a ação do ALM Tesouraria. Estes Comitês são declinados a nível do Grupo, dos polos e das entidades operacionais.

RISCO DE PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES

O quadro seguinte apresenta uma repartição das exposições em função do objetivo prosseguido pelo Grupo no âmbito da gestão das suas participações em ações.

➤ QUADRO N.º 37: REPARTIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES POR OBJETIVO DE GESTÃO

| Em milhões de euros | Exposição ^(*) | |
|--|--------------------------|------------------|
| | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
| Objetivo estratégico | 2 068 | 2 254 |
| Objetivo de valorização a médio prazo | 4 798 | 6 017 |
| Participações ligadas à atividade de um sector | 5 849 | 7 312 |
| TOTAL | 12 715 | 15 883 |

(*) Valor de mercado ou de modelo (balanço + extra patrimoniais).

As exposições em 31 de dezembro de 2011 ascendem a 12,7 biliões de euros, contra 15,9 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010. A parte de extra patrimoniais ascende a 3,8 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 5,1 biliões de euros em 31 de dezembro de 2010, e é constituída por garantias de valor liquidativo dadas a portadores de partes de OPCVMs.

Exposições [Auditado]

Perímetro

As ações detidas pelo Grupo fora carteira de negociação são constituídas por títulos detidos «que conferem direitos residuais e subordinados sobre os ativos ou o rendimento do emissor ou que representam uma natureza económica similar». Trata-se:

- das ações cotadas e não cotadas e das partes em fundos de investimentos;

- das opções implícitas das obrigações convertíveis, reembolsáveis ou trocáveis em ações;
- das opções sobre ações;
- dos títulos super subordinados;
- dos compromissos dados sobre fundos privados;
- das coberturas sobre títulos de participação; e
- dos títulos de empresas consolidadas equiparadas.

Técnicas Contabilísticas e métodos de valorização

As técnicas contabilísticas e métodos de valorização são apresentados nas Situações financeiras consolidadas em nota 1. – Resume dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo -1.c.9 Determinação do valor de mercado.

➤ **QUADRO N° 38: EXPOSIÇÕES(*) AO RISCO DE PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES**

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Método dos modelos internos | 11 198 | 13 797 |
| ações cotadas | 3 111 | 4 529 |
| outras exposições sobre ações | 5 343 | 5 994 |
| capital investimento em carteiras diversificadas | 2 744 | 3 274 |
| Método de ponderação simples | 622 | 658 |
| ações cotadas | 5 | 5 |
| outras exposições sobre ações | 34 | 82 |
| capital investimento em carteiras diversificadas | 584 | 571 |
| Abordagem standard | 895 | 1 427 |
| TOTAL | 12 715 | 15 883 |

(*) *Exposição medida em valor de mercado ou de modelo.*

Montante total dos proveitos e perdas

O montante total dos proveitos e perdas latentes registados diretamente em capitais próprios é apresentado nas Situações financeiras consolidadas nota 5.c. – Ativos Financeiros disponíveis para venda.

Exigências em fundos próprios

(Ver secção 5.4. – Gestão do capital e adequação dos fundos próprios.)

Modelização do risco sobre as participações em ações

Sobre o perímetro histórico do BNP Paribas, o Grupo recorre a um modelo interno, derivado daquele utilizado para o cálculo do VaR quotidiano da carteira de negociação. Desmarca-se deste contudo para a aplicação dos parâmetros de horizonte e de intervalos de confiança diferentes, em conformidade com o artigo 59.1-c alínea ii da portaria de 20 de fevereiro de 2007 do Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria. Este modelo permite estimar sobre este perímetro o valor em risco do Grupo com um nível de confiança de 99 % sobre um horizonte de 3 meses.

Os fatores de risco escolhidos para a medição do risco sobre a carteira das participações ações dependem do nível de informação disponível ou utilizável sobre as cotações dos títulos da carteira:

- para os títulos cotados, cujos históricos de cotações são suficientemente longos, estes últimos são diretamente selecionados como fatores de risco;
- para os outros títulos cotados ou para os «não cotados», cada um está ligado a um fator de risco sistémico representativo do sector de atividade e da zona geográfica na qual opera o emissor do título. A análise é a seguir completada por um risco específico próprio a cada linha;
- quando o título pertence a uma zona geográfica fora da zona euro, um fator de risco correspondente à taxa de câmbio vem completar os outros fatores de riscos.

Este modelo foi validado pelas autoridades de supervisão bancária francesas no âmbito da homologação para o cálculo das exigências de fundos próprios para o risco relativo às participações. A título temporário e na expectativa de uma convergência dos métodos, a abordagem escolhida sobre

o perímetro histórico do BNP Paribas Fortis e do BGL BNP Paribas é aquela homologada pela Banque Nationale de Belgique.

RISCO DE CÂMBIO [Auditado]

Cálculos dos ativos ponderados

O risco de câmbio diz respeito ao conjunto das operações quer pertençam ou não à carteira de negociação.

As entidades do Grupo calculam a sua posição líquida em cada divisa, incluindo o euro. Esta posição líquida corresponde à soma dos elementos de ativo, menos os elementos de passivo, mais os elementos extra patrimoniais (incluindo a posição líquida das operações de câmbio a prazo e o equivalente delta líquida das opções de câmbio), menos os ativos duradouros e estruturais (títulos de participação, imobilizações corpóreas e incorpóreas). Estas posições são convertidas em euros pela cotação de fecho. Estas são então adicionadas para formar a posição líquida global do Grupo em cada divisa. A posição líquida numa divisa é qualificada de posição longa quando os ativos excedem os débitos; esta é qualificada de posição curta quando os débitos excedem os ativos. Para cada entidade do Grupo, a posição líquida em divisas é equilibrada na divisa pertinente (i.e. a divisa de reporting da entidade) de tal modo que a soma das posições longas iguale a das posições curtas.

A exigência de fundos próprios a título do risco de câmbio corresponde à soma dos elementos seguintes:

- as posições compensadas nas moedas dos Estados que participam no sistema monetário europeu são submetidas a uma exigência de fundos próprios igual a 1,6 % do valor destas posições compensadas;
- os francos CFA e CFP são compensados com o euro sem exigência de fundos próprios;
- as posições em divisas apresentando uma correlação estreita são submetidas a uma exigência de fundos próprios igual a 4 % do montante compensado;
- as outras posições, incluindo o saldo das posições não compensadas nas divisas mencionadas acima, são submetidas a uma exigência de fundos próprios igual a 8 % do seu montante.

Risco de câmbio e cobertura do resultado realizado em divisas

A exposição ao risco de câmbio operacional do Grupo provém dos resultados líquidos realizados em divisas diferentes do euro. A política do Grupo é de cobrir sistematicamente a variabilidade do seu resultado líquido às cotações das moedas estrangeiras. Para tal, os resultados realizados localmente numa divisa diferente da divisa funcional do local são cobertos localmente, o resultado líquido realizado pelas filiais e sucursais estrangeiras e as posições ligadas às depreciações de carteira são geridas de maneira centralizada.

Risco de câmbio e cobertura de investimentos líquidos em divisas

A posição de câmbio do Grupo ligada aos seus investimentos em divisas resulta no essencial das dotações das sucursais e dos títulos de participação em moedas estrangeiras financiados pela compra da divisa de investimento.

A política do Grupo consiste em cobrir exposições patrimoniais sobre as divisas líquidas. Esta política é assegurada pelo financiamento por empréstimo contraído na divisa de investimento das participações em divisas estrangeiras. Neste caso, os empréstimos contraídos são documentados como instrumentos de cobertura do investimento.

RISCO DE TAXA [Auditado]

Organização da gestão do risco de taxa no Grupo

O risco de taxa ligado às operações comerciais da Banca de Retalho nos mercados domésticos (França, Itália, Bélgica e Luxemburgo) e a nível Internacional, das filiais de financiamento especializado, das atividades de gestão de poupança do polo Investment Solutions e das atividades de financiamento do polo CIB, é gerido pelo ALM Tesouraria no âmbito da carteira de atividades de intermediação clientela. O risco de taxa ligado aos fundos próprios e aos investimentos é igualmente gerido pelo ALM Tesouraria, na carteira das atividades fundos próprios e investimentos.

As operações iniciadas por cada atividade do BNP Paribas são transferidas para o ALM Tesouraria, mediante contratos internos analíticos ou operações de empréstimos concedidos/empréstimos contraídos. O ALM Tesouraria tem a seu cargo a gestão dos riscos de taxa associados a estas operações.

As principais decisões de gestão relativas às posições de taxa oriundas das atividades de intermediação bancária são tomadas durante os comités mensais ou trimestrais por atividade, no seio dos quais estão representadas a Direção da Atividade, o ALM Tesouraria, Finanças Desenvolvimento Grupo e GRM.

Medição dos riscos de taxa

As posições de taxa são medidas sob forma de impasses, nos quais os riscos opcionais, ligados em particular às opções comportamentais, são integrados com base na sua equivalência delta. Os vencimentos dos ativos são determinados tendo em conta características contratuais das operações e dos comportamentos históricos da clientela. Assim, para os produtos da Banca de Retalho, as modelizações dos comportamentos apoiam-se sobre dados

históricos e estudos econométricos. Estas incidem nomeadamente sobre os reembolsos antecipados, as contas correntes credoras e devedoras assim como as contas poupança. O vencimento dos fundos próprios depende de uma abordagem convencional.

Para as atividades de Banca de Retalho, o risco de taxa estrutural é igualmente medido através de um indicador de sensibilidade dos rendimentos, com uma lógica de continuidade da atividade integrando a evolução dinâmica do balanço. De facto, devido à existência de correlações parciais ou nulas entre as taxas clientela e as taxas de mercado e a uma sensibilidade dos volumes devida em particular às opções comportamentais, a renovação do balanço gera uma sensibilidade estrutural dos rendimentos às variações de taxa. Finalmente, um indicador específico aos riscos de natureza opcional é analisado quando estão presentes opções comportamentais nos produtos vendidos aos clientes, de modo a afinar as estratégias de cobertura.

A escolha dos indicadores, a modelização dos riscos assim como a produção de indicadores são controladas por equipas independentes de Product Control e por equipas dedicadas do Group Risk Management. As conclusões destes controlos são apresentadas regularmente em comités *ad hoc* e uma vez por ano ao Conselho de administração.

Estes indicadores são sistematicamente apresentados aos ALCO e servem assim de base às decisões de coberturas, em função da natureza dos riscos.

Limites de risco

Nas atividades de intermediação clientela, a gestão do risco de taxa global das entidades de Banca de Retalho é enquadrada por um limite principal, fundado na sensibilidade dos rendimentos a uma variação das taxas nominais, das taxas reais assim como da inflação sobre um horizonte mínimo de 3 anos. Este limite é estabelecido em função do rendimento anual, o que permite enquadrar a incerteza no rendimento futuro ligado às evoluções de taxa de juro. Além da maturidade escolhida para o limite de sensibilidade dos rendimentos, o enquadramento é completado por um limite sobre os impasses de taxa, fixado em percentagem dos recursos clientela. Esta percentagem é uma função decrescente do horizonte de gestão. Este limite permite enquadrar o risco nos vencimentos a longo prazo.

O risco de taxa das atividades das filiais especializadas, muito fraco tendo em conta a centralização dos riscos no ALM Tesouraria, é enquadrado por limites técnicos sobre os impasses de taxa, seguidos pelas ALCO das atividades.

Sensibilidade dos rendimentos ao risco geral de taxa

A sensibilidade dos rendimentos a uma variação das taxas de juro é um dos indicadores de referência do Grupo para as análises do risco de taxa global tanto a nível local como a nível consolidado. Esta sensibilidade dos rendimentos é calculada sobre o conjunto da carteira bancária incluindo as atividades de intermediação clientela, os fundos próprios, com exclusão das atividades de mercado, e sobre o conjunto das divisas às quais o Grupo é exposto. Esta integra hipóteses razoáveis de atividade sobre um horizonte de um ano.

O indicador é apresentado no quadro abaixo. Assim, sobre este horizonte de um ano, a exposição ao risco de taxa ligado à carteira de intermediação bancária é fraca: uma subida de 100 pontos de base das taxas de juro sobre o conjunto da curva acarretaria uma subida de cerca de 0,8 % do resultado líquido bancário do Grupo, todas as divisas confundidas.

➤ **QUADRO N° 39: SENSIBILIDADE DOS RENDIMENTOS AO RISCO GERAL DE TAXA PARA UMA SUBIDA DE 100 PONTOS DE BASE DAS TAXAS DE JURO**

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | |
|---------------------------------------|------------------|----------------|-------|
| | Euro | Outras divisas | Total |
| Sensibilidade dos rendimentos de 2011 | 224 | 119 | 343 |

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2010 | | |
|---------------------------------------|------------------|----------------|-------|
| | Euro | Outras divisas | Total |
| Sensibilidade dos rendimentos de 2010 | (44) | 5 | (39) |

As carteiras de instrumentos financeiros resultantes da atividade de intermediação bancária do Grupo não sendo destinadas a ser cedidas, não são objeto de uma gestão com base no seu valor. Contudo uma sensibilidade do valor destas carteiras é calculada para medir o risco de taxa global sobre todos os horizontes. A sensibilidade do valor para uma subida de 200 pontos de base das taxas de juro é inferior a 1 % dos fundos próprios prudenciais do Grupo, a comparar ao limite fixado em 20 % na regulamentação de Basileia.

COBERTURA DOS RISCOS DE TAXA E DE CÂMBIO [Auditado]

As relações de cobertura iniciadas pelo Grupo incidem essencialmente sobre a cobertura do risco de taxa de juro e do risco de câmbio realizada mediante instrumentos financeiros derivados (swaps, opções, operações de câmbio a prazo).

Em função do objetivo prosseguido, os instrumentos financeiros derivados utilizados são designados em cobertura de valor, em cobertura de resultados futuros ou ainda em cobertura de um investimento líquido em divisas. Cada relação de cobertura é alvo de uma documentação formal desde a origem, descrevendo a estratégia prosseguida, designando o instrumento coberto e o instrumento de cobertura, a natureza do risco coberto, assim como a metodologia de apreciação da eficácia, tanto no plano prospetivo como no plano retrospectivo.

Risco de taxa de juro global

A estratégia de gestão do risco de taxa de juro global é fundada na pilotagem da sensibilidade dos rendimentos do Banco às variações de taxa de juro. Isto permite em particular otimizar a consideração das compensações entre os diferentes riscos. A otimização desta pilotagem necessita de uma apreensão fina dos diferentes riscos, a fim de determinar a melhor estratégia de cobertura, após consideração das compensações. Estas estratégias são definidas e implementadas por atividade e por divisa.

O contexto de mercado em 2011 na zona euro conheceu duas evoluções sucessivas. No primeiro trimestre, as duas subidas das taxas diretoras do Banco central europeu provocaram uma subida da curva das taxas euro; depois do verão, a amplificação da crise dos riscos soberanos europeus traduziu-se ao contrário por um forte afastamento dos spreads de liquidez e de crédito, e uma descida marcada das taxas longas.

Em 2011, o equilíbrio entre produção de créditos e coleta de depósitos com taxa fixa ou pouco correlatados com as taxas de mercado foi significativamente bastante diferente de acordo com os mercados domésticos da zona euro:

- em França, a produção de créditos permaneceu constante, nomeadamente no que diz respeito ao imobiliário; ao mesmo tempo, o objetivo consistindo em melhorar o rácio de cobertura dos empréstimos concedidos pelos depósitos conduziu a um nível de coleta de poupança elevado em 2011. Tendo em conta a estrutura por índice de taxa das produções por um lado, e dos financiamentos às filiais e especializadas nos créditos aos particulares e às empresas por outro lado, o equilíbrio das posições de taxas ligadas às atividades da Banca de Retalho em França necessitou da implementação de coberturas das aplicações com taxa fixa;
- em Itália, a atividade comercial não gerou nenhuma evolução significativa da posição de taxa, mesmo se foram conduzidas ações para privilegiar a parte dos créditos com taxa fixa;
- na Bélgica e no Luxemburgo, após dois anos de forte coleta para reconstituir a parte de mercado, a política sobre a poupança normalizou e, tendo em conta a descida das taxas longas, uma parte mais significativa dos créditos foi originada à taxa fixa. Assim sendo, a posição de taxa ligada às atividades de Banca de Retalho Belux evoluiu relativamente pouco.

O ano de 2011 foi também marcado pela redução da exposição do Grupo aos riscos soberanos. Contudo, as cessões realizadas em França foram neutras sobre a posição de taxa da carteira de intermediação bancária devido ao ajustamento sistemático da posição por derivados de taxa. Na Bélgica, o impacto das cessões sobre a posição de taxa não foi inteiramente compensado.

Neste contexto, as estratégias de cobertura implementadas em 2011 foram diferentes consoante os mercados domésticos. Em França, as estratégias firmes (sob forma de swaps) foram completadas por coberturas dos riscos opcionais de achatamento da margem de intermediação.

As coberturas sob forma de derivados firmes ou opcionais são no essencial contabilizadas em cobertura de variações de valor dos elementos cobertos com taxa fixa (fair value hedge) ou em cobertura da variação dos proveitos e encargos ligados aos ativos e aos passivos com taxa variável (cash flow hedge). Estas podem também tomar a forma de títulos de Estado e são maioritariamente contabilizadas na categoria «disponível para venda».

Risco de câmbio estrutural

As relações de cobertura do risco de câmbio iniciadas pelo ALM incidem sobre os investimentos líquidos em divisas e sobre os rendimentos futuros em divisas do Grupo. Cada relação de cobertura é objeto de uma documentação formal desde a origem, descrevendo a estratégia prosseguida, designando o elemento coberto e o instrumento de cobertura, a natureza do risco coberto, assim como a metodologia de apreciação da eficácia, tanto no plano prospetivo como no plano retrospectivo.

Os investimentos nas filiais e sucursais financiados por empréstimos contraídos de divisas são objeto de uma cobertura documentada, para conservar a simetria no registo das variações de câmbio e reduzir assim a volatilidade dos resultados. Neste âmbito, os empréstimos contraídos são documentados enquanto instrumento de cobertura de investimentos.

Uma relação de cobertura de tipo Fair Value Hedge é implementada para cobrir o risco de câmbio relativo aos títulos das entidades não consolidadas.

Durante o exercício de 2011, não foi desqualificada nenhuma relação de cobertura de investimentos líquidos.

O Grupo cobre a variabilidade das componentes do resultado do Grupo. Em particular, os fluxos de rendimentos futuros altamente prováveis (juros e comissões externas nomeadamente), em divisas diferentes do euro, gerados pelas principais atividades das filiais ou sucursais do Grupo, podem ser objeto de uma cobertura.

Cobertura de valor dos instrumentos financeiros inscritos no balanço (Fair Value Hedge)

Em matéria de risco de taxa, as coberturas de valor incidem ou sobre ativos ou sobre passivos com taxa fixa identificados, ou sobre carteiras de ativos ou de passivos com taxa fixa. Os instrumentos financeiros derivados contraídos permitem reduzir a exposição do valor desses instrumentos induzido pela evolução das taxas de juro.

As coberturas de ativos ou de passivos identificados dizem respeito no essencial aos títulos disponíveis para venda e às emissões de títulos de taxa de juro do Grupo.

As coberturas de carteiras de ativos ou de passivos financeiros, constituídos por divisas, dizem respeito:

- por um lado a créditos com taxa fixa: créditos imobiliários, créditos ao investimento, créditos ao consumo e créditos à exportação;
- por outro lado a recursos clientela com taxa fixa (depósitos à vista, recursos oriundos dos contratos de poupança habitação).

A designação do montante coberto efetua-se nos vencimentos dos ativos devidos dos elementos cobertos e designando um montante por prazo de vencimento considerado. Estes vencimentos são determinados tendo em conta as características contratuais das operações e dos comportamentos históricos da clientela (hipóteses de reembolso antecipado, taxas de incumprimento estimadas).

Os depósitos à vista, que não incidem sobre os juros contratuais, analisam-se como passivos financeiros com taxa fixa a médio prazo. O valor destes passivos é portanto sensível à evolução das taxas de juro. A lei de escoamento utilizada apoia-se em análises históricas, sem ter em conta prospetivamente os efeitos ligados ao enriquecimento potencial dos clientes ou à inflação.

Para cada relação de cobertura, a eficácia prospetiva é medida certificando-se que, para cada tranche de maturidade, o ativo dos elementos cobertos é superior ao ativo dos instrumentos financeiros derivados de cobertura designados.

A eficácia retrospectiva é medida certificando-se que a evolução mensal do ativo coberto em início de período não evidencia qualquer subcobertura *a posteriori*.

Cobertura de resultado (Cash Flow Hedge)

Em matéria de risco de taxa de juro, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados em cobertura da variação dos proveitos e encargos ligados aos ativos e aos passivos com taxa variável. As transações futuras altamente prováveis são igualmente cobertas. Os elementos cobertos são posicionados em cronogramas, por divisa e por índice de taxa. Após tomada em consideração das hipóteses de reembolso antecipado e das taxas de incumprimento estimadas, o Grupo cobre mediante instrumentos financeiros derivados toda ou parte da exposição aos riscos induzida por esses instrumentos com taxa variável.

Em matéria de risco de câmbio, o Grupo cobre a variabilidade das componentes do resultado do Grupo. Em particular, os fluxos de rendimentos futuros (juros e comissões nomeadamente) gerados pelas atividades das principais filiais ou sucursais do Grupo numa divisa diferente da sua moeda funcional podem ser alvo de uma cobertura. Como em matéria de cobertura do risco de taxa, a documentação e a apreciação da eficácia destas relações de cobertura apoiam-se sobre vencimentos previsionais.

O quadro seguinte apresenta no perímetro das operações a médio e longo prazo do BNP Paribas SA Paris o montante, repartido por data previsional de vencimento, dos fluxos de tesouraria que são alvo de uma cobertura, o que representa o essencial das operações do Grupo.

➤ QUADRO N° 40: FLUXO DE TESOURARIA OBJETO DE COBERTURA

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | | | 31 dezembro 2010 | | | |
|-------------------------------|------------------|-------------------|----------------|-------|------------------|-------------------|----------------|-------|
| | Inferior a 1 ano | De 1 ano a 5 anos | Mais de 5 anos | Total | Inferior a 1 ano | De 1 ano a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
| Fluxos de tesouraria cobertos | 746 | 1 796 | 1 132 | 3 674 | 186 | 556 | 607 | 1 350 |

Durante o ano de 2011, várias relações de cobertura de resultados futuras foram desqualificadas, pelo motivo da realização deste evento futuro já não ser altamente provável (cf. Situações financeiras consolidadas nota 2.c) para um impacto sobre o resultado não significativo

5.9 Risco de liquidez e de refinanciamento [Auditado]

O risco de liquidez e de refinanciamento define-se como o risco de não poder fazer face a fluxos saídos de tesouraria ou a necessidades colateralizadas, esperadas ou inesperadas, no presente ou no futuro, sem afetar nem as operações diárias nem a situação financeira do Banco. Este risco pode provir da ausência total ou parcial de liquidez de certos ativos ou do desaparecimento de certos recursos. Este pode estar ligado ao próprio estabelecimento (risco de reputação) ou a fatores exteriores (crises nalguns mercados).

O risco de liquidez e de refinanciamento do Grupo é acompanhado no âmbito de uma “política de liquidez” global validada pela Direção Geral. Esta assenta em princípios de gestão definidos para se aplicarem em situação corrente como na hipótese de crises de liquidez. A situação de liquidez do Grupo é apreciada a partir de normas internas, de indicadores de alerta e de rácios regulamentares.

A POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

Objetivos da política

Os objetivos da política de liquidez do Grupo consistem em assegurar o financiamento equilibrado das atividades do BNP Paribas, fazer com que o Grupo esteja a todo o momento em medida de honrar as suas obrigações para com a sua clientela, zelar para que ele não se encontre por si só na origem de um evento de carácter sistemático, satisfazer as normas impostas pelos supervisores bancários locais, fazer face a eventuais crises de liquidez e assegurar o custo do seu refinanciamento.

Atores intervindo na gestão do risco de liquidez

O Conselho de administração é informado trimestralmente dos princípios da política de liquidez assim como da situação do Grupo, por intermédio do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade (CCIRC).

A Comissão Executiva do Grupo define a política geral de gestão do risco de liquidez, a saber os princípios de medição dos riscos, o nível de risco aceite e as regras de faturação interna da liquidez. Esta delega o seu acompanhamento e implementação ao Comité ALM Grupo. São comunicados *tableaux de bord* de acompanhamento à Comissão Executiva do Grupo

com frequências adaptadas ao contexto de mercado (mensal, semanal ou até diário).

O Comité ALM Grupo autoriza a implementação da política de liquidez proposta pelo ALM-Tesouraria, definida em conformidade com os princípios decretados pela Comissão Executiva. Este segue regularmente os indicadores de risco de liquidez e é nomeadamente informado das simulações de crise (stress test), e da realização dos programas de financiamento. Finalmente, o Comité é informado de qualquer situação de crise; ele define a repartição dos papéis na sua pilotagem e valida os planos de emergência.

Após validação pelo Comité ALM Grupo, o ALM Tesouraria fica encarregue da implementação em todo o Grupo. Os Comités ALM Tesouraria das atividades e entidades são o ponto de transmissão, a nível local, da estratégia definida pelo Comité ALM Grupo.

O Group Risk Management (GRM) participa na definição dos princípios da política de liquidez. A título do controlo de segundo nível, este valida os modelos, os indicadores de riscos (incluindo os stress tests de liquidez), os limites e os parâmetros de mercado utilizados. O GRM está presente no Comité ALM Grupo e nos ALCO das atividades e entidades.

Centralização da gestão do risco de liquidez do Grupo

O ALM Tesouraria é responsável pela gestão da liquidez de todo o Grupo, seja qual for o vencimento considerado. Este é responsável nomeadamente pela implementação do e as emissões a menos de um ano (certificados de depósito, commercial paper...), os programas de emissão de dívida sénior e subordinada (MTN, obrigações, depósitos a

médio ou longo prazo, obrigações seguras de banco...), pelas emissões de ações de preferência e pela titularização dos créditos das atividades da Banca de Retalho e das Atividades de Financiamento do CIB. O ALM Tesouraria assegura o financiamento dos polos, conjuntos operacionais e atividades do Grupo assim como a substituição dos seus excedentes de tesouraria. É igualmente responsável pela constituição e a gestão das reservas de liquidez, conjunto de ativos rapidamente liquidificáveis para fazer face a uma crise de liquidez.

OS DISPOSITIVOS DE PILOTAGEM E DE VIGILÂNCIA DO RISCO DE LIQUIDEZ

O dispositivo de pilotagem e de vigilância do risco de liquidez assenta nos quatro eixos seguintes:

- normas internas e indicadores em diferentes vencimentos;
- os rácios regulamentares;
- a capacidade de refinanciamento disponível;
- outras medidas completando estes indicadores;
- a pilotagem da liquidez assenta numa gama completa de normas internas e de indicadores com diferentes vencimentos: assim a situação de liquidez é regularmente medida, por divisa e sobre as diferentes maturidades, a nível do Grupo e das entidades.

Um nível alvo de empréstimos dia a dia é atribuído a cada Tesouraria, de modo a limitar o montante que o Banco debita nos mercados interbancários. Este aplica-se às principais moedas sobre as quais o Grupo intervém.

Simulações de crise de liquidez, que consideram os fatores gerais de mercado ou específicos ao Banco suscetíveis de enfraquecer a situação de liquidez do Grupo são assim regularmente realizadas sobre vencimentos curtos.

A pilotagem da liquidez a médio e longo prazo é fundada principalmente na análise dos recursos a médio e longo prazo disponíveis para financiar as aplicações de maturidade idêntica.

Para um vencimento a um ano, o rácio de recursos sobre aplicações deve ser superior a 80 %, com um objetivo de não ser inferior a 85 %. É igualmente alvo de um acompanhamento sobre os vencimentos entre 2 e 5 anos. Este rácio apoia-se nos cronogramas de liquidez dos postos do balanço e extra patrimoniais

de todas as entidades do Grupo com base nos comportamentos da clientela (reembolsos antecipados para os créditos, modelização dos comportamentos da clientela para a poupança regulamentada...) ou de convenções.

- Por outro lado, os rácios regulamentares completam o dispositivo de indicadores do risco de liquidez.

O coeficiente de liquidez regulamentar a 1 mês é calculado todos os meses. Este diz respeito ao perímetro BNP Paribas SA (Metrópole e sucursais).

As filiais do Grupo submetidas ao rácio calculam-no independentemente da casa mãe do Grupo.

As filiais ou sucursais estrangeiras podem ser submetidas por outro lado a coeficientes regulamentares locais.

- A adequação da reserva de liquidez, para fazer face a uma evolução não prevista das necessidades de liquidez, é regularmente estimada a nível do Grupo e das entidades; esta assenta principalmente nos títulos e créditos disponíveis elegíveis ao refinanciamento dos Bancos Centrais, os depósitos junto dos Bancos Centrais, os títulos disponíveis não elegíveis podendo ser dados com acordo de recompra ou vendidos rapidamente no mercado e os empréstimos concedidos dia a dia suscetíveis de não serem renovados.
- Outras medidas completam este dispositivo: diversificação dos recursos no plano mundial (por contrapartidas, setores económicos, mercados de refinanciamento, países, divisas), renovação dos recursos de mercado, volume de ativos colateralizáveis no âmbito de emissões a médio e longo prazo, política de tarifação externa (evolução dos preços pagos) e de refaturação interna.

EXPOSIÇÕES EM 2011

Evolução do balanço do Grupo

O total do balanço do Grupo é de 1965 biliões de euros em 31 de dezembro de 2011, ou seja uma diminuição de - 33 biliões de euros em relação a 31 de dezembro de 2010, traduzindo o plano global de redução do balanço empreendido pelo Banco no início de 2011.

Fora justo valor dos derivados⁽¹⁾, esta redução do balanço atinge - 141 biliões de euros durante o ano. No ativo esta evolução resulta no essencial da contração das carteiras de títulos e acordos de recompra das atividades de transação (- 123 biliões de euros). No passivo, a diminuição destas mesmas carteiras atinge - 53 biliões de euros. A evolução residual provém no essencial do ajustamento dos financiamentos à dimensão do balanço.

Evolução do balanço cash

A partir do balanço contabilístico do Grupo, a fim de facilitar a análise dos ativos líquidos para refinarciar, é realizado um balanço cash no qual os ativos de trading e as contas de regularização são liquidificadas com os passivos de mesma natureza.

O montante dos ativos líquidos para refinarciar⁽²⁾ representa 965 biliões de euros, ou seja uma diminuição de - 132 biliões de euros em relação a

31 de dezembro de 2010. As necessidades de financiamento geradas pelos créditos à clientela comercial, o inventário de transação com a clientela e os ativos tangíveis e intangíveis, ou seja 746 biliões de euros, são mais do que cobertos pelos recursos estáveis, (fundos próprios, depósitos dos clientes e recursos de mercado a mais de um ano): o excedente de recursos estáveis ascende a 24 biliões de euros.

Os rácios de fiscalização interna da liquidez a médio e longo prazo

O rácio dos recursos a mais de um ano em relação às aplicações a mais de um ano ascende a 88 % no final de dezembro de 2011, para o conjunto do grupo BNP Paribas, contra 86 % no final de dezembro de 2010.

Os rácios regulamentares de liquidez

A média do coeficiente de liquidez regulamentar a 1 mês do BNP Paribas SA (que reúne a Metrópole e as suas sucursais) é de 150 % para o ano de 2011 para um mínimo exigido de 100 %.

AS TÉCNICAS DE REDUÇÃO DOS RISCOS

As principais técnicas de redução dos riscos de liquidez assentam na constituição de uma reserva de liquidez, a diversificação das fontes de financiamento e o alongamento das maturidades de financiamento.

A pilotagem da reserva de liquidez, constituída pelos depósitos nos Bancos Centrais e pelos ativos mais líquidos, permite ajustar a posição de tesouraria do Banco. A titularização dos créditos, transformando ativos menos líquidos em títulos líquidos ou mobilizáveis, constitui um dos meios para reforçar esta reserva de liquidez.

A diversificação das fontes de financiamento em termos de investidores opera-se nomeadamente via a utilização das diferentes redes de distribuição, estruturas, divisas, e programas de financiamentos colateralizados ou não.

O alongamento da maturidade dos recursos e a procura de recursos mais estáveis contribuem igualmente para a melhoria da estrutura de financiamento.

Tendo em conta o ambiente de mercado em 2011, o Grupo tomou igualmente medidas para adaptar o seu modelo económico

de solvabilidade, de liquidez e de balanço: um plano global plurianual de otimização dos ativos para reduzir o balanço foi definido com nomeadamente uma recentragem dos setores sobre as atividades e estratégicas, mas também um plano de ação específico sobre a liquidez em dólar US para o polo CIB. Largamente avançada no segundo semestre de 2011, a sua aplicação prosseguir-se-á durante o ano de 2012.

O montante dos recursos levantados pelo Grupo nos mercados, cuja duração de vida inicial é superior a 1 ano, atingiu 47,4 biliões de euros em 2011 (36,5 biliões em 2010), com uma maturidade média de aproximadamente 6 anos; 32 % dos recursos levantados foram no em dólar US⁽³⁾.

A parte destas emissões aplicadas nas redes ascende a 8,6 biliões de euros e a dos investimentos privados a 9,9 biliões de euros.

Titularizações por conta própria

(Ver Atividade em matéria de titularização por conta própria descrita na secção 5.6.)

(1) Incluindo derivados de cobertura.

(2) Fora Seguros e Klépierre.

(3) Incluindo emissões noutras divisas swapadas em USD.

5.10 Risco operacional

POLÍTICA DE COBERTURA E DE REDUÇÃO DOS RISCOS [Auditado]

DISPOSITIVO DE GESTÃO

Quadro regulamentar

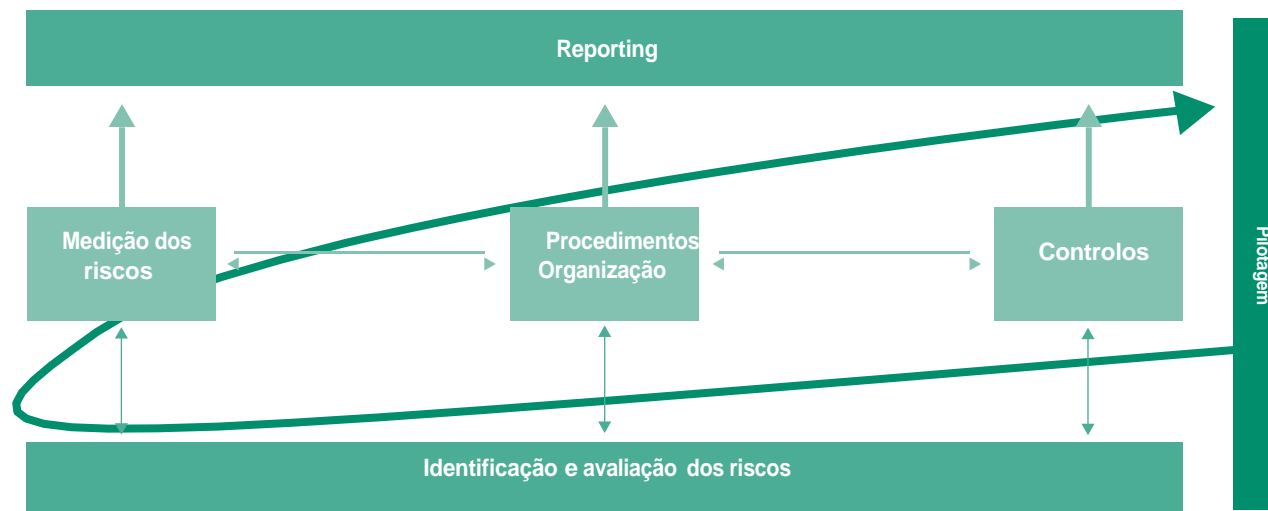
O risco operacional insere-se num âmbito regulamentar formal:

- a regulamentação oriunda do Comité de Basileia, que impõe a concessão de fundos próprios a título do risco operacional;
- o regulamento CRBF 97-02 modificado, que prevê a implementação de uma área risco, cobrindo todos os tipos de risco e um sistema de controlo interno assegurando a eficácia e a qualidade do funcionamento interno do Banco, a fiabilidade da informação interna e externa, a segurança das operações, enfim a conformidade com as leis, os regulamentos e as políticas internas.

Objetivos e princípios

A fim de atingir este duplo objetivo de medição e de gestão, o BNP Paribas implementa um dispositivo de controlo operacional permanente, processo iterativo e assentando em cinco elementos:

- a identificação e a avaliação dos riscos operacionais;
- a formalização, a implementação e o acompanhamento do dispositivo de redução dos riscos (procedimentos, verificações e todos os elementos de organização contribuindo para o controlo dos riscos: segregação das tarefas, gestão dos direitos de acesso, etc.);
- a produção das medições de risco e o cálculo do capital associado ao risco operacional;
- o reporting e a análise das informações de gestão relativas ao dispositivo de controlo operacional permanente;
- enfim a gestão do dispositivo, via uma governança implicando o management e acabando na determinação e o acompanhamento de planos de ações.



Duas partes a sublinhar em particular: estruturantes pela sua amplitude, estas ilustram a complementaridade das abordagens do risco operacional e do controlo permanente no seio do grupo BNP Paribas:

- o cálculo do capital sobre o perímetro BNP Paribas fora Fortis assenta numa abordagem híbrida, combinando um modelo interno para uma larga maioria de entidades, e, para as outras, as abordagens Standard ou Básica, segundo o seu nível de maturidade. O modelo interno AMA («Advanced Measurement Approach») assenta na modelização de distribuições de perdas, cuja calibragem utiliza um duplo jogo de dados: históricos de incidentes ocorridos desde 2002 no grupo BNP Paribas e nos grandes bancos internacionais, e cenários de incidentes potenciais, construídos a nível interno, nomeadamente para

melhor ter em conta os riscos extremos aos quais o Banco está exposto. Este modelo foi homologado pela Autoridade de Controlo Prudencial em 2008;

- a generalização dos planos de controlos: o BNP Paribas implementou um política de formalização de «planos de controlos», que visa um triplo objetivo: homogeneizar as práticas, racionalizar o dispositivo, estandardizar os controlos. Esta prática deve facilitar a cobertura das empresas a nível internacional e acompanhar as evoluções de estrutura do Grupo. Apoiando-se nas cartografias de riscos que conduziram à identificação e à quantificação dos cenários de riscos potenciais, este implica todos os polos, os conjuntos operacionais retail, as atividades e as funções do Grupo.

Atores e governança

O Grupo BNP Paribas procura implementar um dispositivo de controlo permanente e de gestão do risco operacional organizado em torno de dois tipos de intervenientes:

- os responsáveis de entidades operacionais, primeiros atores na gestão dos riscos e a implementação dos dispositivos de controlo destes riscos;
- equipas especializadas, presentes a todos os níveis do Grupo (polos, conjuntos operacionais retail, funções, atividades) e coordenadas centralmente por uma equipa dita «ZOPC» (Oversight of Operational Permanent Control/Supervisão do Controlo Operacional Permanente), ligada à Conformidade Grupo e pertencente à área risco do Grupo. Estas equipas devem mais particularmente:
 - coordenar, no seu perímetro de responsabilidade, a definição e a distribuição do dispositivo de controlo permanente e de gestão do risco operacional, das suas normas e metodologias, dos reportings e das ferramentas ligadas,
 - fornecer um segundo olhar, independente dos responsáveis operacionais, sobre os riscos operacionais e o funcionamento do dispositivo de risco operacional e de controlo permanente e alertar se necessário.

Os efetivos encarregues desta atividade de supervisão representam mais de 400 pessoas em equivalente tempo inteiro.

Os assuntos ligados ao controlo operacional permanente e à continuidade de atividade são apresentados regularmente à continuidade de atividade são apresentados três vezes por ano à Comissão Executiva do Grupo, e periodicamente ao Comité de coordenação do controlo interno (instância reunindo os atores do controlo interno, sob a presidência do Coordenador do controlo interno). Os polos, conjuntos operacionais retail, atividades e funções do Grupo adaptam no seu perímetro esta estrutura de governança que associa o enquadramento executivo. As outras entidades do Grupo, e em particular as filiais significativas, desenvolver largamente um tipo de organização similar.

Campo e natureza dos sistemas de declaração e de medição dos riscos

As Comissões Executivas do Grupo, dos polos, dos conjuntos operacionais retail, das atividades e das funções têm nomeadamente por missão de pilotar a gestão dos riscos e dos controlos permanentes no seu perímetro de responsabilidade, no âmbito da infraestrutura implementada a nível do Grupo. Estas validam a qualidade e a coerência dos dados de gestão, examinam o seu perfil de risco em relação aos limiares de tolerância que estas definiram e avaliam a qualidade do seu dispositivo de controlo, de acordo com os seus objetivos e os riscos que incorrem. Estas seguem a aplicação das ações de redução dos riscos.

A medição dos riscos operacionais apoia-se num dispositivo de recolha dos incidentes confirmados ou potenciais, de acordo com um procedimento estruturado por processos e conjuntos organizacionais (atividade num país e uma entidade jurídica) e seguindo uma lógica «causa, evento, efeito». Estas informações fornecem uma base a ações de correção e de prevenção dos riscos.

As informações mais significativas são levadas ao conhecimento dos diversos níveis da organização, até aos órgãos executivos e deliberantes, de acordo com um processo de subida de informação previamente definido.

FUSÃO DO BNP PARIBAS E DAS ENTIDADES DO BNP PARIBAS FORTIS E DO BGL BNP PARIBAS

Em matéria de risco operacional, o dispositivo desenvolvido pelas entidades do grupo Fortis do qual o BNP Paribas tomou o controlo é muito similar ao existente no BNP Paribas. O BNP Paribas Fortis e o BGL BNP Paribas foram homologados AMA previamente à sua entrada no grupo BNP Paribas e implementaram um dispositivo de análise centrado na análise dos incidentes históricos e de cenários prospetivos. O dispositivo do Grupo BNP Paribas será in fine alargado ao BNP Paribas Fortis e ao BGL BNP Paribas, em princípio em 2012.

AS COMPONENTES DO RISCO OPERACIONAL LIGADAS AO RISCO JURÍDICO, AO RISCO FISCAL E À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Risco jurídico

O BNP Paribas está submetido, em cada um dos países onde o Grupo está presente, às regulamentações aplicáveis às empresas dos seus sectores de atividade, nomeadamente a banca, os seguros e os serviços financeiros. O Grupo é nomeadamente obrigado ao respeito da integridade dos mercados e ao respeito da supremacia dos interesses dos clientes.

Há longos anos que a função jurídica do BNP Paribas desenvolveu um dispositivo global de controlo interno cuja vocação é prevenir, detetar, medir e controlar os riscos de natureza jurídica. Este dispositivo consiste em:

- Comités ad hoc, nomeadamente:
 - a Comissão Executiva da função jurídica,
 - o Comité da função jurídica mundial que coordena e supervisiona a função jurídica no seio de todas as componentes do Grupo nos seus países de implantação, e que assegura a coerência e a aplicação das políticas jurídicas do Grupo,
 - o Comité de vigilância jurídica que assegura uma vigilância dos projetos de texto, propõe uma análise, uma interpretação e a difusão dos textos legislativos, regulamentares e das evoluções jurisprudenciais francesas e europeias no seio do Grupo,
 - o Comité de controlo interno da função jurídica, incluindo a supervisão dos riscos operacionais,
 - o Comité contencioso onde são evocados os dossiers significativos em defesa ou em demanda;
- a participação do Diretor jurídico (ou um dos seus representantes), na qualidade de membro permanente, no Comité de coordenação do controlo interno e no Comité da conformidade;
- procedimentos e referenciais internos que enquadram por um lado o controlo do risco jurídico, em estreita ligação com a Conformidade para todos os assuntos que são também da sua responsabilidade, por outro lado a intervenção dos juristas do Grupo e dos operacionais na área jurídica. Estes procedimentos estão reunidos desde finais de 2004 numa base de dados acessível a todos os assalariados do Grupo;
- missões de diagnóstico jurídico nas entidades do Grupo, a fim de garantir a pertinência dos dispositivos locais de controlo do risco jurídico, do controlo efetivo dos riscos jurídicos e da utilização correta das ferramentas;

■ ferramentas internas de reporting e de análise que os Assuntos Jurídicos Grupo (AJG) continuam a desenvolver e que contribuem para a identificação, a avaliação e a análise do risco operacional de natureza jurídica;

Num contexto económico difícil, marcado pela multiplicação das regulamentações conduzindo a um aumento das obrigações regulamentares, a função jurídica deve ter uma visão global e ter a capacidade de antecipar os efeitos das regulamentações futuras.

Nesta perspetiva, a governança da função foi revista, no sentido de uma responsabilização acrescida dos diversos comités (generalistas ou especializados) e de uma maior interatividade dos seus trabalhos. As organizações, em particular a nível central, foram clarificadas, facilitando a compreensão dos diversos domínios de intervenção. Foi igualmente salientada a importância da partilha dos dados estratégicos. Assim, os objetivos e modalidades de funcionamento dos Legal Practice Groups (LPG) foram explicitados, um Steering Center for European Law comum ao BNP Paribas e ao Fortis foi criado permitindo uma partilha mais larga dos conhecimentos nesta área e uma ferramenta de knowledge management, o Legal Portal, foi desenvolvido onde se trocam informações jurídicas e organizacionais, em proveniência das equipas jurídicas centrais e locais, em França e fora de França.

Além disso, a reflexão foi prosseguida com vista a dotar o Grupo de uma política mais desenvolvida de recurso aos prestadores jurídicos externos, combinando qualidade e controlo dos custos.

Risco fiscal

O BNP Paribas está submetido às regulamentações fiscais em vigor nos diferentes países onde o Grupo está presente e que se aplicam aos sectores de atividade dos quais dependem as diferentes entidades do Grupo, como a banca, os seguros e os serviços financeiros.

Os Assuntos Fiscais Grupo (AFG) são uma função com competência mundial responsável pela coerência das soluções fiscais do Grupo e o acompanhamento do risco fiscal global, cuja responsabilidade partilha com a função Finanças Desenvolvimento Grupo (FDG). Os AFG zelam para que os riscos tomados em matéria fiscal se situem a um nível aceitável para o Grupo em coerência com os seus objetivos de reputação.

Para exercer a sua missão, a função AFG implementou:

- uma rede de correspondentes fiscais no conjunto dos países onde o Grupo está implantado, ao qual se juntam fiscalistas locais presentes em 16 países;
- um processo de subida de informações qualitativas permitindo contribuir para o controlo do risco fiscal e poder julgar do respeito da regulamentação fiscal local;
- um reporting regular à Direção Geral sobre o exercício das delegações concedidas e o respeito dos referenciais internos.

Esta copreside com o FDG o Comité de coordenação fiscal, alargado à função Conformidade e, em caso de necessidade, aos polos. Este Comité tem por vocação analisar os elementos que dizem respeito às principais problemáticas fiscais do Grupo. Além disso, o FDG tem a obrigação de recorrer ao conselho dos AFG para os aspetos fiscais do conjunto das operações tratadas.

Enfim, os AFG são dotados de procedimentos cobrindo o conjunto dos polos e destinados a assegurar a identificação, o controlo e o vigilância do risco fiscal.

Segurança da informação

A informação e mais particularmente os dados numéricos constitui uma das principais matérias-primas das atividades de um banco. A desmaterialização quase acabada, a necessidade de rapidez das operações e a sua automatização sempre mais puxada, a interconexão entre o Banco e os seus clientes – via Internet para os particulares e por múltiplas redes para as empresas e institucionais – reforçam continuamente a necessidade de controlo do risco relativo à segurança da informação.

A evolução dos incidentes vividos pela profissão bancária e a indústria dos cartões de crédito/pagamento, a sua monetização assim com a sua divulgação junto do público nos diferentes países, impõe ao Grupo o reforço constante das suas ações de antecipação, de prevenção, de proteção, de deteção e de reação a fim de fazer face às principais ameaças significativas e de acompanhar a regulamentação e a jurisprudência em matéria de dados pessoais e bancários.

A PSSI (Política de Segurança dos Sistemas de Informação) do BNP Paribas é aplicada a um conjunto de documentos de referência adaptados às diversas necessidades do Grupo (tanto funcionais como técnicas). Nesta encontramos a política geral de segurança, diferentes políticas mais específicas a certas temáticas da segurança dos sistemas de informação, a formulação de exigências estruturadas segundo os eixos da norma ISO 27001, dos guias práticos que acompanham as exigências de segurança, dos procedimentos operacionais e o conjunto dos documentos de sensibilização dos colaboradores e utilizadores dos sistemas de informação do Grupo.

Este quadro de referência é descrito atividade por atividade, tomando em consideração os constrangimentos regulamentares, a apetência ao risco da atividade e as ameaças específicas que este incorre. Para tal, cada atividade utiliza um procedimento de gestão dos riscos de segurança harmonizada no seio do Grupo (a metodologia escolhida é a ISO 27005 completada pela metodologia francesa EBIOS), indicadores objetivos de avaliação do risco residual e o acompanhamento do plano de ação. Este procedimento é completado por planos de controlos sobre a segurança dos sistemas de informação que cobrem o conjunto dos ativos chave do Grupo de um ponto de vista da eficácia (desenvolvimento e qualidade) e mede o nível de maturidade das organizações. Este insere-se no controlo permanente e o controlo periódico presente no seio de cada atividade bancária, em particular para a diretiva CRBF 97-02 modificada em 2004 em França e outras regulamentações similares noutros países.

Cada atividade do grupo BNP Paribas possui fatores de riscos ligados à segurança da informação que lhe são específicos enquanto que outros são comuns a todos. A política de controlo do risco de segurança toma em consideração as dimensões próprias às atividades, muitas vezes tornadas mais complexas pelas especificidades nacionais – culturais e legais – dos países nos quais estas atividades são exercidas.

A disponibilidade dos sistemas de informação é um elemento constitutivo chave da continuidade das operações bancárias em caso de sinistro ou de crise. Mesmo se é impossível garantir uma disponibilidade a 100 %, o grupo BNP Paribas mantém, melhora e verifica regularmente os seus dispositivos de emergência e de fiabilidade (robustez) das suas ferramentas informáticas em conformidade com os seus valores de excelência operacional, o reforço da regulamentação e a consideração de riscos extremos (catástrofe natural ou não, crise sanitária, etc.) e em coerência com a política global de continuidade das operações.

Os aspetos de confidencialidade dos dados relativos aos clientes e de integridade das transações entram nos mesmos dispositivos de procura de uma qualidade acrescida para fazer face às ameaças evocadas em preambulo mas igualmente para proporcionar aos nossos clientes um serviço em adequação com as suas expectativas.

O BNP Paribas prossegue uma política de limitação do risco e de otimização dos meios prosseguindo:

- a atualização quadro processual próprio a cada atividade, que enquadra as práticas quotidianas para ter em conta a evolução das atividades e das tendências;
- a sensibilização do conjunto do pessoal para os interesses envolvidos na segurança da informação e a formação dos atores chave para os procedimentos e atitudes de controlo do risco ligado aos meios informáticos;
- o alargamento e o desenvolvimento dos controlos das entidades BNP Paribas e dos parceiros externos, e o reforço das ações de acompanhamento;
- o reforço das medidas de segurança para os desenvolvimentos informáticos, da medição dos esforços de reatividade em termos de segurança das produções informáticas e de luta contra a fuga de dados;
- a supervisão dos incidentes e uma vigilância tecnológica das vulnerabilidades e dos ataques informáticos.

O BNP Paribas inscreveu a política de segurança numa abordagem de melhoria contínua. De facto, além dos meios significativos implementados para proteger os seus ativos informáticos e o seu património informacional, o nível de segurança desenvolvido deve ser vigiado em contínuo e controlado de forma permanente. Isto permite ajustar continuamente os esforços de segurança em função das novas ameaças criadas pela cibercriminalidade. Um dos efeitos desta melhoria contínua traduz-se pela análise do modelo de segurança que deve ter em conta as evoluções tecnológicas que modificam fortemente as interações entre os utilizadores (clientes e colaboradores) e os seus sistemas de informação. Este assunto implica, investimentos realizados a nível do Grupo com vista a fazer evoluir as ferramentas que permitem a industrialização dos procedimentos de segurança, a implementação de uma comunidade segurança e a continuação dos grandes projetos inscrita no plano de evolução da segurança dos sistemas de informação do Grupo.

ABORDAGENS ESCOLHIDAS E RESPECTIVOS PERÍMETROS

Os princípios de gestão e de medição do risco operacional são definidos pela função Conformidade Grupo, por delegação do responsável regulamentar da área Riscos. O dispositivo de risco operacional é implementado no grupo BNP Paribas de maneira proporcionada aos riscos incorridos e num intuito de cobertura larga.

O cálculo da exigência de fundos próprios é feito a nível das entidades jurídicas do perímetro prudencial do grupo BNP Paribas. O cálculo dos ativos ponderados é obtido multiplicando a exigência em fundos próprios por 12,5.

O Grupo escolheu uma abordagem híbrida combinando a Abordagem de Medição Avançada (AMA), a abordagem standard e a abordagem de base.

Para o Grupo, no seu perímetro antes da aquisição do Fortis, as entidades que desenvolveram a metodologia AMA são as entidades mais significativas de cada polo ou Conjunto Operacional Retail. As atividades de Banca De Retalho em França e na Itália, do CIB e de Investment Solutions são assim amplamente cobertas por esta abordagem.

As atividades do BNP Paribas Fortis e do BGL BNP Paribas deveriam igualmente utilizar o dispositivo AMA do BNP Paribas a contar de 2012; para outras entidades, um plano de passagem em AMA foi decretado para os anos ulteriores.

Nesta expectativa ou para entidades de dimensão modesta, a abordagem standard, ou até por vezes de base, é aplicada.

MÉTODO AMA

O cálculo do capital em Abordagem de Medição Avançada (AMA), tal como desenvolvido no perímetro histórico do BNP Paribas (i.e. antes da aquisição do Fortis) impõe a elaboração de um modelo interno de cálculo do capital

relativo ao risco operacional, fundado em dados de perdas internas (potenciais e históricos), dados de perdas externas, a análise de diversos cenários e fatores de ambiente e de controlo interno.

O modelo interno respondendo às exigências AMA apoia-se nos princípios seguintes:

- o modelo desenvolvido apoia-se na distribuição de perda anual agregada; o que significa que uma abordagem atuarial é desenvolvida na qual as frequências e as severidades das perdas para risco operacional são modelizadas segundo distribuições calibradas sobre os dados disponíveis;
- os dados históricos e prospetivos são utilizados no cálculo do capital com uma preponderância dos dados prospetivos, únicos capazes de representar os riscos extremos;
- o modelo utilizado quer-se fiel aos dados que alimentam, de modo a permitir às atividades a apropriação dos resultados produzidos: assim, a maior parte das hipóteses está integrada nos próprios dados;
- os cálculos de capital são realizados de maneira prudente: neste âmbito, uma revisão aprofundada dos dados de entrada é realizada a fim de os completar eventualmente com riscos necessitando uma representação no perfil do Grupo.

O capital regulamentar sobre o perímetro AMA corresponde ao VaR (Value at Risk), ou seja ao montante máximo de perda possível durante um ano, para um determinado nível de certeza (99,9 % a título do capital regulamentar). O cálculo é efetuado globalmente sobre o conjunto dos dados relativos ao perímetro AMA do Grupo, depois atribuído às entidades jurídicas compondo este perímetro.

PILAR 3

Risco operacional

MÉTODOS FORFETÁRIOS

O grupo BNP Paribas escolheu implementar um cálculo de capital segundo uma abordagem forfetária (standard ou de base) para as entidades do perímetro de consolidação que não são tratadas no modelo interno.

A abordagem de base: o cálculo do capital é definido como a média durante os três últimos anos do Resultado Líquido Bancário (indicador

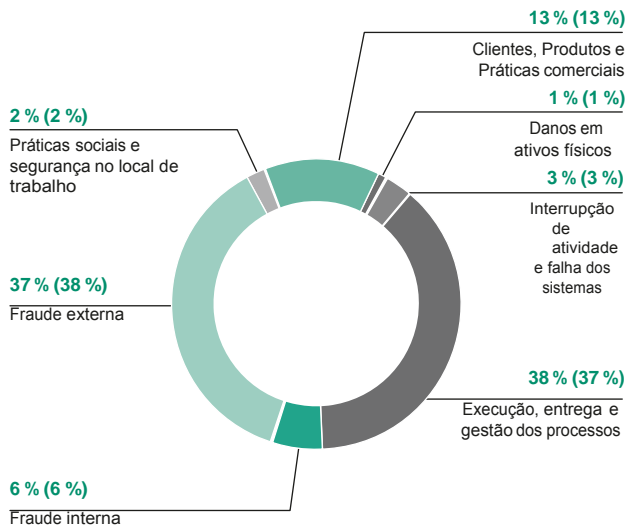
de exposição) multiplicado por um fator alfa único definido pelo supervisor (coeficiente de ponderação de 15 %).

A abordagem standard: o cálculo do capital é definido como a média durante os três últimos anos do Resultado Líquido Bancário multiplicado por um fator beta correspondente (definido pelo supervisor) para cada linha de atividade. Para realizar este cálculo, todas as linhas de atividades do Grupo são repartidas nas oito categorias de atividade sem exceção nem sobreposição.

EXPOSIÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS AO RISCO OPERACIONAL

Os incidentes operacionais tais como definidos pela regulamentação bancária, cobrem 7 categorias: (i) fraude interna, (ii) fraude externa, (iii) práticas sociais e segurança no local de trabalho (tais como uma anomalia resultante da gestão de um recrutamento), (iv) clientes, produtos e práticas comerciais (defeito de um produto, venda inapropriada...), (v) danos causados aos ativos físicos, (vi) interrupção de atividade e falha de sistemas, (vii) execução, entrega e gestão de processos (erro de registo, erro na documentação...).

➤ PERDAS LIGADAS AO RISCO OPERACIONAL: REPARTIÇÃO POR TIPO DE EVENTO (MÉDIA 2007 A 2011)^(*)



(*) As percentagens entre parênteses correspondem à média das perdas por tipo de evento 2006-2010.

As falhas nos processos, provenientes muitas vezes de erros na execução ou no tratamento de operações e as fraudes externas representam os dois principais tipos incidentes de risco operacional. No que diz respeito à fraude externa, trata-se de fraudes bastante frequentes no mundo da banca de retalho, como as fraudas aos meios de pagamento ou ao crédito, ou de eventos mais raros mas com amplitude, que se encontram em particular nas atividades de Corporate and Investment Banking.

O terceiro tipo de incidente corresponde a eventos ligados às práticas comerciais, cujo peso tem tendência a estabilizar-se no tempo após uma fase de crescimento. A fraude interna representa aproximadamente 6 % dos incidentes do Grupo, com concentrações geográficas marcadas.

Os outros tipos de incidentes representam montantes de incidentes mais limitados em peso relativo.

O grupo BNP Paribas tem o maior cuidado em analisar estes diferentes incidentes de modo a melhorar regularmente o seu dispositivo de controlo já muito estruturado.

EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS POR TIPO DE ABORDAGEM

(Ver secção 5.4. – Gestão de capital e adequação dos fundos próprios.)

REDUÇÃO DO RISCO VIA AS TÉCNICAS DE SEGURO

A cobertura dos riscos do grupo BNP Paribas é realizada na dupla perspetiva de proteger o seu balanço e a sua demonstração de resultados. Esta assenta numa identificação fina dos riscos, via nomeadamente a realização de cartografias de riscos, o recenseamento das perdas operacionais sofridas pelo Grupo e análises prospetivas.

A compra de apólices de seguro junto de atores de primeiro plano permite remediar às eventuais violações significativas resultantes de fraudes, de desvios e de roubos, de perdas de exploração ou de acusações pondo em causa a responsabilidade civil do Grupo ou dos colaboradores que tem a seu cargo. Alguns riscos são conservados, para que o Grupo BNP Paribas otimize os seus custos conservando em simultâneo um perfeito controlo da sua

exposição. Trata-se de riscos bem identificados, cujo impacto em termos de frequência e de custo é conhecido ou previsível.

O Grupo está, por outro lado, atento no âmbito da cobertura dos seus riscos, à qualidade, à notação e portanto à solvabilidade dos seus parceiros seguradores.

Enfim, de salientar que as informações detalhadas sobre os riscos incorridos assim como as visitas de empresas permitem às seguradoras apreciar a qualidade da prevenção no seio do BNP Paribas, assim como os meios de segurança implementados e regularmente adaptados às novas normas e regulamentações.

5.11 Risco de não conformidade e de reputação [Auditado]

O controlo do risco de não conformidade está no coração do dispositivo de controlo interno do grupo BNP Paribas: este tem por objetivo o respeito das leis, regulamentações, regras deontológicas e instruções, a proteção da reputação do Grupo, dos seus investidores e dos seus clientes, a ética nos comportamentos profissionais, a prevenção dos conflitos de interesses, a proteção do interesse dos clientes e da integridade dos mercados, a luta contra o branqueamento de dinheiro, a corrupção e o financiamento do terrorismo assim como o respeito dos embargos financeiros.

Em conformidade com a regulamentação francesa, a função Conformidade é responsável pelo dispositivo, no perímetro do Grupo em geral, quaisquer que sejam as atividades em França e no estrangeiro. Colocada sob a autoridade direta do Diretor Geral, esta beneficia de um acesso direto e independente ao Comité do controlo interno e dos riscos e da conformidade do Conselho de administração.

A função é composta por uma estrutura central em Paris, que assegura um papel de pilotagem e de controlo, e por equipas descentralizadas nos diferentes polos de atividade, conjuntos operacionais retail, atividades e funções do Grupo, que atuam por delegação da função central. Este dispositivo reforça-se continuamente.

O dispositivo de controlo dos riscos de não conformidade e de reputação assenta num sistema de controlo permanente, estruturado em torno de quatro eixos:

- procedimentos gerais e específicos;
- a coordenação das ações conduzidas no seio do Grupo, a fim de assegurar a coerência de conjunto e a eficiência dos sistemas e ferramentas de fiscalização;
- o desenvolvimento de ferramentas de prevenção e de deteção (ferramentas de luta contra o branqueamento, o terrorismo e a corrupção, de deteção dos abusos de mercado, etc.);
- ações de formação, tanto à escala do Grupo como dos polos de atividade e sectores.

A preservação da sua reputação é uma preocupação constante do grupo BNP Paribas. Esta exige uma adaptação constante da sua política de gestão dos riscos, em função das evoluções do ambiente externo. Assim, o contexto internacional, a multiplicação das práticas delituosas no mercado e o reforço das regulamentações em numerosos países levaram o Grupo a reforçar o seu dispositivo de controlo na área chave da luta contra o branqueamento, o terrorismo e a corrupção.

5.12 Riscos de seguros [Auditado]

Os riscos suportados pelas filiais de seguros têm origem na comercialização em França e a nível internacional de contratos de poupança e de previdência.

RISCOS FINANCEIROS

Os riscos financeiros dizem respeito à atividade Poupança, cujas provisões técnicas ligadas a estas representam mais de 95 % dos passivos das filiais de seguros do Grupo.

Existem três tipos de riscos:

RISCO DE TAXA E DE VALOR DOS ATIVOS

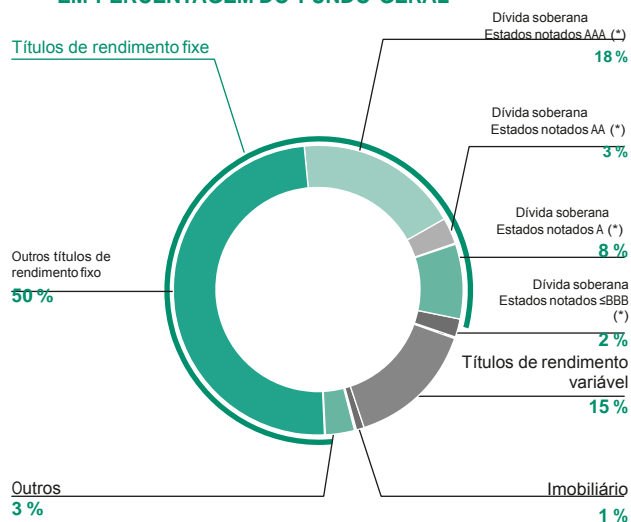
Os contratos de seguros de vida comercializados são remunerados ou com base numa taxa contratual fixa, ou com base numa taxa variável com ou sem garantia de uma taxa mínima (TMG). Qualquer que seja o tipo de contrato, convém gerir o risco de taxa e de valor dos ativos que resultaria de um desempenho dos investimentos realizados por representação dos prémios recebidos inferiores à obrigação de remuneração contratual.

Este risco é gerido de forma centralizada pela gestão ativo-passivo no seio do BNP Paribas Cardif em ligação com a Direção da Gestão Ativo-Passivo e da Tesouraria do Grupo. São regularmente efetuados estudos de endossamento ativo-passivo por forma a medir e controlar os riscos financeiros incorridos. Estes são fundados numa projeção da demonstração de resultados e do balanço a médio e/ou longo prazo em diferentes cenários económicos. A análise dos resultados assim obtidos permite tomar medidas de ajustamento dos ativos (diversificação, produtos derivados...) para reduzir os riscos ligados às variações de taxa e valor dos ativos.

A gestão do risco de taxa do fundo geral das entidades de seguros e a política de diversificação dos ativos conduzem a investir em carteiras de ativos imobiliários, de ações e de títulos de rendimento fixo, entre os quais títulos de Estado, nomeadamente emitidos pelos países da zona Euro.

A exposição ao risco soberano permanece contudo limitada para o grupo BNP Paribas Cardif. De facto, o mecanismo ligado aos contratos de seguros com participação conduz a repercutir sobre a provisão para participação aos excedentes diferidos constituída a favor dos assegurados, o essencial das variações de valor dos ativos detidos no seio do fundo geral.

► DECOMPOSIÇÃO DOS ATIVOS GERIDOS EM PERCENTAGEM DO FUNDO GERAL



Total dos ativos geridos: 103 Bilhões€ em 31 dezembro 2011

*Notações segundo a agência Standard & Poor's.

Em França, as perdas financeiras futuras eventuais, estimadas ao longo do período de duração dos contratos, são alvo de uma provisão para contratemplos financeiros. Esta provisão é constituída quando o quociente do montante total dos interesses técnicos e do mínimo contratualmente garantido pelo montante médio das provisões técnicas constituídas se torna superior a 80 % da taxa de rendimento dos ativos da empresa. Nenhuma provisão para contratemplos financeiros foi constituída em 31 de dezembro de 2011 e 2010 devido à fraca exposição ao risco de taxa garantida, a duração dos compromissos sendo curta e as taxas garantidas pouco elevadas.

RISCO DE RECOMPRA

Os contratos de poupança apresentam uma cláusula de recompra, que permite ao subscritor pedir o reembolso, total ou parcial, da poupança acumulada. A seguradora corre então o risco de o número de recompras ser superior à previsão escolhida nos modelos de gestão ativo-passivo, conduzindo esta a verificar menos-valias nas cedências dos ativos necessárias ao financiamento das recompras excedentárias.

O risco de recompra é contudo limitado. De facto:

- a maior parte dos contratos prevê a suspensão temporária das recompras se a situação financeira do momento estiver muito degradada e prejudicar potencialmente a mutualidade dos assegurados;
- o comportamento dos subscritores é alvo de um acompanhamento permanente no intuito de ajustar regularmente a duração dos ativos à dos passivos, o que reduz o risco de cedências massivas e instantâneas dos ativos. Os estudos incidem nomeadamente sobre os fluxos previsionais dos passivos e dos ativos sobre períodos podendo ir até aos 40 anos. Estas visam determinar as diferenças de tesouraria previsionais que permitem identificar os vencimentos sobre ou sub cobertos representando um risco de liquidez e assim orientar a escolha dos vencimentos dos investimentos novos e das arbitragens a realizar;
- a revalorização garantida dos contratos é completada por uma participação nos lucros, parcialmente discricionária, que fornece aos contratos uma remuneração global alinhada com as referências de mercado limitando assim o risco de um aumento das recompras;
- a proteção do rendimento dos ativos financeiros é assegurada nomeadamente pelo recurso a instrumentos de cobertura financeira.

GARANTIA MÍNIMA DOS CONTRATOS EM UNIDADES DE CONTA

O valor dos passivos em unidades de conta é igual à soma dos valores de mercado dos ativos suportes das unidades de conta. As obrigações da seguradora inscritas no passivo são portanto cobertas pela detenção no ativo dos instrumentos correspondentes. A coerência desta cobertura é alvo de controlos mensais.

Alguns contratos em unidades de conta preveem que o capital pago aos beneficiários em caso de morte do assegurado não possa ser inferior à soma dos prémios investidos no contrato, qualquer que seja a situação dos mercados financeiros no momento da morte. O risco caracteriza-se portanto por uma componente estatística (probabilidade de sinistro) e por uma componente financeira (valor de mercado das unidades de conta).

Regra geral, são fornecidos limites à aplicação desta garantia mínima. Assim, em França, a maior parte dos contratos comercializados prevê uma duração da garantia limitada a 1 ano, uma idade limite de 80 anos para beneficiar da garantia, e um limite máximo individual da garantia a 765 000 euros por assegurado.

A provisão constituída para garantia mínima, revista trimestralmente, tem em consideração a ocorrência das mortes com base num cenário determinista e na variação dos mercados financeiros a partir de uma abordagem estocástica. Em 31 de dezembro de 2011, a provisão ascende a 19 milhões de euros (contra 16 milhões em 31 de dezembro de 2010).

RISCOS DE SUBSCRIÇÃO DE SEGUROS

Os riscos de subscrição de seguros dizem respeito principalmente à atividade Previdência, cujos passivos representam aproximadamente 5% dos passivos das filiais de seguros do Grupo.

Estes riscos procedem essencialmente da comercialização de contratos de seguros dos mutuários no mundo, assim como outras atividades de proteção (previdência individual, extensão de garantia, contratos de rendas vitalícias em França).

A governança implementada no intuito de prevenir e controlar os riscos atuariais em França e a nível internacional assenta em documentos de referência e ferramentas, que definem os princípios, as regras, as metodologias e as melhores práticas a seguir pelas equipas de atuários ao longo de todo o ciclo de vida dos contratos assim como os trabalhos a realizar e os relatórios a fornecer. Esta esclarece igualmente as práticas proibidas ou aceites sob condições.

A subscrição dos riscos responde a regras de delegação precisas que fazem intervir vários níveis, simultaneamente, locais e centrais em função, nomeadamente, do montante dos capitais sob risco, da avaliação da perda máxima aceitável, da estimação da necessidade em capital Solvabilidade II e da rentabilidade estimada dos contratos considerados. A experiência adquirida pela gestão de carteiras diversificadas geograficamente permite atualizar regularmente as bases de dados utilizadas para a tarificação dos riscos tendo em consideração inúmeros parâmetros (crédito, garantia, população...). Cada tarifa é elaborada tendo em consideração os objetivos de rentabilidade e de remuneração sobre fundos próprios fixados pela Direção Geral do BNP Paribas Cardif.

O acompanhamento trimestral dos riscos pela Comissão Executiva do BNP Paribas Cardif apoia-se no acompanhamento da sinistralidade dos contratos.

O seguro dos mutuários cobre os riscos de mortes, de perda total e irreversível de autonomia, de incapacidade de trabalho, de perda de emprego e de perdas financeiras sobre créditos permanentes, pessoais e imobiliários. Esta atividade baseia-se numa multitude de contratos individuais de montantes de riscos e de prémios fracos cuja rentabilidade depende da importância da base de contratos e da mutualização efetiva dos riscos assim como do controlo dos encargos de gestão.

A sinistralidade dos contratos de rendas vitalícias é fundada nas tabelas de mortalidade regulamentares, corrigidas para algumas, por dados específicos à carteira e sendo alvo de uma certificação independente. Daí resulta um risco fraco.

A adequação entre a sinistralidade esperada e a sinistralidade observada é regularmente acompanhada pelos serviços de atuariado e a tarificação revista consequentemente.

Os riscos de subscrição de seguros são cobertos por diferentes provisões: uma provisão para prémios não adquiridos geralmente calculada proporcionalmente ao tempo e por contrato; uma provisão para sinistros conhecidos determinada a partir do inventário dos sinistros declarados; uma provisão para sinistros desconhecidos determinada quer a partir das cadências de regulamento verificadas, quer a partir do número de declarações esperado e do custo médio de um sinistro.

PILAR 3

Anexos: Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais «significativas»

Anexos: Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais «significativas»

As exigências em fundos próprios das filiais significativas são apresentadas por tipo de risco, por contribuição ao Grupo.

BNP PARIBAS FORTIS

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|--|----------------------------------|--|----------------------------------|--|
| | Ativos ponderados ^(*) | Exigências em Exigências em ^(*) | Ativos ponderados ^(*) | Exigências em Exigências em ^(*) |
| RISCO DE CRÉDITO E DE CONTRAPARTIDA | 108 566 | 8 685 | 113 008 | 9 041 |
| Risco de crédito | 104 174 | 8 334 | 108 326 | 8 666 |
| Risco de crédito - IRBA | 58 625 | 4 690 | 64 074 | 5 126 |
| — Administrações centrais e bancos centrais | 1 551 | 124 | 1 593 | 127 |
| — Empresas | 31 980 | 2 558 | 32 798 | 2 624 |
| — Estabelecimentos | 3 149 | 252 | 6 037 | 483 |
| — Clientela de retalho | 13 201 | 1 056 | 12 401 | 992 |
| — <i>Empréstimos imobiliários concedidos</i> | <i>6 151</i> | <i>492</i> | <i>5 263</i> | <i>421</i> |
| — <i>Exposições renováveis</i> | <i>74</i> | <i>6</i> | <i>65</i> | <i>5</i> |
| — <i>Outras exposições</i> | <i>6 976</i> | <i>558</i> | <i>7 073</i> | <i>566</i> |
| — Posições de titularização | 8 610 | 689 | 11 042 | 883 |
| — Outros Ativos Arriscados | 134 | 11 | 203 | 16 |
| Risco de crédito - Abordagem standard | 45 549 | 3 644 | 44 252 | 3 540 |
| — Administrações centrais e bancos centrais | 933 | 75 | 2 307 | 185 |
| — Empresas | 21 374 | 1 710 | 20 474 | 1 638 |
| — Estabelecimentos | 1 507 | 121 | 1 932 | 155 |
| — Clientela de retalho | 14 947 | 1 196 | 12 235 | 979 |
| — <i>Empréstimos imobiliários concedidos</i> | <i>804</i> | <i>64</i> | <i>445</i> | <i>36</i> |
| — <i>Exposições renováveis</i> | <i>200</i> | <i>16</i> | <i>442</i> | <i>35</i> |
| — <i>Outras exposições</i> | <i>13 943</i> | <i>1 115</i> | <i>11 348</i> | <i>908</i> |
| — Posições de titularização | 23 | 2 | 212 | 17 |
| — Outros Ativos Arriscados | 6 765 | 541 | 7 092 | 567 |
| Risco de contrapartida | 4 392 | 351 | 4 682 | 375 |
| Risco de contrapartida - IRBA | 3 440 | 275 | 3 673 | 294 |
| — Administrações centrais e bancos centrais | 22 | 2 | 5 | 0 |
| — Empresas | 2 045 | 163 | 1 481 | 119 |
| — Estabelecimentos | 1 373 | 110 | 2 187 | 175 |
| Risco de contrapartida - Abordagem standard | 952 | 76 | 1 009 | 81 |
| — Administrações centrais e bancos centrais | 0 | 0 | 6 | 0 |
| — Empresas | 837 | 67 | 982 | 79 |
| — Estabelecimentos | 101 | 8 | 12 | 1 |
| — Clientela de retalho | 14 | 1 | 9 | 1 |
| RISCO DE PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES | 4 922 | 394 | 4 437 | 355 |
| — Método dos modelos internos | 2 614 | 209 | 978 | 78 |
| — <i>Capital investimento nas carteiras diversificadas</i> | <i>8</i> | <i>1</i> | | |
| — <i>Ações cotadas</i> | <i>3</i> | <i>0</i> | <i>13</i> | <i>1</i> |
| — <i>Exposições sobre ações</i> | <i>2 603</i> | <i>208</i> | <i>965</i> | <i>77</i> |
| — Método de ponderação simples | 1 248 | 100 | 1 407 | 113 |
| — <i>Capital investimento em carteiras diversificadas</i> | <i>1 109</i> | <i>89</i> | <i>1 085</i> | <i>87</i> |
| — <i>Ações cotadas</i> | <i>14</i> | <i>1</i> | <i>15</i> | <i>1</i> |
| — <i>Outras exposições sobre ações</i> | <i>125</i> | <i>10</i> | <i>307</i> | <i>25</i> |
| — Abordagem Standard | 1 060 | 85 | 2 052 | 164 |
| RISCO DE MERCADO | 523 | 42 | 3 485 | 279 |
| — Modelo interno ^(**) | | | 1 304 | 104 |
| — Abordagem Standard | 523 | 42 | 2 181 | 175 |
| RISCO OPERACIONAL | 12 065 | 965 | 12 042 | 963 |
| — Abordagem modelo interno AMA | 8 969 | 717 | 8 256 | 660 |
| — Abordagem Standard | 371 | 30 | 209 | 22 |
| — Abordagem de Base | 2 725 | 218 | 3 517 | 281 |
| TOTAL | 126 076 | 10 086 | 132 972 | 10 638 |

(*) Fim de período.

PILAR 3

Anexos: Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais « significativas »

*(**) No seguimento da extensão do perímetro do VaR Grupo ao BNP Paribas Fortis, o risco de mercado do BNP Paribas Fortis em contribuição Grupo já não pode ser isolado.*

BNL

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|---|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|--|
| | Ativos ponderados ^(*) | Ativos ponderados ^(*) | Ativos ponderados ^(*) | Exigências em Fundos próprios ^(*) |
| RISCO DE CRÉDITO E DE CONTRAPARTIDA | 69 098 | 5 528 | 68 524 | 5 482 |
| Risco de crédito | 68 258 | 5 461 | 67 840 | 5 427 |
| Risco de crédito - IRBA | 167 | 13 | 145 | 12 |
| Administrações centrais e bancos centrais | 13 | 1 | 10 | 1 |
| Empresas | 153 | 12 | 111 | 9 |
| Estabelecimentos | 0 | 0 | 24 | 2 |
| Risco de crédito - Abordagem standard | 68 091 | 5 447 | 67 695 | 5 416 |
| Administrações centrais e bancos centrais | 54 | 4 | 56 | 5 |
| Empresas | 45 999 | 3 680 | 45 761 | 3 661 |
| Estabelecimentos | 2 573 | 206 | 1 554 | 124 |
| Clientela de retalho | 16 499 | 1 320 | 16 825 | 1 346 |
| <i>Empréstimos imobiliários concedidos</i> | 7 701 | 616 | 8 960 | 717 |
| <i>Exposições renováveis</i> | 314 | 25 | 0 | 0 |
| <i>Outras exposições</i> | 8 484 | 679 | 7 865 | 629 |
| Posições de titularização | 224 | 18 | 212 | 17 |
| Outros Ativos Arriscados | 2 743 | 219 | 3 287 | 263 |
| Risco de contrapartida | 841 | 67 | 684 | 55 |
| Risco de contrapartida - Abordagem standard | 841 | 67 | 684 | 55 |
| Empresas | 726 | 58 | 600 | 48 |
| Estabelecimentos | 115 | 9 | 84 | 7 |
| RISCO DE PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES | 709 | 57 | 575 | 46 |
| Método dos modelos internos | 709 | 57 | 575 | 46 |
| <i>Ações cotadas</i> | 0 | 0 | 1 | 0 |
| <i>Exposições sobre ações</i> | 709 | 57 | 574 | 46 |
| RISCO DE MERCADO | 9 | 1 | 16 | 1 |
| Abordagem Standard | 9 | 1 | 16 | 1 |
| RISCO OPERACIONAL | 3 203 | 256 | 4 682 | 375 |
| Abordagem modelo interno AMA | 2 880 | 230 | 39 | 3 |
| Abordagem Standard | 255 | 20 | 4 561 | 365 |
| Abordagem de Base | 68 | 5 | 82 | 7 |
| TOTAL | 73 020 | 5 842 | 73 797 | 5 904 |

(*) Fim de período.

PILAR 3

Anexos: Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais « significativas »

BANCWEST

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|---|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| | Ativos ponderados ^(*) | Ativos ponderados ^(*) | Ativos ponderados ^(*) | Ativos ponderados ^(*) |
| RISCO DE CRÉDITO E DE CONTRAPARTIDA | 41 440 | 3 315 | 39 968 | 3 197 |
| Risco de crédito | 41 013 | 3 281 | 39 650 | 3 172 |
| Risco de crédito - Abordagem standard | 41 013 | 3 281 | 39 650 | 3 172 |
| Administrações centrais e bancos centrais | 3 | 0 | | |
| Empresas | 24 734 | 1 979 | 22 787 | 1 823 |
| Estabelecimentos | 836 | 67 | 1 246 | 100 |
| Clientela de retalho | 12 591 | 1 007 | 12 106 | 969 |
| Empréstimos imobiliários concedidos | 5 664 | 453 | 5 639 | 451 |
| Exposições renováveis | 485 | 39 | 509 | 41 |
| Outras exposições | 6 441 | 515 | 5 958 | 477 |
| Posições de titularização | 290 | 23 | 707 | 57 |
| Outras Ativos Arriscados | 2 561 | 205 | 2 804 | 224 |
| Risco de contrapartida | 427 | 34 | 318 | 25 |
| Risco de contrapartida - Abordagem standard | 427 | 34 | 318 | 25 |
| Empresas | 427 | 34 | 318 | 25 |
| RISCO DE PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES | 37 | 3 | 5 | 0 |
| Método dos modelos internos | 37 | 3 | 5 | 0 |
| Ações cotadas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Exposições sobre ações | 37 | 3 | 5 | 0 |
| RISCO DE MERCADO | 19 | 2 | 75 | 6 |
| Abordagem Standard | 19 | 2 | 75 | 6 |
| RISCO OPERACIONAL | 3 114 | 249 | 3 002 | 240 |
| Abordagem Standard | 3 114 | 249 | 3 002 | 240 |
| TOTAL | 44 610 | 3 569 | 43 050 | 3 444 |

(*) Fim de período.

PERSONAL FINANCE

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|---|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| | Ativos ponderados ^(*) | Ativos ponderados ^(*) | Ativos ponderados ^(*) | Ativos ponderados ^(*) |
| RISCO DE CRÉDITO E DE CONTRAPARTIDA | 40 990 | 3 279 | 42 543 | 3 403 |
| Risco de crédito | 40 974 | 3 278 | 42 527 | 3 402 |
| Risco de crédito - IRBA | 9 290 | 743 | 9 305 | 744 |
| Empresas | 0 | 0 | 18 | 1 |
| Estabelecimentos | 0 | 0 | 102 | 8 |
| Clientela de retalho | 9 290 | 743 | 9 185 | 735 |
| Exposições renováveis | 4 887 | 391 | 4 929 | 394 |
| Outras exposições | 4 403 | 352 | 4 256 | 341 |
| Risco de crédito - Abordagem standard | 31 684 | 2 535 | 33 222 | 2 658 |
| Administrações centrais e bancos centrais | 72 | 6 | 77 | 6 |
| Empresas | 341 | 27 | 233 | 19 |
| Estabelecimentos | 728 | 58 | 253 | 20 |
| Clientela de retalho | 29 319 | 2 345 | 31 025 | 2 482 |
| Empréstimos imobiliários concedidos | 11 919 | 954 | 12 495 | 1 000 |
| Exposições renováveis | 2 023 | 162 | 2 076 | 166 |
| Outras exposições | 15 377 | 1 230 | 16 454 | 1 316 |
| Posições de titularização | 0 | 0 | 266 | 21 |
| Outras Ativos Arriscados | 1 224 | 98 | 1 368 | 109 |
| Risco de contrapartida | 16 | 1 | 16 | 1 |
| Risco de contrapartida - Abordagem standard | 16 | 1 | 16 | 1 |
| Estabelecimentos | 16 | 1 | 16 | 1 |
| RISCO DE PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES | 162 | 13 | 152 | 12 |
| Método dos modelos internos | 162 | 13 | 152 | 12 |
| Exposições sobre ações | 162 | 13 | 152 | 12 |
| RISCO DE MERCADO | 32 | 3 | 124 | 10 |
| Abordagem Standard | 32 | 3 | 124 | 10 |
| RISCO OPERACIONAL | 4 534 | 363 | 4 462 | 357 |
| Abordagem modelo interno AMA | 1 804 | 144 | 1 738 | 139 |
| Abordagem Standard | 898 | 72 | 959 | 77 |
| Abordagem de Base | 1 832 | 147 | 1 765 | 141 |
| TOTAL | 45 718 | 3 657 | 47 281 | 3 783 |

(*) Fim de período.

PILAR 3

Anexos: Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais «significativas»

BNP PARIBAS SUISSE SA

| Em milhões de euros | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|---|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| | Ativos ponderados ^(*) | Ativos ponderados ^(*) | Ativos ponderados ^(*) | Ativos ponderados ^(*) |
| RISCO DE CRÉDITO E DE CONTRAPARTIDA | 7 677 | 614 | 11 408 | 913 |
| Risco de crédito | 7 639 | 611 | 11 393 | 911 |
| Risco de crédito - IRBA | 5 629 | 450 | 9 056 | 724 |
| — Administrações centrais e bancos centrais | 3 | 0 | 7 | 1 |
| — Empresas | 4 571 | 366 | 7 873 | 630 |
| — Estabelecimentos | 1 055 | 84 | 1 176 | 94 |
| Risco de crédito - Abordagem standard | 2 010 | 161 | 2 337 | 187 |
| — Administrações centrais e bancos centrais | 43 | 3 | | |
| — Empresas | 1 495 | 120 | 1 116 | 89 |
| — Estabelecimentos | 69 | 5 | | |
| — Clientela de retalho | 81 | 6 | 819 | 66 |
| — Outras Ativos Arriscados | 322 | 26 | 402 | 32 |
| Risco de contrapartida | 38 | 3 | 15 | 1 |
| Risco de contrapartida - Abordagem standard | 38 | 3 | 15 | 1 |
| — Empresas | 38 | 3 | 15 | 1 |
| Risco de participações em ações | 0 | 0 | 1 | 0 |
| — Método dos modelos internos | 0 | 0 | 1 | 0 |
| — Exposições sobre ações | 0 | 0 | 1 | 0 |
| RISCO DE MERCADO | 10 | 1 | 0 | 0 |
| — Abordagem Standard | 10 | 1 | 0 | 0 |
| RISCO OPERACIONAL | 708 | 57 | 916 | 73 |
| — Abordagem Modelo interno AMA | 708 | 57 | 916 | 73 |
| TOTAL | 8 395 | 672 | 12 325 | 986 |

(*) Fim de período

6

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

| | | |
|------------|--|------------|
| 6.1 | Situações financeiras do BNP Paribas SA | 296 |
| | Demonstração de resultados do exercício 2011 | 296 |
| | Balanço em 31 de dezembro de 2011 | 297 |
| | Notas anexas às Situações financeiras das contas sociais | 298 |
| | Nota 1 Resume dos princípios contábilísticos aplicados pelo BNP Paribas SA | 298 |
| | Nota 2 Eventos marcantes | 304 |
| | Nota 3 Notas relativas à demonstração de resultados do exercício 2011 | 305 |
| | Nota 4 Notas relativas ao balanço em 31 de dezembro de 2011 | 307 |
| | Nota 5 Compromissos de financiamento e de garantia | 317 |
| | Nota 6 Remunerações e vantagens consentidas ao pessoal | 318 |
| | Nota 7 Informações complementares | 320 |
| 6.2 | A afetação do resultado do exercício fechado em 31 de dezembro de 2011 e a distribuição do dividendo | 326 |
| 6.3 | Quadro dos 5 últimos exercícios do BNP Paribas SA | 327 |
| 6.4 | Principais filiais e participações do BNP Paribas SA | 328 |
| 6.5 | Informações relativas às tomadas de participações do BNP Paribas SA em 2011 incidindo sobre pelo menos 5 % do capital de empresas francesas | 331 |
| 6.6 | Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas anuais | 332 |

6.1 Situações financeiras do BNP Paribas SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2011

| Em milhões de euros em 31 de dezembro | Notas | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|---|-------|----------------|----------------|
| Juros e proveitos assimilados | 3.a | 23 427 | 21 516 |
| Juros e encargos assimilados | 3.a | (16 693) | (15 261) |
| Rendimentos dos títulos de rendimento variável | 3.b | 2 626 | 1 796 |
| Comissões (proveitos) | 3.c | 5 534 | 4 878 |
| Comissões (encargos) | 3.c | (805) | (1 047) |
| Proveitos líquidos sobre operações das carteiras de negociação | | 152 | 2 533 |
| Perdas líquidas sobre operações das carteiras de investimento e assimiladas | | (953) | (788) |
| Outros proveitos de exploração bancária | | 246 | 180 |
| Outros encargos de exploração bancária | | (124) | (194) |
| RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO | | 13 410 | 13 613 |
| Encargos com o pessoal | 6.a | (5 324) | (5 517) |
| Outras despesas administrativas | | (3 466) | (3 103) |
| Dotação às amortizações e às depreciações das imobilizações incorpóreas e corpóreas | | (499) | (507) |
| RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO | | 4 121 | 4 485 |
| Custo do risco | 3.d | (1 923) | (1 289) |
| RESULTADO DE EXPLORAÇÃO | | 2 198 | 3 196 |
| Proveitos líquidos sobre ativos imobilizados | 3.e | 969 | 343 |
| Dotações líquidas às provisões regulamentadas | | (1) | 43 |
| RESULTADO CORRENTE ANTES DE IMPOSTO | | 3 166 | 3 583 |
| Imposto sobre os lucros | 3.f | 300 | (118) |
| RESULTADO LÍQUIDO | | 3 466 | 3 465 |

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

| Em milhões de euros em | Notas | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|-------|------------------|------------------|
| ATIVO | | | |
| Caixa, bancos centrais e CCP | | 41 389 | 23 453 |
| Títulos públicos e valores assimilados | 4.c | 116 528 | 136 232 |
| Créditos sobre os estabelecimentos de crédito | 4.a | 311 868 | 336 700 |
| Operações com a clientela | 4.b | 334 692 | 365 772 |
| Obrigações e outros títulos de rendimento fixo | 4.c | 96 017 | 95 816 |
| Ações e outros títulos de rendimento variável | 4.c | 2 541 | 8 717 |
| Participações e outros títulos detidos a longo prazo | 4.c | 4 857 | 4 924 |
| Partes nas empresas ligadas | 4.c | 53 698 | 55 266 |
| Locação financeira e aluguer com opção de compra | | 66 | 94 |
| Imobilizações incorpóreas | 4.i | 6 225 | 6 124 |
| Imobilizações corpóreas | 4.i | 2 204 | 2 185 |
| Ações próprias | 4.d | 556 | 68 |
| Outros ativos | 4.g | 247 788 | 189 633 |
| Contas de regularização | 4.h | 84 779 | 73 190 |
| TOTAL DO ATIVO | | 1 303 208 | 1 298 176 |
| DÉBITOS | | | |
| Bancos centrais e CCP | | 944 | 1 714 |
| Débitos com os estabelecimentos de crédito | 4.a | 351 480 | 365 432 |
| Operações com a clientela | 4.b | 283 328 | 324 378 |
| Débitos representados por um título | 4.f | 144 480 | 173 946 |
| Outros passivos | 4.g | 363 163 | 295 004 |
| Contas de regularização | 4.h | 85 214 | 60 779 |
| Provisões | 4.j | 3 945 | 3 070 |
| Dívidas subordinadas | 4.k | 16 542 | 21 083 |
| TOTAL DOS DÉBITOS | | 1 249 096 | 1 245 406 |
| CAPITAIS PRÓPRIOS | | | |
| Capital subscrito | 7.b | 2 415 | 2 397 |
| Prémio de emissão | | 22 225 | 21 850 |
| Reservas | | 26 006 | 25 058 |
| Resultado do exercício | | 3 466 | 3 465 |
| TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS | | 54 112 | 52 770 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 1 303 208 | 1 298 176 |
| Extra Patrimoniais | | | |
| Compromissos atribuídos | | | |
| Compromissos de financiamento | 5.a | 171 712 | 210 259 |
| Compromissos de garantia | 5.b | 141 881 | 141 933 |
| Compromissos sobre títulos | | 304 | 370 |
| Compromissos recebidos | | | |
| Compromissos de financiamento | 5.a | 73 720 | 105 266 |
| Compromissos de garantia | 5.b | 250 272 | 185 441 |
| Compromissos sobre títulos | | 4 | 135 |

Notas anexas às Situações financeiras das contas sociais

Nota 1 RESUME DOS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS APLICADOS PELO BNP PARIBAS SA

As contas do BNP Paribas SA são estabelecidas em conformidade com os princípios contabilísticos gerais aplicáveis em França nos estabelecimentos de crédito.

CRÉDITOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO E SOBRE A CLIENTELA

Os créditos sobre os estabelecimentos de crédito cobrem o conjunto dos créditos, incluindo os créditos subordinados, detidos a título de operações bancárias sobre estabelecimentos de crédito à exceção daqueles materializados por um título. Estes compreendem igualmente os valores recebidos com acordo de recompra, qualquer que seja o suporte da operação, e os créditos ligados a pensões entregues sobre títulos. Estes são distribuídos entre créditos à vista e créditos a prazo.

Os créditos sobre a clientela compreendem as linhas distribuídas aos agentes económicos diferentes dos estabelecimentos de crédito, à exceção das que são materializadas por um título, os valores recebidos com acordo recompra, qualquer que seja o suporte da operação, e os créditos ligados a pensões entregues sobre títulos. Estes são repartidos em créditos comerciais, contas devedoras da clientela e outros créditos. Os créditos sobre estabelecimentos de crédito e sobre a clientela são inscritos no balanço pelo seu valor nominal aumentado dos juros corridos não vencidos.

Os empréstimos concedidos e os compromissos de crédito confirmados são repartidos entre os capitais reputados são, quer tenham ou não sido objeto de uma reestruturação e os capitais julgados duvidosos. O mesmo sucede com os riscos de crédito ligados aos instrumentos financeiros a prazo cujo valor atual é representativo de um ativo para a empresa.

O acompanhamento dos créditos apoia-se no sistema de notação dos riscos de crédito do BNP Paribas SA. Este último tem em conta dois parâmetros fundamentais: a probabilidade de incumprimento da contrapartida que se exprime por meio de uma nota e a taxa de recuperação global que está ligada à natureza das transações. A escala de nota de contrapartida compreende doze níveis: dez cobrindo os créditos são e dois relativos aos clientes duvidosos e duvidosos comprometidos.

São considerados como duvidosos os créditos para os quais o banco estima que existe um risco de ver os devedores na impossibilidade de honrar todos ou parte dos seus compromissos. Os créditos apresentando prestações em dívida há mais de três meses, mais de seis meses em matéria imobiliária, ou mais de seis meses em matéria de créditos às coletividades locais, assim como os créditos objeto de um procedimento contencioso são considerados como duvidosos. A classificação como duvidoso de um crédito provoca imediatamente a do conjunto dos capitais e dos compromissos relativos ao devedor nesta mesma categoria.

Estes créditos dão lugar à constituição de depreciações para créditos duvidosos, que correspondem à diferença entre o valor bruto do crédito e o valor atualizado pela taxa efetiva de origem do crédito (para

os créditos com taxas variáveis) dos fluxos futuros estimados recuperáveis compreendendo os fluxos em capital e em juros, assim como aqueles resultantes da realização das garantias. As garantias consideradas são constituídas por garantias hipotecárias e fianças, assim como derivados de crédito que o Banco adquiriu para proteger o risco de crédito ligado às carteiras de créditos.

A reestruturação de um crédito por causa de dificuldades financeiras do mutuário dá lugar ao cálculo de um desconto representando a diferença, em valor atualizado, entre as novas condições de remuneração e as condições iniciais de remuneração do dito crédito. Os descontos são contabilizados em dedução do ativo e recuperados em resultado de forma atuarial durante o período de vida residual do crédito. Quando um crédito que foi objeto de uma primeira reestruturação apresenta de novo prestações em dívida, o crédito é imediatamente desclassificado em créditos duvidosos ou em créditos duvidosos comprometidos.

Quando o pagamento dos vencimentos iniciais de um crédito tornado duvidoso recuperou de maneira regular, este pode de novo ser classificado na categoria dos créditos são. Da mesma forma, os créditos duvidosos que foram objeto de uma reestruturação cujos termos são respeitados, e para aos quais o risco de crédito já é confirmado, são igualmente reclassificados em créditos são.

São considerados como duvidosos comprometidos, os créditos sobre contrapartidas cujas condições de solvabilidade são tais que após uma duração razoável de classificação como duvidosos, nenhuma reclassificação como são é previsível, os créditos para os quais a caducidade do prazo foi pronunciada, a maior parte dos créditos oriundos de reestruturações para os quais o devedor está de novo em incumprimento, assim como os créditos classificados como duvidosos há mais de um ano, sobre os quais uma falta de pagamento foi constatada, e que não são acompanhados de garantias de cobrança quase integral do crédito.

As depreciações para créditos duvidosos cobrindo riscos inscritos no ativo do balanço são afetadas à dedução dos ativos visados. As provisões mantidas no passivo do balanço são constituídas pelas provisões para compromissos por assinatura, as provisões para perdas calculadas relativas às tomadas de participação em programas imobiliários e as provisões para processos e outros prejuízos, assim como as provisões para riscos não especificamente identificados e para riscos sectoriais eventuais.

Na demonstração de resultados, as dotações e recuperações de provisões e de depreciações, as perdas sobre créditos irrecuperáveis, as recuperações sobre créditos amortizados e os descontos calculados sobre créditos reestruturados são reagrupados na rubrica «Custo do risco».

Os juros correspondentes à remuneração do valor contabilístico dos créditos depreciados, ou à recuperação do efeito de atualização, são contabilizados em «Produtos de juros», tal como as recuperações de desconto sobre créditos reestruturados.

CONTRATOS DE POUPANÇA E DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS REGULAMENTADOS

As contas poupança-habitação (CPH) e os planos de poupança-habitação (PPH) são produtos de poupança regulamentados pelos poderes públicos, destinados aos particulares. Estes associam uma fase de poupança e uma fase de crédito, indissociavelmente ligadas, a fase de crédito sendo contingente à fase de poupança.

Estes produtos incluem dois tipos de compromissos para o BNP Paribas SA que se comprometeu por um lado a remunerar a poupança, por um período indeterminado, a uma taxa de juro fixa no momento da abertura do contrato pelos poderes públicos para os PPH ou a uma taxa fixada de novo cada semestre em função de uma fórmula de indexação fixada pela lei para as CPH e, por outro lado, a emprestar ao cliente, se este o solicitar, por um montante em função dos direitos adquiridos durante a fase de poupança, a uma taxa fixada no momento da abertura do contrato para os PPH ou a uma taxa em função da fase de poupança para os contratos de CPH.

Os compromissos futuros do BNP Paribas SA relativos a cada geração – os PPH com taxa idêntica à abertura formando uma geração, e as CPH formando, para o seu conjunto, uma geração – são medidos por atualização dos resultados potenciais futuros associados aos capitais em risco da geração considerada.

Os capitais em risco são estimados com base numa análise dos históricos dos comportamentos da clientela, e correspondem aos capitais estatisticamente prováveis para os créditos e à diferença entre os capitais estatisticamente prováveis e os capitais mínimos esperados para a poupança, os capitais mínimos esperados sendo assimiláveis a depósitos a prazo certos.

Os resultados dos períodos futuros aferentes à fase poupança são estimados pela diferença entre a taxa de substituição e a taxa fixa de remuneração da poupança sobre o capital em risco de poupança do período considerado. Os resultados dos períodos futuros aferentes à fase crédito são estimados pela diferença entre a taxa de refinanciamento e a taxa fixa de remuneração dos créditos sobre o capital em risco de crédito do período considerado.

As taxas de investimento de poupança e as taxas de refinanciamento dos créditos são deduzidos da curva de taxas de swaps e das margens esperadas sobre instrumentos financeiros de natureza e de maturidades comparáveis. As margens são determinadas a partir daquelas observadas sobre os créditos à habitação com taxa fixa para a fase crédito, e daquelas observadas sobre os produtos de seguro de vida em euro para a fase de poupança.

Para traduzir a incerteza sobre as evoluções potenciais das taxas e as suas consequências sobre os comportamentos futuros modelizados dos clientes e sobre os capitais em risco, os compromissos são estimados por aplicação do método Monte-Carlo.

Quando a soma algébrica da medida dos compromissos futuros sobre a fase de poupança e sobre a fase de crédito de uma mesma geração de contratos traduz uma situação potencialmente desfavorável para o BNP Paribas SA, é constituída uma provisão, sem compensação entre as gerações, e registada sob a rubrica “Provisões” do balanço. As variações desta provisão são registadas na demonstração de resultados em “Proveitos e encargos de juros e assimilados».

TÍTULOS

O termo «Títulos» cobre os títulos do mercado interbancário, as obrigações do Tesouro e os outros títulos de créditos negociáveis, as obrigações

e os outros valores mobiliários ditos de rendimento fixo - a saber de rendimento não aleatório - quer seja fundado em taxas fixas ou em taxas variáveis, as ações e os outros títulos de rendimento variável.

Segundo as disposições do regulamento CRC n° 2005-01 os títulos são classificados nas categorias seguintes: títulos de transação, títulos de investimento, títulos da atividade de carteira, títulos a vencimento, outros títulos detidos a longo prazo, títulos de participação e partes nas empresas ligadas.

Em caso de risco de crédito confirmado, os títulos de rendimento fixo das carteiras de investimento e a vencimento são identificados como títulos duvidosos, segundo os mesmos critérios que aqueles aplicáveis aos créditos e compromissos duvidosos.

Quando títulos suportando um risco de contrapartida são classificados como duvidosos, a depreciação relativa a este risco, quando este pode ser isolado, é inscrito na rubrica «Custo do risco».

Títulos de transação

Os títulos que na origem são adquiridos ou vendidos com a intenção de os revender ou de os recomprar a curto prazo e aqueles detidos devido a uma atividade de conservador de mercado, são contabilizados na rubrica «Títulos de transação», e avaliados individualmente ao seu preço de mercado, se estes respondem às características seguintes:

- estes títulos são negociáveis num mercado ativo (qualquer mercado no qual os preços de mercado dos títulos visados são constantemente acessíveis aos terceiros junto de uma Bolsa de valores, ou junto de corretores, de negociadores ou de estabelecimentos passivos conservadores de mercado);
- os preços de mercado assim acessíveis devem ser representativos de transações reais intervindo regularmente no mercado em condições de concorrência normais.

São igualmente considerados como títulos de transação os títulos adquiridos ou vendidos no âmbito de uma gestão especializada (nomeadamente em sensibilidade) de carteira de transação compreendendo instrumentos financeiros a prazo, títulos, ou outros instrumentos financeiros apreendidos globalmente.

As variações de valor contribuem para a formação do resultado desta carteira. Os títulos registados entre os títulos de transação não podem ser reclassificados noutra categoria contabilística, e continuam a acompanhar as regras de apresentação e de valorização dos títulos de transação até à sua saída do balanço por cessão, reembolso integral ou passagem para perdas.

Em situações excecionais de mercado necessitando de uma mudança de estratégia, os títulos de transação podem ser reclassificados nas categorias «Títulos de investimento» ou «Títulos a vencimento» em função da nova estratégia de detenção adotada.

Da mesma forma, quando os títulos de transação de rendimento fixo já não são, posteriormente à sua aquisição, negociáveis num mercado ativo e se o estabelecimento tem a intenção e a capacidade de os deter num futuro previsível ou até ao seu vencimento, podem ser transferidos para as categorias «Títulos de investimento» ou «Títulos a vencimento».

As disposições de cada categoria visada são aplicáveis à data da transferência.

Se as características do mercado no qual os títulos de transação foram adquiridos evoluem de tal modo que este mercado não possa ser mais considerado como ativo, o valor de reavaliação dos títulos visados é determinado utilizando técnicas de valorização que têm em conta novas características do mercado.

Títulos de investimento

São contabilizados em títulos de investimento os títulos que não estão inscritos em nenhuma das outras categorias existentes.

As obrigações e os outros títulos ditos de rendimento fixo são avaliados ao preço mais baixo de aquisição (fora juros corridos não vencidos) ou do valor provável de negociação. Este é geralmente determinado por referência à cotação da Bolsa. Os juros corridos são contabilizados em demonstração de resultados na rubrica «Juros e proveitos assimilados sobre obrigações e outros títulos de rendimento fixo».

A diferença eventual entre o preço de aquisição e o preço de reembolso dos títulos de investimento de rendimento fixo adquiridos no mercado secundário é registada no resultado segundo o método atuarial, durante o período de vida residual dos títulos. No balanço, o valor contabilístico dos títulos é assim progressivamente ajustado ao valor de reembolso.

As ações são avaliadas ao preço mais baixo de aquisição ou do valor provável de negociação. Este é geralmente determinado por referência à cotação de Bolsa para as ações cotadas e por referência à quota-parte de capitais próprios pertencente ao BNP Paribas SA, calculado a partir das informações disponíveis mais recentes para as ações não cotadas. Os dividendos encaixados são contabilizados na demonstração de resultados no momento do seu recebimento na rubrica «Rendimentos dos títulos de rendimento variável».

O preço de custo dos títulos de investimento cedidos é calculado segundo o método «FIFO». As mais-valias e menos-valias de cessão são registadas na rubrica «Proveitos líquidos sobre operações ligadas às carteiras de investimento e assimilados» da demonstração de resultados, assim como as depreciações de títulos dotadas ou recuperadas.

No caso de situações excecionais necessitando de uma mudança de estratégia ou quando os títulos já não são negociáveis num mercado ativo, os títulos classificados na categoria «Títulos de investimento» podem ser transferidos na categoria «Títulos a vencimento» e devem ser identificados no seio desta carteira. Estes títulos são então contabilizados segundo as disposições relativas à categoria «Títulos a vencimento».

Títulos da atividade de carteira

Dependem de uma atividade de carteira, os investimentos realizados de forma regular tendo por único objetivo, de daí retirar proveito em capital a médio prazo sem intenção de investir duradouramente no desenvolvimento do fundo de comércio da empresa emissora. É nomeadamente o caso dos títulos detidos no âmbito de uma atividade de capital risco.

Os títulos da atividade de carteira são contabilizados individualmente ao mais baixo do seu custo histórico ou do seu valor de uso. O valor de uso é determinado tendo em conta as perspetivas gerais de evolução do emissor e do horizonte de detenção. O valor de uso dos títulos cotados é determinado por referência à cotação sobre um período de um mês.

Títulos a vencimento

Os títulos de rendimento fixo acompanhados de um determinado vencimento (nomeadamente as obrigações, os títulos do mercado interbancário, as obrigações do Tesouro e outros títulos de créditos negociáveis) são contabilizados em «Títulos a vencimento» quando existe a intenção e a capacidade de os conservar até ao seu vencimento.

As obrigações entrando nesta categoria são objeto de uma cobertura ou de uma operação de taxas de juro sobre a sua duração residual.

A diferença eventual entre o preço de aquisição e o preço de reembolso dos títulos a vencimento é registado no resultado segundo o método atuarial, sobre a duração residual dos títulos. No balanço, o valor contabilístico dos títulos é assim progressivamente ajustado ao valor de reembolso.

Os juros aferentes a estes títulos são contabilizados na demonstração de resultados na rubrica «Juros e proveitos assimilados sobre obrigações e outros títulos de rendimento fixo».

Uma depreciação é constituída quando a degradação da qualidade da assinatura dos emissores é suscetível de comprometer o reembolso dos títulos no seu vencimento.

Em caso de cessão de títulos ou de transferências para outra categoria, por um montante significativo em relação ao montante total dos outros títulos a vencimento detidos, a classificação nesta categoria já não é autorizada pelo período em curso e durante os dois exercícios seguintes. Todos os títulos detidos e classificados em «Títulos a vencimento» são então reclassificados na categoria «Títulos de investimento».

Quando, nos casos de situações excecionais de mercado necessitando de uma mudança de estratégia, títulos de transação e de investimento foram transferidos nesta categoria, as cessões realizadas antes do vencimento destes títulos a vencimento, se estas estão ligadas ao facto que tornam a ser negociáveis num mercado ativo, não levam à aplicação da regra de reclassificação dos outros títulos detidos descrita no parágrafo anterior.

Títulos de participação, outros títulos detidos a longo prazo e partes nas empresas ligadas

Os títulos de participação são constituídos por participações para as quais o BNP Paribas SA dispõe de uma influência notável sobre os órgãos de administração das empresas emissoras e das participações apresentando um carácter estratégico para o desenvolvimento das atividades do BNP Paribas SA. Esta influência é presumida quando a percentagem de controlo do BNP Paribas SA é superior ou igual a 10 %.

Os «Outros títulos detidos a longo prazo» são ações e valores assimilados que o BNP Paribas SA entende deter duradouramente para daí retirar a mais ou menos longo prazo uma rentabilidade satisfatória, sem no entanto intervir na gestão das empresas cujos títulos são detidos, mas com intenção de favorecer o desenvolvimento de relações profissionais duradouras criando uma ligação privilegiada com a empresa emissora.

As partes nas empresas ligadas são constituídas por ações e outros títulos de rendimentos variáveis detidos nas empresas ligadas para as quais o BNP Paribas SA dispõe de um controlo exclusivo, a saber aquelas suscetíveis de serem incluídas por integração global no Grupo.

Os títulos detidos nestas categorias são contabilizados individualmente ao mais baixo do seu valor de aquisição ou do seu valor de uso. O valor de uso é determinado por referência a um método de avaliação multicritérios fundado nos elementos disponíveis tais como a atualização dos fluxos futuros, a soma das partes, o ativo líquido reavaliado e os relatórios comumente utilizados relativos a estes para apreciar as perspetivas de rentabilidade e de realização de cada linha de título. Para os títulos cotados, o valor de uso é considerado pelo menos igual ao custo quando a cotação em Bolsa no fecho não é inferior em mais de 20 % ao custo e que a cotação em Bolsa não é inferior ao custo desde os 12 últimos meses consecutivos. Além desse valor, se a avaliação multicritério faz aparecer que o valor contabilístico deve ser depreciado, o valor de uso é considerado igual à cotação em Bolsa. O mesmo sucede em todo o caso, se a cotação for inferior ao custo há 24 meses

consecutivos ou se a cotação em Bolsa no fecho for inferior em 50 % ao custo ou ainda se a cotação média sobre 12 meses for inferior em mais de 30% ao custo. As linhas de títulos cotados representando um valor de aquisição inferior a dez milhões de euros podem ser avaliadas, por medida de simplificação, por referência à cotação em Bolsa média de fecho.

As mais ou menos-valias de cessão e os movimentos de dotações ou recuperações de depreciação são registados na rubrica «Proveitos ou perdas sobre ativos imobilizados» da demonstração de resultados.

Os dividendos são registados logo que o seu pagamento tenha sido objeto de uma resolução da Assembleia-geral ou no momento do seu recebimento quando a decisão da Assembleia não é conhecida. São registados na rubrica «Rendimentos dos títulos de rendimento variável».

Ações próprias

As ações próprias detidas pelo BNP Paribas SA são classificadas e avaliadas segundo as modalidades seguintes:

- as ações detidas, adquiridas no âmbito de um contrato de liquidez assim como aquelas adquiridas no âmbito de operações de arbitragem sobre índices, são inscritas na categoria dos títulos de transação e avaliadas ao preço de mercado;
- as ações detidas na perspetiva de uma atribuição aos assalariados são inscritas na categoria dos títulos de investimento.

Em conformidade com o regulamento n°2008-17 do Comité da Regulamentação Contabilística publicado a 30 de dezembro de 2008, as ações próprias detidas no sentido de uma atribuição aos assalariados seguem as regras de avaliação do regulamento n°2008-15 relativo à contabilização dos planos de opção de compra ou de subscrição de ações e dos planos de atribuição de ações gratuitas aos assalariados, que preveem que estas não sejam depreciadas, devido à constituição no passivo de uma provisão determinada em função dos serviços prestados pelos beneficiários. A quota-parte das ações atribuídas aos assalariados das filiais do BNP Paribas SA é refaturada a estas no período de aquisição dos direitos;

- as ações detidas com vista à sua anulação ou cuja intenção de detenção não responde em particular a nenhum dos motivos anteriormente mencionados são inscritas em valores imobilizados. As ações destinadas a ser anuladas são mantidas ao seu custo de aquisição. As outras ações são avaliadas ao mais baixo do seu valor de aquisição ou do seu valor de uso.

IMOBILIZAÇÕES

Os imóveis e o material constam pelo custo de aquisição ou pelo custo reavaliado para aqueles que foram objeto de uma reavaliação, em conformidade com as leis de finanças de 1977 e 1978 em França. A diferença de reavaliação sobre bens não amortizáveis, realizada por ocasião destas reavaliações legais, foi incorporada no capital.

As imobilizações são registadas pelo seu custo de aquisição aumentado das despesas diretamente atribuíveis, e dos custos de empréstimo contraído incorrido quando a entrada em serviço das imobilizações é precedida de um período de construção ou de adaptação.

Os softwares desenvolvidos pelo Banco, quando estes preenchem os critérios de imobilização são imobilizados pelo seu custo direto de desenvolvimento que inclui as despesas externas e os encargos com o pessoal diretamente afetáveis ao projeto.

Após contabilização inicial, as imobilizações são avaliadas pelo seu custo diminuído do acumulado das amortizações e das perdas eventuais de valor.

As imobilizações são amortizadas segundo o modo linear e sobre a duração de uso esperada do bem. As dotações às amortizações são contabilizadas na rubrica «Dotações às amortizações e às depreciações das imobilizações incorpóreas e corpóreas» da demonstração de resultados.

A fração das amortizações praticadas que excede a amortização económica, principalmente calculada sobre o modo linear, é registada na rubrica «Provisões regulamentadas: amortizações derogatórias» no passivo do balanço. Nenhum efeito de imposto é calculado sobre as amortizações derogatórias.

Quando uma imobilização é composta por vários elementos que podem ser objeto de substituição a intervalos regulares, tendo utilizações diferentes ou procurando vantagens económicas segundo um ritmo diferente, cada elemento é contabilizado separadamente e cada um dos componentes é amortizado segundo um plano de amortização que lhe é próprio. Esta abordagem por componentes foi escolhida para os imóveis de exploração.

As durações de amortização para os imóveis de escritórios são de 80 e 60 anos para a estrutura dos imóveis de prestígio e os outros imóveis respetivamente, 30 anos para as fachadas, 20 anos para as instalações gerais e técnicas e 10 anos para as decorações.

Os softwares são amortizados consoante a sua natureza, sobre períodos que não excedem 3 ou 5 anos para os desenvolvimentos essencialmente ligados à produção de serviços prestados à clientela e 8 anos para os desenvolvimentos de infraestrutura.

As imobilizações amortizáveis são além disso objeto de um teste de depreciação quando na data de fecho, eventuais índices de perda valor são identificados. As imobilizações não amortizáveis são objeto de um teste de depreciação sistemático pelo menos uma vez por ano.

Se um índice de depreciação é identificado, o novo valor recuperável do ativo é comparado ao valor líquido contabilístico da imobilização. Em caso de perda de valor uma depreciação é constatada na demonstração de resultados. A depreciação é recuperada em caso de modificação da estimativa do valor recuperável ou de desaparecimento dos índices de depreciação. As depreciações são contabilizadas na rubrica «Dotações às amortizações e às depreciações das imobilizações incorpóreas e corpóreas» da demonstração de resultados.

As mais ou menos-valias de cessão das imobilizações de exploração são registadas na demonstração de resultados na rubrica «Proveitos ou perdas sobre ativos imobilizados».

DÉBITOS COM ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO E CONTAS CREDORAS DA CLIENTELA

Os débitos com estabelecimentos de crédito e a clientela são apresentados em função da sua duração inicial ou da sua natureza: débitos à vista ou a prazo para os estabelecimentos de crédito; contas poupança com regime especial e outros depósitos para a clientela. São incluídas nestas diferentes rubricas, em função da natureza da contrapartida, as operações com acordo de recompra, materializadas por títulos ou valores. Os juros corridos sobre estes débitos são registados no balanço entre os débitos ligados.

DÉBITOS REPRESENTADOS POR UM TÍTULO

Os débitos representados por um título são apresentados em função da natureza do seu suporte: obrigações de caixa, títulos do mercado interbancário, títulos de créditos negociáveis, títulos obrigacionistas e assimilados, à exceção dos títulos subordinados classificados entre as dívidas subordinadas.

Os juros corridos não vencidos ligados a estes títulos são levados a uma conta de débitos ligados em contrapartida da demonstração de resultados.

Os prémios de emissão ou de reembolso dos empréstimos contraídos obrigacionistas são amortizados segundo o método atuarial sobre a duração de vida do empréstimo contraído, as despesas aferentes à sua emissão sendo repartidas linearmente sobre essa mesma duração.

PROVISÕES PARA COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

As provisões para compromissos internacionais são constituídas em função da apreciação feita por um lado sobre o risco de não transferência ligado à solvabilidade futura de cada um dos países compondo a base provisionável e por outro lado sobre o risco sistémico de crédito ao qual são expostos os devedores na hipótese de uma degradação contínua e persistente da situação económica e geral dos países compreendidos nesta base. As provisões constituídas ou libertas a título destes riscos são reagrupadas na demonstração de resultados consolidada na rubrica «Custo do risco».

PROVISÕES NÃO LIGADAS A OPERAÇÕES BANCÁRIAS

O BNP Paribas SA constitui provisões de modo a cobrir riscos e encargos nitidamente esclarecidos quanto ao seu objeto, e cujo montante ou vencimento não podem ser fixados de forma precisa. Em conformidade com os textos em vigor, a constituição de tais provisões não ligadas a operações bancárias é subordinada à existência de uma obrigação com um terceiro no fecho, à probabilidade de saída de recursos em benefício deste terceiro e à ausência de contrapartida equivalente esperada deste terceiro.

CUSTO DO RISCO

A rubrica «Custo do risco» compreende os encargos resultantes da manifestação de riscos de contrapartida, litígios e fraudes inerentes à atividade bancária realizada com terceiros. As dotações líquidas às provisões não dependendo de tais riscos são classificadas nas rubricas da demonstração de resultados correspondente à sua natureza.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS A PRAZO

Os compromissos sobre instrumentos financeiros a prazo são contratados em diferentes mercados para necessidades de cobertura específica ou global dos ativos e dos passivos ou para efeitos de transação.

Os compromissos relativos a estes instrumentos são registados em extra patrimoniais para o valor nominal dos contratos. O seu tratamento contabilístico depende da estratégia de gestão destes instrumentos.

Instrumentos financeiros derivados detidos para fins de cobertura

Os proveitos e encargos relativos aos instrumentos financeiros derivados a prazo utilizados a título de cobertura, afetados desde a origem a um elemento ou a um conjunto homogéneo de elementos identificados, são constatados nos resultados de maneira simétrica à integração dos proveitos e encargos nos elementos cobertos e sob a mesma rubrica contabilística.

Os encargos e proveitos relativos aos instrumentos financeiros a prazo tendo por objeto cobrir e gerir um risco global de taxa de juro são inscritos proporcionalmente ao tempo no resultado.

Instrumentos financeiros derivados detidos para fins de transação

Os instrumentos derivados detidos para efeitos de transação podem ser negociados em mercados organizados ou assimilados ou em mercados à vista.

Os instrumentos incluídos numa carteira de transação são avaliados por referência ao seu valor de mercado na data de fecho. Os proveitos ou perdas correspondentes são diretamente levados aos resultados do exercício, quer sejam latentes ou realizados. Estes são inscritos na demonstração de resultados, na rubrica «Proveitos líquidos sobre operações ligadas às carteiras de negociação».

A avaliação do valor de mercado é efetuada:

- ou por referência ao valor de cotação quando este está disponível;
- ou a partir de uma técnica de valorização fazendo apelo a métodos de cálculo matemáticos fundados em teorias financeiras reconhecidas, e parâmetros cujo valor é determinado, para alguns, a partir dos preços de transações observados em mercados ativos e para outros, a partir de estimações estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Em todos os casos, correções de valor conservadoras são efetuadas de modo a ter em conta os riscos de modelo, de contrapartida ou de liquidez.

Alguns instrumentos complexos, geralmente realizados por medida e pouco líquidos e resultando da combinação sintética de instrumentos, são avaliados com modelos de avaliação utilizando parâmetros em parte não observáveis num mercado ativo.

A margem realizada durante a negociação destes instrumentos financeiros complexos foi imediatamente contabilizada em resultado para as operações iniciadas até 31 de dezembro de 2004.

Para as operações iniciadas a partir de 1 de janeiro de 2005, a margem realizada durante a negociação destes instrumentos financeiros complexos é diferida e recuperada no resultado durante o período de inobservabilidade antecipada dos parâmetros de valorização. Quando os parâmetros não observáveis na origem passam-no a ser ou quando a valorização pode ser justificada por comparação com a de transações recentes e similares operadas num mercado ativo, a parte da margem ainda não reconhecida é então contabilizada no resultado.

Outras operações de transação sobre instrumentos financeiros derivados

Os resultados relativos aos contratos negociados à vista constituindo posições abertas isoladas são registados na demonstração de resultados no termo dos contratos ou proporcionalmente ao tempo, consoante a natureza do instrumento. As perdas latentes eventuais são objeto de uma provisão para riscos por conjuntos homogéneos de contratos.

IMPOSTOS SOBRE AS SOCIEDADES

O imposto sobre os lucros constitui um encargo do período ao qual se reportam os proveitos e encargos, qualquer que seja a data do seu pagamento efetivo. Quando o período durante o qual os proveitos e encargos concorrem para o resultado contabilístico não coincide com aquele durante o qual os proveitos são impostos e os encargos deduzidos, o BNP Paribas SA contabiliza um imposto diferido, determinado segundo o método do resultado transitado variável tomando por base a totalidade das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e fiscais dos elementos do balanço e as taxas de tributação aplicáveis no futuro deste que tenham sido votadas. Os impostos diferidos ativos são objeto de um registo contabilístico tendo em conta a probabilidade de recuperação ligada a estes.

PARTICIPAÇÃO DOS ASSALARIADOS

Em conformidade com a regulamentação francesa, o BNP Paribas SA regista o montante da participação na demonstração de resultados do exercício a título do qual o direito dos assalariados nasceu. A dotação é inscrita na rubrica «Encargos com o pessoal».

VANTAGENS BENEFICIANDO AO PESSOAL

As vantagens consentidas ao pessoal do BNP Paribas são classificadas em quatro categorias:

- as indemnizações de fim de contrato de trabalho pagas nomeadamente no âmbito de planos de cessação antecipada de atividade
- as vantagens a curto prazo, tais como os salários, os subsídios anuais, o interesse, a participação, os acréscimos;
- as vantagens a longo prazo, que compreendem as licenças com vencimento (a conta poupança tempo) e os prémios ligados à antiguidade, certas remunerações diferidas pagas em numerário;
- as vantagens posteriores ao emprego, constituídas nomeadamente em França pelos complementos de reforma bancária pagos pelas Caixas de reforma do BNP Paribas SA, os prémios de fim de carreira, e no estrangeiro por regimes de reforma alguns apoiados por fundos de pensões.

Indemnizações de fim de contrato de trabalho

As indemnizações de fim de contrato de trabalho resultam da vantagem concedida aos membros do pessoal durante a rescisão pelo BNP Paribas SA do contrato de trabalho antes da idade legal da reforma ou da decisão de membros do pessoal de sair voluntariamente em troca de uma indemnização. As indemnizações de fim de contrato de trabalho exigíveis mais de doze meses após a data de fecho são alvo de uma atualização.

Vantagens a curto prazo

A empresa contabiliza um encargo quando esta utilizou os serviços prestados pelos membros do pessoal em contrapartida das vantagens que lhes foram consentidas.

Vantagens a longo prazo

As vantagens a longo prazo designam as vantagens, diferentes das vantagens posteriores ao emprego e as indemnizações de fim de contrato de trabalho, que não são devidas integralmente nos doze meses a seguir ao

fim do exercício durante o qual os membros do pessoal prestaram os serviços correspondentes. O método de avaliação atuarial é similar ao que se aplica às vantagens posteriores ao emprego com prestações definidas, mas as diferenças atuariais são contabilizadas imediatamente tal como o efeito ligado a eventuais modificações de regime.

São nomeadamente visadas por esta categoria as remunerações pagas em numerário e diferidas em mais de doze meses, que são provisionadas nas contas dos exercícios durante os quais o assalariado presta os serviços correspondentes. Quando estas remunerações variáveis diferidas são submetidas a uma condição de aquisição ligada à presença, os serviços são presumidos recebidos no período de aquisição e o encargo de remuneração correspondente é inscrito, proporcionalmente ao tempo neste período, em encargos com o pessoal em contrapartida de um passivo. O encargo é revisto para ter em conta a não realização das condições de presença ou de desempenho, e para as remunerações diferidas indexadas à cotação da ação BNP Paribas, a variação de valor do título.

Na ausência de condição de presença, a remuneração variável diferida é provisionada imediatamente sem exposição nas contas do exercício ao qual diz respeito; o passivo é a seguir reestimado a cada fecho em função das eventuais condições de desempenho e para as remunerações diferidas indexadas à cotação da ação BNP Paribas, da variação de valor do título, e isto até ao seu pagamento.

Vantagens posteriores ao emprego

As vantagens posteriores ao emprego das quais beneficiam os assalariados do BNP Paribas SA em França e no estrangeiro resultam de regimes de descontos definidos e de regimes de prestações definidas.

Os regimes qualificados de “regimes de descontos definidos” como a *Caisse Nationale d'Assurance Vieillesse* que paga uma pensão de reforma aos assalariados franceses do BNP Paribas SA assim como os regimes de reforma nacionais complementares e interprofissionais, não são representativos de um compromisso para a empresa e não são alvo de qualquer provisão. O montante dos descontos chamados durante o exercício é verificado em encargos.

Apenas os regimes qualificados de “regimes de prestações definidas”, ou seja nomeadamente os complementos de reforma pagos pelas Caixas de reforma do BNP Paribas SA e os prémios de fim de carreira, são representativos de um compromisso a cargo da empresa que dá lugar a avaliação e provisionamento.

A classificação numa ou noutra destas categorias apoia-se na substância económica do regime para determinar se o BNP Paribas SA é impelido ou não, pelas cláusulas de uma convenção ou por uma obrigação implícita, de assegurar as prestações prometidas aos membros do pessoal.

As vantagens posteriores ao emprego com prestações definidas são alvo de avaliações atuariais tendo em conta hipóteses demográficas e financeiras. O montante provisionado do compromisso é determinado utilizando as hipóteses atuariais escolhidas pela Empresa e aplicando o método das unidades de crédito projetadas. Este método de avaliação considera um certo número de parâmetros tais como hipóteses demográficas, de saídas antecipadas, de aumentos dos salários e taxa de atualização e de inflação. O valor dos ativos eventuais de cobertura é a seguir deduzido do montante do compromisso.

A medida da obrigação resultante de um regime e do valor dos seus ativos de cobertura pode evoluir fortemente de um exercício para o outro em função de mudanças de hipóteses atuariais e provocar diferenças atuariais. O BNP Paribas SA aplica a metodologia dita “do corredor” para contabilizar as diferenças atuariais sobre estes compromissos. Este método autoriza a só reconhecer, a partir do exercício seguinte e

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Notas anexas às Situações financeiras das contas sociais

de forma repartida sobre a duração residual média da atividade dos membros do pessoal, a fração das diferenças atuariais que excede o mais elevado dos dois valores seguintes: 10% do valor atualizado da obrigação bruta ou 10% do valor de mercado dos ativos de cobertura do regime no fim do exercício anterior.

As consequências das modificações de regimes relativos aos serviços passados são reconhecidas em resultado sobre a duração de aquisição completa dos direitos sobre os quais incidiram as ditas modificações.

O encargo anual contabilizado em encargos com o pessoal a título dos regimes com prestações definidas é representativo dos direitos adquiridos durante o período por cada trabalhador correspondente ao custo dos serviços prestados, do custo financeiro ligado à atualização dos compromissos, do proveito esperado dos investimentos, da amortização das diferenças atuariais e dos custos dos serviços passados resultantes das eventuais modificações de regimes, assim como das consequências das reduções e das liquidações eventuais de regimes.

REGISTO DOS PRODUTOS E DOS ENCARGOS

Os juros e comissões assimilados são contabilizados pelo seu montante corrido, constatado proporcionalmente ao tempo. As comissões assimiladas aos juros compreendem nomeadamente certas comissões recebidas quando estas são incorporadas na remuneração dos empréstimos concedidos (participação, compromisso, despesas de processo). Os custos marginais de transação que o Banco suporta por ocasião da outorga ou da aquisição de um concurso são igualmente alvo de um alargamento sobre o período de duração efetiva do crédito.

As comissões não assimiladas a juros e correspondendo a prestações de serviço são registadas na data de realização da prestação ou de forma proporcional sobre a duração do serviço prestado quando este é contínuo.

Nota 2 EVENTOS MARCANTES

Três países europeus, a Grécia, a Irlanda e Portugal, conheceram uma notável degradação das suas contas públicas no contexto da crise económica e financeira, que conduziu os mercados a desviarem-se progressivamente dos títulos de dívida pública desses países, não lhes permitindo mais levantar recursos necessários ao financiamento dos seus défices públicos.

A política de solidariedade europeia definida neste contexto pelos países membros da zona euro conduziu-os, em concertação com o Fundo Monetário Internacional, a elaborar um dispositivo de apoio que se traduziu pela definição e a implementação de vários planos a favor da Grécia, depois da Irlanda e de Portugal.

A identificação durante o segundo semestre de 2011 das dificuldades da Grécia em respeitar os objetivos económicos sobre os quais estava fundado o plano de 21 de julho, em particular tratando-se da sustentabilidade da sua dívida, conduziu a um novo acordo de princípio a 26 de outubro.

OPERAÇÕES EM DIVISAS

As posições de câmbio são, de um modo geral, avaliadas pelas cotações oficiais de fim de período. Os lucros e as perdas de câmbio resultando das operações correntes concluídas em divisas são registados na demonstração de resultados.

As diferenças de câmbio resultando da conversão dos ativos em divisas detidas de forma duradoura, compreendendo os outros títulos detidos a longo prazo, as dotações das sucursais e os títulos das filiais e participações estrangeiras, expressas em divisas e financiadas em euros, são inscritos em contas de diferenças de conversão ligadas às contas de balanço registando estes diferentes ativos.

As diferenças de câmbio resultando da conversão dos ativos em divisas detidos de forma duradoura, compreendendo os outros títulos detidos a longo prazo, as dotações das sucursais e os títulos das filiais e participações estrangeiras, expressos e financiados em divisas, são contabilizados de maneira simétrica às diferenças de câmbio dos financiamentos correspondentes.

CONVERSÃO DAS CONTAS EM DIVISAS ESTRANGEIRAS

Todos os elementos de ativo e de passivo, monetários ou não monetários, das sucursais estrangeiras expressos em divisas são convertidos à cotação do câmbio em vigor na data de fecho do exercício. A diferença resultando da conversão das dotações em capital das sucursais estrangeiras é registado nas contas de regularização.

Este plano, explicitado e completado por um acordo a 21 de fevereiro de 2012 é fundado num abandono de crédito de 53,5 % por parte do setor privado.

Sobre o fundamento (1) de um abandono de crédito de 53,5 %, (2) do reembolso imediato de 15 % do crédito por títulos do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira – FESF – a dois anos e à taxa de mercado, (3) do pagamento dos juros corridos por títulos FESF a 6 meses e à taxa de mercado, (4) de um cupão de 2 % de 2012 a 2015, depois de 3 % de 2015 a 2020 e de 4,3 % até 2042 sobre os títulos amortizáveis de 2023 a 2042 a receber no ato da troca dos antigos, e (5) de uma taxa de atualização dos fluxos futuros de 12 %, o Banco estimou a 75 % o risco de perda sobre os títulos detidos, taxa quase idêntica à apreciação pelo mercado do desconto médio dos títulos em 31 de dezembro de 2011.

O valor no balanço dos títulos gregos ascende a 768 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. A perda constatada a título do exercício em custo do risco ascende a 1 281 milhões de euros, após reclassificação em carteira de investimento em 30 de junho de 2011 (cf. nota 3.d)

Nota 3 NOTAS RELATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2011

3.a MARGEM DE JUROS

O BNP Paribas SA apresenta sob as rubricas “Juros e proveitos assimilados” e “Juros e encargos assimilados” a remuneração determinada dos instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, assim como a remuneração dos instrumentos financeiros em valor de mercado que não respondem à definição de um instrumento derivado. A variação de valor calculada fora juros corridos sobre estes instrumentos financeiros em

valor de mercado por resultado é contabilizada sob a rubrica “Proveitos ou perdas sobre operações das carteiras de negociação».

Os proveitos e encargos de juros sobre os derivados de cobertura são apresentados com os rendimentos dos elementos para a cobertura dos riscos dos quais estes contribuem.

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | | Exercício 2010 | |
|---|----------------|-----------------|----------------|------------|
| | Proveitos | Encargos | Proveitos | Encargos |
| Estabelecimentos de crédito | 6 559 | (5 665) | 5 682 | (4 878) |
| Contas à vista, empréstimos concedidos e empréstimos contraídos | 5 286 | (4 491) | 4 912 | (3 |
| 901) Títulos recebidos (dados) em pensão entregue | | 1 149 | (1 174) | 683 |
| (977) Empréstimos subordinados concedidos | 124 | | 87 | |
| Clientela | 9 757 | (3 709) | 9 092 | (4 |
| 187) Contas à vista, empréstimos concedidos e contas a prazo | 9 359 | (3 119) | 8 860 | (3 |
| 861) Títulos recebidos (dados) em pensão entregue | | 369 | (590) | 200 |
| (326) Empréstimos subordinados concedidos | 29 | | 32 | |
| Locação financeira | 15 | | (11) | 19 |
| (17) Débitos representados por um título | 1 691 | (6 039) | 873 | (4 |
| 491) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo | 5 405 | | 5 850 | |
| Títulos de transação | 1 245 | | 1 | |
| 453 | | | | |
| Títulos de investimento | 3 976 | | 3 | |
| 941 | | | | |
| Títulos a vencimento | 184 | | | |
| 456 | | | | |
| Instrumentos de macrocobertura | (1 269) | | (1 688) | |
| PROVEITOS E ENCARGOS DE JUROS | 23 427 | (16 693) | 21 516 | (15 |
| 261) | | | | |

3.b RENDIMENTOS DOS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|---|----------------|----------------|
| Títulos de investimento e assimilados | 41 | 63 |
| Participações e outros títulos detidos a longo prazo | 248 | 278 |
| Partes nas empresas ligadas | 2 337 | 1 455 |
| RENDIMENTOS DOS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL | 2 626 | 1 796 |

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Notas anexas às Situações financeiras das contas sociais

3.c COMISSÕES

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | | Exercício 2010 | |
|--|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | Proveitos | Encargos | Proveitos | Encargos |
| Operações bancárias e financeiras | 2 905 | | (613) | 2 472 |
| (797) Operações com a clientela | | 1 929 | (121) | 2 011 |
| (134) Outros | | 976 | (492) | 461 |
| (663) Prestações de serviços financeiros | | 2 629 | (192) | 2 406 |
| (250) PROVEITOS E ENCARGOS DE COMISSÕES | | 5 534 | (805) | 4 878 |
| (1 047) | | | | |

3.d CUSTO DO RISCO, PROVISÕES PARA CRÉDITOS DUVIDOSOS OU RISCOS

O custo do risco cobre o encargo das depreciações constituídas a título do risco de crédito inerente à atividade de intermediação do BNP Paribas SA assim como das depreciações eventualmente constituídas em caso de risco de incumprimento confirmado de contrapartidas de instrumentos financeiros derivados negociados à vista.

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|---|----------------|----------------|
| Dotações ou recuperações líquidas às provisões do exercício | (1 864) | (1 188) |
| Clientela e estabelecimentos de crédito | (391) | (954) |
| Compromissos por assinatura | (95) | (114) |
| Títulos | (1 347) | (25) |
| <i>dos quais dívida soberana grega⁽¹⁾</i> | <i>(1 281)</i> | |
| Créditos arriscados e assimilados | 25 | 37 |
| Instrumentos financeiros das atividades de mercado | (56) | (132) |
| Créditos incobráveis não cobertos por provisões | (107) | (145) |
| Recuperação sobre créditos amortizados | 48 | 44 |
| CUSTO DO RISCO | (1 923) | (1 289) |

(1) O encargo relativo ao provisionamento da dívida soberana grega resulta de complementos de provisões constituídos de 75 %, registados após a data de reclassificação destes títulos no seio da carteira de títulos de investimento.

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo a 1 de janeiro | 9 217 | 7 837 |
| Dotações ou recuperações líquidas às provisões do exercício | 1 864 | 1 188 |
| Amortização de créditos irrecuperáveis anteriormente provisionados | (1 324) | (968) |
| Variação das paridades monetárias e diversos | 1 120 | 1 160 |
| PROVISÕES PARA CRÉDITOS DUVIDOSOS OU RISCOS | 10 877 | 9 217 |

As provisões decompõem-se da seguinte forma:

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Provisões deduzidas do ativo | 10 016 | 8 354 |
| Relativas aos créditos sobre os estabelecimentos de crédito (nota 4.a) | 469 | 653 |
| Relativas aos créditos sobre a clientela (nota 4.b) | 6 721 | 6 876 |
| Relativas às operações de locação financeira | 6 | 4 |
| Relativas aos títulos | 2 322 | 326 |
| <i>dos quais dívida soberana grega</i> | <i>1 849</i> | |
| Relativas aos instrumentos financeiros das atividades de mercado | 498 | 495 |
| Provisões inscritas no passivo (nota 4.j) | 861 | 863 |
| Relativas aos compromissos por assinatura | 813 | 720 |
| Relativas aos créditos arriscados e assimilados | 48 | 144 |
| PROVISÕES PARA CRÉDITOS DUVIDOSOS OU RISCOS | 10 877 | 9 217 |

3.e PROVEITOS OU PERDAS SOBRE ATIVOS IMOBILIZADOS

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | | Exercício 2010 | |
|---|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | Proveitos | Encargos | Proveitos | Encargos |
| Participações e outros títulos detidos a longo prazo | 314 | (840) | 391 | |
| (771) Cessões | 249 | (72) | 48 | |
| (52) Provisões | 65 | (768) | 343 | |
| (719) Partes nas empresas ligadas | 1 993 | (450) | 1 186 | |
| (550) Cessões | 1 768 | (89) | 1 068 | |
| (3) Provisões | 225 | (361) | 118 | |
| (547) Imobilizações de exploração | 13 | (61) | 90 | |
| (2) TOTAL | | 2 320 | (1 351) | 1 667 |
| (1 323) PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS IMOBILIZADOS | | 969 | | 343 |

3.f IMPOSTO SOBRE OS LUCROS

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Impostos correntes do exercício | 127 | (291) |
| Impostos diferidos do exercício | 173 | 173 |
| IMPOSTO SOBRE OS LUCROS | 300 | (118) |

Nota 4 NOTAS RELATIVAS AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

4.a CRÉDITOS E DÉBITOS COM ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Empréstimos concedidos e créditos | 215 020 | 216 268 |
| Contas à vista devedoras | 15 595 | 8 069 |
| Contas a prazo e empréstimos concedidos | 192 945 | 202 779 |
| Empréstimos concedidos subordinados | 6 480 | 5 420 |
| Títulos e valores recebidos com acordo de recompra | 97 317 | 121 085 |
| EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO ANTES DA DEPRECIAÇÃO | 312 337 | 337 353 |
| <i>nomeadamente créditos ligados</i> | 1 223 | 1 040 |
| Depreciações relativas aos créditos sobre estabelecimentos de crédito (nota 3.d) | (469) | (653) |
| EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO LÍQUIDOS DE DEPRECIAÇÃO | 311 868 | 336 700 |
| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
| Depósitos e empréstimos contraídos | 238 386 | 229 498 |
| Contas à vista credoras | 15 861 | 18 058 |
| Contas a prazo e empréstimos contraídos | 222 525 | 211 440 |
| Títulos e valores concedidos com acordo de recompra | 113 094 | 135 935 |
| DÉBITOS COM ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO | 351 480 | 365 432 |
| <i>nomeadamente débitos ligados</i> | 1 320 | 985 |

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Notas anexas às Situações financeiras das contas sociais

4.b OPERAÇÕES COM A CLIENTELA

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Empréstimos concedidos e créditos | 299 449 | 322 274 |
| Créditos comerciais | 1 952 | 2 286 |
| Contas à vista devedoras | 10 897 | 10 823 |
| Créditos de tesouraria | 63 600 | 66 652 |
| Créditos à habitação | 72 879 | 69 742 |
| Créditos ao equipamento | 52 452 | 51 117 |
| Créditos à exportação | 17 120 | 17 175 |
| Outros créditos à clientela | 77 847 | 101 260 |
| Empréstimos subordinados concedidos | 2 702 | 3 220 |
| Títulos e valores recebidos com acordo de recompra | 41 965 | 50 374 |
| OPERAÇÕES COM A CLIENTELA ANTES DA DEPRECIAÇÃO - ATIVO | 341 414 | 372 648 |
| <i>das quais créditos ligados</i> | 748 | 694 |
| <i>das quais créditos elegíveis ao refinanciamento da Banque de France</i> | 169 | 236 |
| <i>das quais créditos duvidosos</i> | 4 188 | 5 137 |
| <i>das quais créditos duvidosos comprometidos</i> | 5 546 | 5 339 |
| <i>das quais créditos sobre capitais reestruturados</i> | 28 | 53 |
| Depreciações relativas aos créditos sobre a clientela (nota 3.d) | (6 722) | (6 876) |
| OPERAÇÕES COM A CLIENTELA LIQUIDAS DE DEPRECIAÇÃO - ATIVO | 334 692 | 365 772 |

O total dos empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela, distribuído por contrapartida declina-se da seguinte forma:

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | | 31 dezembro 2010 | | |
|--|------------------|--------------------|----------------|------------------|--------------------|----------------|
| | Capitais são | Capitais duvidosos | Total | Capitais são | Capitais duvidosos | Total |
| Clientela financeira | 9 328 | 674 | 10 002 | 9 838 | 766 | 10 604 |
| Empresas | 189 561 | 2 245 | 191 806 | 215 256 | 3 282 | 218 538 |
| Empresários | 16 087 | 656 | 16 743 | 12 666 | 344 | 13 010 |
| Particulares | 66 423 | 998 | 67 421 | 63 952 | 773 | 64 725 |
| Outros não financeiros | 6 742 | 13 | 6 755 | 8 513 | 8 | 8 521 |
| TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS LÍQUIDOS DE DEPRECIAÇÃO | 288 141 | 4 586 | 292 727 | 310 225 | 5 173 | 315 398 |

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Depósitos | 230 966 | 263 618 |
| Contas à vista credoras | 71 685 | 69 584 |
| Contas a prazo | 107 882 | 147 864 |
| Contas poupança com regime especial | 51 399 | 46 170 |
| <i>das quais contas poupança com regime especial à vista</i> | 38 312 | 33 726 |
| Títulos concedidos com acordo de recompra | 52 362 | 60 760 |
| OPERAÇÕES COM A CLIENTELA - PASSIVO | 283 328 | 324 378 |
| <i>nomeadamente débitos ligados</i> | 947 | 871 |

4.c TÍTULOS DETIDOS

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|--|------------------------------|------------------|------------------------------|------------------|
| | Valor líquido contábilístico | Valor de mercado | Valor líquido contábilístico | Valor de mercado |
| Transação | 79 888 | 79 888 | 78 345 | 78 345 |
| Investimento | 35 525 | 36 131 | 54 715 | 54 853 |
| <i>dos quais provisões</i> | (1 048) | | (1414) | |
| A vencimento | 1 115 | 1 030 | 3 172 | 3 299 |
| <i>dos quais provisões</i> | (1849) | | | |
| TÍTULOS PÚBLICOS E VALORES ASSIMILADOS | 116 528 | 117 049 | 136 232 | 136 497 |
| <i>dos quais créditos representativos de títulos emprestados</i> | 25 968 | | 15 883 | |
| <i>dos quais diferenças de aquisição</i> | 1 205 | | 1 159 | |
| Transação | 68 210 | 68 210 | 71 386 | 71 386 |
| Investimento | 24 108 | 24 906 | 19 642 | 20 269 |
| <i>dos quais provisões</i> | (825) | | (972) | |
| A vencimento | 3 699 | 3 951 | 4 788 | 4 942 |
| <i>dos quais provisões</i> | (113) | | (144) | |
| OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO | 96 017 | 97 067 | 95 816 | 96 597 |
| <i>dos quais títulos não cotados</i> | 7 419 | 7 155 | 12 648 | 12 998 |
| <i>dos quais créditos ligados</i> | 1 283 | | 1 624 | |
| <i>dos quais créditos representativos de títulos emprestados</i> | 10 226 | | 2 579 | |
| <i>dos quais diferenças de aquisição</i> | (130) | | (92) | |
| Transação | 611 | 611 | 6 519 | 6 519 |
| Investimento | 1 930 | 2 243 | 2 198 | 2 383 |
| <i>dos quais provisões</i> | (383) | | (248) | |
| AÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL | 2 541 | 2 854 | 8 717 | 8 902 |
| <i>dos quais títulos não cotados</i> | 1 835 | 2 121 | 2 306 | 2 460 |
| <i>dos quais créditos representativos de títulos emprestados</i> | 49 | | 2 639 | |
| Participações | 4 488 | 5 582 | 4 210 | 5 667 |
| <i>das quais provisões</i> | (1 382) | | (940) | |
| Outros títulos detidos a longo prazo | 369 | 423 | 714 | 821 |
| <i>dos quais provisões</i> | (135) | | (120) | |
| PARTICIPAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DETIDOS A LONGO PRAZO | 4 857 | 6 005 | 4 924 | 6 488 |
| <i>dos quais títulos não cotados</i> | 1 591 | 2 665 | 1 698 | 2 930 |
| Partes nas empresas ligadas | 53 698 | 78 407 | 55 266 | 83 412 |
| <i>das quais provisões</i> | (1 900) | | (1 809) | |
| PARTES NAS EMPRESAS LIGADAS | 53 698 | 78 407 | 55 266 | 83 412 |

As participações e partes nas empresas ligadas detidas pelo BNP Paribas SA em estabelecimentos de crédito ascendem respetivamente a 1 915 milhões de euros e 27 336 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 1 983 milhões de euros e 27 461 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Notas anexas às Situações financeiras das contas sociais

4.d AÇÕES PRÓPRIAS

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 |
|--------------------------|----------------------------|---------------|------------------|
| | Valor bruto contábilístico | Valor líquido | Valor líquido |
| Transação | 7 | 7 | 7 |
| Investimento | 112 | 110 | 0 |
| Títulos de participações | 439 | 439 | 61 |
| AÇÕES PRÓPRIAS | 558 | 556 | 68 |

Por aplicação da quinta resolução da Assembleia-geral Mista de 11 de maio de 2011 que anula e substitui a quinta resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010, o BNP Paribas foi autorizado a adquirir, por um preço máximo de compra de 75 euros por ação (idêntico ao anterior), um número de ações não excedendo 10 % do número de ações ordinárias que compõe o capital social do BNP Paribas SA com vista à sua anulação nas condições definidas pela Assembleia-geral Mista de 11 de maio de 2011 no sentido de honrar obrigações ligadas à emissão de títulos dando acesso ao capital, a programas de opções de compra de ações gratuitas, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados no âmbito da participação nos frutos da expansão da empresa, de planos de acionariado assalariado ou de planos poupança empresa, e de cobrir qualquer forma de atribuição de ações a favor dos assalariados do BNP Paribas e das empresas controladas exclusivamente pelo BNP Paribas no sentido do artigo L233-16 do Código comercial, para efeito de os conservar e de os entregar ulteriormente para troca ou em pagamento no âmbito de uma operação de crescimento externo, de fusão, de cisão e de contribuição, no âmbito de um contrato de

liquidez conforme à Carta deontológica reconhecida pela Autoridade dos Mercados Financeiros e para efeitos de gestão patrimonial e financeira. Esta autorização foi concedida por um período de dezoito meses.

Em 31 de dezembro de 2011, o BNP Paribas SA detém 13 028 609 registadas em títulos de participação tendo por objetivo de os anular.

O BNP Paribas SA detém igualmente 2 675 925 ações registadas em títulos de investimento e destinadas à atribuição de ações gratuitas aos membros do pessoal do Grupo, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados do Grupo no âmbito da participação nos frutos da expansão da empresa, do plano de acionariado assalariado do Grupo ou do plano poupança empresa.

Além disso, no âmbito do contrato de liquidez do título BNP Paribas no mercado italiano, conforme à Carta deontológica reconhecida pela AMF e concluído com a Exane BNP Paribas, o BNP Paribas SA detém em 31 de dezembro de 2011, 229 587 ações BNP Paribas registadas em título de transação.

4.e IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

| Em milhões de euros | Valores brutos | | | | | Provisões | | | Valores líquidos | | | |
|--|----------------|--------------|----------------------|-----------------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|--------------|---------------|---------------|
| | 1 jan. 2011 | Aquisições | Reembolsos e cessões | Transferências e outras variações | 31 dez. 2011 | 1 jan. 2011 | Dotações | Recuperações | Outras variações | 31 dez. 2011 | 31 dez. 2011 | 31 dez. 2010 |
| Títulos a vencimento (nota 4.c) | 8 108 | 177 | (4 460) | 2 951 ^(a) | 6 776 | 144 | 1 281 | (379) | 916 ^(a) | 1 962 | 4 814 | 7 960 |
| Participações e ATDLT (nota 4.c) | 5 982 | 339 | (436) | 489 | 6 374 | 1 058 | 520 | (57) | (4) | 1 517 | 4 857 | 4 924 |
| Partes nas empresas ligadas (nota 4.c) | 57 075 | 3 305 | (3 680) | (1 101) ^(b) | 55 599 | 1 810 | 322 | (291) | 60 | 1 901 | 53 698 | 55 266 |
| Ações próprias (nota 4.d) | 61 | 378 | - | | 439 | | | | | | 439 | 61 |
| IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS | 71 226 | 4 199 | (8 576) | 2 339 | 69 188 | 3 012 | 2 123 | (727) | 972 | 5 380 | 63 808 | 68 212 |

(a) As transferências relativas aos títulos de investimento estão principalmente ligados à reclassificação dos títulos soberanos gregos nesta categoria por um valor bruto de 2 999 milhões de euros e das provisões por 914 milhões de euros.

(b) As transferências e outras variações sobre as partes nas empresas ligadas compreendem nomeadamente a anulação dos títulos das sociedades fusionadas ou que foram objeto de uma Transmissão Universal de Património (TUP) para - 2 001 milhões de euros em 2011, assim como o valor de entrada no balanço dos títulos detidos por essas sociedades por 764 milhões de euros.

O regulamento n° 2008-17 de 10 de dezembro de 2008 do Comité da Regulamentação Contábilística permitiu reclassificar os instrumentos inicialmente detidos para fins de transação no seio da carteira de títulos a vencimento.

Estas reclassificações são resumidas no quadro seguinte:

| Em milhões de euros | Data de reclassificação | Montante na data da reclassificação | 31 dezembro 2011 | | 31 dezembro 2010 | |
|---|-------------------------|-------------------------------------|------------------|-------------------------------|------------------|-------------------------------|
| | | | Valor de balanço | Valor de mercado ou de modelo | Valor de balanço | Valor de mercado ou de modelo |
| Títulos soberanos extraídos da carteira de investimento e reclassificados | | | | | | |
| Em títulos a vencimento (títulos soberanos gregos) | 30 junho 2011 | 2 085 | 768 | 699 | | |
| Ativos financeiros extraídos da carteira de transação e reclassificados | | | | | | |
| Em títulos a vencimento | 1 outubro 2008 | 4 404 | 1 322 | 1 266 | 1 860 | 1 870 |
| Em títulos a vencimento | 30 junho 2009 | 2 760 | 1 821 | 1 793 | 2 372 | 2 378 |

O quadro abaixo apresenta os elementos dos resultados aferentes a estes ativos reclassificados tais como contabilizados sobre o período, assim como aqueles que teriam sido contabilizados se estes ativos não tivessem sido reclassificados:

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | | | | Exercício 2010 | |
|--|-----------------------|----------------------|-----------|--|----------------|--|
| | Antes reclassificação | Após reclassificação | Realizado | Proforma sobre o período após reclassificação ⁽¹⁾ | Realizado | Proforma sobre o período após reclassificação ⁽¹⁾ |
| | | | Total | | | |
| Elementos de resultados (antes de imposto) | 372 | (1 008) | (636) | (749) | 217 | 240 |
| Em resultado líquido bancário | 372 | 215 | 587 | 532 | 224 | 240 |
| dos quais títulos soberanos gregos | 372 | 105 | 477 | 477 | | |
| dos quais outros títulos de rendimentos fixos | | 110 | 110 | 55 | 224 | 240 |
| Em proveitos ou perdas sobre ativos imobilizados | | 24 | 24 | | (4) | |
| dos quais outros títulos de rendimentos fixos | | 24 | 24 | | (4) | |
| Em custo do risco | | (1 247) | (1 247) | (1 281) | (3) | |
| dos quais títulos soberanos gregos | | (1 281) | (1 281) | (1 281) | | |
| dos quais outros títulos de rendimentos fixos | | 34 | 34 | | (3) | |

(1) Os dados «proforma» retraçam o que teria sido a contribuição para o resultado do exercício se os instrumentos visados não tivessem sido reclassificados.

4.f DÉBITOS REPRESENTADOS POR UM TÍTULO

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Títulos de créditos negociáveis | 138 592 | 169 779 |
| Empréstimos obrigacionistas contraídos | 5 384 | 3 405 |
| Outros débitos representados por um título | 504 | 762 |
| DÉBITOS REPRESENTADOS POR UM TÍTULO | 144 480 | 173 946 |
| <i>dos quais prémios de emissão não amortizados</i> | <i>1 084</i> | <i>776</i> |

➤ EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS CONTRAÍDOS

Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos obrigacionistas contraídos emitidos pelo BNP Paribas SA apresentam, segundo as cláusulas dos contratos de emissão os vencimentos seguintes:

| Em milhões de euros | Ativos em 31/12/2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 à 2021 | Além de 2021 |
|--|----------------------|------|------|------|-------|------|-------------|--------------|
| Empréstimos obrigacionistas contraídos | 5 384 | 738 | 738 | 335 | 1 903 | 911 | 698 | 61 |

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Notas anexas às Situações financeiras das contas sociais

4.g OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Instrumentos condicionais comprados | 204 751 | 160 925 |
| Contas de pagamento relativo às operações sobre títulos | 3 402 | 3 607 |
| Impostos diferidos - ativo | 2 135 | 1 768 |
| Outros ativos diversos | 37 500 | 23 333 |
| OUTROS ATIVOS | 247 788 | 189 633 |
| Instrumentos condicionais vendidos | 199 495 | 156 344 |
| Contas de pagamento relativo às operações sobre títulos | 2 282 | 3 431 |
| Débitos ligados às operações sobre títulos | 128 344 | 110 847 |
| Impostos diferidos - passivo | 269 | 44 |
| Outros passivos diversos ⁽¹⁾ | 32 773 | 24 338 |
| OUTROS PASSIVOS | 363 163 | 295 004 |

(1) Os débitos fornecedores do BNP Paribas SA Metrópole ascendem a 5,7 M€ em 31 de dezembro de 2011 contra 22,8 M€ em 31 de dezembro de 2010. A repartição dos débitos fornecedores do BNP Paribas Metrópole por vendimento faz aparecer uma anterioridade inferior a 60 dias de 81,4%.

4.h CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Reavaliação dos instrumentos derivados e de câmbio | 59 303 | 48 261 |
| Proveitos a receber | 11 784 | 8 865 |
| Contas de recebimento | 473 | 2 764 |
| Outros contas de regularização devedoras | 13 219 | 13 300 |
| CONTAS DE REGULARIZAÇÃO – ATIVO | 84 779 | 73 190 |
| Reavaliação dos instrumentos derivados e de câmbio | 63 981 | 46 647 |
| Encargos a pagar | 12 372 | 10 785 |
| Contas de recebimento | 801 | 748 |
| Outras contas de regularização credoras | 8 060 | 2 599 |
| CONTAS DE REGULARIZAÇÃO – PASSIVO | 85 214 | 60 779 |

4.i IMOBILIZAÇÕES DE EXPLORAÇÃO

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | | | 31 dezembro 2010 |
|--------------------------------------|------------------|-------------------------|-----------------|------------------|
| | Montante bruto | Amortização e provisões | Montantelíquido | Montantelíquido |
| Softwares informáticos | 2 052 | (1 455) | 597 | 520 |
| Outras imobilizações incorpóreas | 5 661 | (33) | 5 628 | 5 604 |
| IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS | 7 713 | (1 488) | 6 225 | 6 124 |
| Terrenos e construções | 2 321 | (696) | 1 625 | 1 496 |
| Equipamento, mobiliário, instalações | 2 106 | (1 634) | 472 | 453 |
| Outras imobilizações | 107 | - | 107 | 236 |
| IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS | 4 534 | (2 330) | 2 204 | 2 185 |

4.j PROVISÕES

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2010 | Dotações | Recuperações | Outras variações | 31 dezembro 2011 |
|---|------------------|--------------|--------------|------------------|------------------|
| Provisões para compromissos sociais | 566 | 171 | (90) | 40 | 687 |
| Provisões para créditos arriscados e assimilados (nota 3.d) | 144 | 10 | (28) | (78) | 48 |
| Provisões para compromissos por assinatura (nota 3.d) | 720 | 176 | (93) | 10 | 813 |
| Outras provisões | | | | | |
| ■ ligadas a operações bancárias e assimiladas | 751 | 657 | (79) | 3 | 1 332 |
| ■ não ligadas a operações bancárias | 889 | 235 | (70) | 11 | 1 065 |
| PROVISÕES | 3 070 | 1 249 | (360) | (14) | 3 945 |

➤ PROVISÕES PARA RISCOS SOBRE PRODUTOS DE POUPANÇA COM TAXA ADMINISTRADA

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Capitais coletados a título das contas e dos planos poupança-habitação | 14 699 | 14 171 |
| dos quais título dos planos poupança-habitação | 11 846 | 11 400 |
| <i>Antiguidade superior a 10 anos</i> | 5 897 | 3 764 |
| <i>Antiguidade entre os 4 anos e os 10 anos</i> | 3 290 | 5 752 |
| <i>Antiguidade inferior a 4 anos</i> | 2 659 | 1 884 |
| Créditos em vida outorgados a título das contas e dos planos poupança-habitação | 438 | 515 |
| nomeadamente a título dos planos poupança-habitação | 96 | 126 |
| Provisões e assimiladas constituídas a título dos planos poupança-habitação | 243 | 226 |
| nomeadamente a título dos planos poupança-habitação | 224 | 203 |
| <i>Antiguidade superior a 10 anos</i> | 65 | 67 |
| <i>Antiguidade entre os 4 anos e os 10 anos</i> | 91 | 102 |
| <i>Antiguidade inferior a 4 anos</i> | 68 | 34 |

➤ VARIAÇÃO DAS PROVISÕES RELATIVAS AOS PRODUTOS DE POUPANÇA COM TAXA ADMINISTRADA

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | | Exercício 2010 | |
|---|---|---|---|---|
| | Provisões e assimiladas constituídas a título dos planos poupança habitação | Provisões e assimiladas constituídas a título das contas poupança habitação | Provisões e assimiladas constituídas a título dos planos poupança habitação | Provisões e assimiladas constituídas a título das contas poupança habitação |
| Provisões e assimiladas constituídas em início de período | 203 | 23 | 165 | 36 |
| Dotações às provisões | 21 | - | 37 | - |
| Recuperações de provisões | - | (4) | - | (12) |
| Provisões e assimiladas constituídas em final de período | 224 | 19 | 203 | 23 |

4.k DÍVIDAS SUBORDINADAS

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Dívidas subordinadas reembolsáveis | 7 705 | 11 079 |
| Dívidas subordinadas perpétuas | 8 765 | 9 925 |
| Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada | 7 081 | 7 750 |
| Títulos Subordinados com Duração Indeterminada | 1 454 | 1 947 |
| Títulos participativos | 230 | 228 |
| Débitos ligados | 72 | 79 |
| DÍVIDAS SUBORDINADAS | 16 542 | 21 083 |

Dívidas subordinadas reembolsáveis

Os empréstimos contraídos subordinados reembolsáveis emitidos pelo Grupo são títulos a médio e a longo prazo assimiláveis a débitos de efeito subordinado simples cujo reembolso antes do vencimento contratual interviria, em caso de liquidação da sociedade emissora, após os outros credores mas antes dos titulares de empréstimos concedidos participativos e de títulos participativos.

Após acordo do regulador e por iniciativa do emissor, estes podem ser alvo de uma cláusula de reembolso antecipado por reacquirição em Bolsa, oferta pública de compra ou de troca ou à vista quando se trata de emissões privadas.

Os empréstimos contraídos que foram alvo de um investimento internacional, emitido pelo BNP Paribas SA podem ser alvo de um reembolso antecipado do principal e de um pagamento antes do vencimento dos juros pagáveis *in fine*, por iniciativa do emissor, a partir de uma data fixa na nota de emissão (*call option*), ou caso algumas modificações às

regras fiscais em vigor impusessem ao emissor no seio do Grupo a obrigação de compensar os portadores das consequências destas modificações. Este reembolso pode intervir mediante um aviso prévio, de 15 a 60 dias consoante o caso, e em todo o caso sob reserva do acordo das autoridades de supervisão bancária.

Durante o quarto trimestre de 2011, foi realizada uma oferta pública de troca incidindo sobre dívidas subordinadas reembolsáveis e legíveis em fundos próprios complementares (tier 2) contra novas dívidas sénior BNP Paribas. Esta operação traduziu-se por uma diminuição do ativo de dívidas subordinadas reembolsáveis de 1 433 milhões de euros.

Além disso, duas dívidas subordinadas emitidas foram objeto de um reembolso no quarto trimestre de 2011 antes do vencimento, conformemente à data fixada na nota de emissão (*call-option*). Estas operações traduziram-se por uma diminuição do ativo de dívidas subordinadas reembolsáveis de 1 729 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2011, o cronograma dos empréstimos subordinados reembolsáveis apresenta-se da seguinte forma:

| Em milhões de euros | Ativos em 31/12/2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 à 2021 | Além de 2021 |
|------------------------------------|----------------------|-------|------|------|------|------|-------------|--------------|
| Dívidas subordinadas reembolsáveis | 7 705 | 1 856 | 680 | 363 | 556 | 286 | 810 | 3 154 |

Dívidas subordinadas perpétuas

Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada

Desde 2005, o BNP Paribas SA procedeu a dezanove emissões perpétuas tomando a forma de Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada, por um montante global de 7 081 milhões em contravalor de euros. Estas emissões oferecem aos subscritores uma remuneração com taxa fixa ou variável e podem ser reembolsadas no fim de um período fixo depois em cada data de aniversário do cupão. Em caso de não reembolso no fim deste período, será pago para algumas destas emissões um cupão indexado ao Libor ou Euribor.

O Fortis Banque France, absorvido pelo BNP Paribas SA a 12 de maio de 2010, emitira em dezembro de 2007 Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada no valor de 60 milhões de euros.

Esta emissão oferecia aos subscritores uma remuneração à taxa variável. Estes títulos foram reembolsados de maneira antecipada a 23 de maio de 2011.

Durante o quarto trimestre de 2011, as operações seguintes foram realizadas sobre os Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada:

- uma oferta pública de troca incidindo sobre a emissão de junho de 2005 formulada em US dólares contra uma nova dívida sénior BNP Paribas. Esta operação traduziu-se por uma diminuição do ativo de 280 milhões de US dólares;
- uma oferta pública de compra sobre as emissões de abril de 2006 formulada em euros, de julho de 2006 formulada em libras e esterlinas e de abril de 2007 formulada em euros. Esta operação traduziu-se por uma diminuição do ativo destas emissões por respetivamente 201 milhões de euros, 162 milhões de libras esterlinas e 112 milhões de euros.

Características das emissões de Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada:

| Data de emissão | Divisa | Montante (em milhões) | Periodicidade de vencimento do cupão | Taxa e duração antes da primeira data de call | | Taxa após a primeira data de call | 31 dez. 2011 | 31 dez. 2010 |
|---|--------|--------------------------|--|---|---------|---|-----------------|-----------------|
| junho 2005 | USD | 1 070 | semestral | 5,186 % | 10 anos | USD Libor 3 meses + 1,680 % | 826 | 1 010 |
| outubro 2005 | EUR | 1 000 | anual | 4,875 % | 6 anos | 4,875 % | 1 000 | 1 000 |
| outubro 2005 | USD | 400 | anual | 6,25 % | 6 anos | 6,250 % | 309 | 299 |
| abril 2006 | EUR | 549 | anual | 4,73 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 1,690 % | 549 | 750 |
| abril 2006 | GBP | 450 | anual | 5,945 % | 10 anos | GBP Libor 3 meses + 1,130 % | 539 | 525 |
| julho 2006 | EUR | 150 | anual | 5,45 % | 20 anos | Euribor 3 meses + 1,920 % | 150 | 150 |
| julho 2006 | GBP | 163 | anual | 5,945 % | 10 anos | GBP Libor 3 meses + 1,810 % | 195 | 379 |
| abril 2007 | EUR | 638 | anual | 5,019 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 1,720 % | 638 | 750 |
| junho 2007 | USD | 600 | trimestral | 6,50 % | 5 anos | 6,50 % | 463 | 449 |
| junho 2007 | USD | 1 100 | semestral | 7,195 % | 30 anos | USD Libor 3 meses + 1,290 % | 849 | 823 |
| outubro 2007 | GBP | 200 | anual | 7,436 % | 10 anos | GBP Libor 3 meses + 1,850 % | 239 | 233 |
| | | | | Euribor 3 meses | | | | |
| | | | | + | | | | |
| dezembro 2007 | EUR | 60 | trimestral | 2,880 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 3,880 % | - | 60 |
| junho 2008 | EUR | 500 | anual | 7,781 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 3,750 % | 500 | 500 |
| setembro 2008 | EUR | 650 | anual | 8,667 % | 5 anos | Euribor 3 meses + 4,050 % | 650 | 650 |
| setembro 2008 | EUR | 100 | anual | 7,570 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 3,925 % | 100 | 100 |
| | | | | Euribor 3 meses | | | | |
| | | | | + | | | | |
| dezembro 2009 | EUR | 2 | trimestral | 3,750 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 4,750 % | 2 | 2 |
| dezembro 2009 | EUR | 17 | anual | 7,028 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 4,750 % | 17 | 17 |
| | | | | USD Libor 3 meses | | | | |
| | | | | + | | | | |
| dezembro 2009 | USD | 70 | trimestral | 3,750 % | 10 anos | USD Libor 3 meses + 4,750 % | 54 | 52 |
| dezembro 2009 | USD | 0,5 | anual | 7,384 % | 10 anos | USD Libor 3 meses + 4,750 % | 1 | 1 |
| TÍTULOS SUPER SUBORDINADOS COM DURAÇÃO INDETERMINADA | | | | | | | 7 081 | 7 750 |

Os juros devidos sobre os Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada podem não ser pagos se nenhum dividendo tiver sido pago sobre as ações ordinárias do BNP Paribas SA, nem nenhum dividendo sobre os títulos assimilados aos Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada durante o ano anterior. Os cupões não pagos não transitam.

Devido à presença de uma cláusula de absorção de perdas, as modalidades contratuais dos Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada preveem, que em caso de insuficiência de fundos próprios prudenciais - não

integralmente compensada por um aumento de capital ou qualquer outra medida equivalente - o nominal dos títulos emitidos possa ser reduzido para servir de nova base de cálculo dos cupões, enquanto a insuficiência não for corrigida e o nominal de origem dos títulos reconstituído. Em caso de liquidação do BNP Paribas e não obstante qualquer redução eventual do nominal de origem dos títulos emitidos, os portadores produzirão os seus créditos pelo seu valor nominal de origem.

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Notas anexas às Situações financeiras das contas sociais

Títulos Subordinados com Duração Indeterminada

Os Títulos Subordinados com Duração Indeterminada (TSDI) emitidos pelo BNP Paribas SA são obrigações subordinadas “perpétuas” reembolsáveis no momento da liquidação da Sociedade, após o reembolso de todas as outras dívidas mas antes do dos títulos participativos. Estes não dão qualquer direito aos ativos residuais.

Características das emissões de Títulos Subordinados com Duração Indeterminada:

| Data de emissão | Divisa | Montante (em milhões) | Taxa e duração | | Taxa | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|--------|--------------------------|--------------------------------|------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | | | antes da primeira data de call | após a primeira data de call | | | |
| outubro 1985 | EUR | 305 | TMO - 0,25 % | - | - | 254 | 254 |
| setembro 1986 | USD | 500 | Libor 6 meses + 0,75 % | - | - | 211 | 205 |
| outubro 2001 | EUR | 500 | 6,625 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 2,6 | - | 500 |
| janeiro 2002 | EUR | 660 | 6,342 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 2,33 | 660 | 660 |
| janeiro 2003 | EUR | 328 | 5,868 % | 10 anos | Euribor 3 meses + 2,48 | 329 | 328 |
| TÍTULOS SUBORDINADOS COM DURAÇÃO INDETERMINADA | | | | | | 1 454 | 1947 |

Para o TSDI emitido em Outubro de 1985, com valor nominal de 305 milhões de euros, o pagamento de juros é obrigatório, exceto se o Conselho de administração decidir diferir esta remuneração quando a Assembleia-geral Ordinária dos acionistas verificou que não existe lucro distribuível, e isto nos doze meses anteriores ao vencimento do pagamento dos juros. Os juros são cumulativos e tornam-se integralmente pagáveis a partir da recuperação de uma distribuição de dividendos.

Para os TSDI emitidos em setembro de 1986, com valor nominal de 500 milhões de dólares, o pagamento dos juros é obrigatório, exceto se o Conselho de Administração decide diferir esta remuneração quando a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas validou a decisão de não proceder à distribuição de um dividendo, e isto nos doze meses que precedem o vencimento de pagamento dos juros. Os juros são cumulativos e tornam-se integralmente pagáveis a partir da recuperação de uma distribuição de dividendo. O Banco tem a faculdade de recuperar o pagamento dos juros em dívida, mesmo na ausência de distribuição de um dividendo.

Os outros TSDI emitidos apresentam a particularidade de poderem ser reembolsáveis ao par por antecipação, por iniciativa do emissor, a partir de uma data fixa na nota de emissão, mas após acordo das autoridades de vigilância bancária (call option). Não são acompanhados de nenhuma cláusula de aumento de juro. O pagamento dos juros é obrigatório, exceto se o Conselho de administração decidir diferir esta remuneração quando a Assembleia-geral Ordinária dos acionistas validou a decisão de não proceder a uma distribuição de dividendos, e isto nos doze meses anteriores ao vencimento do pagamento dos juros.

Títulos participativos

Os títulos participativos emitidos pelo banco entre 1984 e 1988 por um montante global de 337 milhões de euros só são reembolsáveis em caso de liquidação da Sociedade mas podem ser alvo de reações nas condições previstas pela lei de 3 de janeiro de 1983. Neste âmbito, procedeu-se em 2004 e em 2007 à reatuação de 434 267 títulos sobre 2 212 761 títulos emitidos na origem que foram alvo de uma anulação.

Nota 5 COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

5.a COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Estabelecimentos de crédito | 38 024 | 53 700 |
| Clientela | 133 688 | 156 559 |
| Abertura de créditos confirmados | 77 412 | 87 209 |
| Outros compromissos a favor da clientela | 56 276 | 69 350 |
| COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO CONCEDIDOS | 171 712 | 210 259 |
| Estabelecimentos de crédito | 64 726 | 81 886 |
| Clientela | 8 994 | 23 380 |
| COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO RECEBIDOS | 73 720 | 105 266 |

5.b COMPROMISSOS DE GARANTIA

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Estabelecimentos de crédito | 33 053 | 37 207 |
| Clientela | 108 828 | 104 726 |
| COMPROMISSOS DE GARANTIA CONCEDIDOS | 141 881 | 141 933 |
| Estabelecimentos de crédito | 69 350 | 61 901 |
| Clientela | 180 922 | 123 540 |
| COMPROMISSOS DE GARANTIA RECEBIDOS | 250 272 | 185 441 |

5.c INSTRUMENTOS FINANCEIROS DADOS OU RECEBIDOS EM GARANTIA

➤ INSTRUMENTOS FINANCEIROS DADOS EM GARANTIA

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Instrumentos financeiros (títulos negociáveis e créditos privados) depositados junto dos bancos centrais e mobilizáveis a qualquer instante em garantia de operações eventuais de refinanciamento | 58 919 | 74 301 |
| ■ Mobilizados em garantia junto dos bancos centrais | 34 669 | 15 623 |
| ■ Disponíveis para operações de refinanciamento | 24 250 | 58 678 |
| Outros ativos dados em garantia de operações junto dos estabelecimentos de créditos e da clientela financeira | 67 432 | 65 483 |

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco depositou ou tornou elegíveis a um depósito 58 919 milhões de euros (74 301 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010) junto do bancos centrais que são mobilizáveis a qualquer instante em garantia de operações eventuais de refinanciamento, dos quais 43 379 milhões (50 154 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010) junto do bancos centrais que são mobilizáveis a qualquer instante em garantia de operações eventuais de refinanciamento, dos quais 50 154 milhões (51 604 milhões de euros em 31 de dezembro de 2009) junto da Banque de France no âmbito do sistema de Gestão Global das Garantias cobrindo as operações de política monetária do Eurosistema e de empréstimos contraídos intradiários. Neste âmbito, o Banco tinha mobilizado junto dos bancos centrais 34 669 milhões de euros em 31 de dezembro de

2011 (15 623 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010) dos quais 29 726 milhões de euros (7 000 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010) junto da Banque de France.

Os outros ativos dados em garantia de operações junto dos estabelecimentos de crédito e da clientela financeira dizem respeito nomeadamente a financiamentos do BNPP HL Covered Bonds, da Société de Financement de l'Économie Française e da Caisse de Refinancement de l'Habitat e ascendem a 46 715 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (45 916 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010).

➤ INSTRUMENTOS FINANCEIROS RECEBIDOS EM GARANTIA

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|------------------|------------------|
| Instrumentos financeiros recebidos em garantia | 27 321 | 27 025 |

Nota 6 REMUNERAÇÕES E VANTAGENS CONCEDIDAS AO PESSOAL

6.a ENCARGOS COM O PESSOAL

| Em milhões de euros | Exercício 2011 | Exercício 2010 |
|--|----------------|----------------|
| Salários e tratamentos | (3 500) | (3 788) |
| Encargos sociais e fiscais | (1 635) | (1 479) |
| Participação e Interesse dos assalariados | (189) | (250) |
| TOTAL ENCARGOS COM O PESSOAL | (5 324) | (5 517) |

O efetivo do BNP Paribas SA reparte-se da forma seguinte:

| Efetivo, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| BNP Paribas Metrópole | 40 258 | 39 523 |
| <i>dos quais quadros</i> | 22 335 | 21 319 |
| Sucursais fora Metrópole | 9 526 | 10 148 |
| TOTAL BNP PARIBAS SA | 49 784 | 49 671 |

6.b COMPROMISSOS SOCIAIS

Vantagens posteriores ao emprego dependentes de regimes com descontos definidos

Em França, o grupo BNP Paribas desconta para diferentes organismos nacionais e interprofissionais de reformas de base e complementares. O BNP Paribas SA e algumas filiais implementaram, por acordo de empresa, uma reforma por capitalização. A este título, os funcionários beneficiarão no momento da sua saída para a reforma de uma renda que vem crescer às pensões servidas pelos regimes nacionais.

No estrangeiro, os planos com prestações definidas tendo sido fechados pela maior parte dos países (Estados Unidos, Reino Unido, Hong Kong, Irlanda, Noruega, Austrália principalmente) aos novos colaboradores, estes vêem-se oferecer o benefício de planos de reforma com descontos definidos. No âmbito destes planos, o compromisso da Empresa consiste essencialmente em pagar, ao plano de reforma, uma percentagem do salário anual do beneficiário.

Os montantes pagos a título dos regimes posteriores ao emprego com descontos definidos franceses e estrangeiros são de 243 milhões de euros para o exercício 2011 contra 232 milhões de euros para o exercício 2010.

Vantagens posteriores ao emprego dependentes de regimes com prestações definidas

Os regimes com prestações definidas em vigor no BNP Paribas SA são alvo de avaliações atuariais independentes segundo a metodologia das unidades de crédito projetadas a fim de determinar o encargo correspondente aos direitos adquiridos pelos trabalhadores e às prestações ficando por pagar aos pré-reformados e reformados. As hipóteses demográficas e financeiras utilizadas para estimar o valor atualizado das obrigações e dos ativos de cobertura destes regimes têm em conta as condições económicas próprias a cada país. A fração das diferenças atuariais a amortizar, após aplicação do limite convencional de 10% (método do corredor), é calculado separadamente para cada plano com prestações definidas.

As provisões constituídas a título dos regimes posteriores ao emprego com prestações definidas ascendem a 447 milhões de euros em 31 de dezembro de

2011 (319 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010), dos quais 308 milhões de euros para os compromissos franceses e 139 milhões de euros para os compromissos estrangeiros.

Os excedentes de valor dos ativos de reforma sobre as obrigações ligadas aos regimes correspondentes representam 101 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 (35 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010).

Regimes de reforma e outras vantagens ligadas à reforma

Regimes de reforma

Em França, o BNP Paribas SA paga um complemento de pensão bancária a título dos direitos adquiridos em 31 de dezembro de 1993 pelos reformados e os empregados em atividade nesta data. Estes compromissos residuais são cobertos por uma provisão constituída nas contas do BNP Paribas SA, ou são externalizados junto de companhias de seguros.

Os regimes de reforma com prestações definidas dos quais beneficiavam os quadros superiores do BNP Paribas SA vindos do BNP, do Paribas e da Compagnie Bancaire, foram todos fechados e transformados em regimes de tipo aditivo. Os montantes atribuídos aos beneficiários, sob reserva da sua presença no BNP Paribas SA no momento da sua saída para a reforma, foram definitivamente determinados no momento do fecho dos regimes anteriores. Estes regimes de reforma foram externalizados junto de companhias de seguros, no balanço das quais o valor de mercado dos ativos investidos em representação destes regimes se reparte 84 % em obrigações, 7,7 % em ações e 8,3 % em imobiliário.

Nas sucursais do BNP Paribas SA no estrangeiro, os regimes de reforma são fundados, ou sobre a aquisição de uma reforma definida em função do último salário e do número de anos de serviço (Reino Unido), ou sobre a aquisição anual de um capital constitutivo de uma pensão expressa em percentagem do salário anual e remunerada a uma taxa definida (Estados Unidos). Em Hong Kong, uma população fechada de colaboradores beneficia de um regime de reforma com descontos definidos com uma garantia de rendimento mínimo suportada pelo empregador. Devido a este compromisso de rendimento, este plano entra no âmbito dos regimes com prestações definidas.

A gestão de certos regimes é assegurada por organismos de gestão independentes (Reino Unido). Em 31 de dezembro de 2011, 84 % dos compromissos brutos destes regimes estão concentrados em 7 planos situados no Reino Unido, nos Estados Unidos e em Hong Kong. O valor de mercado dos ativos destes regimes reparte-se ao nível de 33 % em ações, 54 % em obrigações, e 13 % noutros instrumentos financeiros.

Outras vantagens ligadas à reforma

Os assalariados do BNP Paribas SA beneficiam de diversas prestações contratuais tais como as indemnizações de saída ou de fim de carreira. Em França, a cobertura destas indemnizações é objeto de um contrato externalizado junto de uma companhia de seguros independente do BNP Paribas SA.

Regimes de ajuda médica posterior ao emprego

Em França, o BNP Paribas SA já não tem compromisso a título dos regimes de cobertura médica para com os seus reformados.

Nas sucursais do BNP Paribas SA no estrangeiro, existem vários regimes de cobertura médica para os reformados sendo que os principais se situam nos Estados Unidos. As provisões constituídas a título dos compromissos existentes para com os beneficiários ascendem a 8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

Os compromissos existentes a título dos regimes de ajuda médica posterior ao emprego são avaliados utilizando as tabelas de mortalidade em vigor em cada país e as hipóteses de evolução dos custos médicos. Estas hipóteses, baseadas em observações históricas, têm em conta as evoluções futuras estimadas do custo dos serviços médicos resultando em simultâneo do custo das prestações e da inflação.

Indemnizações de fim de contrato de trabalho

O Banco favorece em França a saída antecipada fundada no voluntariado de funcionários respondendo a certos critérios de elegibilidade. Os encargos ligados aos planos de saída de voluntários são alvo de provisões a título dos pessoais em atividade elegíveis desde que o plano visado tenha sido alvo de um acordo ou de uma proposta de acordo paritária.

Além disso no âmbito do plano de redução do balanço iniciado no segundo semestre de 2011, um plano de adaptação dos efetivos foi implementado, nomeadamente no seio do polo Corporate and Investment Banking. A título das ações empreendidas em 31 de dezembro de 2011, foram constituídas provisões no valor de 107 milhões de euros.

Nota 7 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

7.a EVOLUÇÃO DO CAPITAL

Resoluções da Assembleia-geral dos acionistas utilizáveis durante o exercício 2011

As seguintes delegações com validade em 2011, foram concedidas pela Assembleia-geral dos acionistas ao Conselho de administração para proceder a aumentos ou reduções de capital:

| Resoluções da Assembleia-geral dos acionistas | Utilização feita durante o exercício 2011 |
|--|---|
| <p>Assembleia-geral Mista de 21 de maio de 2008 (21ª resolução)</p> <p>Autorização para proceder à atribuição de ações gratuitas aos assalariados do BNP Paribas e aos assalariados e mandatários sociais das empresas ligadas.</p> <p><i>As ações atribuídas poderão ser existentes ou a emitir e representarão no máximo 1,5 % do capital social do BNP Paribas na data da decisão da sua atribuição pelo Conselho de administração, ou seja menos de 0,5 % por ano. Esta autorização foi dada por um período de 38 meses e foi privada de efeito pela 15ª resolução da Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011.</i></p> | <p>Atribuição de 1 040 450 ações gratuitas aquando do Conselho de administração de 4 de março de 2011</p> |
| <p>Assembleia-geral Mista de 21 de maio de 2008 (22ª resolução)</p> <p>Autorização para conceder a certos membros do pessoal e aos mandatários sociais opções de subscrição ou de compra de ações.</p> <p><i>Esta autorização incide sobre um número de títulos representando no máximo 3 % do capital social do BNP Paribas na data da decisão da sua atribuição pelo Conselho de administração, ou seja menos de 1 % por ano. Este plafond é global, comum às 21ª e 22ª resoluções da Assembleia Geral Mista de 21 de maio de 2008.</i></p> | <p>Atribuição de 2 296 820 subscrições aquando do Conselho de administração de 4 de março de 2011</p> |
| <p>Assembleia-geral Mista de 12 de maio de 2010 (5ª resolução)</p> <p><i>Esta autorização foi dada por um período de 38 meses e foi privada de efeito pela 16ª resolução da Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011.</i></p> <p>Autorização dada ao Conselho de administração para implementar um programa de recompra de ações ordinárias pela Sociedade até deter ao máximo 10 % do número das ações compondo o capital social.</p> <p><i>As ditas aquisições de ações, por um preço máximo de 75 euros, seriam destinadas a preencher vários objetivos, nomeadamente :</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - honrar obrigações ligadas à emissão de títulos dando acesso ao capital, a programas de opções de compra de ações, à atribuição de ações gratuitas, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados no âmbito da participação nos frutos da expansão da empresa, de planos de acionariado assalariado ou de planos poupança empresa; - anular as ações nas condições fixadas pela Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010 (2ª resolução); - cobrir qualquer forma de atribuição de ações a favor dos assalariados do BNP Paribas e das sociedades controladas exclusivamente pelo BNP Paribas no sentido do artigo L233-16 do Código comercial; - para efeito de as conservar e de as entregar posteriormente para troca ou em pagamento no âmbito de operações de crescimento externo, de fusão, de cisão ou de contribuição; - no âmbito de um contrato de liquidez conforme à Carta deontológica reconhecida pela Autoridade dos Mercados Financeiros; - para efeitos de gestão patrimonial e financeira. <p><i>Esta autorização é dada por um período de 18 meses e ficou sem efeito pela 5ª resolução da Assembleia-geral Mista de 11 de maio de 2011.</i></p> | <p>No âmbito do contrato de liquidez, 1 319 710 ações com valor nominal de 2 euros foram compradas e 1 295 795 ações com valor nominal de 2 euros foram vendidas de 1 de janeiro de 2011 a 10 de maio de 2011</p> |
| <p>Assembleia-geral Mista de 12 de maio de 2010 (12ª resolução)</p> <p>Emissão, com manutenção do direito preferencial de subscrição, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital ou dando direito à atribuição de títulos de crédito.</p> <p><i>O valor nominal dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados imediatamente e/ou a prazo, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 1 bilhão de euros (ou seja 500 milhões de ações). O valor nominal dos títulos de crédito dando acesso ao capital da sociedade, suscetíveis de serem emitidos em virtude desta delegação, não pode ser superior a 10 bilhões de euros.</i></p> <p><i>Esta autorização foi dada por um período de 26 meses. Esta autorização foi dada por um prazo de 26 meses.</i></p> | <p>Não foi feito uso desta resolução</p> |

| Resoluções da Assembleia-geral dos acionistas | Utilização feita durante o exercício 2011 | |
|---|--|--|
| <p>Assembleia-geral Mista de 12 de maio de 2010 (13ª resolução)</p> | <p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição e facultade de outorga de um prazo de prioridade, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital ou dando direito à atribuição de títulos de crédito.</p> <p><i>O valor nominal dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados imediatamente e/ou a prazo, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 350 milhões de euros (ou seja 175 milhões de ações).</i></p> <p><i>O valor nominal dos títulos de crédito dando acesso ao capital da sociedade, suscetíveis de serem emitidos em virtude desta delegação, não pode ser superior a 7 biliões de euros.</i></p> <p><i>Esta autorização foi dada por um período de 26 meses.</i></p> | <p>Autorização dada ao Conselho de administração para realizar operações reservadas aos aderentes do Plano Poupança Empresa de Grupo do BNP Paribas podendo tomar a forma de aumentos de capital e/ou de cedências de títulos reservadas.</p> <p><i>A autorização é dada para aumentar, numa ou várias vezes, o capital social de um valor nominal máximo de 46 milhões de euros, pela emissão</i></p> |
| <p>Assembleia-geral Mista de 12 de maio de 2010 (14ª resolução)</p> | <p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital, destinadas a remunerar os títulos angariados no âmbito de ofertas públicas de troca.</p> <p><i>O montante máximo dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados, numa ou várias vezes, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 350 milhões de euros.</i></p> <p><i>Esta delegação foi dada por um período de 26 meses.</i></p> | <p><i>de ações (com supressão do direito preferencial de subscrição) reservada aos aderentes do Plano Poupança Empresa do grupo BNP Paribas ou por cedência de ações.</i></p> <p><i>Esta autorização foi dada por um período de 26 meses.</i></p> |
| <p>Assembleia-geral Mista de 12 de maio de 2010 (15ª resolução)</p> | <p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição, de ações destinadas a remunerar contribuições de títulos não cotados dentro do limite de 10 % do capital.</p> <p><i>O valor nominal máximo dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados, numa ou várias vezes, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 10 % do capital social do BNP Paribas na data de decisão do Conselho de administração. Esta delegação foi dada por um período de 26 meses.</i></p> | |
| <p>Assembleia-geral Mista de 12 de maio de 2010 (16ª resolução)</p> | <p>Limitação global das autorizações de emissão com supressão do direito preferencial de subscrição.</p> <p><i>A decisão é tomada de limitar o montante global das autorizações de emissões com supressão do direito preferencial de subscrição, por um lado, a 350 milhões de euros o valor nominal máximo dos aumentos de capital, imediatos e/ou a prazo, suscetíveis de serem realizados no âmbito das autorizações conferidas pelas 13ª a 15ª resoluções da presente Assembleia Geral, e por outro lado, a 7 biliões de euros o valor nominal máximo dos títulos de crédito suscetíveis de serem emitidos no âmbito das autorizações conferidas pelas 13ª a 15ª resoluções da Assembleia Geral de 12 de maio de 2010.</i></p> | |
| <p>Assembleia-geral Mista de 12 de maio de 2010 (17ª resolução)</p> | <p>Aumento de capital por incorporação de reservas ou de lucros, de prémios de emissão ou de contribuição.</p> <p><i>A autorização é dada para aumentar, numa ou várias vezes, o capital social dentro do limite de um valor nominal de 1 bilião de euros por incorporação, sucessiva ou simultânea, no capital, de tudo ou parte das reservas, lucros ou prémios e emissão, de fusão, ou de contribuição, a realizar por criação e atribuição gratuita de ações ou por elevação do valor nominal das ações ou pela aplicação conjunta destes dois procedimentos.</i></p> <p><i>Esta autorização foi dada por um período de 26 meses.</i></p> | |
| <p>Assembleia-geral Mista de 12 de maio de 2010 (19ª resolução)</p> | <p>Limitação global das autorizações de emissão com manutenção ou supressão do direito preferencial de subscrição.</p> <p><i>A decisão é tomada de limitar o montante global das autorizações de emissões, com manutenção ou supressão do direito preferencial de subscrição, por um lado, a 1 bilião de euros o valor nominal máximo dos aumentos de capital, imediatos e/ou a prazo, suscetíveis de serem realizados no âmbito das autorizações conferidas pelas 12ª a 15ª resoluções da presente Assembleia Geral, e por outro lado, a 10 biliões de euros o valor nominal máximo dos títulos de crédito suscetíveis de serem emitidos em virtude das autorizações conferidas pelas 12ª a 15ª resoluções da Assembleia Geral de 12 de maio de 2010.</i></p> | |

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Notas anexas às Situações financeiras das contas sociais

Não
foi
feito
uso
desta
resolu
ção

ações novas
com valor nominal de 2 euros constatada a 13 de julho de
2011

Não foi feito uso desta
resolução

Não foi feito uso desta
resolução

NC

Não foi feito uso desta
resolução

NC

E

miss
ão
de 6
315
653

| Resoluções da Assembleia-geral dos acionistas | Utilização feita durante o exercício 2011 |
|--|--|
| Assembleia-geral Mista de 12 de maio de 2010 (20ª resolução) | 20ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010. |
| <p>Autorização para conferir ao Conselho de administração com efeito de reduzir o capital por anulação de ações.</p> <p><i>A autorização é dada para anular, numa ou várias vezes, por via de redução do capital social, tudo ou parte das ações que o BNP Paribas detém e que poderia deter no âmbito da autorização dada pela dita Assembleia, dentro do limite de 10 % do número total de ações compondo</i></p> <p><i>o capital social existente na data da operação, por período de 24 meses. Delegação de todos os poderes, para realizar esta redução de capital, e imputar a diferença entre o valor de compra dos títulos anulados e o seu valor nominal aos prémios e reservas disponíveis, incluindo à reserva legal a nível dos 10 % do capital anulado.</i></p> <p><i>Esta autorização foi dada por um período de 18 meses e foi privada de efeito pela 17ª resolução da Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011.</i></p> | |
| Assembleia-geral Mista de 11 de maio de 2011 (5ª resolução) | |
| <p>Autorização dada ao Conselho de administração para implementar um programa de recompra de ações ordinárias pela Sociedade até deter ao máximo 10 % do número das ações compondo o capital social.</p> <p><i>As ditas aquisições de ações, por um preço máximo de 75 euros (idêntico ao anterior), seriam destinadas a preencher vários objetivos, nomeadamente :</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>- honrar obrigações ligadas à emissão de títulos dando acesso ao capital, a programas de opções de compra de ações, à atribuição de ações gratuitas, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados no âmbito da participação nos frutos da expansão da empresa, de planos de acionariado assalariado ou de planos poupança empresa;</i> <i>- anular as ações nas condições fixadas pela Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011 (17ª resolução);</i> <i>- cobrir qualquer forma de atribuição de ações a favor dos assalariados e dos mandatários sociais do BNP Paribas e das sociedades controladas exclusivamente pelo BNP Paribas no sentido do artigo L233-16 do Código comercial;</i> <i>- para efeitos de as conservar e de as entregar posteriormente para troca ou em pagamento no âmbito de operações de crescimento externo, de fusão, de cisão ou de contribuição;</i> <i>- no âmbito de um contrato de liquidez conforme à Carta deontológica reconhecida pela Autoridade dos Mercados Financeiros;</i> <i>- para efeitos de gestão patrimonial e financeira.</i> <p><i>Esta autorização é dada por um período de 18 meses e substitui-se àquela concedida pela 5ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010.</i></p> | |
| Assembleia-geral Mista de 11 de maio de 2011 (15ª resolução) | |
| <p>Autorização para proceder a atribuições de ações de desempenho a favor de membros do pessoal assalariado e de mandatários sociais do Grupo.</p> <p><i>As ações atribuídas poderão ser existentes ou a emitir e representarão no máximo 1,5 % do capital social do BNP Paribas, ou seja menos de 0,5 % por ano.</i></p> | |
| Assembleia-geral Mista de 11 de maio de 2011 (16ª resolução) | |
| <p>Autorização para conceder opções de subscrição ou de compra de ações a favor de membros do pessoal assalariado e de mandatários sociais do Grupo.</p> <p><i>Esta autorização incide sobre um número de títulos representando no máximo 3 % do capital social do BNP Paribas, ou seja menos de 1 % por ano. Este limite é global,</i></p> | |
| Assembleia-geral Mista de 11 de maio de 2011 (17ª resolução) | |
| <p><i>comum às 15ª e 16ª resoluções da Assembleia-geral Mista de 11 de maio de 2011. Esta autorização foi dada por um período de 38 meses e substitui-se àquela concedida pela 22ª resolução da Assembleia Geral Mista de 21 de maio de 2008.</i></p> <p>Autorização concedida ao Conselho de administração para reduzir o capital por anulação de ações.</p> <p><i>A autorização é dada para anular, numa ou várias vezes, por via de redução do capital social, tudo ou parte das ações que o BNP Paribas detém e que poderia deter, no limite de 10 % do número total de ações compondo o capital social existente na data da operação, por período de 24 meses.</i></p> <p><i>Delegação de todos os poderes para realizar esta redução de capital, e imputar a diferença entre o valor de compra dos títulos anulados e o seu valor nominal aos prémios e reservas disponíveis, incluindo na reserva legal de 10 % do capital anulado.</i></p> <p><i>Esta autorização foi dada por um período de 18 meses e substitui-se àquela concedida pela</i></p> | |

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Notas anexas às Situações financeiras das contas sociais

Não foi feito uso desta
resolução

Fora contrato de liquidez,
14 684 591 ações com valor
nominal de 2 euros foram
recompradas
em agosto de 2011 e
setembro de 2011

No âmbito do contrato
de liquidez,
1 290 651 ações com valor
nominal de 2 euros foram
compradas
e 1 234 575 ações com valor
nominal de 2 euros foram vendidas
de 11 de maio de 2011 a
31 de dezembro de 2011

Não foi feito uso desta
resolução

Não foi feito uso desta
resolução

Não foi feito uso desta
resolução

OPERAÇÕES REALIZADAS SOBRE O CAPITAL

| Operações sobre o capital | Em número | Valor unitário (em euros) | Em euro | Data de autorização pela Assembleia Geral | Data de decisão do Conselho de administração | Data de fruição |
|--|----------------------|---------------------------|----------------------|---|--|-----------------|
| NÚMERO DE AÇÕES EMITIDAS EM 31 DEZEMBRO 2009 | 1 185 281 764 | 2 | 2 370 563 528 | | | |
| Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações | 595 215 | 2 | 1 190 430 | (1) | (1) | 1 janeiro 2009 |
| Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações | 522 529 | 2 | 1 045 058 | (1) | (1) | 1 janeiro 2010 |
| Redução de capital | (600 000) | 2 | (1 200 000) | 13 maio 2009 | 5 março 2010 | |
| Aumento de capital ligado à fusão do Fortis Banque France | 354 | 2 | 708 | 12 maio 2010 | 12 maio 2010 | 1 janeiro 2010 |
| Aumento de capital resultante do pagamento do dividendo em ações | 9 160 218 | 2 | 18 320 436 | 12 maio 2010 | 12 maio 2010 | 1 janeiro 2010 |
| Aumento de capital reservado aos aderentes do Plano Poupança Empresa | 3 700 076 | 2 | 7 400 152 | 12 maio 2010 | 12 maio 2010 | 1 janeiro 2010 |
| NÚMERO DE AÇÕES EMITIDAS EM 31 DEZEMBRO 2010 | 1 198 660 156 | 2 | 2 397 320 312 | | | |
| Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações | 2 736 124 | 2 | 5 472 248 | (1) | (1) | 1 janeiro 2010 |
| Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações | 34 053 | 2 | 68 106 | (1) | (1) | 1 janeiro 2011 |
| Aumento de capital reservado aos aderentes do Plano Poupança Empresa | 6 315 653 | 2 | 12 631 306 | 12 maio 2010 | 11 maio 2011 | 1 janeiro 2011 |
| NÚMERO DE AÇÕES EMITIDAS EM 31 DEZEMBRO 2011 | 1 207 745 986 | 2 | 2 415 491 972 | | | |

(1) Diversas resoluções tomadas pela Assembleia-geral dos acionistas e decisões do Conselho de administração autorizando a atribuição das opções de subscrição de ações levantadas durante o período.

7.b QUADRO DE PASSAGEM DOS CAPITAIS PRÓPRIOS DE 31 DEZEMBRO 2009 A 31 DEZEMBRO 2011

| Em milhões de euros | Capital | Prémios de emissão e outros prémios | Resultado e reservas do período | Total capitais próprios |
|--|--------------|-------------------------------------|---------------------------------|-------------------------|
| CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DEZEMBRO 2009 | 2 371 | 21 331 | 26 843 | 50 545 |
| Dividendos sobre o resultado do exercício 2009 | 18 | 402 | (1 776) | (1 356) |
| Aumentos de capital | 9 | 191 | 3 | 203 |
| Redução de capital por anulação de ações | (1) | (39) | | (40) |
| Outras variações | | (35) | (12) | (47) |
| Resultado do exercício 2010 | | | 3 465 | 3 465 |
| CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DEZEMBRO 2010 | 2 397 | 21 850 | 28 523 | 52 770 |
| Dividendos sobre o resultado do exercício 2010 | | | (2 521) | (2 521) |
| Aumentos de capital | 18 | 375 | 2 | 395 |
| Outras variações | | | 2 | 2 |
| Resultado do exercício 2011 | | | 3 466 | 3 466 |
| CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DEZEMBRO 2011 | 2 415 | 22 225 | 29 472 | 54 112 |

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Notas anexas às Situações financeiras das contas sociais

7.c NOCIONAL DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS A PRAZO

O montante nocional dos instrumentos financeiros derivados só constitui uma indicação de volume da atividade do BNP Paribas SA nos mercados de instrumentos financeiros e não reflete os riscos de mercado ligados a estes instrumentos.

Carteira de transação

| Em milhões de euros, em | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
|--|-------------------|-------------------|
| Instrumentos derivados de taxas de câmbio | 2 179 487 | 1 973 422 |
| Instrumentos derivados de taxas de juro | 39 870 124 | 37 120 905 |
| Instrumentos derivados sobre ações | 1 749 540 | 1 825 489 |
| Instrumentos derivados de crédito | 2 331 624 | 2 384 781 |
| Instrumentos derivados de matérias-primas | 87 781 | 88 124 |
| Outros instrumentos derivados | 21 | 3 |
| INSTRUMENTOS FINANCEIROS A PRAZO DE TRANSAÇÃO | 46 218 577 | 43 392 724 |

As operações sobre instrumentos financeiros realizados em mercados organizados representam 47 % das operações incidindo sobre instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2011 (44 % em 31 de dezembro de 2010).

Estratégia de cobertura

O montante total dos nocionais dos instrumentos financeiros derivados utilizados em cobertura ascende a 695 497 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 502 412 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

As operações sobre instrumentos financeiros derivados contratados para efeitos de cobertura são concluídas à vista.

Valor de mercado

O valor de mercado da posição líquida das operações firmes é avaliado em aproximadamente 4 950 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra uma posição líquida positiva de 1 500 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. O valor de mercado da posição líquida compradora das operações condicionais é avaliado em cerca de 5 000 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra posição líquida compradora de 3 100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

7.d INFORMAÇÕES SETORIAIS

Os capitais de balanço das operações interbancárias e assimiladas assim como das operações com a clientela repartem-se geograficamente da seguinte forma:

| Em milhões de euros, em | Operações interbancárias e assimiladas | | Operações com a clientela e locação financeira | | Total por zona geográfica | |
|---|--|------------------|--|------------------|---------------------------|------------------|
| | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 | 31 dezembro 2011 | 31 dezembro 2010 |
| França | 326 517 | 336 431 | 227 635 | 239 552 | 554 152 | 575 983 |
| Outros países do espaço económico europeu | 90 321 | 99 431 | 55 584 | 63 275 | 145 905 | 162 706 |
| Países das zonas América e Ásia | 51 548 | 57 948 | 48 165 | 58 415 | 99 713 | 116 363 |
| Outros países | 1 399 | 2 575 | 3 374 | 4 625 | 4 773 | 7 199 |
| TOTAL DAS APLICAÇÕES | 469 785 | 496 385 | 334 758 | 365 867 | 804 543 | 862 252 |
| França | 290 993 | 254 311 | 189 058 | 179 210 | 480 051 | 433 522 |
| Outros países do espaço económico europeu | 33 902 | 49 714 | 61 044 | 94 024 | 94 946 | 143 738 |
| Países das zonas América e Ásia | 25 017 | 56 805 | 28 327 | 46 870 | 53 344 | 103 675 |
| Outros países | 2 512 | 6 316 | 4 899 | 4 273 | 7 411 | 10 589 |
| TOTAL DOS RECURSOS | 352 424 | 367 146 | 283 328 | 324 378 | 635 752 | 691 524 |

O resultado líquido bancário do BNP Paribas SA em 2011 para o conjunto das suas atividades é realizado a 86 % com contrapartidas que pertencem ao espaço económico europeu (86 % em 2010).

7.e VENCIMENTOS DAS APLICAÇÕES E DOS RECURSOS

| Em milhões de euros | Operações à vista diárias | Duração residual | | | | | |
|---|---------------------------|------------------|--------------------|-------------------|----------------|---------------------|---------|
| | | Até 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 ano a 5 anos | Mais de 5 anos | dos quais Provisões | Total |
| Aplicações | | | | | | | |
| Caixa, bancos centrais e CCP | 40 496 | 893 | | | | | 41 389 |
| Títulos públicos e valores assimilados | 218 | 52 729 | 8 242 | 26 594 | 28 745 | (1 048) | 116 528 |
| Créditos sobre estabelecimentos de crédito | 9 186 | 184 311 | 30 905 | 57 979 | 29 487 | (469) | 311 868 |
| Operações com a clientela e locação financeira | 19 347 | 99 401 | 31 356 | 96 978 | 87 676 | (6 727) | 334 758 |
| Obrigações e outros títulos de rendimento fixo | 4 386 | 29 546 | 12 888 | 25 218 | 23 979 | (2 788) | 96 017 |
| Recursos | | | | | | | |
| Débitos com estabelecimentos de crédito e bancos centrais e CCP | 29 251 | 214 930 | 24 917 | 64 939 | 18 387 | | 352 424 |
| Operações com a clientela | 45 756 | 185 877 | 22 861 | 21 873 | 6 961 | | 283 328 |
| Débitos representados por um título exceto empréstimos contraídos obrigacionistas e outros débitos representados por um título (nota 4.f) | 703 | 56 917 | 24 635 | 39 759 | 22 466 | | 144 480 |

7.f ESTADOS E TERRITÓRIOS NÃO COOPERATIVOS

A criação de implantações pelo BNP Paribas SA, ou as filiais que dependem deste no seio do Grupo, constituídas em torno do BNP Paribas SA, nos Estados considerados como não cooperativos no sentido do artigo 238-O A do CGI é submetida a um procedimento especial de autorização pela Conformidade. Estas implantações, em conformidade com o princípio de uniformidade

e de universalidade do dispositivo de controlo interno do Grupo, e com o seu princípio de «melhor proposta deontológica», são submetidas às regras do Grupo em matéria de controlo dos riscos de toda a natureza, de luta contra o branqueamento, a corrupção e o financiamento do terrorismo e de respeito dos embargos financeiros.

| Denominação | % interesse | Forma jurídica | Natureza da autorização | Atividade |
|---|-------------|--------------------------------------|-------------------------------|--|
| Brunei | | | | |
| BNP Paribas Asset Management (B) SDN BHD | 90,55 | SDN BHD (Private Limited Company) | Investment Advisor License | Gestão de ativos |
| Panamá | | | | |
| BNP Paribas - sucursal Panamá | 100,00 | Sucursal | Licença bancária | Inativa - em fase anulação de licença |
| BNP Paribas (Panama) SA | 99,68 | Sociedad anonima | - | Inativa - em liquidação |
| BNP Paribas Wealth Management - sucursal Panamá | 100,00 | Sucursal | Licença bancária | Inativa - em fase anulação de licença |
| Filipinas | | | | |
| BNP Paribas - sucursal Manila | 100,00 | Branch | Licença bancária offshore | Banco comercial |

6.2 A afetação do resultado do exercício fechado em 31 de dezembro de 2011 e a distribuição do dividendo

O Conselho de administração proporá à Assembleia-geral de 23 de maio de 2012 uma afetação do resultado do exercício fechado em 31 de dezembro de 2011 e uma distribuição do dividendo em função das modalidades seguintes:

| Em milhões de euros | |
|-----------------------------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 3 466 |
| Resultado transitado beneficiário | 16 748 |
| TOTAL A AFETAR | 20 214 |
| Dividendo | 1 449 |
| Resultado transitado | 18 765 |
| TOTAL AFETADO | 20 214 |

O dividendo de um montante de 1 449 milhões de euros a pagar aos acionistas do BNP Paribas – com base no número de ações existentes em 31 de janeiro de 2012 – corresponde a uma distribuição de 1,20 euro por ação com valor nominal de 2 euros.

6.3 Quadro dos 5 últimos exercícios do BNP Paribas SA

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Situação financeira no fim do exercício | | | | | |
| ■ Capital social (em euros) | 1 810 520 616 | 1 824 192 214 | 2 370 563 528 | 2 397 320 312 | 2 415 491 972 |
| ■ Número de ações emitidas | 905 260 308 | 912 096 107 | 1 185 281 764 | 1 198 660 156 | 1 207 745 986 |
| ■ Número de obrigações convertíveis em ações | NC | NC | NC | NC | NC |
| Resultado global das operações efetivas (em milhões de euros) | | | | | |
| ■ Volume de negócios s/IVA | 47 028 | 48 642 | 33 104 | 28 426 | 31 033 |
| ■ Lucro antes de impostos, amortizações e provisões | 5 257 | 3 400 | 7 581 | 7 193 | 7 366 |
| ■ Impostos sobre os lucros | 285 | 1 201 | (540) | (118) | 300 |
| ■ Lucro após impostos, amortizações e provisões | 4 532 | 715 | 4 009 | 3 465 | 3 466 |
| ■ Montante dos lucros distribuídos ⁽¹⁾ | 3 034 | 912 | 1 778 | 2 518 | 1 449 |
| Resultados das operações reduzidos a uma única ação em euros | | | | | |
| ■ Lucro após impostos, amortizações e provisões | 6,12 | 5,04 | 5,94 | 5,90 | 6,35 |
| ■ Lucro após impostos, amortizações e provisões | 5,00 | 0,78 | 3,38 | 2,89 | 2,87 |
| ■ Dividendo pago a cada ação ⁽¹⁾ | 3,35 | 1,00 | 1,50 | 2,10 | 1,20 |
| Pessoal | | | | | |
| ■ Número de assalariados em 31 de dezembro | 47 466 | 47 443 | 46 801 | 49 671 | 49 784 |
| ■ Montante da massa salarial (em milhões de euros) | 3 554 | 3 112 | 3 812 | 3 977 | 3 829 |
| ■ Montante das quantias pagas a título das vantagens sociais (Segurança social, Obras sociais, etc.) (em milhões de euros) | 1 106 | 1 053 | 1 750 | 1 141 | 1 212 |

(1) Sob reserva da aprovação pela Assembleia-geral de 23 de maio de 2012.

6.4 Principais filiais e participações do BNP Paribas SA

| Designação | Div. | Capital | Reservas e RAN antes afetação dos resultados | Resultados | Quota-parte de capital detida |
|---|------|-----------------------|--|--|-------------------------------|
| | | | | (lucro ou perda do último exercício fechado) | |
| | | em milhões de divisas | | | em % |
| I - Informações detalhadas sobre cada filial e participação cujo valor líquido excede 1% do capital do BNP Paribas | | | | | |
| 1. Filiais (detidas a + de 50 %) | | | | | |
| ANTIN PARTICIPATION 5 | EUR | 170 | 12 | 5 | 100,00 % |
| ANTIN PARTICIPATION 8 | EUR | 62 | (10) | 1 | 100,00 % |
| AUSTIN FINANCE | EUR | 799 | 175 | 46 | 92,00 % |
| BANCA NAZIONALE DEL LAVORO SPA | EUR | 2 077 | 2 630 | 148 | 100,00 % |
| BANCO BNP PARIBAS BRASIL SA | BRL | 506 | 573 | 241 | 84,10 % |
| BANCWEST CORPORATION | USD | 1 | 7 755 | 101 | 98,74 % |
| BGL BNP PARIBAS | EUR | 713 | 4 651 | 230 | 15,96 % |
| BNL INTERNATIONAL INVESTMENT SA | EUR | 110 | 307 | 6 | 100,00 % |
| BNP INTERCONTINENTALE | EUR | 31 | 4 | 0 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS CARDIF (ex-BNP PARIBAS ASSURANCE) | EUR | 1 000 | 3 962 | 151 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS BDDI PARTICIPATIONS | EUR | 46 | 84 | 41 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS CANADA | CAD | 533 | 294 | 45 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS (CHINA) LTD | USD | 653 | 165 | 91 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS COLOMBIA CORPORACION FINANCIERA S.A. | COP | 103 721 | 0 | (7 860) | 94,00 % |
| BNP PARIBAS COMMODITY FUTURES LTD | USD | 75 | 116 | 29 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS DÉVELOPPEMENT SA | EUR | 101 | 326 | 27 | 100,00 % |
| BNP Paribas SAE | EGP | 1 700 | 65 | 216 | 95,19 % |
| BNP PARIBAS EL DJAZAIR | DZD | 10 000 | 5 273 | 5 008 | 84,17 % |
| BNP PARIBAS EQUITIES FRANCE | EUR | 6 | 20 | 2 | 99,96 % |
| BNP PARIBAS ESPANA SA | EUR | 52 | 34 | (7) | 99,62 % |
| BNP PARIBAS FACTOR | EUR | 3 | 24 | 17 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS FACTOR PORTUGAL | EUR | 13 | 68 | 4 | 64,26 % |
| BNP PARIBAS HOME LOAN SFH (ex-BNP PARIBAS HOME LOAN COVERED BONDS) | EUR | 225 | 2 | 1 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS INVESTMENT PARTNERS | EUR | 23 | 2 498 | 7 | 66,67 % |
| BNP PARIBAS IRELAND | EUR | 902 | 458 | (30) | 100,00 % |
| BNP PARIBAS LEASE GROUP LEASING SOLUTIONS SPA (ex-BNP PARIBAS LEASE Group SPA) | EUR | 164 | 100 | 38 | 95,94 % |
| BNP PARIBAS MALAYSIA BERHAD | MYR | 350 | 0 | (25) | 100,00 % |
| BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE | EUR | 453 | 4 468 | 212 | 98,94 % |
| BNP PARIBAS REAL ESTATE | EUR | 329 | 184 | 74 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS RÉUNION | EUR | 25 | 26 | 7 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS SB RE | EUR | 450 | 33 | 19 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS SECURITIES JAPAN LTD | JPY | 201 050 | 9 | (8 731) | 100,00 % |
| BNP PARIBAS SECURITIES (ASIA) LTD | HKD | 2 429 | 425 | (130) | 100,00 % |

| Designação | Div. | Capital | Reservas e RAN antes afetação dos resultados | Resultados (lucro ou perda do último exercício fechado) | Quota-parte de capital detida |
|--|------|---------|--|---|-------------------------------|
| | | | | | em milhões de divisas |
| BNP PARIBAS SECURITIES (JAPAN) LTD | JPY | 30 800 | (60 148) | 60 152 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS SECURITIES KOREA COMPANY LTD | KRW | 250 000 | (9 387) | 10 392 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS SECURITIES SERVICES - BP2S | EUR | 165 | 476 | 58 | 94,44 % |
| BNP PARIBAS SUISSE SA | CHF | 320 | 3 308 | 389 | 99,99 % |
| BNP PARIBAS UK HOLDINGS LTD | GBP | 1 227 | 19 | 36 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS VOSTOK LLC | RUB | 1 890 | 0 | 105 | 100,00 % |
| BNP PARIBAS VPG MASTER LLC | USD | 34 | (7) | (4) | 100,00 % |
| BNP PARIBAS WEALTH MANAGEMENT | EUR | 103 | 186 | (10) | 100,00 % |
| BNP PARIBAS YATIRIMLAR HOLDING ANONIM SIRKETI | TRY | 1 021 | 0 | (2) | 100,00 % |
| BNP PARIBAS ZAO | RUB | 5 798 | 1 109 | 339 | 100,00 % |
| BNP PUK HOLDING LTD | GBP | 257 | (8) | 12 | 100,00 % |
| COBEMA | EUR | 439 | 1 642 | 165 | 99,20 % |
| COMPAGNIE D'INVESTISSEMENTS DE PARIS - C.I.P. | EUR | 395 | 221 | 21 | 100,00 % |
| COMPAGNIE FINANCIÈRE OTTOMANE SA | EUR | 9 | 272 | 10 | 96,85 % |
| CORTAL CONSORS | EUR | 58 | 285 | 4 | 94,22 % |
| FIDEX HOLDINGS LTD | EUR | 300 | (2) | 3 | 100,00 % |
| FINANCIÈRE BNP PARIBAS | EUR | 227 | 141 | 29 | 100,00 % |
| FINANCIÈRE DES ITALIENS SAS | EUR | 412 | 27 | 3 | 100,00 % |
| FINANCIÈRE DU MARCHÉ ST-HONORÉ | EUR | 42 | 4 | 44 | 100,00 % |
| FORTIS BANQUE SA (BNP PARIBAS FORTIS) | EUR | 9 375 | 5 619 | 553 | 74,93 % |
| BNP PARIBAS LEASING SOLUTIONS (ex-FORTIS LEASE GROUP SA) | EUR | 2 261 | 551 | (55) | 65,00 % |
| GESTION ET LOCATION HOLDING | EUR | 266 | 903 | 18 | 99,24 % |
| GRENACHE & CIE SNC | EUR | 871 | 595 | 71 | 57,27 % |
| HAREWOOD HELENA 1 LTD(*) | USD | 43 | 9 | (1) | 100,00 % |
| HAREWOOD HOLDINGS LTD | GBP | 100 | 7 | 42 | 100,00 % |
| IMS ABS FCP(**) | EUR | 37 | 0 | 1 | 100,00 % |
| OMNIUM DE GESTION ET DE DÉVELOPPEMENT IMMOBILIER | EUR | 459 | 50 | 42 | 100,00 % |
| OPTICHAMPS | EUR | 411 | 43 | (12) | 100,00 % |
| ORANGE - BNP PARIBAS SERVICES | EUR | 30 | (2) | (1) | 100,00 % |
| PARIBAS NORTH AMERICA INC. | USD | 1 282 | 52 | 59 | 100,00 % |
| PARILEASE SAS | EUR | 54 | 267 | 2 | 100,00 % |
| PARTICIPATIONS OPERA | EUR | 410 | 30 | 3 | 100,00 % |
| PETITS CHAMPS PARTICIPACOES E SERVICOS SA | BRL | 102 | (64) | 30 | 100,00 % |
| PT BANK BNP PARIBAS INDONESIA | IDR | 726 320 | 407 643 | 62 484 | 99,00 % |
| ROYALE NEUVE I SARL | GBP | 0 | 503 | 2 | 100,00 % |
| SAGIP | EUR | 218 | 1 009 | 39 | 100,00 % |
| SOCIÉTÉ ORBAISIENNE DE PARTICIPATIONS | EUR | 311 | (408) | 5 | 100,00 % |
| STRADIOS FCP FIS | EUR | 86 | (2) | 2 | 54,39 % |
| TAITBOUT PARTICIPATION 3 SNC | EUR | 792 | 33 | 252 | 100,00 % |
| UCB ENTREPRISES | EUR | 97 | 100 | 2 | 100,00 % |

(*) Dados em 31 de dezembro de 2010.

(**) Dados em 30 de setembro de 2010.

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Principais filiais e participações do BNP Paribas SA

| Designação | Div. | Capital | Reservas e RAN antes afetação dos resultados | Resultados (lucro ou perda do último exercício fechado) | Quota-parte de capital detida |
|---|------|-----------|--|---|-------------------------------|
| | | | | | em milhões de divisas |
| UKRSIBBANK | UAH | 7 512 | (4 683) | (1 385) | 100,00 % |
| WA PEI FINANCE COMPANY LTD | HKD | 341 | 6 | 92 | 100,00 % |
| 2. Participações (detidas entre 10 e 50 %) | | | | | |
| BANQUE DE NANKIN | CNY | 2 969 | 15 651 | 3 246 | 12,68 % |
| CREDIT LOGEMENT(*) | EUR | 1 254 | 68 | 87 | 16,50 % |
| ERBE | EUR | 120 | 2 067 | 76 | 39,18 % |
| GEOJIT BNP PARIBAS FINANCIAL SERVICES LTD | INR | 228 | 3 273 | 321 | 33,58 % |
| ORIENT COMMERCIAL BANK | VND | 3 028 418 | 363 010 | 255 414 | 20,00 % |
| PARGESA HOLDING SA(*) | CHF | 1 699 | 555 | 244 | 11,33 % |
| VERNER INVESTISSEMENTS | EUR | 15 | 337 | 53 | 50,00 % |

| Em milhões de euros | Filiais | | Participações | |
|---------------------|-----------|--------------|---------------|--------------|
| | Francesas | Estrangeiras | Francesas | Estrangeiras |

II - Informações globais sobre todas as filiais e participações

Valor Contabilístico dos títulos detidos

| | | | | |
|--|---------|--------|-------|-------|
| Valor bruto | 21 197 | 34 401 | 3 207 | 2 664 |
| Valor líquido | 20 504 | 33 195 | 2 314 | 2 174 |
| Montantes dos empréstimos e adiantamentos concedidos | 135 861 | 20 749 | 2 136 | 2 777 |
| Montantes das cauções e avales concedidos | 32 871 | 10 412 | 317 | 77 |
| Montantes dos dividendos recebidos | 1 006 | 1 331 | 133 | 76 |

(*) Dados em 31 de dezembro de 2010.

Informações relativas às tomadas de participações do BNP Paribas SA em 2011 incidindo sobre pelo menos 5 % do capital de empresas francesas

6.5 Informações relativas às tomadas de participações do BNP Paribas SA em 2011 incidindo sobre pelo menos 5 % do capital de empresas francesas

| Transposição de limite superior a 5 % do capital | | |
|--|-------------------------------|------|
| Não cotado | NAVIMO GROUP | SAS |
| Não cotado | BREST'AIM | SAEM |
| Transposição de limite superior a 10 % do capital | | |
| NC | | |
| Transposição de limite superior a 20 % do capital | | |
| NC | | |
| Transposição de limite superior a 33,33 % do capital | | |
| NC | | |
| Transposição de limite superior a 66,66 % do capital | | |
| Não cotado | FOUGÈRES RUE DU TRIBUNAL -SCI | SCI |
| Não cotado | HANOVRE FINANCEMENT 1 | SASU |
| Não cotado | HANOVRE FINANCEMENT 2 | SASU |
| Não cotado | HANOVRE FINANCEMENT 3 | SASU |
| Não cotado | HANOVRE FINANCEMENT 4 | SASU |
| Não cotado | HANOVRE FINANCEMENT 5 | SASU |
| Não cotado | NORLUM SCI | SCI |
| Não cotado | ORANGE - BNP Paribas SERVICES | SA |
| Não cotado | PIERRE AVENIR 3 SCPI | SCI |
| Não cotado | QUAI DUGUAY TROUIN -SCI | SCI |
| Não cotado | SOFICINEMA 2 | SA |
| Não cotado | STE IMMOBILIÈRE DU RONCERAY | SAS |

6.6 Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas anuais

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

Exercício fechado a 31 de dezembro de 2011

BNP Paribas
Aos Acionistas
16, boulevard des Italiens
75009 Paris

Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores,

Por execução da missão que nos foi confiada pela vossa Assembleia-geral, apresentamo-vos o nosso relatório relativo ao exercício fechado em 31 de dezembro de 2011 sobre:

- o controlo das contas anuais do BNP Paribas, tais como juntas ao presente relatório;
- a justificação das nossas apreciações;
- as verificações e informações específicas previstas pela lei.

As contas anuais foram fechadas pelo vosso Conselho de administração. Pertence-nos, com base na nossa auditoria, expressar uma opinião sobre estas contas.

I - Opinião sobre as constas anuais

Efetuámos a nossa auditoria em conformidade com as normas profissionais aplicáveis em França; estas normas requerem a implementação de diligências que permitam obter a razoável certeza de que as contas anuais não comportam anomalias significativas.

Uma auditoria consiste em examinar, por via de sondagens, ou por meio de outros métodos de seleção, os elementos que justificam os montantes e as informações contidos nas contas anuais. Consiste igualmente em apreciar os princípios contabilísticos seguidos, as estimações significativas escolhidas e a apresentação de conjunto das contas. Estimamos que os elementos que recolhemos são suficientes e apropriados para fundar a nossa opinião.

Certificamos que as contas anuais do exercício são, de acordo com as regras e princípios contabilísticos franceses, regulares e sinceras e fornecem uma imagem fiel do resultado das operações do exercício findo, bem como, da situação financeira e do património da empresa no fim deste exercício.

II - Justificação das apreciações

As estimações contabilísticas que contribuem para a preparação das situações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foram realizadas num ambiente incerto, marcado por uma crise económica e uma crise de liquidez, que torna difícil a apreensão das perspetivas económicas. É neste contexto que, por aplicação das disposições do artigo L 823-9 do Código do comércio relativas à justificação das nossas apreciações, damo-lhes conhecimento dos seguintes elementos:

Provisionamento dos riscos de crédito e de contrapartida

A vossa sociedade contabiliza depreciações para cobrir os riscos de crédito e de contrapartida inerentes às suas atividades (notas 1, 3.d, 4.a, 4.b, 4.c e 4.e do anexo). Examinámos o dispositivo de controlo relativo ao recenseamento das exposições, ao acompanhamento dos riscos de crédito e de contrapartida, às metodologias de depreciação, e à cobertura das perdas de valor por depreciações individuais e de carteira, nomeadamente no que diz respeito ao risco soberano grego.

Valorização dos instrumentos financeiros

A vossa sociedade utiliza modelos internos e metodologias para a valorização dos instrumentos financeiros que não são tratados nos mercados ativos, assim como para a constituição de certas provisões e a apreciação da pertinência da qualificação em operações de cobertura.

Examinámos o dispositivo de controlo relativo à determinação do carácter inativo de um mercado, à verificação dos modelos e à determinação dos parâmetros utilizados.

Valorização dos títulos de participação e outros títulos detidos a longo prazo

Os títulos de participação e outros títulos detidos a longo prazo são avaliados pelo seu valor de utilidade escolhendo uma abordagem multicritérios (notas 1 e 4.e do anexo). No âmbito da nossa apreciação destas estimações, examinámos os elementos que conduziram à determinação dos valores de utilidade para as principais linhas da carteira.

Provisionamento dos compromissos sociais

A vossa sociedade constitui provisões para cobrir os compromissos sociais (notas 1, 4.j e 6.b do anexo). Examinámos a metodologia de avaliação desses compromissos assim como as principais hipóteses e parâmetros utilizados.

As apreciações que elaborámos inserem-se no âmbito da nossa diligência de auditoria das contas anuais, tomadas no seu conjunto, e contribuíram portanto para a formação da nossa opinião, expressa na primeira parte deste relatório.

III – Verificações e informações específicas

Procedemos igualmente, em conformidade com as normas de exercício profissional aplicáveis em França, às verificações específicas previstas pela lei.

Não temos qualquer observação a formular quanto à sinceridade e à concordância com as contas anuais das informações dadas no relatório de gestão do Conselho de administração e nos documentos dirigidos aos acionistas sobre a situação financeira e as contas anuais.

No que diz respeito às informações fornecidas por aplicação das disposições do artigo L. 225-102-1 do Código comercial sobre as remunerações e vantagens pagas aos mandatários sociais assim como sobre os compromissos consentidos a seu favor, verificámos a sua concordância com as contas ou com os dados que serviram para o estabelecimento dessas contas e, quando necessário, com os elementos recolhidos pela vossa sociedade junto das sociedades que controlam a vossa sociedade ou são controladas por ela. Com base nestes trabalhos, certificamos a exatidão e a sinceridade dessas informações.

Por aplicação da lei, certificámo-nos de que as diversas informações relativas às tomadas de participação e de controlo e à identidade dos detentores do capital e dos direitos de voto vos foram comunicadas no relatório de gestão.

Neuilly-sur-Seine e Courbevoie, 7 de março de 2012

Os Revisores oficiais de contas

Deloitte & Associés
Pascal Colin

PricewaterhouseCoopers Audit
Patrice Morot

Mazars
Guillaume Potel

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Esta página ficou propositadamente em branco

7 AÇÃO SOCIAL, SOCIETAL E AMBIENTAL

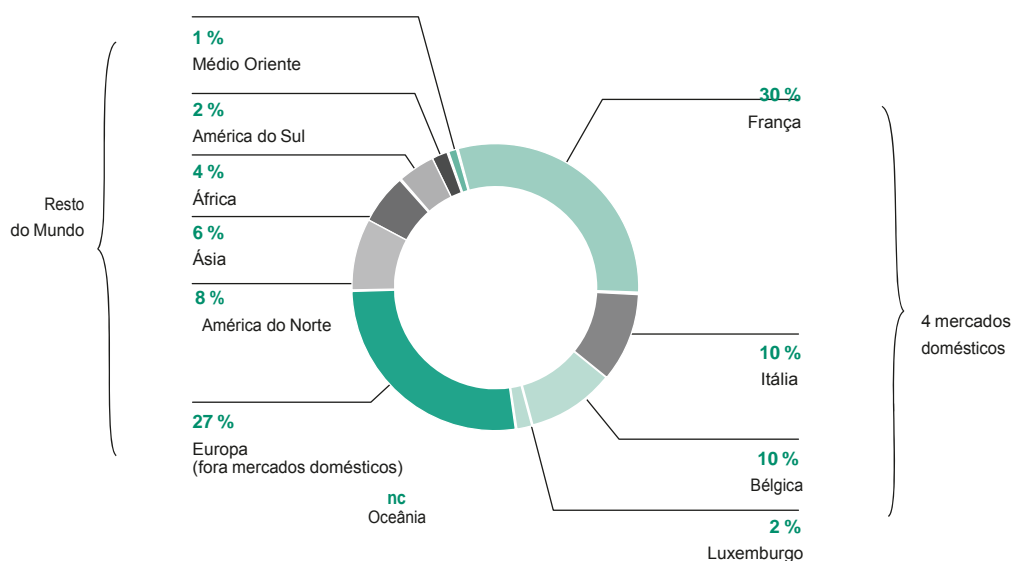
| | | |
|------------|---|------------|
| 7.1 | O desenvolvimento dos recursos humanos | 336 |
| | Evolução dos efetivos | 336 |
| | Desenvolver e reforçar o sentimento de pertença | 337 |
| | Promover a diversidade | 340 |
| | Acompanhar os colaboradores num contexto de mudança | 346 |
| | Fidelizar e motivar os colaboradores a longo prazo | 350 |
| | Concertação, escuta, atenção às pessoas | 353 |
| 7.2 | Anexo NRE – área social | 357 |
| 7.3 | Anexo NRE – área societal | 362 |
| 7.4 | Anexo NRE – área ambiental | 367 |

7.1 O desenvolvimento dos recursos humanos

EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS

REPARTIÇÃO POR ZONA GEOGRÁFICA

No final do ano de 2011, os efetivos geridos pelo Grupo atingiram 198 423 ETI (Equivalente Tempo Inteiro – 186 577 ETI em efetivo financeiro⁽¹⁾), ou seja com perímetro constante, um aumento de 2 576 ETI em relação a 31 de dezembro de 2010 (193 046 ETI em 2009).



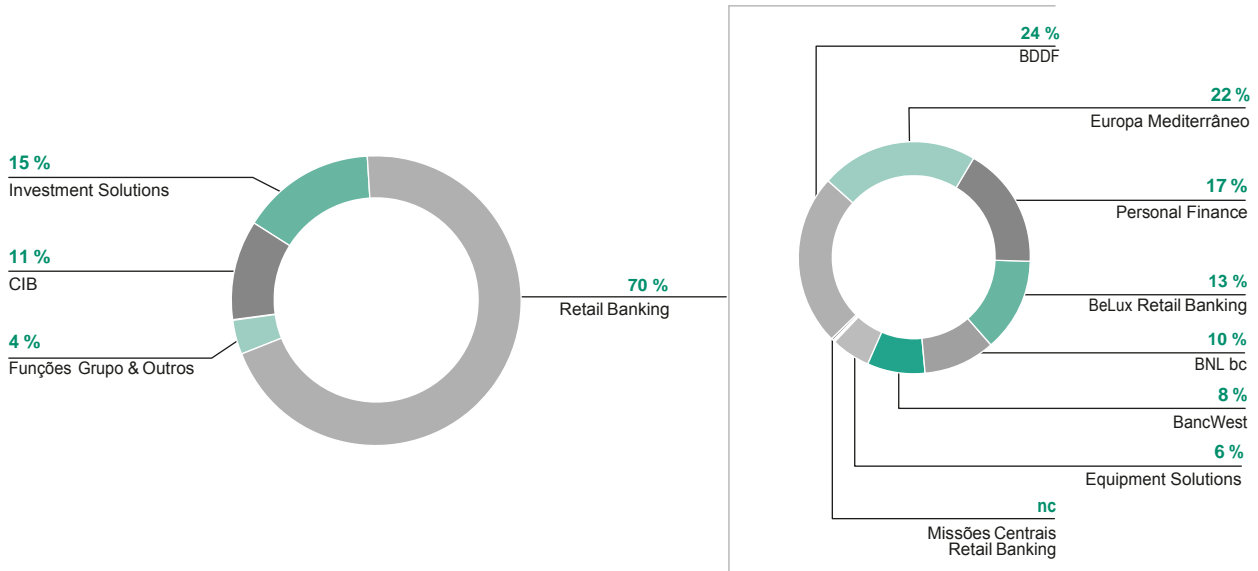
| | 2001 | 2006 | 2011 |
|------------------------|---------------|----------------|----------------|
| França | 51 756 | 57 124 | 59 877 |
| Europa (exceto França) | 14 424 | 53 461 | 95 533 |
| América do Norte | 7 627 | 14 810 | 15 079 |
| Ásia | 3 850 | 5 571 | 12 713 |
| África | 5 205 | 6 201 | 8 361 |
| América Latina | 1 083 | 2 924 | 3 994 |
| Médio Oriente | 749 | 1 308 | 2 218 |
| Oceânia | 500 | 513 | 650 |
| TOTAL | 85 194 | 141 911 | 198 423 |

Em 2011, a repartição dos efetivos por zona geográfica permaneceu estável em relação a 2010.

(1) Trata-se do efetivo equivalente tempo inteiro (ETI gerido) ponderado pelo método de consolidação financeira do ano.

A parte dos efetivos que trabalha nos quatro mercados domésticos (França, Bélgica, Itália, Luxemburgo) representa 51 % dos efetivos do Grupo.

REPARTIÇÃO DOS EFETIVOS POR ATIVIDADE



DESENVOLVER E REFORÇAR O SENTIMENTO DE PERTENÇA

VALORES E PRINCÍPIOS DE MANAGEMENT

Os valores do BNP Paribas, escolhidos em 2000, exprimem a vontade de mobilizar o conjunto dos colaboradores em torno do projeto e estratégico do Grupo. Estes têm uma vocação federadora permitindo reunir mulheres e homens de origens diversas num sentimento de forte pertença ao Grupo. Estas são orientadas para a ação quer se trate dos comportamentos individuais ou coletivos.

Reatividade – Ser rápido na avaliação das situações e das evoluções como na identificação das oportunidades e dos riscos; ser eficaz na tomada de decisão e na ação.

Criatividade – Promover as iniciativas e as ideias novas; distinguir os seus autores pela sua criatividade.

Compromisso – Implicar-se ao serviço dos clientes e do sucesso coletivo, ser exemplar nos seus comportamentos.

Ambição – Desenvolver o gosto pelo desafio e a liderança; ter a vontade de ganhar em equipa uma competição cujo arbitro é o cliente.

AÇÃO SOCIAL, SOCIETAL E AMBIENTAL

O desenvolvimento dos recursos humanos

Quatro princípios de management, apresentados no início de 2011 e partilhados com o sénior management do BNP Paribas, permitem reforçar a coesão e o sentimento de pertença tornando as práticas de management mais explícitas no seio de um Grupo que sofreu profundas mutações durante os últimos anos: forte crescimento externo, internacionalização das equipas e impacto da crise financeira.

Foco no cliente – Dar às nossas equipas a vontade de inovar ao serviço do cliente, o interesse do cliente estando sempre no centro da nossa ação.

Empreender com plena consciência dos riscos – Tomar com total responsabilidade iniciativas de desenvolvimento e de eficácia operacional, o que supõe agir de maneira interdependente e cooperativa com as outras entidades ao serviço do interesse geral do Grupo e dos seus clientes, estar em permanência atento aos riscos decorrentes do nosso perímetro de responsabilidade, e dar aos nossos colaboradores a autonomia e os meios para fazer o mesmo.

Valorizar as pessoas – Estar atentos aos nossos colaboradores, respeitá-los, desenvolver as suas competências e promover a diversidade dos talentos.

Exemplaridade – Mostrar o exemplo nos nossos comportamentos e a nossa ética respeitando a lei, aplicando as regras da Conformidade e adotando um comportamento socialmente responsável.

UMA CULTURA PARTILHADA

A cultura de empresa no seio de um grupo de dimensão significativa reforça o sentimento de pertença e fideliza os colaboradores. A fim de difundir a cultura do Grupo no conjunto do seu perímetro, por intermédio da formação, foram desenvolvidas ferramentas de maneira transversal nas diferentes regiões do mundo.

Espaços onde se forja e se reforça a cultura do Grupo

O Campus BNP Paribas

Situado num quadro excepcional próximo de Paris, este constitui uma verdadeira universidade de empresa cuja missão é desenvolver as competências, constituindo em simultâneo um lugar de trocas e um quadro federador. Este reúne colaboradores oriundos de todas as profissões, de todos os países e de todas as culturas.

Em 2011, cerca de 30 000 estagiários foram aí acolhidos para participar tanto em seminários de integração, em formações dedicadas a atividades ou transversais como em eventos marcantes para o Grupo.

Todas as informações relativas ao Campus estão disponíveis na Internet em quatro línguas (francês, inglês, italiano e neerlandês) no endereço seguinte:

<http://www.campus-louveciennes.bnpparibas.-com>

Les Principes de Management



As academias Grupo

A fim de difundir a cultura Grupo, o BNP Paribas concebeu duas academias: a *Risk Academy* lançada em maio de 2010 e a *Management Academy*, operacional desde março de 2011.

A Risk Academy

Após um ano e meio de funcionamento, a *Risk Academy* difundiu ao conjunto dos colaboradores a sua oferta inicial que inclui as práticas fundamentais de risco, um módulo de sensibilização e o portal de acesso ao conjunto das iniciativas (catálogos, livreria, marca...). A oferta aumentou com o programa *Risk Essentials* para os sénior managers, as primeiras comunidades de práticas e os *Risktalks* que permitem uma partilha dos conhecimentos. Esta difusão foi implementada nomeadamente graças à governança participativa de uma rede de 110 correspondentes no mundo.



A Management Academy

Esta segunda academia apoia-se numa estrutura e numa política similares e tem como objetivos permitir no final ao conjunto dos managers:

- adquirir e reforçar competências (desenvolvimento pessoal e técnicas de management);
- trocar as boas práticas, os métodos e os saberes;
- partilhar e difundir a cultura de management do Grupo.

Os primeiros trabalhos (lançamento de um portal Intranet específico, realização de um ciclo de conferências, seminário de management da inovação) foram mais particularmente dedicados à população dos sénior managers para fazer destes transmissores da cultura de management do Grupo.



A comunicação interna, vetor de coesão dos colaboradores

Através dos diferentes médias (*Ambição*, a revista trimestral – *Starlight*, a WebTV mensal – *EchoNet*, o site Intranet – o *Flash Groupe*, newsletter semanal), os colaboradores são sensibilizados para as mudanças do Grupo, as novas regulamentações da finança mundial, os grandes projetos e a estratégia implementada. A direção da comunicação interna contribui igualmente para confortar a confiança dos colaboradores e reforçar o seu orgulho em trabalhar no seio de um grupo responsável, ao serviço da economia. Em 2011, houve um cuidado particular com a comunicação dos Princípios de Management e o reforço da comunicação de management (difusão de um kit de comunicação sobre os resultados do Grupo nomeadamente). Um dispositivo periódico de informação sobre o acompanhamento da crise financeira foi implementado. Com a fusão entre o Fortis e o TEB na Turquia, *Starlight* e *Ambition* são doravante propostas em turco (além do inglês, do francês, do italiano, do neerlandês – e do russo para a revista *Ambition*).

O ORGULHO DE PERTENÇA

Em 2011, o inquérito *Global People Survey*, desenvolvido junto de 177 500 pessoas em 65 países, mostra que 84 % dos colaboradores têm orgulho em pertencer ao grupo BNP Paribas (+ 2 % em relação a 2010).

O respeito dos princípios do Pacto Mundial

O Grupo está implantado em 79 países, o que o conduz a exercer as suas atividades em contextos políticos e regulamentares heterogêneos que exigem uma vigilância particular para assegurar o respeito dos princípios do Pacto Mundial das Nações Unidas ao qual o BNP Paribas aderiu.

O BNP Paribas efetua uma análise anual dos países de risco em matéria de respeito dos direitos humanos⁽¹⁾. Em 2011, o BNP Paribas está presente em 8 países de risco, representando 6 % do seu efetivo total, e em 21 países em situação preocupante, ou seja 17 % do seu efetivo total. Nos países mais expostos, cujas regulamentações locais são frequentemente pouco exigentes, as regras do Grupo que garantem o respeito do Pacto Mundial aplicam-se aos gestores de recursos humanos e aos managers para todos os atos de gestão dos assalariados.

O BNP Paribas contribuiu para criar *Entreprises pour les Droits de l'Homme* (EDH) com outros sete grandes grupos franceses. Agora constituído em associação, este agrupamento tem por vocação de melhor identificar as modalidades de aplicação pelas empresas dos princípios de respeito dos direitos humanos fundamentais. Este associa peritos em matéria de direitos humanos, de grandes organizações não-governamentais e universitários e tem por ambição favorecer a promoção desta postura junto das outras empresas. Um módulo de formação destinado aos managers ou aos responsáveis de recursos humanos nos países de risco foi concebido em 2009.

A inserção do BNP Paribas na cidade

Enquanto empresa cidadã conciliando, numa perspetiva a longo prazo, desempenho económico e dimensão humana ao serviço da economia e da coletividade, o BNP Paribas contribui para o desenvolvimento económico e social dos países nos quais o Grupo está implantado, ao implementar ações solidárias declinadas em torno de três grandes campos de ações:

- a luta contra as discriminações e a promoção da diversidade: trata-se de fornecer uma ajuda por medida a populações vítimas de discriminações relacionadas com o seu estado de saúde, a sua idade, a sua origem;
- a luta contra a exclusão, cujo objetivo é auxiliar graças a um apoio financeiro as populações que sofrem uma rutura económica e social;
- a transferência do conhecimento e o apoio de programas a favor da igualdade de oportunidades para favorecer a transmissão e a aquisição dos saberes, desde a alfabetização à investigação de ponta.

Em todo o mundo e há vários anos, nomeadamente através da Fundação BNP Paribas e das nove outras fundações do Grupo, o BNP Paribas intervém em mecenato em cinco áreas principais: a inserção, a educação, a investigação médica, o ambiente e a cultura. O BNP Paribas afirma-se igualmente a cada dia como membro ativo da sociedade. Próximo dos seus clientes, dos seus parceiros e dos seus colaboradores, o Grupo implica-se ao seu lado e dá-lhes meios para agir (ver Anexo 7.3 NRE área Societal).

(1) Fonte: Maplecroft que identifica 27 países de risco e 65 países em situação preocupante.



Eis algumas das ações prosseguidas pelo Grupo em 2011:

Em França:

- *Projet Banlieues*, com o financiamento de criações de emprego e de empresas da Adie (*Association pour le droit à l'initiative économique*), o acompanhamento da Afev (*Association de la Fondation étudiante pour la ville*) que contribui para lutar contra as desigualdades escolares e culturais das crianças dos bairros desfavorecidos e o apoio de ações de proximidade; *Odyssée Jeunes*, projeto que financia viagens escolares;
- a mobilização de 150 padrinhos-colaboradores para a associação *Nos Quartiers ont des Talents* (NQT) que ajuda jovens diplomados dos bairros sensíveis a encontrarem um emprego; ações a favor da diversidade com a *IMS-Entreprendre pour la Cité*, que encoraja as empresas a contratar perfis diversos;
- membro fundador da *HandiFormaBanques* que forma pessoas em situação de deficiência para diferentes profissões bancárias;
- um apoio ativo às associações *Bénévolat de Compétences et Solidarité* (BCS), que põe em relação trabalhadores ou reformados voluntários com associações parceiras em França, e *Microfinance Sans Frontières* (MFSF), que propõe aos colaboradores e reformados do Grupo porem as suas competências à disposição de institutos de microfinanças nos países emergentes.

O programa *Coup de pouce aux projets du personnel* permitiu apoiar 57 projetos de interesse geral em França. O programa desenvolve-se em sete outros países: Bélgica, Luxemburgo, Itália, Espanha, Portugal, Marrocos e Suíça.

Na Bélgica, além das recompensas distribuídas a numerosas associações, o BNP Paribas Fortis organiza e participa em vários programas solidários nos quais os colaboradores se implicam voluntariamente tais como, nomeadamente, o *Help2Help*, o *Help2Help Plus*, o *Solidarity Team Buildings* e o *Solidarity Days*. Por outro lado, o BNP Paribas Fortis propôs 40 empregos de verão a jovens para fazer-lhes descobrir o mundo bancário. Esta iniciativa, inovadora na Bélgica, representou 6 % dos postos de verão propostos.

Com a sua marca certificada de Empresa Socialmente Responsável, o BGL BNP Paribas é, no Luxemburgo, um mecenas ativo nos domínios cultural, solidário, desportivo e da investigação, que acompanha os seus clientes nas suas diligências filantrópicas, propõe-lhes produtos de Investimento Socialmente Responsável e apoia a atividade das ONG e associações locais. O Banco promove também a microfinança, o *social business* e a economia solidária.

Na Índia, uma parceria está implementada com a *Pratham India*, uma ONG especializada no alojamento, a educação e a formação de raparigas oriundas de meios desfavorecidos no subúrbio de Mumbai.

Iniciativas ligadas à escolarização, à transmissão dos saberes e à formação multiplicam-se noutros países tais como o Reino Unido, os Estados Unidos, a Itália, a Turquia, Marrocos, a Polónia e Hong Kong.



PROMOVER A DIVERSIDADE

POLÍTICAS À ESCALA DO GRUPO

O orgulho de pertença alimenta-se também de uma perceção positiva da promoção da diversidade que progride no seio do Grupo.

A luta contra as discriminações e a promoção da diversidade

Diversidade das origens e igualdade de acesso ao emprego

O compromisso do Grupo com a diversidade está muito presente no recrutamento e passa por um dispositivo completo para garantir uma igualdade de tratamento e favorecer a diversidade dos perfis.

A informação dos candidatos e o desenvolvimento de novos canais de contactos

A montante da seleção das candidaturas, a comunicação inovadora desenvolvida em 2011 e a participação em eventos de recrutamentos diversificados permitiram dar a conhecer as atividades do Grupo a

candidatos potenciais que não teriam espontaneamente postulado e alargar os perfis dos candidatos. As ferramentas seguintes foram elaboradas:

- o site «*Backstage*», plataforma de discussão interativa entre os candidatos e os colaboradores do Grupo, que favorece as trocas e vulgariza o discurso dos especialistas;
- os *Backstages Meetings* (eventos *off line* do site *Backstage*) foram uma ocasião para tecer laços privilegiados sobre temáticas específicas (ex.: o lugar das mulheres na empresa);
- «*Dr. Job*», aplicação de *coaching* permitindo aos candidatos prepararem-se para as entrevistas de recrutamento;
- a colaboração com os meios associativos (*IMS-Entreprendre pour la Cité*, *Nos Quartiers ont des Talents*, *Afev*) e parcerias com escolas e universidades.

Um processo de recrutamento que garante a igualdade de tratamento

A qualidade do processo de recrutamento está no centro dos compromissos do BNP Paribas. A Carta Deontológica do Recrutamento lembra que os princípios fundamentais que são a objetividade, a transparência e o respeito devem ser observados. A igualdade de tratamento das candidaturas é também assegurada por um método fiabilizado que enquadra o risco de discriminação:

- a seleção das candidaturas é centrada numa avaliação objetiva das competências requeridas para o posto;
- a rastreabilidade completa do processo de recrutamento numa ferramenta dedicada e o envio de informações ao candidato nas etapas chave da sua seleção;
- um percurso de formação completo permitiu a profissionalização dos recrutadores e uma sensibilização de todos os managers responsáveis pelo recrutamento;
- uma política de vigilância sobre as novas práticas em matéria de recrutamento: a título de exemplo o BNP Paribas participou numa experimentação do Método de Recrutamento por Simulação (MRS), visando recrutar os candidatos sem CV.

Os controlos a posteriori do processo de recrutamento

O Grupo dotou-se de ferramentas permitindo controlar que os princípios de não discriminação são corretamente aplicados ao longo de todo o processo de recrutamento:

- controlos trimestrais de análise de dossiers de candidaturas selecionados aleatoriamente;
- um controlo anual da qualidade das atas de entrevistas e dos comentários presentes na ferramenta de gestão das candidaturas;

■ controlos periódicos dos anúncios difundidos no site de recrutamento (critérios de seleção anunciados / critérios de seleção utilizados na seleção dos CV);

■ uma análise trimestral das contratações a título do compromisso do BNP Paribas com o *Plan Espoir Banlieues*: em 2011, o Grupo cumpriu o seu objetivo ao contratar mais de 10 % de jovens de menos de 26 anos oriundos dos bairros sensíveis.

A difusão das boas práticas

A Direção dos Recursos Humanos Grupo tem um papel transversal e anima nomeadamente a *International Recruitment Community* que favorece as trocas de boas práticas entre os países. Foi assim que a ferramenta de gestão das candidaturas que garante a sua rastreabilidade e o controlo do risco de discriminação, já utilizado em França, em Portugal e parcialmente no Reino Unido, foi desenvolvida em 2011 na Ásia, em Nova Iorque, no Canadá e no Luxemburgo.

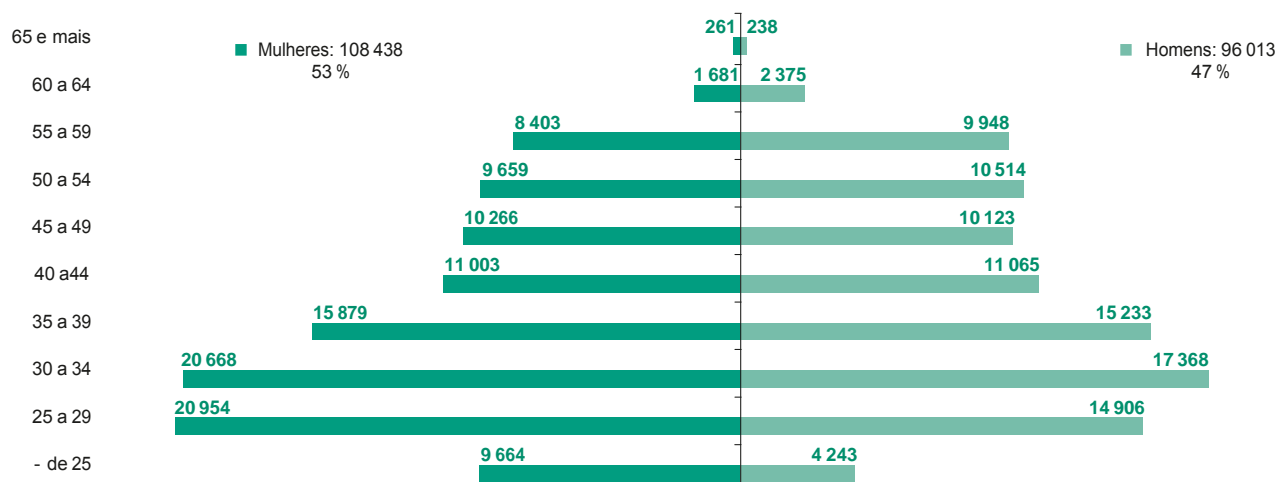
A formação para a diversidade para lutar contra os estereótipos

A diversidade é abordada nos seminários de management ou dos recursos humanos organizados para o conjunto do Grupo. Desde 2007, uma formação específica de um dia chamada «*Manager la Diversité: um enjeu de performance*» foi implementada em França para sensibilizar os gestores RH, os managers e os parceiros sociais para os desafios da diversidade e para o risco de discriminação na sua prática profissional (3 000 pessoas formadas). A nível mundial, 8 000 colaboradores beneficiaram de diferentes formações para a diversidade (Bélgica, Estados Unidos, França, Reino Unido, Suíça, Luxemburgo, etc.).

Um acompanhamento da diversidade das idades

No seio do grupo BNP Paribas, as pirâmides das idades são muito variadas consoante os países e as atividades e necessitam da implementação de políticas seniores diferenciadas.

➤ PIRÂMIDE DAS IDADES DO GRUPO – EFETIVOS FÍSICOS – DEZEMBRO DE 2011



Idade média no Grupo: 41,2 anos.

A pirâmide de idades do Grupo permanece globalmente equilibrada. Esta cobre realidades diferentes marcadas por uma predominância das faixas etárias mais jovens na maior parte das atividades do Grupo e uma forte proporção de seniores nas redes de banca de retalho na

Europa Ocidental. Esta diversidade de situações conduziu a privilegiar políticas definidas localmente em função das implicações.

A igualdade entre as mulheres e os homens

Um compromisso internacional ao mais alto nível

Em março de 2011, Baudouin Prot assinou a Carta *Women's Empowerment Principles* (WEP) das Nações Unidas, que consiste num conjunto de recomendações concretas para reforçar o papel das mulheres na empresa, no mercado do trabalho e no seio da sociedade. Ao assinar esta Carta, o Grupo insere-se voluntariamente numa via de melhoria duradoura e numa comunidade de partilha de boas práticas sobre a maneira de aplicar os princípios do WEP.



A exposição «*Aomen Chongqing India*» organizada em 2011 por ocasião dos 150 anos de presença do BNP Paribas na Índia, e apresentada no mundo inteiro, insere-se nesse âmbito.



A nível interno

Por aplicação das disposições legais em vigor, o BNP Paribas decidiu partir de 2004 examinar as condições nas quais se exerce o princípio de igualdade entre as mulheres e os homens no seio do Grupo. Apesar de uma repartição equilibrada dos efetivos, as mulheres podem confrontar-se com o “teto de vidro” que as impede de progredir além de um certo nível. No seguimento desta constatação, o Grupo comprometeu-se a favorecer a igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em todas as etapas da vida profissional e a acessão das mulheres aos postos de enquadramento.

A representação das mulheres nas instâncias dirigentes

No Conselho de administração

Em 31 de dezembro de 2011, a taxa de representação das mulheres entre os catorze administradores eleitos pelos acionistas é de 35,7 %. Por outro lado, o Conselho compreende dois administradores eleitos pelos assalariados, um deles sendo uma mulher.

Na Comissão Executiva

A 1 de dezembro de 2011, uma mulher que fez toda a sua carreira no seio do BNP Paribas torna-se membro da Comissão Executiva do Grupo. Esta assume a responsabilidade da Banca De Retalho em França (ou seja 2 250 agências e mais de 32 000 colaboradores), o que constitui um sinal forte.

Objetivo 2012: 20 % de mulheres no seio do sénior management do Grupo

A mixidade na empresa sendo fator de eficácia, o Diretor Geral do Grupo comprometeu-se com um objetivo voluntarista: pelo menos 20 % dos postos de *sénior managers* do Grupo serão ocupados por mulheres até ao fim do ano de 2012. Isto impôs uma ação específica e voluntarista para fazer aceder em pelo menos 3 anos 100 mulheres suplementares a estas posições.

No final de 2011, o Grupo conta mais de 19 % de mulheres entre os *senior managers*.

Em França, globalmente, a percentagem de mulheres promovidas a postos de quadros superiores (fora classificação no contrato coletivo dos bancos ou quadros de direção para as filiais não regidas por este contrato em França) está em aumento constante, ou seja 40 % em 2011 (a comparar aos 28,5 % em 2007).

As redes a favor da igualdade profissional

Em França, a **associação BNP Paribas MixCity** festejou o seu segundo aniversário e conheceu um desenvolvimento que se confirmou ao longo de todo o ano. A sua ambição permanece tornar-se uma rede social ativa, portadora de valor acrescentado na empresa, e ator da promoção da mixidade interna e externa. A associação BNP Paribas MixCity conta mais de 500 aderentes. Por ocasião da convenção anual dos *senior managers*, a associação organizou, pelo segundo ano consecutivo, uma noite reunindo mulheres *senior managers* do mundo inteiro para

que estas possam encontrar-se e trocar. Mais geralmente, o desenvolvimento de redes femininas prossegue no conjunto do Grupo (Reino Unido, Estados Unidos, Bahrein, Bélgica, etc.).



De salientar igualmente, o lançamento em março de 2011 de *Financi'elles*, federação de redes internas de mulheres quadros de oito empresas do setor da banca, da finança e dos seguros, que tem por objetivo reunir as redes profissionais femininas e as mulheres do setor para constituir uma rede de *cross-networking* e a partilha de boas práticas. A associação *BNP Paribas MixCity* era uma das redes na iniciativa deste projeto.

A internacionalização do senior management

Acompanhando o crescimento de todas as atividades e a expansão do BNP Paribas, os efetivos mundiais do Grupo evoluíram desde a constituição do Grupo para atingir cerca de 200 000 colaboradores no final do ano de 2011. Paralelamente, a parte do pessoal, que conta 166 nacionalidades, a parte do pessoal de 41 % para 70 % fora de França.

Hoje em dia, a composição do *senior management* tende a refletir a sua dimensão sempre mais internacional, com *senior managers* de 52 nacionalidades repartidos em 60 países, e 24 % de não franceses no seio do G 100. A 1 de dezembro de 2011, a parte de membros não franceses da Comissão Executiva passou para 17 %.

POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE RESPONDENDO ÀS SITUAÇÕES ESPECÍFICAS DE CADA PAÍS

A política voluntarista de diversidade do Grupo varia em numerosos países que implementam políticas adaptadas às suas especificidades jurídicas e culturais.

Em França

Fazer viver a Certificação 'Diversidade'

A obtenção do Certificado de qualidade 'Diversidade' em janeiro de 2009 constituiu um reconhecimento das ações conduzidas desde 2004 e uma formidável alavanca para ir mais longe no compromisso do conjunto dos colaboradores. Ir mais longe, é valorizar todas as diferenças num «Espírito Diversidade» evitando o comunitarismo, sensibilizando todos os colaboradores para que a diversidade se torne verdadeiramente um valor.

A auditoria intermédia da Afnor, prevista 18 meses após a obtenção inicial, permitiu integrar novas entidades do Grupo (tais como o BNP Paribas Cardif) no seu perímetro de certificação.

A segunda edição do Balanço Diversidade do BNP Paribas SA permite medir as ações empreendidas em matéria de não discriminação e de promoção da diversidade. A partir de dados cifrados, este balanço sublinha os pontos fortes, os pontos de esforço da política de Diversidade e as áreas de ações a conduzir.

Com vista à renovação da certificação *Diversidade*, o BNP Paribas SA mandou um gabinete especializado a fim de realizar um diagnóstico da sua política de Diversidade. Este revelou que uma visão clara da sua política era comunicada, com uma tomada em consideração de vários critérios num intuito de melhoria contínua e uma definição de objetivos seguidos de medidas.

Enfim, ao criar em 2011 um Referente à igualdade profissional, o BNP Paribas SA abriu a nível nacional uma via de exame de dossiers individuais de colaboradores que se estimam discriminados. Uma formação intitulada «Tratamento das reclamações» foi igualmente criada com destino aos recursos humanos, a fim de os ajudar a responder aos colaboradores que exprimiriam um ressentido de discriminação.

Os acordos de empresa

A igualdade profissional entre as mulheres e os homens

A partir de 2004, o BNP Paribas SA assinou um acordo de empresa sobre a igualdade profissional entre as mulheres e os homens que define os princípios aplicáveis para respeitar e desenvolver a igualdade de oportunidades e de tratamento em todas as etapas da vida profissional. Renovado em 2007, este acordo prevê igualmente uma recuperação salarial em três anos quando são constatadas diferenças entre homens e mulheres de nível, formação, responsabilidade, eficácia profissional (com base em avaliações profissionais), competência e experiência comparáveis. Este dispositivo tinha sido dotado de um envelope de 1 milhão de euros por ano e foram efetuadas recuperações de 2008 a 2010. Um envelope orçamental de 1 milhão de euros foi adotado para 2012 no âmbito do acordo salarial de empresa.

Um aditamento assinado em julho de 2010 completou e prosseguiu o esforço e as ações empreendidas tendo, como eixos principais, uma melhoria da mixidade nos percursos profissionais e das medidas que favorecem o exercício da parentalidade para as mulheres e os homens. A este título, uma formação de um dia é proposta a todas as mulheres que retomam a sua atividade profissional após uma licença de maternidade ou de adoção no seguimento da chegada de um primeiro filho.

Este acordo de igualdade traduziu-se por uma progressão regular da proporção de mulheres quadros que passou de 38,8 % em 2005 para 45,2 % em 2011 no BNP Paribas SA (ver Anexo 7.2 NRE área Social). A profissão bancária fixara um objetivo de 40 % de mulheres entre os quadros até finais de 2010. Já ultrapassado no BNP Paribas SA, o Banco definira um objetivo mais ambicioso de 44 % que foi atingido com um ano de antecedência. Um novo objetivo de 46 % foi fixado para finais de 2012.

A parentalidade e a conciliação entre a vida privada e a vida profissional

O BNP Paribas é aderente do Observatório da parentalidade, rede empenhada na investigação de uma conciliação entre vida privada e vida profissional e continua a ser ativo na sua política de parentalidade. Em 2011, por intermédio de um questionário dirigido aos colaboradores, o BNP Paribas SA participou, com mais 8 empresas, num estudo inserindo-se no âmbito de uma missão comanditada pela ministra das Solidariedades e da Coesão social sobre a parentalidade no masculino ou o igual acesso dos homens e das mulheres às responsabilidades familiares.

Cerca de 900 crianças participaram nos *Family Days* organizados por várias entidades do Grupo, nomeadamente o CIB, o Investment Solutions, o BNP Paribas Cardif, a Klépierre e os Recursos Humanos Grupo. O objetivo destas iniciativas é fazer descobrir aos filhos dos colaboradores o ambiente de trabalho de um dos pais, e de fazer evoluir as representações ligadas à parentalidade na empresa. Estes momentos de trocas únicas tiveram um grande sucesso junto dos colaboradores.

Por outro lado, para as entidades de grande dimensão chamadas a mudar de localização geográfica, um serviço de creche é doravante proposto aos colaboradores (por exemplo a creche «*Les petits minotiers*» do BNP Paribas Securities Services).

A deficiência : acompanhamento do acordo do BNP Paribas SA a favor do emprego das pessoas portadoras de deficiência assinado por um período de 4 anos (2008 – 2011). Um novo acordo foi assinado para o período 2012 – 2015.

A integração de pessoas portadoras de deficiência constitui um importante desafio de responsabilidade social para o BNP Paribas. O Banco conduz assim uma política voluntarista e duradoura a favor do emprego direto e indireto (via os estabelecimentos especializados) das pessoas portadoras de deficiência e da sua inserção.

Este conduziu em contínuo ações de sensibilização junto de todos os colaboradores: exposições, ateliers itinerantes, colocações em situação sobre o tema da deficiência sensorial ou física, com sessões específicas a favor dos principais atores (recursos humanos, managers, sindicatos, etc.).

O objetivo fixado em matéria de recrutamento está atingido: 170 colaboradores integraram o BNP Paribas SA em França durante os quatro últimos anos (ver indicadores no Anexo 7.2 NRE área Social). Para isso, a equipa *Projet Handicap* desenvolveu fontes de recrutamento com colaboradores em situação de deficiência e participou num grande número de fóruns em todo o território. Outros vetores de integração abrem o campo dos possíveis, como a associação *HandiFormaBanques* que acompanha os bancos para recrutar pessoas desempregadas portadoras de deficiência, ou a formação de *Attaché Commercial Banque*, fruto de uma parceria com um Centro de Readaptação Profissional.

A segurança nos percursos profissionais e a manutenção no emprego dos colaboradores ativos que vivem uma situação de deficiência no decurso da sua carreira são eixos essenciais da nossa política. O número de ações deste tipo foi praticamente multiplicado por sete desde 2008.

138 pessoas foram acompanhadas em 2011.

Formar os managers para a deficiência

Uma formação interativa permite dar aos managers um primeiro conhecimento da realidade da deficiência, fazê-los tomar consciência das suas próprias representações e responder às suas primeiras interrogações aquando da integração de um novo colaborador. 78 managers partilharam assim boas práticas para integrar e gerir a diferença no seio das suas equipas.

Um registo nacional para favorecer o acesso aos estudos

O *Projet Handicap* apoia o dispositivo de ajuda à orientação e à inserção dos jovens portadores de deficiência implementado pelo *Centre d'Information et de Documentation Jeunesse* (CIDJ). O objetivo é promover o acesso destes jovens aos estudos superiores, garantia de uma melhor inserção profissional, pela colocação em linha de um registo nacional sobre a acessibilidade dos estabelecimentos de ensino superior.

Os seniores

As entidades do Grupo prosseguiram o desenvolvimento dos planos de ações e acordos de empresa aplicáveis aos assalariados seniores. Planos de ação e acordos têm todos um objetivo global de manutenção no emprego e outras disposições favoráveis ao emprego. Estes são acompanhados de indicadores numerados, que têm em conta as características demográficas de cada entidade, e inserem-se inserindo-se na política global e voluntária de não discriminação e de igualdade profissional na qual o Grupo está envolvido há vários anos.

No BNP Paribas SA, metade dos colaboradores tem 45 anos e mais, e mais de um terço tem mais de 50 anos. Para atingir o objetivo global de manutenção no emprego dos colaboradores seniores nas melhores condições, as disposições escolhidas são de três ordens: gestão de carreira, formação profissional e saúde no trabalho. No final de 2011, a idade média de saída dos mais de 55 anos é de 60 anos.

Assim, em matéria de gestão de carreira, a empresa compromete-se com que todo o colaborador, qualquer que seja a sua idade, beneficie de uma entrevista regular com o seu gestor RH. Esta encoraja a mobilidade profissional dos colaboradores seniores e confirma o acesso à formação de forma idêntica para todos. Enfim, um acompanhamento médico perto dos 55 anos e mais é assegurado pelos serviços de saúde no trabalho na empresa.

Na Bélgica

Desde a sua integração no Grupo, o BNP Paribas Fortis desenvolve uma política de Diversidade ativa definida após a realização de auditorias. O plano de ação Diversidade foi validado pela Comissão Executiva do BNP Paribas Fortis, ilustrando um compromisso forte ao mais alto nível. Grupos de trabalho sobre a diversidade estão implementados em cada atividade. O Banco beneficia do apoio dos poderes públicos para o seu plano de Diversidade nas três regiões da Bélgica.

Ações específicas são conduzidas em matéria de prevenção das discriminações: uma formação de luta contra as discriminações é dispensada aos responsáveis RH e aos encarregados de recrutamento; um e-learning é colocado à disposição de todos os managers; a luta contra as discriminações foi integrada na formação às técnicas de entrevista (no total mais de 3 700 colaboradores foram sensibilizados).

Além disso, o BNP Paribas Fortis lançou em 2011 a sua própria rede feminina: MixCity Belgium. Esta rede está aberta a todos os colaboradores, homens ou mulheres, e tem por objetivo reforçar a visibilidade das mulheres na empresa e melhorar a mixidade a todos os níveis.

O BNP Paribas Fortis criou em 2011 dois guias práticos sobre a deficiência: o primeiro destina-se a facilitar a contratação e a integração de pessoas em situação de deficiência pelos managers; o segundo, guia das civildades, tem por objetivo o desenvolvimento de um conhecimento e de uma compreensão mútua consoante as diferentes naturezas de deficiência.

Na Itália

O BNL trabalhou fortemente para reforçar a paridade. Assim em 2011, 41,8 % dos colaboradores são mulheres (contra 40,8 % em 2010). Estas representam doravante 29,7 % dos quadros (contra 29,1 % em 2010) e 13,5 % das equipas dirigentes (contra 11,7 % em 2010).

Em 2011, o CIB Itália criou um grupo de trabalho sobre a igualdade profissional em parceria com a AIBE, a associação dos bancos estrangeiros em Itália, com um duplo objetivo de sensibilização e de partilha das melhores práticas entre bancos. No âmbito desta ação, várias iniciativas foram conduzidas, nomeadamente a organização de um seminário de trocas sobre o valor da diversidade no seio do CIB em Milão, com representantes de 15 bancos estrangeiros.

Além disso, uma formação intitulada «*Womaneyse*» visando promover a paridade homens - mulheres no seio da empresa foi desenvolvida. Este programa de formação de três dias repartidos sobre três meses incide sobre as diferenças, assim como sobre o potencial e as competências de cada género.

Após um ano dedicado à otimização das infraestruturas e das tecnologias, o BNL prosseguiu a sua ação para a integração dos colaboradores portadores de deficiência com a organização de grupos de trabalho compostos por managers e colaboradores que proporão em 2012 projetos em matéria de qualificações profissionais e de condições de trabalho.

No Luxemburgo

Em 2011, o BGL BNP Paribas criou um posto de «*Diversity officer*» que se encarrega da sensibilização dos colaboradores para a diversidade e de desenvolver um plano concreto de ações para o conjunto das entidades do Grupo no Luxemburgo. Várias ações foram conduzidas, como por exemplo:

- possibilidade de compra de dias de férias a fim de melhor equilibrar vida privada e vida profissional;
- implementação de um serviço de *conciergerie*;
- assinatura da Carta de compromisso com o programa «Ações positivas» do ministério luxemburguês da Igualdade de Oportunidades que prevê nomeadamente uma auditoria externa sobre as práticas da empresa em matéria de igualdade de oportunidades profissionais entre homens e mulheres.

Contam-se agora no seio do BGL BNP Paribas 9 % de mulheres no Comité de direção, 16 % de mulheres quadros de direção e 25,8 % de mulheres quadros.

Enfim, o BGL BNP Paribas concentrou a sua ação na acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência aos edifícios do banco assim como no acompanhamento profissional dos colaboradores no momento da sua integração e da retoma após a ocorrência de uma incapacidade.

Nos Estados Unidos

O BNP Paribas realiza sistematicamente o seu seminário «*Inclusion and Leadership*» junto de todos os seus managers. Foi implementado um sistema de avaliação por objetivos dos managers sobre os assuntos de diversidade.

A entidade dispõe de redes profissionais de mulheres, de Hispano-Americanos, de Asiáticos, de minorias étnicas, de Lésbicas Gays Bissexuais e Transsexuais (LGBT) e propõe um atelier de desenvolvimento de rede profissional. No intuito de promover estas redes, vários eventos foram organizados. Todos os anos em Nova Iorque decorre a jornada Diversidade.

Em 2011, o BNP Paribas implementou um dispositivo de compensação fiscal relativo à tributação dos subsídios sociais para os casais de mesmo sexo a fim de assegurar um tratamento igual a todos os seus colaboradores.

No Reino Unido

O BNP Paribas é membro da associação «*Resp for opportunity*» cuja ação é de encorajar a diversidade no recrutamento, nos planos de sucessões e na gestão de carreira.

Um plano de ação foi elaborado em 2011, intitulado EDI para «*Equality Diversity Inclusion*», sob a supervisão de um comité diversidade que prevê uma política de igualdade de oportunidades e de formações. O banco propõe um acompanhamento no momento do regresso de licença de maternidade para as suas colaboradoras e os seus managers a fim de assegurar uma melhor compreensão das expectativas de cada um.

O BNP Paribas elaborou um guia das boas práticas para estabelecer a sua própria rede de Diversidade. Após o lançamento em 2010 da rede de mulheres e da rede «*Pride*» (rede de Gays Lésbicas, Bissexuais e Transsexuais), a comunidade BAME (*Black, Asian and Minority Ethnic*) nasceu em 2011 sob o impulso de colaboradores do Banco. Por outro lado, «*RESPECT*» é uma rede aberta a todos os funcionários do banco, sem consideração de origem étnica, cujo objetivo é promover todas as culturas.

No Bahrein

Um comité de pilotagem, estabelecido no rasto da associação BNP Paribas MixCity, lançou várias iniciativas para ajudar as mulheres a progredir na hierarquia utilizando, entres outros, a alavanca da formação. O objetivo da DRH é sensibilizar e educar o conjunto das equipas em matéria de diversidade e de mixidade. Integrado na política de parentalidade, o «*BNP Paribas Kids Club*» foi lançado em fevereiro de 2010.

No Canadá

Um plano de ação trienal visa nomeadamente melhorar a igualdade profissional entre os homens e as mulheres e o estatuto das pessoas em situação de deficiência. Um relatório sobre a diversidade é enviado todos os anos ao governo canadiano. Enfim, o BNP Paribas Canadá organiza todos os anos uma Semana da Diversidade para sensibilizar as equipas.

ACOMPANHAR OS COLABORADORES NUM CONTEXTO DE MUDANÇA

UMA GESTÃO DO EMPREGO A LONGO PRAZO

A gestão previsional do emprego e das competências (GPEC)

Sobre o plano qualitativo, o Grupo assegura uma gestão a longo prazo das carreiras e do desenvolvimento das competências dos colaboradores, inscrita nos processos RH do Grupo, nomeadamente pela afetação a cada colaborador de um gestor de carreira, a publicação dos postos disponíveis a nível interno, a elaboração de planos de sucessão e um esforço constante sobre a formação. O conjunto destas medidas favorece o desenvolvimento das competências e a empregabilidade dos colaboradores.

Sobre o plano quantitativo, é conduzida uma gestão rigorosa dos efetivos, em particular para assegurar o acompanhamento da gestão previsional de emprego a curto e médio prazo. O BNP Paribas dotou-se nos seus quatro mercados domésticos (França, Bélgica, Itália e Luxemburgo) de um dispositivo composto, por um lado, de uma ferramenta de previsão e, por outro lado, de um conjunto de medidas de gestão. A ferramenta permite avaliar por antecipação o nível do turnover assim como as variações de empregos para o ano em curso e os dois anos futuros, de maneira a poder identificar por antecipação as necessidades eventuais de ajustamento de emprego. O conjunto das medidas de gestão incide sobre as diferentes áreas da gestão RH: recrutamento, mobilidade interna, formação, etc.

Além disso, uma função de vigilância e de coordenação é assegurada sobre os assuntos de emprego do Grupo em França a fim de garantir a coerência das políticas RH em ligação com a situação de emprego de todas as entidades.

A reorganização de certas atividades para fazer face às evoluções regulamentares e de mercado

Em 2011, ao mesmo tempo que prosseguia o seu desenvolvimento, o BNP Paribas teve de ter em conta os novos constrangimentos regulamentares e a aceleração do calendário da sua implementação, que afetam profundamente o sector bancário e, em consequência, adaptar a organização de algumas das suas atividades.

Neste contexto, as atividades da gestão dos fundos (BNP Paribas Investment Partners), da banca de financiamento e de investimento (CIB), dos financiamentos especializados imobiliários (BNP Paribas Personal Finance) e dos equipamentos profissionais (Leasing Solutions) reviram a sua organização e posicionamento com vista a salvaguardar a sua competitividade e assegurar o seu desenvolvimento a longo prazo. As atividades de bancos de rede não são visadas por estas reorganizações.

Conformemente às suas práticas sociais, o BNP Paribas gere a situação de emprego que daí resulta segundo os princípios seguintes:

- o respeito das pessoas;
- o estrito respeito das legislações e dos usos sociais nos países visados;
- a transparência e o diálogo com os representantes do pessoal;
- a prioridade dada à reclassificação mediante o favorecimento da mobilidade interna e a formação em todos os países onde a dimensão do Grupo e a natureza das suas atividades o permitem.

No total, 2 358 postos no mundo serão tocados em 2012 em quatro setores de atividades, nomeadamente 1 396 para o CIB, 278 para o Investment Partners, 274 para o Leasing Solutions e 410 para o Personal Finance.

Nestas quatro áreas de atividades, a repartição geográfica é a seguinte:

- 801 em França;
- 809 na Europa fora de França incluindo 134 para a atividade CIB em Londres;
- 748 repartidas entre a Ásia, os Estados Unidos, a América do Sul, a região Médio Oriente e África, essencialmente na atividade CIB.

Nos quatro mercados domésticos, as reorganizações fazem-se sem saída forçada, privilegiando a reclassificação interna dos colaboradores cujo posto é afetado, num processo de mobilidade interna dinâmica e habitual no seio do Grupo. Em complemento destas ações, planos de saídas foram implementados, com base no voluntariado, reservados aos colaboradores cujo posto é afetado e que possuem um projeto profissional construído validado por um gabinete externo.

Continuação e fim da fusão BNP Paribas – Fortis

Por outro lado, a fusão do BNP Paribas com as entidades controladas pelo Fortis termina. Esta fusão sobre o plano social apoiou-se nos princípios de integração garantindo o respeito das pessoas e das culturas, com prioridade concedida ao reposicionamento interno dos colaboradores, ao respeito dos compromissos sociais individuais e coletivos assim como a um processo de nomeação equitativo e fundado sobre considerações profissionais. A taxa de resposta ao *Global People Survey 2011* de 67 % dos colaboradores vindos do Fortis (+ 3 pontos em relação ao Grupo) e o seu orgulho de pertença ao Grupo de 85 % (+ 1 ponto em relação ao Grupo) mostram o sucesso desta fusão.

Em França, no total 1 500 colaboradores vindos das entidades do Fortis em França foram integrados no Grupo.

Na Bélgica, o plano industrial de fusão do BNP Paribas e do Fortis continua a ser escrupulosamente acompanhado. O turnover natural permaneceu importante e o BNP Paribas Fortis continuou a estar muito presente no mercado do recrutamento com cerca de 1 500 novos colaboradores contratados a tempo indeterminado durante o ano. A mobilidade interna também funcionou com sucesso graças à contribuição do «*Mobility Center*».

Em Itália, certas reorganizações nalgumas filiais italianas do BNP Paribas (Leasing Solutions, Personal Finance, Artigiancassa, Findomestic, Insinger) marcaram a política de emprego em 2011 dado que um certo número de colaboradores cujos postos estavam afetados por estas reorganizações desejaram beneficiar do plano de adaptação dos efetivos do BNL que integrou 305 pessoas vindas das suas filiais.

No Luxemburgo, o banco acolheu 314 novos colaboradores em 2011, sendo dois terços contratos a tempo indeterminado. No mesmo período, 324 colaboradores deixaram a empresa, incluindo, nomeadamente, 62 saídas para reforma, 100 demissões e 102 fins de contratos. A mobilidade interna continuou, sob a influência do «*Mobility Center*», a representar uma alavanca importante do desenvolvimento e de ajustamento dos efetivos: foram realizados nada menos do que 339 movimentos entre entidades e departamentos diferentes.

Fora destes países, e à exceção da Turquia (1 900 mobilidades e 400 saídas para 10 000 colaboradores), a fusão BNP Paribas – Fortis não teve impacto direto em 2011, o conjunto das equipas tendo sido reagrupadas a partir de 2010, nomeadamente na Ásia e nos Estados Unidos.

UM ESFORÇO SUSTENTADO A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS

A formação ao serviço da eficácia profissional

O ambiente económico instável e complexo, o impacto da crise e as novas regulamentações estão a transformar profundamente as condições da atividade bancária. Parece essencial, neste contexto, ser capaz de fidelizar os colaboradores, de acompanhar o desenvolvimento das suas competências e de lhes dar vontade de contribuir para o desenvolvimento das novas estratégias do Grupo.

O desenvolvimento do sentimento de pertença ao Grupo aparece neste sentido como um desafio de importância significativa. Os objetivos da formação e do desenvolvimento das competências estão em coerência com estes desafios e contribuem para os aceitar. Estes permanecem os seguintes:

- valorizar e fidelizar os colaboradores;
- veicular a cultura e as mensagens estratégicas do Grupo;
- elevar o nível de desempenho dos colaboradores;
- desenvolver a empregabilidade no seio da empresa.

No âmbito destes objetivos, as formações desenvolvidas devem:

- servir uma necessidade clara e identificar;
- inserir-se em percursos de formação legíveis para os colaboradores e os seus managers;
- permitir articular de maneira coerente as mensagens de alcance Grupo, polo, entidades operacionais e funções.

Elevar o nível de desempenho dos colaboradores

As formações das atividades têm por vocação primeira elevar o nível de profissionalismo e de perícia dos colaboradores na sua atividade. Eis porque cada atividade, ao estabelecer o seu plano de formação procura manter o nível de competência necessário aos colaboradores no exercício das suas responsabilidades. Os programas de formação são a seguir concebidos e desenvolvidos com a ajuda de especialistas em formação a fim de utilizar de maneira ótima novas modalidades de aprendizagem. Assim os percursos de formação combinam agora tempos de formação «presencial» e de *e-learning*. Os testes vêm igualmente completar a abordagem de formação num intuito de apropriação dos conhecimentos.

Desenvolver a empregabilidade dos colaboradores

O desenvolvimento das competências dos assalariados reforça a sua empregabilidade e contribui para a mobilidade interna. Vários dispositivos são implementados em França:

- à qualificação das competências graças às formações com obtenção de diploma: uma nova licenciatura «*Conseiller Expert*» em parceria com a profissão bancária e as universidades foi implementada em 2011;
- à validação dos conhecimentos no âmbito da regulamentação AMF, com 1 913 colaboradores formados;
- o desenvolvimento profissional: formações relativas à gestão de projeto, à eficácia pessoal e ao management operacional são asseguradas com, além disso, uma vontade de juntar os colaboradores de diferentes horizontes;

- a formação em inglês: o dispositivo implementado desde 2010 assegura uma adequação máxima entre as necessidades identificadas com ajuda de um teste e as formações permitindo atingir o nível exigido. Este dispositivo, que inclui diversas modalidades de *e-learning*, é igualmente desenvolvido em Itália, no Luxemburgo, na Ásia, na Turquia, em África e no Brasil.

A qualificação das competências graças às formações com diplomas e a formação em inglês são progressivamente alargadas ao Grupo quando esta ação é pertinente.

Oferecer modalidades de aprendizagem adaptadas às necessidades dos colaboradores

O *e-learning*

O *e-learning*, que beneficia de um forte *savoir-faire* a nível interno e corresponde às expectativas dos colaboradores, tornou-se uma modalidade pedagógica correntemente utilizada. Além disso, o conjunto do Grupo faz experiências de «*blended learning*», que combina diferentes modalidades de aprendizagem à distância e presenciais, permitindo desenvolver novas ações de formação.

Em 2011, 825 módulos complementares foram publicados pelas diferentes entidades do Grupo, aumentando para 1 073 o número total de módulos de formação colocados à disposição dos 79 países a nível do Grupo.

Desenvolver a transmissão dos conhecimentos

A valorização das competências dos colaboradores passa igualmente pela transmissão dos saberes a outros colaboradores do Grupo. As razões pelas quais o saber deve ser partilhado são múltiplas:

- a complexidade da indústria bancária torna a especialização cada vez mais crítica à boa realização das nossas missões;
- a partilha dos conhecimentos cria um laço social essencial entre as gerações;
- trata-se de um ato de management forte e exemplar.

O desenvolvimento das ofertas de formação destinadas aos formadores e aos tutores foi prosseguido. Estes programas de tutoria e de *mentoring* permitem a transmissão dos saberes e das experiências.

Na Bélgica, numa ótica de partilha de conhecimentos, um projeto de «*peer coaching*» foi lançado em 2011. Trata-se de uma ação de codesenvolvimento alargada no tempo para mais de 2 000 managers.

O ESPÍRITO DE INOVAÇÃO NO CENTRO DA ESTRATÉGIA DO BNP PARIBAS

O Grupo compromete-se em ajudar os seus clientes a fazer face aos desafios das mudanças profundas do ambiente. Este compromisso é conforme à sua assinatura. O espírito de inovação é mais do que nunca necessário para trazer aos clientes as respostas apropriadas às questões novas que se colocam.



O programa Espírito de Inovação visa promover o management de uma inovação responsável, à escuta das preocupações dos clientes em matéria de responsabilidade social e ambiental. Para apoiar esta vontade do BNP Paribas, os Prémios da Inovação integram categorias e critérios de seleção que destacam esta dimensão.

Prémios da Inovação do BNP Paribas

No seio do programa Espírito de Inovação, este concurso é destinado a estimular e recompensar a criatividade e o *savoir-faire* dos colaboradores do Grupo. Os premiados da edição 2011, com 110 dossiers selecionados entre mais de 440 dossiers apresentados por 832 colaboradores em 20 países representados, testemunham do sucesso do concurso e da adesão dos colaboradores.

Três projetos particularmente inovadores foram desenvolvidos em 2011 pela DRH do Grupo:

- o lançamento de «Backstage», primeiro site na Europa dedicado aos candidatos desejosos de conhecer melhor o Grupo e de fazer perguntas em linha a especialistas operacionais; esta inovação que facilita a orientação dos estudantes foi muito apreciada pelas escolas e saudada pelos líderes de opinião do Web RH;
- o lançamento da *Risk Academy*, inovação premiada na categoria «Satisfação Colaboradores»;
- a criação de um Fórum Mobilidade proposto aos colaboradores em mobilidade na Ile-de-France para colocar em relação os seus pedidos e as ofertas a preencher, na presença de managers e dos RH visados.

Formação para a inovação

Desde 2010, várias ofertas de formação foram implementadas para apoiar o management da inovação a nível do Grupo. Reforçando esta ação, o seminário «My Way to Inovação – Leading Teams Out of the Box» criado em 2011 no seio da *Management Academy*, vem completar as formações desenvolvidas nas atividades e um ciclo de conferências beneficiou várias centenas de colaboradores.

BNP PARIBAS, EMPREGADOR DE REFERÊNCIA, CONTINUA A RECRUTAR

O BNP Paribas continua a recrutar

Com mais de 27 600 novos colaboradores permanentes em 2011, 5 800 dos quais nos mercados domésticos (França, Itália, Bélgica e Luxemburgo), incluindo 3 400 em França, o Grupo realiza um aumento importante dos seus recrutamentos. Nitidamente mais marcado no primeiro semestre, este aumento abranda no segundo semestre de 2011. Os países que recrutam mais são por ordem decrescente⁽¹⁾: a França, os Estados Unidos, a Índia, a Turquia e a Bélgica. O setor de atividade *Retail Banking* reúne 70 % dos recrutamentos.

BNP Paribas, um empregador apreciado

O BNP Paribas lançou uma nova campanha de recrutamento fundada nas noções de orgulho de pertencer ao Grupo e de orgulho de financiar os projetos dos seus clientes com uma notoriedade acrescida no plano mundial.

«Ace Manager»:
sempre mais sucesso com as novas edições

Ace Manager é um jogo concebido pelo Grupo que coloca em evidência, de maneira lúdica, o papel central do banqueiro para financiar os projetos dos seus clientes na economia real. Este insere-se na estratégia de desenvolvimento da notoriedade e da atratividade do BNP Paribas junto dos jovens.

A terceira versão deste jogo de empresa em linha reuniu, em 2011, 12 382 participantes (ou seja 3 200 equipas de três ou quatro estudantes) provenientes de 98 países dos 5 continentes e de 140 nacionalidades. A fim de serem selecionados, mais de um milhão de estudantes do mundo inteiro estiveram em contacto com a marca BNP Paribas durante a visita aos campus e a promoção do jogo.

O site «*Ace Manager*» totalizou mais de 337 000 visitas desde a sua colocação em linha e a página Facebook conta mais de 7 300 fãs.

Em França

Pelo segundo ano consecutivo, o BNP Paribas atinge o segundo lugar do pódio no palmarés dos empregadores preferidos dos franceses⁽²⁾ e distingue-se nos assuntos de paridade homem - mulher, o lugar dos seniores, a deficiência e a formação. É igualmente a empresa preferida dos estudantes das *Grandes Ecoles Palmarès Région*⁽²⁾. Em França, o BNP Paribas recebeu 195 400 candidaturas⁽³⁾ (+ 2 % em relação a 2010).

Uma comunicação digital com alto desempenho

O ano de 2011 foi pontuado por projetos de grande envergadura na paisagem Web com o lançamento em fevereiro do site «Backstage» que gerou, no final de dezembro, mais de 1 200 contribuições e mais de 155 000 visitantes, e da aplicação «Dr. Job», com vocação universal, que prepara todo o candidato às entrevistas de recrutamento. Esta aplicação colocou-se rapidamente entre as 5 aplicações mais descarregadas do setor da Economia.

(1) Além da Rússia, com um forte desenvolvimento do crédito automóvel no local de venda via BNP Paribas Personal Finance, e a Ucrânia com um turnover importante.

(2) Fontes: Palmarés Région Job/Express realizado junto de mais de 10 000 internautas; TNS Sofres.

(3) Fora BNP Paribas Personal Finance, BNP Paribas Arbitrage e BNP Paribas Real Estate.

Na Bélgica

Na continuidade da sua política «marca empregador» lançada em 2010, o BNP Paribas Fortis inaugurou o seu novo site Internet em setembro de 2011. Querendo-se mais próximo dos candidatos, o site Web revela o dinamismo e a criatividade da entidade belga. Por outro lado, o BNP Paribas Fortis optou por adaptar a campanha de recrutamento do Grupo dando-lhe uma imagem «interna» na medida em que são colaboradores que encenam o seu posto.

Em Itália

Em 2011, o BNL renovou o seu compromisso de recrutamento dos jovens talentos através dos «BNL Recruiting Day» e «OrientAMente» e recebeu milhares de CVs para participar nestes eventos que permitem ser recrutado num dia. O dia «OrientAMente» permitiu assim a 15 jovens diplomados, selecionados entre os perfis mais motivados que responderam a um questionário divulgado em todas as páginas Facebook do BNL (BNL Job, BNL per il Tennis, BNL per Telethon, BNL LIFE, 6 miliardi di altri), trocaram com um painel de especialistas sobre as oportunidades do mercado e a forma de abordar as empresas. Estas iniciativas ilustram a vontade do BNL de estar próximo dos jovens, de utilizar a sua linguagem e as suas ferramentas para suscitar o seu envolvimento e aproximar-se assim de jovens talentos prometedores para lhes propor postos dentro do Grupo.

No Reino-Unido

O lançamento de uma nova campanha de recrutamento de «graduates» aliando dinamismo e visão holística do setor de atividade CIB incluiu a realização de uma nova brochura, de um novo guia do estagiário e de um novo site Internet. Além disso, o site Web e a página Facebook do «graduate programme» propõem um «BNP Paribas CIB Genius Quiz» que permite testar os seus conhecimentos em finança. Em paralelo, o banco desenvolveu a sua rede de embaixadores nos campus do mundo inteiro a fim de aumentar a visibilidade da marca BNP Paribas.

Uma política de parceria com as escolas e as universidades

Em França

A formação dos jovens em empresa: uma prioridade

Em 2011, o Grupo integrou em França mais de 1 400 novos alternantes aumentando o seu número para 2 100 no Grupo. Estes jovens, que preparam diplomas 12ºano + 2 a 12ºano + 5, recebem, em paralelo à sua formação à sua futura profissão, uma experiência que lhes permitirá estarem operacionais logo que obtenham o diploma. Graças a estas formações, a empresa dispõe de um viveiro de jovens diplomados formados às suas atividades e à sua cultura, cujo potencial avaliou sobre um longo período. Elevador social e fator de integração, a alternância permite receber um salário durante a formação, e por vezes mandar financiar pela empresa as despesas de escolaridade. Jovens, oriundos nomeadamente de meios desfavorecidos, acedem assim a um nível de formação superior e a um emprego. Em 2011, o Grupo transformou 54 % dos contratos de alternantes contratáveis em CTI.

Parcerias inovadoras

- O BNP Paribas assinou em 2011 parcerias globais com as Universidades Paris Est Créteil (UPEC) e Paris IX Dauphine, que permitem ter relações mais constantes com os estudantes na difusão de ofertas de emprego e a apresentação das atividades. Esta parceria obteve aliás o primeiro prémio dos encontros AEF (Agence Education Formation) de 2011;
- um programa de estudos integrados de 6 Institutos de estudos políticos de província acompanha 1 200 alunos de liceu oriundos de bairros desfavorecidos para a preparação do concurso comum;
- l'École de la deuxième chance, apoiada ativamente há vários anos, tem por missão assegurar a inserção profissional e social, pela educação e a formação, de jovens adultos dos 18 aos 25 anos saídos do sistema escolar sem diploma nem qualificação há pelo menos um ano. Em 2011, a Fundação BNP Paribas deu um apoio suplementar que permitiu desenvolver um programa de abertura profissional;
- uma parceria Índia – França que renova o financiamento das bolsas de estudos de dois estudantes de universidades indianas por um ano no Essec. Estes estudantes terminarão a sua escolaridade por um estágio no Grupo a fim de adquirirem uma primeira experiência. O Grupo espera assim integrar estas pessoas de forma duradoura.

Na Bélgica

Desde o início do ano académico 2010-2011, o BNP Paribas Fortis intensificou as suas parcerias com as universidades belgas e apadrinha doravante cinco cadeiras em todo o país. Além destes apadrinhamentos, o Grupo apoia um programa de enquadramento de alunos oriundos de meios desfavorecidos por estudantes mais velhos em várias universidades e, para a HEC-ULg, a realização de projetos a favor de empresas com falta de tempo ou de meios. Enfim, o BNP Paribas Fortis lançou com os seus parceiros, CreaPME e HEC Liège Executive School, a segunda edição de CREACTION, um programa de acompanhamento à criação de empresas. Estes compromissos para com as universidades e a educação demonstram a ancoragem do Grupo na sociedade belga.

FIDELIZAR E MOTIVAR OS COLABORADORES A LONGO PRAZO

INTEGRAÇÃO DOS COLABORADORES: UM DISPOSITIVO GRUPO, DISPOSITIVOS LOCAIS

Os dispositivos de integração permitem aos recém chegados descobrir o BNP Paribas e situar a sua atividade em relação ao conjunto das atividades. Estes facilitam a primeira ligação dos colaboradores com o Grupo para compreenderem a sua organização e oferece-lhes a oportunidade de constituir a sua primeira rede relacional dentro da empresa. O percurso de integração e as ferramentas desenvolvidas permitem aos novos contratados articular de maneira coerente as ações de alcance Grupo, polos, entidades operacionais e funções.

Assim, os recém chegados das diferentes entidades presentes em Itália reuniram-se em maio durante uma primeira sessão de integração cujo objetivo era reforçar o sentimento de pertença ao Grupo e salientar os valores do BNP Paribas.

No Luxemburgo, o dispositivo «*Team Contact*» implementado para acompanhar a integração dos colaboradores no âmbito da fusão BGL e BNP Paribas, prosseguiu com mais de 650 colaboradores formados em 2011.

Na Bélgica, os novos colaboradores são acolhidos durante um «*Induction Day*» cujo objetivo é apresentar os valores e as ambições do Grupo.

Em França, o seminário de integração da BDDF é destinado aos novos contratados de nível quadros, experimentados ou não. Por outro lado, as funções organizam regularmente sessões de acolhimento dos seus colaboradores recém chegados.

Dois seminários foram organizados a nível regional em Singapura (para a região Ásia – Pacífico) e em São Francisco (para a região Américas) com mais de 200 colaboradores.

Enfim, dois seminários de alcance transversal, destinados a cerca de 400 managers experimentados que integraram o Grupo, foram organizados em França.

UMA GESTÃO DOS PERCURSOS INDIVIDUAIS

A gestão de carreira dos colaboradores é efetuada no âmbito da política definida pela Direção dos Recursos Humanos do grupo BNP Paribas, segundo um princípio geral de descentralização. Cada colaborador é seguido por um gestor de carreira local, com uma atenção particular a nível global por duas categorias de populações especificamente identificadas: o Senior Management e os Altos Potenciais, para a preparação do plano de sucessão do Grupo.

2011 revelou-se um ano de transição para estas populações específicas visto que, em janeiro, uma primeira lista de 2 200 senior managers foi definida segundo os novos critérios (fundada no «peso relativo» do posto ocupado, uma melhor representatividade das(dos) diferente(s) entidades/territórios que compõem o Grupo, etc.). Depois, em setembro, uma nova lista dos Altos Potenciais foi definida no âmbito de um processo de identificação renovado.

As ações estruturantes conduzidas desde a integração do BNP Paribas Fortis prosseguiram por outro lado com a publicação, em setembro, de um novo referencial das competências comportamentais Grupo visando harmonizar, promover e facilitar a integração de uma abordagem competências nos diversos processos RH.

No centro da política de gestão das carreiras encontra-se a relação regular do colaborador com o seu manager. Os gestores de carreira têm por missão acompanhar esta relação e implementar um acompanhamento de carreira individualizado. São os interlocutores privilegiados dos colaboradores para todas as questões ligadas à evolução da sua carreira: evolução profissional, mobilidade e remuneração. Estes conhecem os colaboradores através das suas avaliações profissionais, os seus contactos pontuais ou regulares com o seu manager, e obviamente, as entrevistas de carreira. São igualmente os que garantem a ausência de discriminação ao longo de toda a carreira.

Uma política de mobilidade voluntarista

Desafios importantes

No período atual, a mobilidade permite acompanhar a adaptação do Grupo ao seu meio ambiente. Este é um meio privilegiado para responder às necessidades das entidades utilizando de forma eficaz as competências disponíveis a nível interno. Além deste desafio de crescimento, a mobilidade constitui igualmente um trunfo na carreira dos colaboradores.

Em coerência com a visão RH, a mobilidade constitui também uma contribuição indispensável para o pacto social garantido pelo Grupo nos seus mercados domésticos e responde a importantes objetivos tais como: desenvolver as perspetivas de evolução e acompanhar os colaboradores no seu percurso profissional, antecipar as situações de mudança e gerir as reorganizações.

Princípios de ação

A mobilidade interna é privilegiada antes de qualquer recrutamento externo, e efetua-se da mesma maneira dentro do respeito da diversidade e da não discriminação a cada etapa do processo. À escala do grande grupo internacional que é o BNP Paribas, a escolha dos postos é larga e representativa de todas as atividades do Grupo. Nenhum perfil particular é favorecido, a diversidade das carreiras e dos percursos personalizados sendo privilegiada. A título de exemplo, há vários anos que em França a taxa de mobilidade avizinha os 20 %.

Um forte desenvolvimento das ferramentas

Para permitir aos colaboradores beneficiar efetivamente das oportunidades de mobilidade oferecidas à escala de um grande grupo, foram desenvolvidas ferramentas:



- *e-jobs* é um site interno de publicação dos postos a preencher em todas as atividades do Grupo. Este é acessível a todos os colaboradores via Intranet e Internet. O número de postos abertos no *e-jobs* ascende, para 2011, a 3 776 no mundo inteiro 2 415 dos quais em França. Cerca de 750 postos estão em permanência disponíveis para a França;
- um «*Fórum Mobilidade*» em dois dias foi proposto aos colaboradores em mobilidade em Île-de-France, o objetivo sendo de os colocar em relação direta com os managers e responsáveis RH com postos a preencher. Tendo em conta o seu sucesso, esta iniciativa será reconduzida.

A valorização de todos os talentos graças a políticas específicas

A adaptação e o desenvolvimento do «Talent Development Program»

O Talent Development Program é dedicado aos colaboradores com forte potencial internacional. Elaborado de maneira participativa com o apoio dos managers e dos responsáveis RH das entidades do Grupo, o seu objetivo é preparar a sucessão a médio prazo da população Senior Management e acompanhar o crescimento do Grupo.

Neste âmbito, os Altos Potenciais do Grupo beneficiam de uma gestão de carreira específica. Além das formações dos polos e da atividades, três programas de formação são-lhes dedicados no Campus BNP Paribas que reúnem participantes de todas as entidades do Grupo a nível mundial para permitir-lhes adquirir competências transversais. Estes programas são além disso um excelente meio para tecer laços profissionais privilegiados no seio do conjunto das atividades do Grupo.

A mobilidade internacional

E-jobs tornou-se a ferramenta interna incontornável da mobilidade no Grupo inclusive a nível internacional visto que é agora divulgado em 25 países.

O dispositivo «International Retail Key Resources» no seio do Retail Banking

Os «International Retail Key Resources» (IRKR) são os colaboradores oriundos do Retail Banking dotados de capacidades profissionais técnicas, comportamentais (interculturais/executivas) e linguísticas, que têm as apetências e a vontade de se abrirem a uma carreira com vocação internacional, para assumir, no seio do Retail Banking, a curto ou médio prazo, uma missão, um projeto ou uma responsabilidade executiva noutro país que não o da sua nacionalidade ou no seio de uma equipa multinacional no seu país ou noutro país.

A identificação dos IRKR faz-se no conjunto das populações Retail Banking, ou seja 138 000 colaboradores em 54 países.

No final de dezembro de 2011, 296 «IRKR» foram identificados de 25 nacionalidades diferentes, oriundos de 34 países diferentes, assim como 263 sucessores potenciais destes IRKR, representando 28 nacionalidades e oriundos de 36 países.

Foram organizadas 165 mobilidades de IRKR e sucessores potenciais, dos quais 82 em 2011: 65 % das mobilidades são internacionais (mudança de país); a mobilidade das mulheres é de 19 %.

O plano de sucessão do Grupo

Uma das missões essenciais fixadas pelo Grupo para a gestão das carreiras é preparar o futuro assegurando a sucessão a mais longo prazo dos seus dirigentes. Para tal, reúnem-se regularmente comités de sucessão, a todos os níveis (desde os escalões operacionais aos quadros dirigentes do Grupo), os managers e os gestores de Recursos Humanos, com vista a detetar os quadros suscetíveis de assegurarem a sucessão do Senior Management da empresa. As funções de management propostas pelo Grupo permitem valorizar os talentos, favorecer a sua integração no seio do Grupo e desenvolver as suas capacidades de liderança.

(1) Capital Requirements Directive.

UMA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO COMPETITIVA E EM LINHA COM AS REGRAS INTERNACIONAIS

A remuneração do trabalho e do desempenho

O trabalho realizado, as competências, a implicação nas tarefas confiadas e o nível de responsabilidade são remunerados por um salário fixo em adequação com a experiência adquirida pelos assalariados e as práticas observadas para cada atividade no mercado. Os desempenhos individuais e coletivos do ano em relação aos objetivos fixados determinam o nível das remunerações variáveis. Estas revestem diferentes formas consoante as atividades.

Mais geralmente, a política de remuneração do Grupo assenta em princípios de equidade e de transparência que se traduzem nomeadamente por:

- um processo anual mundial único;
- um sistema de delegação rigoroso que funciona no âmbito das diretivas decididas a nível do Grupo;
- uma governança reforçada que assenta em comités CRIF (conformidade – risco – finança), e a implicação reforçada do Comité das remunerações do Conselho de administração.

A adaptação da política de remuneração às novas regulamentações e às exigências de mercado

A crise fez sobressair a necessidade de reforçar profundamente o sistema de remuneração variável dos operadores de mercado. O BNP Paribas é um ator importante dessas evoluções, numa lógica de desenvolvimento sustentável das suas atividades, aliando responsabilidade e competitividade. A política de remuneração foi harmonizada em conformidade com a diretiva europeia CRD III⁽¹⁾ e a portaria do Ministério da Economia e das Finanças de 13 de dezembro de 2010, o que traduz mais uma vez uma forte vontade de prudência e de rigor do Grupo em matéria de remuneração. O Grupo entende promover a coerência necessária entre os comportamentos dos assalariados cuja atividade é suscetível de ter uma incidência sobre o perfil de risco da empresa e os seus objetivos a longo prazo, particularmente em matéria de riscos.

Os dados relativos à remuneração e às vantagens sociais dos mandatários sociais são detalhados no parágrafo 8.e do capítulo 4 - Situações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011. Para 2011, as informações a publicar por aplicação do artigo 43-2 do regulamento 97-02 para os membros do órgão executivo e para as pessoas cuja atividade profissional tem uma influência significativa sobre o perfil de risco da empresa estarão disponíveis no site Internet do BNP Paribas <http://invest.bnpparibas.com> antes da Assembleia Geral de 23 de maio de 2012.

As práticas de remunerações variáveis dos pessoais que exercem atividades suscetíveis de ter um incidência sobre o perfil de risco da empresa

A implementação desta política conduz nomeadamente a:

- diferir uma fração importante das remunerações variáveis sobre um período de três anos, o pagamento das partes diferidas estando submetido a cada vencimento a condições cujo não respeito leva à perda total ou parcial da fração anual (sistema de « malus »);

■ indexar uma parte da remuneração variável ao desempenho da ação BNP Paribas, para alinhar os interesses dos beneficiários e dos acionistas.

O modo de determinação das remunerações variáveis individuais integra o exame do desempenho quantitativo e qualitativo em relação aos objetivos fixados. A apreciação do comportamento profissional de cada um face ao respeito dos valores, da deontologia, do espírito de equipa, dos procedimentos do Grupo e da contribuição para o controlo dos riscos (inclusive o risco operacional) é igualmente considerado.

UMA PALETTE DE VANTAGENS SOCIAIS QUE TRADUZ UMA VISÃO RESPONSÁVEL DA RELAÇÃO DE TRABALHO A LONGO PRAZO

A nível do Grupo

Ocionariado dos assalariados

O BNP Paribas realiza há mais de 10 anos, uma vez por ano, um aumento de capital a favor dos seus assalariados. Esta operação permite aos colaboradores participar no crescimento do BNP Paribas e reforçar o sentimento de pertença ao Grupo.

Em 2011, 173 000 colaboradores repartidos em mais de 70 países eram elegíveis à subscrição no âmbito do Plano Poupança Grupo (Plano Mundial) com um desconto de 20 %. Cerca de 63 000 colaboradores no mundo subscreveram-no (ou seja 36 %).

Por outro lado, um novo plano de fidelização a longo prazo do management («Plano Global de Interesse em Ações») foi implementado sob forma de atribuição de ações de performance e de stock-options submetidas a condições de performance.

No final de 2011, a parte de capital detida direta ou indiretamente pelos assalariados do Grupo ascende a 6,2% (ver secção 1.5 do capítulo 1 - BNP Paribas e os seus acionistas).

A proteção social

Para além dos dispositivos legais e convencionais, nos diferentes países onde está presente, o Grupo esforça-se para assegurar a cobertura social dos colaboradores e das suas famílias para que estes beneficiem de regimes sociais cobrindo as despesas de consultas e de internamento hospitalar e lhes assegure uma proteção de alto nível. Estes dispositivos foram harmonizados a fim de assegurar uma certa coerência entre sistemas por vezes marcados por fortes especificidades locais (ver Situações financeiras nota 7 - Remunerações e vantagens concedidas ao pessoal).

As reformas

Em França, o Grupo desconta para diferentes organismos nacionais e interprofissionais de reforma de base e complementares. O BNP Paribas SA e algumas filiais implementaram, por acordo de empresa uma reforma por capitalização permitindo aos colaboradores beneficiar no momento da sua saída de uma renda que vem adicionar-se às pensões servidas pelos regimes nacionais.

É igualmente o caso em vários países no estrangeiro, onde os novos colaboradores beneficiam de planos de pensão com descontos definidos permitindo-lhes constituir ao longo de toda a sua vida profissional um capital que no momento da sua reforma virá em complemento das eventuais pensões pagas pelos regimes locais obrigatórios (ver Situações financeiras nota 7 - Remunerações e vantagens concedidas ao pessoal).

Em França

Outras vantagens sociais

Paralelamente às remunerações fixas e variáveis, o Grupo oferece uma ampla gama de vantagens sociais com, por um lado, as que tocam ao quadro de trabalho e ao equilíbrio entre vida privada e vida profissional e, por outro lado, as que permitem aos colaboradores financiar os seus projetos pessoais e apreender os riscos da vida e as que contribuem para a preparação da sua reforma.

O tempo de trabalho

O exercício da atividade profissional faz-se tanto quanto possível num quadro estruturado em função das necessidades de cada um: trabalho a tempo parcial, férias anuais, redução do tempo de trabalho (RTT), dispositivos de tempo *à la carte*, conta Poupança Tempo, etc. As circunstâncias particulares da vida privada são igualmente tidas em conta, através de licenças especiais para casamento, morte, mudança de casa, nascimento, etc.

Apoupança salarial

O Grupo procura otimizar os dispositivos de interesse coletivo nos resultados de acordo com o contexto legal, social e fiscal das entidades pela participação e interesse que permitem, em França, a redistribuição em benefício dos colaboradores de uma parte dos lucros para a realização dos quais contribuíram, pelo seu trabalho e pelos planos de *profit sharing* em numerosos territórios.

| Participação e Interesse BNP Paribas SA em euros | | | | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| A título dos exercícios | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| Montante bruto | 186 076 788 | 227 719 000 | 232 530 560 | 84 879 969 | 181 349 984 | 235 833 607 | 239 003 000 |
| Montante mínimo por assalariado ⁽¹⁾ | 3 772 | 4 696 | 4 728 | 1 738 | 3 782 | 4 627 | 3 938 |
| Montante máximo por assalariado ⁽¹⁾ | 10 689 | 12 732 | 12 800 | 4 641 | 10 128 | 12 447 | 10 571 |

(1) Montante bruto para um assalariado a trabalhar a tempo inteiro e presente todo o ano

Poupança e reforma

O BNP Paribas acompanha os esforços poupança voluntária dos assalariados através de um Plano Poupança Empresa (PPE), um Plano Poupança Reforma Coletivo (PPRCO) e regimes de reforma suplementares. O PPE é um sistema de poupança coletivo que permite aos colaboradores constituir uma poupança. O PPRCO foi subscrito por cerca de 15000 assalariados que disporão desta poupança no momento da sua saída para a reforma, sob a forma ou de uma renda ou de um capital. Em 2011, o montante acumulado dos pagamentos complementares (PPE + PPRCO) ascende a 40 milhões de euros (dos quais 13,5 milhões de euros para o PPRCO).

A previdência personalizada

Criado por um acordo de empresa, o regime de previdência flexível (cobertura incapacidade, invalidez, morte) do BNP Paribas tem poucos equivalentes nas empresas francesas. Este oferece aos assalariados um nível elevado de garantias em caso de interrupção de trabalho, de invalidez e de morte. A partir de um regime de base aplicável por defeito, cada um personaliza a sua proteção de acordo com a sua situação pessoal ou familiar escolhendo o nível adaptado de prestação ou de garantia complementar. As escolhas podem ser modificadas anualmente.

O «BSI»: Balanço Social Individual

Em 2011, pelo terceiro ano consecutivo, cerca de 54 000 colaboradores que trabalham em França receberam o seu Balanço Social Individual. Este documento propõe uma apresentação sintética e estruturada da retribuição global de cada colaborador a título do ano anterior. Tem por ambição dar a cada um uma visão simples e pedagógica da sua situação pessoal reagrupando num documento único informações frequentemente esparsas, nomeadamente sobre a remuneração, as vantagens sociais e a formação.

Na Bélgica

Novo modelo de remuneração

Tiveram lugar negociações entre a direção do BNP Paribas Fortis e os sindicatos sobre a definição de um novo modelo de remuneração para os 17 000 colaboradores (empregados e quadros) do BNP Paribas Fortis. No final de 2011, a direção assinou um acordo com os dois mais importantes sindicatos. Este novo modelo de remuneração, efetivo a partir de 1 de janeiro de 2012, assenta em 3 princípios:

- redução de salário de 3 % para todos os colaboradores no âmbito do programa de redução dos custos «Iniciativa 2014» em contrapartida de uma garantia de emprego até ao final de 2016;
- parte da remuneração variável «coletiva» ligada a critérios de desenvolvimento sustentável, tais como a satisfação do cliente, a promoção da diversidade, a melhoria do bem-estar no trabalho, a consciência do risco e da conformidade e a redução do impacto negativo do banco sobre o ambiente;
- uma modernização do modelo de remuneração atual com a possibilidade de converter todo ou parte da remuneração variável «individual» num *package* mobilidade dito «verde» (carro de empresa ou assinatura a diversas fórmulas de transporte ecológicas) e/ou um plano de reforma bonificado.

Na Itália

Ao lado dos dispositivos de remuneração variável tradicionais, o BNL propõe a alguns colaboradores medidas incitativas pontuais visando recompensá-los pela excelência dos seus resultados. Assim, os colaboradores melhor classificados das áreas Retail, Private, Corporate, Cobrança Créditos e Produção e Assistência comercial recebem propostas para participar no programa «BNL Master», um estágio de formação dedicado.

Por outro lado, o BNL propõe a todos os seus colaboradores beneficiar de um certo número de vantagens tais como um seguro de doença, um seguro acidentes, uma previdência complementar, empréstimos concedidos a taxas preferenciais, senhas de refeição, um prémio de antiguidade (após 25 anos de serviço), bolsas de estudo, etc.

No Luxemburgo

Um «estatuto único» para o conjunto dos colaboradores

No âmbito da fusão do BGL e do BNP Paribas, um «estatuto único» para o conjunto dos colaboradores das duas entidades (exceto os quadros fora convenção) foi implementado no final de 2010 a fim de instaurar uma base comum de vantagens sociais e melhorar o quadro geral das relações de trabalho. A harmonização prosseguiu em 2011 pela extensão deste «estatuto único» aos quadros fora convenção.

CONCERTAÇÃO, ESCUTA, ATENÇÃO ÀS PESSOAS

UMA PRESENÇA ATIVA JUNTO DOS NOSSOS COLABORADORES CONFRONTADOS COM SITUAÇÕES DE CRISE

No Japão

Embora o tremor de terra que atingiu o Japão na tarde de 11 de março tenha sido de forte amplitude, os edifícios de escritórios do Grupo não foram felizmente demasiado danificados, e nenhum colaborador foi ferido. Contudo, a maior parte dos comboios não podendo circular, alguns funcionários tiveram de passar a noite no escritório. O Banco cuidou deles e deu-lhes de comer. Durante a semana que seguiu, a circulação dos comboios ainda não tinha sido restabelecida e o gás e a água não estavam disponíveis em todo o lado. O Banco reservou portanto

quartos de hotel para as pessoas que não podiam regressar ao seu domicílio ou lá viver.

Reservou igualmente quartos de hotel nas zonas de Nagoya e de Osaca para aqueles que desejavam afastar a sua família. O Banco permitiu aos expatriados enviar as suas famílias ou para os seus países de origem ou para os hotéis de Nagoya ou de Osaca. Este assegurou-se diariamente do bem-estar dos membros do pessoal e das suas famílias.

O Grupo e o seu pessoal fizeram um dom de 260 milhões de JPY (2,4 milhões de euros) à Cruz-Vermelha do Japão. Além disso, o Comité RSE do BNP Paribas em Tóquio organizou cinco viagens de voluntários no norte do país, que tinha sido duramente atingido. Estes voluntários ajudaram a desobstruir as casas e os campos, e a alimentar os habitantes.

Os países da «primavera árabe» e a Costa do Marfim

No conjunto Europa Mediterrâneo, vários países foram marcados por levantamentos populares e confrontos. Estes eventos tiveram cada um as suas próprias características, mas, em cada um deles, a prioridade do Grupo foi a segurança de todos os colaboradores (locais e expatriados). Uma célula de crise permanecia de vigilância permanente a fim de dar em direto as respostas adaptadas à situação.

No Egipto, Costa do Marfim e Líbia, as famílias dos expatriados, e depois os próprios expatriados, foram, muito cedo, repatriados no seu país de origem. O excelente trabalho de antecipação da Segurança Grupo permitiu-lhes fazê-lo em boas condições, e foram imediatamente apoiados pelas equipas dos Recursos Humanos. Além do traumatismo sofrido, os nossos colaboradores e as suas famílias tiveram de lidar com a incerteza do final dos conflitos e a falta de visibilidade do seu desenlace. Envidámos portanto todos os esforços para manter em segurança as áreas logísticas e financeiras. Na Costa do Marfim, alguns colaboradores locais, cuja segurança não estava garantida no local foram igualmente apoiados por nós em França.

UM DIÁLOGO SOCIAL DE QUALIDADE

O Comité europeu

Após a sua instalação em junho de 2010, o Comité europeu (composto por 49 membros vindos de 20 países) e a sua comissão (composta por 10 membros do Comité provenientes de 6 países) está doravante completamente operacional na organização interna dos trabalhos e a sua concertação com a Direção Geral.

Uma intensa atualidade social em 2011 ditou o ritmo dos encontros, com duas reuniões plenárias e oito reuniões de comissão (algumas alargadas aos países especialmente interessados). Foram debatidos, nomeadamente a avaliação da fusão BNP Paribas-Fortis, o lançamento da atividade Corporate & Transaction Banking Europe (CTBE), assim como os planos de adaptação das atividades Personal Finance, Leasing Solutions, CIB e Investment Partners.

Duas importantes sessões de formação do Comité tiveram lugar, uma sobre a sua missão, durante dois dias em abril no Campus BNP Paribas, a outra sobre os constrangimentos de Basileia 3.

Por outro lado, o Comité iniciou a sua reflexão sobre a redação de três Cartas sociais europeias, definiu o seu caderno de encargos para um código das práticas sociais em caso de reestruturação e lançou um inquérito junto dos seus membros sobre a sua perceção da sua política de diversidade local.

O diálogo social a nível nacional

Em França

a Comissão de Direito Social, instância nacional de informação e de negociação do BNP Paribas SA, reuniu-se vinte e duas vezes e permitiu a assinatura de seis acordos de empresa incluindo um sobre os salários, um sobre o prémio de partilha dos lucros, um sobre a prevenção do assédio e da violência no trabalho, um a favor do emprego e da inserção profissional de pessoas portadoras de deficiência para os anos 2012-2015 e dois sobre a organização do diálogo social. No seguimento do acordo assinado em 2010, o Banco prosseguiu igualmente a sua política sobre os riscos psicossociais pela constituição de quatro grupos de trabalho paritários que formularam propostas de melhorias concretas de prevenção do stress, atualmente em fase de realização.

Por outro lado, 65 acordos foram assinados em 2011 nas 10 mais importantes filiais do Grupo em França, fora Imobiliário, incluindo 6 acordos

sobre a prevenção das discriminações e o desenvolvimento da diversidade, 3 acordos de prevenção sobre os riscos psicossociais e 30 acordos sobre os salários, prémio de partilha dos lucros e poupança salarial.

Na Bélgica

Respondendo a uma preocupação comum do desenvolvimento da empresa e num espírito de respeito mútuo, a direção e representantes do pessoal finalizaram o acordo sobre um novo sistema de remuneração. Outros seis contratos coletivos fundamentais do trabalho incidindo sobre os elementos deste novo sistema (salários fixos, remuneração variável coletiva e remuneração variável individual), mais oito foram assinados no decorrer do ano, dois dos quais para harmonização das condições de remuneração, dois sobre a mobilidade, um sobre a formação, um organizando as eleições sociais (com um novo mecanismo de *e-voting*) e dois sobre diversas vantagens.

Na Itália

O diálogo social foi muito intenso com a assinatura de 25 acordos incidindo sobre assuntos tão diversos como a classificação das funções, a segurança nas agências graças à utilização de videovigilância, o fundo de pensão, a formação, prémios diversos, etc. Por outro lado, num intuito de coordenação das políticas entre as diferentes entidades, o BNL assinou um dos acordos sociais que organizam a mobilidade entre as filiais do Grupo e o BNL e a manutenção de algumas condições (antiguidade, vantagens diversas) com o Findomestic (14 acordos), o Investment Solutions (6 acordos) e o Leasing Solutions (5 acordos), o CIB (4 acordos), a Arval (4 acordos) e a Ifitalia (4 acordos). Enfim, importantes negociações sobre a redução dos custos no seio do BNL começaram e deveriam ficar concluídas no início de 2012.

No Luxemburgo

Em matéria de diálogo social, o feito maior diz respeito a todo o setor bancário visto que um novo contrato coletivo foi assinado em março, incidindo sobre os anos 2011 a 2013 e regindo, para todos os bancos luxemburgueses, matérias tão diversas como o sistema de remuneração, a duração e a flexibilidade do tempo de trabalho, os dias de férias, os prémios diversos, a formação, etc.

UMA ESCUTA ATIVA DOS COLABORADORES COMO GLOBAL PEOPLE SURVEY

Fiel à sua tradição de escuta dos seus colaboradores, o BNP Paribas renovou o dispositivo de inquérito anual mundial, em parceria com a *Towers Watson* (especialista de barómetros internacionais), que analisa e trata os dados numa base estritamente anónima e confidencial.

O *Global People Survey* (GPS) 2011 foi objeto de um record de participação com uma taxa de resposta de 64 % (113 886 respondentes sobre os 177 550 colaboradores interrogados em 65 países), em progresso de 12 pontos (52 % em 2010).

Quinze temáticas tais como o compromisso, a liderança, o management de proximidade e a formação foram abordadas através de 73 perguntas de opinião colocadas em 20 línguas e uma pergunta aberta:

«O que mudaria no BNP Paribas? Como?» que gerou mais de 41 000 comentários. Uma temática nova, a inovação, que suscita numerosas expectativas, foi abordada em 2011.

O GPS é uma ferramenta de management operacional que permite identificar de maneira fina, a nível de cada atividade e de cada país, as expectativas dos colaboradores e orientar planos de ações. Procura compreender as alavancas do compromisso dos colaboradores e medir a perceção da sua vida no seio do Grupo. Esta sondagem melhora todos os anos para cobrir novas temáticas.

Os principais ensinamentos

As grandes tendências do GPS 2011 destacam uma estabilidade de conjunto dos resultados, um sentimento de orgulho de pertença sempre tão marcado assim como uma confiança renovada nos dirigentes do Grupo, uma evolução positiva na relação com o manager de proximidade, da RSE, da Diversidade e da Igualdade de oportunidades.

As expectativas dos colaboradores exprimem-se maioritariamente a favor da emergência e da promoção de uma verdadeira cultura internacional no seio do Grupo. A complexidade dos processos de decisão, a clarificação das responsabilidades para favorecer a mobilidade interna, um melhor reconhecimento do desempenho individual e a prossecução dos esforços empreendidos no âmbito da igualdade de oportunidades são assuntos sobre os quais os colaboradores pedem que os esforços sejam prosseguidos.

O GPS trouxe igualmente uma primeira perceção dos quatro Princípios de Management apresentados no início do ano. Um estudo ao longo dos anos permitirá medir a sua inserção e o seu impacto sobre a cultura e os comportamentos de management no seio do Grupo.

APROTEÇÃO DASAÚDE DOS COLABORADORES

A política de saúde no trabalho do Grupo vai além da simples conformidade com a evolução das legislações. Os principais desafios prendem-se com a prevenção dos riscos, a consideração dos problemas de saúde pública e o acompanhamento das fragilidades e inaptidões.

Em França

A prevenção dos riscos profissionais

Em 2011, a equipa encarregue da prevenção dos riscos profissionais focalizou os seus trabalhos:

- na continuação da atualização do documento único de avaliação dos riscos profissionais (decreto de 5 de novembro de 2001), documento permitindo identificar os riscos profissionais ligados às atividades exercidas no seio do Grupo;
- numa vigilância sanitária sobre os choques acústicos para os assalariados das plataformas telefónicas;
- na ergonomia dos postos de trabalho (*Projet Alice*);
- no novo acordo de empresa a favor do emprego das pessoas portadoras de deficiência;
- no projeto de Carta europeia sobre o stress;
- na participação nos grupos de trabalho «penosidade» sob a égide da Fédération des Banques Françaises;
- na supressão dos papéis térmicos que contêm bisfenol A dos multibancos das agências bancárias e nos restaurantes de empresa;
- na continuação do programa de cobertura dos riscos psicossociais.

A prevenção dos riscos profissionais é alvo de medidas adaptadas: campanhas de informação, formação, ergonomia de conceção, ergonomia de correção e procedimentos de alerta.

O acompanhamento médico dos assalariados vítimas de agressão, nomeadamente na região parisiense, integra-se num dispositivo desenvolvido com as Urgências médicas de Paris. Progressivamente reforçado, medem-se pela diminuição das baixas

médicas pós-agressão e pela descida da duração das baixas médicas e do número de mutações por inaptidão ao posto.

A consideração dos problemas de saúde pública

O Serviço de Saúde no Trabalho do BNP Paribas SA comprometeu-se com uma política de promoção da saúde dos assalariados.

As iniciativas em matéria de saúde pública que marcaram o ano de 2011 são nomeadamente:

- uma ação de prevenção cardiovascular em Medicina do Trabalho com a despistagem de fatores de riscos cardiovasculares: colesterol, hipertensão, tabagismo e stress;
- a despistagem do cancro colo-rectal por Hemocultura proposto a todos os colaboradores de mais de 50 anos;
- a organização de várias jornadas das doenças cardiovasculares, stress, perturbações músculo-esqueléticas, adições, etc. em diferentes instalações médicas. Durante essas jornadas, 190 pessoas foram formadas para os gestos que salvam e a utilização do desfibrilador por dois médicos do Serviço de Saúde no Trabalho;
- uma sensibilização sobre a conduta a ter face aos problemas sanitários em viagem, proposta aos managers da BDDF – Retail Banking em novembro de 2011;
- um acompanhamento das fragilidades e inaptidões;
- a implementação de uma visita médica anual «senior» destinada aos colaboradores de mais de 55 anos;
- um jornal médico «*Bien-être et santé*» apresentando conselhos de prevenção médica e de informações sobre a alimentação e o ambiente é proposto cada trimestre ao cuidado de todos os colaboradores;
- a organização de recolhas de sangue no BNP Paribas SA e nas suas filiais;
- uma formação de Salvadores Socorristas do Trabalho dada por dois médicos e uma enfermeira.

Como para a prevenção, a reclassificação dos assalariados após vários meses de ausência no seguimento de uma doença é alvo de uma colaboração entre o Serviço de Saúde, os gestores de Recursos Humanos e os managers. Tendo em conta a rapidez das evoluções na empresa, a reintegração deve ter em conta as mudanças, dissipar as inquietudes dos assalariados e dar tempo de encontrar novos pontos de referência.

O Observatório Médico do Stress, da Ansiedade e da Depressão (OMSAD)

Tendo em conta a sua prevalência, o stress, segunda patologia profissional depois dos distúrbios músculo-esqueléticos, é objeto de um dispositivo dedicado com o OMSAD em colaboração com o *Institut Français d'Action sur le Stress* (IFAS) em Paris e em Lyon. Aquando da visita médica periódica, cada colaborador pode preencher no início da visita um questionário anónimo e confidencial que é imediatamente analisado e comentado pelo médico do trabalho com vista a um diagnóstico pessoal. Os dados são a seguir compilados e tratados pelo IFAS, gabinete independente, que restitui os resultados ao BNP Paribas. Estes medem o nível de stress, localizam as populações de risco para implementar ações preventivas apropriadas. Este dispositivo foi implementado no BNP Paribas SA, BNP Paribas Personal Finance, BNP Paribas Assurance, BNP Paribas Leasing Solutions e desde fevereiro de 2011, no BNP Paribas Securities Services. No final de 2011, cerca de 25 000 colaboradores preencheram esse questionário.

Linha telefónica «Stress, Informação, Assistência»

Uma linha telefónica de ajuda e de escuta está operacional desde 1 de dezembro de 2010. Das 8 e 15 às 17 horas, uma enfermeira ou um médico do trabalho do Serviço de Saúde no Trabalho em Paris, responde aos assalariados que desejam informar-se sobre o stress ou que pedem uma ajuda. O Serviço de Saúde no Trabalho poderá eventualmente recorrer à assistência de um médico especializado nesta problemática que voltará a contactar o colaborador com a maior brevidade.

Auditoria «Stress on line»

Implementação de uma auditoria «Stress on Line» no Personal Finance (abril de 2010), BP2S (janeiro de 2011) e BDDF (abril e setembro de 2011). Sobre os 19 500 colaboradores BDDF solicitados, 65 % responderam a este inquérito. Um plano de ações está em curso de elaboração.

Médico ouvinte

Um médico ouvinte, especializado em terapia comportamental e cognitiva recebe, a pedido do médico do trabalho, os colaboradores em situação de sofrimento psicológico. Desde a sua criação, em setembro de 2010, 95 colaboradores beneficiaram deste acompanhamento (ou seja 166 consultas). O número de consultas é limitado a três por colaborador.

Acompanhamento médico dos colaboradores vítimas de agressões

SOS INTERNATIONAL: ativação de uma plataforma de assistência psicológica (15 dossiers abertos em 2011).

Na Bélgica

Os feitos marcantes do ano de 2011 no setor médico foram:

- a elaboração de um novo Plano global de prevenção Saúde, Segurança e Bem-estar no trabalho 2012-2016 aprovado pelo management e os parceiros sociais, com um programa de difusão e de informação, formações e ações de prevenção, de sensibilização e de gestão em caso de crise, assim como a implementação de um questionário «Health check» sistemático, similar ao da OMSAD utilizado em França;
- a implementação de uma política de prevenção dos disfuncionamentos no trabalho ligados ao uso de álcool e/ou de drogas;
- a ajuda e os conselhos aos colaboradores em dificuldade psicossocial ligada ao trabalho e/ou a motivos privados. Este ponto implica intensificar a colaboração já existente entre os médicos e enfermeiros, os assistentes sociais e o conselheiro em prevenção para a carga psicossocial no trabalho;
- a continuação dos esforços empreendidos pelo serviço médico e os assistentes sociais de conselhos ao pessoal RH para facilitar a reintegração profissional e a retoma de trabalho por uma adaptação das exigências profissionais às capacidades temporariamente reduzidas da pessoa por motivo de doença (física ou psíquica) ou de acidente;
- as consultas médicas: para uma população de aproximadamente 18 000 pessoas foram efetuados cerca de 7 000 exames médicos periódicos, 1 500 exames de contratação, 2 000 contactos telefónicos com membros do pessoal na ausência - doença de mais de um mês, 700 consultas espontâneas, 600 exames de retoma do trabalho, 600 exames de despistagem cardiovascular, 2 500 vacinas contra a gripe;
- as formações e reciclagem anual dos 350 socorristas de empresa.

Em Itália

Avaliação dos riscos psicossociais no BNL: foi implementado um número verde de assistência aos colaboradores em dificuldade.

UM ACOMPANHAMENTO PERSONALIZADO DOS COLABORADORES

Em França

O Serviço de Ação Social composto por uma trintena de assistentes sociais de empresa, desenvolve ações e serviços dirigidos aos colaboradores confrontados com uma problemática de ordem privada ou profissional, ou que têm simplesmente necessidade de conselhos e orientação.

Este papel de ajuda e de informação traduz-se igualmente pela publicação de guias que tratam de temas essenciais da vida privada: a maternidade, a paternidade, a adoção, os modos de guarda e a contratação direta de uma ama, as crianças estudantes, os ajudantes familiares, os pais idosos, os regimes de proteção dos maiores, a morte de um colaborador durante o trabalho, etc. Muitos outros aspetos podem ser abordados a propósito do casal, da família, do orçamento, da doença ou da deficiência.

Entre a vida privada e a vida no trabalho, a Ação Social propõe reuniões de informação animadas por assistentes sociais especializadas:

- aos colaboradores próximos da idade da reforma, sob forma de jornadas dedicadas aos aspetos financeiros e à dimensão psicossocial da cessação de atividade. Em 2011, 600 pessoas participaram nestas reuniões, completadas por 985 entrevistas individuais, número particularmente elevado devido à publicação dos textos sobre a reforma das pensões;
- aos colaboradores desejando receber informação sobre os modos de guarda das crianças e sobre as formalidades de contratação de assistentes maternas. Duas reuniões organizadas em Paris em parceria com a Fédération du Particulier Employeur (FEPEM) reuniram uma cinquentena de pessoas (55 % de mulheres e 45 % de homens).

Na Bélgica

A equipa social, composta por 5 assistentes sociais, trabalha no mesmo espírito e na mesma filosofia que a Ação Social em França. As assistentes sociais respondem no quotidiano às solicitações dos colaboradores confrontados com uma problemática social: doença, problemas financeiros, situações de separação, morte de um familiar, deficiência, agressão, problema no local de trabalho, etc.

Em estreita colaboração com o serviço médico, estes mantêm o contacto com os assalariados em incapacidade de trabalho num intuito de facilitar a sua reinserção profissional e identificar as causas eventuais de fatores de mal-estar ligado ao trabalho. Estes participaram em diferentes ações coletivas:

- projeto «Diversidade» nomeadamente na ajuda à criação do «Guia para a contratação de pessoas portadoras de deficiência» e do «Guia das civilidades face a uma pessoa apresentando uma deficiência ou uma doença crónica»;
- organização de sessões de informação «acolhimento das vítimas de assalto»;
- intervenção durante os seminários sobre os aspetos psicossociais da reforma.

O papel legal da pessoa de confiança em caso de assédio moral ou sexual no local de trabalho é igualmente assegurado pelas assistentes sociais.

7.2 Anexo NRE – área social

| Indicadores da lei NRE - Exercício 2011 | Perímetro 2011 |
|---|-----------------------------|
| 1. Remuneração total e vantagens de qualquer natureza pagas durante o exercício a cada mandatário social | |
| Ver o Documento de referência no capítulo 2 <i>Governo da sociedade</i> . | Grupo |
| 2. Remunerações e vantagens de qualquer natureza que cada um dos mandatários sociais recebeu durante o exercício por parte das empresas controladas no sentido do artigo L 233-13 | |
| Ver o Documento de referência no capítulo 2 <i>Governo da sociedade</i> . | Grupo |
| 3. Lista do conjunto dos mandatários e funções exercidas em qualquer empresa por cada um destes mandatários durante o exercício | |
| Ver o Documento de referência no capítulo 2 <i>Governo da sociedade</i> . | Grupo |
| 4. Efetivo total da empresa incluindo Contratos por Tempo Determinado | |
| Ver o Documento de referência na parte <i>Evolução dos efetivos</i> . | |
| O efetivo Equivalente Tempo Inteiro (ETI) do Grupo no final de 2011 é de 198 423 ETI, em progressão de 2 576 ETI com perímetro igual. Os ETI são medidos proporcionalmente ao tempo de trabalho. Nestes efetivos são contados os colaboradores ativos ou ausentes pagos em CTI e CTD (fora estagiários, aprendizes, VIE, prestadores e trabalhadores temporários). | Grupo |
| Em finais de 2011, o efetivo gerido pelo Grupo em França atingiu 59 877 ETI, dos quais 841 CTD. | França |
| A noção de quadro, utilizada num contexto francês, não é transponível como tal a nível mundial. | |
| A título indicativo, a proporção de quadros no seio do BNP Paribas SA progride: 35,7 % em 2002; 37,7 % em 2003; 39,7 % em 2004; 42,4 % em 2005; 44,6 % em 2006; 47,4 % em 2007; 47,3 % em 2008; 49 % em 2009; 51,1 % em 2010; 52,5 % em 2011. | BNP Paribas SA Metrópole |
| A partir de 2008, este indicador é baseado no efetivo total permanente incluindo os ausentes não remunerados e os contratos em alternância. | |
| 5. Contratações distinguindo Contratos por Tempo Determinado e Contratos por Tempo Indeterminado | |
| Em 31 de dezembro de 2011, o número total de contratações a nível mundial ascendeu a 27 649 novos colaboradores permanentes entre os quais 56,5 % de mulheres | Grupo |
| O Grupo realizou 3 483 recrutamentos em CTI em França durante o ano 2011. | |
| Ver o Documento de referência na sua <i>Um Grupo que recruta</i> . | França |
| 6. Dificuldades eventuais de recrutamento | |
| A atratividade do grupo BNP Paribas permanece muito elevada com 195 400 candidaturas recebidas em 2011 (contra 191 000 em 2010). Em 2011, a repartição por perfil dos recrutamentos permanece equilibrada com 38 % de jovens diplomados (com menos de 2 anos de experiência profissional) e 62 % de colaboradores experientes (com pelo menos de 2 anos de experiência profissional). | |
| Ver o Documento de referência na sua <i>Um Grupo que recruta</i> . | França |
| 7. Despedimentos e os seus motivos | |
| Para o ano de 2011, o número total de despedimentos ascende a 4 219 no seio do Grupo. | Grupo |
| Em França, este número ascende a 381. | |
| Os motivos de despedimento permanecem as insuficiências profissionais, as inaptidões e as faltas. | França |
| 8. Horas extraordinárias | |
| Em 2011, o volume de horas extraordinárias pagas atingiu 85 719 horas. | BNP Paribas SA Metrópole |
| 9. Mão-de-obra exterior à Sociedade | |
| <i>Trabalho temporário</i> : em 2011, o número médio mensal de trabalhadores temporários é de 1 274 ETI para o Grupo. | França |
| Em 2011, o número médio mensal de trabalhadores temporários é de 631 ETI para o BNP Paribas SA em França metropolitana, com uma duração média dos contratos que ascende a 37 dias. | BNP Paribas SA Metrópole |
| <i>Assistência externa</i> : No final de 2011, o número de assalariados pertencentes a uma empresa externa é de 4 246. | BNP Paribas SA Metrópole |
| Uma vigilância particular é exercida sobre os contratos que ligam o BNP Paribas às agências de trabalho temporário e empresas de serviços quanto ao respeito das legislações sociais e à prevenção do delito de subcontratação. | BNP Paribas SA Metrópole |

| Indicadores da lei NRE - Exercício 2011 | Perímetro 2011 |
|--|-------------------------------------|
| 10. Se necessário, informações relativas aos planos de redução dos efetivos e de salvaguarda do emprego, aos esforços de reclassificação, às recontrações e às medidas de acompanhamento | |
| Ver o Documento de referência na parte <i>Uma gestão do emprego a longo prazo.</i> | França, Bélgica, Itália, Luxemburgo |
| 11. Organização do tempo de trabalho | |
| Possibilidades múltiplas de organização do tempo parcial são oferecidas aos colaboradores. A percentagem dos efetivos físicos utilizando a fórmula de tempo parcial ascende em França a 9,5 %. | |
| A partir de um ano de antiguidade, os colaboradores podem beneficiar de uma Conta Poupança Tempo alimentada por dias de folga. Os dias assim investidos podem ser gozados sob diversas formas. No final de 2011, 29 447 colaboradores dispunham de uma Conta Poupança Tempo. | |
| | França |
| 12. Tempo de trabalho para o assalariado a tempo inteiro | |
| Em França, o horário médio semanal de um assalariado a tempo inteiro de acordo com a regra geral é de 35 horas. Para o BNP Paribas SA, o número de dias teóricos anuais trabalhados por assalariado em horário coletivo era de 206 dias em 2011. | BNP Paribas SA Metrópole |
| 13. Tempo de trabalho para o assalariado a tempo parcial | |
| As principais fórmulas permitem trabalhar a 50 %, 60 %, ou 80 % de um equivalente tempo inteiro. | |
| 94 % dos assalariados que optaram pelo tempo parcial são mulheres. | |
| 79,1 % dos assalariados a tempo parcial optaram por um tempo parcial superior ou igual a 80 %. | |
| | França |
| No perímetro BNP Paribas SA em França metropolitana, 93,6 % dos assalariados que optaram pelo tempo parcial são mulheres. 73,4 % dos assalariados optaram por um tempo parcial superior ou igual a 80 %. | |
| | BNP Paribas SA Metrópole |
| 14. O absentismo e os seus motivos | |
| A taxa de absentismo de 2011 relativa às ausências remuneradas ascende a 3,5 % (doenças, acidentes e outras licenças autorizadas), mais de 2,1 % ausências para maternidade e paternidade (contra 3,8 % e 2,1 % em 2010). | |
| | França |
| 15. As remunerações | |
| Para o Grupo em França: | |
| ■ a remuneração anual média (fixa e variável) ascende a 51 075 euros; | |
| ■ 93,4 % dos assalariados beneficiaram de uma remuneração variável (92,5 % das mulheres e 94,6 % dos homens); | |
| ■ 46,9 % beneficiaram de um aumento do salário fixo (contra 46,6 % em 2010, 43,2 % em 2009). | |
| Ver o Documento de referência na parte <i>Uma política de remuneração competitiva e em linha com as regras internacionais.</i> | |
| | França |
| O salário fixo médio mensal para o BNP Paribas SA em França metropolitana ascendeu a 3 510 euros em 2011 (contra 3 389 euros em 2010): 13,7 % dos assalariados beneficiaram de uma promoção a um nível superior. | |
| | BNP Paribas SA Metrópole |
| 16. A evolução das remunerações | |
| A negociação salarial anual de 2011 a título de 2012 conduziu a um acordo assinado por uma das cinco organizações sindicais representando 30,6 % dos votos expressos nas últimas eleições profissionais. | |
| O acordo inclui nomeadamente : | |
| ■ uma medida de aumento perene dos salários de 0,60 % com um limite mínimo de 220 euros; | |
| ■ a implementação de um envelope orçamental específico de um milhão de euros no âmbito da igualdade profissional entre as mulheres e os homens. | |
| Em 2011, uma nova negociação relativa ao prémio de repartição dos lucros a título do ano de 2010 foi realizada e teve como resultado o pagamento de um prémio de 690 euros para todos os colaboradores. | |
| | BNP Paribas SA Metrópole |
| 17. Os encargos sociais | |
| Ver o Documento de referência capítulo 4 Nota 7 <i>Remunerações e vantagens concedidas ao pessoal.</i> | |
| O montante dos encargos sociais a título de 2011 para o Grupo ascende a 3 724 milhões de euros. | |
| | Grupo |

Indicadores da lei NRE - Exercício 2011

Perímetro 2011

18. Aplicação das disposições do Título IV Livro IV do Código do trabalho (interesse e participação e planos poupança salarial)

Ver o Documento de referência na parte *Uma paleta de vantagens sociais que traduz uma visão responsável da relação de trabalho a longo prazo* e o capítulo 4 *Remunerações e vantagens sociais concedidas ao pessoal*.

A participação e o interesse nos resultados do Grupo a título do ano de 2011 atingiram 239 milhões de euros ou seja um mínimo por colaborador de 3 938 euros e um máximo de 10 571 euros (numa base colaborador a tempo inteiro).

BNP Paribas SA

Para o aumento de capital mundial reservado aos assalariados em 2011, o montante das subscrições de ações ascendeu a 267,8 milhões de euros, com uma taxa de participação global de 36 % (+ 5 pontos). A participação por zona geográfica é a seguinte: França: 57 %; Ásia: 55 %; Oceânia: 31 %; Médio Oriente: 35 %; América do Norte: 26 %; Europa (fora França): 18 %; América latina: 17 %; África: 7 %.

Fora de França, a repartição mundial dos subscritores de ações por zona geográfica ascende como segue:

Europa (fora França): 66,6 %; Ásia: 19,9 %; América do Norte: 4,9 %; América latina: 3,4 %; África: 2,7%; Oceânia: 1,4 %; Médio Oriente: 1,0 %.

Grupo

19. Igualdade profissional entre os homens e as mulheres da empresa

Ver o Documento de referência na parte *Promover a diversidade*.

53 % dos colaboradores do BNP Paribas (efetivo físico) no mundo são mulheres.

Grupo

Para o Grupo em França a repartição do efetivo físico ascende a 44,1 % de homens e 55,9 % de mulheres. A proporção de mulheres na categoria quadros, continua a sua progressão:

- 43,9 % em 2010;
- 44,4 % em 2011.

França

A repartição do efetivo físico ascende a 19 369 homens e 25 906 mulheres (contra 19 057 homens e 25 388 mulheres no final de 2010).

O acordo de empresa de 9 de abril de 2004 sobre a igualdade profissional entre as mulheres e os homens, em 2005 e 2006, depois substituído pelo acordo de 30 de julho de 2007, define os princípios que convém aplicar a fim de respeitar e desenvolver a igualdade de oportunidades e de tratamento entre as mulheres e os homens em todas as etapas da vida profissional.

Ao criar em 2011 um Referente à igualdade profissional, o BNP Paribas SA abriu a nível nacional uma via de exame de dossiers individuais de assalariados que se estimam discriminados na sua situação profissional. Uma formação foi igualmente criada a fim de ajudar os RH a responder aos colaboradores que exprimiriam um ressentido de discriminação.

A proporção das mulheres na categoria quadros, continua a sua progressão: 34,2 % em 2001; 35,7 % em 2002; 36,9 % em 2003; 37,7 % em 2004; 38,8 % em 2005; 40,3 % em 2006; 41,4 % em 2007; 43,1 % em 2008; 44,0 % em 2009; 44,6 % em 2010; 45,2 % em 2011.

BNP Paribas SA Métropole

A proporção de mulheres nas promoções a uma categoria superior evolui como segue: 54,7 % em 2002 ;55,6 % em 2003 ; 55,8 % em 2004 ; 57,1 % em 2005 ; 58,1 % em 2006 ;58 % em 2007 ; 59 % em 2008 ; 59,6 % em 2009 ; 60,6 % em 2010 ; 61,2 % em 2011.

BNP Paribas SA
Métropole

Em 2011, para o BNP Paribas em França, 40 % das nomeações de quadros fora classificação e quadros de direção são mulheres contra 39 % em 2010, 38 % em 2009 e 32 % em 2008.

França

20. Relações profissionais e balanço dos acordos coletivos

Ver o Documento de referência na parte *Um diálogo social de qualidade*.

Em 2011, tal como nos anos anteriores, o diálogo social no seio do BNP Paribas foi construtivo. A Comissão de Direito Social do BNP Paribas SA reuniu-se em 22 ocasiões e 6 novos acordos foram concluídos com as organizações sindicais.

65 acordos foram assinados nas 10 principais filiais francesas exceto o BNP Paribas Real Estate.

França

Na Bélgica, foram assinados 14 contratos coletivos, nomeadamente 6 fundamentais. Em Itália, foram assinados 25 acordos. No Luxemburgo, um novo contrato coletivo incide sobre o conjunto do setor bancário.

Bélgica, Itália,
Luxemburgo

Indicadores da lei NRE - Exercício 2011

Perímetro 2011

21. As condições de higiene e de segurança

Ver o Documento de referência na parte *Proteger a saúde dos colaboradores.*

- O número de acidentes do trabalho que levaram a uma baixa ascende a 583, ou seja uma taxa de 3,22 %.
- Acompanhamento médico dos colaboradores vítimas de agressão.
Em 2011, 29 pessoas beneficiaram de um acompanhamento médico no seguimento de uma agressão e 4 foram orientadas para uma consulta especializada para apoio psicológico.
- Formação do pessoal médico e reciclagem dos socorristas:
 - Formações dos monitores (2 médicos) em 3 dias;
 - Formações dos colaboradores «Salvadores Socorristas do Trabalho» administradas por 2 médicos e 1 enfermeira do Serviço de Saúde no Trabalho: 128 formações iniciais e 305 reciclagens.
- Prevenção e cobertura dos riscos psicossociais:
 - *Observatoire Médical du Stress, de l'Anxiété et de la Dépression* (OMSAD): desde 2008, 24 959 colaboradores responderam ao questionário que permite identificar os colaboradores de risco;
 - Plataforma de assistência psicológica: 15 dossiers abertos em 2011;
 - Linha telefónica « Stress, Informação, Assistência » colocação à disposição dos colaboradores: 9 chamadas recebidas desde a sua entrada em serviço a 1 de dezembro de 2010;
 - Consulta criada em setembro de 2010, assegurada por um médico ouvinte externo e destinada aos assalariados em situação de sofrimento psicológico, que lhe são dirigidos pelo médico do trabalho: 166 consultas desde setembro de 2010, incidindo sobre 95 pessoas;
 - Relativamente às incivildades comerciais nas agências bancárias: recenseamento das incivildades e implementação de uma formação dedicada aos colaboradores visados (10 000 colaboradores formados no seio da BDDF, dos quais 2 890 em 2011).
- Outras ações de prevenção:
 - Fórum «Prevenção das doenças cardiovasculares» organizado em 5 locais destinado aos colaboradores: 100 balanços cardiovasculares efetuados, 190 pessoas formadas para a utilização do desfibrilador;
 - Campanha de vacinação contra a gripe: 2 448 vacinações;
 - *No âmbito da manutenção no emprego dos seniores*, 2 574 visitas médicas anuais «Sénior» destinadas aos colaboradores de mais de 55 anos (Paris, IDF e Lyon);
 - *Perturbações músculo-esqueléticas*: implementação de uma formação «Gestos e posturas» animada por um enfermeiro: 120 pessoas formadas em 2011;
 - *Ambiente sonoro*: despistagem de eventuais perturbações auditivas nos colaboradores que trabalham nas plataformas telefónicas com 254 testes efetuados em 2011, ou seja no total 4 857 testes auditivos realizados para o conjunto dos colaboradores acompanhados pelos Serviços de Saúde no Trabalho;
 - *Despistagem do cancro colo-rectal por Hemocultura* proposto aos colaboradores de mais de 50 anos;
 - *Despistagem do glaucoma e da diabetes.*
- 1 278 pessoas participaram na campanha de doação de sangue.

França

22. A formação

Ver o Documento de referência na parte *Um esforço sustentado a favor do desenvolvimento das competências.*

Para o ano escolar 2011-2012, o número de inscritos em formações com diploma ascendeu a:

265 para o *Brevet Professionnel (BP) de Banque* (245 em 2010 – 2011); 394 para o *Brevet de Technicien Supérieur (BTS) Banque* (355 em 2010 – 2011) e 248 para o *Institut Technique de Banque (ITB)* (224 em 2010 – 2011).

França

Em 2011, 9 042 colaboradores contrataram um DIF.

BNP Paribas SA
Metrópole

O número médio de horas de formação por colaborador ascende a 37,7.

Em 2011, 37 185 colaboradores seguiram módulos de formações *e-learning* desenvolvidas pelas diferentes entidades

Na plataforma do Grupo; 81 588 módulos foram terminados

Grupo

Indicadores da lei NRE - Exercício 2011

Perímetro 2011

23. Emprego e inserção dos trabalhadores portadores de deficiência na empresaVer o Documento de referência na parte *Promover a diversidade*.

No final de dezembro de 2011:

- o BNP Paribas SA emprega 983 assalariados portadores de deficiência (contra 893 em 2010, 850 em 2009, 754 em 2008 e 730 em 2007) e recrutou 59 (48 em 2010, 41 em 2009, ou seja 170 em 4 anos), com uma taxa de contratação de 2,8 % (2,6 % em 2010);
- o número de unidades de *handicap* (unidades beneficiárias ligadas à situação de cada assalariado) ascende a 1 147 e o número de unidades de *handicap* complementares gerados pelos trabalhos confiados aos ESAT (*Établissement et Service d'Aide par le Travail*) a 18; ou seja um total de unidades beneficiárias (UB) de 1 165 contra 1 066 em 2010;
- 138 assalariados portadores de deficiência beneficiaram de medidas ligadas à manutenção no emprego (122 em 2010).

Um acordo na área do emprego e da inserção profissional de pessoas portadoras de deficiência foi assinado em 2008

por 4 anos e renovado em 2011 para 2012-2015. Este participa na política global do BNP Paribas de não discriminação e de abertura à diversidade e acompanha os compromissos assumidos pelo Grupo em 2004 no âmbito da Carta da Diversidade. Este acordo exprime a vontade de ver implementada uma política voluntarista e duradoura a favor do emprego e da inserção das pessoas portadoras de deficiência. Este prevê ações concretas em 4 áreas:

- desenvolvimento de um plano de contratação em meio ordinário;
- melhoria das condições de acolhimento e de inserção das pessoas portadoras de deficiência favorecendo nomeadamente as suas condições de trabalho, o seu acesso à formação profissional e a adaptação às mutações tecnológicas;
- procura de uma parceria acrescida com o sector adaptado e protegido;
- atenção constante aos diversos aspetos da manutenção no emprego das pessoas portadoras de deficiência.

Um processo ativo de recenseamento dos atores do sector protegido permite referenciar subcontratados aos quais as entidades do Grupo poderão recorrer.

BNP Paribas SA
Metrópole

Bélgica: número total de colaboradores portadores de deficiência no final de 2011: 59

BNP Paribas
Fortis Grupo

Itália: número total de colaboradores portadores de deficiência no final de 2011: 532

BNL

Luxemburgo: número total de colaboradores portadores de deficiência no final de 2011: 35

BGL BNP Paribas

24. As obras sociais

As atividades sociais e culturais de carácter nacional são geridas pela Comissão central de trabalhadores. Os serviços de proximidade são geridos pelas Comissões de Trabalhadores Locais. As suas prestações vão desde a organização de estadias de férias para as crianças e os colaboradores, à participação nos custos de refeição, ao apoio social às famílias e à colocação à disposição de bibliotecas, de discotecas, videotecas, mediatecas, e de assinaturas a tarifas reduzidas para teatros e cinemas. Por outro lado, uma associação desportiva e cultural oferece a possibilidade de praticar diferentes desportos coletivos e inúmeras atividades culturais. A repartição dos apoios atribuídos pelo BNP Paribas SA ao financiamento das obras sociais é apresentada no balanço social. O orçamento dedicado em 2011 às obras sociais é 96,81 milhões de euros (contra 93,55 milhões de euros em 2010).

BNP Paribas SA
Metrópole

7.3 Anexo NRE – área societal

Indicadores da lei NRE - Exercício 2011

Perímetro 2011

25. As relações mantidas pela empresa com as associações de inserção, os estabelecimentos escolares, as associações de defesa do ambiente, as associações de consumidores e as populações vizinhas

Ver o Documento de referência na parte *O Orgulho de Pertença*

O Grupo financia mais de 530 programas de mecenato para um orçamento anual global de 24 milhões de euros em 2011. 21 milhões em 2010.

Grupo

A rede de banca de proximidade do BNP Paribas SA em França está historicamente envolvida em mais de 1 500 parcerias voluntárias no âmbito de acordos formalizados ou não. Estas relações com mais de 1 000 estabelecimentos de formação passam frequentemente por ofertas de estágios, contratos de aprendizagem ou de qualificação. 500 destas parcerias têm também por objetivo promover as iniciativas desportivas, culturais e artísticas de jovens, assim como iniciativas locais a favor da inserção, da luta contra a exclusão e da proteção do ambiente.

Projet Banlieues: lançado em 2006, sob a pilotagem da Fundação BNP Paribas em estreita relação com a rede do Banco em França, este programa ajuda de forma perene o desenvolvimento dos bairros sensíveis em França, via três eixos:

- a criação de emprego e de empresas com a *Adie (Association pour le Droit à l'Initiative Économique)*: em seis anos, o *Projet Banlieues* permitiu financiar a abertura de 12 antenas sobre o conjunto do território francês. Em 2011, 1 097 microcréditos foram concedidos nestas antenas, permitindo a criação de 660 empresas;
- o acompanhamento escolar: em parceria com a *Afev (Association de la Fondation étudiante pour la ville)*, a mobilização de mais de 1 000 estudantes suplementares permitiu o acompanhamento de cerca de 1 400 jovens em zonas sensíveis;
- o apoio às ações de proximidade: 122 ações foram apoiadas pela Fundação BNP Paribas e o Banco em 2011 – incluindo 57 novos projetos, que incidem essencialmente sobre os temas da educação, da formação e da inserção profissional, pelo desporto e a cultura.

Odyssee Jeunes: lançado em 2009 pela Fondation BNP Paribas, em parceria com o Conseil général de la Seine-Saint-Denis, este programa destinado a sustentar a realização de viagens escolares organizadas pelas EB2+3 do departamento, permitiu, em 2011, a realização de 421 projetos que beneficiaram cerca de 18 000 alunos dos 2º e 3º ciclos, por subvenções de mais de metade do custo dessas viagens, reduzindo significativamente a contribuição financeira das famílias.

Cartooning for Peace: criada pelo jornalista caricaturista Jean Plantu, a associação tem por objetivo promover, pelo desenho de imprensa, uma melhor compreensão e um respeito mútuo entre populações de diferentes crenças ou culturas.

Em 2011, uma exposição foi organizada por estudantes de IEP.

Le Bal: presidido por Raymond Depardon, *Le Bal* é um lugar dedicado à imagem do real: fotografia, cinema, vídeo, novos médias... As suas diferentes missões são a apresentação de exposições temporárias, a edição, a reflexão, os encontros/debates, a educação e a formação dos jovens (nomeadamente os mais carenciados) para a leitura das imagens. A Fundação BNP Paribas e o BNP Paribas Wealth Management dão o seu apoio conjunto ao programa de educação e de apoio pedagógico «*La fabrique du regard*».

Mediação bancária: O BNP Paribas é um dos raros estabelecimentos financeiros a ter-se comprometido desde 2003 a seguir totalmente as recomendações e pareceres emitidos pelo Mediador. A partir de março de 2009, desejoso de responder à expectativa da sua clientela de empresários, o BNP Paribas decidiu implementar um processo de mediação específico e nomeou um Mediador dos Empresários, ao mesmo título que o posto de Mediador dos Particulares criado em 2001. Desde 2010, os Mediadores viram as suas prerrogativas alargadas e participam por intermédio dos seus relatórios na evolução do Banco por uma consideração crescente da equidade na resolução dos litígios.

Relações com as escolas:

- a política muito ativa do Grupo em termos de *campus management* – com mais de 100 eventos organizados nas escolas em 2011 – permitiu aumentar o fluxo de candidaturas de pré-recrutamento (estágios, Voluntariado Internacional em Empresa, alternância) com cerca de 72 000 candidaturas;
- no âmbito de acordos de parceria, ou pontualmente em operações específicas, os grupos de agências da rede do BNP Paribas mantêm relações muito constantes com cerca de 500 escolas e mais de 120 associações e relações com as populações vizinhas dos seus setores. Estas parcerias ultrapassam muitas vezes o âmbito das relações puramente comerciais, para estenderem-se ao apoio financeiro, técnico ou organizacional das ações conduzidas pelos parceiros;
- o BNP Paribas atribuiu 750 000 euros a estabelecimentos escolares situados em Zonas Urbanas Sensíveis a título de pagamento da taxa de aprendizagem. Esta verba permitiu a compra, o aluguer e a manutenção de materiais e de bens de equipamento pedagógicos e profissionais.

França

Oferta Associações:

Parceiro financeiro das associações e ONGs, o Banco propõe a estas uma conta poupança com taxa de juro bonificada assim como a gratuidade dos serviços bancários à distância. Para um compromisso concreto, este assegura mais especificamente à ONG a gestão das suas contas sem custos, condições especiais sobre as transferências de fundos, o pagamento de um prémio correspondente a 10% da totalidade dos juros anuais recebidos na sua conta poupança e um levantamento dos direitos de entrada dos fundos de investimento da casa.

Luxemburgo

Indicadores da lei NRE - Exercício 2011

Perímetro 2011

26. Métodos segundo os quais a empresa considera o impacto territorial das suas atividades em matéria de emprego e de desenvolvimento regional

O BNP Paribas é um grupo bancário europeu (4 mercados domésticos: França, Bélgica, Itália e Luxemburgo) implantado em 79 países.

Grupo

Este conta cerca de 200 000 colaboradores, de 166 nacionalidades diferentes, incluindo 155 400 na Europa, 19 100 na América, 12 700 na Ásia, 8 400 em África, 2 200 no Médio Oriente e 600 na Oceânia.

O Grupo contribui assim para o desenvolvimento local enquanto empregador, mas igualmente pela sua atividade de banqueiro ao financiar a economia. Há mais de 10 anos que o BNP Paribas reinveste 2/3 dos resultados no Grupo, a fim de reforçar a sua capacidade em acompanhar os seus clientes. É assim que o Banco se torna um dos principais atores da banca de retalho na Europa e acompanha cerca de 24 milhões de clientes (particulares e PME) no mundo.

França

MERCADOS DOMÉSTICOS

França:

Mais do que nunca, a Banca de Retalho em França do BNP Paribas está ao serviço de todos os seus clientes e nomeadamente dos seus clientes empresários a fim de favorecer o desenvolvimento económico e a criação de empregos.

Há mais de dois anos, o BNP Paribas implementou numerosas ações a fim de apoiar as ME e PME nas suas atividades e nomeadamente graças à criação de *Maisons des Entrepreneurs* (BNP Paribas inaugurou a 46ª *Maison des Entrepreneurs* em 2011), dispositivo inovador, que reúne num local único o conjunto das suas forças comerciais dedicadas aos empresários e às PME. Assim, os dirigentes de empresas podem gerir, num único e mesmo local, as suas necessidades profissionais e as suas necessidades pessoais.

Por outro lado, em França, o BNP Paribas reafirmou igualmente a sua vontade e a sua capacidade em acompanhar os seus clientes no financiamento dos seus projetos. Em 2011, o BNP Paribas concedeu mais de 6 biliões de novos créditos a médio e longo prazo às microempresas e PME independentes. Mais de 77 000 dossiers de crédito ME e PME independentes foram realizados, ou seja mais 4 % do que no ano passado.

França

Itália (BNL):

Em junho, o BNL assinou um acordo com o Banco Europeu de Investimento (European Bank of Investment) permitindo a disponibilização de um envelope de 50 milhões de euros a fim de favorecer o desenvolvimento de empresas por empréstimos concedidos a taxas preferenciais.

Em setembro, o BNL assinou um acordo com a Cooperfidi Italy, um consórcio promovido pela associação italiana das cooperativas (Italian Cooperatives Association). Este acordo permitirá o apoio de mais de 3 000 cooperativas, com um plafond de 100 milhões de euros.

Em novembro, o banco assinou uma parceria com a Eurofidi, para um plafond de 30 milhões de euros, a fim de dar o seu apoio às empresas implantadas em Campanie; assim como com a Valfidi a favor dos 3 000 membros situados no Val d'Aoste para um plafond de 10 milhões de euros.

Em dezembro, o BNL assinou um acordo com a FEI para promover o crescimento das PME na Sicília. Esta iniciativa permite a implementação de um envelope de 110 milhões de euros, dos quais 44 provêm da FEI e 66 milhões do BNL a condições preferenciais.

Itália

Bélgica (BNP Paribas Fortis):

Em dezembro de 2011, o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o BNP Paribas Fortis assinaram um novo acordo de parceria, incidindo sobre um empréstimo BEI de 150 milhões de euros destinado às PME belgas, no seguimento da forte procura das PME e à utilização de quase a totalidade dos empréstimos concedidos abertos em agosto de 2009 e dezembro de 2010. Na continuidade das duas primeiras operações, as agências da rede BNP Paribas Fortis tratarão de retroceder os fundos BEI sob forma de créditos às pequenas e médias empresas a fim de apoiar os seus projetos de investimento. Com o seu programa de «*Empréstimos para as PME*», o BEI, a instituição de financiamento da União europeia, coloca fundos à disposição das pequenas e médias empresas a fim de apoiar os seus projetos de investimento. A nova linha financeira BEI- BNP Paribas Fortis assegurará a transição das primeiras linhas num total de 300 milhões utilizados em 2009, 2010 e 2011 para os projetos de PME belgas.

Por outro lado, o BNP Paribas Fortis intervém no apoio à criação de empresas no âmbito do programa Bryo (Brillant Young), um incubador de projetos desenvolvidos em comum com as câmaras de comércio de Flandres e de Bruxelas e outros 4 membros fundadores.

Grças a um programa de formação, de coaching e de networking, o Bryo permite a jovens empresários (18–36 anos) com elevado potencial lançar o seu projeto. Desde finais de 2010, o Bryo contou 265 participantes e 53 empresas foram criadas.

Bélgica

| Indicadores da lei NRE - Exercício 2011 | Perímetro 2011 |
|---|----------------|
| INTERNACIONAL | |
| Tunísia (UBCI): As agências do UBCI abriram de novo nos horários habituais desde 7 de fevereiro de 2011. Símbolo deste regresso à atividade, uma campanha de crédito destinada aos profissionais foi lançada a fim de apoiar a atividade dos atores económicos fragilizados por um contexto nacional excecional. Um envelope de 15,5 milhões de euros é assim dedicado aos projetos de desenvolvimento dos artesãos, comerciantes e profissionais liberais. Esta campanha, que se insere no plano de ação da direção comercial do UBCI, contribui para a retoma da economia nacional. | |
| Polónia (BNP Paribas Polska): O BNP Paribas Polska foi eleito a 22 de setembro de 2011, melhor banco para as PME pela <i>Forbes</i> . O BNP Paribas Bank Polska recebeu a melhor pontuação (cinco estrelas) da classificação anual dos melhores bancos para as empresas desvendada por ocasião do congresso bancário organizado a 22 de setembro pela <i>Forbes</i> e a <i>Newsweek</i> . A <i>Forbes</i> avalia a atratividade da oferta destinada às PME segundo quatro critérios: custo dos serviços às PME, melhor oferta de crédito, melhores contas de depósito e qualidade do serviço ao cliente. Os bancos Idea Bank e Millennium Bank chegaram ex-âqueo com o BNP Paribas Polska. | |
| Grupo | |
| 27. Importância da subcontratação – Métodos segundo os quais a empresa promove junto dos seus subcontratados as disposições das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho | |
| Para os contratos assinados com os fornecedores, as Normas e Padrões de Compras do Grupo recomendam ao conjunto das entidades situadas em França e no estrangeiro de utilizar os modelos de contratos-tipos incluindo cláusulas específicas relativas ao respeito das práticas sociais. Estas cláusulas tipos preveem que além da regulamentação que lhe é aplicável, o fornecedor compromete-se a respeitar os princípios dos convenções da organização do OIT, nomeadamente no que concerne a idade mínima e o trabalho das crianças, a liberdade sindical, o direito de organização e de negociação, o trabalho forçado ou obrigatório, a igualdade de remuneração entre mulheres e homens, e a interdição de qualquer discriminação no emprego. Estas cláusulas preveem além disso que o fornecedor se comprometa a aplicar a sua política social em todos os países onde está presente e envide todos os esforços para a fazer aplicar pelos seus próprios fornecedores, subempreiteiros e distribuidores. | |
| Grupo | |
| Na mesma lógica, a equipa central da função Compras (ITP ARF) integra desde meados de 2010, nos concursos públicos lançados via a sua plataforma eSourcing um questionário RSE incidindo sobre a política ambiental e social do fornecedor. A área social diz respeito à política implementada pelo fornecedor em matéria de igualdade de oportunidades e de prevenção das discriminações (deficiência, igualdade profissional, diversidade das idades, diversidade das origens, etc.). As respostas a este questionário entram em linha de conta na seleção final dos fornecedores. | |
| França | |
| Enfim, no âmbito da renegociação do acordo de empresa para a inserção das pessoas em situação de deficiência no horizonte 2015, a função Compras Grupo lançou em meados de 2011 um projeto visando melhorar o montante de compra do BNP Paribas SA realizado com o Setor Adaptado e Protegido no perímetro França. | |
| 27 bis. Importância da subcontratação, avaliação dos fornecedores segundo os critérios ESG | |
| O BNP Paribas está consciente da importância da implementação de políticas de RSE nos seus fornecedores. Desde meados de 2010, um questionário incidindo sobre o seu desempenho social e ambiental é sistematicamente incluído nos concursos públicos conduzidos pela equipa central da função Compras através da sua plataforma eSourcing. | |
| Internacional | |
| Este questionário RSE compreende 11 perguntas que cobrem 7 temas: | |
| <ul style="list-style-type: none"> ■ Global Compact <ul style="list-style-type: none"> ■ Q1 - A adesão da empresa ao Pacto Mundial (Global Compact) ■ Política / Carta <ul style="list-style-type: none"> ■ Q2 - A implementação de uma política de RSE global ■ Q3 - Citação dos 3 eixos principais da sua política RSE ■ Social <ul style="list-style-type: none"> ■ Q4 - A implementação de uma política voluntarista em matéria de igualdade de oportunidades e de prevenção das discriminações ■ Q5 - Descrição das suas 2 ou 3 ações principais empreendidas sobre este assunto ■ Ambiente <ul style="list-style-type: none"> ■ Q6 - Implementação da política ambiental ■ Q7 - Descrição das 2 ou 3 ações principais empreendidas sobre este assunto ■ Compras sustentáveis <ul style="list-style-type: none"> ■ Q8 - Implementação de uma política de Compras sustentáveis ■ Q9 - Descrição das 2 ou 3 ações principais empreendidas sobre este assunto ■ Documentos justificativos <ul style="list-style-type: none"> ■ Q10 - Envio do seu Relatório anual RSE ou da sua política/Carta de desenvolvimento sustentável ■ Geral <ul style="list-style-type: none"> ■ Q11 - Ações empreendidas ou modificações a fazer desde a sua última avaliação | |
| Grupo | |
| Este questionário é objeto de uma ponderação mínima (5 %) na avaliação global do fornecedor. | |
| No final de 2011, mais de 500 fornecedores foram objeto, neste âmbito dos concursos públicos Compras Grupo, deste scoring RSE. | |
| Internacional | |

Indicadores da lei NRE - Exercício 2011

Perímetro 2011

28. Métodos segundo os quais a empresa certifica-se do respeito pelas suas filiais das disposições das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho

Além dos controlos hierárquicos definidos pelo sistema de controlo interno do Grupo, a responsabilidade da verificação da conformidade com estas diretivas incumbe às equipas de auditoria e da Inspeção. Em 2008, a metodologia de auditoria RSE do Grupo foi objeto de uma reforma com a atualização dos documentos de referências e dos guias metodológicos e a consideração mais sistemática das problemáticas e dos desafios que encontram as entidades do Grupo em França e nos territórios. O dispositivo de direito de alerta ético permite a qualquer colaborador dar a conhecer as suas interrogações sobre os riscos de disfunção em matéria de conformidade com os quais pode ser confrontado.

Grupo

29. Métodos segundo os quais as filiais estrangeiras da empresa consideram o impacto das suas atividades sobre o desenvolvimento regional e as populações locais

Todas as filiais do Grupo estão sistematicamente ligadas a um polo de atividade, contribuindo para a realização da sua estratégia, a implementação das suas políticas e o exercício da sua responsabilidade social.

O nível de remuneração assegurado pelo BNP Paribas aos seus colaboradores, nomeadamente nos países emergentes, e os dispositivos de prevenção e de cobertura da saúde dos quais beneficiam, contribuem para a melhoria do nível de vida do seu ambiente familiar e social.

O Grupo limita o seu recurso à expatriação e abre aos colaboradores locais a possibilidade de aceder a postos de responsabilidade e de management.

Grupo

30. Apoio do grupo BNP Paribas às instituições de microfinança

Banco socialmente responsável, o BNP Paribas considera a microfinança como uma das ferramentas mais potentes da luta contra a pobreza e a exclusão. Razão pela qual o Grupo investe-se há mais de quinze anos no desenvolvimento do microcrédito.

Em França, o BNP Paribas é parceiro da Adie, da PlaNet Guarantee (a filial do grupo PlaNet Finance dedicada aos microsseguros) e da Financités (empresa de capital-risco caracterizada pela aquisição e a gestão de uma carteira de investimentos composta, maioritariamente, por partes de sociedades francesas que exercem uma atividade industrial ou comercial nos bairros em dificuldade).

Através da sua Fundação, o BNP Paribas dá o seu apoio a projetos de interesse geral a favor dos bairros sensíveis.

Lançado em 2006, o «*Projet Banlieues*» está no centro deste dispositivo: 12 antenas Adie dedicadas ao microcrédito foram assim financiadas.

Em 2009, o Banco criou a associação BCS (*Bénévolat de Compétences et Solidarité*) no intuito de promover o voluntariado de competências junto dos colaboradores ativos e reformados do Grupo em França. Esta associação propõe-lhes tornarem-se acompanhadores voluntários de criadores de empresas beneficiando de microcréditos da Adie. A equipa do BCS mobilizou-se e recebeu 300 candidatos, 150 dos quais se juntaram à Adie.

Enfim, em matéria de microcrédito pessoal, desde 2007, o BNP Paribas Personal Finance apoia o desenvolvimento do microcrédito pessoal garantido pelo Fundo de coesão social. No final de 2011, o PF financiou mais de 253 microcréditos no valor de 507 127 euros.

O BNP Paribas está igualmente muito ativo fora de França: durante o ano de 2011, uma trintena de instituições de microfinança profissionais e empenhadas socialmente foram financiadas em 19 países.

Este ano, num contexto de crescimento da precaridade nos países desenvolvidos, o BNP Paribas reforçou o seu apoio à IMF (Instituição de Microfinança) nos seus mercados da Europa Ocidental e realizou nomeadamente parcerias com as IMF seguintes:

- Permico, líder italiano do financiamento às pessoas sem acesso ao crédito;
- Microstart na Bélgica, criada pela Adie, o BNP Paribas Fortis e o Fundo Europeu de Investimento;
- Fair Finance no Reino Unido, que oferece produtos financeiros e serviços para responder às necessidades das pessoas financeiramente excluídas.

Enfim, a associação *MicroFinance sans frontières* (MFSF) propõe voluntariado de competências a IMFs nos países emergentes, para que estas beneficiem das competências e qualificações bancárias dos ativos e reformados do BNP Paribas. Desde a sua criação em 2009, mais de 60 missões de assistência técnica foram implementadas no terreno com numerosas organizações parceiras. Mais de 200 pessoas envolveram-se em França, na Bélgica, no Reino Unido, nos EUA, na Argentina e em breve no Luxemburgo e na Tunísia.

Globalmente, em 2011, o apoio do BNP Paribas a estas instituições de microfinança representa um total de 47,9 milhões de euros. Este é efetuado sob forma de:

- financiamentos (autorizações de empréstimos concedidos) em França, no Reino Unido e nos países emergentes no valor de 42,4 milhões de euros;
- dons (em numerário) em França e nos Estados Unidos no valor de 1,37 milhão de euros;
- investimentos (fundos próprios) em França, em Itália e na Bélgica para um montante total de 4,1 milhões de euros no final de 2011 repartido entre:
 - Permico para 1 500 000 €,
 - Microstart para 950 000 €,
 - PlaNet Guarantee para 625 000 €,
 - Financités para 1 000 000 €.

França

Internacional

Grupo

Indicadores da lei NRE - Exercício 2011

Perímetro 2011

31. Ativos sob gestão ISR

O BNP Paribas desenvolveu a partir de 1997 uma especialidade sobre o «Investimento Socialmente Responsável», uma estratégia que, paralelamente à procura de performance financeira, tem em conta o valor acrescentado social e/ou ambiental dos investimentos.

A gestão ISR integra de maneira sistemática critérios Ambientais, Sociais e de Governança (ESG) na avaliação e na seleção dos fundos confiados a ou aconselhados pelo BNP Paribas. Esta compreende duas grandes abordagens: as gestões «best in class» que privilegiam os emissores que fazem prova das melhores práticas ESG, e as gestões temáticas centradas nas atividades ligadas à proteção do ambiente e/ou ao bem-estar social.

O BNP Paribas Investment Partners propõe hoje em dia uma gama diversificada de fundos que totalizam 15,1 biliões de euros de ativos geridos e aconselhados. Estes ativos são e stáveis em comparação com o ano anterior apesar de um contexto financeiro desfavorável. Em 2011, o BNP Paribas Investment Partners recebeu a marca certificada ISR da Novethic para 16 dos seus fundos. Esta marca certificada, atribuída aos fundos abertos registados em França, tem por objetivo encorajar a transparência sobre os processos de gestão e a composição dos fundos ISR. É reservada aos fundos que produzem um reporting extra-financeiro e se apoiam numa análise sistemática dos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG). Este oferece assim um indicador simples para os clientes com poupanças.

A gama de fundos ISR do BNP Paribas Investment Partners, certificados pela Novethic, compreende doravante um conjunto completo de fundos ações e obrigacionistas ISR «best in class», assim como vários fundos temáticos.

Enfim, o BNP Paribas participou ao longo de todo o ano em numerosas operações de sensibilização para o ISR a nível interno (sites Intranet e Internet dedicados) e externo (participação na Semana do ISR e no Fórum do Investimento, publicação de um guia do investidor responsável, e-mailing cliente, animações nas agências bancárias).

Grupo

32. Acesso facilitado aos serviços bancários nos mercados emergentes

O BNP Paribas, através do Europa Mediterrâneo (EM), propõe um acesso facilitado aos serviços bancários às populações dos mercados emergentes (países do Magreb, Egito, África subsariana, Europa Central e Oriental).

Os bancos da rede EM dispõem de uma forte ancoragem local e operam frequentemente sob uma marca local. Estes apoiam-se na força do Grupo e nos seus *savoir-faire* para assegurar o melhor serviço aos clientes particulares, profissionais e empresas e acompanhá-los a longo prazo.

O Grupo desenvolveu ofertas específicas para permitir às populações dos países emergentes aceder a serviços bancários, incluindo duas ofertas chave:

- uma oferta de mobile banking que permite a pessoas sem banco efetuar operações bancárias simples por telemóvel.

No final de 2011, o BNP Paribas contava mais de 2,3 milhões de subscritores mobile banking repartidos pela Costa do Marfim, o Senegal e o Mali;

- uma oferta que permite entrar no sistema bancário de maneira simples e a menor custo: a Oferta Mass Retail sob a apelação Mertah em Marrocos, que propõe um package incluindo uma conta bancária à ordem e um cartão de débito.

Além disso, a fim de responder aos eventos na Costa do Marfim, o BNP Paribas conduziu uma operação específica neste país intitulada «*Ensemble Redémarrons*».

Trata-se de três ofertas de créditos propostas de maio a julho de 2011. Uma oferta a taxa zero sobre 12 meses com um montante máximo de 1 milhão de CFA, um crédito sobre 36 meses e um crédito sobre 60 meses com taxas bonificadas em relação à taxa standard de 15,50 %. No total, 4 410 empréstimos foram concedidos nesse período para um volume total de 6,2 biliões de CFA (ou seja cerca de 9,4 milhões de euros).

Internacional

7.4 Anexo NRE – área ambiental

Indicadores NRE 2011

Perímetro

O conjunto dos dados acima são dados do Grupo extrapolados a partir dos dados coletados sobre o perímetro de reporting, ou seja 17 países solicitados e que representam 82,1 % dos 198 423 efetivos Equivalentes Tempo Inteiro (ETI) geridos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2011.

1. Consumo de recursos em água

O consumo total de água do Grupo em 2011 foi de 6,78 milhões de m³. O consumo de água médio por ETI ascende a 34 m³/ETI

Este consumo médio cobre realidades bastante heterogêneas segundo a geografia dos territórios e a natureza dos dispositivos no terreno. Nomeadamente nas regiões do mundo onde o recurso hídrico é mais raro do que noutro local, Várias entidades implementaram sistemas de economia de água sanitária ou ainda de recuperação de água da chuva para os usos não alimentares.

2. Consumo de matérias-primas

O Grupo consome matérias-primas através das suas compras (imobiliário, mobiliário, economato de escritório, material IT, etc.) que são alvo de uma política de otimização contínua.

As **compras verdes** (produtos cuja performance ambiental é reconhecida por uma certificação *ad hoc*) representam 10,2 % (contra 10,6 % em 2010) do volume total de material comprado pelo Grupo. O Grupo consumiu em **2011 37 739 toneladas de papel**, ou seja **190 kg/ETI** (+9 % vs 2010). Este consumo tem em consideração as resmas, as bobines de papel dos centros de edição, os envelopes e o papel comprado pelos tipógrafos por conta do BNP Paribas. O **papel responsável** (papel reciclado a mais de 50 % ou papel certificado FSC ou PEFC) representa 39 % do total (contra 30,5 % em 2010). Uma **política Papel «consumir menos, consumir melhor, separar mais»** foi adotada em 2011 e faz recomendações às entidades do Grupo para contribuir para as ambições globais que este estabelece para o Grupo no horizonte 2013: - 20 % de papel interno por ETI vs 2010, - 10 % de papel cliente por cliente, 40 % de papel responsável no consumo de papel interno, 100 % de papel responsável no consumo de papel cliente, + 10 % de papel interno separado e recolhido para reciclagem. A esta política acresce uma política **«Imprimir menos, imprimir melhor»**, que fornece recomendações em matéria de escolha e de uso dos equipamentos de impressão em todo o Grupo.

3. Consumo de energia

Para aquecer os seus **edifícios**, iluminá-los e aí alimentar os equipamentos (PC, Data Centers, Impressões, telefone, diversos...), o Grupo consumiu em 1 950 GWh (contra 2 039 GWh em 2010) repartidos entre 73,1 % de **eletricidade**, 17,5 % de **gás natural**, 3 % de **fuelóleo**, 4,4 % de **calor urbano**, o resto sendo frio urbano e calor renovável produzido e consumido no local.

Outra fonte importante de consumo energético, as deslocações profissionais representaram em 2011 987 milhões de km (ou seja 4 979 km/ETI) repartidos entre 65,3 % de **avião**, 22,0 % de **carro** e 12,7 % de **comboio**.

Em 2010, o total era de 984 milhões de km com uma repartição bastante similar entre os modos de transporte.

4. Medidas tomadas para melhorar a eficácia energética

O Grupo é signatário do **Manifesto para a Eficácia Energética nos Escritórios do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)** que o compromete com um processo global nos seus escritórios, quer através da otimização das iluminações ou dos sistemas de aquecimento otimizado.

Assim em França, **o consumo elétrico das agências foi reduzido de 13 % entre 2009 e 2011**, no âmbito da certificação ISO 14001 do modelo «Acolhimento e Serviços». Todas as agências são por exemplo equipadas de um sistema de interruptor crepuscular que reage em função da luz do dia, ativando ou desativando a iluminação em função da densidade da luminosidade. Dois edifícios parisienses foram certificados **HQE Exploitation** e um acordo-quadro foi passado com um certificador para estender largamente este dispositivo no futuro.

No final de novembro de 2011, 38 agências e edifícios no Luxemburgo estavam equipados com um novo sistema de acompanhamento informático que calcula em tempo real os consumos de eletricidade, de gás, de fuelóleo, de água e de calor urbano, e permitindo **otimizar e portanto reduzir estes consumos**.

Após a catástrofe nuclear de Fukushima, as medidas tomadas pelo Cardiff Japan, a filial do BNP Paribas Cardiff no Japão, em matéria de redução do consumo de eletricidade ultrapassaram os objetivos fixados pelo governo japonês em 15 % indo até **menos 31 %** em apenas três meses. As lâmpadas foram substituídas por LEDs e os termostatos foram fixados a 28 °C de junho a setembro para o desencadeamento do ar condicionado.

Em paralelo, o Grupo trabalha na **redução dos consumos do sistema informático**:

integração de critérios energéticos significativos nos concursos públicos para os PC e ecrãs individuais, aplicação de programas de gestão de stand by permitindo a redução do consumo dos PC individuais – do tipo Interact, implantado em 1 500 postos nas agências francesas no final de 2011 –, ou ainda recondução da certificação ISO 14001 da filial BNP Paribas Partners for Innovation (BP²I) que gere o conjunto dos Data Centers do BNP Paribas em França e a grande maioria dos seus postos de trabalho.

Indicadores NRE 2011

- 5. Recurso às energias renováveis** **As energias renováveis representaram 9,3 %** (contra 10,6 % em 2010) do consumo total de energia do Grupo nos seus edifícios (i.e. fora transportes). Neste âmbito, a eletricidade renovável (kWh sendo objeto de um «certificado verde», ou seja um contrato certificando a afetação «virtual» ao cliente de uma produção equivalente de eletricidade verde) representou 180 GWh ou seja 12,6 % das compras totais de eletricidade. Assim, desde a assinatura de uma parceria entre o BNP Paribas e o consórcio Hidroenergia em agosto de 2011, as sucursais ClB e Security Services Itália utilizam 4 GWh/ano provenientes de centrais hidroelétricas situadas no Val d'Aoste. Alguns edifícios do Grupo estão equipados com **painéis fotovoltaicos** e produzem **eletricidade renovável**: 14 MWh em Scandicci na Itália, 20 MWh em Bruges na Bélgica, 25 MWh no Havai foram produzidos em 2011.
- 6. Condições de utilização dos solos** Para cada operação imobiliária por conta dos seus clientes, o Grupo designa um gabinete de estudos especializado que estabelece um diagnóstico sobre o estado da poluição dos solos. Um programa de reconhecimento dos solos é definido, os estudos de poluição são realizados (sondagens, análises) e um relatório é redigido. Após análise, o Grupo apoia-se no diagnóstico para realizar os trabalhos de despoluição necessários à obtenção de um solo em perfeita conformidade com a regulamentação.
- 7. Descargas no ar, na água e no solo** **As emissões de gás com efeito de estufa (GEE)** são medidas com cuidado convertendo em toneladas equivalentes CO₂ (teqCO₂ tendo em conta os 6 GEE de Kyoto) as energias consumidas nos edifícios (aquecimento, ar condicionado, iluminação, alimentação dos equipamentos IT) e nos meios de transportes (avião, comboio, carro) utilizados pelos colaboradores do Grupo no âmbito das suas deslocações profissionais. Nesta base, **o Grupo emitiu em 2011 673 543 teqCO₂** (ou seja **3,39 teqCO₂/ETI**, contra 3,42 teqCO₂/ETI em 2010) repartidos entre 75 % para os seus edifícios e 25 % para as deslocações profissionais. As descargas na água e no solo não são em contrapartida significativas para um grupo de serviços terciários como o BNP Paribas.
- 8. Nocividades sonoras e olfativas** **Nenhuma queixa jurídica ligada a nocividades sonoras nem olfativas foi apresentada contra o Grupo em 2011.** O impacto dos projetos do BNP Paribas Real Estate sobre o ambiente exterior do ponto de vista do ruído e dos odores é alvo de estudos específicos e de um diálogo com as populações vizinhas. Os equipamentos técnicos que possam ser fonte de nocividades sonoras são escolhidos em função das suas características acústicas. Controlos específicos são realizados após a construção, e, se necessário, são implementados meios complementares para respeitar os limiares de nocividades acústicas. O posicionamento das tomadas de ar novo e de descarga de ar viciado é concebido em função das construções vizinhas e do regime dos ventos. Os métodos e ferramentas de construção, e a gestão dos resíduos de obra são definidos para limitar ao máximo o impacto dos trabalhos sobre o ambiente imediato.
- 9. Tratamento dos resíduos** O Grupo gerou em 2011 37 240 toneladas de resíduos (fora mobiliário de escritório) ou seja 188 kg/ETI (contra 183 em 2010). A parte **reciclada ou tratada para revalorização** destes resíduos ascendeu a 34,6% (contra 27,7 % em 2010). O resíduo papel separado para reciclagem ascendeu a 59 kg de papel/ETI. A triagem e a recuperação do **papel** com vista à sua reciclagem foram **generalizadas** às agências e imóveis centrais em **França** e na **Bélgica**. Além disso, a política Papel Grupo representa a ambição do Grupo em matéria de reciclagem do papel usado: + 10 % de papel interno separado e recolhido para reciclagem em 2013 vs 2010, + 30 % em 2015 vs 2010. Os casquilhos em alumínio e o vidro dos tubos fluorescentes que iluminam a maior parte dos escritórios são também reciclados e o gás retratado nos imóveis centrais em França. Em França ainda, cerca de 100 toneladas de tinteiros foram recolhidos em 2011 para serem ou reutilizados pelos construtores, ou serem objeto de uma valorização material ou de uma valorização energética. Algumas entidades levaram o conceito de triagem até aos restaurantes de empresas, cujos lixos orgânicos são reciclados em biogás ou em biodiesel. Uma política interna de tratamento em final de vida do material informático também foi definida em 2011 e entrou em vigor no início de 2012 a fim de minimizar os impactos ambientais dos nossos materiais informáticos e de impressão chegados em final de vida para o Grupo: dando-lhes se possível uma segunda vida, ou senão assegurando uma reciclagem maximizada dos seus componentes ou das suas matérias primas.
- 10. Medidas tomadas para limitar os impactos sobre o equilíbrio biológico** O impacto direto das atividades bancárias sobre o equilíbrio biológico traduz-se principalmente através do consumo energético e das emissões de gás com efeito de estufa induzidas, e do consumo de matéria-prima. É portanto prioritariamente pelo **controlo do consumo energético** assim como pela sua **política papel** «consumir menos, consumir melhor, separar mais», ambas explicitadas acima, que o Grupo procura limitar os seus danos sobre o equilíbrio biológico. Da mesma forma em França, encomenda-se apenas papel sem Bisfenol-A para alimentar as caixas multibanco (DAB). Por outro lado, o Grupo implementou **políticas internas para regular os seus financiamentos** em áreas sensíveis de um ponto de vista ambiental como a produção de óleo de palma, as centrais nucleares, as centrais elétricas a carvão, a produção de pasta de papel, ou ainda as matérias agrícolas

essenciais – cf. rubrica n° 16.

Indicadores NRE 2011

11. Medidas tomadas para assegurar a conformidade da atividade com as disposições legislativas

A função Conformidade Grupo (CG), cujo responsável é membro da Comissão Executiva, e da qual faz parte a Delegação à RSE, dispõe de largas atribuições relativas à coordenação do *sistema de controlo interno do Grupo*. A função CG difunde diretivas de nível Grupo na área do controlo permanente e acompanha a evolução do dispositivo das entidades do Grupo. A conformidade com as exigências regulamentares em matéria de RSE insere-se plenamente neste processo interno.

O Grupo exerce uma **vigilância ativa** sobre a evolução da regulamentação ambiental e integra-a de seguida nos seus procedimentos e diretivas. O ano de 2012 verá assim a publicação de vários decretos de aplicação da lei Grenelle II em França, que poderiam vir a modificar a forma como o Grupo anima o seu reporting RSE; em previsão destas novas expectativas, o Grupo atualizou nomeadamente o seu Protocolo de Reporting Ambiental, implementou um Protocolo de elaboração do Balanço GEE, desenvolveu uma ferramenta especializada e dedicada ao reporting ambiental.

12. Processos de avaliação ou de certificação empreendidos em matéria de ambiente

As entidades seguintes são certificadas ISO 14001 em 31 de dezembro de 2011:

- 1 590 agências e 133 espaços banca privada em França no âmbito do processo «Acolhimento & Serviços»;
- BNP Paribas Editique em França;
- BP²I em França, o que integra os 3 principais Data Centers em França e os postos de trabalho que estão sob gestão desta entidade;
- BNP Paribas Factor em França;
- Personal Finance Atividade Automóvel em França;
- BNP Paribas Real Estate no Reino Unido;
- Arval no Reino Unido, na Itália, em França, na Hungria, nos Países Baixos;
- BNP Paribas Fortis Facilities na Bélgica;
- Türk Ekonomi Bankasi (TEB) na Turquia.

O conjunto destes perímetros certificados representa 20 795 colaboradores, contra 11 880 no ano passado, ou seja uma duplicação num ano.

Outras certificações ISO 14001 estão previstas em 2012.

13. Despesas envolvidas para prevenir as consequências da atividade sobre o ambiente

As **compras verdes** (produtos cujo desempenho ambiental é reconhecido por um certificado *ad hoc*) representam 10,2 % do montante total de material comprado pelo Grupo, contra 10,6 % no ano passado. Da mesma forma, o **papel responsável** (papel reciclado a mais de 50 % ou papel certificado FSC ou PEFC) representa 39 % do volume total de papel comprado pelo Grupo, contra 30,5 % no ano passado.

Com 64 salas de **videoconferência** alta definição (contra 45 no ano passado) e 11 salas de **telepresença** espalhadas pelo mundo, o Grupo propõe aos seus colaboradores uma alternativa eficaz e com fraco impacto ambiental à viagem.

14. Existência de serviços internos de gestão do ambiente

A equipa Ambiente no seio da Delegação na RSE, sob a direção do Responsável Ambiente Grupo, define e anima a política ambiental do Grupo, em coordenação com os sectores **RSE/Ambiente** no seio dos polos e entidades e com a função Grupo ITP (Informática, Tecnologia e Processos) que assegura a pilotagem do IT (PC e Data centers) para uma boa parte do Grupo, a gestão dos imóveis ocupados pelo Grupo em França ou ainda as Compras Grupo. O reporting ambiental solicita mais de uma **centena de contribuidores** e mais de **setenta validadores** a nível internacional.

Sempre no seio do ITP, uma equipa dedica-se ao **desenvolvimento da certificação ISO 14001** nas entidades do Grupo e permitiu atingir os resultados mencionados na rubrica n.º 12 acima.

O Corporate Real Estate Steering Center (CREST) é uma entidade central do Grupo que serve de centro especializado para as entidades locais responsáveis pela gestão operacional das instalações – agências, escritórios. O CREST integra desde a sua criação em 2010 competências RSE / Ambiente a fim de sistematizar as melhores práticas em termos de eficácia energética nos edifícios do Grupo.

A função **Compras** integra também desde 2009 competências RSE/Ambiente a fim de sistematizar a consideração das implicações ambientais nas relações com os fornecedores.

Enfim, um **Climate Change Steering Committee**, dirigido pelo membro da Comissão Executiva à qual está ligada a RSE, pilota desde 2010 na sua globalidade os processos de redução dos impactos climáticos do Grupo através dos seus impactos diretos ou indiretos.

15. Formação e informação dos colaboradores

O BNP Paribas implementou um **modulo de formação RSE em linha** (bilingue francês/inglês) para sensibilizar o conjunto dos colaboradores para os desafios da RSE e para a política do BNP Paribas nesta área. Ao participante são confiadas 6 «missões» como identificar os elementos que contribuem para reduzir os impactos diretos do Banco sobre o ambiente, selecionar uma operação de financiamento tendo em conta o seu impacto ambiental e social, ou ainda constituir uma carteira de Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR). Este módulo é além disso integrado no percurso de formação dos recém-chegados.

Uma formação RSE, que terminou em 2011, permitiu a 67 compradores Grupo reforçar nas suas praticas operacionais a consideração das implicações ambientais e sociais.

A política de mecenato climático (ver rubrica 16) foi acompanhada por uma vasta operação de

comu
nicação
o e de
sensib
ilização
o dos
colabo
radore
s
para
o
desafi
o em
jogo
e
para
os
progra
mas
de
invest
igaçã
o
financi
ados.
Cerca
de 6
500
colabo
radore
s
votar
am
em
linha
via a
Intran
et da
empre
sa
para o
seu
projet
o
favorit
o, ao
qual o
Grupo
conce
deu
então
um
financi
ament
o
suple
menta
r de
50
000
euros
.

Indicadores NRE 2011

16. Meios dedicados à redução dos riscos para o ambiente

Enquanto ator financeiro responsável, o BNP Paribas trabalha para reduzir os riscos ambientais das suas atividades de financiamento e de investimento.

- Desde 2008, o Grupo adere aos **Equator Principles** e procede a este título a uma análise extra-financeira no âmbito da sua atividade de financiamento de projeto e transmiti-o num reporting anual.
- O Grupo é também membro do Pacto Mundial das Nações Unidas que o compromete com os seus 10 princípios.
- O Grupo comprometeu-se com uma política de melhor integração dos riscos ambientais e sociais nas suas decisões de financiamento e de investimento. Este esforço passa por:
 - desenvolvimento das políticas de financiamento e de investimento que visam reduzir os riscos ambientais e sociais para os setores mais sensíveis. Em 2010, o BNP Paribas publicou assim uma política relativa à indústria do óleo de palma, que conduziu o Grupo a excluir de sua carteira de financiamento e de investimento algumas contrapartidas e a tornar-se membro do RSPO (Roundtable on Sustainable Palm Oil). Outras políticas internas viram o a dia em 2011 para regular os nossos financiamentos e as nossas atividades no setor nuclear, na área das centrais elétricas a carvão, dos produtores de pasta de papel, ou ainda das matérias agrícolas essenciais. Estas políticas setoriais aplicam-se a todas as entidades e atividades do Grupo. Uma lista de exclusão dos setores mais controversos foi igualmente publicada (amianto, PCB, espécies em via de extinção, redes de deriva);
 - a aplicação de normas ambientais, sociais e de governança (ESG) conformes aos princípios do Pacto mundial das Nações Unidas na gestão dos ativos por conta de terceiros. Todos os ativos do BNP Paribas Investment Partners são agora analisados;
 - um trabalho de fundo das equipas de risco para melhor avaliar os riscos ambientais e sociais nos financiamentos, qualquer que seja o setor visado.
- A redução dos riscos ambientais passa igualmente pelo desenvolvimento de produtos mais favoráveis ao ambiente como o financiamento das energias renováveis, os **fundos ISR** ou ainda a **finança carbono** dedicada à pesquisa e à promoção de soluções de mercados para os seus clientes desejosos de cumprir as suas obrigações de redução de emissões de gás com efeito de estufa no âmbito do protocolo de Quioto e das diretivas europeias sobre as quotas de emissão de CO₂.
- As **filiais** do Grupo comprometem-se também sobre a proteção do ambiente. Assim, o BNP Paribas Real Estate faz certificar Alta Qualidade Ambiental (AQA) todas as suas novas operações realizadas nos escritórios terciários desde 2007 e certificar Habitação & Ambiente todos os seus novos programas de habitações desde 2006; e o BNP Paribas Real Estate é membro ativo da International Sustainable Alliance (ISA), do France Green Building Council (membro do CA), da associação AQA (membro do CA), do Institut de la Performance Energétique (IFPEB).
- O BNP Paribas continua a participar ativamente em diferentes **grupos da praça e associações** para melhorar os seus conhecimentos sobre os riscos ambientais e a sua atenuação. A este título, o BNP Paribas é membro da EpE (Entreprises pour l'Environnement, www.epe-asso.org) que é o parceiro francês do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD).
- Enfim, no âmbito dos compromissos do BNP Paribas na luta contra as alterações climáticas, a Fundação BNP Paribas reforçou em 2011 a sua ação na área do ambiente com o lançamento de um programa de mecenato destinado a apoiar a investigação sobre as alterações climáticas, os seus fatores e as consequências que poderiam ter sobre o nosso ambiente e os nossos modos de vida. A Fundação BNP Paribas já tinha apoiado em 2010, com um montante de 100 000 euros, o projeto Subglacior cujo objetivo é recuar na história do clima, para melhor compreender o seu funcionamento, graças a uma sondagem inovadora do gelo na Antártida. O programa decidido em 2011, com uma duração de 3 anos, dotado de um orçamento de 3 milhões de euros, vai permitir apoiar 4 programas suplementares de investigação conduzidos por laboratórios internacionais:
 - Acesso aos Arquivos do Clima: tratamento, numerização e arquivo de documentos antigos contendo observações meteorológicas a fim de tornar estes dados históricos sobre o clima acessíveis aos cientistas do mundo inteiro;
 - eFOCE: implementação de sistemas experimentais imersos a fim de compreender e predirer as consequências da acidificação do oceano sobre os ecossistemas marinhos;
 - PRECLIDE: desenvolvimento e aplicação de metodologias para estimar as mudanças climáticas sobre os trinta próximos anos;
 - Global Carbon Atlas: criação de uma ferramenta em linha que fornecerá informações completas sobre os fluxos de gás com efeito de estufa à escala do globo.

17. Organização implementada para fazer face aos acidentes de poluição fora dos estabelecimentos da Sociedade

Toda a situação de crise é gerida por um comité *ad hoc* implicando os mais altos responsáveis do Grupo. O comité toma então as medidas que lhe parecem mais apropriadas e transmite-as junto das entidades operacionais visadas.

Se a amplitude da crise o justifica, uma informação é transmitida ao conjunto do Grupo e podem ser lançados apelos à solidariedade. No âmbito da validação do modelo de risco operacional, foram conduzidos trabalhos aprofundados para definir e reforçar o Plano de Continuidade de Atividade, nomeadamente em caso de poluição ou de acidente.

18. Montante das provisões e garantias para riscos em matéria de ambiente

3,4 milhões USD. Trata-se de uma provisão para litígio de natureza privada e não de uma provisão destinada a cobrir um risco de condenação por desrespeito da regulamentação.

Indicadores NRE 2011

| | |
|---|--|
| 19. Montante das indenizações pagas sobre decisão de justiça em matéria de ambiente | O Grupo não foi objeto em 2011 de nenhuma condenação judicial e não pagou qualquer indemnização resultante de uma decisão de justiça, em matéria ambiental. |
| 20. Elementos sobre os objetivos atribuídos às filiais no estrangeiro | Todas as políticas e diretivas ambientais aplicam-se à escala do Grupo. Os polos de atividade asseguram a aplicação dos princípios de ação do Grupo em todas as entidades que deles dependem, incluindo as filiais e os territórios. |

Esta página ficou propositadamente em branco

8

INFORMAÇÕES GERAIS

| | | |
|------------|--|------------|
| 8.1 | Documentos acessíveis ao público | 374 |
| 8.2 | Contratos importantes | 374 |
| 8.3 | Situação de dependência | 374 |
| 8.4 | Mudança significativa | 375 |
| 8.5 | Investimentos | 375 |
| 8.6 | Atos constitutivos e estatutos | 376 |
| 8.7 | Plano de Restabelecimento e de Reorganização | 380 |
| 8.8 | Relatório especial dos Revisores oficiais de contas sobre as convenções e compromissos regulamentados | 381 |

8.1 Documentos acessíveis ao público

Este documento está disponível no site Internet www.invest.bnpparibas.com ou no da Autoridade dos Mercados Financeiros www.amf-france.org. Toda a pessoa desejosa de obter informações complementares sobre o grupo BNP Paribas pode, sem compromisso, solicitar os documentos:

- por correio: BNP Paribas – Finances-Développement Groupe
Relations Investisseurs et Information Financière
3, rue d'Antin – CAA01B1
75002 Paris

- por telefone: 01 40 14 63 58

A informação regulamentada está acessível site: <http://invest.bnpparibas.com/fr/pid757/information-r-eglement-ee.html>

8.2 Contratos importantes

Até à data, o BNP Paribas não concluiu qualquer contrato importante, além daqueles celebrados no âmbito normal dos seus negócios, conferindo uma obrigação ou um compromisso dirimente para o conjunto do Grupo.

8.3 Situação de dependência

Em abril de 2004 entrou em funcionamento a co-empresa «BNP Paribas Partners for Innovation» (BP²¹) que, constituída com a IBM France no final de 2003, assegura progressivamente serviços de infraestrutura de produção informática para o BNP Paribas e várias das suas filiais francesas (BNP Paribas Personal Finance, BP2S, BNP Paribas Cardif...) ou europeias (Suíça, Itália). Em meados de dezembro de 2011, o dispositivo contratual com a IBM France foi renovado e prolongado até ao final de 2017.

O BP²¹ está colocado sob o controlo operacional da IBM France; o BNP Paribas exerce uma forte influência sobre esta entidade que ele detém em partes iguais com a IBM France: os pessoais do BNP Paribas colocados à disposição do BP²¹ compõem metade do seu efetivo, os edifícios e centros de

tratamento são propriedade do Grupo, a governança implementada garante contratualmente ao BNP Paribas uma supervisão do dispositivo e a sua reintegração no seio do Grupo se necessário.

A ISFS, empresa detida a 100 % pelo grupo IBM, assegura igualmente serviços de infraestrutura de produção informática para o BNP Paribas Luxemburgo.

A produção informática do BancWest é assegurada por um fornecedor externo: Fidelity Information Services. A produção informática da Cofinoga França é assegurada pela SDDC, empresa detida a 100 % pela IBM.

8.4 Mudança significativa

Nenhuma mudança significativa da situação financeira ou comercial do Grupo ocorreu desde o fim do último exercício para o qual foram publicados Situações financeiras verificadas e em particular desde a assinatura do relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas em 7 de março de 2012.

8.5 Investimentos

Os investimentos de um montante unitário superior a 500 milhões de euros, considerado significativo à escala do Grupo, desde o dia 1 de janeiro de 2009, são os seguintes:

| País | Data do anúncio | Transação | Montante da transação | Comentários |
|---------|-----------------|---|---|--|
| Bélgica | 8 março 2009 | Aquisição pelo Fortis Banque de uma participação de 25 % mais 1 no Fortis Insurance Belgium (AG Insurance) | 1 375 M€ (para 25 %) | Participação de 25 % no Fortis Insurance Belgium (AG Insurance) permitindo criar uma parceria industrial forte na área da banca seguros na Bélgica |
| Itália | 4 agosto 2009 | O BNP Paribas e a Intesa Sanpaolo celebraram um acordo sobre a sociedade de crédito ao consumo detida a 50 % pelos dois grupos, no termo do qual o BNP Paribas aumenta a sua participação de 75 % | 517 M€ (para 25 % antes aumento de capital) | Tomada de controlo da Findomestic |
| Itália | 22 junho 2011 | Aquisição pelo BNP Paribas junto do grupo Intesa Sanpaolo da sua participação de 25 % do capital da Findomestic | 629 M€ (para 25 %) | Tomada de controlo de 100 % do capital da Findomestic pelo BNP Paribas Personal Finance |

8.6 Atos constitutivos e estatutos

Os estatutos do BNP Paribas podem ser consultados no site Internet www.invest.bnpparibas.com e estão disponíveis por simples pedido na morada indicada no ponto 8.1.

Os estatutos atualizados em 17 de janeiro de 2012 são reproduzidos seguidamente na íntegra:

TÍTULO I

FORMA – DENOMINAÇÃO – SEDE SOCIAL - OBJETO

Artigo 1

A Sociedade denominada BNP Paribas é uma sociedade anónima autorizada na qualidade de banco por aplicação das disposições do Código Monetário e Financeiro (Livro V, Título I) relativas aos estabelecimentos do sector bancário.

A Sociedade foi fundada segundo um decreto de 26 de maio de 1966, a sua duração foi aumentada para noventa e nove anos a contar de 17 de setembro de 1993.

Além das regras particulares ligadas ao seu estatuto de estabelecimento do sector bancário (Livro V, Título I do Código Monetário e Financeiro), o BNP PARIBAS é regido pelas disposições do Código Comercial relativas às sociedades comerciais, assim como pelos presentes estatutos.

Artigo 2

A sede do BNP PARIBAS está estabelecida em PARIS (9^o *arrondissement*) 16, Boulevard des Italiens.

Artigo 3

O BNP PARIBAS tem por objeto, nas condições determinadas pela legislação e a regulamentação aplicável aos estabelecimentos de crédito que receberam a autorização do *Comité des Etablissements de Crédit et des Entreprises d'Investissement* enquanto estabelecimento de crédito, fornecer ou efetuar com todas as pessoas singulares ou coletivas, tanto em França como no estrangeiro:

- todos os serviços de investimento,
- todos os serviços conexos aos serviços de investimento,
- todas as operações bancárias,
- todas as operações conexas às operações bancárias,
- todas as tomadas de participações,

no sentido do Livro III, Título 1^o relativo às operações bancárias, e Título II relativo aos serviços de investimento e os seus serviços conexos, do Código Monetário e Financeiro.

O BNP PARIBAS pode igualmente a título habitual, nas condições definidas pela regulamentação bancária, exercer qualquer outra atividade ou efetuar quaisquer outras operações que aquelas visadas acima e nomeadamente todas as operações de arbitragem, de corretagem e de comissão.

De um modo geral, o BNP PARIBAS pode efetuar, para ele próprio por conta de terceiros ou em participação, todas as operações financeiras, comerciais, industriais ou agrícolas, mobiliárias ou imobiliárias que possam dizer respeito direta ou indiretamente às atividades acima enunciadas ou suscetíveis de facilitar o seu cumprimento.

TÍTULO II

CAPITAL SOCIAL – AÇÕES

Artigo 4

O capital social é fixado em 2 415 491 972 euros; está dividido em 1 207 745 986 ações com valor nominal de 2 euros cada uma inteiramente libertas.

Artigo 5

As ações inteiramente libertas são de forma nominativa ou ao portador, à escolha do titular, sob reserva das disposições legais e regulamentares em vigor.

As ações dão lugar à inscrição em conta nas condições e de acordo com as modalidades previstas pelas disposições legislativas e regulamentares em vigor e transmitem-se por transferência entre contas.

A Sociedade pode pedir a comunicação das informações relativas à composição do seu acionariado em conformidade com as disposições do artigo L.228-2 do Código Comercial.

Qualquer acionista agindo só ou em concertação, sem prejuízo dos limites visados no artigo L.233-7, alínea 1, do Código Comercial, que venha a deter direta ou indiretamente 0,5 % pelo menos do capital ou dos direitos de voto da Sociedade ou um múltiplo desta percentagem inferior a 5 % deve informar, por carta registada com aviso de receção, a Sociedade no prazo previsto no artigo L.233-7 do Código Comercial.

Além de 5 %, a obrigação de declaração prevista na alínea anterior incide sobre frações do capital ou dos direitos de voto de 1 %.

As declarações mencionadas nas duas alíneas anteriores são igualmente feitas quando a participação no capital se torna inferior aos limites acima mencionados.

O não respeito de declaração dos limites, tanto legais como estatutários, dá lugar à privação dos direitos de voto nas condições previstas no artigo L.233-14 do Código Comercial a pedido de um ou vários acionistas detendo em conjunto pelo menos 2 % do capital ou dos direitos de voto da Sociedade.

Artigo 6

Cada Ação dá direito na propriedade do ativo social e no excedente de liquidação a uma parte igual à quota de capital que ela representa.

Sempre que for necessário possuir vários títulos para exercer um direito qualquer, nomeadamente em caso de troca, de reagrupamento ou de atribuição de títulos, ou no seguimento de um aumento ou de uma redução de capital, independentemente das suas modalidades, de uma fusão ou de qualquer outra operação, os proprietários de títulos em número inferior ao requerido só podem exercer os seus direitos se tratarem pessoalmente do agrupamento e eventualmente, da compra ou da venda do número de títulos ou de direitos estabelecidos necessários.

TÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7

A Sociedade é administrada por um Conselho de administração composto por:

1/ Administradores nomeados pela Assembleia-geral ordinária dos acionistas

O seu número é de nove pelo menos e de dezoito no máximo. Os administradores eleitos pelos assalariados não são considerados para a determinação do número mínimo e máximo de administradores.

A duração das suas funções é de três anos.

Quando por aplicação das disposições legislativas e regulamentares em vigor, um administrador é nomeado em substituição de outro, este só exerce as suas funções durante a duração a cobrir do mandato do seu predecessor.

As funções de um administrador cessam no término da reunião da Assembleia-geral ordinária que delibera sobre as contas do exercício findo, realizada no ano durante o qual expira o seu mandato.

Os administradores são sempre reelegíveis, sob reserva das disposições legais relativas nomeadamente à sua idade.

Cada administrador, incluindo os administradores eleitos pelos assalariados, deve ser proprietário de 10 ações pelo menos.

2/ Administradores eleitos pelo pessoal assalariado do BNP PARIBAS SA

O estatuto e as modalidades de eleição destes administradores são fixados pelos artigos L. 225-27 a L. 225-34 do Código Comercial, assim como pelos presentes Estatutos.

São dois no total, um dos quais representando os quadros e o outro os técnicos das Atividades do banco.

São eleitos pelo pessoal assalariado do BNP PARIBAS SA.

A duração dos seus mandatos é de três anos.

As eleições são organizadas pela Direção Geral. O calendário e as modalidades das operações eleitorais são estabelecidos por esta em concertação com as organizações sindicais representativas a nível nacional dentro da empresa de tal forma que a segunda volta possa ter lugar o mais tardar quinze dias antes do fim do mandato dos administradores cessantes.

A eleição tem lugar em cada um dos colégios por escrutínio maioritário de duas voltas.

Cada candidatura apresentada durante a primeira volta das eleições deve incluir além do nome do candidato o do seu substituto eventual.

Nenhuma modificação das candidaturas pode intervir durante a segunda volta.

Os candidatos devem pertencer ao colégio no qual são apresentados.

As candidaturas diferentes daquelas apresentadas por uma organização sindical representativa a nível da empresa devem ser acompanhadas de um documento apresentando os nomes e assinaturas de cem eleitores pertencentes ao colégio do qual elas dependem.

Artigo 8

O Presidente do Conselho de administração é nomeado entre os membros do Conselho de administração.

Sobre proposta do Presidente, o Conselho de administração pode designar um ou vários vice-presidentes.

Artigo 9

O Conselho reúne-se sempre que o interesse da Sociedade o exige. Reúne-se por convocação do seu Presidente. Um terço pelo menos dos administradores pode pedir ao Presidente para convocar o Conselho para uma determinada ordem de trabalhos, mesmo se a última reunião data de menos de dois meses. O Diretor Geral pode igualmente pedir ao Presidente para convocar o Conselho para uma determinada ordem de trabalhos.

As reuniões do Conselho de administração têm lugar ou na sede social, ou em qualquer outro sítio indicado na convocatória.

As convocatórias são feitas por qualquer meio e mesmo verbalmente.

O Conselho pode sempre validamente deliberar, mesmo na ausência de convocatória, se todos os seus membros estiverem presentes ou representados.

Artigo 10

As reuniões do Conselho de administração são presididas pelo Presidente, um administrador proposto pelo Presidente para tal, ou se tal não suceder pelo administrador mais velho.

Qualquer administrador poderá assistir e participar no Conselho de administração por videoconferência ou por todos os meios de telecomunicação e teletransmissão incluindo a Internet nas condições previstas pela regulamentação aplicável no momento da sua utilização.

Qualquer administrador impedido de assistir a uma reunião do Conselho pode mandar, por escrito, um dos seus colegas para o representar, mas cada administrador pode representar apenas um dos seus colegas e cada poder apenas pode ser concedido para uma determinada reunião do Conselho.

A presença de metade pelo menos dos membros do Conselho é necessária para a validade das deliberações.

Em caso de vaga por qualquer razão que seja de um ou mais lugares de administradores eleitos pelos assalariados, não podendo dar lugar à substituição prevista no artigo L. 225-34 do Código Comercial, o Conselho de administração é regularmente composto pelos administradores eleitos pela Assembleia-geral dos acionistas e pode reunir-se e deliberar validamente.

Membros da Direção podem assistir, com voz consultiva, às reuniões do Conselho a pedido do Presidente.

Um membro titular da comissão central de trabalhadores, designado por esta última, assiste, com voz consultiva, às sessões do Conselho nas condições previstas pela legislação em vigor.

As deliberações são tomadas por maioria das vozes dos membros presentes ou representados. Em caso de divisão das vozes, a do Presidente de sessão é preponderante, exceto quando se trata da proposta da nomeação do Presidente do Conselho de administração.

As deliberações do Conselho são verificadas por atas inscritas num registo especial, estabelecido em conformidade com a legislação em vigor e assinadas pelo Presidente de sessão, assim como por um dos membros do Conselho que tenha tomado parte na deliberação.

O Presidente designa o secretário do Conselho que pode ser escolhido fora dos seus membros.

As cópias ou extratos destas atas são validamente assinados pelo Presidente, o Diretor Geral, os Diretores Gerais delegados ou um dos procuradores especialmente habilitado para o efeito.

INFORMAÇÕES GERAIS

Atos constitutivos e estatutos

Artigo 11

A Assembleia-geral ordinária pode atribuir aos administradores fichas de presença nas condições previstas pela lei.

O Conselho de administração reparte esta remuneração entre os seus membros como bem entende.

O Conselho pode atribuir remunerações excecionais para as missões ou mandatos confiados a administradores nas condições aplicáveis às convenções sujeitas a autorização, em conformidade com as disposições dos artigos L. 225-38 a L. 225-43 do Código Comercial. Este pode também autorizar o reembolso das despesas de viagem e de deslocação e das despesas realizadas pelos administradores no interesse da Sociedade.

TÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO PRESIDENTE, DA DIREÇÃO GERAL E DOS CENSORES

Artigo 12

O Conselho de administração determina as orientações da atividade do BNP PARIBAS e certifica-se da sua implementação. Sob reserva dos poderes expressamente atribuídos às Assembleias de acionistas e dentro do limite do objeto social, trata todas as questões ligadas ao bom funcionamento do BNP PARIBAS e resolve pelas suas deliberações os assuntos que lhe dizem respeito. O Conselho de administração recebe do Presidente ou do Diretor Geral da Sociedade todos os documentos e informações necessários ao cumprimento da sua missão.

As decisões do Conselho de administração são executadas, ou pelo Presidente, o Diretor Geral ou os Diretores Gerais delegados, ou por qualquer delegado especial designado pelo Conselho.

Sobre proposta do seu Presidente, o Conselho de administração pode decidir a criação de comités encarregues de missões específicas.

Artigo 13

O Presidente organiza e dirige os trabalhos do Conselho de administração, os quais reporta à Assembleia-geral. Certifica-se do bom funcionamento dos órgãos do BNP PARIBAS e assegura-se, em particular, de que os administradores estão em medida de assumir a sua missão.

A remuneração do Presidente é fixada livremente pelo Conselho de administração.

Artigo 14

À escolha do Conselho de administração, a Direção Geral da Sociedade é assumida, sob a sua responsabilidade, ou pelo Presidente do Conselho de administração, ou por outra pessoa singular nomeada pelo Conselho e com o título de Diretor Geral.

Esta escolha é levada ao conhecimento dos acionistas e dos terceiros em conformidade com as disposições regulamentares em vigor.

O Conselho de administração terá a faculdade de decidir que esta escolha tem um tempo determinado.

Na hipótese de o Conselho decidir que a Direção Geral é assegurada pelo Presidente do Conselho de administração, as disposições dos presentes Estatutos relativas ao Diretor Geral aplicar-se-ão ao Presidente do Conselho de administração que assumirá neste caso o título de

Presidente-Diretor Geral. Este é considerado automaticamente demissionário no término da Assembleia deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 65 anos.

Na hipótese de o Conselho decidir a dissociação das funções, o Presidente é considerado automaticamente demissionário no término da Assembleia deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 68 anos; todavia, o Conselho pode decidir prolongar as funções do Presidente até ao término da Assembleia deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 69 anos. O Diretor Geral é considerado automaticamente demissionário no término da Assembleia deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 63 anos; todavia, o Conselho pode decidir prolongar as funções do Diretor Geral até ao término da Assembleia deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 64 anos.

Artigo 15

O Diretor Geral é investido dos poderes mais extensos para agir em todas as circunstâncias em nome do BNP PARIBAS. Este exerce os seus poderes dentro do limite do objeto social e sob reserva daqueles que a lei atribui expressamente às Assembleias de acionistas e ao Conselho de administração.

Este representa o BNP PARIBAS nas suas relações com terceiros. O BNP PARIBAS é comprometido mesmo pelos atos do Diretor Geral que não digam respeito ao objeto social, a não ser que o banco prove que o terceiro sabia que o ato ultrapassava este objeto ou que ele não o podia ignorar tendo em conta as circunstâncias, ficando excluído que a única publicação dos Estatutos baste para constituir esta prova.

O Diretor Geral é responsável pela organização e os procedimentos de controlo interno e pelo conjunto das informações exigidas pela lei a título do Relatório sobre o controlo interno.

O Conselho de administração pode limitar os poderes do Diretor Geral, mas esta limitação é inoponível a terceiros.

O Diretor Geral tem a faculdade de substituir parcialmente nos seus poderes, de forma temporária ou permanente, tantos mandatários quanto desejar, com ou sem a faculdade de substituir.

A remuneração do Diretor Geral é fixada livremente pelo Conselho de administração.

O Diretor Geral é revogável a qualquer momento pelo Conselho. Se a revogação é decidida sem motivo justo, pode dar lugar a uma indemnização por perdas e danos, exceto quando o Diretor Geral assume as funções do Presidente do Conselho de administração.

Quando o Diretor geral é administrador, a duração das suas funções não pode exceder a do seu mandato.

Artigo 16

Sobre proposta do Diretor geral, o Conselho de administração pode nomear, dentro dos limites legais, uma ou várias pessoas singulares encarregues de assistir o Diretor geral, com o título de Diretor geral delegado.

Em acordo com o Diretor geral, o Conselho determina a extensão e a duração dos poderes conferidos aos Diretores Gerais delegados. Estes últimos dispõem todavia perante terceiros dos mesmos poderes que o Diretor Geral.

Quando o Diretor geral cessa ou é impedido de exercer as suas funções, os Diretores Gerais delegados conservam, salvo decisão em contrário do Conselho, as suas funções e as suas atribuições até à nomeação do novo Diretor Geral.

As remunerações dos Diretores gerais delegados são fixadas livremente pelo Conselho de administração, por proposta do Diretor geral.

Os Diretores gerais delegados são revogáveis a qualquer momento, por proposta do Diretor geral, pelo Conselho. Se a revogação é decidida sem motivo justo, pode dar lugar a uma indemnização por perdas e danos.

Quando um Diretor geral delegado é administrador, a duração das suas funções não pode exceder a do seu mandato.

As funções dos Diretores Gerais delegados cessam o mais tardar no término da Assembleia-geral deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiram a idade de 65 anos.

Artigo 17

Sobre proposta do Presidente, o Conselho de administração pode designar um ou dois censores.

Os censores são convocados e participam com voz consultiva nas reuniões do Conselho de administração.

São nomeados por seis anos e podem ser reconduzidos nas suas funções, sendo que também pode a qualquer momento ser colocado um fim às mesmas em condições semelhantes.

São escolhidos entre os acionistas e podem receber uma remuneração determinada pelo Conselho de administração.

TÍTULO V

ASSEMBLEIAS DOS ACIONISTAS

Artigo 18

As Assembleias-gerais são compostas por todos os acionistas.

As Assembleias-gerais são convocadas e deliberam nas condições previstas pelo Código Comercial.

Reúnem na sede social ou em qualquer outro lugar indicado na convocatória.

São presididas pelo Presidente do Conselho de administração ou, na falta deste, por um administrador designado para o efeito pela Assembleia.

Qualquer acionista tem o direito, com justificação da sua identidade, de participar nas Assembleias-gerais, assistindo a estas pessoalmente, ou devolvendo um boletim de voto por correspondência ou designando um mandatário.

Esta participação é subordinada ao registo contabilístico dos títulos ou nas contas de títulos nominativos mantidos pela Sociedade ou nas contas de títulos ao portador mantidas pelo intermediário habilitado, nos prazos e condições previstos pela regulamentação em vigor. No caso dos títulos ao portador, o registo contabilístico dos títulos é verificado por uma declaração de participação fornecida pelo intermediário habilitado.

A data máxima de retorno dos boletins de voto por correspondência é fixada pelo Conselho de administração e comunicada na convocatória publicada no *Bulletin des Annonces Légales Obligatoires* (BALO).

Em todas as Assembleias-gerais, o direito de voto ligado às ações incluindo um direito de usufruto é exercido pelo usufruidor.

Se o Conselho de administração assim o decidir no momento da convocatória da Assembleia, a retransmissão pública da integridade da Assembleia por videoconferência ou por quaisquer meios de telecomunicação e teletransmissão incluindo a Internet é autorizada. Se tal for o caso, esta

decisão é comunicada na convocatória da reunião publicada no *Bulletin des Annonces Légales Obligatoires* (BALO).

Qualquer acionista poderá igualmente, se o Conselho de administração assim o decidir no momento da convocatória da Assembleia, participar no voto por videoconferência ou por quaisquer meios de telecomunicação e teletransmissão incluindo a Internet nas condições previstas pela regulamentação aplicável no momento da sua utilização. Em caso de utilização de um formulário eletrónico, a assinatura do acionista poderá tomar a forma ou de uma assinatura segura ou de um processo fiável de identificação garantindo a sua ligação com o ato ao qual está ligada podendo nomeadamente consistir num número de identificação e uma palavra passe. Se tal for o caso, esta decisão é comunicada na convocatória da reunião publicada no *Bulletin des Annonces Légales Obligatoires* (BALO).

TÍTULO VI

REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Artigo 19

Pelo menos dois Revisores oficiais de contas titulares e pelo menos dois Revisores oficiais de contas suplentes são nomeados pela Assembleia-geral dos acionistas por seis exercícios, as suas funções expirando após aprovação das contas do sexto exercício.

TÍTULO VII

CONTAS ANUAIS

Artigo 20

O exercício começa a 1 de janeiro e cessa a 31 de dezembro.

No fim de cada exercício, o Conselho de administração estabelece as contas anuais, assim como um relatório escrito sobre a situação da Sociedade e a atividade da mesma durante o exercício findo.

Artigo 21

Os proveitos do exercício, após dedução dos encargos de exploração, amortizações e provisões constituem o resultado.

O lucro distribuível é constituído pelo lucro do exercício, diminuído das perdas anteriores assim como das somas a incidir em reserva por aplicação de lei e aumentado do resultado transitado beneficiário.

Sobre o lucro distribuível, a Assembleia geral tem a faculdade de levantar quaisquer quantias para as afetar à dotação de quaisquer reservas facultativas, ordinárias ou extraordinárias, ou para as levar a resultados transitados.

A Assembleia geral pode igualmente decidir a distribuição de quantias levantadas sobre as reservas das quais dispõe.

Contudo, excetuando o caso de redução de capital, nenhuma distribuição pode ser feita aos acionistas quando os capitais próprios são ou se tornariam, no seguimento desta, inferiores ao montante do capital aumentado das reservas que a lei ou os Estatutos não permitem distribuir.

A Assembleia pode, em conformidade com as disposições do artigo L.232-18 do Código Comercial, propor aos acionistas uma opção do pagamento do dividendo ou dos adiantamentos sobre dividendo em todo ou parte por entrega de ações novas da Sociedade.

TÍTULO VIII

DISSOLUÇÃO

Artigo 22

Em caso de dissolução do BNP PARIBAS, os acionistas determinam o modo de liquidação, nomeiam os liquidatários por proposta do Conselho de administração e, geralmente, assumem todas as funções reservadas à Assembleia-geral dos acionistas de uma sociedade anónima no decorrer da liquidação e até ao seu fecho.

TÍTULO IX

CONTESTAÇÕES

Artigo 23

Todas as contestações que podem ser levantadas durante a existência do BNP PARIBAS ou durante a sua liquidação, quer entre os acionistas, quer entre eles e o BNP PARIBAS, à razão dos presentes Estatutos, serão julgadas em conformidade com a lei e submetidas à jurisdição dos tribunais competentes.

8.7 Plano de Restabelecimento e de Reorganização

O BNP Paribas entregou oficialmente no final de dezembro de 2011 à Autoridade de Controlo Prudencial uma primeira versão completa do seu Plano de Restabelecimento e de Reorganização (PRR), em conformidade com as recomendações do Conselho de Estabilidade Financeira. Este plano, de nível Grupo, descreve as opções de restabelecimento disponíveis em caso de crise grave, e reúne as informações necessárias às autoridades para gerir a sua reorganização.

Este primeiro PRR, estabelecido em antecipação das futuras regras na matéria, foi submetido ao exame do Comité de controlo interno, dos riscos e da

conformidade do Conselho de administração, que aprovou as suas orientações na sua sessão de 1 dezembro 2011. O Presidente deste comité apresentou a sua síntese ao Conselho de administração de 14 de dezembro.

Uma versão preliminar foi previamente apresentada a um colégio de autoridades de supervisão nacionais reunindo as autoridades da Bélgica, dos Estados Unidos, da Itália e da França.

Uma equipa permanente foi criada para atualizar este plano e adaptá-lo aos textos regulamentares que serão finalmente escolhidos.

8.8 Relatório especial dos Revisores oficiais de contas sobre as convenções e compromissos regulamentados

Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2011

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

Aos Acionistas
BNP Paribas
16, boulevard des Italiens
75009 Paris

Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores,

Na qualidade de revisores oficiais de contas da vossa sociedade, apresentamo-vos o nosso relatório sobre as convenções e compromissos regulamentados.

Pertence-nos comunicar-vos, com base nas informações que nos foram dadas, as características e as modalidades essenciais das convenções e compromissos dos quais fomos avisados ou que teríamos descoberto por ocasião da nossa missão, sem ter de nos pronunciar sobre a sua utilidade e o seu fundamento nem procurar a existência de outras convenções e compromissos. Cabe-vos, segundo os termos do artigo R.225-31 do Código Comercial, apreciar o interesse que estava ligado à conclusão destas convenções e compromissos com vista à sua aprovação.

Por outro lado, cabe-nos, se tal for o caso, comunicar-vos as informações previstas no artigo R.225-31 do Código comercial relativas à execução, durante o exercício findo, das convenções e compromissos já aprovados pela Assembleia-geral.

Efetuámos as diligências que estimámos necessárias em conformidade com a doutrina profissional da *Compagnie nationale des commissaires aux comptes* relativa a esta missão. Estas diligências consistiram em verificar a concordância das informações que nos foram dadas com os documentos de base dos quais são oriundas.

CONVENÇÕES E COMPROMISSOS SUBMETIDOS À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL

Convenções e compromissos autorizados durante o exercício findo

Por aplicação do artigo L.225-40 do Código Comercial, fomos avisados da convenção e do compromisso seguintes que foram alvo da autorização prévia do vosso Conselho de administração

- Convenção concluída entre o BNP Paribas e o Sr. Baudouin Prot relativa à rutura do contrato de trabalho do Senhor Baudouin Prot (autorizada pelo Conselho de administração de 3 de maio de 2011)

Administrador visado:

Sr. Baudouin Prot, Administrador,

Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas a contar de 1 dezembro de 2011.

Dentro do respeito do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF, o BNP Paribas e o Sr. Baudouin Prot decidiram por convenção no dia 6 de maio de 2011 por fim ao contrato de trabalho deste último.

Esta rutura levando a uma perda do benefício da indemnização de fim de carreira devida a título dos acordos de empresa em vigor, o BNP Paribas nos termos desta convenção compromete-se, desde que o Sr. Baudouin Prot deixe o BNP Paribas por motivos de reforma, a pagar-lhe no dia da sua saída uma compensação no montante de 150 000 euros correspondentes ao prémio de fim de carreira que teria recebido, por aplicação dos acordos pré-citados, se se tivesse mantido assalariado do BNP Paribas até à sua saída para a reforma.

INFORMAÇÕES GERAIS

Relatório especial dos Revisores oficiais de contas sobre as convenções e compromissos

- Compromisso concluído entre o BNP Paribas e o Senhor Michel Pébereau relativo aos meios colocados à sua disposição no âmbito das suas novas funções de Presidente de Honra (autorizado pelo Conselho de administração de 1 dezembro 2011)

Administrador visado:

Sr. Michel Pébereau, Administrador,

Presidente de Honra do BNP Paribas a contar de 1 dezembro de 2011.

O Conselho de administração do BNP Paribas, aquando da sua sessão de 1 de dezembro de 2011, autorizou a sociedade a colocar à disposição do Sr. Michel Pébereau, nomeado Presidente de Honra, um escritório, um carro com motorista e meios de secretariado, para lhe permitir realizar as missões que ele cumprirá a pedido da Direção Geral no interesse do grupo BNP Paribas.

CONVENÇÕES E COMPROMISSOS JÁ APROVADOS PELA ASSEMBLEIA GERAL

Convenções e compromissos aprovados durante os exercícios anteriores cuja execução prosseguiu durante o exercício findo

Por aplicação do artigo R. 225-30 do Código comercial, fomos informados de que a execução da convenção seguinte, já aprovada pela Assembleia-geral durante os exercícios anteriores, prosseguiu durante o exercício findo.

- Protocolo fixando as relações com a Axa (autorizado pelo Conselho de administração de 30 de julho de 2010)

Administrador visado:

Sr. Michel Pébereau, Membro do Conselho de administração da AXA.

O Conselho de administração do BNP Paribas, aquando da sua sessão de 30 de julho de 2010, autorizou a assinatura de um protocolo de acordo (a seguir o «Protocolo») entre a sociedade AXA, por um lado, e a sociedade BNP Paribas por outro lado, cuja natureza, objeto e modalidades essenciais são descritas abaixo.

O protocolo, concluído a 5 de agosto de 2010, entre a sociedade AXA (agindo por conta própria e por conta das empresas do Grupo AXA) e a sociedade BNP Paribas (agindo por conta própria e por conta das empresas do Grupo BNP Paribas), entrou em vigor na sua data de assinatura e substituiu-se a contar dessa data ao anterior protocolo de 15 de dezembro de 2005 do qual haviam sido previamente avisados.

O protocolo prevê obrigações de informação recíprocas em caso de movimentos sobre as participações detidas por cada Grupo no outro Grupo.

Nos termos do protocolo, as partes consentiram-se igualmente opções de compra recíprocas em caso de mudança de controlo hostil de uma delas: em caso de tomada de controlo maioritário hostil do capital do BNP Paribas por um terceiro, o Grupo AXA terá a faculdade de recomprar tudo ou parte da participação em capital ainda detida pelo grupo BNP Paribas na AXA na data do exercício da opção de compra. Reciprocamente, em caso de tomada de controlo maioritário hostil do capital da AXA por um terceiro, o Grupo BNP Paribas beneficiará de uma opção de compra idêntica sobre a participação detida pelo grupo AXA no BNP Paribas.

Concluído por um período de três anos a contar de 5 de agosto de 2010, o Protocolo é renovável seguidamente por tácita recondução por períodos sucessivos de um ano cada um, exceto denúncia por uma das partes com um aviso prévio de três meses anterior à data de vencimento.

O protocolo foi alvo de uma publicidade pela Autoridade dos Mercados Financeiros a 9 de agosto de 2010.

Neuilly-sur-Seine e Courbevoie, 7 de março de 2012

Os Revisores oficiais de contas

Deloitte & Associés
Pascal Colin

PricewaterhouseCoopers Audit
Patrice Morot

Mazars
Guillaume Potel

9

RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS

9.1 Revisores oficiais de contas

384

9.1 Revisores oficiais de contas

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

– Deloitte & Associés foi nomeado Revisor oficial de contas durante a Assembleia-geral de 23 de maio de 2006 por um período de 6 exercícios que expirará no término da Assembleia-geral Ordinária chamada a deliberar em 2012 sobre as contas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2011.

Deloitte & Associés é representado pelo Exmo. Senhor Pascal Colin.

Suplente:

Société BEAS, 7-9, Villa Houssay, Neuilly-sur-Seine (92), identificada no SIREN sob o número 315 172 445 RCS Nanterre.

– PricewaterhouseCoopers Audit foi reconduzido enquanto Revisor oficial de contas durante a Assembleia-geral de 23 de maio de 2006 por um período de 6 exercícios que expirará no término da Assembleia-geral Ordinária chamada a deliberar em 2012 sobre as contas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2011. O seu primeiro mandato foi-lhe confiado pela Assembleia-geral de 26 de maio de 1994.

PricewaterhouseCoopers Audit é representado pelo Exmo. Senhor Patrice Morot.

Suplente:

Pierre Coll, 63, rue de Villiers, Neuilly-sur-Seine (92).

– Mazars foi reconduzido enquanto Revisor oficial de contas durante a Assembleia-geral de 23 de maio de 2006 por um período de 6 exercícios que expirará no término da Assembleia-geral Ordinária chamada a deliberar em 2012 sobre as contas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2011. O seu primeiro mandato foi-lhe confiado pela Assembleia-geral de 23 de maio de 2000.

Mazars é representado pelo Exmo. Senhor Guillaume Potel.

Suplente:

Michel Barbet-Massin, 61, rue Henri Regnault, Courbevoie (92).

Deloitte & Associés, PricewaterhouseCoopers Audit e Mazars estão registados como Revisores oficiais de contas junto da *Compagnie Régionale des Commissaires aux Comptes de Versailles* e colocados sob a autoridade do «*Haut Conseil du Commissariat aux Comptes*».

10 RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA

| | | |
|-------------|--|------------|
| 10.1 | Pessoa responsável pelo Documento de referência e pelo relatório financeiro anual | 386 |
| 10.2 | Declaração do responsável | 386 |

10.1 Pessoa responsável pelo Documento de referência e pelo relatório financeiro anual

Exmo. Senhor Jean-Laurent BONNAFÉ, Diretor Geral do BNP Paribas

10.2 Declaração do responsável

Certifico, após ter tomado todas as medidas razoáveis nesse sentido, que as informações contidas no presente Documento de referência são, segundo tenho conhecimento, conformes à realidade e não incluem qualquer omissão de natureza a alterar o seu alcance.

Certifico, segundo tenho conhecimento, que as contas são estabelecidas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem fiel do património, da situação financeira e do resultado da Sociedade e do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, e que as informações inerentes ao relatório de gestão, cujo conteúdo consta da tabela de correspondência na página 389, apresentam um quadro fiel da evolução dos negócios, dos resultados e da situação financeira da Sociedade e do conjunto das empresas compreendidas na consolidação assim como uma descrição dos principais riscos e incertezas com os quais são confrontadas.

Obtive dos Revisores oficiais de contas, Deloitte & Associés, PricewaterhouseCoopers Audit e Mazars, uma carta de fim de trabalhos, na qual estes indicam ter procedido à verificação das informações incidindo sobre a situação financeira e as contas fornecidas no presente Documento assim como à leitura de conjunto do Documento.

As contas anuais relativas ao exercício fechado em 31 de dezembro de 2010 apresentadas no Documento de referência depositado junto da AMF sob o número de visto D.11.0116 foram alvo de um relatório dos controladores legais, que constam das páginas 335 a 336, que contém uma observação.

Paris, 9 de março de 2012

O Diretor Geral

Jean-Laurent BONNAFÉ

11 TABELA DE CONCORDÂNCIA

A fim de facilitar a leitura do Documento de referência, a tabela de concordância seguinte remete para as principais rubricas exigidas pelo anexo 1 do regulamento europeu nº 809/2004 por aplicação da diretiva dita dos «Prospetos».

| Rubricas do anexo I do regulamento europeu nº 809/2004 | Nº de página |
|--|------------------------------|
| 1. Pessoas responsáveis | 386 |
| 2. Revisores oficiais de contas | 384 |
| 3. Informações financeiras selecionadas | |
| 3.1. Informações históricas | 4 |
| 3.2. Informações intermediárias | NA |
| 4. Fatores de risco | 213-287 |
| 5. Informações relativas ao emissor | |
| 5.1. História e evolução da sociedade | 5 |
| 5.2. Investimentos | 189-190 ; 331 ; 375 |
| 6. Resume das atividades | |
| 6.1. Principais atividades | 6-15 ; 126-128 |
| 6.2. Principais mercados | 6-15 ; 126-128 |
| 6.3. Eventos excepcionais | 72 ; 129-131 ; 221-223 ; 304 |
| 6.4. Dependência eventual | 374 |
| 6.5. Elementos fundadores de qualquer declaração do emissor relativos à sua posição concorrencial | 6-15 |
| 7. Organigrama | |
| 7.1. Descrição sumária | 4 |
| 7.2. Lista das filiais importantes | 170-187 ; 328-330 |
| 8. Propriedades imobiliárias, fábricas e equipamentos | |
| 8.1. Imobilização corpórea importante existente ou planificada | 148-149 ; 312 |
| 8.2. Questão ambiental podendo influenciar a utilização das imobilizações corpóreas | 367-371 |
| 9. Exame da situação financeira e do resultado | |
| 9.1. Situação financeira | 102-104 ; 296-297 |
| 9.2. Resultado de exploração | 102-103 ; 296 |
| 10. Tesouraria e capitais | |
| 10.1. Capitais do emissor | 106-107 |
| 10.2. Fonte e montante dos fluxos de tesouraria | 105 |
| 10.3. Condições de empréstimo e estrutura financeira | 98 ; 201-202 |
| 10.4. Informação relativa a qualquer restrição à utilização dos capitais tendo influído sensivelmente ou podendo influir sensivelmente sobre as operações do emissor | NA |
| 10.5. Fontes de financiamento esperadas | NA |

TABELA DE CONCORDÂNCIA

| Rubricas do anexo I do regulamento europeu nº 809/2004 | Nº de página |
|--|---|
| 11. Investigação e desenvolvimento, patentes e licenças | NA |
| 12. Informação sobre as tendências | 97-98 |
| 13. Previsões ou estimações do lucro | NA |
| 14. Órgãos de administração, de direção e de fiscalização e direção geral | |
| 14.1. Órgãos de administração e de direção | 28-39 ; 70 |
| 14.2. Conflito de interesse a nível dos órgãos de administração e de direção | 45 ; 190-199 |
| 15. Remuneração e vantagens | |
| 15.1. Montante da remuneração paga e vantagens em espécie | 40 ; 190-199 |
| 15.2. Montante total das quantias provisionadas ou verificadas para fins de pagamento de pensões, de reformas ou de outras vantagens | 190-199 |
| 16. Funcionamento dos órgãos de administração e de direção | |
| 16.1. Data de expiração dos mandatos atuais | 28-39 |
| 16.2. Contratos de serviço ligando os membros dos órgãos de administração | NA |
| 16.3. Informações sobre o Comité de auditoria e o Comité das remunerações | 50-53 ; 56-58 |
| 16.4. Governo da sociedade em vigor no país de origem do emissor | 42 |
| 17. Assalariados | |
| 17.1. Número de assalariados | 336-337 ; 341 |
| 17.2. Participação e stock-opções | 158-163 ; 190-199 ; 352 |
| 17.3. Acordo prevendo uma participação dos assalariados no capital do emissor | 352 |
| 18. Principais acionistas | |
| 18.1. Acionistas detendo mais de 5 % do capital social ou dos direitos de voto | 16-17 |
| 18.2. Existência de direitos de voto diferentes | 15 |
| 18.3. Controlo do emissor | 16 |
| 18.4. Acordo conhecido do emissor cuja implementação poderia, numa data ulterior provocar uma alteração do seu controlo | 16-17 |
| 19. Operações com semelhantes | 190-201 |
| 20. Informações financeiras relativas ao património, à situação financeira e aos resultados do emissor | |
| 20.1. Informações financeiras históricas | 4 ; 102-205 ; 296-331 |
| 20.2. Informações financeiras pró-forma | NA |
| 20.3. Situações financeiras | 102-205 ; 296-325 |
| 20.4. Verificação das informações históricas anuais | 206-207 ; 332-333 |
| 20.5. Data das últimas informações financeiras | 102 ; 295 |
| 20.6. Informações financeiras intermediárias e outras | NA |
| 20.7. Política de distribuição dos dividendos | 23 |
| 20.8. Processos judiciais e de arbitragem | 203-204 |
| 20.9. Mudança significativa da situação financeira ou comercial | 375 |
| 21. Informações complementares | |
| 21.1. Capital social | 15 ; 163-170 ; 314-316 ; 320-323 ; 376 |
| 21.2. Atos constitutivos e estatutos | 376-380 |
| 22. Contratos importantes | 374 |
| 23. Informações provenientes de terceiros, declarações de peritos e declarações de interesses | NA |
| 24. Documentos acessíveis ao público | 374 |
| 25. Informações sobre as participações | 147-148 ; 328-330 |

A fim de facilitar a leitura do Relatório Financeiro Anual, a tabela temática seguinte permite identificar as principais informações previstas pelo artigo L.451-1-2 do Código monetário e financeiro.

| Relatório Financeiro Anual | Nº de página |
|--|---|
| Declaração do responsável pelo documento | 386 |
| Relatório de gestão | |
| ■ Análise dos resultados, da situação financeira, dos riscos e lista das delegações em matéria de aumento do capital da empresa mãe e do conjunto consolidado (art. L225-100 e L225-100-2 do Código comercial) | 72-95 ; 163-170 ; 211-293 ; 312 ; 320-323 |
| ■ Informações exigidas pelo artigo L. 225-100-3 do Código comercial relativas aos elementos suscetíveis de terem uma incidência em caso de oferta pública | NC |
| ■ Informações relativas às reações de ações (art. R. 225-211, al. 2, do Código comercial) | 167-168 |
| Situações financeiras | |
| ■ Contas anuais | 295-325 |
| ■ Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas anuais | 332-333 |
| ■ Contas consolidadas | 99-205 |
| ■ Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas | 206-207 |

Por aplicação do artigo 28 do regulamento 809-2004 sobre os prospets, os elementos seguintes são incluídos por referência:

■ as contas consolidadas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2010 e o relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas em 31 de dezembro de 2010, apresentadas respetivamente nas páginas 101 a 253 e 254 a 255 Documento de referência nº D11-0116 depositado junto da Autoridade dos Mercados Financeiros a 11 de março de 2011;

■ as contas consolidadas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2009 e o relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas em 31 de dezembro de 2009, apresentadas respetivamente nas páginas 103 a 243 e 244 a 246 do Documento de referência nº D10-0102 depositado junto da Autoridade dos Mercados Financeiros a 11 de março de 2010;

Os capítulos dos Documentos de referências nº D11-0116 e nº D10-0102 não visados acima são ou sem interesse para o investidor, ou abrangidos noutra local do presente Documento de referência.

Esta página ficou propositadamente em branco

Esta página ficou propositadamente em branco

Esta página ficou propositadamente em branco

Esta página ficou propositadamente em branco

Conception & réalisation  **Labrador** +33 (0)1 53 06 30 80

Este documento foi impresso em França por uma tipografia certificada Imprim'Vert num papel reciclável, exempto de cloro elemental, certificado PEFC, à base de pastas provenientes de florestas geridas de forma sustentável do ponto de vista ambiental, económico e social.

SEDE SOCIAL

16, boulevard des Italiens - 75009 Paris (França)

Tel: +33 (0)1 40 14 45 46

RCS Paris 662 042 449

Sociedade anónima com capital de 2 415 491 972 euros

RELAÇÕES COM OS ACIONISTAS

Tel.: +33 (0)1 42 98 21 61 / +33 (0)1 40 14 63 58

www.bnpparibas.com



BNP PARIBAS | La banque d'un monde qui change